

Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais

Francisco Felgueiras Bairrão Ruivo

Tese de Doutoramento em História Contemporânea

Julho, 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica

de Professor Doutor Fernando Rosas

Apoio financeiro da FCT

Ao meu pai, à minha mãe

e aos meus irmãos

AGRADECIMENTOS

Uma palavra de agradecimento ao Professor Fernando Rosas, com quem muito aprendi ao longo dos anos e cujo saber, observações e contributos foram decisivos nesta dissertação. Pelo apoio, interesse, disponibilidade e conhecimento partilhado, um agradecimento à Professora Maria Inácia Rezola.

Aos entrevistados Francisco van Uden, José Veiga Simão, Vasco Lourenço e Vieira de Almeida uma importante palavra de agradecimento pela disponibilidade mostrada e valiosa informação partilhada.

Ao José António Pimentel Baptista pelos documentos e material gentilmente partilhados.

Agradeço, naturalmente, o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Quero agradecer à minha Mãe por toda a inestimável ajuda nesta dissertação e por tudo o resto. Obrigado, também, à Matilde pelas mesmas razões. E, claro, ao meu Pai que apenas pôde acompanhar o início de todo o processo, mas que foi e será sempre a referência no trabalho e na vida.

Um agradecimento especial ao Eduardo Almeida pelo apoio absolutamente decisivo na parte final deste trabalho.

Finalmente a todos os colegas e amigos com quem, ao longo do tempo, fui discutindo o meu trabalho e que contribuíram com frutuosas sugestões e nunca regatearam apoio e amizade.

Lisboa, 28 de Junho de 2013

SPINOLISMO: VIRAGEM POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

SPINOLISM: POLITICAL TURN AND SOCIAL MOVEMENTS

FRANCISCO FELGUEIRAS BAIRRÃO RUIVO

RESUMO

Entre 25 de Abril e 28 de Setembro de 1974 Portugal conheceu um período marcado pela intensa explosão da acção dos movimentos sociais e a presidência de sinal conservador do general António de Spínola.

Forja-se um movimento popular revolucionário que percorre todo o país e todos os sectores profissionais e vai muito além do mundo do trabalho. É o pano de fundo de todas as transformações políticas e o vector central dos primeiros cinco meses do processo revolucionário.

Embora seja dado maior destaque ao movimento operário e ao movimento de moradores, é um movimento global que abrange toda a sociedade, a qual experimenta um processo global de politização, mobilização, organização e acção política.

É um movimento popular que não é contido pelo Estado, que o ultrapassa e não espera por ele. Impõe conquistas, reivindicações, direitos e liberdades antes da sua consagração institucional. Ao mesmo tempo que punha em causa o poder patronal e o poder estatal, perspectivava uma mudança da natureza estrutural da sociedade portuguesa.

Procuraremos medir o impacto deste movimento popular revolucionário, nomeadamente no processo político e na derrota do projecto político de Spínola, e analisar como se relaciona com o poder político-militar.

Entre outros aspectos, o movimento popular significou a conquista de direitos e liberdades fundamentais, como o salário mínimo, o direito à greve, liberdade sindical ou liberdade de associação e organização nos locais de trabalho. Paralelamente, em larga medida, impôs os fundamentos de um Estado-Social.

Em apenas cinco meses é esta explosão social que determina a transformação do golpe militar numa revolução, a radicalização do processo político no sentido de um corte total com o passado ditatorial e de uma abertura democrática sem constrangimentos.

Ainda que o objectivo fundamental da interpretação seja a acção e impacto dos movimentos sociais, procuraremos deixar claro o que se passa nas esferas político-institucional, partidária, económica e africana tendo, sempre presente, o vector principal da dissertação.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução portuguesa, Movimentos Sociais, Acções Colectivas, Movimento Popular, Movimento Operário, Movimento de Moradores, Spínola, Democratização, Descolonização, MFA, 25 de Abril, 28 de Setembro, “Maioria Silenciosa”.

ABSTRACT

In 1974, between April 25 and September 28, Portugal experienced a period marked by an intense explosion of social action movements and by the conservative presidency of General António de Spínola.

A revolutionary popular movement arises, crossing the entire country, including all professional sectors, and going beyond the laboring world. This will be the background for great political changes and the main driving force during the first five months of the revolutionary process.

Although the present study emphasizes the labor movement and the urban residents' movement, it was a socially widespread popular movement, as society experienced a global process of politicization, mass mobilization, organization and political action.

Being of a popular nature and not contrived by the State, this movement surpasses the State and doesn't wait for it. It imposes achievements, claims, rights and liberties, even before they are institutionally established.

While questioning both the employers' and the State's power, it foresees and builds a radical change of structural nature in Portuguese society.

We aim to measure the impact of this revolutionary popular movement, both in the political process and in the overthrow of Spínola's political project, and to analyze its relations with the political and military power.

This grassroots movement contributes to the achievement of fundamental rights, such as the minimum wage, the right to strike, the trade union freedom or freedom of association and the organization at the work places. Alongside, it largely imposed the foundations of a Welfare State.

In only five months this social outburst has a crucial role in transforming the military coup into a revolution, in radicalizing the political process towards a complete rupture with the dictatorial past, and in broadening democracy into a constraints-free process.

Although the main goal is to interpret the action and impact of the popular movement, we intend to pursue an analyzes of the political, institutional, party, economic and African processes, in line with this dissertation's aims.

KEYWORDS: Portuguese Revolution, Social Movements, Collective Actions, Grassroots Movement, Labour Movement, Urban Dwellers Movement, Spínola, Democratization, Decolonization, MFA, April 25th, September 28th, "Silent Majority".

INDICE

INTRODUÇÃO	1
1. OBJECTIVOS	1
2. CRONOLOGIA	2
3. ESTADO DA ARTE	5
4. METODOLOGIA E FONTES.....	11
4.1. Definição de Movimentos Sociais.....	11
4.2. Metodologia e pressupostos teóricos	13
4.3. Fontes. Problemas e reflexões	21
4.4. Plano Geral de Trabalho	29
CAPITULO I	31
A HERANÇA DO MARCELISMO. FACTORES QUE A CRISE DO	31
MARCELISMO PRECIPITA COMO CIRCUNSTÂNCIAS REVOLUCIONÁRIAS	31
1. DA PRIMAVERA À AGONIA DO MARCELISMO	31
1.1. O Retrocesso: Continuidade Impõe-se à Renovação	43
1.2. O Nó Górdio Colonial.....	49
2. FOCOS DE TENSÃO POLÍTICO-SOCIAL: MOVIMENTO OPERÁRIO, MOVIMENTO ESTUDANTIL, RADICALIZAÇÃO DA OPOSIÇÃO E FIM DO CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	59
3. A CONSPIRAÇÃO MILITAR.....	66
4. ACÇÃO POLÍTICA DE ANTÓNIO DE SPÍNOLA. PROJECTO DE PODER PESSOAL E AS SUCESSIVAS DERROTAS DO SPINOLISMO	75
5. OS DIAS DO FIM. A “LENTA AGONIA” E A “FUGA PARA A FRENTE” DO MARCELISMO	84
CAPITULO II	89
UM GOLPE DE ESTADO DOS OFICIAIS INTERMÉDIOS	89
1. CARACTERIZAÇÃO DO MFA.....	90
2. A PARTICULARIDADE HISTÓRICA DO MOVIMENTO DOS CAPITÃES	92
2.1. Impacto na transformação do golpe militar em processo revolucionário	93
2.2. A Politização do MFA: capitães enfrentam Spínola.....	95
2.2.1. Do assalto ao poder por parte de Spínola à resposta do MFA	98
2.3. A Pulverização do poder político-militar	105
2.4. A aproximação aos Movimentos Sociais	107
2.5. Impacto da quebra da cadeia hierárquica na descolonização	111
CAPITULO III	115
“A REVOLUÇÃO ESTÁ NA ORDEM DO DIA!”	115
1. TENSÕES ACUMULADAS NO MARCELISMO.....	117
2. DO GOLPE À REVOLUÇÃO: O DESPERTAR DA EXPLOÇÃO SOCIAL.....	119
2.1. “O 25 de Abril enquanto golpe de Estado consome-se num dia (...)”	120
2.2. “No dia 26 o que começa é uma revolução social (...)”	123
2.3. O MFA e os movimentos sociais: “acalentou-se muito mais do que se reprimiu.”	127
3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO, DE UM OUTRO PAÍS E DE UM NOVO POVO.....	131
4. VELHOS E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O RESGATE DA MODERNIDADE.....	137
4.1. Modernidade resgatada?	139

5.	PARTIDOS POLÍTICOS E MOVIMENTOS SOCIAIS	145
5.1.	Partido Comunista Português.....	150
5.2.	“A onda de greves serve o fascismo ...”	156
5.3.	Extrema-esquerda ou Esquerda Radical.....	161
5.4.	Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral	169
5.5.	Partido Socialista	171
5.6.	Partido Popular Democrático	175
5.7.	Centro Democrático Social.....	179
CAPITULO IV:		183
A QUESTÃO SOCIAL E ECONÓMICA.....		183
1.	“A CRISE ECONÓMICA FOI DETERMINANTE NO CURSO DA REVOLUÇÃO (...) ”	185
2.	AS LUTAS SOCIAIS NA PRIMAVERA-VERÃO DE 1974: UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA 190	
2.1.	Características Fundamentais do Movimento Reivindicativo	193
2.2.	De Abril a Setembro: O Dia-a-dia das Lutas	202
2.3.	Principais Lutas	231
2.3.1.	Um espelho do momento político e social	250
2.4.	Movimento de Moradores: “O militar respondeu: ‘Não peça, ocupe’”	252
2.5.	Movimentos sociais e “a marca genética da democracia portuguesa”	264
CAPITULO V: A QUESTÃO COLONIAL, A GUERRA E AS FORÇAS ARMADAS		267
1.	DIALÉCTICA GERAL-PARTICULAR: QUATRO EIXOS FUNDAMENTAIS	268
2.	A DESCOLONIZAÇÃO NA ÓPTICA INTERNA, AFRICANA E INTERNACIONAL.....	272
3.	PROJECTO FEDERALISTA DE SPÍNOLA.....	278
4.	BLOQUEIOS DO PROJECTO SPINOLISTA.....	283
4.1.	O MFA e a sua Comissão Coordenadora	283
4.2.	Partidos.....	289
4.3.	Movimento Social.....	292
4.4.	Dimensão africana.....	296
5.	DO ARRANQUE DAS NEGOCIAÇÕES À CRISE PALMA CARLOS	305
6.	UM JULHO QUENTE: DO II GOVERNO À LEI 7/74	308
7.	LEI 7/74 E O ARRANQUE DA DESCOLONIZAÇÃO	314
CAPITULO VI: A QUESTÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....		329
1.	A TENTATIVA DE ULTRAPASSAGEM INICIAL: OS PRIMEIROS DIAS	333
2.	“MARCELISMO SEM MARCELO”	335
3.	O I GOVERNO PROVISÓRIO: “O PRIMEIRO GOVERNO NÃO FEZ NADA, TODA A GENTE O SABE.”	339
4.	UM PAÍS EM “EXPLOÇÃO DEMOCRÁTICA” OU UM PAÍS À BEIRA DO CAOS?	342
5.	MANUTENÇÃO MILITAR.....	348
6.	A CRISE PALMA CARLOS: NOVA DERROTA DE SPÍNOLA	355
7.	“NOVO GOVERNO PROVISÓRIO – VITÓRIA DO MFA”	360
8.	DE AGOSTO A SETEMBRO: A QUARTA OFENSIVA SPINOLISTA PELO PODER	367
CAPITULO VII: A DERROTA DO 28 DE SETEMBRO. UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA.....		379
1.	A CRISE DO 28 DE SETEMBRO.....	379
1.1.	Do espectro da crise ao aumento da tensão política	379
1.2.	A reorganização das direitas	381
1.3.	A marcha dos acontecimentos	389
1.3.1.	As horas decisivas.... “horas de extraordinária tensão e emoção”	400
1.4.	“... uma revolução dentro da revolução”	418

2.	A DEMISSÃO DE SPÍNOLA E O III GOVERNO	423
2.1.	A renúncia de Spínola.....	423
2.2.	O III Governo Provisório, Costa Gomes e o novo equilíbrio de poderes.....	425
2.3.	Rescaldo do 28 de Setembro e Interpretações	429
2.4.	Explorar o sucesso. O avanço da revolução	435
	CONCLUSÃO	439
	ENCERRAMENTO DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO.....	439
1.	QUADRO GERAL	440
2.	INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MFA E A DEFINIÇÃO DE LINHAS.....	441
3.	QUESTÃO SOCIAL E ECONÓMICA	445
3.1.	Unidade vs Unicidade Sindical.....	448
3.2.	Comissões de Trabalhadores.....	449
4.	OS PARTIDOS NO PÓS 28 DE SETEMBRO	451
5.	AS OFENSIVAS SPINOLISTAS PELO PODER	454
6.	CONFIRMAÇÃO DAS GRANDES TENDÊNCIAS	458
7.	O IMPACTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	461
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	469
	ANEXOS	497

LISTA DE ABREVIATURAS

ALA – Associação Livre de Agricultores

ANP – Acção Nacional Popular

ARA – Acção Revolucionária Armada

ASP – Acção Socialista Portuguesa

BESCL – Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

BR – Brigadas Revolucionárias

CAL – Companhia das Águas Livres

CARP (m-l) – Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista)

CBS – Comissões de Base Socialistas

CC – Comissão Coordenadora

CCR (ml) – Comités Comunistas Revolucionários (m-l)

CDE – Comissão Democrática Eleitoral

CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática

CDS – Centro Democrático Social

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas

CIA – Comissão Inter-Associações (Estudantes)

CLMRP – Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses

CMLP – Comité Marxista Leninista Português

CNAR – Comité Nacional de Acção Revolucionária

COPCON – Comando Operacional do Continente

COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique

CTT – Correios, Telégrafos e Telefones

DGS – Direcção Geral de Segurança

DICOPSE – Fundação para a Difusão de Conhecimentos Políticos, Sociais e Económicos

ELP – Exército de Libertação de Portugal

EMGFA – Estado-Maior Geral das Forças Armadas

EUA – Estados Unidos da América

FA – Forças Armadas

FDN – Frente Democrática Nacional

FDU – Frente Democrática Unida

FEM-L - Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas

FICO – Frente Independente da Continuidade Ocidental/Ficar Convivendo

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRA – Frente de Resistência Angolana

FRECOMO – Frente Comum de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FSD – Frente Social Democrata

GAPS – Grupo Autónomo do Partido Socialista

GNR – Guarda Nacional Republicana

GUMO – Grupo para a União de Moçambique

INE – Instituto Nacional de Estatística

JSN – Junta de Salvação Nacional

LCI – Liga Comunista Internacionalista

LP – Legião Portuguesa

LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária

MAP – Movimento de Acção Portuguesa

MDES – Movimento Dinamizador Empresa-Sociedade

MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal

MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MES – Movimento de Esquerda Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MFP/PP – Movimento Federalista Português/Partido do Progresso

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MOFA – Movimento de Oficiais das Forças Armadas

MONIPAMO – Movimento Nacional para a Independência Pacífica de Moçambique

MP – Mocidade Portuguesa

MPAC/CLACS (Movimento Popular Anti-Colonial/Comités de Luta Anti-Colonial)

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MPP – Movimento Popular Português

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização de Unidade Africana

OCMLP (“Grito do Povo”) – Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PL – Partido Liberal

PCP (m-l) – Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)

PCP – Partido Comunista Português

PCSD – Partido Cristão Social Democrata

PDCA – Partido Democrata-Cristão de Angola

PDC – Partido da Democracia Cristã

PDPC – Partido Democrático Popular Cristão

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNP – Partido Nacionalista Português

PP – Partido do Progresso

PPD – Partido Popular Democrático

PPES – Programa de Política Económica e Social

PRP – Partido Revolucionário do Proletariado

PRP-BR - Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias

PRUMO – Progresso Unido de Moçambique

PS – Partido Socialista

PSDP – Partido Social Democrata Português

PSP – Polícia de Segurança Pública

PTDP – Trabalhista Democrático Português

RAL 1 – Regimento de Artilharia Ligeira Número 1

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

TAP – Transportes Aéreos Portugueses

TLP – Telefones de Lisboa e Porto

UNIPOMO – União da Paz do Povo de Moçambique

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPTI – União Popular dos Trabalhadores da Informação

URML – Unidade Revolucionária Marxista Leninista

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

1. OBJECTIVOS

O principal objectivo desta dissertação é o de analisar as acções dos movimentos sociais entre Abril e Setembro de 1974 na medida em que consideramos os movimentos sociais como o elemento indiciador de maior ruptura, modernidade e aceleração do processo político e revolucionário. Procurar-se-á medir o seu papel e importância em várias dimensões: na passagem de um golpe militar para uma revolução; na democratização, esquerdização e radicalização do processo político; nas relações ou interacção que estabelecem com o bloco de poder político-militar, com o Estado, Governo ou instituições; no bloqueio ao projecto spinolista, enquanto tentativa de resgatar alguma herança marcelista no sentido de uma transição controlada ou uma democratização mitigada ou limitada; no impulso à legitimação, radicalização e politização do MFA e na sua afirmação enquanto agente político e principal centro de poder.

Propomos demonstrar a importância dos movimentos sociais, não apenas na forma como se desenrolou o processo político entre Abril e Setembro, mas também na democratização do país, focando-nos nas suas acções ao longo deste período que consubstancia então, um momento excepcional de politização da sociedade, em que a sociedade fez política, dialogou e pressionou o bloco de poder, de aprendizagem e experiência cívica e democrática saldada na conquista de direitos e liberdades e num capital político e de *know how* democrático determinante na forma como milhares intervieram na política nos anos e décadas posteriores.

Subsidiária ou complementarmente, outro objectivo é o de perceber o projecto político e africano de Spínola e das forças políticas, sociais e militares que o apoiam e o papel dos movimentos sociais no seu fracasso. Procurar-se-á, também, medir o impac-

to dos movimentos sociais no processo político globalmente. Enfim, como se relacionou a esfera ou o bloco de poder político-militar com a explosão social.

Finalmente, o conceito de Spinolismo remete, essencialmente, para o período em que o general António de Spínola exerceu os cargos de líder da Junta de Salvação Nacional e de Presidente da República.

2. CRONOLOGIA

Olhando para o processo revolucionário português, está mais ou menos convencionalizado que o seu início e ocaso se situam, respectivamente, em 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975. Nesta cronologia são quase unanimemente definidas três grandes fases: do golpe militar de 25 de Abril ao 28 de Setembro, desta data ao 11 de Março de 1975 e do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975.

Mas outras periodizações são possíveis, sobretudo decorrentes de perspectivas diferentes do que se considera período revolucionário ou de democratização. António Costa Pinto, por exemplo, fala em processo de democratização e define três grandes momentos: entre Abril de 1974 e Março de 1975 situa o derrube do regime autoritário, entre Março de 1975 e Julho de 1976 a crise revolucionária e a fase da consolidação democrática apenas concluída em 1982, com o fim do Conselho da Revolução¹.

Esta dissertação assume como âmbito cronológico o período que se inaugura com o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e culmina nos acontecimentos que envolvem o 28 de Setembro, tentativa gorada do Presidente da República António de Spínola de garantir o reforço dos seus poderes. O processo revolucionário português tem entre Abril e Setembro aquilo que consideramos ser o seu primeiro ciclo ou fase.

Considera-se que este primeiro período do processo revolucionário justifica uma análise autónoma, naturalmente sem perder de vista os desenvolvimentos anteriores e posteriores, na medida em que pode ser erróneo procurar cavar rupturas e identificar charneiras demasiado rígidas.

¹ António Costa Pinto, "Settling Accounts with the past in a troubled transition to democracy: the Portuguese case", in *The Politics of Memory: Transitional Justice in Democratizing Societies*, ed by Alexandra Barahona de Brito e Paloma Aguilar, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp.105-144

A especificidade deste período prende-se em grande parte com o que se constitui como o objecto central do trabalho: a explosão dos movimentos sociais. É esta erupção inicial, fortemente inesperada, inorgânica e espontânea, que determina a passagem de um golpe militar para uma revolução, aniquilando ao longo de cinco meses a tentativa spinolista de assegurar uma transição ordeira, de liberdades limitadas, sem revolução e mobilizações populares significativas e apontando para uma descolonização lenta, faseada, num sentido federalista.

De facto, a autonomização desta cronologia enquanto objecto de estudo prende-se ainda com o facto de ser o palco em que Spínola desenvolve a sua acção no sentido de fazer valer o seu projecto político interno e de descolonização, ambas reflectindo algumas ressonâncias com ideias por vezes equacionadas, outras abandonadas, ou mesmo ensaiadas ou nunca aplicadas por Marcelo Caetano em ambas as frentes.

É ainda um momento em que se reflecte exemplarmente como a herança do marcelismo tem importante influência no modo como se desenrola o processo revolucionário. As características da conspiração e do golpe, a premência da questão africana, a tensão político-social nos últimos anos da ditadura, a evolução das oposições, do mundo sindical e do trabalho e, finalmente, o próprio projecto de poder spinolista e a tentativa do general em instrumentalizar e controlar o MFA são vectores anteriores ao golpe que se mostrarão determinantes após o seu sucesso.

Importa ressaltar que, embora exista a preocupação de evitar que a inegável dimensão de ruptura obscureça aquilo que existe de continuidade, se rejeita por completo a ideia de que há uma efectiva evolução democratizante no marcelismo, uma linha entre a fase final da ditadura e a democracia, como se a evolução do marcelismo apontasse para a democracia, a integração do país no concerto das nações, o seu reconhecimento e legitimação internacional e uma fraterna autonomia das colónias. Pelo contrário, a democratização faz-se por causa e devido ao 25 de Abril e a um processo revolucionário e não apesar deles.

Os últimos anos do Estado Novo merecem uma análise própria a título contextualizante em capítulo autónomo. Da mesma forma, os meses posteriores ao 28 de Setembro recebem também atenção, no sentido de, por um lado, contribuírem para a explicação do período anterior e, por outro, demonstrar o que de mais determinante

acontece entre Abril e Setembro de 1974 no desenrolar posterior do processo revolucionário.

Finalmente, a cabal compreensão da primeira etapa do processo revolucionário revela-se fundamental para a construção de uma visão completa, sistémica, panorâmica e integrada dos anos de 1974 e 1975. A explosão e importância assumida pelos movimentos sociais, a via de descolonização, a morfologia do poder político-militar, a organização, definição e implantação dos partidos, o projecto de poder spinolista ou a emergência do MFA como agente político e revolucionário cada vez mais relevante na arquitectura de poderes têm nestes cinco meses momento fulcral da sua consubstanciação.

Constata-se que este período é, frequentemente, secundarizado nas análises sobre o processo revolucionário pelos ciclos posteriores que enunciámos e deixado na sombra pelos grandes ou simbólicos momentos como o 11 de Março, o “Verão quente”, o 25 de Novembro, as nacionalizações ou a reforma agrária. Tentação decorrente de uma visão da história que contempla os grandes momentos ou a análise centrada apenas ou excessivamente nos protagonistas políticos e militares. Mais grave parece-nos ser que o ciclo Abril-Setembro seja, frequentemente, lido à luz dos desenvolvimentos posteriores. Como se forjasse uma narrativa determinista, em que muito do que acontece na fase inicial tenha como ponto de chegada quase inevitável alguns dos grandes momentos atrás descritos. Quando, na verdade, muito do que define a cronologia em análise é a incerteza, a impossibilidade de traçar ou definir planos demasiado concretos, o desconhecimento entre os vários protagonistas civis e militares, a imprevisibilidade e sucessão quase febril de acontecimentos, sintomaticamente, muitas vezes pela mão dos movimentos sociais.

Nesta linha, o comportamento e acção de alguns protagonistas político-militares é muitas vezes lido, erroneamente, em função do que estes se tornaram em acontecimentos ou conjunturas posteriores, do que mais tarde revelaram preconizar e do que a memória cristalizou. Para além da incerteza que pauta estes meses, os próprios protagonistas tinham leituras, agendas, projectos, níveis de politização ou concepções políticas diferentes do que mais tarde revelariam. Alianças perceptíveis no Ve-

rão de 1975, por exemplo, não se confirmavam ainda nesta fase. Mais exemplos podem ser dados.

A acção de Spínola é frequentemente encarada como parte de um processo global culminante no 11 de Março de 1975 ou lida em função deste episódio. Figuras carismáticas da revolução, tão demonizadas como beatificadas, como Vasco Gonçalves ou Otelo Saraiva de Carvalho, ficam reféns de leituras que mais devem a fases posteriores do que à Primavera e Verão de 1974. Muitas das suas acções nesta cronologia são então lidas ou integradas em lógicas e dinâmicas estranhas à sua realidade temporal. Também Costa Gomes, Melo Antunes, Mário Soares ou Álvaro Cunhal são alvo de leituras numa linha semelhante. Na mesma medida, a acção do PCP é confundida com posições mais avançadas de momentos subsequentes, nomeadamente no que diz respeito às relações que estabelece com os movimentos sociais, ao controlo que aprofunda no aparelho de Estado ou às relações com o MFA. Também este é entendido muitas vezes à luz da sua evolução posterior. Na cronologia desta dissertação são várias as sensibilidades e facções no seu interior mas não da forma estruturada e aprofundada que a evolução do processo político fez depois vir ao de cima. A pedra de toque é a união do essencial do MFA contra o que preconizavam Spínola e os seus apoiantes no interior do Movimento.

Finalmente, a acção dos movimentos sociais é também subsidiária destas leituras, olvidando-se que, não obstante a relação que existe com partidos, há uma importante dimensão de espontaneidade e autonomia relativamente a forças partidárias que, nesta fase, são também bastante diferentes do que serão mais tarde. A própria relação que estabelecem com o MFA é também ela muito própria e devedora do momento inicial da revolução, não se regendo, necessariamente, pelos mesmos moldes que noutros momentos do processo revolucionário.

3. ESTADO DA ARTE

O processo revolucionário português tem vindo a ser alvo de vários estudos académicos nos últimos anos. Nota-se um incremento substancial da bibliografia desde o início da preparação desta dissertação até ao momento actual.

No âmbito académico impõe-se, desde logo, destacar os trabalhos de António Reis e José Medeiros Ferreira seja em obras de maior fôlego², seja em artigos que publicaram ao longo das décadas de 80 e 90. De cariz diferente, mas pontificando entre os trabalhos pioneiros, contam-se os trabalhos de Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso³.

Intercalando esta primeira geração e os trabalhos mais recentes são incontornáveis os estudos de Maria Inácia Rezola⁴ e Sánchez Cervelló⁵. Destaque ainda para a obra colectiva coordenada por Fernando Rosas, *Portugal e a Transição para a Democracia*⁶, que conta com contributos de Fátima Patriarca, Otelio Saraiva de Carvalho, Pizarat Correia, Phillippe Schmitter ou Josep Sánchez Cervelló entre outros.

Mais recentemente têm vindo a surgir importantes trabalhos sobre a revolução portuguesa, muitos deles com a particularidade dos autores terem nascido depois de 1974, emprestando uma nova e fundamental perspectiva e abordagem ao tema, nomeadamente desfazendo alguns mitos e equívocos anquilosados e trazendo perspectivas teóricas altamente valiosas. Destaquemos, entre outros, os trabalhos de Raquel Varela⁷, Ricardo Noronha⁸, Sónia Vespeira de Almeida⁹ ou Miguel Pérez¹⁰.

Uma das vias mais frutíferas para os investigadores deste período é a profusão de trabalhos realizados pelos próprios protagonistas civis e militares. Sem sermos exaustivos não podemos deixar de fazer referência às obras, muitas vezes de cariz

² José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe (1974-1985)*, in *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Vol.VIII, Editorial Estampa, Lisboa, 2001; António Reis, *Portugal Contemporâneo*, Volume 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1990; António Reis (Coord.) *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.

³ Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Moraes, 1974; *Portugal depois de Abril*, Lisboa, Interior, 1976

⁴ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, tese de doutoramento em História Contemporânea, orientada por António Reis, Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003

⁵ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993

⁶ Fernando Rosas (Coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia*, Lisboa, Colibri, 1999

⁷ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand Editora, 2011

⁸ Ricardo Noronha, *A Nacionalização da Banca no contexto do processo revolucionário português (1974-1975)*, tese de doutoramento em História Económica e Social, orientada por Fernando Rosas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011

⁹ Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. (1974-1975)*, Lisboa, Edições Colibri, 2009

¹⁰ Miguel Pérez, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX, orientada por Fernando Rosas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008

memorialista, de Álvaro Cunhal¹¹, Mário Soares¹², Diogo Freitas do Amaral¹³, António de Almeida Santos¹⁴, António de Spínola¹⁵, Otelo Saraiva de Carvalho¹⁶ ou Dinis de Almeida¹⁷. Numa esfera semelhante encontram-se as entrevistas de Manuela Cruzeiro e Maria João Avillez a figuras como, Mário Soares¹⁸, Costa Gomes¹⁹, Vasco Gonçalves²⁰, Melo Antunes²¹ ou Vasco Lourenço²².

No campo dos movimentos sociais, referência incontornável para dois autores espanhóis: Rafael Durán Muñoz²³ e Diego Cerezales²⁴. Também de origem estrangeira, Charles Downs²⁵ desenvolveu um importante trabalho sobre os movimentos dos moradores, temática onde se destaca ainda o trabalho de José António Bandeirinha²⁶. Nancy Bermeo²⁷ e John L. Hammond²⁸ são outros autores estrangeiros que na década de 80 trabalharam as acções populares na revolução portuguesa.

¹¹ Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*, Lisboa, Edições Avante, 1999; *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, Lisboa, Edições Avante, 1976

¹² Mário Soares, *Democratização e Descolonização. Dez meses no Governo Provisório*, Lisboa, Dom Quixote, 1975; *Um Político Assume-se. Ensaio Autobiográfico, Político e Ideológico*, Lisboa, Círculo dos Leitores, Temas e Debates, 2011

¹³ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand, 1995

¹⁴ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Volume I, Braga, Círculo dos Leitores, 2006

¹⁵ António de Spínola, *País sem rumo: contribuição para a história de uma revolução*, Lisboa, SCIRE, 1978

¹⁶ Otelo Saraiva de Carvalho, *Cinco Meses que mudaram Portugal*, Lisboa, Portugália Editora, 1975; *Alvorada em Abril*, Lisboa, Alfa, 1991

¹⁷ Dinis de Almeida, *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães (Subsídios para Uma Melhor Compreensão)*, Lisboa, Edições Sociais, 1977

¹⁸ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, 1996; *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Público, 1994

¹⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998

²⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves. Um General na Revolução*, Lisboa, Notícias, 2002

²¹ Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2005

²² Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do Interior da Revolução*, Lisboa/Coimbra, Editora Âncora e Centro de Documentação 25 de Abril, 2009

²³ Rafael Durán Muñoz, *Contención y Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, Centro de Estudos Políticos y Constitucionales, Madrid, 2000

²⁴ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa*, Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2003

²⁵ Charles Robert Downs, *Community Organization, Political Change and Urban Policy: Portugal 1974-1976*, tese de doutoramento, Berkeley, University of California, 1980; *Revolution at the Grassroots, Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Albany, State University of New York Press, 1989

²⁶ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa Universidade de Coimbra, 2007

²⁷ Nancy Gina Bermeo, *The Revolution within the Revolution. Worker's Control in Rural Portugal*, New Jersey, Princeton University Press, 1986

No âmbito do movimento operário referência para o trabalho seminal e incontornável de Lima Santos e Marinús Pires de Lima²⁹. Referência ainda para José Carlos Valente³⁰ e o trabalho de Carlos Santos e José Casimiro³¹. Também Fátima Patriarca em vários trabalhos dissecou brilhantemente acções do movimento operário, nomeadamente a luta na Lisnave³². Temos ainda *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)* de Boaventura de Sousa Santos³³ e vários artigos apontando para uma perspectiva essencialmente teórica e sociológica e, num registo memorialista, *O Futuro era Agora* em que Francisco Martins Rodrigues recolhe dezenas de testemunhos, não de grandes protagonistas político-militares, mas de cidadãos que se envolveram em várias acções populares em 1974 e 1975³⁴.

Finalmente, Pedro Ramos-Pinto tem produzido fundamentais estudos sobre acções colectivas³⁵, nomeadamente a sua dissertação de doutoramento³⁶.

Sem pôr em causa a qualidade e a utilidade destes estudos para os investigadores dos anos de 1974 e 1975, muitas delas, sobretudo as mais antigas, tendem a negligenciar a relação das acções colectivas com as demais esferas da realidade. Focando-se nos movimentos sociais como que não os incluem no contexto global, esquecendo muitas vezes a interacção com as dinâmicas política, militar, partidária ou africana. Ao invés, a esmagadora maioria dos trabalhos sobre a revolução portuguesa tende a dar

²⁸ John L. Hammond, *Building Popular Power. Workers' and Neighbourhood movements in the Portuguese Revolution*, New York, New York University Press, 1988; "Popular Power and the Portuguese Far Left", in *European Journal of Political Research* 13 (1985), pp.207-225

²⁹ Maria de Lurdes Lima dos Santos, Marinús Pires de LIMA, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Porto, Edições Afrontamento, 1977.

³⁰ José Carlos Valente, "O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a Unicidade" in *Revolução e Democracia. O País em Revolução*, Coord. por J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2001

³¹ Carlos Santos e José Casimiro, *Movimento Operário: a década de 70. Quando o trabalhador se tornou cidadão*, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 1997

³² Fátima Patriarca, "Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave", in *Análise Social*, XIII, nº 51, 1977; "Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974". In *Análise Social*. Lisboa, ICS, Vol. XIV (56), 1978-4

³³ Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990

³⁴ Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora: o Movimento Popular do 25 de Abril*, Lisboa, Dinosaurio, 1994

³⁵ Pedro Ramos-Pinto, *Social Capital as a Capacity for Collective Action*, Cambridge Scholars Press; "Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal. 1974-1976", in *The Historical Journal*, 51, 4, Cambridge University Press, 2008, pp.1025-1046.

³⁶ Pedro Ramos-Pinto, *Urban Protest and Grassroots Organisations in Lisbon, 1974-1976*, dissertação de Doutoramento, Cambridge, University of Cambridge, 2007

pouca atenção às acções colectivas, referindo-as *en passant* mas sem, de facto, as incluir na história, sem aferir, de facto, o seu peso no processo histórico, privilegiando a dimensão política e militar ou, noutros campos, a internacional.

Sem se pretender individualizar ou contestar determinadas obras ou linhas historiográficas, refira-se apenas a título de exemplo – porque uma obra relativamente recente, com ampla edição e divulgação, tendo uma boa capacidade de chegada e ressonância num público geral para além do académico – a *História de Portugal*³⁷ coordenada por Rui Ramos que nas páginas dedicadas aos anos finais do Estado Novo e, sobretudo, ao período entre Abril e Setembro de 1974 pouca atenção dá às mobilizações populares, ao papel dos movimentos sociais na tensão no ocaso do marcelismo e no processo político aberto a 25 de Abril. Nas parcas e rápidas referências aos movimentos sociais, a tónica é quase sempre colocada no logro que estas alimentaram na construção do sentido da transição portuguesa para a democracia, sugerindo que o seu papel é reduzido, quando não negativo, e uma construção mais ou menos especulativa.

Muitas vezes, este tipo de omissões ou de relativizações da importância das acções populares prender-se-á com opções metodológicas legítimas, mas também com algum receio em colocá-las na história e de aferir o seu peso real, na medida em que se revela comprovadamente elevado. Tal poderá dever-se ao desconforto que algumas características evidenciadas por este movimento ainda hoje suscitam, porque em vários aspectos excessivo e radical, mas também moderno e democratizante. Mas quase sempre desconfortáveis para o poder estatal. De facto, muito do que se fala nesta dissertação é visto com estranheza, como uma excepção num comportamento historicamente amorfo e apolítico das massas, um momento anómalo, como bem sugeriu Cerezales³⁸. A fronteira por vezes será ténue entre o que se considera um momento de democratização ou aprofundamento democrático e o que é visto, também, como um momento de excessiva tensão social, de excessivo peso das acções populares muitas delas subversivas, assumidamente ilegais e desestabilizadoras da economia.

³⁷ Rui Ramos (Coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010

³⁸ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa*, p.19

A relevância que os movimentos sociais tiveram durante o processo revolucionário acaba, frequentemente, por ser inversamente proporcional à que lhes é conferida por vasta literatura. O que, noutra perspectiva, acaba por não ser mais do que uma confirmação da sua profundidade, importância e alcance.

Num âmbito mais geral, várias obras e artigos têm sido publicadas sobre acções colectivas, participação popular na política, transições comparadas e o papel dos cidadãos nos processos de transição ou sobre o papel das esquerdas como é o caso de *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*³⁹; *Forging Democracy: The History of the Left in Europe*⁴⁰, *1968 in Europe - A History of Protest and Activism, 1956-77*⁴¹ ou ainda “Mass mobilization and regime change: pacts, reform, and Popular Power in Italy (1918 – 1922) and Spain (1975–1978)” de Sidney Tarrow⁴².

Paralelamente, sob diferentes perspectivas, outros autores estrangeiros têm-se debruçado sobre a transição portuguesa destacando-se, por exemplo, Kenneth Maxwell⁴³ que tende a reconhecer a importância das acções colectivas e da luta social na democratização, integrando-a com outros factores.

Finalmente, os processos de transição para a democracia numa perspectiva comparada e em particular o caso português, integrando-o no que muitas vezes designam de terceira vaga de democratização, têm vindo a ser alvo de vários estudos na órbita da ciência política. Entre estes pontificam, por exemplo, Nancy Bermeo⁴⁴, Thomas Bruneau⁴⁵, Lawrence Graham⁴⁶, Samuel Huntington⁴⁷, Juan Linz⁴⁸, Alfred Stepan⁴⁹ Phi-

³⁹ Tony Judt, *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 2006.

⁴⁰ Geoff Eley, *Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000*, Oxford, Oxford University Press, 2002

⁴¹ Martin Klimke, Joachim Scharloth, *1968 in Europe – A History of Protest and Activism, 1956-1977*, Palgrave Macmillan, 2008

⁴² Sidney Tarrow, “Mass mobilization and regime change: pacts, reform and Popular Power in Italy (1918-1922) and Spain (1975-1978), in Richard Gunther, P. N. Diamandouros, Jürgen Phule, *The Politics of democratic consolidation: Southern Europe in comparative perspective*, Baltimore, MD, 1995

⁴³ Kenneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999

⁴⁴ Nancy Bermeo, *A Teoria da Democracia e as Realidades da Europa do Sul*, Lisboa, Difel, 1999

⁴⁵ Thomas Bruneau, *Politics and Nationhood – Post-Revolutionary Portugal*, New York, Praeger, 1984

⁴⁶ Lawrence S. Graham, *Contemporary Portugal: the revolution and its Antecedents*, Austin, University of Texas Press, 1979

⁴⁷ Huntington, Samuel P., *The Third Wave: Democratizations in the Late Twentieth Century*, Norman University of Oklahoma Press, 1991

⁴⁸ Juan Linz, Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation. Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore-London, John Hopkins University Press, 1996

lippe Schmitter⁵⁰, Guillermo O'Donnell⁵¹ ou de Richard Gunther, P. N. Diamandouros e Hans-Jürgen Puhle⁵². Neste campo António Costa Pinto⁵³ será quem mais se destaca em Portugal com vasta obra de qualidade publicada sobre o tema.

Nos anos recentes têm sido dadas à estampa várias obras vindas de vários quadrantes sobre o processo revolucionário português de autores como Luís Nuno Rodrigues⁵⁴, Bernardino Rodrigues e Tiago Moreira de Sá⁵⁵, Maria Inácia Rezola⁵⁶, Nuno Simas⁵⁷ ou do militar Rodrigo Sousa e Castro⁵⁸.

4. METODOLOGIA E FONTES

4.1. Definição de Movimentos Sociais

Mais do que definir o conceito de movimentos sociais à luz dos contributos da sociologia, aquilo que se preconiza é uma concepção lata, dinâmica e heterogénea de movimentos sociais. Genericamente designa-se com este termo as acções da sociedade civil, as mobilizações populares ou as acções colectivas de cariz mais ou menos político ou cívico. Tal pode englobar manifestações, protestos, assembleias populares, experiências de democracia directa ou de base, greves, ocupações de fábricas ou de casas, distribuição de panfletos, construção ou reparação de estradas, organização de escolas, vendas solidárias ou farmácias populares. Bem como, acções cujo carácter político ou de confrontação ou influência sobre a esfera de poder são mais palpáveis, cu-

⁴⁹ Alfred Stepan, Juan Linz, *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1978

⁵⁰ Phillipe C. Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999

⁵¹ Guillermo O'Donnell, Phillipe C. Schmitter, Lawrence Whitehead, *Transitions from Authoritarian Rule. Southern Europe*, Baltimore – London, John Hopkins University Press, 1986

⁵² Richard Gunther, P. N. Diamandouros e Hans-Jürgen Puhl, *The politics of democratic consolidation: southern Europe in comparative perspective*, Baltimore, 1995

⁵³ António Costa Pinto, "Authoritarian Legacies, Transitional Justice and State Crisis in Portugal's Democratization, in *Democratization*, vol.13, Nº2, April, 2006, pp.173-204; *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001

⁵⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes. No Centro da Tempestade*, Póvoa de Santo Adrião, Esfera dos Livros, 2008

⁵⁵ Bernardino Rodrigues, Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008

⁵⁶ Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes. Uma Biografia Política*, Lisboa, Âncora Editora, 2012

⁵⁷ Nuno Simas, *Portugal Classificado. Documentos Secretos Norte-Americanos. 1974-1975*, Lisboa, Alet-heia, 2008

⁵⁸ Rodrigo de Sousa e Castro, *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, Lisboa, Guerra e Paz, 2009

jos exemplos podem ser o comportamento popular a 25 de Abril relativamente à política política ou à Censura ou as sucessivas manifestações de apoio ao MFA e aos governos provisórios.

Nesta dissertação a perspectiva é pois global, incluindo as mais variadas formas de acções colectivas. No entanto, privilegiaram-se duas das suas expressões, por se considerarem mais sintomáticas ou paradigmáticas e determinantes não só no processo político, mas num processo global de perspectiva de mudança da sociedade e de um novo modelo político e económico. Concomitantemente por porem em causa alguns dos aspectos fulcrais do capitalismo e consubstanciarem a conquista de direitos e liberdades e um avanço revolucionário e democrático. Falamos do movimento operário e do movimento de moradores. Numa primeira camada é este o campo de que falamos. No entanto, a riqueza, profundidade, heterogeneidade e importância dos movimentos sociais obriga a uma outra perspectiva ou leitura.

De facto, não obstante privilegiar-se a análise destas duas expressões dos movimentos sociais, o que nos interessa é o que o quadro aberto pelo golpe de 25 de Abril significa em termos de um país em movimento e de uma sociedade a fazer política. Nos cinco meses de que se ocupa esta dissertação assiste-se a um processo que tem muito de profundo e estruturante, como de psicológico, comportamental ou cultural, mas que é profundamente político. Um breve momento de enorme sobressalto ideológico, de experiência colectiva, cívica e democrática, de participação das massas na política e de intensa mobilização social. Traduzido numa ampla mobilização da sociedade civil no sentido de um avanço do processo revolucionário e da democratização do país ou, simplesmente, de aproveitar a conjuntura aberta para assegurar melhorias de vida e a conquista de direitos e aspirações várias.

Como se esmiuçará no capítulo III e ainda no capítulo IV, a presença popular no processo português de democratização é um dado desde as primeiras horas do golpe, confunde-se com os momentos decisivos da operação militar, determina fortemente o seu sucesso. Como que se esboçava um elo entre a população e os militares que derubavam o regime. E era naqueles que estes encontravam o seu referencial, o seu elemento legitimador. A acção colectiva e a vitalização da sociedade civil tornam-se constantes e omnipresentes ao longo da Primavera e Verão de 1974.

Se numa primeira linha de análise é este movimento popular que através de acções diárias empurra o MFA para um lugar cimeiro do bloco de poder, que acelera a sua politização e radicalização, que hipoteca o projecto spinolista, que pressiona para a rápida descolonização e democratização, que através da luta conquista o direito à greve, um salário mínimo, sindicalização livre, a libertação dos presos políticos ou o fim da polícia política, numa perspectiva mais lata, o seu papel tem um alcance deveras maior.

É então uma sociedade a fazer política, em rápido, ainda que muitas vezes superficial, processo de politização, um momento inédito que muitos garantiam estranho à natureza dos portugueses, de acção política, experiencia cívica, democrática e colectiva. De organização, reflexão, empenho e conquista de direitos que nesta fase foi desde os exemplos referidos a pequenas coisas como alcatroar uma estrada, construir uma escola ou um grupo cultural, ou prolongar a carreira de transportes públicos urbanos.

Mais do que dissecar a sua organização interna, a sua estrutura, aquilo que se pretende é ler os primeiros cinco meses do processo revolucionário português à luz deste fenómeno tão inédito quanto irrepetido. E neste sentido, decodificar o impacto das acções dos movimentos sociais na definição do processo político, militar e de descolonização. A perspectiva é antes de mais problematizadora e qualitativa do que quantitativa e esquemática. Até por que os estudos citados de Durán Muñoz, José Carlos Valente ou Maria de Lurdes Lima Santos constituem-se como excelentes contributos a esse nível, fornecendo uma moldura quantitativa valiosíssima para o tipo de análise que aqui se pretende fazer.

4.2. Metodologia e pressupostos teóricos

Definido o objecto e, em linhas gerais, o tipo de abordagem que pretendemos seguir, importa deixar algumas breves notas sobre as perspectivas, metodologia e bases teóricas seguidas.

Numa perspectiva holística partimos do pressuposto de que a História não se limita a explicações monocausais, nem é devedora de uma visão a preto e branco dos

acontecimentos. Nesse sentido, incorporou-se teses de vários autores na explicação da explosão dos movimentos sociais.

Recorre-se à visão de historiadores como Fernando Rosas⁵⁹ relativa às tensões acumuladas no marcelismo que, perante o quadro aberto pelo golpe militar, têm, finalmente, espaço para se libertar. É neste passo que entram as noções de oportunidade política de Diego Cerezales⁶⁰ e de crise de Estado de Durán Muñoz⁶¹. No entanto, também estas não são interpretadas como a explicação única mas como contexto ou elemento explicativo, mais uma vez em complementaridade com algumas características, mais uma vez surpreendidas, por Fernando Rosas, do golpe militar que incluímos como elementos determinantes no desenrolar do processo político, nomeadamente, na evolução do golpe militar para uma revolução. Falamos da quebra da cadeia hierárquica de comando decorrente do golpe ter sido protagonizado pela oficialidade intermédia e de um poder policêntrico, dividido e fraco, ideia também adoptada por Cerezales e Muñoz.

É precisamente por obra deste momento único de experiência democrática, cívica, colectiva e de politização extrema, consubstanciado na acção dos movimentos sociais, que, em larga medida, se entende que democracia e democratização não se opõem a este período mas sim a Estado Novo e a ditadura. Pelo que, como diz Fernando Rosas, se deve falar numa “marca genética da democracia portuguesa”⁶², traduzida numa Constituição que cristaliza o lastro das lutas sociais daqueles anos e a conquista de direitos e liberdades, a conquista da democratização do país.

De facto, é muito pelo papel dos movimentos sociais que o processo de democratização se faz pela via revolucionária. Que à saída do mês de Setembro o país co-

⁵⁹ Fernando Rosas, *Portugal Século XX. (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003

⁶⁰ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa*, 2003; o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas foi primeiramente desenvolvido por outros autores: Peter Eisinger, “The conditions of protest behaviour in American cities”, in *American Political Science Review*, 67, pp-11-28; Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, “Toward a integrated perspective of social movements and revolution”, in *Comparative Politics, Rationality, Culture and Structure*, Edit. Mark Irving Lichbach, Alan S. Zuckerman, Cambridge, Cambridge University Press, 1997; Doug McAdam, John McCarthy, Mayer Zald, *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

⁶¹ Rafael Durán Muñoz, *Contención y Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, 2000

⁶² Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.155

nhece a contenção de uma transição moderada com roupagens autoritárias e reminiscências de algumas heranças da ditadura deposta, que há um alargamento quase imediato de direitos e liberdades que, depois, são constitucionalmente consagrados. Que, olhando-se à confortável distância de quase quatro décadas, múltiplas acções populares significaram a entrada na política ou na acção cívica de milhares de pessoas. Muitas delas pela primeira e única vez. Mas para muitos outros materializando o início deste tipo de acções, dando-lhe continuidade em partidos, em sede parlamentar, em funções administrativas, governamentais ou ministeriais, mas também, em sindicatos, associações culturais, cívicas, corporativas ou locais, no poder local, em juntas de freguesia ou no poder municipal, nos locais de trabalho, em escolas ou universidades.

A par de uma democratização materializada na frente constitucional ou institucional, há uma democratização da sociedade, do quotidiano, do acesso e nas relações com os órgãos de poder, com o Estado. Muitos cidadãos ganharam uma gama de instrumentos e conhecimentos, não só susceptíveis de dialogar com as instituições e o poder, conseguindo obter melhorias nas suas vidas. Como veremos, para muitos foi no decorrer deste processo de luta que aprenderam a ler, a ter noções de gestão, a aceder a obras literárias ou políticas, a práticas e ofertas culturais novas. Ou seja representou um momento de maturidade cívica, de consciência de si próprio, de enriquecimento pessoal e trabalho para a comunidade, de empenhamento social e político. Tudo isto significa, na nossa opinião e como a dissertação procura demonstrar, um legado histórico e estruturante de democratização não apenas da vida destes cidadãos, como de outros e da própria sociedade portuguesa.

Naturalmente que não se pode obliterar o que este processo teve de perturbador e negativo, nomeadamente nas suas expressões mais radicais e, por vezes, violentas. Da mesma forma que terá tido consequências nefastas na economia marcada já por sintomas inelutáveis de crise. Há ainda situações em que algumas destas acções colectivas pouco apontam para práticas ou vias democráticas, nomeadamente, noutros momentos do processo revolucionário. Mas lido globalmente e contextualizado na sua época, num processo revolucionário subsequente a uma pesada ditadura, parece-nos que esta explosão social teve o condão de, na conjuntura que perpassa de Abril a

Setembro, reforçar o caminho da democratização por oposição a uma economia que Spínola pretendia fazer da mesma.

Não pretendemos romantizar a revolução ou construir um cenário edílico, mas valorizar uma das suas dimensões que, por sinal, representou um avanço do ponto de vista cívico, democrático e social. Paralelamente, não se faz uma associação linear ou automática entre democratização e revolução. Cientes de que algumas acções, propostas e ideologias inerentes às acções populares, não perspectivavam, necessariamente, a democratização ou doutrinas democráticas, globalmente, este movimento profundo por que passa a sociedade portuguesa nos primeiros cinco meses do processo revolucionário traduziu-se num importante impulso à democratização do país.

Pedro Ramos Pinto lembra que a democratização não pode acontecer sem o apoio ou pelo menos contra os anseios dos movimentos populares de base. Sustentará ao longo do seu artigo que a democratização esteve relacionada com a desmobilização, moderação e a recusa de maior radicalização pelos movimentos populares de moradores em 1975 e 1976⁶³. A nossa perspectiva, recupera o papel decisivo dos actores sociais colectivos na democratização, mas sustenta que entre Abril e Setembro a pujança e, por vezes, radicalidade das suas acções contribuiu para o avanço da democratização mesmo que através de um trilha revolucionário. Neste sentido, entre Abril e Setembro a democratização não se faz apesar dos movimentos sociais e da revolução, mas em grande parte por causa de ambos.

Paralelamente, na interpretação dos movimentos sociais recorre-se a alguns contributos da sociologia como os de Alain Touraine⁶⁴ ou Boaventura de Sousa Santos⁶⁵. Reportando-nos ao trabalho de Touraine, algumas das suas ideias são usadas mais como ponto de partida ou elemento suscitador de interrogações e reflexões do que, propriamente, como grelha analítica ou elemento estruturante da análise. Sobre tudo porque enquadradas em ideias de Luís Trindade que se perfilham, no sentido em que são entendidas como uma definição certa do que aconteceu na sociedade e na política portuguesa não só em 1974 e 1975, mas especificamente entre Abril e Setem-

⁶³ Pedro Ramos-Pinto, "Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal. 1974-1976", in *The Historical Journal*, 51, 4, Cambridge University Press, 2008, p.1027

⁶⁴ Alain Touraine, *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994

⁶⁵ Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*

bro de 1974. A ideia de raro momento de participação das massas na política é uma das características fundamentais do processo revolucionário português, enquanto “o único momento da contemporaneidade portuguesa em que a sociedade fez política”⁶⁶.

David Cannadine diz que os governos de Margaret Thatcher procuraram retirar da discussão pública e do debate político a linguagem sobre classes sociais, a luta de classes, a dimensão e natureza classista da sociedade inglesa⁶⁷. Em Portugal o Estado Novo empreendeu um processo semelhante, retirando do debate e do sistema político e, em certa medida, daquilo que dizia ser a realidade, tudo o que remetesse para a luta de classes, uma população activa e politizada e para a luta social capaz de imprimir mudança. O próprio regime, mediante o corporativismo, era a negação institucionalizada e a garantia da “supressão administrativa” da luta de classes⁶⁸.

O processo revolucionário português vem, então, responder a esta construção com a intensificação do debate, reflexão e acção política e com a disseminação e popularidade do socialismo, comunismo e marxismo, das grandes teorias da história da modernidade. Luís Trindade sustenta que o Estado Novo correspondeu a uma “sociedade pré-moderna” e que Portugal “simulou a modernidade” ao longo do século XIX e XX, pelo que a revolução portuguesa representou um momento de modernidade após esta ter sido mitigada ao longo do Estado Novo, traduzindo-se nesse “fugaz momento em que a existência em Portugal foi vivida numa densidade moderna”⁶⁹.

Esta ideia, mais do que dever ser lida literalmente, serve sobretudo de ilustração da realidade, não nos fixando demasiadamente nos debates acerca de modernidade ou pós-modernidade, usados aqui, sobretudo, como pistas teóricas.

Neste processo de politização da sociedade e acção política os movimentos sociais constituem-se como elemento fundamental, processo ainda mais notável, quando muitos anunciavam uma nova tipologia de movimentos sociais, desligados da perspectiva de mudança de sociedade e das grandes filosofias da História, num momento em

⁶⁶ Luís Trindade, “Os Excessos de Abril”, in *Revista História*, Abril 2004, p.26

⁶⁷ David Cannadine, *The Rise and Fall of Class in Britain*, New York, Columbia University Press, 1999, pp.14-18

⁶⁸ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.87

⁶⁹ Luís Trindade, “Os Excessos de Abril”, p.25

que se gritava o triunfo do pós-modernismo e do neo-liberalismo e se anunciava o fim do “esquerdismo revolucionário”⁷⁰.

Os movimentos sociais consubstanciam, também, a constituição de uma noção de “povo” já diferente da dominante nos discursos do Estado Novo. O “bom povo português”, ordeiro, submisso, desinteressado da política ou mesmo apolítico, ciente do seu lugar na estrutura social, definido pela mitologia salazarista pela sua “paciência diante a adversidade, a infinita resignação, a inexpugnável credulidade”⁷¹, dera lugar ou subitamente transformara-se noutra coisa. Um povo politizado e activo, que luta e conquista direitos, pressiona o bloco de poder político-militar, condiciona a acção deste. De repente, o “povo” era outro.

Um país eterno e estagnado transformara-se num país em explosão de movimentos e lutas sociais, em mudança acelerada e profunda.

Em tudo isto parece haver, a par das razões materiais que conduziram à explosão das lutas sociais, a construção de uma nova imagem de povo que tanto alimenta, como é alimentada pela generalização das acções colectivas e lutas reivindicativas. Um povo antifascista, finalmente libertado dos grilhões ditatoriais, ansioso de liberdade, democracia e, porque não, de socialismo. Um povo participante e protagonista da revolução e da construção de “outro país”, título que Sérgio Trefaut dá a um interessante filme seu sobre este período⁷². Eduardo Lourenço fala então de um “contra-mito”, uma “mitologia revolucionária”, enraizada na “tentativa frenética de desbloquear a imagem fascista da realidade nacional presente e passada, de destruir pela raiz o que se supunha mera *pintura superficial* do País”⁷³.

Detecta-se na bibliografia sobre o processo revolucionário várias perspectivas relativamente ao lugar dos movimentos sociais. Por exemplo Medeiros Ferreira, António Reis, Maria Inácia Rezola ou Luís Nuno Rodrigues naturalmente que referindo-se às acções colectivas e reconhecendo a sua importância, não aprofundam o tema. Justifi-

⁷⁰ Alain Touraine, *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994, p.221-223

⁷¹ Eduardo Lourenço, “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, in *Portugal: O Sistema político e constitucional – 1974-1987*, coord. Mário Baptista Coelho, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989, p.60

⁷² O título completo é: *Outro País: Memórias, Sonhos, Ilusões... Portugal 1974/1975*

⁷³ Eduardo Lourenço, “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, p.51

cadamente, a razão reside, muitas vezes, simplesmente no facto do objecto e o enfoque dos seus trabalhos ser, legitimamente, outro.

Trabalhos referidos como os de Fátima Patriarca, Maria de Lurdes Lima, José Carlos Valente, Charles Downs ou Francisco Martins Rodrigues, como vimos, têm nos movimentos sociais o seu objecto, procedendo a análises aturadas do mesmo. No entanto, por vezes, denotam a ausência de uma problematização acerca das relações entre as acções populares e o poder, o MFA ou a descolonização, não aferindo por completo o impacto dos movimentos sociais no desenrolar do processo político globalmente.

Diego Cerezales, Durán Muñoz ou Raquel Varela colocam também os movimentos sociais numa posição mais central da análise, perspectivando já a sua integração numa dinâmica mais geral. Os dois primeiros têm o seu objecto precisamente nas acções populares e, em particular, a forma como as características do poder estatal potenciam ou não a erupção destas acções. Todavia transparece alguma subordinação da dinâmica de luta social relativamente às características e comportamento do poder. Raquel Varela, centrando-se no Partido Comunista Português não só se debruça com cuidado sobre as acções populares, como as coloca num lugar fundamental da sua análise, vendo nestas acções um elemento determinante na evolução histórica ou do processo político.

Por tudo isto, esta dissertação procura encurtar o caminho entre estas várias tendências historiográficas sobre o processo revolucionário português e a partir da análise dos movimentos sociais proceder à construção de uma visão integrada deste período subordinada à preocupação de os correlacionar com as demais dinâmicas e dimensões da realidade, evitando uma compartimentação da análise. De facto, não se adopta uma posição rígida que vê nas acções das massas o motor exclusivo da História. Simplesmente, adopta-se como ponto de partida metodológico partir para uma leitura dos primeiros cinco meses da revolução portuguesa tendo como principal foco as acções dos movimentos sociais, o impacto que têm sobre os agentes políticos e civis, sobre o poder, que conquistas ou recuos impõem a estes, não esquecendo como todos estes agem sobre aqueles. Enfim, qual o seu papel na definição política nesta cronologia.

De algum modo, perspectiva-se aquilo que Boaventura de Sousa Santos propõe quando questiona a prevalência do “reducionismo económico”, o determinismo da base, da estrutura económica sobre a superestrutura, sobre o político e o social, propondo a crescente indestrinçabilidade entre político, económico e cultural⁷⁴.

Neste sentido, o método utilizado traduzir-se-á num deitar mão de várias perspectivas teóricas e epistemológicas, havendo momentos em que à leitura subjaz um entendimento da realidade à luz de uma história política e factual, outros em que a tónica é colocada na cultura, comportamentos e hábitos e, ainda, outros em que a perspectiva poderá ser mais socioeconómica.

De modo a ilustrar esta perspectiva holística, chama-se à reflexão um contributo teórico que remete sobretudo para outras áreas do saber e da ciência mas que pode servir de moldura teórica, ou melhor, como um ponto de partida ou pressuposto metodológico. Falamos na *theory of consilience* de que fala Edward Wilson. Este autor define esta perspectiva como “linking of fact, theory and method across disciplines and subdisciplines and across nested levels of informational complexity”⁷⁵; “Literally a 'jumping together' of knowledge by the linking of facts and fact-based theory across disciplines to create a common groundwork of explanation.”⁷⁶.

Importa fazer algumas advertências a esta teoria porque forjada no âmbito das ciências naturais, sobretudo a biologia, postulando a existência de uma lei universal que nos permite ler a natureza e o universo e a partir daí compreender o seu funcionamento e estabelecer teorias. Mas, para o que nos interessa, a *theory of consilience*, alerta-nos para uma postura aberta a vários contributos e abordagens. Consoante as situações ou os objectos, a abordagem metodológica terá de ser diferente. No campo da História, ainda que a análise dos movimentos sociais seja a grande matriz ou subjaza às demais dimensões, tal não invalida que seja complementada de forma integrada com análises de cariz mais político ou institucional, das elites, do bloco militar, da frente africana ou internacional, cultural, das mentalidades ou comportamental.

⁷⁴ Boaventura de Sousa Santos, “Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também?”, in *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp.36-38

⁷⁵ Edward O. Wilson, *Consilience: The Unity of Knowledge*, Knopf, New York, 1998

⁷⁶ Edward O. Wilson, *Consilience Among the Great Branches of Learning*, 1998, p.132

Do mesmo modo, a análise histórica da revolução portuguesa pode e deve ser complementada com contributos da sociologia, da ciência política, da economia. No fundo, o que se pretende é evitar leituras rígidas e monocausais, ler o processo revolucionário nas suas várias expressões e dinâmicas.

4.3. Fontes. Problemas e reflexões

O essencial do trabalho heurístico ou de fontes desta tese reside, quase inevitavelmente, na imprensa periódica. Por contraponto à relativa escassez de fontes para a fase inicial do processo revolucionário, ou seja, entre Abril e Setembro de 1974, a imprensa apresenta-nos um manancial imenso de informação e constitui-se como principal campo de pesquisa. No entanto esta virtude é simultaneamente um problema, obrigando a uma rigorosa selecção daquilo a que se pretende recorrer. Ainda que se tenha analisado largas dezenas de títulos, optou-se pelo estudo mais pormenorizado de alguns jornais que se consideraram representativos, como o *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *Expresso*, *República*, *Diário Popular* ou *A Capital*, situação que não excluiu de modo algum a leitura dos demais periódicos. A imprensa partidária foi também contemplada, com destaque para *O Avante!* (PCP), *Portugal Socialista* (PS), *O Povo Livre* (PPD), *Luta Popular* (MRPP) e vários jornais ou pequenas publicações dos vários movimentos e partidos que povoavam a extrema-esquerda e a esquerda radical portuguesa de então, e jornais representativos da direita, como *O Bandarra*, *Jornal de Economia e Finanças*, *Tempo Novo*, *Tribuna Popular*, etc.

Uma nota para os problemas apresentados por estes jornais partidários: alguns deles só começaram a ser publicados depois do 28 de Setembro, outros têm poucos números ou publicações demasiado irregulares anteriores a esta data.

O levantamento de periódicos fez-se, essencialmente, na Hemeroteca Municipal de Lisboa, Biblioteca Nacional e, no que diz respeito, sobretudo, aos jornais de extrema-esquerda, na Fundação Mário Soares, no arquivo do ICS e no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

A primeira etapa do processo revolucionário português revela-se particularmente árida neste campo, resultado da proximidade do golpe, de um poder ainda em

estruturação e das incontáveis situações que os novos órgãos de poder têm de resolver, impossibilitando a existência de documentos oficiais, sendo o caso mais gritante o de actas de reuniões de Governo, Conselho de Estado ou encontros oficiais entre os vários membros dos órgãos de poder. A rarefacção é quase total.

Finalmente, dos inúmeros documentos estudados ao longo da realização desta dissertação ainda que nem sempre citados, estão presentes na concepção da escrita. É, sobretudo, o caso de comunicados, panfletos e publicações várias de partidos ou organizações de base populares como as comissões de trabalhadores e moradores.

A explicação reside no facto de mais do que se lhes deitar mão pontualmente ou para sustentar determinado ponto, por que interiorizados, eles terão influenciado inevitavelmente a construção do plano e a conceptualização global do trabalho, tornando-se exaustivo e, na realidade, infrutífero ou inútil enumerá-los a todos.

Concorrendo para esta situação, os documentos disponíveis à consulta revelam informações muitas vezes já conhecidas ou pouco relevantes em termos de novidade ou elementos susceptíveis de causar grandes rupturas nos dados ao dispor dos investigadores, pelo que mais relevante que uma relação de excessivo compromisso ou dependência das fontes, parece ser a capacidade de ler os dados disponíveis e construir uma leitura séria e cientificamente sólida.

Muitas vezes as perspectivas de Hayden White relativamente à construção do passado revelam-se de grande utilidade, pondo a nu um problema particularmente agudo no processo revolucionário português: tão rapidamente as leituras caem na sua demonização como na sua exaltação.

Este autor diz que é possível olhar para um mesmo período ou acontecimento e tomá-lo como uma tragédia, uma farsa ou algo de épico, consoante a reconstrução e valorização que fizermos dos factos. Os acontecimentos históricos, por si só, terão assim um valor neutro, dependendo a sua valorização da forma como forem conjugados, subordinados ou realçados na construção do seu enredo, tudo dependendo, então, da perspectiva e sentido que se lhes pretenda conferir⁷⁷.

⁷⁷ Hayden White, *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*, São Paulo, EDUSP, 2001, pp.100-101

A forma como se olha para o período de 1974-75 estará também dependente da opção por realçar ou valorizar determinados factos em detrimento de outros. A mesma sucessão de acontecimentos que para uns foi sinónimo de caos, anarquia, destruição do tecido económico e loucura colectiva, para outros foi de maioria cívica, de experiência máxima e irrepetível de democracia, cidadania e liberdade. Onde muitos vêem turbas radicais e terror revolucionário, outros vêem um povo oprimido em luta por direitos e liberdades.

José Neves relembra:

“Walter Benjamin, Michel Foucault ou Hayden White, entre outros autores que têm apelado a que os historiadores mantenham uma relação difícil com a verdade. Porque, se é verdade que o passado já passou, o acesso a essa realidade finita dependerá sempre da perspectiva em que presentemente nos apoiemos e, como tal, esse passado estará sempre sujeito à imprevisibilidade do presente em que o historiador vive”.⁷⁸

Acrescente-se o que escreveu Marcelo Rebelo de Sousa no prefácio ao livro de Rodrigo de Sousa e Castro: “no meio de uma revolução, as coisas são sempre mais complexas do que julgadas décadas depois”⁷⁹.

A importância do presente na construção de sentido do passado será uma armadilha constantes no trabalho do historiador, mas o processo revolucionário pelo impacto transformador que teve, mas simultaneamente pelo curto alcance que para outros terá tido, revela-se pródigo a alimentar visões extremadas devedoras mais da realidade em que foram produzidas do que da realidade que pretendem descrever.

De facto, estes anos tendem a ser lembrados e historizados de formas extremadas, muitas vezes opostas e mesmo mutuamente exclusivas. Mesmo para os directos protagonistas políticos e militares há vários “25 de Abril”, forjando-se uma disputa em torno do que se dizia ser o “verdadeiro espírito do 25 de Abril” que se prolonga até hoje. É ciente destas armadilhas que se partiu para o estudo deste período.

Refira-se brevemente os principais núcleos arquivísticos onde se procedeu a parte importante da investigação.

⁷⁸ José Neves (Coord.), *Como se Faz um Povo*, Lisboa, Tinta da China, 2010, p.11

⁷⁹ Rodrigo de Sousa e Castro, *Capitão de Abril*, p.11

No Arquivo Histórico Militar procedeu-se pesquisa documental relativa, naturalmente, à questão militar anterior e posterior ao 25 de Abril. Destaque para o fundo da Comissão Coordenadora do Programa do MFA em Angola e respectivos documentos relativos às negociações sobre a descolonização, à Comissão de descolonização, às tentativas frustradas de golpes de direita e colonialistas em Moçambique, à situação, política, militar, social nas colónias, à forma como decorreram as operações militares no dia do golpe, etc.

Noutros fundos foram encontrados importantes documentos sobre a situação política interna, os conflitos e tensões sociais, sobre a situação no interior das Forças Armadas, a génese do Movimento das Forças Armadas e a conspiração militar. É de realçar a importância de algumas fontes analisadas: o Relatório sobre a tentativa de golpe de 16 de Março de 1974 e outros documentos sobre a mesma questão, e o Relatório da Comissão *Ad Hoc* encarregada de investigar os acontecimentos de 28 de Setembro de 1974.

Referência ainda para o trabalho intitulado *A Revolução Portuguesa na Guiné* da autoria do coronel Alexandre de Sousa Pinto, para uma vasta gama documental cuja temática engloba o MFA na Guiné, antes e depois do 25 de Abril (comunicados à Junta de Salvação Nacional; imprensa; comunicado do delegado da JSN para a Guiné; discursos de várias figuras políticas e militares; situação política, militar, social, religiosa na Guiné; PAIGC; discurso do general António de Spínola na tomada de posse como Presidente da República; tomada de posse do Governo provisório; negociações com PAIGC; reestruturação e democratização do MFA [criação de comissões: “Delegações do Movimento das Forças Armadas; Relatório da reunião realizada entre a Comissão Coordenadora do Programa do MFA e o Secretariado do MFA na Guiné nos dias 6 e 7 de Junho de 1974]; Plano de Informação das Forças Armadas; Actas de reuniões do MFA da Guiné; estudo sobre a situação económico-financeira da Guiné; análise político militar da situação na Guiné realizada em Junho/Julho de 74, etc.) e para transcrições de programas de rádio e televisão.

No arquivo da Fundação Mário Soares a temática das inúmeras fontes levantadas incide, essencialmente, sobre o movimento estudantil anterior ao 25 de Abril, a contestação à guerra colonial, acção da extrema-esquerda (destaque para a miríade de

panfletos, manifestos, jornais, propaganda, etc. de organizações de extrema-esquerda antes e depois do 25 de Abril, como o Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado e organizações e grupos a si afectos), Acção Socialista Portuguesa, conflitos sociais, nomeadamente, as greves e manifestações que varreram o país na Primavera e Verão de 1974, sindicalismo, situação política, económica, social e militar, Movimento das Forças Armadas (Relatório Informativo do MFA, actuação de Mário Soares como Ministro dos Negócios Estrangeiro no período alvo do estudo desta tese), actividade da oposição anterior ao 25 de Abril, imprensa periódica e recortes de imprensa sobre muita da temática atrás referida.

No Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros a pesquisa foi forçosamente mais limitada resultado do carácter relativamente delicado da documentação e das limitações inerentes à tipologia documental e do facto de versar questões diplomáticas ainda recentes. A documentação incide essencialmente sobre a guerra colonial, sobretudo, antes do 25 de Abril, destacando-se questões de fornecimento de armamento, geoestratégicas, diplomáticas e políticas. Os relatórios sobre a imprensa realizados pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo da Direcção-Geral de Informação permitem-nos, por um lado, conhecer a forma como o “Portugal colonial” e a guerra eram encarados e, por outro, aceder a informações sobre fornecimento de armamento, alianças, planos secretos e política dos EUA e URSS relativamente às colónias portuguesas.

Destaque também para a documentação relativa ao processo de descolonização, nomeadamente negociações oficiais e diligências informais várias, à situação política, económica, social, religiosa e militar nos territórios africanos, para a actividade política e diplomática do general António de Spínola antes e depois do 25 de Abril, dimensão internacional da descolonização, NATO, ONU, OUA, etc.

A pesquisa *online* dos *National Archives* em Washington – Electronic Telegrams Central Foreign Policy Files – Department of State⁸⁰ revelou-se de enorme importância e utilidade, facultando o acesso a documentação emanada pela administração norte-americana, nomeadamente o *Department of State*, sobre a situação em Portugal e nas

⁸⁰ <http://aad.archives.gov/aad/series-description.jsp>.

suas colónias africanas. Num esforço de síntese, podemos definir a temática da seguinte forma: situação política, institucional, económica e social em Portugal e nas colónias, movimento operário e greves, extrema-esquerda, manobras de Spínola na frente colonial (eventual aliança com Mobutu), descolonização, acção dos governos provisórios, partidos políticos, situação na imprensa, nacionalização dos bancos emissores, discursos de várias individualidades políticas e militares, dimensão internacional do processo revolucionário português (posicionamento e estratégias de vários países relativamente à situação em Portugal e nas suas colónias), etc.

O Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra foi outro pólo importante para a pesquisa de fontes. Em primeiro lugar, temos importante bibliografia sobre o tema, dificilmente consultável noutros locais, designadamente sobre os movimentos sociais, de trabalhadores e moradores.

No âmbito de fontes existe um enorme manancial de informação. Destacam-se as seguintes temáticas: movimento operário, greves e conflitos laborais, documentos produzidos pelas comissões de trabalhadores e sindicatos; movimento de moradores (panfletos, documentos das comissões de moradores, recortes de imprensa, testemunhos áudio de intervenientes directos) e outras organizações populares de base; cooperativismo; autarquias locais; movimento estudantil; partidos políticos (panfletos, comunicados, programas, posições públicas; PS, Grupo Autónomo do PS, PCP, PCP ML, PCP-R, LUAR, MDP/CDE, MRPP, PPD, MES, etc.); documentação relativa ou produzida por várias figuras relevantes: Mário Soares, Otelo Saraiva de Carvalho, Melo Antunes, Rosa Coutinho, Samora Machel, Sanches Osório, Vasco Lourenço, Vasco Gonçalves, Costa Gomes, etc.; Forças Armadas, comissões de soldados, guerra colonial, descolonização, movimentos de libertação; 28 de Setembro, presos políticos e prisões posteriores a 25 de Abril; jornais periódicos e recortes de imprensa.

Referência ainda a existência em suporte vídeo e áudio de vasto material relativo ao período em questão, desde entrevistas ou testemunhos, passando por vários episódios ou acções então desenvolvidas, a boletins noticiosos ou informativos.

No entanto, a falta de classificação de muitos dos documentos, a dificuldade em aceder-lhes e uma generalizada desorganização dos fundos contribuíram para que a pesquisa efectuada se tenha revelado bastante frustrante. Mais uma vez contou-se

com os problemas colocados pela cronologia, constatando-se que a documentação existente remete essencialmente para fases posteriores do processo revolucionário.

Menos relevante revelou-se a pesquisa no Museu República e Resistência, destacando-se alguma documentação de modesta relevância sobre os movimentos sociais, extrema-esquerda, movimento estudantil, greves e conflitos sociais.

Nos arquivos particulares ou pessoais a que foi possível ter acesso, encontrou-se uma tipologia documental que resulta de um trabalho de recolha e acumulação de documentos determinado pelo percurso político da pessoa em questão, daí que o material recolhido (bastante importante) diga, sobretudo, respeito aos movimentos de extrema-esquerda, ao movimento estudantil, contestação à guerra colonial, movimentos sociais (greves, conflitos laborais, comissões de trabalhadores e de moradores, manifestações, protestos, abaixo-assinados, etc.). A documentação é relativa ao período anterior e posterior ao 25 de Abril.

Outra tipologia de fontes que se tem como essencial é as chamadas fontes orais. Nesse sentido procedeu-se a uma série de entrevistas. Das entrevistas efectuadas saliente-se a de Vasco Lourenço, membro da Comissão Coordenadora do MFA e das figuras mais destacadas durante o processo revolucionário, e a de Vasco Vieira de Almeida, ministro da Coordenação Económica do I Governo Provisório, cuja relevância se prende com a importância da pasta que ocupa e com o seu posicionamento político, bastante independente das principais tendências político-partidárias e militares. Paralelamente, Vieira de Almeida é frequentemente acusado de ser um apoio a Spínola, de ter sustentado alguns passos da sua estratégia, teses que se comprovaram erróneas. A posição do então ministro da Coordenação Económica revela-se paradigmática do momento que se vivia em Portugal, situação que o configura como personalidade cujo testemunho se revela de grande interesse. Situando-se ideologicamente à esquerda, preconizando a construção de uma via socialista é alguém que, todavia, se demarca e vê com grande preocupação o quadro marcado pela explosão dos movimentos sociais, nomeadamente no que dizia respeito à sustentabilidade económica do país.

Também se entrevistou Veiga Simão, ministro de Marcelo Caetano que terá uma discreta mas relevante acção política após o 25 de Abril já que se constitui como alguém bastante próximo do general Spínola, apoiando alguns passos importantes da

sua acção política internamente e na frente africana. Sobretudo é dos poucos casos de um sobrevivente ao derrube da ditadura, alguém que, como Spínola ainda que em perspectivas diferentes, procura resgatar algum do lastro do marcelismo e imprimi-lo na democratização portuguesa. Essa marca estará patente no programa do I Governo Provisório de que é autor.

Também próximo de Spínola e elemento fundamental da manifestação da “maioria silenciosa” foi Francisco van Uden, também entrevistado.

A escolha dos entrevistados decorreu da opção por não entrevistar os suspeitos do costume. Em primeiro lugar, porque o seu testemunho está amplamente registado e, em segundo lugar, por se considerar que pouco trariam em termos de novidade. Procurou-se então dialogar com protagonistas por vezes desvalorizados ou esquecidos susceptíveis de trazer ao debate e à investigação novas perspectivas e narrativas. Vasco Lourenço foi a excepção a esta lógica, na medida em que se constitui como elemento chave do MFA e da Comissão Coordenadora e um dos que mais arduamente combateu o spinolismo.

Outras entrevistas estavam previstas mas ou por falta de tempo útil para as incorporar no corpo da dissertação, por morte ou por falta de anuência ou, ainda, incapacidade de contactar os visados, acabaram por não se realizar.

Finalmente, uma das características mais interessantes do processo revolucionário português foi a sua relação com a frente cultural. Neste campo, várias acções fornecem um importante testemunho do que se passou naqueles anos, porque manifestações de algumas das facetas aqui relatadas. Pareceu importante integrar alguns elementos que, por norma, não se constituem como fontes ou instrumentos de análises históricas.

Sem ser exaustivo, o trabalho do Grupo de Acção Cultural⁸¹ e várias obras cinematográficas constituem-se não apenas como fontes ou expressões culturais do processo revolucionário, mas também como parte da História deste, expressão ou elemento incontornável da realidade.

⁸¹ GAC – *Vozes na Luta*, Valentim de Carvalho

No campo cinematográfico, referência para documentários como os que acompanham a ocupação da herdade Torre Bela⁸² e o realizado, décadas depois, sobre este, *Linha Vermelha*⁸³, o que relata uma das lutas mais originais e emblemáticas destes anos, a da Sogantal⁸⁴ ou o exercício de Sérgio Trefaut sobre a revolução portuguesa⁸⁵.

4.4. Plano Geral de Trabalho

O presente trabalho divide-se em três grandes temas: o marcelismo (1968-1974), o período de Abril a Setembro de 1974 e os acontecimentos anteriores e posteriores à manifestação da “maioria silenciosa” de 28 de Setembro.

O primeiro capítulo é então dedicado ao objectivo de compreender a herança do Marcelismo, nomeadamente os factores que a crise final do regime precipita como circunstâncias revolucionárias. Procurando surpreender as continuidades escondidas atrás das rupturas e das grandes datas, o Capítulo I clarifica aquilo que no marcelismo se revela determinante no desenvolvimento do processo revolucionário, mediante a análise da crise política em que o regime mergulha, a tensão política e social, a deterioração do clima económico, a evolução da conspiração, a acção e pensamento de António de Spínola e a questão colonial e da guerra.

De seguida olhar-se-á para as características e consequências de um golpe militar feito por oficiais intermédios, a todos os títulos original. Os dois capítulos seguintes mergulham na análise da explosão social enquanto movimento de massas revolucionário e, em particular, das suas acções, características, relações com partidos políticos, MFA e órgãos de poder. Privilegiar-se-ão as acções do movimento operário, identificando e pormenorizando algumas das lutas consideradas mais relevantes, e de moradores.

Segue-se a leitura da realidade africana e da situação político-institucional, mantendo sempre no horizonte os movimentos sociais e explorando a acção e projecto político e africano de António de Spínola.

⁸² Thomas Harlan, *Torre Bela*, 1975

⁸³ José Filipe Costa, *Linha Vermelha*, 2012

⁸⁴ Nadejda Tilhou, *Les Ouvrières de la Sogantal*, França, 2008

⁸⁵ Sérgio Trefaut, *Outro País: Memórias, Sonhos, Ilusões... Portugal 1974/1975*

Finalmente, chegados ao Capítulo VII, A Derrota do 28 de Setembro. Uma Revolução em Marcha, dissecar-se-ão os acontecimentos da derradeira tentativa de Spínola, enquanto Presidente da República, reforçar os seus poderes e impor o seu programa cujo malogro, determinará um avanço no processo revolucionário.

Por último, a dissertação conclui com as principais consequências, não apenas do 28 de Setembro, mas, sobretudo, do processo político iniciado em Abril, complementadas com uma espécie de balanço das grandes tendências globais e das grandes acções ou momentos dos movimentos sociais, convocando acontecimentos posteriores para iluminar algumas características fundamentais dos primeiros cinco meses da revolução portuguesa.

CAPITULO I

A HERANÇA DO MARCELISMO. FACTORES QUE A CRISE DO MARCELISMO PRECIPITA COMO CIRCUNSTÂNCIAS REVOLUCIONÁRIAS

1. DA PRIMAVERA À AGONIA DO MARCELISMO

Conceitos como “Primavera marcelista” e “renovação na continuidade” marcaram o quotidiano político entre 1968 e 1974. Por trás das contingências da sua aplicação, escondia-se uma abertura política demasiado limitada e hesitante que escondia, no fundo, a impossibilidade de uma democratização do regime. A crise do marcelismo, indissociável do conflito colonial, era o acto final de um regime esgotado que não fora capaz de se reformar, evoluir e democratizar e que, sucessivamente, fora perdendo várias oportunidades susceptíveis de abrir uma transição ou reforma¹. A 25 de Abril de 1974 o Estado Novo cairá sem oferecer resistência, sem que ninguém saia em sua defesa e sem deixar uma linhagem e herança política e ideológica digna de nota, à excepção de algum do reformismo do marcelismo.

Como Pulido Valente² aponta, desde jovem que Marcelo Caetano se apresenta como alguém realmente conservador, próximo do Integralismo Lusitano. Colaborara na revista *Nação Portuguesa*, órgão do Integralismo Lusitano e, posteriormente, fundou a revista *Ordem Nova* de índole polémico, fascizante, antiliberal, antidemocrática e reaccionária.

Antiparlamentar e antipartidário por experiência e por convicção³, o pensamento político de Caetano ao constituir-se como genuinamente antidemocrático levamos a relativizar a ideia de que a sua “renovação na continuidade” se pudesse saldar numa efectiva democratização do regime. De facto, cria que o regime democrático não

¹ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.99

² Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano. As Desventuras da Razão*, Lisboa, Gótica, 2002, pp.18-22

³ Jaime Nogueira Pinto, *Portugal – Os anos do fim. O Fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril*, Vi-seu, Difel, 1995.p.153

era o sistema ideal. Ia mais longe, ao afirmar que era particularmente desajustado a um país como Portugal⁴.

Diogo Freitas do Amaral, seu aluno e colaborador próximo, salienta que Caetano criticava tanto as chamadas democracias liberais como os Estados totalitários, encontrando o sistema ideal a meio caminho, ou seja, no Estado autoritário, “corporativista, sem partidos, respeitador das liberdades essenciais (...), mas assente na negação ou forte condicionamento das chamadas liberdades instrumentais (liberdade de imprensa, partidos políticos, sindicatos livres, etc.)”⁵. Fora e continuava a ser apologista de um Estado forte, com autoridade, “não parlamentar, não liberal, sem partidos e com censura à imprensa e polícia política”. Descria do sufrágio directo e dos partidos políticos⁶. Mais do que “liberalização”, deve-se falar em abertura ou descompressão num quadro de um regime autoritário inequivocamente não democrático, não obstante os germens de abertura e pluralismo que numa fase inicial Caetano introduziu. Paralelamente, estabelecia umnexo causal entre democracia e comunismo e considerava que as instituições democráticas não davam resposta às exigências do Estado moderno, sobretudo em Portugal, onde considerava indispensável um Estado forte.

Também Mário Soares define Marcelo Caetano como “um homem estruturalmente conservador, de direita extrema, um teórico, que nunca acreditou na democracia, por ter sido – com convicção – fascista e corporativista (muito mais que Salazar). Nunca foi um político (...) com visão do futuro, atento aos sinais de mudança, capaz de arriscar e inovar, para além das suas convicções de sempre.”⁷

Era, inequivocamente, um adepto da autoridade, sustentando que uma sociedade não poderia subsistir sem ela e que a autoridade deveria ser exercida sempre que o uso de liberdades a pusesse em perigo⁸. É recorrente em Marcelo Caetano esta subordinação das liberdades à autoridade.

Em Portugal, cujas “constantes estruturais” não o tornavam compatível com as instituições democráticas, o restabelecimento pleno das liberdades (liberdade de imprensa, extinção da censura, livre formação de partidos políticos, ou liberdade de reu-

⁴ António Alçada Baptista, *Conversas com Marcelo Caetano*, Lisboa, Moraes Editores, 1973, pp.57-62

⁵ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, pp.95-96

⁶ António Alçada Baptista, *Conversas com Marcelo Caetano*, pp.131-132

⁷ Mário Soares, “Como vivi a queda de Salazar e a Primavera invernosa de Caetano”, in *Visão História. A Queda de Salazar e a Primavera Marcelista*, nº2, Julho 2008 p.86.

⁸ António Alçada Baptista, *Conversas com Marcelo Caetano*, p.67

nião e associação) traria “uma onda de desordem, subversão e anarquia em pouco tempo tomaria conta da sociedade portuguesa e brevemente se deixaria o campo aberto a que formas extremas de totalitarismo monolítico, de que muito dificilmente nos poderíamos libertar, tomassem conta dos destinos da Nação”⁹. A ausência de inúmeras liberdades e certos mecanismos democráticos como “a designação do poder pelo sufrágio universal, a representação pluripartidária, a independência do poder judicial e das outras garantias do cidadão perante a investigação criminal, a liberdade de informação”, justifica-se, segundo Caetano, por uma necessidade conjuntural em nome do interesse nacional e de valores mais altos como ordem, a paz social, o trabalho, a propriedade e a defesa do território nacional¹⁰.

Apesar deste património ideológico, Caetano, um corporativista convicto e sempre um homem do regime, foi, ao longo dos tempos, granjeando a aura de modernizador e até de liberal. A partir do segundo pós-guerra, a sua acção, nomeadamente as suas críticas e posições abertamente contra a linha oficial do regime, vai cimentá-lo como o líder de uma ala modernizadora preconizadora de uma reforma e modernização política e económica do regime e de uma solução tendendo para uma maior autonomia das colónias¹¹.

Era uma das mais eminentes figuras do Estado Novo, fora um colaborador próximo de Salazar e destacara-se como uma das principais vozes críticas dentro do regime. Marcelo Caetano ocupara importantes cargos no regime (comissário nacional da Mocidade Portuguesa, ministro das Colónias, presidente da Comissão Executiva da União Nacional, ministro da Presidência, etc.) e apresentava um percurso e um currículo político que tornavam natural a sua escolha para suceder ao líder histórico do Estado Novo, suscitando alguma esperança entre a oposição, sobretudo a não comunista, e nos sectores mais abertos do regime.

Ao chegar à Presidência do Conselho, Marcelo Caetano vai suscitar a esperança dos que esperavam a modernização do regime. Prestigiado professor de Direito, Marcelo Caetano não revelava, todavia, a mesma habilidade para o jogo político, estando longe da capacidade do seu antecessor para arbitrar dissídios, gerir conflitos e concen-

⁹ António Alçada Baptista, *Conversas com Marcelo Caetano*, p.66

¹⁰ António Alçada Baptista, *Conversas com Marcelo Caetano*, pp.113-114

¹¹ Fernando Rosas, “Marcelismo: ser ou não ser” in *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo [1968-1974]*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, p.13

tar equilíbrios. Paralelamente, Caetano não teria as características ideias para ocupar o lugar de Presidente do Conselho. Ora afirma que é uma missão à qual não podia dizer que não por dever patriótico, como diz que a qualquer altura, caso seja do interesse da Nação, se dispõe a abandonar o exercício do poder, que não lhe tem qualquer apego. Após aceitar o convite de Tomás para suceder a Salazar confessa: “Saí, pois, do Palácio de Belém convencido de que nada mais podia fazer senão arrostar com as responsabilidades de repente caídas sobre os meus ombros...”¹².

É num mundo em mudança que compete a Marcelo Caetano suceder a Salazar em 1968, governar o país e guiá-lo nos seus novos desafios: modernizar o sistema político e, eventualmente, democratizá-lo ou abri-lo, acelerar o desenvolvimento económico e social em bases modernas e, sobretudo, solucionar a delicadíssima questão colonial.

É sobretudo da direita do regime que vêm as maiores resistências à escolha de Caetano muito pelas suas críticas e independência que vinha mostrando em relação a Salazar e a algumas das suas políticas. Este sector receava que Marcelo Caetano procurasse ensaiar alguma abertura do regime e, sobretudo, que pusesse em prática as teses federalistas que propusera como solução em 1962. Fora ainda Caetano, no III Congresso da União Nacional realizado em Coimbra em Novembro de 1951, quem quebra o tabu da sucessão de Salazar ao sugerir a possibilidade de este se candidatar à Presidência da República e entregar o governo a outra pessoa, posicionando-se como o “delfim” e alternativa reformista a Salazar¹³.

Marcelo assume o poder num quadro que se pode considerar favorável. Suscita apoios da direita à esquerda liberal, a situação militar estava, relativamente, controlada, a economia sã e em crescimento e internacionalmente a situação parecia mais prometedora com a eleição da administração Nixon nos EUA. No entanto, não parece compreender o seu tempo, a época de mudanças em que se vê obrigado a governar. É frequente nos seus discursos encontrarmos tons de lamento e desencanto relativamente ao estado do país e do mundo. O substantivo crise é como Caetano designa a sua época. Crise da família, crise de autoridade, crise da moral, crise da Igreja, crise das

¹² Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974, p.15

¹³ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo” in *O Estado Novo (1926-1974)*, vol.VII da História de Portugal, dir. José Mattoso, pp.507-509

instituições. São os anos de imoralidade, de droga, de juventude perdida, da pornografia, da liberdade sexual, do erotismo na arte, do libertinismo na literatura, do egoísmo, de anarquismo, de comunismo¹⁴. Como o próprio dizia:

“Governar uma nação foi sempre difícil. Mas nestes tempos de excitação e indisciplina, quando todos os princípios, mesmo os mais fortemente alicerçados na experiência e no senso comum, são contestados, e todas as instituições, mesmo as mais sólidas e veneráveis, são postas em causa, nem se faz ideia quanto as dificuldades são acrescidas! Parece que uma onda de loucura varre o Mundo”¹⁵.

Atente-se à paradigmática escolha de palavras: “excitação”, “indisciplina”, “loucura” Esta mundividência traduz-se numa acção ambígua que nunca quebra com os preconceitos ideológicos e políticos que enformavam o seu pensamento, impedindo-o de equacionar realmente fórmulas de resolução do problema colonial que não o seu projecto de “autonomia progressiva” assente na continuação do esforço militar.

Finalmente, detecta-se em Caetano um certo medo de arriscar, de avançar nas reformas tendentes à abertura do regime e ao fim da guerra. Não consegue corresponder às expectativas que vários sectores da sociedade portuguesa têm relativamente a essas duas evoluções e que, porventura, o apoiariam caso nelas avançasse. Ao não fazê-lo ou ao fazê-lo com demasiadas reservas e limites não consegue o apoio destes sectores, por medo de melindrar uma ala dura do regime que também não consegue captar. A acção política de Caetano é, então, marcada por grande ambiguidade, substanciada nesse aforismo de contradição que é a “renovação na continuidade”.

Como vimos, Marcelo pretendia encetar uma reforma do regime, abri-lo, modernizá-lo mas não democratizá-lo realmente ou preparar uma transição para a democracia a curto ou médio prazo, mas antes adaptar o regime às novas realidades, dotá-lo de uma dimensão mais social, descomprimi-lo e encetar um desenvolvimento económico que aproximasse o País das democracias ocidentais.

A visão de Mário Soares vai de encontro ao que em cima se propõe:

“Queria, porventura, adoçar certas arestas. Nisso consistia o âmbito da liberalização prometida. Mas não fazer, efectivamente, uma transição a sério para a democracia. Nunca foi um democrata, nem nunca acreditou na democracia. As circunstâncias em que o país se encontrava – internacionalmente isolado, criticado pelos próprios aliados tradicionais, com uma economia exausta pelas necessidades da guerra, com umas Forças Armadas que ele sabia começarem a

¹⁴ Discurso de Marcelo Caetano proferido no encerramento do I Congresso da ANP em Tomar, “Em defesa da Liberdade”, 6/5/73 in Marcello Caetano, *As Grandes Opções*, p.95

¹⁵ Palestra de Marcelo Caetano transmitida pela rádio e televisão, “Não há liberdade contra a lei”, 8/4/70 in Marcello Caetano, *Mandato Indclinável*, p.133

estar reticentes, e com a própria Igreja, no plano social e colonial, a dar inequívocos sinais de preocupação – obrigavam-no a cedências que ele considerou uma evolução. Mas nunca deixou de afirmar a continuidade salazarista. Incapaz de rupturas, sem coragem ou vontade política para as fazer, o consulado caetanista deixou arrastar os velhos problemas e criou ainda novos. Representou, todas as contas feitas, uma perda de tempo e uma oportunidade totalmente perdida.”¹⁶.

No entanto, o marcelismo não foi uma simples continuidade do salazarismo. Sem ter operado uma ruptura com o salazarismo nem rejeitado o seu legado, acabou por se traduzir na modernização e reforma de várias dimensões da vida portuguesa herdadas do passado. O projecto político do marcelismo pode ser sintetizado em três grandes desafios ou linhas de força: modernizar e abrir o regime, encontrar uma solução para a guerra colonial e encetar o desenvolvimento económico em moldes modernos assente na iniciativa privada e na aproximação e abertura da economia ao exterior.

Havia o objectivo de modernizar o regime e de introduzir elementos de abertura (consentimento de algum pluralismo no partido único, liberdade vigiada do sindicalismo, eleições de 1969, tolerância relativamente à existência de oposição organizada e semiorganizada, abrandamento da censura e limitação do arbítrio da polícia política, alguma liberdade de expressão, etc.), de reavivar a União Nacional, rebaptizada Acção Nacional Popular, de abrir o regime a novas correntes como a “ala liberal” e os “tecno-cratas”, de tolerar alguma oposição à esquerda nomeadamente os socialistas da Acção Socialista Portuguesa (ASP), de mitigar a censura e a acção da polícia política e encetar a modernização socioeconómica do país. Num mesmo sentido modernizante apontavam a integração europeia, a aproximação aos países com democracias de tipo ocidental, o avanço da protecção e da previdência social, iniciativas reformadoras como a do ensino, avanços legislativos como o verificado, numa primeira fase, no campo laboral e sindical.

O mundo universitário a viver uma situação explosiva, conhece, no entanto, a reforma do ensino protagonizada por Veiga Simão que significou uma real evolução e que culminou em 1973 com a criação de quatro novas Universidades Públicas, apesar da não concretização de várias medidas previstas¹⁷.

De um ponto de vista económico, o marcelismo preconizava a aposta no desenvolvimento industrial, no planeamento económico moderno, em projectos desen-

¹⁶ Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, pp.217-218

¹⁷ Entrevista feita pelo autor a José Veiga Simão, 9 de Junho e 15 de Julho de 2010

volvimentistas de fomento industrial, na reforma agrária, na iniciativa privada e na inevitável abertura da economia ao exterior e ao investimento estrangeiro.

Com a sua concepção desenvolvimentista, tecnocrática e de aproximação à Europa e de um Estado intervencionista e promotor do desenvolvimento económico e social, Caetano procurou encetar a metamorfose do Estado Novo em Estado Social. A sua governação destacou-se por alguma modernização da economia e da sociedade portuguesa e pelo bom comportamento da primeira posto em causa na derradeira etapa do regime. O crescimento económico traduziu-se, segundo Diogo Freitas do Amaral, num crescimento do produto interno bruto a uma média anual de 7,4% entre 1968 e 1973, enquanto os demais países industriais se quedaram pelos 4,7%, o desemprego era praticamente nulo (2%), ainda que o virtual pleno emprego seja fortemente potenciado pela guerra colonial e pela emigração. O consumo privado subiu a um ritmo de 7,1% ao ano e a balança de pagamentos registou um saldo anual médio de 3,15% do PIB e a inflação só em 1973 se tornou preocupante ao atingir os dois dígitos. Freitas do Amaral diz ainda que o país recuperava a passos largos o atraso em relação à Europa, crescia a um ritmo superior ao da CEE e que apenas a Islândia e o Japão tinham números tão bons como Portugal¹⁸. Também David Corkill aponta para taxas de crescimento do PIB a rondar os 8%¹⁹. No entanto, não se pode deixar passar que eram várias as distorções da economia portuguesa, muitas delas herdadas do salazarismo, nomeadamente, o excessivo peso das despesas militares, desequilíbrios regionais ou uma desigual e deficiente distribuição da riqueza. Terá residido no bom comportamento da economia a réstia de legitimidade de Marcelo Caetano, ante o impasse colonial, a malograda liberalização e as tensões políticas e sociais acumuladas, até porque garantia alguma paz social, apesar de um movimento sindical em crescendo. No entanto, a partir de 1972/1973 o bom comportamento da economia já é parte do passado e uma inflação crescente, num quadro de restrições salariais e aumento das despesas militares, contribuía para a intensificação da agitação laboral e social.

Fundamentalmente, o que nos parece que estava em causa era modernizar o regime mas sem pôr em causa a sua natureza antipartidária e antidemocrática, sem al-

¹⁸ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, p.99

¹⁹ David Corkill, "O Desenvolvimento Económico Português no fim do Estado novo", in *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo [1968-1974]*, pp.223; 229

terar a sua essência. Mudar o suficiente para que tudo ficasse na mesma, de modo a captar algum crédito junto das oposições, o que conjunturalmente foi conseguido, não despertar a reacção dos ultras e ganhar tempo para uma solução para a guerra colonial por via da “autonomia progressiva”.

Como sustenta Fernando Rosas, aquilo que, acima de tudo, inviabilizou a liberalização ou uma maior abertura do regime era a questão da guerra, o verdadeiro “nó górdio” do regime. A opção punha-se entre encontrar uma solução política e acabar com a guerra e encetar um processo de reforma, abertura e transição ou manter a guerra²⁰ e esperar por um mais ou menos rápido processo de crise terminal. Prolongar o conflito num quadro de aberturas, traria sempre para o centro dos debates a questão colonial. Caetano temia que qualquer evolução na frente africana que perspectivasse o fim da guerra, a negociação ou uma aproximação à independência das colónias, suscitaria a reacção armada do militarismo integrista e colonialista que, no início do marcelismo, constituía ou parecia constituir, ainda, uma ameaça real²¹.

De facto, os avanços referidos são acompanhados ou seguidos de tão ou mais importantes retrocessos. Como veremos, a partir do início da década de 1970, a dinâmica é de recuo e fechamento como demonstram a desilusão com as eleições de 1969, o regresso ao exílio de Mário Soares, o curto alcance da autonomia progressiva plasmada na revisão constitucional de 1971 (não obstante as críticas dos ultras e integracionistas ao seu excesso), a manutenção da eleição indirecta do Presidente da República, a reeleição de Américo Tomás, o abandono da “ala liberal” da Assembleia Nacional, o recuo da legislação laboral e sindical ou a violência repressiva nas universidades.

O facto de o marcelismo ter falhado na democratização do regime e na solução para a guerra colonial, afinal os dois eixos fundamentais, e de em ambos a continuidade de ter prevalecido sobre a renovação, não pode esconder que a nível social e económico o marcelismo trouxe consigo alguma renovação e significou uma melhoria na vida de parte da população, apesar da guerra e dos seus mortos, do descrédito internacional, da polícia política, da repressão, da censura e da ausência de democracia e liberdade.

²⁰ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, pp.101-102

²¹ Fernando Rosas, “Marcelismo: ser ou não ser”, p.19

Apesar de, como vimos, Marcelo Caetano não ser um democrata e ter sido um dos doutrinadores do Estado Novo e do corporativismo e um colaborador próximo de Salazar, o seu programa político representava alguma ruptura, evolução e abertura tendo suscitado alguma expectativa e esperança nos meios oposicionistas, nos sectores apologistas da modernização e desenvolvimento económico e de abertura à Europa ocidental e, de uma forma geral, na sociedade portuguesa. Parece-nos que num primeiro momento a “renovação na continuidade” de Caetano se traduziu em alguns avanços e na modernização do regime, não obstante a timidez e o carácter superficial de algumas das reformas iniciais, suscitando esperanças e alguns apoios, seguindo-se um segundo momento de recuo e de correcção do desvio ensaiado em 1968/1969. Diogo Freitas do Amaral, Francisco Pereira de Moura, Francisco Sousa Tavares ou Maria de Lurdes Pintassilgo foram alguns dos que acreditaram que algo poderia mudar com Marcelo Caetano, esperança partilhada por outros sectores da opinião pública.

Vemos a Acção Socialista Portuguesa (ASP), embrião do Partido Socialista Português, a posicionar-se como interlocutor privilegiado do regime²² entre as hostes oposicionistas. De facto, o órgão da ASP, *Portugal Socialista* refere-se em Outubro de 1968 à nova situação política como “um pequeno raio de luz” que “abre um horizonte de esperança para o nosso povo”²³. Mário Soares, segundo Freitas do Amaral²⁴, foi um dos que terá alimentado alguma esperança em Caetano, apesar de o próprio negar que alguma vez tenha depositado esperanças na “Primavera caetanista”, constatando, à chegada do exílio em São Tomé no final do ano de 1968, que pouco ou nada tinha mudado²⁵. Este clima de alguma expectativa alarga-se ao próprio PCP e traduz-se no facto de a oposição aceitar participar, ainda que em listas separadas, no acto eleitoral de 1969. Paralelamente, como nos diz João Madeira²⁶, o Partido Comunista Português, apesar da linha oficial do “levantamento nacional”, dava pequenos sinais de expectativa em relação à eventual mudança a operar por Marcelo Caetano. Temendo um problemático isolamento e marginalização, ganhava corpo a ideia de uma convergência

²² Fernando Rosas, “Marcelismo: ser ou não ser”, p.16.

²³ Carlos Brito, “O PCP na Primavera Marcelista”, in *Visão História. A Queda de Salazar e a Primavera Marcelista*, nº2, Julho 2008 p.85.

²⁴ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, p.91

²⁵ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução*, p.209

²⁶ João Madeira, “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda” in *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo [1968-1974]*, pp.97-98

com os sectores moderados da oposição, nomeadamente a ASP. O PCP procurava posicionar-se numa eventual oportunidade de negociação com o Governo²⁷, tese negada pelo PCP que afirma nunca ter alimentado qualquer tipo de esperança em Marcelo Caetano ou na evolução do regime, denunciando a estratégia da ASP enquanto tentativa de se demarcar da oposição comunista com o objectivo de cair nas boas graças do Governo²⁸.

Ainda que afirmando depositar poucas esperanças na “Primavera marcelista”, a grande preocupação dos comunistas parece ser a de não deixarem os socialistas da ASP, numa estratégia inicial de demarcação do PCP, assumirem-se como parceiros privilegiados num eventual processo de abertura ou transição. De resto, o discurso oficial não deixava grandes dúvidas: mudança apenas por via revolucionária e do levantamento nacional. O facto de nas eleições de 1969 os socialistas surgirem em listas diferentes dos comunistas teve o condão de tranquilizar alguns sectores da sociedade portuguesa, já que mostrava que nem toda a oposição de esquerda era pró-soviética ou dominada pelos comunistas²⁹. Porém, esta estratégia de demarcação não significava, segundo Soares em entrevista a Maria João Avillez, que a ASP procurasse afirmar-se como interlocutor preferencial do regime, forçar a “legalidade preferencial”, já que nunca acreditara na abertura do regime³⁰.

A aproximação a uma estratégia unitária forja-se a partir do regresso de Soares ao exílio em 1970, desta vez em França, onde estabelece vários contactos internacionais, conquistando o apoio de sociais-democratas estrangeiros, e se aproxima de Álvaro Cunhal e do PCP, com o qual começa a delinear e coordenar acções para preparar a queda do regime. Entre 1971 e 1974 vão assim aprofundar-se os laços entre PCP e ASP/PS.

Para além do campo marcelista propriamente dito, o projecto de mudança de Caetano seduzia elementos da oposição católica moderada, ligados a movimentos de renovação da Igreja e de apoio ao regresso do Bispo do Porto, e um sector de economistas liberais e tecnocratas como João Salgueiro, Xavier Pintado e Rogério Martins que ao longo da década de 60 vinham advogando a internacionalização da economia

²⁷ João Madeira, *As oposições de esquerda e a extrema-esquerda*, p.98

²⁸ Carlos Brito, *O PCP na Primavera Marcelista*, p.85

²⁹ Mário Soares, *Como vivi a queda de Salazar e a Primavera invernal de Caetano*, p.86

³⁰ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução*, p.209-220

portuguesa, o aprofundamento das ligações com a Europa em detrimento das colónias e a aposta no investimento estrangeiro e no comércio externo. Vinham ainda ocupando cargos relacionados com a indústria e o planeamento em alguns ministérios de relevo. Mais importante, Caetano seduz uma série de jovens políticos que viriam a constituir a chamada “ala liberal”. Para Tiago Fernandes, com o marcelismo “inaugura-se um período de liberalização política” consubstanciado num “processo de alargamento da esfera dos direitos cívicos e políticos disponíveis aos cidadãos que originam uma maior tolerância para com a oposição e até estimulam uma maior diversidade e pluralismo político e organizativo”³¹.

Na sequência das eleições de 1969 regista-se a entrada na Assembleia Nacional, nas listas da União Nacional, dos chamados deputados liberais, recrutados nos meios católicos progressistas e na Faculdade de Direito, que se vinham destacando como críticos do regime. Com esta “semioposição democrática”³², como lhe chama Tiago Fernandes, Marcelo Caetano procurava constituir à sua volta um bloco de apoio às suas iniciativas mais “liberais” e reformistas, de modo a fazer frente à direita político-militar que constituía o bloco ultra e conservador da ditadura, e ganhar alguma respeitabilidade e legitimidade interna e externa.

Também nesta situação, Caetano mostrar-se-á fiel a si mesmo, designadamente, à sua proverbial ambiguidade, deixando mais uma vez evidentes os limites da liberalização que propunha. Todas as propostas dos “liberais” tendendo para uma solução política para a guerra ou para a democratização do regime e alargamento das liberdades serão, sucessivamente, rejeitadas. Os limites da aproximação entre a “ala liberal” e Marcelo Caetano eram claros: “Marcello não punha em causa o regime, nem as responsabilidades africanas, e o programa político dos liberais e dos tecnocratas (se merece o nome) consistia em sair de África e acabar com o regime”³³, na medida em que as suas propostas visavam a transformação gradual, pacífica, reformista e não revolucionária do regime numa democracia³⁴, o que ia mais longe do que Caetano estava disposto a ir. Os liberais acabaram por não dar a Marcelo Caetano o apoio que este es-

³¹ Tiago Fernandes, *Nem ditadura, nem revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006, p.30

³² Tiago Fernandes, *Nem ditadura, nem revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*.

³³ Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano. As Desventuras da Razão*, p.62

³⁴ Tiago Fernandes, *Nem ditadura, nem revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, p.18

perava e necessitava, nomeadamente na revisão constitucional, onde defendiam maior autonomia dos territórios ultramarinos, nem por contribuir para despertar algum apoio da opinião pública e “conferir alguma respeitabilidade democrática à vida política. Pelo contrário, destruíram a reputação de liberal do Presidente do Conselho e o seu *velho prestígio na classe média*.”³⁵.

A partir da primeira sessão legislativa de 1969/1970 a “ala liberal” passou a actuar como partido da oposição³⁶ e nas eleições para a Assembleia Nacional de 1973 a maioria dos deputados “liberais” decidiu não se recandidatar, optando por denunciá-las como uma farsa³⁷.

A primeira medida de Marcelo ao chegar à Presidência do Conselho havia sido proceder a uma remodelação governamental que desiludiu por ter mantido a maioria dos ministros de Salazar, inclusivamente, o “duro” Franco Nogueira na pasta dos Negócios Estrangeiros por suposta imposição de Américo Tomás e a pedido das Forças Armadas³⁸. Esboçava-se desde o início a pressão que a direita do regime iria colocar sobre os intuitos reformistas do sucessor de Salazar. No sentido inverso, o seu discurso de posse a 28 de Setembro de 1968 agradou aos sectores que aguardavam ansiosamente uma modernização do regime mas sem deixar de agradar à ala mais à direita. Apesar de afirmar pretender restaurar algumas liberdades, deixa claro que tal não é possível devido à guerra colonial e à actividade subversiva dos adversários do regime, designadamente, comunistas e anarquistas. Elogiando Salazar e as Forças Armadas considera a defesa das colónias algo de inquestionável e garante que não pactuará com aqueles que pretendam pôr em causa a autoridade do regime e a ordem pública³⁹. Os limites à abertura estavam já implícitos no discurso de tomada de posse de Caetano.

Apesar de tudo, Marcelo Caetano procurou reavivar as instituições do regime, as forças que lhe davam vida, nomeadamente a União Nacional que, em Fevereiro de 1970, se passa a chamar Acção Nacional Popular. Ainda que as mudanças fossem, es-

³⁵ Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano. As Desventuras da Razão*, p.66

³⁶ Entrevista a Francisco Pinto Balsemão in *Visão História. A Queda de Salazar e a Primavera Marcelista*, nº2, Julho 2008, pp.78-81

³⁷ Tiago Fernandes, *Nem ditadura, nem revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, p.22

³⁸ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, p.91

³⁹ Discurso de Marcelo Caetano proferido na tomada de posse como Presidente do Conselho, “Saibamos ser dignos desta hora”, 27/9/68, in *Marcello Caetano, Pelo Futuro de Portugal*, pp.13-27

sencialmente, superficiais e pouco além na nomenclatura, havia uma vontade de reavivar o partido único, de torná-lo uma força eficaz ao serviço do regime e de abri-lo a outras tendências, nomeadamente entre a oposição. A escolha de Guilherme Melo e Castro para a União Nacional espelha o objectivo de captar para o partido único e para a Assembleia Nacional gente nova, de fora do regime e até crítica e de espírito reformador. Por si só a escolha de Melo e Castro podia ser entendida como um sinal de abertura visto tratar-se de uma figura conhecida como um democrata e por algumas posições contrárias ao “salazarismo oficial”.

O início do consulado marcelista suscitou assim alguma expectativa, deixando algumas das suas medidas transparecer uma dinâmica reformista ainda que outras se revelassem, sobretudo, superficiais e formais, mudando apenas o nome de instituições fundamentais do aparelho repressivo como a PIDE que passa a chamar-se DGS e a Censura rebaptizada de Exame Prévio. Apesar de tudo, nos primeiros tempos do marcelismo “respirava-se melhor” e o ambiente era menos pesado do que no salazarismo, o clima era ainda de alguma esperança, a censura abrandara, a televisão estatal, com programas como as *Conversas em Família* ou o *Zip-Zip*, e o cinema, com a exibição de filmes até então proibidos, davam sinais de alguma abertura. Elemento importante na primeira fase do seu Governo, suscitando esperanças na “primavera marcelista”, é o trabalho desenvolvido ao nível da legislação sindical, destacando-se, segundo Fátima Patriarca, as reformas visando retirar os sindicatos da tutela directa do Estado, aumentar o seu âmbito geográfico e profissional e conceder-lhes meios efectivos de negociação⁴⁰.

1.1. O Retrocesso: Continuidade Impõe-se à Renovação

Porém, num quadro marcado pela guerra colonial, pelo agravamento da situação económica, pelo aumento exponencial das greves e pelo progressivo controlo das direcções sindicais por membros da oposição, o Governo recuará no seu ímpeto reformista. De facto, o reformismo inicial abriu oportunidades que o regime procurou depois fechar, na medida em que criou condições para um aumento da contestação

⁴⁰ Fátima Patriarca, “Estado Social: a Caixa de Pandora”, in *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo [1968-1974]*, p.173

laboral e da pressão social. Como no resto, à abertura inicial suscitadora de expectativas e apoios seguiu-se o fecho.

A entrada dos chamados deputados “liberais” para as listas da União Nacional à Assembleia Nacional dera-se no quadro das eleições legislativas de Outubro de 1969. Este acto eleitoral suscitou alguma esperança na oposição que aceita apresentar-se nas urnas. Concorrendo a oposição em listas separadas, a Acção Socialista Portuguesa (ASP) lança a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) que concorrerá em Lisboa, Porto e Braga, e o PCP apoia as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE). De fora do arco político que aceita participar nas eleições fica a extrema-esquerda em franco processo de desenvolvimento e crescimento.

A importância destas eleições mede-se ainda pelo facto de Caetano fazer depender do resultado eleitoral a continuação da política de defesa do Império, considerando os resultados como a caução do País à continuação do esforço militar, traduzindo um “mandato indeclinável” de que a Nação encarregou os seus governantes. É um acto eleitoral que está longe de ser livre e legítimo. Ao contrário do propagado, foram inúmeros os atropelos à legalidade durante a campanha e no próprio acto eleitoral. Paralelamente, o recenseamento ficou muito aquém do necessário: num universo eleitoral de cerca de 5 milhões de eleitores apenas 1,8 milhões estavam recenseados⁴¹.

Os limites da abertura marcelista ficaram bem patentes na campanha eleitoral. Várias sedes de campanha foram atacadas, bem como oposicionistas durante a campanha eleitoral; as acções de campanha da oposição ou a sua fiscalização do acto eleitoral foram dificultadas; vários oposicionistas foram ameaçados, interrogados e retirados dos cadernos eleitorais; a Lei Eleitoral não fora alterada e o sufrágio continuava a não ser universal e não havia proporcionalidade na distribuição dos lugares na Assembleia Nacional; apenas 28% dos cidadãos em condições de votar estavam inscritos nos cadernos eleitorais; os boletins de voto das candidaturas da oposição eram impressos em papel diferente, tornando fácil a identificação dos que votavam nas listas oposicionistas. Paralela e sintomaticamente, a pátria não se discutia, ou seja, a guerra colonial não se discutia, ao contrário do apregoado pelo regime. Em várias sessões de campanha a polícia intervinha quando o tema era a guerra.

⁴¹ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, p.100

As eleições deram, inevitavelmente, a vitória às listas da União Nacional ficando a oposição com 12% dos votos e a abstenção atingido os 42%, o que significava que apenas 15% dos eleitores tinham participado no sufrágio.

O acto eleitoral, longe de conferir a Marcelo Caetano um mandato democraticamente concedido pela população para governar, acaba por se saldar numa desilusão entre os que esperavam a liberalização do regime. Vários autores apontam estas eleições como o primeiro sinal do recuo da “Primavera marcelista”. Pulido Valente considera que o “fracasso político das eleições de 1969 (...) fechou o verdadeiro caminho de abertura”⁴².

Ainda em 1970 foi criada a Sociedade de Estudo para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), organização que não era ainda um partido político na medida em que eram grandes as reservas de Caetano à existência destes, apesar de poder ser entendida como o embrião de um possível partido de oposição legal⁴³.

Sinal do retrocesso em curso, foi a recusa de consagrar na revisão constitucional de 1971 a proposta da “ala liberal” de tornar o sufrágio do Presidente da República directo. O processo de revisão constitucional contribui seriamente para o isolamento de Marcelo Caetano que ao rejeitar as propostas da “ala liberal” perde definitivamente o seu apoio. Inequivocamente, a revisão constitucional era para todos, não só para a “ala liberal”, um sinal claro de que a evolução do regime, a solução política da guerra e, globalmente, os intuitos reformistas e de abertura de Caetano, em pouco ou nada se viriam a traduzir. No sentido inverso, a proposta do Governo de “autonomia progressiva” desagradou, por ir longe demais, aos ultras do regime e ao Presidente da República Tomás que olhavam para Caetano com cada vez mais reservas, receios e desconfiança.

O saldo da revisão constitucional não se traduz apenas na recusa sistemática de todas as propostas dos liberais tendo em vista a democratização do regime e uma solução para a questão colonial. Marcelo Caetano vai ainda perder a oportunidade de se candidatar à Presidência da República e com ela a de afastar Américo Tomás, cujo mandato terminava em 1972, e o bloco de extrema-direita político-militar que mais entraves colocava a uma democratização do regime.

⁴² Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano. As Desventuras da Razão*, p.64

⁴³ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, p.106

Difícil de gerir foi também a audiência concedida pelo Papa Paulo VI aos líderes dos movimentos de libertação PAIGC, MPLA e FRELIMO em Julho de 1970. Era sem dúvida um duro golpe na retórica colonialista e de justificação do esforço de guerra português e um reconhecimento e legitimação dos movimentos de libertação⁴⁴. Sendo a Igreja um dos aliados históricos do Estado Novo este acontecimento não podia deixar de ter um profundo impacto, sobretudo quando os católicos se constituíam como vozes muito críticas relativamente ao regime e à guerra.

As eleições presidenciais de 1972 constituem mais um reflexo do inelutável recuo da abertura e do fechamento do regime, sendo já clara a impossibilidade de reforma democratizante da ditadura. A “ala liberal”, que depois tentou lançar Spínola na corrida presidencial, e os *marcelistas* apoiavam a candidatura do próprio Marcelo Caetano à presidência da República, enquanto ultras e integristas apostavam tudo no velho almirante Américo Tomás com 78 anos de idade e catorze de Presidência da República no sentido de sustentar a democratização do regime e assegurar a defesa das colónias.

Marcelo diz ter sofrido inúmeras pressões para impedir a recandidatura e a reeleição de Américo Tomás, mas que, por imperativos éticos e de gratidão, não poderia fazê-lo já que fora Tomás a nomeá-lo para a Presidência do Conselho. Paralelamente, o estado de saúde de Caetano deteriorava-se fruto de uma insuficiência cardíaca pelo que disse a Tomás, após a sua reeleição, que este deveria começar a pensar no seu substituto na Presidência do Conselho já que perspectivava abandonar o cargo um ano após as eleições a realizar em Outubro de 1973. O momento perspectivado para o abandono seria o Verão de 1974⁴⁵.

Tudo somado, são vários os indicadores de que a renovação dava, cada vez mais, lugar à continuidade. As reformas iniciais conheciam sucessivos recuos, a questão colonial arrastava-se sem fim à vista apesar do discurso oficial de “autonomia progressiva”, o endurecimento do regime era cada vez mais óbvio. Diz-nos Diogo Freitas do Amaral:

“O ano de 1973 é um ano de lenta agonia para Marcello Caetano e para o regime: a situação política está degradada, a guerra começa a ficar perdida na Guiné, os massacres de populações nativas cometidos por tropas portuguesas em África tornam-se motivo de escândalo internacional,

⁴⁴ Nota do Secretário de Estado da Santa Sé in Marcello Caetano, *Mandato Indeclinável*, p.207

⁴⁵ Marcello Caetano, *Mandato Indeclinável*, pp.82-83

a inflação aumenta excessivamente e o povo começa a queixar-se da diminuição do poder de compra, a juventude está incontrolável nas Universidades, a Igreja Católica começa a distanciar-se do regime e este volta a entrar pelos caminhos da repressão policial, os liberais mais prestigiados demitem-se da Assembleia Nacional e refugiam-se no *Expresso*, os ultras readquirem peso político e fazem corte diariamente no Palácio de Belém, Spínola rompe com Marcello Caetano, muitos dos antigos fiéis começam a abandonar o barco, Kaúlza de Arriaga conspira para tentar um golpe militar que deponha o Presidente do Conselho...”⁴⁶.

As eleições legislativas de Outubro 1973 realizam-se já num clima de perspectivas frustradas, de logro das expectativas na renovação e democratização do regime. Sinal disso é o facto de a oposição fazer campanha eleitoral, aproveitando o espaço concedido pelo regime para fazer a sua propaganda, mas recusar-se a ir às urnas por falta de condições democráticas, desacreditando-as e desacreditando o próprio regime. De facto, em Outubro de 1973, o quadro estava definitivamente marcado pelo fim das ilusões no reformismo marcelista e a campanha eleitoral é marcada por uma grande participação popular e pelos habituais atropelos do regime à legalidade democrática.

Este acto eleitoral consubstancia uma diferença significativa em relação a 1969. Fruto da aproximação de Soares ao PCP, que suspende a actividade da ARA, e a Álvaro Cunhal em França, onde, de resto, o Partido Socialista e o Partido Comunista franceses estabelecem um Programa Comum, e do III Congresso Republicano de Aveiro (que marca uma radicalização de objectivos e de linguagem traduzida na defesa do fim guerra e da abertura de negociações relativas à independência das colónias), a oposição concorre em listas conjuntas mas recusa-se a ir às urnas. Os “liberais”, por seu lado após um congresso em Lisboa decidem não apresentar quaisquer listas.

A campanha eleitoral, que suscitou grande participação popular, realizou-se sob o signo da intimidação e de acções repressivas por parte do regime com prisões, assaltos a sedes, interferência policial e administrativa⁴⁷.

Em Novembro de 1973, Marcelo procede a nova remodelação ministerial que, não se limitando a uma mudança de nomes, preconizava uma reorganização dos vários ministérios económicos.

Os céus enegreciam para Marcelo Caetano. O crescimento económico dava sinais de esgotamento a partir de 1972 e será definitivamente enterrado com o choque

⁴⁶ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, p.125

⁴⁷ João Madeira, “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, p.125

petrolífero de 1973, forjando-se um quadro de crise económica que tem na elevada inflação a sua grande expressão. O embargo petrolífero decretado pelos países árabes a Portugal surge como retaliação à autorização concedida aos EUA para utilizar a base das Lajes no quadro da guerra do Yom Kippur. Esta opção demonstrava a total subordinação da política externa de Caetano à questão colonial⁴⁸ e acabou por ter um preço muito elevado internamente, já que o embargo traduz-se numa crise energética que faz disparar a inflação e obriga o Governo a decretar uma série de medidas impopulares que contribuirão para o seu desgaste interno numa altura em que a pressão social e o descontentamento eram crescentes.

Em finais de 1973, o quadro é definitivamente marcado pelo fechamento do regime e pelo fim das ilusões numa democratização e numa solução para a guerra, pelos efeitos do choque petrolífero e da crise económica, pela degradação da atmosfera social e pelo fim da paz social, pela radicalização do discurso, objectivos e acções da oposição, por um movimento operário que estava no seu auge, por universidades em polvorosa, pela deterioração da situação militar, especialmente na Guiné, e por um isolamento internacional crescente. O regime responde a tudo isto com o recrudescimento da repressão e Caetano mantém o discurso oficial de defesa intransigente do Império e de continuação do esforço de guerra, apesar de, discretamente, dar, como veremos, passos no sentido de uma solução não militar para a guerra. Será, precisamente, em 1973 que surge o “Movimento dos Capitães” sintoma de que, mais do que a intelectualidade, os católicos, os liberais, a oposição moderada, as classes médias, o crédito internacional ou a juventude, o regime estava a perder parte significativa das Forças Armadas, os capitães que comandavam e viviam de perto com a tropa que combatia em África e que, porventura, mais que ninguém, sabiam que a solução para a guerra só podia ser política, mas que o regime, dificilmente, enveredaria por tal caminho. Mas não eram só os capitães que conspiravam. Também Spínola se mostrava cada vez mais crítico relativamente ao impasse colonial em que caíra Caetano e, com Costa Gomes, tinha um conhecimento cúmplice do que se passava entre os oficiais intermédios. Na direita militar, que tanto medo inspirava em Caetano mas que agora ti-

⁴⁸ Pedro Oliveira, “A Política Externa”, in, *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas e Pedro Oliveira p.327

nha uma capacidade operacional praticamente nula, agitavam-se as hostes, destacando-se Kaúlza de Arriaga enquanto líder de um eventual golpe militar de direita⁴⁹.

Como diz Sánchez Cervelló: “Como a desagregação do bloco de apoio ao regime era unânime, este estava condenado a ser substituído”⁵⁰

O próprio Marcelo Caetano confessa a Freitas do Amaral, em clima de quase completa resignação e solidão, estar consciente de que as Forças Armadas, onde a influência das ideias de esquerda, o cansaço da guerra e o péssimo moral eram crescentes, estavam cada vez menos dispostas a continuar a guerra⁵¹.

1.2. O Nó Górdio Colonial

A questão colonial assume durante o marcelismo uma centralidade absoluta e é o próprio Marcelo Caetano a deixá-lo claro ao dizer: “toda a minha actuação de governante foi condicionada pela questão ultramarina. A sua existência explica muito do que fiz – e também do que não pude fazer”⁵².

O problema colonial contribuiu decisivamente para o isolamento do regime e do seu líder e, conseqüentemente, para a insustentabilidade do marcelismo ao constituir-se como um dos principais alvos da contestação, senão o principal, proveniente dos meios estudantis, intelectuais, políticos, militares, religiosos e internacionais. Paralelamente, determinou os limites de uma abertura já de si muito limitada à partida, na medida em que, num clima de mínimo pluralismo e liberdade de expressão, não se tornava possível que o regime mantivesse praticamente inalterável a sua política ultramarina e a contestação tornar-se-ia insustentável. Como diz Fernando Rosas⁵³ a democratização do regime era incompatível com a manutenção da guerra colonial e a opção pela última determinava o malogro da primeira. Depois, como vimos, suscitou a crescente desconfiança, contestação e, posterior, afastamento em relação à ditadura de vários sectores da sociedade portuguesa. Finalmente, as poucas mudanças impostas por Caetano redundaram num duplo fracasso. Por um lado, foram insuficientes pa-

⁴⁹ Kaúlza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade. Os anos decisivos*, Lisboa, Edições Referendo, 1987, p.65

⁵⁰ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, p.21

⁵¹ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, pp.128-129

⁵² Marcello Caetano, *Depoimento*, p.16

⁵³ Fernando Rosas, “Marcelismo: ser ou não ser”

ra atrair e satisfazer a oposição de esquerda, a “ala liberal”, a Igreja católica, a comunidade internacional ou os sectores das Forças Armadas descontentes com o arrastar do conflito. Por outro, lograram suscitar a desconfiança e hostilidade dos sectores ultras e integristas do regime sustentados no presidente Américo Tomás e nas cúpulas militares. O resultado foi o isolamento do regime e do seu líder e uma lenta agonia que uma conspiração protagonizada por capitães determinados em acabar com a guerra e abrir caminho à descolonização pôs termo.

Marcelo Caetano, ao iniciar as suas funções de chefe de Governo, teria objectivos mais ambiciosos do que aquilo que na realidade acabou por fazer. Hesitação, medo, falta de força política, etc., podem ser algumas das explicações. No entanto, parece-nos que a extrema-direita do regime terá tido grande importância no progressivo recuo de Caetano, ela que já lhe teria imposto o abandono da via federalista e a aposta na “autonomia progressiva”. A ala ultra e integrista do regime suscitou sempre em Caetano o receio de uma eventual acção armada, impondo-lhe, desta forma, um maior comedimento nos seus intuitos autonómicos que se traduziu na ausência de reformas efectivas tendentes à resolução da questão colonial e a uma solução para a guerra.

Há algumas décadas que Marcelo Caetano vinha defendendo ideias, como o federalismo, que punham em causa o discurso oficial sobre o Império. A defesa de uma descentralização ou autonomia administrativa e financeira das províncias ultramarinas e que estas se regessem por legislação própria abre uma ruptura com o integrismo oficial que ganha força entre as elites do regime, sobretudo com o despertar da luta armada em Angola em 1961⁵⁴. Desde 1962 que Caetano advogava uma prudente solução federalista para as colónias, porém quando chega ao poder, apesar de dar alguns passos no sentido daquilo que chamou de “autonomia progressiva”, como a revisão constitucional, Caetano nunca põe em causa o esforço de guerra e a sua justiça e legitimidade, o Império e a sua integridade.

Embora o continuísmo se imponha na acção e no discurso marcelista, foi Marcelo Caetano, para escândalo dos integristas, quem desfez os argumentos salazaristas legitimadores do Império e justificadores da continuação da guerra, num discurso proferido perante as comissões distritais da Acção Nacional Popular a 27 de Setembro de

⁵⁴ Marcello Caetano, *Depoimento*, p.24

1970, em que faz um balanço dos dois primeiros anos de governo⁵⁵. A defesa do Ultramar não se justificava por uma “missão ou um destino histórico”, pela defesa do Ocidente, nem por razões económicas, nem sequer pela salvaguarda da independência nacional. A justificação era bem mais prosaica: a presença de milhares de portugueses cujos interesses era impreterível proteger⁵⁶.

Poucas ou nenhuma alterações foram introduzidas na frente colonial, continua a guerra e a retórica belicista e colonialista mantém-se. O esforço de guerra aumenta, significando em 1970 45% do orçamento⁵⁷, sustentado por um quadro de crescimento económico.

Apesar do avanço formal que a revisão constitucional de 1971 significou, o resultado foi o adiar indefinido do problema, acabando Marcelo Caetano por resvalar para uma espécie de inércia e ambiguidade insustentáveis. Caetano tem uma frase extremamente elucidativa da ambiguidade da sua acção e da ausência de uma solução do problema colonial. Respondendo ao ministro do Exército, Bettencourt Rodrigues, sobre a sua posição quanto à defesa do ultramar, Caetano, já empossado Presidente do Conselho, diz o seguinte: “neste momento a minha disposição é nesse sentido. Mas não posso tomar compromissos imutáveis. Até quando aguentará a Nação esse esforço? Pois defenderemos o Ultramar enquanto puder ser...”⁵⁸.

Foi, segundo vários autores, por imposição das Forças Armadas e dos ultras que Marcelo Caetano abandonou o seu projecto federalista que já há algum tempo vinha defendendo, optando pela fórmula de “autonomia progressiva” com a qual pretendia dar alguns passos num sentido de maior autonomia mas sem assustar em demasia a direita integrista do regime. Esta traduzia-se numa concessão de crescente autonomia às colónias portuguesas mas sempre num quadro de ligação e subordinação à metrópole e de maior participação dos africanos na administração e na política das colónias que evoluíam, no caso de Angola e Moçambique, para Estados. Tratava-se de:

⁵⁵ Discurso de Marcelo Caetano proferido perante as comissões distritais da Acção Nacional Popular no Palácio Foz, “Balanço de dois anos de Governo: a reforma da sociedade portuguesa tem de ser feita em paz”, 27/9/70, in Marcello Caetano, *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971, pp.9-10

⁵⁶ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, pp.547-548

⁵⁷ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização*, 1961-1975, p.30

⁵⁸ Marcello Caetano, *Depoimento*, p.16

“ir entregando cada vez mais o governo e a administração dos territórios às suas populações, procurando fazer participar em escala rapidamente crescente os nativos em todos os escalões da gestão pública (...). Participação crescente das populações nativas na administração e no governo das províncias, igualdade de direitos dos portugueses independentemente da raça ou da cor, transição de poderes legislativos e executivos em número e importância crescente para os órgãos locais, desvinculação da economia de cada província da economia metropolitana – eis o conteúdo da fórmula *autonomia progressiva das províncias ultramarinas*, que também foi expressa como sendo de autonomia progressiva e participada”⁵⁹.

Traços importantes desta autonomia progressiva e da linha federalista que Caetano defendera na década de 60 serão retomados no projecto africano de Spínola antes e depois do 25 de Abril, como veremos.

Apesar deste projecto se enquadrar num quadro de ligação à metrópole, anos depois em *Depoimento*, o teorizador da “autonomia progressiva” admite que esta culminasse na independência das colónias e que na altura não podia prever o futuro mas apenas prepará-lo num quadro português de manutenção das ligações metrópole-colónias⁶⁰.

No seio do regime e do bloco que o apoiava havia várias correntes relativamente à questão colonial, nomeadamente a existência de sectores ligados aos interesses industriais e financeiros ou defensores de um desenvolvimento económico em moldes modernos e da abertura à Europa, que viam com bons olhos o fim do império ou, pelo menos, uma relativização da sua importância económica e estratégica.

Como vimos, Caetano diz ter entendido a votação nas eleições de 1969 como a expressão favorável da Nação à continuação da política de defesa até então seguida, considerando ter recebido um “mandato indeclinável” para manter a defesa do Império. No entanto, caso a votação fosse desfavorável, pouco mais podia fazer do que continuar a guerra já que as Forças Armadas interviriam prontamente, na medida em que haviam imposto a Américo Tomás como condição para a aceitação de Caetano para Presidente do Conselho a continuação da política de defesa do Ultramar e o abandono de qualquer veleidade federalista⁶¹.

Posto de parte que ficou o federalismo, até porque o próprio Marcelo Caetano o consideraria já ultrapassado, a “autonomia progressiva” foi entendida por si como o meio caminho de duas soluções: a fórmula de unidade preconizada pelo integrismo,

⁵⁹ Marcello Caetano, *Depoimento*, p.34

⁶⁰ Marcello Caetano, *Depoimento*, p.34

⁶¹ Marcello Caetano, *Depoimento*, p.14

inaceitável pelo próprio e pela comunidade internacional, e a concessão de independência às colónias sob a forma de independências brancas ou através da entrega do poder aos movimentos de libertação. A concessão de independência e a entrega do poder aos movimentos de libertação, ainda que mediante negociações, era liminarmente rejeitada pelo Presidente do Conselho, pelo menos durante algum tempo, apesar de ser a via proposta pela comunidade internacional.

De facto, o seu projecto tinha um problema fundamental: implicava a continuação da guerra, ou seja, a manutenção e o envio de militares para África num quadro em que os oficiais intermédios das Forças Armadas, os mais desgastados e penalizados com eternização da guerra, vinham reforçando que a solução para o conflito era política e não militar, estando em curso um perigoso processo de divórcio entre as Forças Armadas e Governo que levaria à queda deste último.

Antes do início da conspiração do MFA eram já evidentes os sinais de tensão entre o Governo e certos sectores militares desgastados pelo conflito, cada vez mais conscientes que a solução era política e não militar e da impossibilidade virtual de Portugal vencer uma guerra de guerrilha, preocupados com a questão do prestígio militar e, recordando Goa, com a eventualidade do Governo querer fazer delas o bode expiatório da derrota militar e da perda das colónias, possibilidade especialmente temida na Guiné. Paralelamente, o projecto marcelista dificilmente suscitaria o apoio dos africanos, exceptuando as elites africanas pró-portuguesas e a minoria branca. Por duas razões: a autonomia concedida pela revisão constitucional era ainda muito limitada, deixando ao Governo metropolitano a última e decisiva palavra. Em segundo lugar, excluía os movimentos de libertação.

A verdade era que a “autonomia progressiva” não excluía a guerra, pelo contrário implicava e necessitava da sua continuação para dar frutos, ou seja, para criar aquilo a que vagamente se chamava de condições necessárias para uma crescente autonomia. Um pouco em sintonia com o que Spínola dirá em *Portugal e o Futuro* e procurará impor após o 25 de Abril, Caetano falava também em preparar as colónias para no futuro escolherem os moldes da sua ligação com Portugal.

Na prática, como nos diz João Paulo Guerra, “Crendo ou não na possibilidade de uma vitória militar, o regime colonial nunca ensaiou qualquer outro processo con-

sistente com vista a pôr fim às guerras coloniais”⁶². Apenas admitiu negociações visando o fim do conflito mas sem pôr em causa a soberania portuguesa ou tão pouco admitir a autodeterminação ou a independência.

O périplo que fez pelas colónias africanas em 1969 leva Caetano a concluir que entre a população africana era maciça a vontade de permanecer ligada a Portugal, de que os movimentos de libertação não eram mais que movimentos terroristas sem legitimidade, representatividade e apoio popular e de que seria uma traição a portugueses e africanos abandonar as províncias ultramarinas. Bastaria conceder uma autonomia progressiva e controlada e fomentar a melhoria das condições de vida dos africanos de modo a proceder a uma evolução de sentido autonomista para novas fórmulas de ligação entre Portugal e as suas províncias ultramarinas. Paralelamente, Caetano não pretenderia ficar com o ónus de ter sido o responsável pelo fim do império português⁶³.

Sem concretizar o ponto de chegada da descentralização administrativa e do seu projecto colonial, Marcelo diz que não pode adivinhar o futuro lugar dos territórios ultramarinos na Comunidade Portuguesa, destacando que a tarefa fundamental do Governo é preparar um futuro no quadro de uma “comunidade lusíada”, um “futuro português” – conceitos abundantemente utilizados por Spínola antes e depois de 25 de Abril - que viria a ganhar forma na “autonomia progressiva” que se esforçará para consagrar na revisão constitucional de 1971 e que será aprovada com fortes resistências pela Assembleia Nacional.

Na prática, pouco muda a nível colonial entre 1968 e 1974, e o que muda é para pior: deterioração da situação militar, especialmente na Guiné, pressões internacionais crescentes para a descolonização, cansaço do Exército e progressivo divórcio entre este e o Governo, e descrença da oposição numa evolução.

A retórica da “autonomia progressiva” parece nunca ter significado um afrouxamento do esforço de guerra, nem ter posto em causa a sua continuação e, até, intensificação. De facto, é durante o marcelismo que assistimos em 1970 a duas das principais e mais aventureiristas acções militares de toda a guerra colonial: a “Opera-

⁶² João Paulo Guerra, *Memórias das guerras coloniais*, Porto, Afrontamento, 1994, p.317

⁶³ Pedro Aires Oliveira, “A Política Externa”, in *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas e Pedro Oliveira, p.331

ção Nó Górdio” em Moçambique chefiada por Kaúlza de Arriaga e a “Operação Mar Verde” na Guiné.

Outro sinal ambíguo e revelador do modo como Caetano encarava a questão colonial é o facto de ter desperdiçado as oportunidades de uma solução negociada para a guerra, como o acordo relativo à Guiné apalavrado entre Spínola e Leopold Senghor em Maio de 1972 que plasmava uma administração conjunta entre Portugal e os guineenses do território sob um estatuto de autonomia durante dez anos, ao fim dos quais um referendo decidiria o futuro da Guiné⁶⁴. Caetano recusou qualquer aproximação a um acordo para a Guiné. Por várias razões. A primeira era a célebre “teoria do dominó”, segundo a qual a independência da Guiné, ao abrir um precedente, precederia a dos demais territórios. Nesta óptica, tornava-se inconcebível prescindir de um território que, do ponto de vista económico, era despiciendo, sendo preferível uma derrota militar do que um acordo com os movimentos de libertação. Em segundo lugar, estabelecer conversações com elementos do PAIGC significava reconhecer o movimento. Finalmente, o protagonismo que Spínola vinha assumindo e que este acordo reforçaria, numa altura em que não eram segredo as suas ambições políticas, suscitava grandes reservas em Caetano.

No seu livro *Depoimento*, Marcelo Caetano relembra a sua conversa com Spínola a 26 de Maio de 1972, afirmando-lhe claramente, para escândalo deste, que era preferível sair da Guiné por uma derrota militar do que através de negociação com os “terroristas” do PAIGC, precedente que abriria caminho a futuras negociações em Angola e Moçambique. A derrota militar em detrimento de negociações permitiria a Portugal, segundo Caetano, continuar a defender as restantes colónias do ponto de vista jurídico-político. Perder a Guiné não seria o problema principal, mas sim perdê-la através de negociações:

“Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo caminho a outras negociações. (...) Os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam. Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro das suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar. E o dever do Governo é defender todo o Ultramar.”⁶⁵

⁶⁴ Norrie MacQueen, “As Guerras Coloniais”, in *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo [1968-1974]*, p.283

⁶⁵ Marcello Caetano, *Depoimento*, p.191

Já em Fevereiro de 1970, Senghor apresentara a uma representação portuguesa que se deslocara a Dakar uma proposta de cessar-fogo tendo como contrapartida um alargamento da autonomia da Guiné. Outro passo foi dado com um encontro secreto em Paris dos ministros dos Negócios Estrangeiros português e senegalês, no entanto a violação da fronteira do Senegal por tropas portuguesas fez o acordo cair por terra⁶⁶.

Outro sinal das hesitações marcelistas na frente africana era o facto de ter colocado nos postos de comando da Guiné-Bissau e Moçambique homens que personificavam vias quase antagónicas para a resolução do problema africano. Se Spínola sustentava, claramente, que a solução para a guerra era política e não militar e preconizava teses demasiado reformistas e avançadas na óptica da linha oficial do regime, já Kaúlza de Arriaga afirmava-se como um integrista, um ultra do regime e apostava abertamente na intensificação do esforço de guerra e na vitória militar em Moçambique. Em comum Spínola e Kaúlza tinham o facto de contestarem o rumo da política colonial e conspirarem para o derrube do chefe do Governo português.

O ano de 1970 marca o início de um ciclo negativo na frente internacional e a sucessão dos acontecimentos nos anos seguintes traduz-se numa série de golpes na credibilidade, prestígio e vigor do regime português, apesar da aproximação aos EUA sob a Administração Nixon/Kissinger, selada com o acordo de cedência das Lages em 1971, ou do acordo comercial com a CEE em Julho de 1972. No ano que fica marcado pela “morte anunciada” de Salazar, o Papa Paulo VI recebe em audiência no Vaticano, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos num quadro em que se evidenciava o afastamento da Igreja católica, desde sempre um dos apoios fundamentais do Estado Novo, relativamente ao Governo e em que os meios católicos se revelavam um dos focos mais fortes de oposição e contestação ao regime. É em 1970 que ocorrem as referidas operações “Mar Verde” e “Nó Górdio” que valerão a Portugal vários desagravos na ONU ou a revelação de atrocidades cometidas por tropas portuguesas em Moçambique pela revista alemã *Der Spiegel*⁶⁷.

Em Dezembro de 1972 ocorrem os massacres de Wiriyamu sobre populações civis cujo inquérito Kaúlza de Arriaga manda arquivar. O ano de 1973 começa com a vi-

⁶⁶ João Paulo Guerra, *Memórias das guerras coloniais*, p.226

⁶⁷ Pedro Aires Oliveira, “A Política Externa”, pp.324-327

gília de católicos opositores contra a guerra colonial na Capela do Rato. No mesmo mês em que anuncia que o Estado da Guiné-Bissau seria proclamado daí a um ano, Amílcar Cabral é assassinado em condições pouco clarificadas em Conakry a 27 de Janeiro. O Verão traz consigo as estucadas finais: o *The Times* divulga os massacres de Wiriyamu pouco antes de Marcelo Caetano visitar Londres em clima de franca hostilidade e contestação aos massacres, à guerra colonial, ao líder e ao regime português. Em Outubro estala a guerra de Yom Kippur e, não obstante Portugal ter autorizado os EUA a utilizar a base das Lajes, mantém-se a recusa norte-americana de fornecer armamento a Portugal, e em Novembro a assembleia-geral da ONU recomenda ao Conselho de Segurança a admissão da Guiné-Bissau e condena a ocupação portuguesa, após sucessivas condenações formais do Conselho de Segurança.

Em Agosto de 1973, um derrotado, cansado e só Marcelo Caetano dizia a Freitas do Amaral não encontrar outra solução para o problema colonial que não a continuação da defesa militar e, em simultâneo, preparar o futuro dos territórios, através de uma “autonomia progressiva” e da crescente participação das populações na vida política e administrativa daqueles. O desejo de Marcelo, como o próprio lhe terá confessado, seria uma solução de independências brancas e europeias mas tal nunca seria aceite pela comunidade internacional e pela ONU. Sustenta a inviabilidade de independências de maiorias negras por duas razões. Primeiro porque treinada para combater o branco, a maioria negra não asseguraria a paz racial. Segundo porque se traduziria na imposição de regimes comunistas. Perante tal cenário apenas restava apostar na “autonomia progressiva e participada” e na continuação da defesa militar das colónias⁶⁸.

Mais tarde, provavelmente levado pela situação militar verdadeiramente desesperada, pressentindo o golpe militar em fase final de maturação, Marcelo Caetano deu seguimento a uma iniciativa da diplomacia britânica e autorizou conversações com o PAIGC tidas a 26 e 27 de Março de 1974 em Londres com vista ao estabelecimento de um cessar-fogo na Guiné-Bissau, tendo o governo português prometido a independência da Guiné a curto prazo em troca do cessar-fogo imediato⁶⁹. Segundo Freitas do

⁶⁸ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, pp.127-128

⁶⁹ *Expresso*, 26 de Março de 1994

Amaral as conversações falharam devido ao facto do PAIGC exigir, como condição para o cessar-fogo, não apenas a independência da Guiné, mas também a de Cabo Verde⁷⁰.

Na sequência do alastramento, a partir de 1973, das acções de guerrilha da Frelimo aos arredores da Beira que colocavam o governo português perante a hipótese de uma derrota militar⁷¹, Caetano terá autorizado Jorge Jardim a encontrar uma solução para Moçambique. Segundo João Paulo Guerra⁷² o empresário, em colaboração com o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, delineou um programa para a declaração unilateral da independência de Moçambique que ficou conhecido como o “Programa de Lusaka” que preconizava a declaração da independência política, com ou sem golpe de Estado, e um poder dominado pela minoria branca, ainda que não excluísse a participação da Frelimo em futuras eleições a realizar e num eventual governo de transição. Esta solução estaria em fase adiantada de preparação em vésperas do golpe militar de 25 de Abril, tendo sido no estertor final do marcelismo que Jardim o apresentou a Marcelo Caetano que terá recusado o programa por este ir demasiado longe⁷³. O projecto de independência branca de Jardim passava por uma “evolução acelerada da autonomia progressiva concedida” por Marcelo Caetano⁷⁴ que em pouco se vinha traduzindo. Depois do golpe de 25 de Abril, veremos Jardim a desencadear várias iniciativas tendentes à viabilização de independências brancas.

Com um passo hesitante e inseguro na resolução da questão colonial, toda a governação de Marcelo Caetano e as várias iniciativas nesta frente padeciam de um problema de morte: implicavam a continuação da guerra quando os sectores intermédios das Forças Armadas se mostravam cada vez mais indisponíveis para a manter, ao ponto de arrancarem com a conspiração que poria fim à guerra e ao regime.

⁷⁰ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, pp.135-137

⁷¹ Pedro Aires Oliveira, “A Política Externa”, p.329

⁷² João Paulo Guerra, *Memórias das guerras coloniais*, pp.301-304

⁷³ João Paulo Guerra, *Memórias das guerras coloniais*, pp.301-304

⁷⁴ João Paulo Guerra, *Memórias das guerras coloniais*, p.301

2. FOCOS DE TENSÃO POLÍTICO-SOCIAL: MOVIMENTO OPERÁRIO, MOVIMENTO ESTUDANTIL, RADICALIZAÇÃO DA OPOSIÇÃO E FIM DO CRESCIMENTO ECONÓMICO.

Analizados alguns traços fundamentais da governação de Marcelo Caetano, procuraremos, agora, evidenciar algumas características do marcelismo que se revelam determinantes na precipitação das circunstâncias revolucionárias e, especificamente, na explosão social subsequente ao golpe militar.

Três aspectos ressaltam entre os demais: o esgotamento do crescimento e a abertura de uma crise económica; o clima de enorme tensão político-social, associado ao último ponto e à guerra colonial, traduzido numa vaga considerável de acções reivindicativas no mundo operário e na contestação estudantil; a evolução na oposição, em particular, o desenvolvimento da extrema-esquerda.

O Governo de Marcelo Caetano é, inevitavelmente, marcado desde o início pelo peso de uma vibrante conjuntura internacional de grandes mudanças e perturbações. Marcelo Caetano assume a Presidência do Conselho nesse explosivo e revolucionário ano de 1968. São tempos marcados pelo Maio de 68 francês e pelas revoltas estudantis, pela contestação à guerra do Vietname, pelo pacifismo militante e o antibelicismo, pelo anticolonialismo, pelos movimentos de juventude, pela difusão do guevarismo e do castrismo, pelo “socialismo de rosto humano”, pela Primavera de Praga e a traumática invasão da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia a 21 de Agosto, pela luta pelos direitos cívicos, pela morte de Martin Luther King, pelo dissídio sino-soviético e pela influência do maoismo e da revolução cultural chinesa, de movimentos de esquerda e extrema-esquerda independentes e críticos relativamente a Moscovo, aos partidos comunistas nacionais e ao legado centralista e estalinista.

A abertura inicial de 1968-1969, feita a par da continuação da guerra, contribuirá para a erupção de uma vaga reivindicativa e um forte desejo de mudança⁷⁵. Por um lado alimentara expectativas, por outro criara espaço e condições para o desenvolvimento da contestação. No entanto, o problema central do regime continuava por resolver e com ele a democratização ficava indeterminadamente adiada.

⁷⁵ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, p.551

Esta abertura traduz-se, assim, numa certa descompressão da atmosfera política que ditará o seu posterior recuo. Se numa fase inicial se assiste a um ligeiro abrandamento da censura e da acção da polícia política, rapidamente, Marcelo Caetano como que procura corrigir esta abertura inicial que contribuiu para o desenvolvimento de greves de trabalhadores e estudantes, para o crescimento da extrema-esquerda e para alguma reanimação dos meios oposicionistas.

No universo laboral desponta uma tremenda vaga reivindicativa. Entre 1968 e 1970, as greves generalizam-se a nível nacional deixando de se limitar aos sectores tradicionais para passarem a incluir novos sectores profissionais como bancários ou empregados de seguros, sinal de que as classes médias se afastavam do regime. Destacam-se, por exemplo, a greve da Lisnave em Novembro de 1969, os confrontos entre trabalhadores e a polícia no 1 de Maio de 1970 ou a greve de cerca de 5 mil pescadores em Matosinhos. Muitos destes conflitos mantêm-se quando o MFA desencadeia o golpe militar e prolongar-se-ão ao longo do ano de 1974.

Forjava-se um movimento reivindicativo, traduzido em manifestações e greves, de contornos preocupantes, na medida em que revelava importante abrangência sectorial, sempre em crescendo até 1974. A deterioração da situação económica contribuiu para esta dinâmica reivindicativa, mas também a abertura inicial do marcelismo, nomeadamente, a legislação sindical que permitira a eleição de direcções de esquerda nos sindicatos. A nova lei sindical de Junho de 1969, ao pôr termo à homologação dos dirigentes eleitos e à nomeação de comissões administrativas por tempo ilimitado e de impedir a dissolução dos sindicatos por via administrativa, traduziu-se em sindicatos mais fortes e mais independentes do Estado. Paralelamente, permite que elementos oposicionistas cheguem às suas direcções, como aconteceu em sindicatos como os dos bancários, metalúrgicos, caixeiros de Lisboa, trabalhadores da Carris, jornalistas, engenheiros ou médicos⁷⁶. As referidas mudanças consubstanciavam, ainda, avanços no domínio da negociação colectiva e uma maior benevolência em relação à greve, sobretudo após um despacho do ministro do Interior ter limitado as intervenções policiais em caso de greve o que se traduziu na descriminalização de algumas formas de greve⁷⁷, estando, no entanto, longe a sua legalização.

⁷⁶ Fátima Patriarca, "Estado Social: A Caixa de Pandora", p.187

⁷⁷ Fátima Patriarca, "Estado Social: A Caixa de Pandora", p.174

O desenvolvimento do movimento reivindicativo revela-se altamente incómodo para o Governo e atingiria momentos de enorme dinamismo, cifrando-se, entre Outubro de 1973 e Abril de 1974, em cerca de 100 mil o número de trabalhadores envolvidos nas várias acções de luta que ocorriam em grande parte à margem dos sindicatos, inclusivamente aqueles conquistados por direcções de esquerda, e do Partido Comunista⁷⁸. Eram muitas as tensões acumuladas mas, por si só, incapazes ainda de derrubar o regime. Apenas com o golpe de 25 de Abril estas se libertarão sob a forma de um explosivo e revolucionário movimento social reivindicativo.

O mau comportamento da economia retirava um dos derradeiros trunfos de Marcelo Caetano que assentara muita da sua legitimidade na eficácia e no crescimento económico. Paralelamente, a situação tornava-se ainda mais intolerável pela população, a quem se pedia sacrifícios e que era penalizada por medidas restritivas, e inexplicável por parte Governo numa altura em que as despesas militares, numa guerra para a qual não se vislumbrava solução, atingiam valores altíssimos. O pleno emprego – durante muito tempo assegurado pela emigração e a guerra colonial – pela primeira vez deixa de existir e são decretadas medidas de contenção salarial.

Com o agravamento da situação económica, sobretudo a partir de 1972, traduzida no fim do pleno emprego e no aumento da inflação, e acentuada pelos choques petrolíferos, a atmosfera social conhece uma degradação acentuada, destacando-se as greves e as paralisações operárias e a agitação e contestação estudantil. Num processo que vinha desde finais da década de 60, potenciado em parte pela legislação laboral e sindical de 1969 e pela criação da Intersindical em 1970, o movimento operário e a agitação social cresciam de forma preocupante. O período de 1968-1974 conhece então um movimento reivindicativo duradouro e generalizado que abarca praticamente todos os sectores e grupos sociais. A vaga grevista não se confina ao mundo operário, englobando pescadores, bancários, caixeiros, profissionais dos seguros, médicos, profissionais liberais⁷⁹.

Também nas universidades perpassava a mistura explosiva entre as expectativas da abertura e a tensão social, que despertavam para uma sucessão de lutas e greves. A contestação não se dirigia apenas ao ensino e à sua função social, o seu carácter

⁷⁸ João Madeira, *“As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”*, p.127

⁷⁹ Fátima Patriarca, *“Estado Social: A Caixa de Pandora”*, p.203-207

selectivo, aos métodos em que assentava a academia portuguesa, mas também e, talvez sobretudo, ao regime, ao Governo, à guerra e ao colonialismo. Fazendo-se sentir a influência do Maio de 68 e da vaga europeia de protestos estudantis, primeiro foi a Universidade de Lisboa a entrar num turbulento clima de contestação em 1968. Segue-se, em 1969, a crise académica de Coimbra que se revelará duríssima, com intervenções violentas de GNR e PSP. Cultural e intelectualmente há importantes transformações, nomeadamente o estruturalismo e novas leituras do marxismo.

Em resposta à radicalização do movimento estudantil, a polícia política encerra a maioria das associações de estudantes, são várias as invasões policiais das instalações universitárias, dezenas de estudantes são presos ou incorporados coercivamente no exército que combatia em África. Nas fortemente politizadas e radicalizadas universidades portuguesas dois episódios tornar-se-ão simbólicos da situação explosiva que se vivia. Em Outubro de 1972 José António Ribeiro dos Santos é morto pela polícia política após uma acção política no Instituto de Economia de Lisboa. Em Março de 1972, surgem nas universidades portuguesas os chamados “gorilas”, elementos recrutados entre ex-combatentes das tropas de elite para policiar e garantir a ordem nas universidades. As universidades serão um palco privilegiado para o desenvolvimento de muitas das ideias políticas referidas e para a emergência de vários grupos maoistas e marxistas-leninistas.

O final da década de 1960 e o início da de 1970 marcam o desenvolvimento de partidos que ganham espaço ao Partido Comunista e constituem uma oposição à sua esquerda, assiste-se à radicalização das práticas e do discurso das oposições e a uma progressiva hegemonia ideológica da esquerda, especialmente, nos meios intelectuais.

O campo da oposição vinha conhecendo um processo de transformação⁸⁰, no qual se destaca a afirmação de uma nova via radical à esquerda do PCP com a fundação do Comité Marxista-Leninista Português em 1964 e da Frente de Acção Popular que constituem a génese dos movimentos maoistas e marxistas-leninistas posteriores⁸¹.

Em 1970 surge, a partir da Esquerda Democrática Estudantil (EDE) e das lutas universitárias de 1968 e 1969, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

⁸⁰ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, p.542

⁸¹ João Madeira, “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, p.100

(MRPP), um dos mais activos grupos maoistas e marxistas-leninistas, altamente activistas que geram um clima de grande agitação, especialmente no meio estudantil, operando uma ruptura ao nível do discurso, das acções e das formas de luta. Representa um corte com a herança maoista de Francisco Martins Rodrigues ao sustentar que nunca tinha existido um partido comunista, propondo-se a fundá-lo. Em 1970 constituem-se ainda os Comités Comunistas Revolucionários (marxista-leninista), uma ruptura a partir do CMLP. Seguem-se a União Revolucionária Marxista-Leninista (URML) em 1970, a Organização Comunista Marxista-Leninista de Portugal (OCMLP) em 1972 e o Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (marxista-leninista) (CARP-ml) em 1973, entre outros.

A radicalização das práticas e discurso da oposição traduzira-se já no desenvolvimento da luta armada cujo precursor fora a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), criada em 1967. Em 1969 surgem as Brigadas Revolucionárias (BR) que em Novembro de 1971, naquilo que foi a primeira de várias acções, atingem as instalações da NATO no pinhal do Arneiro, ao que o PCP responde no ano seguinte com a Acção Revolucionária Armada (ARA). Em 1973 as BR transformam-se no Partido Revolucionário do Proletariado (PRP/BR).

Também entre os católicos progressistas intensifica-se a contestação que terá como momento emblemático a vigília pela paz na capela do Rato entre 30 de Dezembro de 1973 e 1 de Janeiro de 1974⁸².

Em 1973 é criado, a partir da Acção Socialista Portuguesa, o Partido Socialista que enceta uma aproximação ao PCP, plasmada numa plataforma de acção comum. Paralelamente, a radicalização do discurso oposicionista confirma-se no Congresso da Oposição Democrática em Aveiro.

De facto, não será por acaso que o marcelismo corresponde ao período em que o regime se deixa, em definitivo, ficar para trás nessa batalha pela “conquista das almas”, em grande parte devido à guerra colonial, cavando o seu progressivo isolamento, à medida que se consubstanciava essa tal hegemonia ideológica da esquerda que atravessava os meios intelectuais, estudantis, jornalísticos, católicos, culturais e até, o

⁸² Sobre este tema ver António de Araújo, *A Oposição Católica no Marcelismo: o caso da Capela do Rato*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, orientada por Manuel Braga da Cruz, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, 2011

que a breve trecho teria consequências fatais, os meios militares. Paralelamente, a deterioração da situação económica e os recuos ao nível da legislação laboral estimulam um forte movimento operário reivindicativo que marcará os últimos anos do marcelismo⁸³.

Num quadro marcado pelo endurecimento terminal do regime, o cansaço extremo da guerra, a ausência de perspectiva de uma vitória militar ou de uma solução política para a guerra e o fim das ilusões na evolução do regime, as esquerdas entram em processo de radicalização, conquistando largos sectores da juventude estudantil, da intelectualidade, do moderno operariado industrial e dos empregados do sector terciário em expansão, na frente cultural e, finalmente, entre os oficiais que servem em África⁸⁴.

Neste sentido a extrema-esquerda enceta uma dinâmica crescente e ganha espaço ao PCP, sobretudo no meio estudantil onde a contestação ao regime e à guerra colonial não tinha paralelo. Em ruptura com o PCP muitos militantes em processo de radicalização, sobretudo jovens, abandonam o partido e numa tendência centrífuga vão ingressar no campo à sua esquerda.

O regime procura corrigir a abertura. As eleições de 1969 haviam-se saldado por uma desilusão para a oposição. O agravamento da situação económica e da tensão social traduzem-se numa série de recuos e no recrudescer da repressão a partir de 1970. A lei sindical é alterada e veremos várias direcções a serem demitidas e o espaço de tolerância existente rapidamente é fechado, intensificando-se a acção policial sobre as acções reivindicativas. A polícia política ganha novo protagonismo, aumentam as prisões. A resposta às crises académicas pauta-se também por notória dureza. A crise suscitará uma resposta decidida do regime que manda encerrar a Universidade e destaca para Coimbra “polícias de choque, agentes da GNR armados, com cães e a cavalo, carros da PSP com grelhas de arame farpado, um camião cisterna com uma bomba de tinta azul para marcar infractores”. Quase cinquenta estudantes envolvidos nos pro-

⁸³ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, pp.554-556

⁸⁴ Fernando Rosas, *Portugal Século XX.*, p.124

testos são incorporados no Exército⁸⁵ e sujeitos a uma recruta particularmente dura e violenta especialmente preparada para os castigados da crise académica⁸⁶.

Sintomático do recuo da abertura é o recrudescer da repressão, sobretudo a partir de 1971. O número de prisões volta a crescer atingindo não só o Partido Comunista mas também a extrema-esquerda, católicos progressistas e personalidades socialistas como Jaime Gama, Salgado Zenha ou Raul Rêgo⁸⁷. Importa, no entanto, relativizar algumas das dimensões da abertura dos primeiros dois anos do consulado caetanista, já que a PIDE nunca deixou de efectuar prisões, manter arbitrariamente opositores do regime em cativeiro ou de recorrer a torturas.

Relativamente à censura a situação é semelhante, começando também com uma mudança de nome, passando a chamar-se Exame Prévio, e que após um abrandamento inicial conhece também importante recrudescer.

Em face da incapacidade do regime evoluir, democratizar-se e encontrar uma solução para a guerra, a oposição deixa de alimentar ilusões em qualquer tipo de evolução e radicaliza o seu discurso e formas de luta.

O encadeamento de uma abertura frustrada e tímida, mas, simultaneamente, capaz de abrir espaço para a libertação de tensões e acções reivindicativas, com o agravamento da situação económica, com a radicalização e esquerdização das oposições, com o arrastar da guerra - fulcro final do descontentamento e da contestação -, e um regime que, até à última hora, se mostra capaz de evoluir e auto-reformar num sentido democratizante, revelou-se fatal para Marcelo Caetano.

Do cansaço da guerra nascerá então o movimento militar que ao derrubar o regime abre a porta à libertação estrondosa deste movimento reivindicativo que do mundo operário atinge a outros sectores profissionais e que abarcará o universo estudantil, traduzida num movimento revolucionário sob o signo da hegemonia ideológica da esquerda forjada ao longo dos derradeiros anos de ditadura.

⁸⁵ Gabriela Lourenço, "Capas Negras", in *Visão História. A Queda de Salazar e a Primavera Marcelista*, nº2, Julho 2008, pp.90-91

⁸⁶ Depoimento de Mário Viegas in Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era agora. O movimento popular e o 25 de Abril*, p.132

⁸⁷ Fernando Rosas, "A lenta agonia do salazarismo", p.554

3. A CONSPIRAÇÃO MILITAR

Como vimos, o fim do marcelismo é marcado pela descrença generalizada na evolução reformista e democratizante do regime e numa solução para a guerra colonial que se afirmava como o principal catalizador da crise e dos anticorpos ao regime. Mais importante que tudo isto é demonstrando a centralidade da guerra colonial, o regime perde as Forças Armadas. Mais concretamente a oficialidade intermédia, o sector mais penalizado com o esforço de guerra, que, minando a instituição militar por dentro, retira o poder e a capacidade operacional às cúpulas militares, encetando uma metamorfose das Forças Armadas de consequências fatais para o regime.

Tendo por base questões corporativas, surge um movimento protagonizado maioritariamente por capitães, maiores e oficiais milicianos que, em processo de rápida politização e radicalização, põe em causa a guerra colonial e o próprio regime. A evolução natural foi a decisão de pôr fim ao regime de modo a pôr fim à guerra.

Antes de analisarmos a génese do Movimento das Forças Armadas importa ter em consideração algumas dinâmicas de mudança em curso nos dias do fim do marcelismo.

Em primeiro lugar, não obstante a retórica oficial e a escassez de informação sobre a realidade militar africana apoiada na ausência de liberdade e na censura⁸⁸, faz-se sentir em vários sectores da sociedade portuguesa um cansaço generalizado da guerra, sobretudo, quando as elevadas despesas militares são postas em causa num quadro de crise económica e de alta inflacionista e o conflito se arrasta sem a perspectiva de uma vitória ou de uma solução política.

No seio da instituição militar é também crescente o desgaste, a desmoralização e a desmotivação dos militares que combatem em África numa guerra de guerrilha extremamente complicada e de difícil vitória militar. Entre a tropa em África cresce também a desidentificação com os propósitos e os valores do regime e a noção da dificuldade de alcançar uma vitória militar. Neste sentido, para muitos ganha corpo a noção de que a verdadeira função das Forças Armadas na guerra colonial era de “aguentar”, de prolongar o conflito sem que a vitória militar estivesse no horizonte, de modo a dar

⁸⁸ David Martelo, “Guerra e Sociedade – Resistências” in *A Guerra Colonial*, coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, p.548

tempo ao Governo para encontrar uma solução política⁸⁹. Mais grave ainda era o sentimento de que o Governo estaria a utilizar as Forças Armadas como “bode expiatório” de uma eventual derrota militar. É isto que afirma o Tenente-coronel Fabião: “A partir de 1972, vimos que o Governo não tinha intenção de procurar uma saída para a guerra de África e a única coisa que pretendia era que fôssemos perdendo o Ultramar por desastres sucessivos, como aconteceu na Índia, e dos quais as Forças Armadas seriam sempre culpadas”⁹⁰.

Para o regime este divórcio com as Forças Armadas revelava-se extremamente perigoso, na medida em que a instituição militar se constituía como um dos sustentáculos do seu poder e, até, o seu último recurso em caso de crise. Mais grave a situação se tornava se tivermos em consideração a tradição intervencionista das Forças Armadas no Portugal contemporâneo⁹¹. Noutro prisma, o medo que Caetano sentia de um golpe militar protagonizado pela direita militar do regime apoiada em Américo Tomás revela o perigo que as Forças Armadas poderiam representar caso se indispussem contra os governantes. A guerra colonial permitirá, pela primeira vez, que parte do universo militar se proponha a derrubar o regime, com a decisiva singularidade de ter sido a oficialidade intermédia e não os comandos das Forças Armadas a conspirar para o derrube do regime.

Concorrendo também para o crescente afastamento entre Governo e os seus militares, estava a questão do prestígio militar. O mal-estar crescente devia-se a uma série de insinuações pouco abonatórias para os militares que combatiam em África, tornando-se recorrentes as críticas relativamente ao comportamento dos soldados nas colónias, que estes beneficiavam financeiramente com a guerra e que o prolongar do conflito e a ausência de uma vitória se devia a esta razão e à sua inépcia militar.

Paralelamente, eram já muitas as independências conseguidas em África e na Ásia e o chamado “terceiro mundo” ganhava protagonismo e força inédita, potenciado pelos fenómenos de independência e de guerrilha anticolonial.

⁸⁹ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, pp.21-23

⁹⁰ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.145

⁹¹ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.125

A escassez de capitães, ela própria um sinal da desmobilização e falta de empenho dos portugueses na defesa do “Portugal de Minho a Timor”, intensificou a promoção de oficiais milicianos a capitães, alguns dos quais com ligações à oposição e que assumirão um lugar de destaque no MFA, na sua politização e na redacção do seu programa político. Muitos deles são recrutados como medida de punição e enviados para as regiões mais difíceis. Vindos das fortemente politizadas universidades portuguesas e com um nível de consciência política já considerável vão contribuir para a politização dos seus camaradas, para a circulação de ideias e livros subversivos, para discussões sobre a justiça da guerra e do colonialismo ou sobre a impossibilidade de uma vitória. O contacto com prisioneiros e material de propaganda dos movimentos de libertação contribuía também para a disseminação de ideias de esquerda e de contestação à guerra, ao colonialismo e ao regime português e seus pressupostos ideológicos e retórica colonialista.

A permeabilidade a este tipo de valores e o desfasamento ideológico em relação ao regime prende-se ainda com uma série de mudanças sociais e sociológicas em curso nas Forças Armadas, traduzidas na mudança social da composição da oficialidade do Exército português. Estava em curso um afastamento dos jovens da carreira militar potenciado pelo fenómeno geracional de rejeição dos valores militaristas atrás referido, pelo recuo do fenómeno de autorecrutamento e pela opção pelo ingresso no ensino universitário e pela via das profissões liberais em detrimento da Academia Militar e do próprio Colégio Militar, deixando o Exército de ser encarado como veículo de promoção social e riqueza material.

De facto, como nos diz Avelino Rodrigues⁹², a maioria dos capitães e majores que protagonizam o 25 de Abril não frequentou o Colégio Militar, entrando posteriormente na Academia Militar, não pertence às elites lisboeta e portuense, mas às classes médias e mesmo populares das aldeias, vilas e pequenas cidades da província, não se encontrando militares na sua ascendência, ao contrário de muitos coronéis e generais, tradicionalmente, provenientes de famílias com tradições militares. As estatísticas relativas à origem geográfica do oficialato de 1974 apontam para 51% de origem rural; apenas 21,9% eram naturais de Lisboa, Porto e Coimbra.

⁹² Avelino Rodrigues *et alia*, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, p.289

Enquanto os elementos das classes média e alta eram atraídos pelas profissões liberais, considerando o ingresso nas Forças Armadas uma despromoção social, os elementos das classes mais baixas mostravam-se atraídos pela carreira das armas. É esta a visão de Kaúlza de Arriaga que afirma estar-se perante a proletarização das Forças Armadas que conduziria a médio prazo para a sua “comunização”⁹³. No entanto, tanto Avelino Rodrigues como Maria Carrilho alertam para o facto de não se poder falar numa proletarização da Academia Militar e dos escalões do oficialato⁹⁴.

Estas mudanças em curso potenciam que esta geração de militares seja cada vez menos sensível à retórica oficial e questione a guerra e a política governamental⁹⁵. Em suma, a identificação com o regime e os seus propósitos era cada vez menor e o gérmen de contestação e insubordinação ia ganhando forma nos oficiais que iniciam a sua formação entre 1960 e 1964. Paralelamente, o aumento dos efectivos militares tornava cada vez mais difícil uma vigilância policial eficaz sobre as Forças Armadas, daí que surgisse o seguinte dilema: relegar para segundo plano o controlo político-ideológico e assegurar a continuação das operações militares em África ou proceder a uma selecção política rigorosa e perder efectivos militares para continuar a guerra. Neste sentido, a escalada e o prolongamento do conflito constituem as circunstâncias que mais irão contribuir para a deterioração dos mecanismos de controlo político-ideológico próprios do relacionamento civil-militar de molde totalitário. Ditando as exigências da guerra uma formação acelerada dos oficiais, estes acabavam por chegar ao campo de batalha com a disciplina, deontologia e normas éticas e comportamentais militares menos assimiladas do que os seus congéneres mais antigos, sobretudo no que dizia respeito aos valores do regime. A própria situação de combate provocava a diluição de algumas normas e etiquetas, distintivas e isolantes, propiciando um aumento das hipóteses de influência do contexto social e das origens sociais sobre os oficiais⁹⁶.

No quadro da profunda alteração das relações entre o universo civil e governamental e o universo militar, toda esta dinâmica atrás descrita leva, entre outras situ-

⁹³ Avelino Rodrigues *et alia*, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, p.298

⁹⁴ Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, pp.340-455

⁹⁵ Avelino Rodrigues *et alia*, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, pp.298-299

⁹⁶ Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX*, pp.340-455

ações, a uma pronta reacção dos militares à ingerência governativa em questões da esfera da autonomia militar – a carreira e a preparação militar.

No tipo de guerra desenvolvido pelas Forças Armadas portuguesas no território africano, assente no esquema de divisão do terreno em quadrícula para organizar os efectivos militares, os capitães de companhia assumem um papel central em toda a acção militar e também administrativa, situação que lhes permite ganhar uma influência e um peso sem paralelo noutras situações históricas. Por outro lado, era grande a proximidade com os soldados, a sensibilidade e identificação com as suas queixas. Eram os capitães os grandes penalizados com a guerra e as sucessivas comissões, quem mais suportava o cansaço por esta provocado. No sistema de quadrícula, os capitães de companhia assumiam grande importância por concentrarem várias atribuições. Para além do comando operacional tinham importantes e diversificadas responsabilidades. Eram quem, antes da hierarquia militar, mais poderes e atribuições tinha, desenvolvendo uma relação de grande proximidade e afectividade com jovens militares, muitas vezes com 19, 20 ou 21 anos de idade. Desde cedo que se apercebem da impossibilidade de vencer a guerra, das incoerências do discurso oficial. Consciencializam-se da injustiça da guerra, tanto para os africanos, como para os soldados portugueses.

Tudo isto coloca a oficialidade intermédia em rota de colisão com as suas hierarquias e com o regime, forjando-se uma dinâmica, ainda não estruturada, de discussão e reflexão, sobretudo na Guiné onde Spínola ia gerando um gérmen de contestação à política colonial do Governo, relativamente à guerra, ao colonialismo e ao próprio regime.

A incapacidade do regime encontrar uma solução política para a guerra traduzir-se-á, então, num processo de crescente reflexão e contestação no interior das Forças Armadas e na emergência de um movimento de oficiais intermédios que arranca no quadro do Congresso dos Combatentes e se estrutura na sequência da publicação dos decretos relativos à carreira militar no Verão de 1973 mas que, rapidamente, evolui de um carácter reivindicativo para uma reflexão e contestação à guerra e ao colonialismo e que terá no objectivo de pôr fim à guerra colonial o motivo para derrubar o regime.

A contestação aos Decretos-Lei nº353 de 13 de Julho e nº409 de 20 de Agosto de 1973 – destinados a resolver o problema da falta de oficiais e que permitiam aos oficiais milicianos que pretendessem entrar no Quadro Permanente fazê-lo desde que seguissem com aproveitamento um curso acelerado na Academia Militar, com a duração de apenas dois semestres, enquanto os cadetes necessitavam de quatro anos para serem promovidos a alferes; a antiguidade dos oficiais milicianos que assim entrassem no Quadro Permanente passaria a ser contada a partir da sua promoção a tenentes milicianos do quadro de complemento⁹⁷ – é unanimemente apontada como o momento e o móbil da estruturação do movimento que dará origem ao Movimento das Forças Armadas, que “nasce” na reunião de 9 de Setembro de 1973 perto de Évora, apontada como o arranque simbólico da conspiração⁹⁸. Porém as movimentações estão já em curso há algum tempo, sobretudo na Guiné.

Neste sentido, um dos detonadores da mobilização dos jovens oficiais dá-se por ocasião do Congresso dos Combatentes do Ultramar a realizar no Porto de 1 a 3 de Junho, organizado pelos sectores mais conservadores e colonialistas do regime, como forma de manifestar o apoio das Forças Armadas à política colonial do Governo e à continuação do esforço de guerra. Proibidos de participar no Congresso pelo ministro da Defesa, os oficiais do Quadro Permanente no activo, os mais sacrificados e descontentes com a guerra, contestam a sua representatividade e legitimidade através de um abaixo-assinado.

As palavras de Otelo Saraiva de Carvalho são bastante elucidativas:

“Ficámos banzados! Como se permitiam aqueles badamecos, alguns dos quais tinham passado os dois anos de comissão agarrados às calças, em invocações a Nossa Senhora ou a roçar os traseiros pelas cadeiras estofadas dos quartéis-generais à custa da cunha habitual e fácil, falar publicamente em Congresso em nome dos veteranos oficiais de carreira, alguns com quatro ou cinco comissões no lombo e com gravíssimos problemas familiares ou particulares de toda a ordem? Como seria possível aceitarmos tal representatividade?”⁹⁹.

A contestação ao Congresso é da iniciativa de oficiais próximos de Spínola, como Ramalho Eanes, Firmino Miguel ou Carlos Fabião, mas rapidamente se alarga a outros sectores. Vasco Lourenço, citado por Maria Inácia Rezola, considera a contestação

⁹⁷ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.21

⁹⁸ Maria Inácia Rezola, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, in *A transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo [1968-1974]*, p.342

⁹⁹ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, vol. I, Lisboa, Alfa, 1991, p.113

ao Congresso como a “antecâmara da conspiração”, revelando a debilidade do regime que não reage, o mal-estar instalado no seio das Forças Armadas e que a defesa de uma solução política e não militar ganhava popularidade¹⁰⁰. Paralelamente, a actividade de Spínola na Guiné revela-se como o início da contestação à guerra e ao regime, postulando o general a ideia de que a solução para a guerra deveria ser política. Na Guiné estaria também em curso uma outra conspiração liderada por Jorge Golias que discute a possibilidade de derrubar o regime mas que se mantém independente em relação a Spínola. Segundo Sánchez Cervelló, o grupo dos spinolistas e o grupo de oficiais organizados em torno do capitão Jorge Golias, coincidem em 1973 no protesto comum contra o I Congresso dos Combatentes do Ultramar¹⁰¹.

A reunião de 9 de Setembro de 1973 em Alcáçovas, perto de Évora, será o arranque “oficial” do movimento e consagra a decisão de enviar a Marcelo Caetano um abaixo-assinado pedindo a revogação dos decretos.

A reunião seguinte tem lugar em Lisboa a 6 de Outubro e conta com a quase totalidade dos delegados das várias unidades e estabelecimentos militares da metrópole e de representantes da oficialidade em Angola e Moçambique, bem como da Força Aérea e da Marinha. Os oficiais decidem levar mais longe a sua luta e apresentar um pedido de demissão colectiva do Exército, caso não fossem revogados os decretos-lei e satisfeitas outras condições. O Governo revoga dias depois os decretos em questão mas o movimento continua, sinal de que evoluíra de um carácter eminentemente corporativo, circunscrito ao período entre Junho e Setembro de 1973, para uma dimensão mais política, assumindo a guerra e a questão colonial a primazia absoluta e começando a ser posta em causa a política colonial do regime¹⁰².

Na reunião em São Pedro do Estoril em Novembro é, pela primeira vez, ventilada a hipótese de uma acção armada contra o governo marcelista, defendida pelo tenente-coronel Ataíde Banazol. O equacionar abertamente, pela primeira vez, da via do golpe militar representava um salto qualitativo na vida do Movimento¹⁰³.

¹⁰⁰ Maria Inácia Rezola, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, p.343

¹⁰¹ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.145

¹⁰² José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.21

¹⁰³ Maria Inácia Rezola, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, p.348

A evolução do movimento no que diz respeito à sua organização e estrutura consubstancia-se na reunião de 1 de Dezembro de 1973 em Óbidos onde é criada uma comissão coordenadora, designada Comissão Coordenadora Executiva, composta, entre outros, por Vítor Alves, Vasco Gonçalves, Melo Antunes e Vasco Lourenço. O movimento passou a chamar-se Movimento de Oficiais das Forças Armadas (MOFA). Nesta reunião procedeu-se à discussão acerca da via a seguir: acção armada, via legalista ou via intermédia. A última, consubstanciada numa estratégia de utilizar as reivindicações exclusivamente militares para recuperar o prestígio do Exército e pressionar o Governo, é a mais votada. No entanto, é formulada a hipótese de se caminhar para o golpe de Estado caso as acções de pressão sobre o Governo falhassem¹⁰⁴. A sua importância mede-se ainda pela escolha de Costa Gomes e Spínola para futuros chefes do movimento.

A 5 de Dezembro na Costa da Caparica reúne-se pela primeira vez a Comissão Coordenadora eleita em Óbidos, para cuja direcção são escolhidos Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves. Inicia-se, ainda, o trabalho de redacção de um programa de acção do Movimento. “Pode dizer-se que o 25 de Abril nasceu nesta reunião, com a criação das estruturas essenciais que assegurariam o êxito da operação”¹⁰⁵. De facto, é formulada a hipótese de se caminhar para o golpe de Estado caso as acções de pressão sobre o Governo falhassem, começando a preparar-se, discretamente, o levantamento dos efectivos com que o Movimento poderia contar nas várias unidades.

Em Janeiro de 1974, o Movimento divulga os telegramas de oficiais em Moçambique denunciando os acontecimentos ocorridos naquela colónia, em que os soldados portugueses são alvo de manifestações hostis e humilhações por parte da população branca que os culpabiliza pela ausência de uma vitória militar, pondo em causa o seu prestígio militar, e exige maior dureza e violência na repressão do inimigo.

Já em Fevereiro é publicado o livro *Portugal e o Futuro* do general António Spínola, obra que cai, verdadeiramente, como uma bomba no país, no regime, no Movimento e nas Forças Armadas na sua generalidade. Pelo que dizia e, sobretudo, por ser dito por quem era: um general, uma das figuras mais carismáticas e respeitadas do

¹⁰⁴ Maria Inácia Rezola, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, p.348

¹⁰⁵ Avelino Rodrigues *et alia*, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, p.89

Exército e do próprio regime. Com a colaboração de Costa Gomes, Spínola trouxera para a praça pública o assunto tabu.

A 5 de Março, numa reunião em Cascais, são aprovadas as bases gerais programáticas do Movimento que, desde então, se passou a chamar Movimento das Forças Armadas. Poucos dias depois, iniciam-se os contactos com os partidos políticos clandestinos, tendo em vista uma definição mais completa do programa político do MFA e assegurar a adesão da oposição.

É, precisamente, nesta reunião que é aprovado o documento “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação” que tem alguma distribuição nos meios civis, nomeadamente no meio oposicionista, sinal da politização crescente do Movimento. Pareciam já distantes as reivindicações corporativas relativas às carreiras profissionais dos oficiais do Quadro Permanente. Aquilo que estava em causa era a contestação ao regime e à guerra, abrindo-se inexoravelmente a porta ao golpe militar, na medida em que, abertamente, já não eram reconhecidas ao Governo capacidades e condições para resolver os graves problemas que abalavam o país.

Após a recusa de Costa Gomes e Spínola em participar na prova de fidelidade ao regime, ambos são demitidos, respectivamente, dos cargos de chefe e vice-chefe Estado-Maior General das Forças Armadas, episódio que precipita o falhado levantamento das Caldas de 16 de Março.

A crise de regime em que se transformou a incapacidade do marcelismo se reformar, democratizar e encontrar uma solução para a guerra colonial, aliada ao caldo político, militar e cultural nacional e internacional, criou condições para o desenvolvimento de uma conspiração protagonizada pela jovem oficialidade intermédia. É uma conspiração militar que está directamente relacionada com a guerra, o elemento principal da crise do regime. É ela o ingrediente principal do descontentamento militar, que alimenta várias reflexões, e a razão que leva o Movimento das Forças Armadas a derrubar o regime.

Mas a grande singularidade do golpe de 25 de Abril é o nível hierárquico dos conspiradores¹⁰⁶. Ao contrário de outras situações históricas não é a hierarquia militar quem conspira e derruba o regime, já que os oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas estão do lado do Governo e, essencialmente, da sua política de defesa

¹⁰⁶ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.112

do Ultramar, à excepção dos casos mais notórios de Costa Gomes e Spínola que, sem se envolverem directamente, fornecerão ao Movimento a cobertura institucional necessária. No entanto, outros elementos da hierarquia estão ausentes da cerimónia nomeadamente, Tierno Bagulho – pelas mesmas razões dos anteriores – e Kaúlza de Arriaga, Silvino e Jaime Silvério Marques.

Este traço distintivo terá um efeito absolutamente decisivo nas características do golpe militar e na natureza do processo revolucionário. A conspiração, ao ser protagonizada pela oficialidade intermédia, retira ao Governo e às hierarquias militares o controlo operacional sobre os três ramos das Forças Armadas. A cadeia hierárquica de comando das Forças Armadas é assim quebrada. A metamorfose completa-se com a inversão da linha de comando, passando os oficiais intermédios conspiradores a deter o verdadeiro poder militar e, conseqüentemente político, após o golpe de 25 de Abril. É, assim, anulada a função tradicional das Forças Armadas enquanto órgão de violência do Estado¹⁰⁷, ou seja, de último recurso do Estado para impor a ordem em caso de crise. De último recurso do poder para impor a sua autoridade e a ordem, as Forças Armadas afirmam-se durante o período revolucionário como um dos elementos a contribuir para a explosão de um movimento social de características revolucionárias.

4. ACÇÃO POLÍTICA DE ANTÓNIO DE SPÍNOLA. PROJECTO DE PODER PESSOAL E AS SUCESSIVAS DERROTAS DO SPINOLISMO

Como veremos nos capítulos seguintes, António de Spínola tem um projecto político interno e africano que procurara empenhadamente impor durante o marcelismo. Muito do que o futuro Presidente da República procurará fazer depois do 25 de Abril fora já ensaiado nos anos terminais da ditadura. Há, portanto, uma linha de continuidade entre a sua acção política anterior e posterior ao golpe. Paralelamente, em vários momentos ao longo da governação de Marcelo Caetano, Spínola procura, de facto, chegar ao poder e impor a sua via para a descolonização.

Importa então, olhar com alguma atenção para a estratégia, acção e comportamento de Spínola na crise final do marcelismo, bem como para as relações que estabelece com o Movimento das Forças Armadas, com Kaúlza de Arriaga e com o regime e Marcelo Caetano. Tal como Maria Inácia Rezola ressalva, Spínola foi sempre um ele-

¹⁰⁷ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.134

mento estranho ao MFA e uma figura central em todo o processo que conduziu ao derrube do regime¹⁰⁸. O seu comportamento revela uma grande ambiguidade, ora posicionando-se próximo dos conspiradores, ora aproximando-se do Governo, oscilando entre a via golpista e uma via de reformar o regime por dentro, tendo sempre em vista e como preocupação central a questão colonial. A sua actuação e movimentações anteriores ao derrube da ditadura fornecem algumas pistas relativamente ao seu comportamento posterior ao golpe militar.

A importância de Spínola no quadro do arranque do movimento de oficiais intermédios que derrubará o regime em Abril de 1974, prende-se, como vimos, com a sua acção na Guiné onde vinha há alguns anos promovendo um clima de reflexão e discussão relativamente à guerra, sustentando que a solução era política e não militar. De facto, os níveis de politização, de discussão e de contestação à guerra e à política colonial são particularmente elevados na Guiné, forjando-se uma estreita ligação entre os oficiais aí mobilizados ou que de lá regressam e aqueles que na metrópole dinamizavam o Movimento das Forças Armadas. O movimento contava entre os seus elementos vários spinolistas e outros, como Otelo Saraiva de Carvalho ou Vasco Lourenço, que haviam servido sob as ordens de Spínola na Guiné.

No entanto a identificação entre os líderes do movimento e Spínola estava longe ser completa, já que os separavam concepções políticas e um fosso geracional e cultural significativo. O general posiciona-se claramente à direita do movimento, é um homem, para todos os efeitos, do regime, um dos rostos da luta em África apesar das críticas e da defesa de uma solução política para a guerra. Paralelamente, a independência imediata das colónias defendida pelos “capitães” contrastava com o federalismo spinolista. De facto, Spínola é um homem conservador, com um projecto colonial e uma estratégia política próprios, que, inicialmente, não se inclinaria para um golpe militar, pelo menos com as características que o Movimento das Forças Armadas veio a adquirir. Preferiria uma solução política no interior do regime em vez do seu derrube pela força, pelo que ele próprio se movimenta nos “corredores do poder”, procurando colocar-se numa posição privilegiada para impor os seus objectivos.

O seu projecto africano, tal como plasmou em *Portugal e o Futuro* e ensaiou na Guiné-Bissau, assentava numa solução federativa que conduziria a algo semelhante a

¹⁰⁸ Maria Inácia Rezola, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, p.349

uma *Commonwealth* luso-africana. Este projecto, no entanto, por não reconhecer a independência da Guiné e significar a manutenção de laços com a metrópole e a continuação da guerra, estava longe de ser aceite pelos guineenses¹⁰⁹. Em aspectos fundamentais aproximava-se do que Marcelo Caetano defendera no início da década de 60, defendendo a criação de uma federação de Estados que englobasse em pé de igualdade o que chamava de províncias ultramarinas¹¹⁰.

Nomeado, ainda por Salazar, para o cargo de comandante-chefe e governador da Guiné em 1968, Spínola defende desde então que a solução para a guerra teria de ser política e não militar. Vai pôr em prática na Guiné uma política de desenvolvimento económico-social que visava captar as populações guineenses, melhorar as suas condições de vida, encetar programas de melhorias infra-estruturais, com a construção de habitações, escolas, hospitais, maternidades, estradas, etc.. Com este programa procurava subtrair os guineenses à influência do PAIGC. Esta estratégia, que tem nos congressos do Povo uma das suas expressões, era, no entanto, acompanhada por um reforço da acção militar, de armamento e de efectivos militares. A operação Mar Verde em 1970, com conexões na vizinha Guiné Conacri, será, porventura, o símbolo máximo desta aposta no endurecimento militar, revelando-se, todavia, num tremendo fracasso.

Paralelamente, enceta uma aproximação a elementos do PAIGC, com os quais chega a ter contactos no sentido de encontrar uma solução política para o conflito na Guiné. Procura uma via de negociações, de autonomia participada, no fundo, realizar algo parecido com a “autonomia progressiva” de Marcelo Caetano que, no entanto, bloqueia todas as suas iniciativas. Ao contrário do prometido inicialmente, o Presidente do Conselho acaba por retirar o seu apoio à estratégia de Spínola, que, segundo Avelino Rodrigues¹¹¹, promovia na Guiné uma política de africanização, abertura liberal e de desenvolvimento, ou seja, uma “primavera política” que coincidia com a de Caetano no plano interno. Pressionado pela direita do regime, Caetano acaba por excluir a via das negociações com os movimentos de libertação. Apesar do recuo dos intuitos reformistas do Presidente do Conselho, Spínola desenvolve na Guiné uma estratégia

¹⁰⁹ João Paulo Guerra, *Memórias das guerras coloniais*, p.220

¹¹⁰ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, p.92

¹¹¹ Avelino Rodrigues *et alia*, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, p.150

social e política que marca uma nova fase da guerra colonial, caracterizada por uma aproximação às populações africanas, crescendo o carisma e o prestígio do general do monóculo. Na mesma linha do que procurará impor após o 25 de Abril, a estratégia de Spínola, cujas bases eram na realidade pouco consistentes, apontava para uma autodeterminação progressiva, rejeitando liminarmente qualquer hipótese de independência mais ou menos imediata, na medida em que, primeiro, numa óptica claramente paternalista, havia que criar as condições económicas, sociais e culturais adequadas a tal passo em frente. Ao chegar a 1972, vai, no entanto, concluir que só em Lisboa seria possível lançar uma política de autodeterminação continuada; a guerra já não se podia ganhar na Guiné mas perdia-se em Lisboa, apontando toda a sua estratégia pessoal para um lugar de relevo em Lisboa, nomeadamente a Presidência da República, a partir do qual fosse possível levar a bom porto os seus projectos que estavam cada vez mais desfasados e em choque com as posições oficiais do regime.

É este o quadro em que, desde 1972, vários grupos de oficiais começam a debater as razões daquela guerra e todos os sacrifícios que esta acarretava, vislumbrando pouco interesse na manutenção de um território como a Guiné e reconhecendo pouca ou nenhuma capacidade de Portugal contribuir para a melhoria da vida dos guineenses e dos povos africanos no geral. Estimulada pela politização proporcionada pelo contacto com os oficiais milicianos e com a ideologia revolucionária do PAIGC, nascia na Guiné uma linha de força, com o conhecimento tácito do comandante-chefe, que a partir de 1973 encarava como saída cada vez mais inevitável a insurreição armada contra o Governo¹¹². De facto, enquanto em Portugal as reuniões secretas de oficiais tinham como motivação os decretos, ainda que preexistisse alguma reflexão anticolonial, na Guiné havia já sido iniciado um trabalho político prévio que dá frutos nas reuniões alargadas contra os decretos.

Spínola, regressado a Lisboa em Agosto de 1973 após recusar a terceira recondução como governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, hesitava entre uma linha de acção no interior do regime, aliando-se a Caetano, e uma aproximação a um movimento contra o Governo cuja exequibilidade só seria possível no âmbito do MFA. Forja-se, assim, a aproximação ao Movimento, situação que permitirá a adesão de praticamente a totalidade dos spinolistas dispersos, não obstante alguns de-

¹¹² Avelino Rodrigues *et alia*, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, pp.150-155

les estarem desde o início comprometidos com o Movimento. Ainda que, provavelmente, Spínola se inclinasse para uma solução política via Marcelo Caetano, não podia desprezar a alternativa representada pelos capitães.

O próprio regime tenta captar Spínola para o seu lado e entre Outubro e Dezembro de 1973, serão feitos vários esforços no sentido de encontrar uma colocação para o “herói da Guiné”¹¹³. Como o próprio confirma, o seu nome foi indicado para comandante da Academia Militar, inspector-geral do Exército, inspector-geral das Forças Armadas e comandante da Segurança Interna¹¹⁴. Na remodelação governamental de Novembro de 1973, Spínola foi ainda convidado para ministro do Ultramar¹¹⁵. Já em 1972, pouco tempo antes de terminar o seu mandato na Guiné, Spínola havia sido abordado pelos deputados da “ala liberal” para se candidatar à Presidência da República. A ideia de lançar Spínola numa candidatura presidencial remontava ao segundo semestre de 1971, alimentada pelo grupo de oficiais que trabalhavam com Spínola na Guiné¹¹⁶. Apesar das diligências destes oficiais e dos contactos com os deputados liberais, Marcelo Caetano recusou apoiar a candidatura de Spínola.

A possível candidatura de Spínola contribui para a deterioração da sua relação com Marcelo Caetano que era já marcada pelas sucessivas tentativas do general em encontrar uma solução política para a Guiné. De facto, como vimos, Marcelo Caetano em 1972, depois de dar luz verde para contactos exploratórios, fecha a porta à acção de Spínola junto de Senghor no sentido de uma solução negociada com o PAIGC e o próprio Amílcar Cabral. No início de 1973, a ruptura entre Marcelo Caetano e Spínola revelava-se já irreversível. De facto é no final desse ano que Spínola, regressado em definitivo da Guiné, tem contactos com Kaúlza de Arriaga no sentido de integrar a conspiração do antigo comandante-chefe de Moçambique. No entanto, Spínola opta por se demarcar desta aventura.

Esta conspiração terá o condão de intensificar a aproximação e o comprometimento de Spínola com o MFA – ainda sob o nome de MOFA –, na medida em que são os seus membros que alertam os dois generais para o perigo que corriam, procedendo o capitão Vasco Lourenço e o major Carlos Fabião ao desmantelamento do golpe que

¹¹³ Maria Inácia Rezola “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, p.349

¹¹⁴ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.72

¹¹⁵ Maria Inácia Rezola, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, p.150

¹¹⁶ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, pp.154 e 156

passaria pela neutralização ou mesmo liquidação de Spínola e Costa Gomes. Kaúlza de Arriaga nega, não só, esta possibilidade que, segundo ele, tinha como objectivo neutralizar o grupo de generais por si liderado em favor de Spínola e Costa Gomes, como a preparação de qualquer golpe militar¹¹⁷.

A intentona de Kaúlza tem, segundo Avelino Rodrigues, um importante efeito histórico na evolução do Movimento:

“a sorte de Spínola ficou ligada à actuação dos capitães e, em contrapartida, a recusa destes em participar na intentona é influenciada pela recusa anterior deste e de Costa Gomes. Foi mesmo a ocasião que o Movimento se encontrou com Spínola, pela primeira vez. A partir daqui, os contactos tornam-se francos e os oficiais spinolistas não terão qualquer dificuldade em solidarizar-se com o Movimento”¹¹⁸.

As duas linhas de força marcadas pela experiência na Guiné confluem finalmente, após uma evolução paralela mas autónoma, sobretudo dos capitães em relação a Spínola. A aproximação cimentar-se-á com a manifestação de apoio e solidariedade de Spínola em relação ao caso das manifestações da população branca de Moçambique contra as tropas portuguesas ocorridas em Janeiro de 1974. Estes acontecimentos vão ainda indispor quase definitivamente as Forças Armadas, que combatiam em África, contra o Governo

Mantendo sempre em aberto as duas hipóteses, a via do interior do regime e a via conspirativa, Spínola é nomeado em Janeiro de 1974 vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. Consegue para si e consolida para Costa Gomes os dois lugares cimeiros da hierarquia militar, sem comprometer a aproximação aos capitães.

Nesta fase Spínola estava já convencido da irreversibilidade e da força do Movimento dos Capitães e procurava integrá-lo “numa estratégia global que viabilizasse uma saída digna para o problema ultramarino e abrisse caminho para a institucionalização de um Estado Democrático alinhado pelos países da Europa Livre”¹¹⁹.

Ainda que, segundo Cervelló, alimentasse o seu próprio projecto conspirativo¹²⁰, ou, na opinião de Maria Inácia Rezola, se inclinasse para um “golpe palaciano”¹²¹ - como demonstram as suas afirmações no discurso de investidura como vice-chefe de

¹¹⁷ Kaúlza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade. Os anos decisivos*, p.67

¹¹⁸ Avelino Rodrigues *et alia*, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, p.179

¹¹⁹ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.93

¹²⁰ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.172

¹²¹ Maria Inácia Rezola, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, p.353

Estado Maior General das Forças Armadas, no qual diz que as Forças Armadas não seriam a guarda pretoriana do poder - e tivesse estudado outras alternativas, nomeadamente a conspiração com Kaúlza de Arriaga ou um alinhamento com Marcelo Caetano no intuito de uma reforma a partir do interior do regime, parece-nos que, ao pressentir a dimensão que o movimento conspirativo vai assumindo, Spínola aposta claramente num golpe protagonizado pelo movimento, ensaiando tentativas de o controlar.

A intensificação dos contactos e a aproximação aos conspiradores confirma-se com a publicação de *Portugal e o Futuro* em Fevereiro de 1974 e com a defesa de que, claramente, a solução para a guerra era política e não militar, posição que gerou forte entusiasmo entre grande parte dos membros do MFA, apesar da defesa de uma solução federalista para o problema colonial que não deixava de ser uma solução dentro de um quadro de manutenção do regime. De facto, a discussão da guerra fora desbloqueada, o tabu fora abordado, ainda para mais por um general, pelo vice-chefe do Estado-maior General das Forças Armadas, por Spínola. São expressadas posições abertamente antigovernamentais e confirmada a impossibilidade de responsabilizar os militares por uma guerra sem fim. É na sequência da publicação desta obra que Caetano considera ser-lhe impossível continuar a governar.

Não obstante a rejeição dos militares do MFA de algumas posições de direita e da tese federalista e as resistências ao conceito de democracia apresentados na obra, esta conhece uma boa receptividade entre o Movimento. Este vê muitas das suas críticas à política colonial confirmadas, nomeadamente a recusa em fazer das Forças Armadas o “bode expiatório” dos erros políticos do regime e a noção de que a solução para a guerra só podia ser política e não militar. Importa, apesar de tudo, frisar que o livro está muito longe de constituir o suporte ideológico do MFA, na medida em que o Movimento evoluiu de forma autónoma e foi capaz de produzir um programa muito mais progressista do que as teses spinolistas, não obstante alguns pontos de convergência importantes.

Sintoma das divergências entre Spínola e o MFA foi a discussão relativa ao Programa do MFA, o que, de algum modo, prefigura o choque entre o general e a Comissão Coordenadora do MFA logo após golpe militar. Paralelamente, o Programa do MFA revela a preocupação do Movimento em deixar claramente definidas as regras fundamentais a que obedeceria a evolução política após o golpe, nomeadamente a irrever-

sibilidade da via democratizante, do fim da guerra e a clarificação de em quem ficaria depositado o poder. Muito do processo político posterior ficará marcado pela luta protagonizada pelo MFA no sentido de salvaguardar o que ficara plasmado no seu Programa, sinal de que não fizera o golpe para depositar o poder nas mãos de outrem, nomeadamente Spínola, e de que queria, de facto, o poder e tutelar o processo de transição democrática e de descolonização.

A publicação de *Portugal e o Futuro* comprometera, aparentemente, os trabalhos da comissão que redigia o Programa¹²², na medida em que as teses de Spínola se poderiam constituir como o programa a implementar após a queda do regime. De facto, a preocupação de Spínola após o 25 de Abril será, precisamente, a de marginalizar e dissolver o MFA e invalidar o seu Programa de modo a impor o seu projecto político que passava pela reposição da hierarquia tradicional e da disciplina nas Forças Armadas, essencial para subtrair ao MFA o poder político e militar necessário para conter a agitação social, a radicalização e os ímpetus revolucionários e anticoloniais que iam tomando conta da sociedade portuguesa, tendo em vista a aplicação da sua solução do problema colonial: adiar as independências e impor a via federalista assente em referendos a realizar em data indeterminada.

Apesar da publicação de *Portugal e o Futuro*, que Cervelló não tem dúvidas em afirmar que foi uma tentativa de ultrapassar o MFA quando este preparava o seu programa político¹²³, o Movimento decide avançar, para desagrado dos spinolistas, com a redacção de um Programa próprio a ser apresentado a Costa Gomes e Spínola, eleitos como futuros chefes do Movimento na reunião de 1 de Dezembro em Óbidos e confirmados na de Cascais a 5 de Março. Nesta reunião dá-se um importante episódio na tentativa de Spínola controlar o Movimento. Apesar de Costa Gomes, primeiro, e Spínola, em segundo, terem sido escolhidos para líderes do Movimento na referida reunião no final de 1973, na reunião de Março em Cascais a facção spinolista tenta um golpe ao propor Spínola para líder do Movimento e sugerir que este avance sem programa político. No entanto, esta via é derrotada, após votação. Vasco Lourenço faz filiar a tentativa de golpe de 16 de Março de 1974 na derrota no início do mês, falando

¹²² Maria Inácia Rezola, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, p.362

¹²³ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.168

numa tentativa dos spinolistas de “recuperar o 5 de Março” e imporem-se à liderança do Movimento, ao fazer avançar um golpe sem programa político.

Enquanto Costa Gomes, escolhido para primeiro chefe do Movimento, que por ser protagonizado por oficiais intermédios carecia da legitimidade que só oficiais gerais poderiam conferir, opta por não se envolver no processo de debate e redacção do Programa, Spínola empenhar-se-á activamente na tarefa de deixar a sua marca. Como o próprio diz, logo à primeira leitura o programa tinha-o desagradado devido à sua “inspiração comunista”¹²⁴. Inicia-se um intenso processo de revisão do Programa, procurando Spínola impor uma série de modificações, destacando-se a eliminação das referências à independência e autodeterminação das colónias. Tanto antes como depois do golpe militar, a preocupação central de Spínola era a imposição da sua via para a resolução do problema colonial. Se depois do 25 de Abril a actuação de Spínola indicava claramente que tem um projecto político-militar e colonial diferente, incompatível até, com o do MFA, nos dias do fim do marcelismo a sua actuação é muito ambígua.

Parece legítimo afirmar, como já vimos, que tinha um projecto político pessoal, passasse ele pelo interior do regime, por conspirações com a extrema-direita ou pelo alinhamento com o Movimento das Forças Armadas, o que acabou por acontecer quando constatou a impossibilidade de reformar o regime por dentro, a fragilidade da conspiração de Kaúlza de Arriaga e a força, capacidade de mobilização e irreversibilidade do MFA.

Os acontecimentos posteriores revelam que Spínola estava longe de confiar nos elementos do MFA, de alinhar no projecto político por eles delineado ou de partilhar da linha ideológica dominante no Movimento. Pelo contrário. Eram inúmeras as suas reservas. Neste sentido, parece-nos que Spínola aceita a colaboração com o MFA porque, frustradas todas as outras hipóteses, percebe ser esta a única via de derrubar o regime e pôr fim à guerra. Seguindo os acontecimentos com a distância necessária mas com uma capacidade de influência que lhe permite manter uma posição privilegiada numa futura estrutura de poderes, assiste-se como que a uma instrumentalização do Movimento, apoiando-se nele para emergir às primeiras horas do golpe como o líder da nova arquitectura de poderes, assumindo a Presidência da Junta de Salvação Nacional e, por inerência, a Presidência da República.

¹²⁴ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.103

O golpe falhado de 16 de Março é considerado por vários autores como uma tentativa dos spinolistas se apropriarem da liderança do Movimento. Para Sánchez Cervelló, tendo Spínola e os seus fiéis como preocupação fundamental o Ultramar, o golpe das Caldas justifica-se por o Movimento não ter ainda um Programa definitivo, o que permitiria a Spínola impor as suas soluções federalistas¹²⁵. Spínola sustenta o oposto, ou seja, que o 16 de Março não foi mais do que a tentativa de afastar os oficiais da sua confiança¹²⁶.

Antes como depois do golpe de 25 de Abril, a acção política de António de Spínola fica marcada por poucas e momentâneas vitórias e por uma sucessão de derrotas. O primeiro grande revés acontece quando vê lograda a sua estratégia de autonomia na Guiné subjacente à consciencialização de que a solução para a guerra era política. Depois, perde na estratégia de aproximação a Caetano e de viabilizar a sua solução africana e a reforma do regime internamente, através da chegada ao poder. Infrutíferas revelar-se-ão também as aproximações à extrema-direita e a Kaúlza de Arriaga e à ala liberal. Sai ainda derrotado da tentativa de instrumentalizar, esvaziar ideologicamente e liderar o MFA, desta vez com estrondo a 5 e 16 de Março. No entanto, os esforços não foram totalmente em vão, na medida em que conseguirá às primeiras horas do golpe militar a liderança da JSN e a Presidência da República com uma momentânea complacência hesitante do MFA. Mas a esta vitória, sucederão várias e cada vez mais decisivas derrotas ao longo de uma acção política que, entre Abril e Setembro de 1974, procurará recuperar muito do que tentar executar entre 1968 e 1974.

5. OS DIAS DO FIM. A “LENTA AGONIA” E A “FUGA PARA A FRENTE” DO MARCELISMO

Fruto do duplo impasse a que chegara o marcelismo, o regime surge em 1973 em evidente crise. O esgotamento da via reformista e a incapacidade de encontrar uma solução para a guerra colonial deixam o regime num perigoso impasse que ditará a falência do marcelismo. Como vimos, enquadrada num processo de deterioração da

¹²⁵ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.173

¹²⁶ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.100-101

situação política e social, o desgaste profundo da guerra motivará a conspiração militar dos oficiais intermédios.

Externamente acentuavam-se as críticas e o descrédito do regime português em resultado da continuação da guerra, à medida que aumentavam os efectivos militares, que o discurso belicista e colonialista coexistia com o de “autonomia progressiva” e que eram desperdiçadas janelas de oportunidade susceptíveis de abrir negociações para o fim da guerra. À direita, os sectores ultras e integristas do regime e das Forças Armadas encabeçados pelo Presidente da República olhavam com desconfiança para Caetano e as suas ousadias de abertura e revelavam o seu descontentamento com a crise política a que o regime chegara em 1973/1974, bloqueando as iniciativas reformistas e descompressoras de Caetano tanto a nível colonial como da política interna.

Nem a democratização ou descompressão do regime, nem a resolução do “nó górdio” colonial se confirmaram, apesar da abertura e das expectativas iniciais, e o marcelismo encaminha-se para uma situação de crescente isolamento, impasse e crise. O golpe final será conferido por um movimento conspirativo que tem na guerra colonial a razão primordial do golpe militar que põe em prática na madrugada de 25 de Abril. A fase final do marcelismo, ou seja a partir de 1973, é já de grandes dificuldades e de crise cada vez mais óbvia. O ano de 1973 é de “lenta agonia”¹²⁷ como lhe chama Freitas do Amaral e trará a Caetano uma série de revezes.

Paralelamente, a situação económica agudiza-se, a oposição radicaliza as suas práticas e discurso, a paz social esgotara-se e, externamente, o descrédito e a hostilidade da comunidade internacional crescem e a tensão entre Portugal e a ONU atinge o seu ponto mais alto. O ano termina com o Movimento das Forças Armadas em crescente processo de politização, estruturação e determinação em derrubar o regime.

A publicação em Fevereiro de *Portugal e o Futuro*, que se assumia como a prova irrefutável da incapacidade de alcançar uma vitória militar, do absurdo que era continuar a guerra e de que esta estava irremediavelmente perdida, foi o “princípio do fim” para Marcelo Caetano que, derrotado e resignado, pressentindo a proximidade de um golpe militar, chama Spínola e Costa Gomes para lhes oferecer o poder, desafiando-os a reivindicar o poder para as Forças Armadas junto do Presidente da República,

¹²⁷ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, p.53

na medida em que não podia governar “com um corpo de oficiais insubmissos e os chefes militares discordantes”¹²⁸.

De facto, o próprio Caetano afirma que logo após ter acabado de ler *Portugal e o Futuro*, “tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha eu pressentia há meses, era agora inevitável”. De seguida apresenta a sua demissão a Tomás que a rejeita. Nesta altura, Caetano parece ter já poucas dúvidas do que o destino lhe reserva e desenvolve uma actuação errante e contraditória. Já em Agosto de 1973, um resignado, derrotado e só Marcelo Caetano confia a Freitas do Amaral saber do estado de espírito nas Forças Armadas, nomeadamente, o cansaço da guerra e o desejo de paz, o péssimo moral das tropas, a influência das ideias de esquerda dos oficiais milicianos. Vai mais longe ao dizer que está disposto a entregar o poder às Forças Armadas caso o seu desejo, como pressentia que era, fosse o de não combater mais¹²⁹. O desnorte e o comportamento errático de Caetano são ilustrados pela contradição entre um discurso oficial intransigente quanto à continuação da guerra, à independência das colónias, à integridade do império e a eventuais negociações com os movimentos de libertação, e a autorização, já no estertor final do regime, de negociações para o cessar-fogo na Guiné em Londres com representantes do PAIGC em Março de 1974 ou a disponibilidade, já em Abril de 1974, em conhecer o Programa de Lusaka gizado por Jorge Jardim, em colaboração com o líder zambiano Kenneth Kaunda, relativo à independência de Moçambique, que no entanto recusa por ir demasiado longe¹³⁰.

Sinal da agonia terminal do regime, Marcelo Caetano faz uma fuga para a frente e procura agarrar-se às aparências de democracia do regime e aos restos de legitimidade que julga ainda possuir. Escapava-lhe algo de essencial: “a impossibilidade de legitimar o poder sem instituições democráticas”¹³¹. A 5 de Março, através dos meios constitucionais próprios procura obter a expressão da vontade da Nação e pede um voto de confiança à Assembleia Nacional que lho dá, olhando equivocadamente para aquela como uma legítima assembleia representativa da Nação. Caso a resposta da Assembleia Nacional fosse negativa, Caetano poria ao presidente da República o proble-

¹²⁸ Marcello Caetano, *Depoimento*, p.196

¹²⁹ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, pp.128-129

¹³⁰ João Paulo Guerra, *Memórias das guerras coloniais*, p.453

¹³¹ Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano. As Desventuras da Razão*, p.135

ma da manutenção do Governo. Logo de seguida, apresenta a Tomás o voto de confiança da Assembleia Nacional e recebe a confiança do Presidente da República.

Recebida a confiança da Assembleia Nacional e do Presidente da República, Marcelo Caetano lançou-se na remodelação do Governo.

A captação dos apoios que julgava imprescindíveis para enfrentar a crise que já ninguém negava, que Pulido Valente¹³² chama de “fuga à realidade” e Fernando Rosas¹³³ de “dança de fantasmas”, “jogo de sombras” e “epílogo patético para um poder que se transformara na sua aparência”, tem o seu passo seguinte no dia 14 de Março com a convocação dos oficiais gerais dos três ramos das Forças Armadas para um juramento de fidelidade política, o chamado “beija-mão da brigada do reumático”¹³⁴. Na apoteose da sua queda, Marcelo Caetano caiu no maior de todos os equívocos. Os oficiais gerais que tinham jurado obediência ao poder civil e total identificação com a política ultramarina não tinham já qualquer controlo operacional sobre as Forças Armadas. O MFA cortara a hierarquia das Forças Armadas, subtraíra-lhes o controlo sobre a tropa, fazendo destes comandos militares gerais sem tropas. Tudo era uma aparência de poder, exceptuando o Movimento das Forças Armadas. Os últimos dias da ditadura são assim de uma lenta agonia rumo a um colapso inexorável e por todos, inclusivamente Marcelo Caetano, esperado.

A demissão de Costa Gomes e Spínola, respectivamente chefe e vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, após a sua recusa em participar na prova de fidelidade ao Presidente do Conselho, irá precipitar o levantamento militar de 16 de Março das Caldas da Rainha. Incapaz de retirar as ilações necessárias do golpe falhado e de se preparar para novos embates, o Governo parece convencer-se de que o golpe das Caldas revelava a fragilidade e desarticulação da conspiração.

Tanto a assumpção de que a situação estava controlada e a ordem reposta ou a incapacidade de reagir e encetar algo que não o simples “deitar de toalha ao chão”, revelam o estado de crise profunda a que chegara o regime. A presidência da República, associada à ala dura do regime e à hierarquia das Forças Armadas, não obstante o medo que causava em Caetano, dava os últimos suspiros, privada que estava de força

¹³² Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano. As Desventuras da Razão*, p.136

¹³³ Fernando Rosas, “Marcelismo: ser ou não ser”, p.25

¹³⁴ Fernando Rosas, “Marcelismo: ser ou não ser”, p.25

militar ou de qualquer outra força ou legitimidade. O poder e as instituições do Estado haviam caído na inoperância, num processo de paralisação.

O impasse do marcelismo conduziu a um estado terminal de quase total paralisação e inércia. Pouco mais de um mês depois do golpe falhado de 16 de Março, na madrugada de 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas punha em acção o golpe militar e derrubava Marcelo Caetano, o último líder do Estado Novo, e abria o caminho para negociações tendentes ao fim da guerra e à descolonização e a um processo revolucionário.

CAPITULO II

UM GOLPE DE ESTADO DOS OFICIAIS INTERMÉDIOS

Após a análise dos factores que a crise do marcelismo precipita como circunstâncias revolucionárias, neste capítulo, que abre a análise do processo revolucionário entre Abril e Setembro, foca-se uma das linhas de força mais estruturantes: o facto do processo revolucionário português de democratização ter origem num golpe militar protagonizado pela oficialidade intermédia.

Em particular, pretende-se identificar e problematizar o que este facto significa do ponto de vista das consequências para o desenvolvimento do processo político, militar, económico, social e de descolonização e, sobretudo, na abertura de um processo revolucionário. Paralelamente, analisam-se as suas implicações na afirmação do MFA enquanto agente político, na sua reclamação e posterior prevalência no seio do poder estatal e a proximidade que vai estabelecer com os movimentos sociais; na operacionalidade e na unidade ou divisões do bloco de poder e do Estado; no desenvolvimento e radicalização das acções dos movimentos sociais; no confronto entre o bloco do MFA e o bloco de Spínola; no tabuleiro africano da descolonização, nomeadamente, no projecto político e africano de Spínola.

É esta circunstância singular na história dos golpes militares contemporâneos¹ que potenciará a passagem de um golpe militar a uma revolução e que, ao mesmo tempo, fragiliza dramaticamente as hipóteses de sucesso do projecto spinolista de poder interno e de uma descolonização lenta, assente numa linha federalista de referendos e na manutenção de laços institucionais das colónias com Portugal.

Tudo isto englobará, simultaneamente, uma confirmação e uma revelação. Confirma-se o ascendente militar e a centralidade do MFA no processo político e na

¹ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.134

operacionalidade militar em detrimento da hierarquia, enquanto a entrada das massas na política, dotadas de enorme capacidade de ressonância, mobilização e pressão, consubstancia a revelação de que os movimentos sociais terão um papel absolutamente central, tanto no período entre Abril e Setembro, como ao longo de todo o processo revolucionário português.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MFA

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 distingue-se por ter sido protagonizado por oficiais intermédios, entre os 30 e os 40 anos. Ainda que fortemente heterogéneo, com várias tendências internas que se aprofundam e clarificam no decorrer do processo revolucionário e com enormes diferenças em termos de politização ou preparação política entre os seus membros, podemos definir o MFA politicamente como um movimento que, na sua maioria, está ideologicamente situado na esquerda, ainda que de forma difusa e não obstante a existência da linha spinolista. Preconiza a democratização do país e a descolonização, associadas à ideia de reforma social e desenvolvimento em benefício das camadas mais desfavorecidas. Chega-se assim ao terceiro “D” de que falava o Programa do MFA.

Ao longo da conspiração dos oficiais, democratização e descolonização tornam-se inseparáveis na medida em que se constata que uma solução política para a guerra só seria possível no quadro do derrube da ditadura e de instauração da democracia.

Este tipo de discurso político, nomeadamente, a referência a uma política económica em benefício sobretudo “das camadas até agora mais desfavorecidas” e a uma “estratégia antimonopolista”² como definia o seu programa, prende-se, entre outros aspectos, com a origem social, a idade e a patente destes oficiais, bem como, com o quadro político e social em que fazem a sua formação e percurso militar e conspiram para o golpe, particularmente no contexto africano de guerra.

Tal como noutras situações históricas, os protagonistas movimentam-se em contextos sociais e políticos que moldam ou contribuem para definir as suas práticas e

² Programa do Movimento das Forças Armadas, in Orlando Neves (Org.), *Textos Históricos da Revolução*, Lisboa, Diábril, 1975, p.45

discurso, pelo que, neste sentido, o terceiro “D” completa a proximidade do programa do MFA com o discurso e programas da oposição ao marcelismo, da qual muitos destes oficiais estavam próximos por questões políticas e geracionais. Recorde-se que em 1973 no Congresso de Aveiro, Medeiros Ferreira apresenta uma tese que aponta claramente no sentido de acabar com a guerra, descolonizar, democratizar e desenvolver³. Paralelamente, alguns dos oficiais mais proeminentes do MFA têm contactos e relações próximas com elementos da oposição ao Estado Novo. O caso mais evidente será o de Melo Antunes que chegou a ser convidado para ser candidato pela CEUD, mas também António Reis membro do PS ou elementos da Marinha próximos do PCP.

O programa do MFA reflecte, pois, muito do património reflexivo e doutrinário da oposição democrática ao marcelismo, a tensão política e a desafecção relativamente ao regime e à guerra que atravessavam a sociedade e, ainda, o ambiente internacional, marcado pela complexa evolução doutrinária das esquerdas na sequência do Maio de 68 francês e de outros fenómenos onde a descolonização, antimilitarismo, antibelicismo e o anticolonialismo estavam na ordem do dia.

O editorial do *Expresso* de 27 de Abril afirmava que o Programa do MFA era um “híbrido” dos programas da CDE nos anos 60, sobretudo, nas matérias económicas e sociais, e, no que concerne às liberdades cívicas, do Encontro dos Liberais⁴. Também Francisco Sá Carneiro aponta as similitudes entre o que diz aquele programa e os princípios fundamentais dos projectos de Lei de Imprensa, de Liberdade de Reunião, de Liberdade de Associação, de Organização Judiciária e de Amnistia que tentara apresentar à Assembleia Nacional⁵.

O perfil que caracteriza os militares conspiradores e responsáveis pelo golpe militar e a sua proximidade e identificação com a oposição ao regime revelar-se-ão fundamentais no processo revolucionário português.

Apesar do rápido, mas desigual, processo de politização, no momento de assumir as responsabilidades trazidas pela nova estrutura de poder subsequente ao golpe militar, a preparação política de muitos dos seus elementos não se revela suficiente-

³ Entrevista a José Medeiros Ferreira, *Pública*, 17 de Março de 2011

⁴ *Expresso*, 27 de Abril, 1974, p.16

⁵ *Expresso*, 27 de Abril, 1974, p.14

mente profunda, denotando-se inicialmente alguma falta de instrumentos políticos e doutrinários e, sobretudo, a ausência de uma estratégia definida que lhes permitisse ficar imune ou esvaziar facilmente as pressões e manobras das demais forças políticas e militares.

2. A PARTICULARIDADE HISTÓRICA DO MOVIMENTO DOS CAPITÃES

A consequência axial decorrente do golpe ter sido feito por oficiais intermédios consiste na transformação radical das Forças Armadas. Retira a operacionalidade ou a parte mais operacional das Forças Armadas à hierarquia, realidade que se mostrará decisiva, como veremos de seguida, na transformação do golpe militar em revolução. Tal já se esboçara ainda no marcelismo com o episódio da convocação dos oficiais generais dos três ramos das Forças Armadas para a afirmação pública e oficial de fidelidade política ao Governo de Marcelo Caetano em Março de 1974. Como o golpe militar viria mostrar, estes oficiais generais já não tinham o controlo operacional sobre as Forças Armadas em resultado da conspiração do MFA que fazia daqueles verdadeiros “generais sem tropa”. Nem Governo, nem a hierarquia tinham, de facto, controlo sobre o Exército.

Depois do 25 de Abril, confirmava-se que a hierarquia militar e o próprio Estado continuavam desprovidos do controlo operacional sobre a tropa, não controlavam esta nem os quartéis, ou faziam-no escassamente. A cadeia de comando estava cortada e, em certa medida, no sentido tradicional do termo, deixa de haver Forças Armadas, passando a existir forças militares revolucionárias sob o comando do MFA e indisponíveis para reprimir ou usar a força para conter as acções populares e a luta reivindicativa. Esta realidade é pressentida pela população quase de imediato, funcionando como detonador da ofensiva popular e determinando a rápida transformação do golpe militar em revolução⁶.

⁶ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, pp.134-137

2.1. Impacto na transformação do golpe militar em processo revolucionário

O golpe militar de 25 de Abril não constitui em si mesmo uma revolução, nem apontava para tal. É um movimento estritamente militar motivado pelo objectivo de pôr fim à guerra colonial. No entanto, as implicações do golpe na forma e características do novo poder serão determinantes na abertura de uma via revolucionária.

Em primeiro lugar, subtraía ao Estado o controlo operacional sobre as Forças Armadas, privando-o de capacidade coerciva. Em segundo lugar, o MFA, em afirmação enquanto movimento militar revolucionário, ao romper a hierarquia da instituição militar, constituía-se como a instância com controlo sobre a capacidade operacional das Forças Armadas em detrimento do que restava da antiga hierarquia que Spínola procura repor.

Preconizando Spínola um projecto de poder anterior e posteriormente ao 25 de Abril e desenvolvendo uma acção mais ou menos concertada nesse sentido, algo de essencial parecia escapar ao Presidente da República. Nada mais nada menos que a natureza do golpe militar e o significado do nível hierárquico dos militares que o desencadeiam. Se antes do 25 de Abril esta característica da conspiração significava a subtracção à hierarquia militar e ao Governo do controlo sobre as Forças Armadas, depois as consequências serão ainda mais profundas e subversoras.

Realizado o golpe militar materializa-se a determinante transformação no seio das Forças Armadas em curso antes do 25 de Abril: a cadeia hierárquica de comando fora quebrada, o MFA substituíra-se “revolucionariamente à hierarquia tradicional das Forças Armadas”⁷. Já não eram os oficiais generais, nem os fiéis ao regime nem os poucos dissidentes, quem mandava mas sim os capitães e majores do MFA. De facto, no próprio dia 25 de Abril elementos do MFA prenderam vários comandantes de unidades que estavam contra a saída dos soldados e contra o golpe militar e em vários momentos de crise o MFA consegue, invariavelmente, captar para si o apoio da maioria e das mais importantes unidades militares, como é o caso da Escola Prática de Ca-

⁷ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.134

valaria no 28 de Setembro que Spínola afirmava estar do seu lado⁸. Não obstante as ordens recebidas, neste caso do próprio Presidente da República, as unidades militares tendem a colocar-se às ordens do MFA que mantinha a estrutura da conspiração e do golpe em funcionamento. Tal como disse Vasco Lourenço: “São os comandantes intermédios, os capitães, que definem onde é que a unidade está, onde é que as forças estão. Eles [Spínola e os spinolistas] não perceberam isso.”⁹

Tudo isto fazia de Spínola pouco mais do que um general sem tropas, à excepção dos seus fiéis de sempre que, no interior do MFA, representavam apenas uma das facções, não certamente mais numerosa ou com maior capacidade de influência sobre as demais, mas capaz de se constituir até ao 28 de Setembro como o principal foco de resistência à Comissão Coordenadora e garantirem a Spínola uma retaguarda para a concretização do seu projecto de poder.

Sinal de que a força estava com os oficiais intermédios é a forma como Spínola ou Costa Gomes lidam com eles. Se o último está mais alinhado mas expectante, sabedor de que para que lado pende o equilíbrio de forças, o primeiro sabe que para ter o controlo político interno e, eventualmente, a capacidade de definir o processo de descolonização, precisa de se impor à Comissão Coordenadora, de retirar-lhe legitimidade e força, sobretudo quando esta não tinha, do ponto de vista institucional, existência formal. Começará aqui um dos principais óbices ao controlo do poder por parte de Spínola: apesar de procurar reconstituir a hierarquia militar através da dissolução do MFA e de chamar para postos estratégicos os seus fiéis, as características peculiares do golpe militar de 25 de Abril determinam que o MFA emerja como movimento “político-militar revolucionário” que controla os principais sectores operacionais das Forças Armadas¹⁰. De facto, no dia do golpe as unidades militares que não o apoiavam acabaram por não sair em defesa do regime e acabam por aderir ao movimento dos oficiais.

A mutação profunda operada no seio das Forças Armadas vai significar a anulação da sua função tradicional enquanto derradeiro sustentáculo do poder do Estado. Segundo Fernando Rosas “anula a função normal das FA como órgão central da violên-

⁸ Os acontecimentos do 28 de Setembro serão analisados, posteriormente, em capítulo autónomo.

⁹ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

¹⁰ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.135

cia do Estado, ou seja, como espinha dorsal do poder do Estado”¹¹, enquanto detentor do monopólio da violência e último garante do Estado em caso de crise. A progressiva consubstanciação do MFA em agente político revolucionário, num processo de politização e radicalização crescentes, contribui decisivamente para o avanço do movimento social que, em poucos dias, constata que as Forças Armadas, metamorfoseadas em movimento revolucionário, ao contrário do passado, não reprimem necessariamente as suas acções e acabam frequentemente por as enquadrar, estimular e, por vezes, até apoiar.

Forja-se uma aproximação entre movimento social e o MFA com implicações profundíssimas no processo revolucionário, na medida em que, concomitantemente com outros factores, cria condições para a explosão do movimento popular de massas que se constitui como um vector fundamental entre Abril e Setembro de 1974.

2.2. A Politização do MFA: capitães enfrentam Spínola

Embora, em larga medida, não estivesse inicialmente nos seus horizontes, o MFA acaba por assumir uma posição mais central no processo político e no bloco de poder político-militar. A fragilidade da arquitectura de poderes constituída após o golpe, a existência de um governo desprovido de unidade, articulação, de operacionalidade e de uma linha de rumo definida¹², contribuem para o crescente protagonismo político e politização do MFA, na medida em que os seus elementos são chamados a intervir e a decidir em inúmeras situações. O Movimento vê-se rapidamente catapultado para responsabilidades políticas e, progressivamente, governativas a jusante de uma disposição inicial de vigilante e garante do respeito do seu programa. Desde logo, alguns dos seus membros mais proeminentes vão ter cargos governamentais, especialmente no II Governo, são nomeados para cargos políticos e militares relevantes, são chamados a resolver lutas sociais complexas, são enviados para África e assumem papel importante em negociações sobre a descolonização. A constituição do COPCON, que se desenvolverá mais adiante, reforça a prevalência do MFA. Em primeiro lugar, é a consagração operacional do controlo da violência por parte do MFA, ou seja, o órgão

¹¹ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.134

¹² Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio, 2009

criado pelo MFA para garantir o controlo da operacionalidade militar. Em segundo lugar, será uma forma do MFA se aproximar e lidar com muitas iniciativas do movimento popular.

De um momento para o outro, a Coordenadora do MFA passa a estar no centro de uma arquitectura de poderes fragmentada que acaba, ela própria, por reclamar e justificar a participação activa do MFA no poder e na governação do país. Em função de tudo isto, os vários partidos em formação nos primeiros meses da revolução procuram influenciar o MFA e estabelecer relações próximas com alguns dos seus elementos. Por exemplo, Raul Rego, ministro da Comunicação Social, exigiu um militar no seu ministério, resultando na nomeação de Sanches Osório para a Direcção Geral de Informação¹³.

No entanto, como nos diz Thomas Bruneau, ao contrário, por exemplo, do sucedido no Peru entre 1968-1978, esta oficialidade intermédia não pretendia conservar o poder, antes transmiti-lo aos civis e aos partidos políticos em gestação, procurando forjar um regime civil em que o envolvimento militar fosse progressivamente menor¹⁴.

Associado a esta disposição, ressalta o facto dos oficiais revoltosos não terem preparado de forma suficientemente sistematizada “o dia seguinte”. Vários autores sustentam precisamente esta ideia. Por exemplo, Rui Mateus afirma “ninguém, nem os próprios «capitães de Abril», tinham qualquer noção do rumo que o acto que acabavam de desencadear iria ter”, e ainda não serem “[...] aparentes quaisquer indícios de que, por detrás do Movimento das Forças Armadas, existisse um plano politicamente concertado e ideologicamente fundamentado”¹⁵. Esta situação que se traduz na ausência de um plano ou de uma estratégia para o pós-golpe permite que diversas forças civis e, sobretudo, militares, em especial Spínola e os oficiais spinolistas no MFA, entrem de imediato em acção no sentido de ocupar uma posição que lhes assegurasse o controlo sobre o processo de democratização e descolonização. De facto, como diz António Reis as características do golpe criam “as condições propícias à penetração da

¹³ Boaventura Sousa Santos, *A Fita do Tempo da Revolução – A noite que mudou Portugal*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 2004, p.215

¹⁴ Thomas Bruneau, *Politics and Nationhood – Post-Revolutionary Portugal*, pp.7-20

¹⁵ Rui Mateus, *Contos Proibidos, Memórias de um PS desconhecido*, Dom Quixote, Lisboa, 1996, pp.49 e 50

instituição militar por correntes ideológicas e projectos partidários que até aí lhes tinham sido quase completamente estranhos”¹⁶. Também, Vasco Lourenço, um dos elementos mais relevantes do MFA, refere que: “Ao não terem preparado o dia seguinte, os responsáveis do MFA colocaram-se na situação do exército que conquistou a cidade e, não sabendo o que fazer com ela, devolveu-a ao rei”¹⁷. E acrescenta, taxativamente, falando em nome do MFA: “nós não tínhamos a ideia do dia seguinte”, “nós pensávamos que a Junta ia defender o Programa (...); não se pensava muito... O problema era que havia ausência de estratégia”¹⁸. Havia apenas o Programa do MFA que balizava e definia todo o processo, nomeadamente, a intenção de nomear uma Junta de Salvação Nacional, que salvaguardaria os princípios nele proclamados, um Conselho de Estado e um governo civil que, na sua primeira forma, terá apenas um militar como ministro, Firmino Miguel, próximo de Spínola. Vasco Lourenço diz, ainda, não ter havido uma preocupação por parte do MFA relativamente ao poder, à ocupação dos órgãos do Estado, exceptuando o Conselho de Estado, ao contrário de Spínola que age rapidamente colocando militares da sua confiança em postos estratégicos¹⁹.

Também Melo Antunes diz que aquilo que o Movimento e o seu programa apontavam em termos de futuro se limitava a aspectos muito estreitos: descolonizar, democratizar e desenvolver, não estando minimamente definida a forma em que assentariam, sobretudo, estes dois últimos objectivos²⁰. Num quadrante diferente, mas apontando na mesma direcção, Adriano Moreira considera que, não obstante a existência do Programa do MFA, não havia um “programa para as consequências das consequências”²¹.

Os militares do MFA acreditavam que a Junta de Salvação Nacional garantiria o cumprimento do Programa do MFA e asseguraria a evolução até à transmissão dos poderes ao bloco civil, num processo mais ou menos tranquilo, sem tentativas de hegemonação das várias forças políticas e militares em jogo e sem a massiva agitação social que se veio a verificar. Contudo, o MFA, através da sua Comissão Coordenadora,

¹⁶ António Reis, “O Partido Socialista na Revolução, no poder e na oposição”, in *Portugal: O Sistema Político e Constitucional – 1974-1987*, coord. por Mário Baptista Coelho, p.116

¹⁷ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, p.21

¹⁸ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

¹⁹ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

²⁰ Entrevista de Ernesto Melo Antunes, *Público*, 1994, consultado in *O Pulsar da Revolução*

²¹ Entrevista a Adriano Moreira, *Público*, 1994, consultado in *O Pulsar da Revolução*

não deixará de ser o principal foco de poder, ainda que nas horas e dias imediatamente subsequentes ao golpe, assista com alguma passividade, rapidamente ultrapassada, ao “assalto” que os spinolistas fazem aos postos nevrálgicos da revolução, como veremos mais adiante. A existência do Programa do MFA indiciava que o Movimento tinha, apesar de tudo, a preocupação de definir os moldes em que se desenvolveria o processo político. No limite, era isto de que o MFA não abdicava: deixar tanto quanto possível definida a estrutura dos órgãos de poder, algumas linhas mestras relativamente ao processo político, económico e de descolonização, a irreversibilidade do golpe e um “mapa-guia” para a democratização, desenvolvimento do país e descolonização em África. De facto, se o programa previa a rápida passagem do poder para os partidos e civis, a realidade dos factos veio a inviabilizar esta disposição inicial.

Apesar de algumas ambivalências e de deixar claro que o(s) governo(s) provisório(s) não podiam encetar reformas de fundo, o Programa do MFA constituiu-se como um instrumento decisivo para garantir alguns dos seus objectivos fundamentais: nomeação de um Governo Provisório Civil, eleição de uma Assembleia Constituinte e elaboração de uma Constituição, orientação económica antimonopolista, direcção para as camadas mais desfavorecidas, libertação de todos os presos políticos, extinção das organizações fascistas PIDE, ANP, LP, MP, abolição da censura e exame prévio, liberdade sindical, liberdade de reunião, expressão e associação, etc.

2.2.1. Do assalto ao poder por parte de Spínola à resposta do MFA

Sendo uma constante desde o marcelismo o objectivo de Spínola²² de controlar e esvaziar programática e ideologicamente o Movimento e subjugar-lo à sua direcção, o Programa do MFA, desde o seu início, que funciona para os capitães como uma salvaguarda contra as ingerências do general, enquanto para este o Programa definia excessivamente as condições em que se desenvolveria o processo depois de 25 de Abril, conferia um carácter demasiado ideológico ao Movimento e reservava-lhe a possibilidade de partilha ou de vigilância sobre o poder.

²² António de Spínola, *País sem Rumo*, p.93

Também anterior a 25 de Abril e sobrevivente ao golpe é a existência de um projecto de poder de Spínola. É isso que indica a acção da ala spinolista na reunião do MFA em Cascais de 5 de Março, preconizando que o golpe avançasse sem programa e sugerindo que a publicação de *Portugal e o Futuro* assumisse esse papel, bem como, a posterior tentativa de golpe de 16 de Março. Na reunião de 5 de Março os oficiais spinolistas tentam impor Spínola como líder e deixar cair o documento programático com os objectivos essenciais do Movimento que, porém, acaba por ser aprovado e viria a ser a base do Programa do MFA²³. Costa Gomes, em primeiro lugar, e Spínola, em segundo, são reafirmados como futuros líderes, confirmando a decisão tomada na reunião de 1 de Dezembro de 1973 em Óbidos. Segundo Vasco Lourenço, o golpe de 16 de Março será a tentativa de inverter a derrota de 5 de Março, fazendo avançar o golpe sem que estivesse definido um programa político, numa antecipação dos militares spinolistas às demais correntes do Movimento²⁴. Especialmente, Spínola, mas também, Costa Gomes²⁵ negam a visão de Vasco Lourenço, podendo-se deduzir que, mais do que Spínola, terão sido os spinolistas a conceber a manobra de antecipação de 16 de Março.

O que vemos acontecer nos finais de Abril e nos primeiros dias de Maio é a actualização ou continuação do choque de patentes e hierarquias latente na conspiração do golpe militar, ou seja, a tentativa de Spínola controlar o processo político, garantir para si e para os seus o controlo do centro nevrálgico do bloco de poder, ao mesmo tempo que procurava secundarizar e afastar o MFA do poder do Estado.

Ciente do nível hierárquico da maioria dos seus elementos, o MFA vê-se na necessidade de encontrar dois generais para liderar a nova ordem, deixando, assim, de alguma forma, entreaberta a porta para Spínola avançar.

O nível hierárquico dos conspiradores revela-se de extrema importância no dia do golpe, já que Marcelo Caetano impõe como condição para a sua rendição que o poder seja entregue a um oficial superior, surgindo de imediato o nome de Spínola. É um

²³ Otelio Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, Vol. I, p.173

²⁴ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

²⁵ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O Último Marechal*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998, pp.212-213

momento decisivo na afirmação de Spínola como “candidato” ao controlo do processo político.

Aproveitando um recuo de última hora de Costa Gomes, depois de ser mandado pelo MFA para receber o poder de Caetano, Spínola avança e vê-se catapultado para a liderança da Junta de Salvação Nacional e da presidência da República, posições reservadas pelo MFA para Costa Gomes. Costa Gomes afirma ter passado o dia 25 no Hospital Militar, acompanhando a sua mulher aí internada. Sobre a escusa de avançar para os cargos que o MFA lhe reservara, diz que não se considerava apto para ocupar o cargo de Presidente da República, que desconhecia a realidade política, económica, social e cultural do país e que Spínola tinha melhores contactos com os meios políticos e com a imprensa. Propõe então o nome deste para a presidência da Junta que de imediato aceitou²⁶. O comportamento de Costa Gomes é frequentemente apontado como um recuo estratégico destinado a provocar o avanço de Spínola, conhecedor das ambições deste general, numa leitura que fazia dos primeiros líderes dos processos revolucionários mártires que rapidamente a voragem revolucionária deixaria cair. Outras visões sugerem que o recolhimento de Costa Gomes no Hospital Militar visava, em caso de um eventual falhanço do golpe, não poder ser acusado de golpista²⁷.

Até ao dia 25 de Abril o Programa do MFA vai constituir-se como um dos principais pontos de conflito entre o MFA e Spínola que procura eliminar o que considerava ser a inspiração demasiado comunista do Programa²⁸. Vai, ainda, defender que o Movimento deveria ser um “levantamento estritamente militar” e que após o golpe fosse constituído um governo militar provisório, alterações que o MFA vai prontamente rejeitar. Já no dia 25 Spínola, no posto de comando no Quartel da Pontinha, é informado por Franco Charais de que o Programa do MFA iria ser distribuído à imprensa. Mostrando a sua discordância, na medida em que a proclamação que ele próprio iria ler na apresentação da JSN ao País continha as linhas essenciais do Programa, Spínola tenta que o Programa do MFA não seja divulgado. Perante a recusa intransigente do MFA, exigiu que se procedesse à sua revisão, agendando-se uma reunião no mesmo

²⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O Último Marechal*, pp217-128

²⁷ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.181,

²⁸ António de Spínola, *País Sem Rumor*, p.103

local para o efeito entre os membros da JSN e a Comissão Política ou Comissão de Redacção do Programa, como também era designada, que está na origem da Comissão Coordenadora do Programa do MFA²⁹.

A reunião é interrompida pela proclamação de Spínola ao País que é feita no início da madrugada de dia 26, após a qual a reunião é retomada, acabando por serem introduzidas algumas das alterações exigidas por Spínola, destacando-se a não extensão da amnistia política aos presos de delito comum, a abolição da referência ao direito dos povos à autodeterminação e a manutenção da PIDE-DGS nos territórios africanos em guerra (esta última por sugestão de Costa Gomes)³⁰. Na reunião da Pontinha, iniciada ainda na noite de 25 de Abril, estão presentes os membros da JSN - excepto Diogo Neto -, Franco Charais, Vítor Alves e Vítor Crespo, o “gabinete político do MFA”³¹, e ainda Costa Brás. O resultado é a introdução de alterações ao Programa, uma posição de força do MFA relativamente à manutenção do seu Programa, não obstante as referidas alterações, e, mais importante, o recuo de Costa Gomes que sugere que seja Spínola e não ele próprio a assumir a presidência da JSN, decisão tomada já sem a presença dos referidos elementos do MFA.

A reacção dos homens do MFA será elucidativa da nova situação e prenuncia a sua acção futura: impõem o respeito pelo Programa, relembram a Spínola que ele não manda no MFA, que fora o MFA que fizera o golpe. Vítor Crespo chega mesmo a dizer a Spínola que “A revolução ainda não acabou se este programa não sair para as ruas” e, reforçando o tom, afirma ameaçadoramente haver ainda “carros de combate que não obedecem ao senhor general e nos obedecem a nós, portanto, o senhor não domina a situação militar. Quem domina somos nós”³². Não obstante a cedência às alterações impostas por Spínola, o núcleo dominante do MFA dá o primeiro sinal inequívoco de que não estava disposto a estender a passadeira vermelha ao projecto de poder spinolista e a abdicar incondicionalmente do poder. O recém-empossado presidente da Junta cede e compromete-se a respeitar o Programa do MFA, ainda que, na pro-

²⁹ António de Spínola, *País Sem Rumo*, p.120

³⁰ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, pp.61-62

³¹ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.59

³² Boaventura Sousa Santos, *A Fita do Tempo da Revolução – A noite que mudou Portugal*, p.174

clamação ao País na madrugada de 26 assuma, em nome da JSN, o compromisso de “garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental”³³. Podemos detectar nesta reunião o primeiro episódio pós 25 de Abril de uma acção estruturada de Spínola que obriga o MFA a reagir às suas ingerências e tentativas de instrumentalização e ultrapassagem. Era o início da luta surda entre MFA e Spínola, o choque de hierarquias que tivera como prelúdio as movimentações anteriores ao golpe militar.

A ultrapassagem de Spínola confirma-se com a composição da Junta de Salvação Nacional. O processo de escolha é rápido e, condicionado por vários constrangimentos, o resultado desagradará profundamente ao MFA na medida em que a Junta não só integrará elementos que não tinham a confiança do Movimento, como alguns dos seus membros nem sequer conheciam o Programa do MFA cujo respeito e defesa eram obrigações dos membros da JSN. Se estava previsto que Costa Gomes e Spínola integrassem a Junta, nomes como Galvão de Melo, Diogo Neto e, especialmente, Jaime Silvério Marques desagradam de sobremaneira ao MFA. Sobretudo o último que chegara a ser detido no dia 25 de Abril. Rosa Coutinho e Pinheiro de Azevedo completam o elenco. Na composição deste órgão voltam a fazer sentir-se os constrangimentos relativos à patente dos conspiradores que optam por chamar oficiais gerais em detrimento de oficiais intermédios do MFA, pensando que, desta forma, a Junta teria melhor aceitação nos meios militares e maior peso político³⁴. A composição e, como vimos, a presidência da Junta constituem-se como derrotas importantes para o MFA que assiste ainda a novas acções de Spínola no sentido de se afirmar como senhor da nova ordem. No sentido de reforçar o seu poder, vai colocar elementos fiéis nos pontos estratégicos da estrutura militar, da administração das colónias ou do poder civil, como é o caso da Casa Militar do Presidente da República, dos serviços da Cova da Moura e, mais tarde, do Palácio de Belém, do Aeroporto da Portela, da PSP de Lisboa, da GNR, do Ministro da Defesa, Firmino Miguel, da Brigada de Trânsito, do comando da Região Militar do Porto, Coimbra, Évora e Lisboa. Almeida Bruno será particularmente activo em muitas destas nomeações. Nas colónias coloca Silvino Silvério Mar-

³³ Proclamação Lida ao País por Spínola, Dia 26 – 1.24, in Orlando Neves (Org.), *Textos Históricos da Revolução*, vol.1, p.35

³⁴ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, pp.51 a 57

ques como governador-geral de Angola, Soares de Melo em Moçambique e Carlos Fabião na Guiné, ainda que neste último caso o comportamento de Fabião se revele contrário aos objectivos de Spínola, seguindo a linha da Coordenadora do MFA.

A aludida ausência de preparação do “dia seguinte” por parte do MFA, associada à falta de uma liderança forte e clara no Movimento, traduz-se na passividade que permite estes avanços de Spínola e dos spinolistas, como que dizendo ao MFA que a sua missão estava concluída, que chegara a hora de regressarem às suas funções militares, deixando a condução do processo político para o general Spínola.

Carlos Azeredo, Reimão Nogueira, Ricardo Durão, Jaime Neves, Pita Alves, Ramalho Eanes ou Firmino Miguel são alguns dos militares spinolistas que regressam a Portugal ou que vão ocupar cargos civis ou militares relevantes, frequentemente em detrimento de homens da confiança do MFA. Inicialmente, o MFA não tem a preocupação de fazer regressar elementos seus em África ou nomear outros para cargos políticos e militares³⁵.

Vasco Lourenço³⁶ afirma claramente que são as manobras de Spínola, no sentido de pôr em prática o seu projecto político, uma das razões que levam o MFA a manter a estrutura da conspiração, a procurar colocar militares da sua confiança nas unidades militares e, progressivamente, a assumir-se como um actor político, a pretender condicionar o poder, já que se impunha a defesa intransigente do seu Programa e o que ele espelhava em termos de democratização e descolonização. Se um dos primeiros passos do MFA é proceder ao saneamento das Forças Armadas, a preocupação de Spínola é a de reconstituir a hierarquia militar, repor a disciplina militar³⁷, acabar com a hierarquia revolucionária e paralela que o MFA consubstanciava, no sentido de assumir um real controlo sobre o poder do Estado. Se por um lado, muitos apontavam a indisciplina crescente na instituição militar e se intensificava a politização e a auto-organização dos soldados³⁸, por outro, respondendo aos perigos de uma recuperação da direita militar assente no objectivo de Spínola de repor a hierarquia e dissolver o

³⁵ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, pp.228-235

³⁶ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

³⁷ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.193

³⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, pp.194-195

MFA, a JSN vai decretar em finais de Abril o saneamento das Forças Armadas, que se concretiza a 15 de Maio com o saneamento de 42 oficiais³⁹.

Paralelamente, o MFA, num processo de reorganização interna após o golpe e em resposta à subalternização a que estava a ser votado e aos perigos que corria o seu Programa, decide criar a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, recriando e revitalizando a Comissão Coordenadora do Movimento⁴⁰. Uma das suas incumbências seria zelar pelo cumprimento do seu Programa, o que não estava previsto nesse mesmo Programa, garantir que a JSN o cumprisse e operacionalizar a capacidade de acção do Movimento. Segundo Rosa Coutinho⁴¹, o aparecimento desta Comissão deve-se, precisamente, às tentativas de Spínola em impor várias alterações ao Programa e constituir-se-á como um dos factores que mais decisivamente contribuirão para a *debacle* de Spínola. A Comissão Coordenadora, ao evoluir para “um agente político e centro de poder revolucionário”⁴², vai constituir-se no grande obstáculo ao projecto de poder de Spínola que tenta por vários meios liquidá-la, consciente de “que enquanto a Coordenadora existisse, enquanto o MFA mantivesse as estruturas revolucionárias em actividade actuando como um órgão de poder paralelo, o poder da JSN seria sempre limitado”⁴³. O próprio Spínola é claro a este respeito considerando que a Junta nunca fora detentora do poder real por culpa da Comissão Coordenadora⁴⁴.

Perante a inevitabilidade da existência do Programa do MFA e a importância que assume enquanto documento guia do processo político por insistência do MFA, Spínola advoga-se de legítimo representante e defensor das ideias do programa acusando os seus autores de o desvirtuarem⁴⁵. Será este um dos principais argumentos para apelar ao reforço dos seus poderes, à extinção da Coordenadora e à marginalização e diluição do MFA.

³⁹ Decreto-lei n.º 179/74, de 30 de Abril

⁴⁰ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.75

⁴¹ Entrevista de Rosa Coutinho à *Vida Mundial*, Abril de 1999, nº15

⁴² Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.75

⁴³ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.79

⁴⁴ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.140

⁴⁵ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.140

A oficialidade intermédia que fizera o golpe, não preparara o dia seguinte e se dizia disposta a passar rapidamente o poder aos civis, não deixava porém de, através do seu programa, garantir para si uma posição relevante na nova ordem de poderes (“sentinela da revolução”), não abdicando do seu projecto político. Sobretudo, como resposta às investidas de um general com quem vivia em conflito latente desde antes do 25 de Abril e que, sintomaticamente, apostava em afastar os jovens oficiais da esfera do poder e repor a hierarquia das Forças Armadas. Confirmava-se o confronto chave no seio do bloco político-militar entre Abril e Setembro, materializado nos blocos estruturados em torno da Coordenadora do MFA e de Spínola.

Mais adiante, ao tratar da Questão Político-institucional, observaremos em maior detalhe a luta pelo poder entre Spínola e a Comissão Coordenadora do MFA e os momentos definidores e de maior tensão.

2.3. A Pulverização do poder político-militar

A sonegação da coerção organizada ao Estado ou do monopólio estatal da violência⁴⁶ traduziu-se, como vimos, nas condições para a abertura de uma explosão revolucionária.

O choque entre a hierarquia despojada de controlo militar que Spínola procura repor e o MFA perpassará para o interior do bloco de poder político-militar e a sua tradução será um poder dividido, onde nem Junta de Salvação Nacional, nem Presidente da República, nem Governo têm um real poder. Mesmo sem representação institucional, a não ser a da sua Comissão Coordenadora no Conselho de Estado, o verdadeiro poder residia, pelas razões expostas, no MFA. Sobretudo, para além de dividido e fraco, e de não controlar as Forças Armadas, associado ao quase total desaparecimento das polícias que adiante se fará referência, o Estado revela-se incapaz de fazer frente à explosão social e à revolução que se forja.

Perante a incapacidade do Estado em reprimir as suas acções, o movimento popular de massas percebe que o poder está enfraquecido, que o Estado está desarticu-

⁴⁶ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.51

lado e que as Forças Armadas não estão disponíveis para reprimir ou usar a violência, pelo que avança, transformando o golpe militar numa revolução.

Tal como Durán Muñoz salienta, no cenário de crise de estado aberto pelo 25 de Abril, o Estado revela uma dramática incapacidade coerciva, ainda que o seu discurso aponte, frequentemente, no sentido oposto⁴⁷. São constantes os apelos à ordem e ao respeito pela lei por parte de Spínola, Governo e MFA, que não serão tolerados desvios e que aqueles que desobedeçam à lei serão punidos, ameaçando-se frequentemente com o recurso à força. Evidentemente que a crise de Estado afecta nevrálgicamente a sua capacidade de acção, de coerção e recurso à violência institucionalizada. No entanto, antes desta situação há a referida quebra da cadeia hierárquica de comando a determinar esta incoerência entre um discurso de Estado, de ordem e autoridade e uma prática onde a liberdade se sobrepõe claramente a repressão.

Num processo crescente desde o fim da ditadura, de tensões acumuladas, o movimento popular, nomeadamente o movimento operário mas também o de moradores e o estudantil, reage às características não só do golpe militar mas também da nova arquitectura de poderes, avançando para a luta reivindicativa nos dias imediatos ao 25 de Abril. A luta é acompanhada por um processo de organização popular, através de assembleias e da criação de comissões de trabalhadores e de moradores, de comités, da estruturação e apresentação de reivindicações. Simultaneamente, avança o movimento de substituição das autoridades locais, presidentes de câmara ou governadores civis por todo o país, em parte ligado ao MDP/CDE, e um processo de saneamentos nas empresas, na administração pública, nas escolas e universidades, ou até nas Forças Armadas. Tudo isto consubstanciava então a abertura de um processo revolucionário. Mais do que acções que percorriam o país de Norte a Sul, que englobavam todos os sectores económicos e a própria estrutura estatal, forjava-se um movimento de massas que trazia a revolução para a ordem do dia.

As características do poder e a luta pelo seu controlo serão escarpadas em capítulo específico dedicado ao tema.

⁴⁷ Rafael Durán Muñoz, *Contención y Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, pp.164-168

2.4. A aproximação aos Movimentos Sociais

O processo de crescente protagonismo político do MFA não se constitui apenas como uma resposta à falta de uma estratégia delineada relativamente ao que fazer depois de tomar o poder, nem se explica, exclusivamente, pela reacção às manobras de Spínola no quadro do seu projecto de poder pessoal. É certo que os elementos do MFA, ao se aperceberem das intenções e comportamento do novo chefe do Estado, tendem a actuar no sentido de contrabalançar o poder de Spínola, reforçar a posição da Coordenadora e garantir o respeito pelo Programa do MFA. No entanto, outro vector, quanto a nós decisivo nos primeiros meses de revolução - tanto quanto a dimensão da sua explosão e o seu grau de inesperado - entra na equação, condicionando e interagindo com as várias dimensões.

Falamos do movimento social de que nos ocuparemos com maior detalhe nos capítulos seguintes. Por agora, importa reter que a população assistiu ao vivo na rua ao golpe militar e, de imediato, aderiu não só a ele, mas também aos seus executores, mesmo que pouco se soubesse acerca de ambos. Desde o início que as massas populares estão presentes. Ainda que Spínola aparecesse como o novo Presidente da República, aparentemente como número um do novo poder e gozasse grande popularidade, as massas populares olham para o Movimento das Forças Armadas enquanto força libertadora, conferindo-lhe uma legitimidade revolucionária. Nos dias imediatos ao golpe sucedem-se por todo o país manifestações de apoio ao MFA. Desde cedo que, entre a generalidade dos portugueses, ganha corpo a ideia de que foram os oficiais intermédios quem preparara e executara o golpe, quem derrubara o regime, quem garantira a libertação e quem mais empenho tinha em acabar com a guerra.

Se a Lei Constitucional Nº 3/74, ao estabelecer que “A estrutura das forças armadas é totalmente independente da estrutura do Governo Provisório”⁴⁸, veio colocar as Forças Armadas, ou seja o MFA, num lugar de grande preponderância e de independência relativamente ao poder político civil, por sua vez, no campo do simbólico, o reconhecimento da sua legitimidade revolucionária e como a instância que, de facto,

⁴⁸ Lei Constitucional N.º 3/74, de 14 de Maio, Artigo 19º, in Orlando Neves (Org.), *Textos Históricos da Revolução* p.65

tinha a última palavra, faz-se de forma mais rápida. Em pouco tempo, como já vimos, o MFA é tido como a principal, senão mesmo a única, autoridade e o legítimo detentor do poder. Acontecia aquilo que Sánchez Cervelló designou de hegemonia militar e subalternidade civil⁴⁹, embora consideremos que tal perspectiva se poderá aplicar no que diz respeito ao bloco de poder político-militar, mas não relativamente ao processo revolucionário entendido globalmente. Sintomaticamente, no próprio dia 25 de Abril, quando as forças policiais tentaram desmobilizar as manifestações e concentrações populares, os militares do MFA saíram em apoio a estas acções, desmobilizando as acções policiais, garantindo os “vivas” populares⁵⁰. Ainda que difusamente, forja-se uma sintonia de objectivos entre a Comissão Coordenadora e o movimento popular, ambos apontando para uma efectiva democratização e uma rápida descolonização assente no fim imediato da guerra, no regresso dos soldados e no reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e independência.

Como diz Vasco Lourenço, não há “propriamente um *click*”, um momento, razão ou situação específica, que leva o MFA a intervir directamente no processo político. Neste capítulo o movimento social é determinante na assumpção por parte do MFA de um papel de maior relevo e de uma legitimidade sem paralelo nos demais componentes do bloco de poder político-militar, ou seja, no reforço da legitimidade e autoridade do MFA e consequente evolução para movimento político revolucionário. Num quadro de vazio de poder, de quase total desaparecimento das polícias, de ausência de um governo ou, após a sua formação, de quase total inoperacionalidade governamental, a população vira-se para os militares para tudo. São chamados para actuar e gerir manifestações, protestos, situações de greves, de ocupações ou de sequestros de administrações de empresas. Veja-se, por exemplo, o caso a Metalúrgica Duarte Ferreira (Divisão Berliet) que anunciou o despedimento de 88 trabalhadores para depois das férias em Agosto. Se os visados aceitassem a rescisão do contrato antecipadamente a empresa estava disposta e indemnizá-los como se o despedimento fosse sem justa causa nem aviso prévio. Os trabalhadores ocuparam as instalações, impediram a entrada do director de Divisão e negaram-se a manter conversações senão com um membro da

⁴⁹ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, p.185

⁵⁰ Rafael Durán Muñoz, *Contención y Transgresión, Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, pp. 196 e 197.

Administração e na presença do ministro do Trabalho e, significativamente, de representantes das Forças Armadas⁵¹.

Num quadro de multiplicação de acções populares, a autoridade, encarnada no MFA, muitas vezes surge quando os factos estão consumados ou em vias de consumação, oscilando entre o apoio, orientação e legitimação, e a contenção, repressão e punição. Ainda que não se possa traçar um padrão no que concerne à posição do MFA relativamente às acções do movimento popular, parece-nos - e homens do MFA como Vasco Lourenço⁵² e autores como Cerezales⁵³ ou Durán Muñoz⁵⁴ afirmam-no - que a tendência é, entre Abril e Setembro, para o apoio, para a cobertura, ou, pelo menos, para tolerar e não punir, conferindo ao movimento social um respaldo que lhe permite ganhar mais força e capacidade de actuação, aproximando as massas populares do MFA e estimulando a abertura de um processo revolucionário. Por outras palavras, esta sintonia e até cumplicidade conferiam maior força e legitimidade ao MFA para conter as movimentações de Spínola.

O MFA vê-se como que empurrado para o “olho do furacão”, num quadro em que a expectativa de uma transição sem agitação social, contida e controlável pelo novo poder, dá lugar à constatação de que se abria a porta a um processo revolucionário de profundas implicações. De facto, como diz um dos capitães e figura cimeira do MFA, Melo Antunes:

“o que imaginámos com o MFA foi o derrube do regime e a implantação da democracia. Mas o que estávamos a fazer era um golpe de Estado, um pronunciamento. Nem eu, nem ninguém, imaginou que esse golpe de Estado fosse horas depois uma revolução, porque o país se incendiou de norte a sul. As massas transformaram um golpe militar clássico - só que, neste caso, de esquerda - num movimento revolucionário. A partir daí, e sem perder de vista objectivos fundamentais, tivemos de navegar à vista. Não há outra explicação para as coisas”⁵⁵.

Muitas vezes, vemos os militares do MFA serem chamados para situações relativamente às quais a sua preparação é pouco mais que nenhuma, a ter de tomar deci-

⁵¹ *Diário Popular*, 29 de Julho de 1974, p.12, citado por Rafael Durán Muñoz, *Contención y Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.152

⁵² Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

⁵³ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.71

⁵⁴ Rafael Durán Muñoz, *Contención y Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.161; 210

⁵⁵ Entrevista de Ernesto Melo Antunes, *Público*, 1994, consultado in *O Pulsar da Revolução*

sões de alcance político para as quais não teriam a politização e os instrumentos necessários. Tudo isto obriga a uma rápida politização e contribui para a radicalização e esquerdização dos oficiais do MFA, num processo de aprendizagem ao momento, ao sabor dos acontecimentos, necessidades e solicitações⁵⁶.

Parece-nos que o facto do elemento fundamental do novo poder, ser na prática constituído essencialmente por oficiais intermédios em detrimento de oficiais generais, contribui para uma maior aproximação e identificação entre movimento popular e poder militar, cujos protagonistas partilhavam entre si a contestação à ditadura, à guerra e ao colonialismo, a proximidade com os ideais de esquerda, uma identidade geracional, um léxico e uma axiologia semelhantes, num quadro de hegemonia ideológica da esquerda. Também a população, as massas civis, foram influenciadas pelo quadro da guerra, da contestação final ao marcelismo, pela popularidade das ideias de esquerda em voga na Europa, e tal como os militares tinham anseios, sede de liberdade, democracia e que a guerra tivesse um fim tão rápido quanto possível. É um contexto político, económico-social e cultural muito particular em que se consuma a sintonia entre movimento popular e jovens militares de média patente, altamente marcados pela experiência da guerra. Frequentemente a extracção social, os objectivos e alguns preceitos ideológicos eram comuns entre militares e civis que se encontravam por ocasião de uma qualquer ocupação de fábrica ou casas, manifestação ou greve. Há como que uma permeabilidade do MFA ao discurso e objectivos do movimento popular e a politização de muitos dos seus oficiais faz-se pela proximidade ao movimento social.

Finalmente e, *quiçá* mais importante, o movimento popular confere-lhe poder, capacidade de actuação e decisão, e uma legitimidade sem paralelo nos demais *players*.

Sintomaticamente, a cobertura que o MFA vai dando ao movimento social constitui-se logo como um dos primeiros e mais duradouros focos de tensão com Spínola. O general lança fortes ataques ao MFA, que opta por acalentar em detrimento de reprimir as movimentações, acusando-o de alimentar o ambiente de revolução social, à medida que o próprio MFA evolui para posições mais avançadas e progressistas.

⁵⁶ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

2.5. Impacto da quebra da cadeia hierárquica na descolonização

A quebra da cadeia de comando e o nível hierárquico dos militares que derrubam o regime tem ainda implicações significativas no processo de descolonização. Em traços gerais podemos dizer que esta situação facilita a aproximação e identificação com os movimentos de libertação e os seus representantes, numa vontade comum de acabar com a guerra e o colonialismo. Tudo isto se traduz no terreno africano em acordos informais de cessar-fogo, no fim dos combates em várias regiões, no avanço rápido do reconhecimento dos movimentos de libertação e do reconhecimento do direito à autodeterminação e independência. De facto, muitos dos capitães que combateram em África e que sentiam profundamente o cansaço da guerra vão integrar a conspiração no sentido de derrubar o regime para assim acabar com a guerra. Após o 25 de Abril são já parte integrante do MFA e alguns deles vão integrar a sua Comissão Coordenadora, o Conselho de Estado, ou mesmo, o Governo e demais órgãos ou instituições ligadas ao poder político e militar, seja em Portugal seja em África. Desta forma, o sentimento anticolonial e a firme vontade de acabar com a guerra sobrevivem à conspiração, ao golpe e à queda do regime, integrando os objectivos, o discurso, as prioridades e a corrente dominante da nova ordem de poder pós 25 de Abril. O facto de muitos destes militares terem partilhado a experiência de guerra em África, reforça os laços de união entre si e forja um sentimento forte de identidade e solidariedade, de espírito gregário, apesar das diferenças e divergências entre muitos deles que ao longo do processo vêm à tona. Este sentimento de quase “missão histórica” é descrito de forma curiosa por Maria Manuela Cruzeiro⁵⁷, ao dizer-nos que os soldados portugueses que combateram em África afirmam retrospectivamente, num exercício de inversão de premissas com intuítos justificativos, que a razão da guerra colonial foi o 25 de Abril – justificam a sua acção na guerra como algo necessário para se derrubar o regime, situação que estará ligada ao facto de, após o 25 de Abril, mas antes ainda, ser firme e absoluta a sua determinação em acabar com uma guerra que tinham como profundamente injusta e garantir a paz e a descolonização.

⁵⁷ Intervenção de Maria Manuela Cruzeiro, intitulada “Guerra Colonial: Nada existe até ser contado” no Colóquio Vozes da Revolução – Guerra Colonial e Descolonização, realizado a 15 e 16 de Abril de 2010 no ISCTE-UNL, organizado pela Associação 25 de Abril, CEHP-ISCTE-UNL, CRIA e IHC-FCSH-UNL

Também António Reis, aponta nessa direcção:

“um factor de ordem psicanalítica terá sido determinante no novo e para muitos surpreendente comportamento das Forças Armadas ou, melhor, da sua fracção actuante e dirigente: a necessidade para militares traumatizados por uma guerra colonial, cujo carácter iníquo irrompia nas suas consciências, de operarem a rápida substituição do mito até então impulsionador da sua acção – a defesa do império e da civilização cristã e ocidental – por um mito oposto – o do anti-imperialismo e da libertação nacional -, o qual, uma vez vencedor, era interiorizado e assumido como um novo espaço e um novo tempo – o 25 de Abril português. A desculpabilização implicava a assunção consciente do que até então se reclamara, reprimira e combatera”⁵⁸.

A tarefa de pôr fim à guerra, de abrir o caminho a negociações e às independências, era para estes oficiais intermédios como que uma “missão histórica”, quase uma redenção por terem combatido numa guerra com a qual não concordavam ou sequer se identificavam. De facto, como se apontou em capítulos anteriores, a conspiração militar está umbilicalmente ligada à guerra colonial, sobretudo, a um sentimento generalizado de cansaço, de imediatamente lhe pôr fim através de uma solução política. A origem social, a idade, a questão geracional, o espírito da época, as relações e contactos que muitos destes oficiais cultivam, tudo isso cria um movimento onde o anticolonialismo e a firme disposição de acabar guerra e descolonizar são fortes e consensuais, exceptuando, naturalmente, entre a linha spinolista. Paralelamente, a guerra criara oportunidades de aproximação destes homens aos seus inimigos no terreno, forjando-se uma progressiva identificação que tem o seu axiomático clímax quando, posteriormente, o MFA se diz o “quarto movimento de libertação”. Isto será determinante na forma como decorrerão as negociações com os movimentos de libertação. Se a posição oficial portuguesa é uma, se o cessar-fogo é o objectivo inicial das negociações, se Spínola tenta manobrar de acordo com os seus objectivos mais ou menos federalistas e referendários, se os partidos de esquerda como PS e PCP defendem o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência, o MFA vai mais longe do que todos eles e diz directamente aos africanos que nenhum soldado está já disposto a combater, a dar o último tiro, a ser o último a morrer. Independentemente da posição oficial do governo português, o MFA diz ainda que lhes garante o fim da guerra, o fim dos embarques de soldados, o reconhecimento dos movimentos de libertação como os únicos e legítimos representantes dos povos africanos e, fundamentalmente, o reco-

⁵⁸ António Reis, “O Partido Socialista na Revolução, no poder e na oposição”, p.116

nhecimento do direito à autodeterminação e independência. No terreno a situação vai mais longe.

Não obstante ter havido a intensificação da guerra em algumas frentes, nomeadamente em Moçambique, em muitos locais cessam os combates e são estabelecidos acordos informais de cessar-fogo com as forças africanas. Além disso, os militares do MFA em África, dando cumprimento à linha dominante dentro do movimento, desenvolvem uma acção que mina e inviabiliza a estratégia spinolista, vindo de novo e agudamente ao de cima o significado da quebra da cadeia de comando das Forças Armadas.

Difícilmente oficiais de patente superior teriam a posição que os militares do MFA assumem, até porque as características da guerra em África, as sucessivas comissões e a sua dureza, a percepção do estado de espírito dos soldados, o conhecimento das dificuldades militares no terreno, a proximidade com os soldados, criaram um estado de espírito e uma leitura das realidades muito própria, de tal modo que se traduziu num golpe militar, na resolução de acabar com o regime para acabar com a guerra.

Nesta frente há, também, reflexos da quebra da cadeia hierárquica de comando, designadamente, nas vias de negociação paralelas sobre a descolonização. Em primeiro lugar porque era patente a diferença de posição relativamente à descolonização entre a oficialidade superior, nomeadamente Spínola, que punha a tónica no reconhecimento do direito apenas à autodeterminação e procurava ganhar tempo, e a oficialidade intermédia que pretendia um rápido reconhecimento do direito à independência.

O MFA, à margem de Presidente da República, Governo e partidos, tem contactos próprios com os movimentos de libertação, garantindo-lhes soluções consideravelmente mais avançadas do que os demais constituintes do bloco de poder. Neste sentido concorrem, como veremos no capítulo dedicado à questão colonial e à guerra, vários testemunhos e situações. Almeida Santos refere a pressão do MFA sobre os órgãos de poder em Lisboa para a entrega do poder aos movimentos de libertação⁵⁹. Também Spínola refere abundantemente uma actuação paralela do MFA⁶⁰. Mário Soares sustenta que, por exemplo, a propósito da descolonização de Angola elementos do

⁵⁹ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, p.336

⁶⁰ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.293-300

MFA estabeleciam contactos com os movimentos de libertação à margem das vias, negociações e órgãos oficiais⁶¹. O episódio protagonizado por Otelo Saraiva de Carvalho, nas conversações com a FRELIMO em Lusaka no início de Junho, que, interrompendo o Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, lhe afirma que não vale a pena insistir no acordo de cessar-fogo porque no terreno as tropas portuguesas e da FRELIMO estavam em confraternização⁶². Vasco Lourenço, em entrevista concedida diz claramente: “nós tivemos sempre a preocupação de fazer sentir aos movimentos de libertação que nós queríamos reconhecer-lhes o direito à autodeterminação e independência, queríamos acelerar o processo e estávamos na luta contra o Spínola que não queria”⁶³. Finalmente, Melo Antunes afirma que a sua nomeação para ministro sem pasta do II Governo Provisório decorreu do objectivo do MFA em colocar um elemento seu no seio do executivo para se ocupar prioritariamente da descolonização⁶⁴.

Esta situação inviabilizava no terreno a estratégia africana de Spínola, na medida em que esta exigia duas coisas fundamentais: tempo e a manutenção das tropas em África. Acontecia que estas, totalmente identificadas com o MFA, não estavam minuciosamente dispostas a permanecer no teatro de operações de modo ao poder político ganhar tempo, encontrar uma solução negociada em condições mais favoráveis. Dramaticamente, ninguém queria ser o último a morrer numa guerra que pouco lhe dizia e que se encontrava à beira do fim. Indispondo as tropas, recusando estas a permanência nos territórios africanos, o MFA logra inviabilizar em nova frente a estratégia de Spínola.

Finalmente, o fim da guerra, o fim dos embarques e o regresso dos soldados a Portugal era das atitudes mais vincadamente reclamadas pelo movimento popular sob a bandeira de “Nem mais um só soldado para as colónias”.

⁶¹ Entrevista a Mário Soares, in *Público Magazine*, 24 de Abril de 1994.

⁶² Maria João Avillez, Soares. *Ditadura e Revolução*, p.309

⁶³ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

⁶⁴ Entrevista de Ernesto Melo Antunes, *Público Magazine*, 9 de Janeiro de 1994

CAPITULO III

“A REVOLUÇÃO ESTÁ NA ORDEM DO DIA!”

“ (...) foi crescendo nas ruas, nas praças, nos cafés, nos locais de trabalho, uma forma de estar social nova, foi-se consolidando a súbita consciencialização de mais liberdades, de mais direitos, da urgência de ter expressão, de ter voz, foi-se forjando a capacidade de reivindicar a igualdade, de clamar pela dignificação do trabalho, por melhores condições de vida, foi-se abrindo a possibilidade de estabelecer sínteses entre campos de acção sociais, económicos e culturais até aí completamente estanques. (...) não foi o poder que caiu na rua, foi a argumentação e o debate, a actividade cultural e artística, o grito de revolta, os sentimentos mais variados, a alegria e a tristeza, foi a própria vida que conquistou o direito à rua e se transmitiu de praça em praça, de bairro em bairro, até à exorcização dos medos e à instalação de uma aura de liberdade generalizada que, enquanto perdurou, não teve paralelo no mundo seu contemporâneo.”¹

José António Bandeirinha

O primeiro e principal objectivo do presente capítulo será propor uma explicação para a explosão social que irrompe nas primeiras horas e nos dias imediatos após o golpe militar de 25 de Abril de 1974. Para o efeito, recorre-se ao conceito de “crise de Estado”, sobretudo às reflexões de Durán Muñoz e Diego Cerezales integrando-as com o trabalho desenvolvido no campo historiográfico por Fernando Rosas, Medeiros Ferreira, Maria Inácia Rezola ou Raquel Varela, entre outros. Ainda que o conceito de “crise de Estado” seja apropriado, ele não é tido como o elemento central da explicação, nem utilizado na forma como usualmente é apresentado, constituindo-se sobretudo como contexto de referência no que diz respeito às deficiências e vulnerabilidades do poder do Estado.

Recorre-se, também, aos contributos da sociologia na definição e problematização do conceito de movimentos sociais de autores como Alain Touraine e Boaventura de Sousa Santos. Apesar de não ser nossa preocupação aplicar rigidamente as definições propostas por alguns destes trabalhos, determinadas pistas avançadas por estas

¹ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.109

teorias poderão ser úteis para a compreensão de algumas características dos movimentos sociais em Portugal.

Na base da explosão social estão fenómenos que preexistem ou coexistem com a crise de Estado e contribuem também para ela. A crise de autoridade do Estado e a forma como este reage e lida com as acções dos movimentos sociais é decisiva no comportamento popular. Sustentamos que, para além do que os determina exteriormente, como o Estado, os movimentos sociais têm uma autonomia e uma explicação própria que os torna aptos para se assumirem como o eixo principal de uma análise, não se limitando a um comportamento exclusivamente devedor do que acontece na esfera estatal.

Ainda integrado neste primeiro objectivo e indissociável da tentativa de compreender as causas dos movimentos sociais, temos o impacto inicial que estes têm de forma global sobre o processo político, nomeadamente sobre a esfera militar, institucional e governamental. Assim, veremos genericamente, porque desenvolvido noutros capítulos, como a explosão social reforça a posição da CC do MFA e começa por se revelar prejudicial aos desideratos spinolistas.² Fundamentalmente, é esta explosão social inicial que determina a rápida passagem e evolução de um golpe militar, aniquilando as expectativas de uma transição moderada, para um processo revolucionário.

O segundo objectivo passa por analisar o modo como os principais partidos e movimentos políticos interagiram com esse movimento social explosivo, inesperado e, em larga medida, incontrolável, tendo sempre presente a subalternidade do universo partidário relativamente, por um lado, à dinâmica dos movimentos sociais e, por outro, ao bloco militar.

Propomos uma conjugação de fenómenos para explicar as razões da explosão social verificada. Sucintamente temos como uma das condições determinantes para que tal acontecesse as consequências do golpe ter sido protagonizado pela oficialidade intermédia que se traduzem nas situações já apontadas no capítulo anterior: a neutralização e transformação do papel das Forças Armadas.

² Este tema será privilegiado mais adiante no Cap. VI: *A Questão Político-Institucional*.

Não obstante as diferenças entre a vaga reivindicativa anterior e a posterior ao 25 de Abril, não podemos esquecer a tensão política e social dos últimos anos do marcelismo, destacando-se o mundo operário e universitário como porta estandartes das reivindicações e acções de luta, agravada pelo descontentamento inerente a uma crise económica. Importa incluir nesta reflexão o quadro mental, cultural, comportamental e político-ideológico nacional e internacional, para contextualizar as várias mudanças que ocorreram nos finais de anos 60 e inícios da década de 70.

É o encadeamento destas realidades a somar à crise do Estado, ou no quadro desta, que cria então as condições em que ocorre a explosão social.

1. TENSÕES ACUMULADAS NO MARCELISMO

Como vimos no capítulo dedicado ao marcelismo, os últimos anos da ditadura são marcados por uma elevada tensão político-social, traduzida, sobretudo, no movimento operário e na impressionante vaga grevista, no clima de agitação nas universidades e, fundamentalmente, na contestação à guerra. Muito do descontentamento prendia-se com a ausência de uma efectiva democratização ou sequer real abertura do regime, com a degradação da situação económica, destacando-se a inflação e o desemprego, associada à crise internacional, e, sobretudo, com a guerra colonial. Tudo isto criou um clima de profundo mal-estar e de tensão social, um cansaço da guerra que não podia “manifestar-se livremente em termos de intervenção cívica e política legal”³ e um descontentamento que não podia ser expresso pelo voto nem por acções de protesto sem dura repressão, já que a “ausência de mecanismos para a expressão do descontentamento político – ou meramente económico – tinha convertido as manifestações e greves em expressões de um desafio global ao regime”⁴.

Após o 25 de Abril a situação económica continua a estar entre as razões do descontentamento e tensão social e a ser um dos móveis das acções reivindicativas do movimento popular, já que os problemas da economia se mantêm, agravando-se em questões como os despedimentos ou o desemprego.

³ Fernando Rosas, *Portugal Século XX* p.132

⁴ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.64

Salvaguardando as diferenças entre, por um lado, as tensões acumuladas e a vaga reivindicativa no marcelismo e, por outro, a explosão do movimento social após o golpe de 25 de Abril, não nos parece possível descontextualizar um do outro, na medida em que o crescimento das acções do movimento social não só sobrevive ao golpe militar, como ganha com ele um novo ímpeto. Forjara-se no marcelismo experiência reivindicativa, aprimoraram-se formas de luta e desenvolvera-se a organização do movimento operário. O mundo sindical conheceu reformas importantes, elementos opo- sicionistas chegam à direcção de vários sindicatos importantes, fora criada a Intersindi- cal. Ganhara corpo um património de objectivos e aprofundara-se a hegemonia políti- ca e ideológica da esquerda, ao mesmo tempo que se intensifica o debate sobre co- munismo e socialismo cuja adesão e popularidade atingiam níveis elevadíssimos.

Ainda que propiciada pelas características do golpe que derrubou o regime, a explosão da luta reivindicativa no mundo do trabalho e a evolução do mundo operário e sindical têm, pois, raízes nos últimos anos do Estado Novo. Independentemente da crise de Estado e da transformação nas Forças Armadas, ou seja, daquilo que indicia ruptura, há linhas de continuidade que coexistem com aquelas. Sinal disso mesmo é o facto de haver greves marcadas para o dia 25 de Abril e de lutas em várias empresas, como a TAP, Messa, Timex ou a Mague, terem tido o seu início antes do golpe militar. Mantendo-se desfavorável a situação económica no decorrer do processo revolucioná- rio, reivindicações como as de aumentos salariais e de criação de um salário mínimo estão presentes na luta reivindicativa laboral antes e depois do golpe; a questão dos acordos colectivos de trabalho, móbil de muitas mobilizações laborais no marcelismo, tem correspondência, já depois do golpe, com a homologação pelo Ministério do Tra- balho (através do respectivo delegado da JSN) dos contratos colectivos de trabalho pendentes. Reivindicações como o 13º mês, a proibição do despedimento sem justa causa, a redução do horário semanal para 40 horas, férias de 30 dias com subsídio a 100% estão já presentes nos cadernos reivindicativos durante o marcelismo.

Até ao 25 de Abril, o movimento reivindicativo que se desenvolve no quadro sindical que se vai forjando no marcelismo ganha força num processo em crescendo. Neste sentido concorrem ainda a radicalização e esquerdização da oposição, o desen- volvimento da luta armada, a agitação no mundo estudantil ou o crescimento da ex-

trema-esquerda. Paralelamente, se a contestação e o desgaste relativamente à guerra colonial eram um dos detonadores do clima de tensão política e social e de contestação ao Governo, sobretudo no mundo estudantil, mas globalmente transversal à sociedade portuguesa, depois do 25 de Abril a questão colonial estará no centro dos debates, das lutas e do processo político, pontificando como um dos pontos mais recorrentes nas acções dos movimentos sociais e, ainda, como uma das questões polarizadoras no bloco de poder político-militar.

O universo oposicionista e sectores importantes da sociedade portuguesa, como os movimentos populares, de juventude e de esquerda, no quadro do marcelismo, enquanto projecto falhado de abertura política efectiva, de reforma do regime e de solução da guerra colonial, conhecem um processo de radicalização e evolução em certa medida indissociável da situação interna, mas também da realidade política e cultural internacional. É um mundo em transformação atravessado por várias lutas operárias, estudantis, movimentos de juventude, pacifistas e anti-imperialistas, e acontecimentos políticos marcantes, sobretudo no universo da esquerda e da juventude. Referência inevitável para o Maio de 68 francês que significara a “reentrada na arena política das classes trabalhadoras e o início do fim da hegemonia dos partidos comunistas fiéis à União Soviética”⁵, o que terá alguma correspondência, ainda que não seja a causa principal, no facto de ser a extrema-esquerda a fomentar a organização e a dinamização da maioria das acções do movimento social.

2. DO GOLPE Á REVOLUÇÃO: O DESPERTAR DA EXPLOÇÃO SOCIAL

Podemos afirmar que “o golpe, pelas suas características, contribui decisivamente para a explosão revolucionária”⁶. De facto, a explosão social registada na Primavera e Verão de 1974 tem parte relevante das suas causas na forma, características, protagonistas e consequências imediatas do golpe militar de 25 de Abril.

Como muitos autores salientam o golpe militar ao ter sido protagonizado pela oficialidade intermédia e a quebra da cadeia hierárquica desencadeiam uma série de dinâmicas que determinam decisivamente as características do processo revolucionário.

⁵ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.38

⁶ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.131

rio. Cerezales afirma que se “produziu uma desintegração institucional das próprias forças armadas”⁷ retirando ao Estado praticamente toda a sua capacidade coerciva e de impor a ordem. Esta situação é ainda agravada pelo facto de o MFA se constituir como um movimento de características progressivamente mais revolucionárias e politizadas, ao mesmo tempo que assume um crescente protagonismo político e reforça a sua posição na esfera do poder.

Esta situação registada nas Forças Armadas associada à existência de um poder policêntrico dividido entre Presidente da República, Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado e Governo Provisório, e ao quase total desaparecimento das forças policiais logo após o golpe, configura uma situação de crise de Estado que permite a erupção do movimento social que Boaventura de Sousa Santos considera “o movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra”⁸, elemento determinante na rápida evolução do golpe militar para um processo revolucionário.

2.1. “O 25 de Abril enquanto golpe de Estado consome-se num dia (...)”⁹

É o próprio MFA a ser surpreendido com a adesão popular ao golpe e a imediata mobilização, tendo mesmo apelado de forma constante ao longo da madrugada e dia 25 para que a população não viesse para a rua. No entanto, esta acaba por acompanhar o golpe militar ao vivo, assistindo nas ruas aos acontecimentos. Assiste a um regime que cai sem oferecer resistência de monta, a militares desobedecendo abertamente a ordens superiores para carregar sobre os revoltosos. Junto ao Terreiro do Paço são muitos os que assistem a um dos momentos decisivos do golpe de 25 de Abril, com a neutralização das unidades de Lanceiros 2 na Ribeira das Naus e da Cavalaria 7 na Rua do Arsenal, as últimas tropas fiéis ao regime e com capacidade para fazer frente aos executores do golpe. Parte das forças de Cavalaria 7, desobedecendo ostensivamente às ordens do seu superior hierárquico, após se recusarem a abrir fogo sobre

⁷ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.70

⁸ Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, p.27

⁹ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio, 2009

as forças de Salgueiro Maia, aderem ao golpe¹⁰. Entre os civis que assistem forja-se o sentimento que o regime não tinha já quem o defendesse e, aos olhos de muitos, desenha-se a perfeita ilustração da profusamente aludida quebra da cadeia hierárquica de comando.

A população assiste, depois, a tudo no Largo do Carmo, vitória e aclama os militares do MFA e assiste à rendição de Marcelo Caetano. O “povo de Lisboa passa de espectador a actor decisivo dos acontecimentos. O golpe militar começava a virar revolução”¹¹. Esta particularidade de o golpe ter sido acompanhado nas ruas pela população como que estabelece um elo forte entre civis e militares, uma sintonia, a sensação de estarem do mesmo lado. Sobretudo, há uma percepção generalizada de que o regime caíra sem luta e sem que ninguém, de facto, o procurasse defender. Este enlace primordial entre população e MFA que começa a desenhar-se no próprio dia 25 de Abril é fundamental para compreender tudo o que virá depois.

Salgueiro Maia, logo no Terreiro do Paço, toma pulso ao apoio popular ao Movimento, ao ser “rodeado por uma população mostra que se vai juntando cada vez mais, vai ficando ali um mar de gente”¹². Sanches Osório considera que a adesão popular foi determinante para o desenrolar e o sucesso do golpe e Vítor Crespo que a presença popular no Carmo teve o efeito positivo de evitar que tivesse havido confronto com as forças que defendiam o regime, caso contrário, diz ter “dúvidas de que o Salgueiro Maia se tivesse aguentado contra aquelas forças e Cavalaria, Polícia e GNR, que havia ali a cercar o Carmo.”. Finalmente, Otelo Saraiva de Carvalho diz que ambicionava este apoio popular e que se as pessoas tivessem seguido os apelos do primeiro comunicado do MFA teria sido um desastre¹³.

A população reage à forma e às características do golpe, materializadas no protagonismo da oficialidade intermédia em detrimento das chefias militares tradicionais, e percebe ou pressente um vazio de poder ou a crise de Estado. A presença popular ao longo das operações militares determina a percepção generalizada de que o re-

¹⁰ Fernando Rosas, *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos confrontos armados no século XX*, Tinta-da-China, Lisboa, 2077, pp.101, 115 e 119

¹¹ Fernando Rosas, *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos confrontos armados no século XX*, p.77

¹² Boaventura Sousa Santos, *A Fita do Tempo da Revolução – A noite que mudou Portugal*, p. 200

¹³ Boaventura Sousa Santos, *A Fita do Tempo da Revolução – A noite que mudou Portugal*, pp.200-202

gime estava indefeso e de que os revoltosos se impunham, começando a esboçar-se a crise do Estado durante as operações militares. A percepção da correlação de forças que se desenhava determina, então, que o movimento popular passe à ofensiva no próprio dia 25 de Abril, na medida em que percebia que o Exército já não defenderia o regime.

Por momentos o poder cai na rua, na indefinição gerada pelo golpe a população imediata e generalizadamente sai para as ruas, reage à queda do regime, toma como alvo os seus símbolos e formas de poder, força e autoridade. É algo de espontâneo mas não necessariamente surpreendente. Aquilo que surpreenderá será o prolongamento, generalização, complexificação e impacto das acções do movimento social. Os primeiros sintomas da explosão social dão-se ao longo da manhã e da tarde do dia 25.

Os acontecimentos precipitam-se e começam as primeiras mobilizações: assalto à sede da DGS ainda na tarde de 25 e no dia 26¹⁴ o apedrejamento e invasão das instalações do jornal *Época*, das instalações do Serviço de Censura, assalto à sede da ANP e às instalações da Legião Portuguesa¹⁵. No Porto logo no dia 26 o cerco às instalações da DGS na Rua do Heroísmo culmina com a libertação de nove presos aí detidos e na tarde de 25, na avenida dos Aliados, a polícia tenta desmobilizar as pessoas que aí se concentram, acabando por ser atacada à pedrada pela população que aí tinha acorrido¹⁶. Sinal de que a força deste movimento é, desde cedo, tida em conta é o facto da polícia política ter sido rapidamente extinta¹⁷, o que não estava previsto no Programa do MFA, sendo que Spínola havia já nomeado um novo director para a DGS¹⁸ e Costa Gomes defendido a sua manutenção a nível colonial para fins essencialmente militares e de informação. De facto, no memorando sobre o Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e LP lê-se: “Desde logo a pressão popular exigiu a imediata prisão e punição de quantos a essa sinistra organização estavam ligados. Essa pressão foi uma

¹⁴ *Expresso*, 27 de Abril de 1974, p.4

¹⁵ *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1974, pp. 1, 2 e 3

¹⁶ Depoimento de Ernesto António Silva in *Memórias do Trabalho* – Universidade Popular do Porto, http://cdi.upp.pt/cgi-bin/mostra_entrevista.py?doc=E07r#a4

¹⁷ Decreto-Lei nº 171/74, 25 de Abril, in Orlando Neves (Org.), *Textos Históricos da Revolução*, p.54

¹⁸ Filipe S. Fernandes e Hermínio Santos, *Excomungados de Abril. Os empresários na Revolução*, Lisboa, Dom Quixote, 2005, pp.37 e 38

coordenada constante nas decisões tomadas a respeito do caso PIDE/DGS e de todas as organizações fascistas – LP, UN/ANP, Liga 28 de Maio, MP, MPF e MNF.”¹⁹

Rapidamente se desenvolve o movimento exigindo a libertação dos presos políticos em Caxias e Peniche. A pressão popular, traduzida na concentração de grandes multidões em ambos os estabelecimentos prisionais, conseguiu a libertação dos presos políticos no dia 26 e 27, respectivamente. Mas não sem um obstáculo colocado por Spínola, sintomático do seu pensamento político, elemento importante na separação de águas no processo político vindouro. Se o Programa do MFA estipulava, inicialmente, a “amnistia imediata de todos os presos políticos”, Spínola introduziu a excepção dos presos políticos culpados de delitos de sangue a quem não se estendia a amnistia. De facto, os presos acusados da execução em “tribunal revolucionário” em 1965 de um agente da PIDE infiltrado na Frente de Acção Popular (FAP), fundada em 1964 por Francisco Martins Rodrigues²⁰, apenas são libertados no fim do dia 27 contra a vontade de Spínola. A importância dos milhares que se concentraram em Caxias e Peniche não só contribuíra para a libertação de todos os presos políticos, sem excepção, como do ponto de vista simbólico revelava a disposição e os objectivos de massas populares que ao longo da Primavera e Verão de 1974 não deixarão de, através de inúmeras acções, exigir e conquistar posições mais avançadas, obrigando o bloco de poder a cédências.

2.2. “No dia 26 o que começa é uma revolução social (...)”²¹

O golpe militar esgota-se no dia 25 dando rapidamente lugar a uma revolução. Como que não havendo ideias claras do que se pretendia para o futuro, que sociedade e regime político a construir, há, no entanto, uma ideia que se espalha explosivamente: era “preciso arrasar tudo aquilo que tinha sido do passado, todas as frustrações, toda a violência que tinha sido exercida” e, como tal, “no dia 26 de Abril, de repente as pessoas estoiram com o sistema que existia”²². É precisamente esta explosão primeira

¹⁹ “Memorando sobre o Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e LP”, in Rodrigo Sousa e Castro, *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, Lisboa, Guerra e Paz, 2009

²⁰ Miguel Cardina, *O Essencial sobre a Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus, 2010, pp.41-42

²¹ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio, 2009

²² Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio, 2009

que ao dismantelar muito do aparato repressivo da ditadura abre caminho à movimentação social posterior. Directamente relacionada com esta situação, começa a ganhar corpo a percepção entre a população que as suas acções, muitas delas subversivas e até então impensáveis, não seriam reprimidas.

Ainda que o discurso do poder seja de apelo à ordem, sob pena de os actos contra o Governo e o Movimento das Forças Armadas virem a ser seriamente punidos²³, notoriamente, grande número de portugueses não seguiu estes apelos, desenvolvendo acções que punham abertamente em causa a lei e a autoridade do Estado e que, aos olhos dos governos provisórios e, especialmente, do Presidente da República, eram claramente subversivas e de desobediência pura.

Por vários pontos do país sucedem-se manifestações de apoio ao MFA e à Junta. Rapidamente arrancam as acções do movimento estudantil, operário e sindical. Em finais de Abril generalizavam-se as movimentações estudantis, reabrindo-se associações de estudantes encerradas no marcelismo e procedendo-se a inúmeros plenários e ao saneamento de reitores, vice-reitores, directores e subdirectores de todas as universidades, exonerações consagradas pelo Decreto-Lei nº176/74²⁴. O Sindicato dos Bancários garantia a fiscalização de todos os movimentos com o estrangeiro e preparava a criação de piquetes às portas dos bancos. Nos sindicatos continuava a ocupação de instalações e substituição das direcções. Iniciam-se as movimentações nas autarquias locais e em inúmeros serviços públicos. O movimento de moradores arrancava com a ocupação de casas vazias pelos moradores de barracas do bairro da Boavista e rapidamente ganha grandes proporções, constituindo-se como um dos fenómenos que põe frontalmente em causa os pilares do sistema capitalista.

Esta primeira vaga de movimentações sociais, ainda marcadamente espontânea e não dirigida, culmina apoteoticamente (ou prepara-se para arrancar em força) no 1º de Maio com a gigantesca manifestação em Lisboa e muitas outras um pouco por todo o país. De facto, poucos dias após o golpe, ou até mesmo no seu decorrer, é já notório que as acções do movimento social são algo de constante e central na vida pública

²³ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, pp.207-208

²⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, Venda Nova, Bertrand, 2000, pp.31 e 32

quotidiana portuguesa. Para além da larga autonomia inicial relativamente aos partidos que estes movimentos revelam, as suas acções consubstanciavam situações que não estavam previstas pelo novo poder.

O cerco e a consequente extinção da polícia política, a libertação dos presos políticos, as primeiras ocupações de casas e de sindicatos e, finalmente, a gigantesca manifestação do primeiro 1º de Maio, como que anunciavam estar em curso um processo revolucionário, que a transição se faria sob o signo de mobilizações sociais, muitas delas profundamente radicais e subversivas, de aspirações de socialismo e democracia directa. Poucos dias após o golpe militar e algo surpreendentemente, torna-se claro que se está perante um processo de ruptura absoluta com o passado, de revolução de esquerda e de intensa mobilização social. Os movimentos sociais não esperaram para se afirmar enquanto agente decisivo no processo político, avançam, mobilizam-se, estruturam-se, actuam, pressionam, condicionam o poder e conquistam direitos, liberdades e aspirações. Forjava-se o *némesis* da transição política sem ruptura que Spínola planeava trilhar. As primeiras horas e dias que se seguem ao golpe vitorioso determinam que o processo de democratização siga uma via mais radical e de esquerda do que aquilo que Spínola se preparava para construir, um processo de transição esvaziado de lutas e tensão social, de sinal moderado, com limitação de direitos e liberdades, estabelecendo continuidades com algumas características do marcelismo, sob um presidencialismo militar de características autoritárias.

A libertação violenta das tensões acumuladas fazia-se numa situação de crise de Estado e numa estrutura de oportunidades políticas favorável. A imprensa refere que algumas das acções populares nos dias 25 e 26 são assaltos de estabelecimentos comerciais, vandalização de edifícios ou actos considerados “de puro vandalismo”²⁵. Este sentimento de impunidade e de ausência de repressão e resposta coerciva foi aproveitado pelas primeiras mobilizações que, ao não serem reprimidas, abriram a porta a muitas mais que se propagaram nos dias e meses seguintes.

Tal como Diego Cerezales muito bem explica, no arranque do processo revolucionário a ausência policial será uma constante. Mais relevante era o facto de se terem

²⁵ *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1974, p.3, in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. Do 25 de Abril ao Governo Provisório*, Aster, Lisboa, pp.198-207

registado nos dias 25 e 26 de Abril em Lisboa e no Porto confrontos entre a população e a PSP e assaltos a esquadras. Logo a 13 de Maio a Junta dissolve a polícia de choque, conotada com as práticas repressivas da ditadura. Inclusive, a polícia de choque havia sido identificada pelo MFA como um possível adversário durante as operações do dia 25 de Abril²⁶. Também GNR e PSP vão sendo marginalizadas pelo novo poder, na medida em que estavam fortemente identificadas com a dimensão repressiva do Estado Novo, que historicamente a elas recorria para conter acções de protestos, fossem greves, manifestações ou reuniões da oposição. A elas recorre no 16 de Março e no 25 de Abril, chegando a GNR a receber ordens do Ministro do Exército para invadir o Largo do Carmo e dispersar a população no dia 25. De facto, durante o golpe do MFA há relatos que a PSP dispara sobre a multidão que se encontra no Intendente²⁷. Paralelamente, Marcelo Caetano refugia-se no quartel do Carmo onde elementos da GNR se colocam nos telhados que cercavam o largo para dali fazerem fogo sobre as tropas do MFA comandadas por Salgueiro Maia. Após o 25 de Abril, PSP e GNR não só se tornam fortemente impopulares como são alvo de duras críticas, sobretudo, quando utilizam a força, tal como aconteceu em algumas manifestações ou concentrações populares, como foi o caso da acção da PSP na manifestação de 14 de Agosto no Rossio de apoio ao MPLA²⁸.

Perante o desaparecimento, a impopularidade e o desrespeito das forças policiais após o sucesso do golpe, rapidamente, passam a ser as Forças Armadas a assumir as funções que anteriormente e em condições normais pertenceriam às forças de segurança pública, sendo criado, numa fase mais adiantada, o COPCON com a tripla e algo ambígua tarefa de manutenção da ordem pública, coordenar operacionalmente todas as forças militares e militarizadas do continente e estar atenta a quaisquer tentativas contra-revolucionárias. Como definiu Nancy Bermeo, seriam os “polícias da revolução”²⁹. Importa sublinhar que, apesar de aparentemente ser um órgão militar, de coordenação das várias forças, de características eminentemente operacionais, o COPCON rapidamente assume uma dimensão fortemente política, constituindo-se como

²⁶ *Diário de Lisboa*, 13 de Maio de 1974, p.28

²⁷ Boaventura Sousa Santos, *A Fita do Tempo da Revolução – A noite que mudou Portugal*, p.128

²⁸ *Diário de Lisboa*, 15 de Agosto de 1974, pp.1 e 20

²⁹ Nancy Gina Bermeo, *Revolution within the Revolution. Worker's Control in Rural Portugal*, Princeton University Press, New Jersey, 1986, p.40

um defensor por excelência da revolução, um instrumento fundamental no combate à “reacção” e importante apoio a algumas acções do movimento social. Trata-se de mais um elemento a juntar à já muito complexa teia de poder político-militar, multiplicando-se os órgãos que, muitas vezes, se desautorizavam mutuamente e cujas funções se sobrepunham, consubstanciando cada um deles estratégias e soluções divergentes e em competição.

2.3. O MFA e os movimentos sociais: “acalentou-se muito mais do que se reprimiu.”³⁰

O COPCON foi ainda uma importante arma do MFA no combate contra Spínola e pela hegemonização do processo político e da dimensão militar. Simultaneamente, era sintoma de que o mesmo MFA que dizia não ter preparado o dia seguinte e não ter um projecto de poder definido, estava já disposto, nesta fase, a assumir abertamente a defesa do seu programa, do seu projecto político, e a lutar pelo controlo da situação. Assumindo, muitas vezes, funções na esfera civil e junto do movimento social, o COPCON, como diz Nancy Bermeo, de algum modo uniu dois mundos, trazendo os militares ao contacto com a sociedade civil e compeliu-os a assumir funções políticas³¹.

A emergência ou permanência deste tipo de órgãos militares, como o COCPON ou a CC do MFA, com competências civis que em condições normais competiriam ao Governo, contribui para o agravamento da situação de crise de Estado. Fundamentalmente, a criação de um órgão com as competências do COPCON acaba por ser o reconhecimento por parte do Estado da sua incapacidade em assegurar a manutenção da ordem. Sintomaticamente delega-a nas Forças Armadas que, em processo de politização e de evolução através do MFA para um movimento político-revolucionário, quando confrontada com o binómio manter a ordem- defender a revolução, tende a optar pela segunda, permitindo e dando alento a muitas das acções dos movimentos sociais.

Há uma mutação na forma como as Forças Armadas olham a população e como estas as vêem. A população deixa de representá-las como a violência institucionalizada, como a face da autoridade e violência estatal, para as ter como que um “exército

³⁰ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

³¹ Nancy Gina Bermeo, *Revolution within the Revolution. Worker's Control in Rural Portugal*, p.40

libertador”, um ente revolucionário que derrubara o Estado Novo. Reforçando esta convergência, o MFA procurava alcançar o fim da guerra colonial e parecia estar do lado do movimento social nas aspirações de rápida democratização, de uma nova política económica em favor da população mais desfavorecida e de um projecto político ainda indefinido mas de esquerda. Mudara de lado. Aparentava estar do seu lado. Francisco Balsemão diz que “a revolução do MFA veio, na Metrópole, dar aos militares uma nova imagem e, na medida em que quebrou o seu isolamento, aproximou-os ou fundiu-os com a população civil. Daí o poder-se falar em povo incluindo, por necessidade e por vontade, os elementos das Forças Armadas”³². É certo que poderá haver aqui uma construção mitificada, uma visão romântica de união entre povo e soldados, uma retórica estrategicamente veiculada pelo próprio MFA mas também pelo poder político-militar, incluindo partidos. No entanto, construção ou não, discurso mitificado ou não, o importante é que era esta a visão predominante, a tendência da Primavera e Verão de 1974.

Não obstante os trabalhadores, nomeadamente os mais radicalizados, apoiarem declaradamente a nova autoridade e respectivo discurso, não deixaram de querer ter um papel activo no processo de mudança, actuando no sentido de satisfazer reivindicações e necessidades, sobretudo, quando tinham desaparecido as limitações à sua mobilização e quando estimulados por alguns discursos do novo poder³³.

Como chama a atenção Durán Muñoz, há uma disposição e uma retórica do novo poder em conter e responder, se necessário, coercivamente, recorrendo aos meios violentos do Estado, a acções que considerassem demasiado subversivas. Há, todavia, um desfasamento entre essa disposição publicamente divulgada e a capacidade efectiva em recorrer aos mecanismos estatais para o efeito. Segundo Muñoz, este contraste entre o discurso e a acção foi fatal para o poder, na medida em que impulsionou mais e novas acções do movimento social, muitas delas abertamente subversoras da ordem e da autoridade do Estado³⁴.

³² *Povo Livre*, nº3, 27 de Agosto de 1974, pp.4 e 5

³³ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.226

³⁴ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.208-210; 263

No entanto, a par da clara falta de capacidade estatal em materializar o seu discurso, parece haver também uma disposição em não ir demasiado longe na repressão, no recurso a forças de segurança e no emprego da violência. Esta disposição em não usar violência sobre a população e deixar fluir as acções populares é particularmente aguda no MFA. Paralelamente, é difícil falar num discurso unívoco das autoridades ou do Estado. A opção do bloco de poder político-militar será, apesar disso, de conciliar a manutenção da ordem e respeito pela lei com o mínimo de repressão ou de recurso às Forças Armadas. Entre as directrizes transmitidas por Spínola em 8 de Maio a todos os delegados da Junta de Salvação Nacional, estava precisamente essa preocupação em não recorrer demasiadamente à violência do Estado, ou mesmo, em evitá-la. Citando Garcia dos Santos, delegado da JSN nas Companhias Reunidas de Gás e Electricidade (CRGE), Spínola dissera que “a edificação de uma democracia tinha de ser feita com um pulso muito firme. Firmeza não queria dizer nem violência nem emprego da força. Firmeza, sim, nas atitudes e nas palavras. Tínhamos a força das Forças Armadas, mas não devíamos usá-la”³⁵.

Se, por um lado, a retórica do novo poder proibia e dizia ilegais várias acções como as greves, elementos outros no seu discurso e medidas legislativas há que ecoavam nos movimentos sociais como um estímulo para acções que o afrontavam abertamente. Estes apropriavam-se, ainda, de conteúdos emitidos por vários componentes do bloco de poder político-militar como a luta contra o fascismo, a defesa da revolução, os apelos à organização dos trabalhadores e à defesa dos seus direitos ou as referências apontando para o socialismo e para uma política em favor dos mais pobres. De facto, Muñoz diz que os trabalhadores utilizavam como justificação para as suas acções, fossem a exigência de saneamentos, greves ou ocupações de instalações, a defesa do Programa do MFA e da revolução. Como este autor nos diz:

“ (...) a radicalização fazia parte do que entendiam como a ruptura; sentiam-se instigados a radicalizar-se. De facto, não consideravam que as suas acções atentassem contra o processo em curso; pelo contrário, desde a sua aceitação do Programa do MFA e da JSN, diziam estar colaborando para o seu êxito”³⁶.

³⁵ Garcia dos Santos, *General Garcia dos Santos, Memórias Políticas. Um pouco do que vivi*, Lisboa, Bertrand, 2011, p.35

³⁶ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.221-224

O apoio e a identificação com a revolução e o novo poder não significavam então a obediência e respeito pelas leis e posições públicas do bloco de poder político-militar por parte dos movimentos sociais³⁷.

Este comportamento dos movimentos sociais acaba por ser duplamente favorável ao MFA, o que explica também a opção por não reprimir a maioria das suas acções. Por um lado, muitas delas, ainda que criticadas e proibidas pelo poder, acabavam por se traduzir em avanços no processo revolucionário que não desagradariam ao MFA. Por outro lado, este rumo e a aproximação entre movimento popular e MFA favorecem este último no braço de ferro com Spínola, colmatando a falta de legitimidade hierárquica com uma legitimidade revolucionária e com o apoio e identificação com os movimentos sociais.

De facto, Cerezales salienta a busca de legitimidade junto das massas populares por parte dos militares, numa lógica “heterorreferente” que substitui a tradicional auto-referência, disciplina e isolamento do contexto social da instituição militar. Refere este autor que “As tropas do MFA não encontravam um referente de legitimidade da sua acção senão nas multidões que aclamam o derrube do regime”³⁸, pelo que as tropas destacadas para manterem a ordem numa qualquer acção do movimento social acabam por entrar em diálogo com os eventuais transgressores, por compreender as suas razões, pondo muitas vezes de parte qualquer acção repressiva. Também Cerezales chama a atenção para o facto da ausência de repressão sobre acções subversivas ou ilegais dos movimentos sociais não provir de falta de vontade do governo em reprimir, simplesmente, eram os próprios militares que não só se recusavam a fazê-lo, como confraternizavam com os protagonistas desses movimentos, e o bloco governamental não tinha instrumentos, operacionalidade e unidade de acção para impor a ordem³⁹.

³⁷ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, pp.213-224

³⁸ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.71

³⁹ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.76

Efectivamente, os dados estatísticos apresentados por Durán Muñoz reforçam o que tem sido dito, apontando que, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, apenas numa percentagem mínima dos conflitos laborais se registaram intervenções das forças de segurança do Estado e que em muitas destas a intervenção policial não terá sido repressiva, limitando-se, frequentemente, a pouco mais que a mera presença e diálogo, dando até a ideia aos trabalhadores que a sua acção se revestia de alguma legitimidade. Num total de 958 casos registados no período referido, apenas em 10, ou seja, 1%, se verificaram intervenções coercivas e em 2% dos 545 casos em que se desenvolveram acções consideradas radicais ou revolucionárias⁴⁰. Dos 10 conflitos laborais em que se registou a intervenção de alguma forma coerciva das forças de segurança do Estado, polícias ou Forças Armadas, ao longo do processo revolucionário português, 6 deles ocorreram precisamente entre Abril e Setembro de 1974⁴¹.

No capítulo IV: *A Questão Social e Económica*, dissecaremos as várias lutas, sobretudo operárias, entre Abril e Setembro, detendo-nos ainda sobre o movimento urbano de moradores.

3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO, DE UM OUTRO PAÍS E DE UM NOVO POVO

*Um “período de aceleração histórica sem precedentes (...)”*⁴²

Tendo sempre presente que a agitação social e política era um processo em crescendo antes do golpe, é inquestionável que o derrube da ditadura permitiu uma explosão social sem precedentes nem continuidade na história recente de Portugal, levando a que Luís Trindade considere a revolução aberta pelo 25 de Abril como o “movimento historicamente mais denso da nossa contemporaneidade”⁴³. É com estupefacção que hoje se olha para aqueles meses de revolução, como algo inexplicável, inaudito, que paira na memória de muitos como algo nebuloso que intercalou a ditadura e a democracia. Daí que seja tanto mitificado como demonizado, acabando frequente-

⁴⁰ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.232

⁴¹ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.243

⁴² *Expresso*, 17 de Agosto de 1974, p.10

⁴³ Luís Trindade, “Os Excessos de Abril”, p.21

mente por passar-se ao lado daquilo que realmente foi. Um movimento explosivo, multifacetado, com elementos de espontaneidade e de direcção de partidos ou quadros destes, que tem raízes no passado marcelista mas que apenas ocorre dado o quadro político, militar e institucional criado pelo golpe militar, que tanto condiciona, pressiona e faz avançar o poder político-militar, como necessitou do “chapéu-de-chuva” do MFA para se desenvolver e ir mais longe nas suas acções, objectivos, formas de luta, discurso e conquistas.

Há, ainda, uma percepção generalizada de que o momento é favorável à acção e à conquista de vitórias em face da transformação no interior das Forças Armadas e da crise de autoridade do Estado aberta pelo golpe. A hegemonia ideológica da esquerda confirmava-se, forjava-se a sua aproximação à população, o tempo era de esperança, de expectativa na democratização e na conquista e garantia de liberdades e direitos sociais. O golpe não significava o fim da acção e da luta política anterior, pelo contrário, estimulava-a e parecia garantir condições favoráveis ao seu desenvolvimento e crescimento. O movimento popular avança. Ocupa, saneia, demite, expulsa, bloqueia, manifesta-se, faz greve, organiza-se, conquista. Não espera que o poder político ou militar dê o seu aval ou prepare uma política que vá de encontro aos seus interesses.

O anunciado fim da polícia política, da censura e do exame prévio, a restituição das liberdades públicas ou a libertação dos presos políticos, sendo elas próprias expressões fundamentais das conquistas da acção popular, garantiam também condições mais favoráveis à luta e à actividade política e pareciam consubstanciar a nova ordem das coisas.

O espaço público contava agora com os movimentos sociais mais ou menos organizados, mais ou menos partidarizados. O debate e a tomada de decisões, ao contrário do passado, passavam agora a ter de contemplar este novo interveniente no processo de transição para a democracia. MFA, partidos, Governo, Junta de Salvação Nacional, Spínola ou até mesmo a imprensa, todos eles, passam a ter em conta a força e os objectivos deste movimento, a adequar a sua estratégia e acções em função de um *player* cada vez mais onnipresente. O 1º de Maio marca o arranque simbólico do movimento social revolucionário, consubstanciando esse mês de Maio a definitiva luta

por direitos e liberdades sem os freios da ditadura. Como então se dizia: Abril fazia-se em Maio e em Maio tudo parecia possível⁴⁴.

Rapidamente se propagam as greves, destacando-se as da TAP, panificação, CTT, transportes urbanos de Lisboa, também estas objecto de análise posteriormente. Em finais de Abril começara a acção do movimento de moradores com as primeiras ocupações de casas vazias. Simultaneamente, dão-se os saneamentos em empresas, escolas, universidades, função pública; a nível local as comissões administrativas ligadas, sobretudo, ao MDP/CDE substituem as autoridades do regime deposto; são criados sindicatos e noutros saneadas as direcções. Nas escolas e universidades a agitação é total, as aulas e exames são substituídos por plenários, reivindicações em catadupa, saneamentos e exonerações de professores, reitores e pessoal auxiliar.

Militares, partidos, Governo, JSN e Presidente da República não sabem como lidar com este movimento que, de repente, inunda o espaço público após anos de profunda inactividade, silêncio e ausência de debate. Sem linha de rumo definida oscilam entre a crítica, o distanciamento, a recriminação e o apoio, a benevolência e a cedência. Há momentos claros de capitulação do poder, em que leis são feitas sob pressão social, mas também os há em que a dinâmica é refreada. Esta vaga de movimentação social contribuirá para uma vasta gama de conquistas juridicamente consagradas, como o direito de reunião e de manifestação⁴⁵, o salário mínimo, o direito à greve (não obstante o seu carácter restritivo e hostilidade que suscitou no mundo operário) ou o 13º mês.

A explosão social não se traduz apenas em vitórias e conquistas. A par destas, muitas das suas acções são contidas, desmobilizadas e até reprimidas pelo Governo e pelo próprio MFA, nomeadamente a vaga grevista. Apesar de momentos de contenção por parte do bloco de poder político-militar, muitas vezes subordinadas à agenda política dos intervenientes, o movimento popular tornara-se num foco de força com capacidade de lutar pelos seus objectivos e de determinar fortemente a agenda política na Primavera e Verão de 1974.

⁴⁴ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.194

⁴⁵ *Diário de Lisboa*, 29 de Agosto de 1974, pp.1 e 20

O grau de politização e mobilização popular e a mudança nos interesses e prioridades da opinião pública podem medir-se pela análise do *Povo Livre*, órgão do PPD:

“Os antigos e tradicionais pólos de interesse do público, o Futebol, mesmo o Campeonato do Mundo de Futebol, a Volta a Portugal em bicicleta, passaram despercebidos. A participação popular na vida política do País surgiu por forma avassaladora que prova bem a compressão ideológica que existia dentro de nós. Um povo que não lia, passou a disputar os jornais diários, a comentar, a criticar, enfim a viver e a sentir politicamente o seu País.”⁴⁶

Em poucos meses o país aparentava ter mudado, os portugueses actuavam e pensavam politicamente, empenhavam-se na construção de um novo país, de um novo sistema, de uma nova sociedade ou, simplesmente, na luta por direitos, reivindicações, liberdades ou necessidades. Para Raimundo Narciso “vivia-se uma exaltação inaudita”⁴⁷. Fernando Namora dizia em Maio de 1975 que “num ano, a apática sociedade portuguesa viveu três ou quatro décadas”⁴⁸. O *Expresso* em Agosto de 1974, referia-se a um “período de aceleração histórica sem precedentes. Todos, sem excepção, o sentimos, na nossa vida, nas nossas preocupações, nas nossas opções. Todos, sem excepção, fomos por ele modificados, na nossa maneira de ser e de ver, nas nossas esperanças e ambições, na nossa dimensão no tempo e no espaço.”⁴⁹.

Um povo que se tinha como apático, despolitizado, desinteressado da política e da vida do país, mostra-se, após o golpe militar, empenhado, consciente de si próprio e da sua força e politicamente activo. Para além da dimensão da acção política, parecia ter-se operado uma mudança nas mentalidades e comportamentos: a vida fazia-se mais em público e em comunidade, a discussão e a organização tornavam-se constantes, a politização, por mais superficial que fosse, parecia generalizada. Era a politização total, tudo, desde o gesto aparentemente mais inócuo, tinha uma carga política. As atitudes e as tomadas de posição ou eram rotuladas de revolucionárias e progressistas ou de reaccionárias e fascistas. A própria arte pautava-se por uma forte dimensão colectiva e um quase total empenhamento político, *vide* o mural colectivo de 10 de Junho ou a música, designadamente, expressões como o Grupo de Acção Cultural-GAC. Sinal de que um processo profundo atravessava a sociedade portuguesa nos seus vários com-

⁴⁶ *Povo Livre*, nº 4, 3 de Setembro de 1974, p.1

⁴⁷ Visita ao Posto de Comando do MFA no quartel-general da Pontinha organizada pelo Movimento Não Apaguem a Memória, 12 de Maio de 2007

⁴⁸ *O Jornal*, 30 de Maio de 1975, p.12

⁴⁹ *Expresso*, 17 de Agosto de 1974, p.10

ponentes é, por exemplo, o apoio dado por artistas, sobretudo músicos, às lutas sociais e, em especial, às operárias, como sucedeu em fins de Julho na luta dos trabalhadores da Charminha e da Sogantal⁵⁰ ou em Agosto na greve do *Jornal do Comércio*. As lutas sociais ganhavam uma dimensão inédita e ecoavam na sociedade de uma forma que não tinha precedentes. A própria criação de algo como o Grupo de Acção Cultural, datada de 1 de Maio, revela as especificidades do quadro mental, cultural, social e político do Portugal da Primavera de 1974, bem como os seus princípios fundadores que definiam uma actividade “orientada para o apoio à luta pela democracia popular e pela ditadura do proletariado’ (...) ‘a canção, a poesia, são uma bomba e uma bandeira. E a voz do povo eleva a classe”⁵¹.

As salas de cinema enchem-se de filmes vincadamente políticos ou de temática erótica, sinal da prioridade da política nos interesses populares e da vontade em fazer, ter acesso ou ver o que anteriormente era proibido, de cortar com o passado e simbolicamente construir e viver a mudança. O espaço público ganhara uma nova dimensão. O chamado “Povo” conquistara um inédito espaço e uma nova capacidade de fazer ecoar as suas posições. O povo silencioso, respeitador e ordeiro do Estado Novo dava, num espaço de dias, lugar a massas populares que vinham para a rua, para os bairros, fábricas, escolas ou universidades lutar por direitos e liberdades. Os movimentos sociais emergiam naquilo que, nas palavras de Vítor Matias Ferreira, eram “tempos de anomia sociológica e fragilidade política”⁵².

Paulo de Carvalho, intérprete da canção “Depois do Adeus” que dá o sinal para o Movimento das Forças Armadas arrancar, diz ter-se tratado de um período em que “viveu-se muito, escreveu-se muito, leu-se muito, foi-se muito ao cinema, fez-se muito... as pessoas iam à Junta de freguesia buscar alcatrão (...) Mal ou bem nós vivemos (...) Foram os anos mais intensos”⁵³. De facto, muitas vezes mais do que medidas ou acções concretas, o que distinguiu o processo revolucionário português terá sido o facto “de as pessoas terem posto tudo em causa”⁵⁴.

⁵⁰ *Diário de Lisboa*, 30 de Julho de 1974, p.16

⁵¹ *Público*, suplemento *Ypsilon*, 28 de Maio de 2010

⁵² Vítor Matias Ferreira, “A cidade e o campo – uma leitura comparada do movimento social, 1974-1975”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 178/19/20, Fevereiro de 1986

⁵³ Entrevista a Paulo de Carvalho, TVI24, 20 de Fevereiro de 2011

⁵⁴ Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril*, p.103

O discurso e a visão sobre os portugueses, sobre as massas populares ou o “povo”, mudara radicalmente, assumindo uma tonalidade valorativa, que apelava e legitimava a acção popular. Nunca como antes se falara em “povo”. De uma posição de subalternidade e menorização, o “povo” assume um novo protagonismo nos discursos pós-25 de Abril, nomeadamente, nos discursos de partidos, MFA, JSN e governos. A mudança de paradigma dos discursos coincide com uma mudança fundamental no comportamento da própria sociedade e dos cidadãos num sentido de muito maior acção, consciência política, colectivismo, radicalização, força e politização nas novas condições decorrentes da mudança de regime. Se no século XX português houvera casos em que o movimento popular tivera momentos de força e de pontual ascendência, no quadro revolucionário aberto pelo golpe militar as condições para se afirmar eram únicas, permitindo, como nunca antes, um alcance, um nível organizativo e uma miríade de objectivos e de apoios, perante a notória fragilidade estatal e condições mentais e culturais francamente propícias a um fenómeno como esse.

Muito relevante, quando se encara, como aqui se faz, o processo revolucionário como a marca genética da democracia portuguesa⁵⁵, o início de um processo que acabou por abrir o caminho à democratização do sistema político e da sociedade, é o facto desta experiência colectiva de participação das massas na política, na gestão de empresas, escolas, universidades, nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores ou de moradores, ter marcado também a democratização da participação não só política mas também cívica. O 25 de Abril abriu a universalização da participação política. Muitos dos que se envolveram no combate político e na luta reivindicativa de direitos, continuaram, passado o período mais intenso das mobilizações sociais e de politização generalizada, a participar activamente na política e na vida cívica, fosse nas juntas de freguesia, nos sindicatos, nos seus bairros, nos seus locais de trabalho, nos partidos, associações, etc. Também por aqui se mede como o processo revolucionário se revelou um período original e marcante no futuro do país, na medida em que, para além das fundamentais conquistas em que se traduziu, abriu caminho ou criou uma inédita forma de participação cívica e política dos cidadãos, criou as bases culturais, mentais e com-

⁵⁵ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.154

portamentais, mas também institucionais e organizativas, que sustentaram a democratização da vida pública, a participação e acção política.

Tratava-se, realmente, de uma “conjuntura extraordinária que permitiu o avanço das mobilizações e o processo de aprendizagem política pela qual passaram várias dezenas de milhares de activistas populares”.⁵⁶

4. VELHOS E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O RESGATE DA MODERNIDADE

Para uma melhor compreensão de algumas características dos movimentos sociais no processo revolucionário português importa introduzir, complementarmente, algumas reflexões sobre este tema produzidas, sobretudo, no domínio da sociologia, nomeadamente, quanto à dicotomia estabelecida entre “velhos” e “novos” movimentos sociais, correspondentes àquilo que por vezes é definido como modernidade e pós-modernidade.

O que se considera ser o movimento social não se resume apenas ao mundo operário e às lutas nas empresas, não obstante a sua centralidade no processo revolucionário português. Abrange também, por exemplo, o movimento de moradores, o movimento estudantil e várias expressões de acção popular que percorreram os primeiros cinco meses de revolução.

A mobilização popular é o grande pano de fundo dos primeiros cinco meses após o 25 de Abril, é o processo de luta, de conquista de direitos e liberdades que consubstancia um processo revolucionário, de multiplicação de partidos, de organização e acção popular, de transformação das próprias instituições afectadas por este movimento explosivo e integrando um processo global de revolução.

Ainda que correndo o risco de cair numa definição demasiado lata, a definição proposta por Maria Glória Gohn reflecte a intenção de olhar para a multifacetada gama de acções populares como um processo global, uma sociedade mobilizada a fazer política e a lutar por direitos, definindo os “movimentos sociais como acções sociopolíticas construídas por actores colectivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura

⁵⁶ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.189

específica de relações de força na sociedade civil”⁵⁷. Neste sentido, incluem-se também uma série de movimentos que se podem denominar como cívicos, políticos, identitários, etc., que segundo alguns autores, como Alain Touraine e Boaventura de Sousa Santos, tendem a designar de “novos movimentos sociais”. Nesta linha, aquilo que é designado de “novos movimentos sociais”, forjados na pós-modernidade, tem um carácter menos *político*, no sentido em que não pretende mudar o mundo ou a sociedade, mas que se reveste de um carácter mais específico, nomeadamente, identitário, cultural, de género ou outro.

Estas expressões dos movimentos sociais terão um vinco menos político ou politizado do que a “concepção revolucionária de movimentos sociais”⁵⁸ de que fala Touraine, um campo e objectivos mais restritos e um impacto na esfera pública e no bloco de poder político-militar menor do que, por exemplo, o movimento operário que se integra dentro dos “velhos movimentos sociais”. Assim, segundo este autor, a partir da década de 70, os movimentos sociais correspondentes à criação de um novo tipo de sociedade, deram lugar aos “novos movimentos sociais” que já não almejavam a um projecto político global ou de sociedade⁵⁹.

No decorrer do 25 de Abril, mesmo estes movimentos sociais, que à luz destas leituras teriam um carácter mais particular e motivações mais específicas, não deixam de conter um elemento mais universal, ou seja, um objectivo de mudança de sociedade, de paradigma económico ou de relações sociais. É o caso, como veremos, da luta pelos direitos da mulher ou dos homossexuais que, apontando para questões menos universais, não deixam de reflectir e integrar a dinâmica global encabeçada pelo movimento popular em que a mudança de sociedade, a luta e construção de uma “via portuguesa para o socialismo” e a revolução estão na ordem do dia.

Daí que os movimentos sociais na revolução portuguesa possam conter elementos dos “novos” e dos “velhos” movimentos sociais. Porém, no caso da revolução portuguesa, a taxionomia de Touraine acaba por não ser particularmente válida, apesar de nos parecer útil para surpreender alguns aspectos e suscitar outras reflexões,

⁵⁷ Maria Glória Gohn, *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo, Edições Loyola, 1991, p.40

⁵⁸ Alain Touraine, *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?* p.130

⁵⁹ Alain Touraine, *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?* pp.133-134

nomeadamente, acerca da associação dos “velhos movimentos sociais” à modernidade e às grandes narrativas ou teorias e filosofias da história, e os “novos movimentos sociais”, inscritos na pós-modernidade, onde estão ausentes as grandes narrativas. Na verdade, tratando-se de um processo revolucionário assente na mobilização popular, a dimensão revolucionária dos movimentos populares e a centralidade do movimento operário e de ideias marxistas, socialistas ou comunistas mostram-nos que os chamados “velhos movimentos sociais” se sobrepõem claramente aos “novos”, realidade mais tardia em Portugal.

4.1. Modernidade resgatada?

O processo revolucionário português, designadamente entre Abril e Setembro, enquanto raro momento de empenhamento e participação das massas na política parece-nos ser uma das dimensões a realçar na construção do sentido deste período, porque inédito, “irrepetido”, em muitos aspectos único, determinante no desenrolar dos acontecimentos, decisivo em algumas características do seu desfecho e estruturante para inúmeros portugueses. Mas, sobretudo, nas palavras de Luís Trindade, por que se tratou de “o único momento da contemporaneidade portuguesa em que a sociedade fez política”⁶⁰.

O Estado Novo procurara retirar do debate e do sistema político, mediante o corporativismo enquanto negação da luta de classes, e, em certa medida, daquilo que dizia ser a realidade, as dinâmicas, conflitos e mobilizações sociais, as grandes narrativas da história como o marxismo, a luta de classes ou classes em luta na acepção de uma população politizada, politicamente activa, reivindicativa e mobilizada, enquanto sujeito histórico activo e determinante, forjando uma visão de um povo despolitizado, desinteressado pela política. Mais do que retirado, tudo isto foi denegrido e perseguido, associado que era pela ditadura a desordem, caos, violência.

O processo aberto pelo golpe militar de 25 de Abril vem, então, recolocar “classes”, “luta de classes”, “marxismo”, “socialismo” ou “comunismo”, enfim, as grandes

⁶⁰ Luís Trindade, “Os Excessos de Abril”

filosofias da História da modernidade, no debate político, na discussão pública e nos discursos dominantes.

Luís Trindade em “Os Excessos de Abril”, citando José Rebelo, refere que o Estado Novo correspondeu a uma “sociedade pré-moderna” num país que ao longo do século XIX e XX “simulou a modernidade”. Neste sentido podemos falar num resgate da modernidade proporcionado pelo 25 de Abril, após a “economia da modernidade” feita pelo Estado Novo ou uma modernidade conservadora.

O processo aberto pelo golpe militar consubstancia então “esse fugaz momento em que a existência em Portugal foi vivida numa densidade moderna”⁶¹. Há uma politização geral da sociedade e uma intensificação do debate político, o espaço público desenvolve-se e é ocupado pelas grandes filosofias da história. É um tempo de acção política e debate ideológico que percorre os mais variados sectores da sociedade. A música, o desporto, a literatura, o cinema, o teatro, a televisão, a rádio ou a imprensa empenham-se neste generalizado debate e combate político, desenvolvem-se públicos consumidores, forja-se um eleitorado que nas eleições para a Assembleia Constituinte constituirá a mais alta taxa de participação eleitoral.

Enfim, uma explosão de modernidade num Mundo que se dizia caminhar para a pós-modernidade. Numa época em que Touraine dizia anunciar-se a morte do “esquerdismo revolucionário”, a “decomposição do esquerdismo, forma extrema de modernismo” que ditava o triunfo intelectual do pós-modernismo e do neo-liberalismo⁶², em Portugal assiste-se a uma explosão da força da esquerda revolucionária e não revolucionária, à disseminação de projectos de sociedade de esquerda e de movimentos sociais que os perspectivavam, a uma explosão das grandes narrativas da história como o socialismo e o marxismo.

Ao olharmos de um modo global para o período entre Abril e Setembro e para o quadro de enorme politização e participação popular na política, parece estar presente nas várias acções dos movimentos sociais a ilusão e o objectivo de mudança de sociedade e do modelo económico-social. Enfim, um processo revolucionário. Mesmo nos movimentos sociais de carácter mais específico fundamentados em questões iden-

⁶¹ Luís Trindade, “Os Excessos de Abril”

⁶² Alain Touraine, *Crítica da Modernidade*, p.221-223

titárias ou de género, na “dimensão de Sujeito” e na “afirmação e defesa dos direitos do Sujeito, da sua liberdade e da sua igualdade”⁶³. Os discursos ou documentos e tomadas de posição públicas destes movimentos apontam, precisamente, para essa intercessão do geral com o particular, da luta por direitos específicos com a vontade de mudar a sociedade.

O facto de muitas reivindicações operárias recaírem em questões políticas como os saneamentos revelam esta dimensão de mudança de sistema, de arrumar com o passado, construir uma nova ordem. Nos movimentos sociais é notória esta reacção ao passado, de destruir o legado ditatorial, de atacar os seus principais símbolos e resquícios e, conseqüentemente, de lutar por (quase) tudo o que se lhe opunha. No limite, quase tudo é político durante o processo revolucionário. Acções, reivindicações ou protestos que num diferente quadro político-militar não teriam uma dimensão política significativa, assumem uma carga fortemente política e ideológica. Exemplo disso é o facto de se associar um determinado tipo de reivindicação ou desejo com conceitos de “democracia” e “liberdade”, com a “nova ordem” instaurada pelo MFA. É neste sentido que se tomam as posições favoráveis a uma descolonização faseada como “neocolonialistas”, que se considera que as greves “servem o fascismo”, que as atitudes ou tomadas de posição contrárias ao Governo ou ao MFA sejam tidas como reaccionárias ou extremistas, consoante o contexto. A polarização é total. Não havia meio-termo, nem terceiras vias. Ou se estava com a revolução ou se estava com a reacção.

Nos exemplos que apresentaremos, a repressão da homossexualidade é associada ao fascismo; a homossexualidade, enquanto elemento desestabilizador da instituição família, ao marxismo, ao antagonismo à ordem estabelecida e à destruição da moral burguesa; a libertação sexual à revolução⁶⁴.

Concertando elementos particulares, conquistas e reivindicações restritas, sectoriais ou pontuais, com momentos e acções em que está mais ou menos inscrita a intenção ou a perspectiva de construção de uma nova sociedade ou uma nova ordem económica e social, os movimentos sociais no processo revolucionário português inundam o espaço público, alimentando e alimentando-se do clima político, cultural e men-

⁶³ Alain Touraine, *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?*, p.133

⁶⁴ *Diário de Lisboa*, 13 de Maio de 1974, p.28

tal gerado pelo golpe, e trazem para a ordem do dia o debate, a reflexão, a discussão pública, a acção política, as hipóteses de construção de novos ou diferentes tipos de sociedade, de modelo económico, de democracia. A questão do modelo de sociedade a construir teve um verdadeiro debate e reflexão pública. Por momentos, várias alternativas, antes impensadas e depois rejeitadas, pensaram-se possíveis para um número significativo de portugueses, algumas das grandes narrativas da História foram assim recuperadas.

Parece-nos central a ideia de que o período revolucionário distingue-se na história portuguesa por significar uma experiência de politização e participação política da sociedade única, porque, em muitos aspectos, inédita e irrepetida. A extensão desta participação e intervenção cívica e política não se mede apenas pelo movimento operário, pela reforma agrária ou pelo movimento estudantil ou de moradores. Em quase todas as dimensões da sociedade portuguesa houve uma mudança decorrente do golpe militar e do quadro revolucionário em abertura. Uma enorme miríade de grupos e associações cívicas, religiosas, profissionais ou apenas de cidadãos, tomam posição relativamente à situação política, manifestam o seu apoio ao MFA, aos novos órgãos de poder e, por norma, reivindicam algo para si ou sugerem ao novo poder um determinado comportamento e atenção às suas necessidades e desejos específicos.

A par de um movimento popular com uma componente mais visível, organizada, estruturada, por vezes partidarizada, correspondente a sectores profissionais e sociais específicos, com uma agenda minimamente definida ainda que, por vezes, difusa, existe um outro lado do movimento popular menos visível e inorgânico que remete para milhares de pessoas cuja maneira de viver, actuar, conceber a política e a sociedade foi profundamente abalada pelo processo revolucionário, traduzindo-se isto numa percepção de que era urgente actuar politicamente ou actuar na sociedade, de integrar a revolução que se entreabria, de aproveitar o momento que todos pressentiam único para conseguir melhorias de vida ou, pelo menos, para se manifestar, discutir, afirmar a sua opinião e posição política. Por trás dos sindicatos, do movimento operário ou de moradores, dos partidos, das associações políticas, dos movimentos sociais eventualmente mais tradicionais, havia então todo este sentir e pulsar. É, de facto,

neste novo quadro mental, cultural e comportamental que reside um dos aspectos fundamentais do processo revolucionário de transição para a democracia.

Procurando não ser fastidioso, veja-se alguns dos muitos casos que revelam um mosaico de organizações que se pretendem manifestar, organizar ou reivindicar, ilustrando o fervilhar político, cívico e participativo que percorria o país desde o mundo operário ou estudantil, à vasta parafernália de “pequenas coisas” e de pequenos grupos, que, tal como os demais, achavam o momento para existir politicamente, para se inscreverem no debate político e na sociedade.

Grupos “de tendências anárquicas radicais” do Porto enviaram para a imprensa um comunicado convocando um *meeting* e expondo a sua posição, dizendo-se “contra o Estado, contra a família tradicional, contra a religião alienante, contra a oligarquia dos partidos, contra a repressão sexual, contra a exploração capitalista, contra a guerra colonial, contra o imperialismo, etc.”⁶⁵. Num registo semelhante, colocando-se fora de qualquer ordem política, rejeitando qualquer tipo de actuação na sociedade, surge o comunicado do grupo de jovens anarquistas Brigada Negra⁶⁶ onde a única reivindicação consiste na liberdade de preconizarem as suas ideias.

O Movimento de Acção Homossexual Revolucionária, surgido pela primeira vez no quadro da manifestação do 1º de Maio, identifica claramente os “movimentos de libertação homossexual” com a “libertação sociopolítica do Movimento das Forças Armadas”, dissocia a homossexualidade do capitalismo e da sociedade burguesa e apresenta uma lista de reivindicações das quais se destaca: a abolição do art.º71, n.º4 do Código Penal que tornava passível de medidas de segurança as práticas homossexuais, protecção jurídica contra actos de perseguição de homossexuais, a livre prática da homossexualidade, etc.⁶⁷.

Numa reunião de esclarecimento do Movimento Democrático das Mulheres, integrado na CDE, destinada a debater a situação política, o fascismo e o capitalismo, e em que se contesta o recurso à greve, foi apresentado um documento assinado por

⁶⁵ “‘Estamos com as vítimas do racismo’ – Grito dos anarquistas radicais”, in *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1974, p.7

⁶⁶ “O Anarquismo é uma determinada espécie de sensibilidade”, in *Diário de Lisboa*, 13 de Maio de 1974, p.15

⁶⁷ “Liberdade para as minorias sexuais”, in *Diário de Lisboa*, 13 de Maio de 1974, p.28

469 prostitutas de Lisboa que dizia terem aprovado uma moção dirigida à JSN em que reivindicam a constituição de um sindicato, o combate à exploração de que são vítimas, integrar a sua actividade na oferta turística, ao mesmo tempo que manifestam a sua total solidariedade ao MFA, comprometendo-se a fazer descontos de 50% a todos os seus membros de patente abaixo de alferes. Não obstante o tom e o facto de ter sido mal recebido e alvo de várias críticas, o documento exemplifica o grau de vontade de participação política e de reivindicação a que se assistia. Em comum com muitas outras tomadas de posição, dos mais variados grupos, organizações ou associações surge a identificação e solidariedade com o MFA⁶⁸.

Também os presos nas chamadas cadeias comuns desencadearam a sua luta, reivindicando uma amnistia geral e completa, bem como alterações ao regime carcerário. Na Cadeia do Limoeiro diz-se que os reclusos, alguns deles em greve de fome, “querem tudo” desde a abolição da farda, à substituição dos “carcereiros fascistas, à melhoria do rancho e à abolição da censura às cartas⁶⁹.

De âmbito diferente, temos a tomada de posição da Associação Portuguesa de Escritores (APE) contra a guerra e qualquer tipo de dominação colonial ou neocolonial, reivindicando o reconhecimento pleno do direito à autodeterminação e independência. Noutro documento um grupo de escritores propõe à APE a criação de grupos de esclarecimento para actuarem em escolas, fábricas, oficinas, Casas do Povo e organizações congéneres, divulgando textos literários, informando sobre a acção dos escritores contra a ditadura. É ainda proposta a edição e venda a baixo preço de cadernos de divulgação cultural, o lançamento de um programa de alfabetização de jovens e adultos e o restabelecimento da Universidade Popular, encerrada pelo Estado Novo⁷⁰.

No âmbito religioso, enquanto mais um exemplo do despertar dos vários elementos constitutivos da sociedade portuguesa, temos, por exemplo, a posição da Comunidade Islâmica de Lisboa que chama a atenção para os problemas da população moçambicana que professa a religião Islâmica, nomeadamente a sua exclusão da participação política e administrativa em Moçambique.

⁶⁸ *Diário de Lisboa*, 18 de Maio de 1974, p.4

⁶⁹ *Diário de Lisboa*, 17 de Maio de 1974, pp.1 e 20

⁷⁰ *Diário de Lisboa*, 21 de Junho de 1974, p.7

Na Azambuja, perante a inacção do Ministério da Educação e Cultura, a população local organizou-se para construir uma escola primária num espaço cedido pelo proprietário, contando com o apoio da Câmara Municipal⁷¹.

Estes exemplos, escolhidos entre muitos outros por representarem movimentos com características e visibilidade diferentes e por serem, muitos deles, praticamente invisíveis ou pouco representativos, servem para ilustrar o movimento que atravessava a sociedade portuguesa nos primeiros meses do processo revolucionário em termos de mobilização popular.

Ainda que, por exemplo, as acções do movimento de trabalhadores tenham uma carga política mais vincada, uma importância maior e uma relação mais próxima e maior capacidade de pressão sobre o bloco de poder político-militar, os exemplos referidos, como tantos outros, ilustram a ideia que se pretende vincar: os primeiros cinco meses do processo revolucionário português têm como elemento fundamental, na nossa perspectiva, a erupção e desenvolvimento de um movimento social, de um despertar da sociedade, que se constitui como pano de fundo e elemento estruturante de todo o processo político-militar e de descolonização. Não pretendendo afirmar que é o elemento determinante em tudo o que acontece nas demais esferas, cria claramente um quadro próprio em que se torna impossível ler o comportamento do poder político-militar, dos partidos ou dos militares, sem contemplar aturadamente esse fenómeno com características, simultaneamente, inéditas e estruturantes que foi o movimento social, popular ou de massas.

5. PARTIDOS POLÍTICOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Antes de entrarmos nas relações entre os partidos políticos e o movimento social, justifica-se fazer algumas observações sobre a situação daqueles no quadro revolucionário aberto pelo golpe de 25 de Abril.

Em primeiro lugar, a compartimentação entre movimentos sociais e partidos públicos tem apenas como fim a agilização da análise. De facto, uns e outros são inseparáveis, integrando aquilo que era a grande linha de força entre Abril e Setembro:

⁷¹ *Diário de Lisboa*, 14 de Setembro de 1974, p.20

uma revolução social traduzida numa multiplicação de acções populares em todos os sectores da economia e da sociedade, onde os partidos eram uma das suas expressões e resultado.

Desde logo, não estamos perante partidos políticos legalmente constituídos. No Programa do MFA pode ler-se que o Governo Provisório está obrigado a promover, de imediato, a liberdade de associação e que em “aplicação deste princípio será permitida a formação de «associações políticas», possíveis embriões de futuros partidos políticos” e que o Governo Provisório integrará “personalidades representativas de grupos e correntes políticas”⁷². Esta formulação algo ambígua do programa ter-se-á ficado a dever à pressão de Spínola. Não obstante o plasmado no Programa do MFA os partidos políticos existem de facto, em larga medida em resultado da acção do movimento popular e da abertura de um processo revolucionário. Como em muitas outras situações, nomeadamente o fim da polícia política ou liberdades e direitos vários, a realidade, ou seja a acção popular e a dinâmica aberta pelo golpe, sobrepôs-se às deliberações e vontade dos órgãos de poder. A rápida adesão e participação popular nos partidos já existentes e nos que, entretanto, surgiram tornou a actividade partidária uma realidade de facto.

Em segundo lugar, ainda que fosse relativamente expectável um golpe militar e os partidos estivessem informados do golpe, são completamente surpreendidos pela explosão social. Segundo testemunhos de Rui Mateus, à chegada de Mário Soares e Álvaro Cunhal a Lisboa após o golpe militar, os seus partidos estariam preparados para uma democratização progressiva, à general De Gaulle, sob a orientação de Spínola. Mateus define ainda Spínola como um anticomunista convicto que assumia como missão restabelecer uma democracia mais ou menos liberal e manter a unidade possível do império em moldes aceitáveis pelos Movimentos de Libertação⁷³.

A maioria das forças políticas sabia que estava eminente um golpe contra o regime e tinha tido até conhecimento do Programa do MFA. Vítor Crespo diz que em inícios de Abril informou membros do Partido Comunista e do Partido Socialista de que estava a ser preparado um golpe de Estado e de qual o seu sentido político. Salienta,

⁷² “Programa do MFA”, in Orlando Neves (Org.), *Textos Históricos da Revolução*, p.44

⁷³ Rui Mateus, *Contos Proibidos*, p.50

porém, a surpreendente adesão e comportamento popular: “ (...) quando apareceram as manifestações, eu não penso que fossem organizadas pelos partidos. Penso que foram espontâneas, isto é, eu não sinto nada de partidos no Carmo ou no Terreiro do Paço.”⁷⁴. Paralelamente, tanto PS como PCP, tinham militantes seus que não só pertenciam ao MFA, como tinham participado em operações durante o golpe.

Em terceiro lugar, há uma verdadeira explosão de partidos. Marcelo Rebelo de Sousa diz terem surgido 88 partidos desde 25 de Abril, muitos deles à esquerda do Partido Comunista⁷⁵, sinal da esquerdização do momento e da enorme pluralidade de alternativas de esquerda, cristalizando o intenso debate que atravessa o universo das esquerdas internacionalmente. Serão ainda numerosos os partidos de centro e centro-esquerda e raros os, mais ou menos, assumidamente, de direita, oscilando estes entre um mitificado regresso ao passado e, maioritariamente, uma política africana que excluía qualquer tipo de descolonização rápida.

Na verdadeira constelação de partidos existentes após o golpe militar acabavam por ser poucos os partidos que efectivamente tinham alguma representatividade e capacidade de actuação, mobilização e de se fazerem ouvir. O PCP era, naturalmente, um partido altamente respeitado e mitificado pelo seu passado de resistência à ditadura, pela dureza das privações infligidas aos seus militantes, nomeadamente pelo Movimento das Forças Armadas⁷⁶, o que lhe permite construir uma posição forte junto do MFA, dos movimentos sociais, órgãos e instituições estatais e captar rapidamente novos militantes.

O PS tinha algum prestígio, inclusivamente a nível internacional, muito graças ao seu líder Mário Soares, e pretendia disputar a esquerda com o PCP sem alienar sectores moderados de centro-esquerda. À sua direita surgia o PPD que agrupava ainda elementos da antiga ala liberal, tecnocratas e algumas personalidades com passado político no marcelismo. Havia ainda o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) evolução da coligação eleitoral criada ainda no marcelismo. Ainda com alguma expressão, também por inerência ao prestígio do seu líder, Freitas do Amaral, surgia em Julho o CDS, partido democrata cristão que recuperava

⁷⁴ Boaventura Sousa Santos, *A Fita do Tempo da Revolução – A noite que mudou Portugal*, p.200

⁷⁵ *Povo Livre*, nº4 de 3 de Setembro de 1974, p.5

⁷⁶ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço, 17 de Julho de 2009

alguma da herança reformista do marcelismo, emprestando-lhe contornos mais democráticos e liberais.

À esquerda do PCP destacava-se uma extrema-esquerda altamente activa e mobilizadora que compensava a sua relativamente fraca representatividade e escasso número de militantes com uma intensa capacidade de agitação. Neste campo destacava-se, sobretudo, o MRPP, combativo e radicalizado movimento maoísta surgido durante o marcelismo, bem implantado nos meios estudantis, que assumirá um papel de grande destaque nas mobilizações populares, protagonizará um ataque cerrado ao PCP e que se coloca, desde início, fora da nova ordem.

Globalmente, os partidos são surpreendidos pela dimensão do movimento popular, revelando dificuldades em reagir a este novo fenómeno. Corroborando a espontaneidade da explosão social inicial e a sua independência relativamente aos partidos políticos, Amadeu Garcia dos Santos diz-nos que “não havendo na altura nenhuma organização político-partidária, tudo aquilo que aconteceu foi de geração quase espontânea, digamos assim. Podia ter havido aí alguma influência do Partido Comunista, mas a reacção da população de Lisboa foi muito rápida”, realçando uma generalizada “ansiedade muito grande por libertação. Não direi por revolução mas havia ansiedade por qualquer coisa que repusesse a liberdade (...)”⁷⁷.

As várias forças políticas rapidamente entram em acção na medida em que surgira a oportunidade de encetar ou continuar uma acção concertada e em condições favoráveis no sentido da prossecução dos seus objectivos políticos. Frequentemente, procurarão influenciar as massas populares, captar o seu apoio, capitalizar a sua força, usá-las como forma de pressão, como foco de legitimidade, não obstante a crítica e os apelos à contenção dos partidos da coligação governamental.

A característica primordial da relação dos partidos com o movimento social acaba por ser a surpresa perante a amplitude das suas acções. O facto de não disporem de quadros e de uma base popular de apoio clara e não podendo medir a sua força através de eleições, os partidos iniciam uma verdadeira luta pelo apoio popular, sobretudo se pensarmos nas disputas particulares entre PS e PCP, PCP ou partidos de ex-

⁷⁷ Boaventura Sousa Santos, *A Fita do Tempo da Revolução – A noite que mudou Portugal*, p.201

trema-esquerda ou, ainda, PPD e PS. Os partidos coagiam-se a condicionar a sua estratégia e discurso em função dos movimentos sociais, assistindo-se, consequentemente, a um fenómeno de radicalização e esquerdização de muitos deles.

É nos partidos que importantes franjas da população vão encontrar o espaço e os meios para desenvolver a sua acção política. A explosão dos movimentos sociais e a grande politização e radicalização permitem ainda a constituição de um espaço público e uma audiência legitimadora das suas posições e acções.

O apoio popular, traduzido em milhares de adesões aos partidos em emergência, vem mitigar a subalternidade destes relativamente ao bloco militar. A explosão social revela-se, ainda, benéfica para os partidos no quadro da definição do novo regime, nomeadamente na constituição do governo provisório. Diz-nos Luís Nuno Rodrigues, que foi num “contexto marcado pela dinâmica revolucionária e pela crescente agitação social, com manifestações de rua, reivindicações, greves, ocupações, que o general Spínola teve de lançar mãos numa tarefa fundamental para a definição do novo regime: a constituição do Governo Provisório”⁷⁸. Inicialmente inclinado para a nomeação de um governo militar, falhada esta hipótese, Spínola pensara num governo técnico e suprapartidário do qual estivessem ausentes representantes e líderes partidários. Todavia as apoteóticas recepções de Cunhal e Soares, a enorme popularidade destes, o 1º de Maio, a adesão aparente que se desenhava de largas camadas da população aos principais partidos e, finalmente, o quadro marcado pela fortíssima dinâmica dos movimentos populares, contribuem para que o general desista desta ideia e opte por incluir os partidos na coligação governamental, designadamente o PCP⁷⁹.

Desde cedo que o comportamento do movimento social não só condiciona aquilo que se pode denominar de agentes “político-militares”, como começa por condicionar a estratégia de Spínola que, recorde-se, conseguira impor ao MFA a eliminação da referência explícita no seu Programa à criação de partidos políticos. A adesão popular aos partidos, não sendo a razão única, mas contribuindo de forma importante para inclusão destes no primeiro governo e para a sua forma predominantemente civil, acaba por contribuir para o primeiro travão a um projecto spinolista de um poder mili-

⁷⁸ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.289

⁷⁹ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.290

tar a si submisso, de chamado “presidencialismo militar”, numa subalternização institucional da vertente civil relativamente à castrense, no âmbito do qual pudesse operar a sua política ultramarina e conter a dinâmica revolucionária que, entretanto, irrompera. A reacção popular nos últimos dias de Abril e no início de Maio, limita os objectivos iniciais de Spínola e contribui para uma maior presença, força e legitimidade civil no bloco de poder político-militar, na medida em que a população rapidamente aderiu e se aproximou das forças políticas já existentes ou recém-criadas.

As acções dos movimentos sociais, independentemente das posições ou apelos partidários, e a abertura de uma dinâmica revolucionária acabam por ser aquilo que mais determinante é na contenção do projecto spinolista de sinal conservador.

Passemos agora a uma análise mais detalhada da forma como os principais partidos políticos reagem e interagem com as mobilizações populares.

5.1. Partido Comunista Português

Entre os aspectos que se destacam no comportamento do PCP entre o 25 de Abril e o 28 de Setembro conta-se a sua posição de moderação e solidariedade com o Governo provisório e o MFA e de expectativa perante o novo poder, o seu desagrado face a um clima de excessiva agitação social que não controlava e a opção de não enveredar por uma via revolucionária de controlo do poder e de implantação de um regime socialista.

Não obstante ser o partido mais eficazmente organizado, toda a mitificação em torno do PCP, que se assumia como o legítimo herdeiro e representante da luta contra a ditadura, e toda a reverência e fascínio que despertava entre militares e parte importante da população, o PCP a 25 de Abril contaria, segundo Pacheco Pereira, apenas com cerca de 2 mil militantes e não com os 6 mil que afirmava ter⁸⁰.

Um dos elementos fundamentais nesta análise é o facto de não controlar a maioria dos movimentos sociais que eram fortemente espontâneos e, quando ligados a movimentos políticos, estavam-no, sobretudo, à extrema-esquerda. Procurando,

⁸⁰ José Pacheco Pereira, “O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária”, in *Portugal: O Sistema Político e Constitucional – 1974-1987*, coord. Mário Baptista, 1989, p.80

desde logo, integrar a nova ordem e o Governo, a posição do PCP relativamente, não só às greves, mas também a muitas outras acções do movimento popular será de apelo à ordem, ao refreamento e de crítica das acções mais avançadas. Muitos dos movimentos sociais pós 25 de Abril, nomeadamente as greves, escapavam ao controlo e à organização do PCP, não obstante o partido, através da Intersindical, ter estado presente e fomentado várias lutas operárias. Se anteriormente o PCP defendia o uso desta arma, tal não acontecerá no novo *status quo* revolucionário. A moderação do PCP na fase inicial do processo revolucionário estará relacionada, primeiro, com o facto de o partido vir da clandestinidade e pretender sair dela de modo a integrar a nova ordem em igualdade com as demais forças e, segundo, com a participação na coligação governamental.

No Programa do MFA nada se dizia a respeito da situação do PCP, admitindo-se apenas a formação de associações políticas, possíveis embriões de futuros partidos políticos, sinal da intenção de Spínola de “concretizar uma transição supercontrolada”⁸¹. Spínola era alguém pouco afecto a comunismos, tendo, até, segundo Álvaro Cunhal, insistido “em que o PCP não desenvolvesse a sua actividade abertamente, não publicasse o *Avante!* não apresentasse nenhum jornal como sendo seu órgão, não utilizasse a foice e o martelo”⁸². Spínola afirmou ainda a 27 de Abril, segundo Luís Nuno Rodrigues, que não seriam toleradas “organizações internacionais” na nova estrutura política, no que foi entendido como uma referência ao PCP.⁸³

À chegada de Cunhal a Lisboa, o PCP desconhecia de que forma ia integrar a nova ordem e quais as características do novo poder. Por tudo isto o regresso de Álvaro Cunhal foi preparado cuidadosamente numa reunião de uma delegação do PCP com a JSN. A delegação comunista terá solicitado à JSN garantias relativamente à legalização do partido, à publicação do *Avante!* e, sobretudo, ao próprio regresso do seu líder.

Numa fase inicial, que se pode situar entre o 25 de Abril e o 1º de Maio, o PCP vai apelar à organização das massas populares, à mobilização popular. Pouco depois, decorrente da dimensão da explosão social e da assunção por parte do PCP do papel

⁸¹ Maria João Avillez, Soares. *Ditadura e Revolução*, p.276

⁸² Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, Lisboa, Edições Avante, 1976, p.65

⁸³ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, pp.293 e 294

de partido de Governo, o tom passa pelo apelo à unidade democrática, pelo apelo à moderação e refreamento das lutas e acções reivindicativas, em especial, do recurso à greve. É nesta direcção que aponta a afirmação de Raquel Varela quando observa:

“ (...) a mudança qualitativa na política do PCP em relação ao movimento social depois de entrar no Governo Provisório. O partido passa a militar e a mobilizar contra as greves. Estas deixam de ser referidas, abstractamente, como manobras aventureiras e passam a ser denunciadas, cada uma delas em concreto, como manipulações dos patrões e da «reação» e «provocações» da extrema-esquerda”⁸⁴.

Tudo isto traduz uma estratégia e uma acção do PCP no terreno, de organização dos trabalhadores, de assegurar presença e controlo de posições chave do esquema político, militar, sindical e administrativo e de controlar os movimentos sociais. Acima de tudo, trata-se de alargar a sua base de militantes, reforçando a sua posição em autarquias, escolas e universidades, dirigir as lutas sociais e enquadrá-las nos sindicatos, Intersindical, mecanismos estatais, como o Ministério do Trabalho e respectivas instituições, e nas estruturas que o PCP procurava criar ou reforçar dentro das empresas, fábricas e locais de trabalho⁸⁵. Não obstante a existência de uma estratégia de poder e de um projecto de sociedade socialista, o PCP não tem uma estratégia revolucionária ou de assalto do poder, mas uma acção, seguida, em traços gerais, pelas demais forças políticas, com diversas cambiantes, de encontrar o seu espaço, desenvolver a sua estratégia e fortalecer a sua posição no quadro aberto pelo golpe.

Sinal da posição cautelosa do PCP é o facto de o primeiro *Avante!* legal ser publicado a 17 de Maio, um dia depois da tomada de posse do I Governo. Ao fazer parte do Governo provisório era-lhe impossível uma acção na rua, entre as massas populares, de agitação e instigação de acções que punham abertamente em causa a autoridade do Estado e do Governo, ou seja, de uma política de “duas caras” de que foi frequentemente acusado. Um clima de demasiada agitação revolucionária desagradava ao PCP, na medida em que poderia dar azo a situações mais extremadas das quais o partido seria de imediato acusado de fomentar, como também, poderiam criar pretexto para iniciativas contra-revolucionárias⁸⁶. De facto, a posição do PCP, empenhado em

⁸⁴ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.46; 59

⁸⁵ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.67

⁸⁶ *Diário de Lisboa*, 19 de Julho de 1974, p.11

evitar um retrocesso de sinal contra-revolucionário, vai na maioria das questões de encontro à do Governo Provisório.

No entanto, na primavera e verão de 1974, os órgãos de poder estavam longe de falar a uma só voz e o PCP não se coibirá de criticar várias decisões e medidas do Governo e da JSN, começando logo com a saída de Tomás e Caetano do país. Sintoma das inúmeras tensões entre os vários órgãos de poder e, nomeadamente, no seio do próprio governo provisório, o PCP critica, por exemplo, a legislação elaborada pelo ministro da Coordenação Económica, Vieira de Almeida, sobre os aumentos dos vencimentos no funcionalismo público, o aumento do preço do pão⁸⁷ e a demora em reconhecer o direito à independência das colónias, sendo que nesta frente o choque é, sobretudo, com a solução spinolista.

Na chegada a Portugal a 30 de Abril, Álvaro Cunhal diz que é essencial “consolidar e tornar irreversíveis os resultados alcançados pelo Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril”⁸⁸, o fim da guerra colonial, a realização de eleições para a Constituinte, a constituição de um governo provisório com a representação de todas as sensibilidades políticas democráticas, a instauração de um regime democrático e a unidade entre massas populares e militares. No comício do 1º de Maio a tónica é igualmente posta na defesa do já conseguido, no apelo à calma e no enunciar dos mesmos temas do discurso anterior. Marcelo Rebelo de Sousa considera que o PCP “era extremamente cuidadoso no discurso público – Cunhal não falara nem em socialismo nem na autodeterminação e independência, nem mesmo nas negociações, no 1º de Maio”⁸⁹.

Meses depois, por exemplo, a propósito da manifestação da Lisnave de 12 de Setembro, a célula do PCP no interior desta empresa, por indicação, aparentemente, da direcção do partido, coloca-se contra a manifestação e ao lado do MFA e COPCON considerando-a hostil ao Governo⁹⁰.

Os alertas contra o anticomunismo serão uma constante no discurso do PCP que não deixa de apelar à unidade, mobilização e vigilância popular, à colaboração en-

⁸⁷ *Diário de Lisboa*, 9 de Julho de 1974, p.2

⁸⁸ Álvaro Cunhal, “Discurso à chegada ao aeroporto de Lisboa”, 30 de Abril de 1974, in Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, p.185.

⁸⁹ Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, p. 36.

⁹⁰ Maria de Fátima Patriarca, “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”. In *Análise Social*. Lisboa, ICS, Vol. XIV (56), 1978-4 p.702

tre as massas populares e os militares, o Movimento das Forças Armadas⁹¹, e de defender a continuação dos saneamentos.

Cunhal observa não se estar perante um governo popular, operário ou camponês, o que inviabiliza reformas sociais de fundo, susceptíveis de pôr em causa a estrutura social e atingir os grupos monopolistas e os grandes latifundiários. A missão da coligação governamental cinge-se à democratização do país e é o próprio Programa do MFA a não permitir reformas de fundo tendentes à construção do socialismo em Portugal. O líder do partido deixa a porta aberta, após eleições a realizar, a reformas sociais mais profundas e à evolução para um quadro político e governamental onde as reivindicações mais avançadas possam ser satisfeitas⁹². Parece não querer “queimar etapas”, estando porventura na memória o sucedido no Chile com Allende, preferindo ao invés uma luta progressiva, antecedendo formas de luta mais radicais. Sobretudo o PCP, entre Abril e Setembro, não pretendia a superação rápida e imediata do capitalismo.

Mário Soares defende que o PCP não pretende tomar o poder de início, não tem capacidade para tal, aposta na legalização, na sua legitimação democrática, na integração no Governo, na equiparação com os demais partidos, mas começa a trabalhar discretamente, através do MDP nas Câmaras municipais, nos sindicatos com a Intersindical, nas Forças Armadas através de membros do MFA pró PCP. Soares acrescenta:

“ (...) o PCP entrou com pezinhos de lã, sem levantar ondas – a luta contra as greves insere-se nessa estratégia -, e, foi, depois, num crescendo, usando e abusando das manifestações e das greves. Nós quisemos que o Ministro do Trabalho fosse um comunista, justamente por pensarmos que os comunistas poderiam conter o radicalismo emergente na sociedade portuguesa.”⁹³.

A leitura de Freitas do Amaral vem na mesma linha:

“De Maio a Setembro, e apesar de muito activo nas grandes empresas industriais, na função pública, na comunicação social e nas comissões de moradores, o Partido Comunista ainda não tinha desencadeado a Revolução de modelo leninista em que meses depois se viria a empenhar fortemente, e comportava-se como se de facto fosse um partido genuinamente democrático”⁹⁴.

⁹¹ Resolução sobre a situação política, 4 de Maio de 1974, in *Documentos Políticos do Partido Comunista Português - Comunicado do Comité Central*, p.23 a 25

⁹² Álvaro Cunhal, “Discurso no Comício do PCP no Barreiro”, 8 de Junho de 1974, in Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, pp.202-203

⁹³ Maria João Avillez, Soares. *Ditadura e Revolução*, p.323

⁹⁴ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, pp.237 e 238

O líder do CDS diz terem sido cinco meses de uma actuação prudente e responsável, materializada em legislação moderada aprovada em Conselho de Ministros ou em comunicados que emitia condenando o uso imoderado da greve. Também Vasco Vieira de Almeida confirma que o PCP tinha posições de “grande cautela” no I Governo.⁹⁵ De facto, o líder comunista alerta para as consequências negativas na economia e no processo político de uma luta reivindicativa demasiado avançada e radicalizada, na medida em que uma crise económica não só agradaria, como era fomentada pela “contra-revolução”, o “patronato reaccionário” e os “fascistas”, e instigando o descontentamento popular relativamente a Governo Provisório, partidos da coligação e MFA.

O discurso do partido tem momentos de maior radicalização, nomeadamente em Julho e Agosto, coincidindo com ataques dos sectores de direita, nomeadamente de Spínola, e com episódios como a fuga dos agentes e funcionários da extinta polícia política. Este discurso de apelo do PCP à luta e vigilância das massas populares, juntamente com a acção popular inorgânica e a ligada aos partidos de extrema-esquerda, terá como ponto de chegada o 28 de Setembro onde desempenharão um papel decisivo no malogro da acção spinolista da “maioria silenciosa”.

Paralelamente, é interessante a definição da aliança do campo democrático contra a reacção que, segundo o PCP, é composto pelas Forças Armadas, o movimento popular de massas cujos principais elementos são o próprio PCP, o PS, o MDP, o movimento unitário e sindical e os movimentos democráticos de juventude e das mulheres⁹⁶. Diz, ainda, garantir um clima de proximidade e cooperação com os partidos da coligação governamental em especial, o que não se veio a verificar, e também com o Movimento de Esquerda Socialista ou com os católicos. A tónica, invariavelmente, é posta no “reforço da aliança do movimento popular com as Forças Armadas”, apoiando declaradamente a entrada do MFA para o II Governo⁹⁷.

Ainda que não se podendo falar em blocos rigidamente definidos e orgânicos, MFA, PS, PCP e em muito menor escala, mais tardiamente e de forma ambivalente, o

⁹⁵ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio, 2009

⁹⁶ “No Caminho da Democracia e da Paz”, 17 de Junho de 1974, in *Documentos Políticos do Partido Comunista Português. Comunicados do Comité Central*, p.57

⁹⁷ “No Caminho da Democracia e da Paz”, 17 de Junho de 1974, in *Documentos Políticos do Partido Comunista Português. Comunicados do Comité Central*, pp.47 a 59

PPD (que apenas abandona inequivocamente as fileiras spinolistas pouco tempo antes do 28 de Setembro), não obstante cada um deles representar vias diferentes, acabam por formar o bloco que, na Primavera e Verão de 1974, está globalmente em sintonia nas questões gerais e se opõe ao outro bloco em jogo, o spinolista. A sintonia entre PCP e MFA não significa, porém, a existência de uma aliança entre ambos, mas PCP e CC do MFA têm, por exemplo, como grandes preocupações uma mesma linha de descolonização e a contenção do spinolismo. Fundamentalmente, ambos se mostram próximos e sintonizados com movimento social no global e apostam nele como foco de legitimação e arma contra Spínola. Neste sentido apontam as manifestações conjuntas de 25 de Julho no Estádio 1º de Maio e a manifestação no Porto que têm em comum o apoio ao II Governo e ao MFA⁹⁸ ou a entrevista de Álvaro Cunhal ao *Avante!*, em que rejeita qualquer tipo de alianças fora do círculo que inclui os partidos da coligação, excluindo claramente as organizações de extrema-esquerda que alimentam a onda de greves⁹⁹.

5.2. “A onda de greves serve o fascismo ...”

Detecta-se nesta fase o empenho do PCP e demais membros da coligação governamental na contenção das muitas greves. Por exemplo, quando o ministro da Coordenação Económica do I Governo Provisório, Vieira de Almeida, perante a onda de greves, ameaça demitir-se em finais de Maio, o Primeiro-ministro Palma Carlos trava-o e os três partidos da coligação e o MDP comprometem-se a lutar contra as greves e a reforçar a posição do ministro¹⁰⁰.

Em comunicado de fins de Maio o Comité Central do partido alerta para o “conluio” de “elementos reaccionários” com “grupos aventureiros ditos de esquerda” que visa criar o “caos económico” e “abrir caminho à contra-revolução” mediante a reivindicação de salários tidos como inoportáveis e o fomento de greves em sectores-chave dos transportes e do abastecimento público. O ataque centra-se na extrema-esquerda, nomeadamente, no activo MRPP. Num fraseado recorrente nesta fase do ci-

⁹⁸ *Avante!*, Série VII, 26 de Julho de 1974, p.1

⁹⁹ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.95

¹⁰⁰ Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, p.84

clo revolucionário diz o comunicado: “Nas condições actuais, a arma da greve deve ser cuidadosamente usada e só depois de esgotadas outras formas de luta através da negociação com o patronato e quando a resistência dos patrões impeça a conquista de reivindicações realistas”¹⁰¹.

No caso da greve dos CTT, que será analisada mais à frente, o PCP critica-a sempre duramente, considerando-a como mais uma tentativa de “lançar os trabalhadores contra o Governo Provisório e fomentar um clima de descontentamento e de revolta que só a reacção e o fascismo aproveitam”, ao contrário de, por exemplo, LUAR, LCI, MES, MRPP e PS que a apoiam¹⁰².

Importa observar o que diz Álvaro Cunhal sobre a luta reivindicativa e a greve. Diz claramente ser “completamente justo, necessário, indispensável e urgente que os trabalhadores lutem pelo melhoramento das suas condições de vida”. Não obstante criticar a esmagadora maioria das acções grevistas, o PCP não deixa de apelar e apoiar a luta reivindicativa, e de considerar a greve enquanto arma de luta um “direito inalienável dos trabalhadores”. Salienta, no entanto, que esta luta deve ser enquadrada e orientada pelas estruturas sindicais¹⁰³ alertando para as “incidências económicas, sociais e políticas das greves na complexa situação política existente, sobretudo quando afectam sectores vitais para a economia nacional e para a vida das pessoas.” Mesmo que tal significasse recorrer a outras formas de luta em detrimento da greve e adiar certas reivindicações, Cunhal, ao apelar à continuação da organização e da luta dos trabalhadores, responsabiliza-os pela manutenção da estabilidade económica, sobretudo quando muitas reivindicações imediatas tinham sido já satisfeitas¹⁰⁴. O que o PCP está empenhadamente contra é o que chama de “greve pela greve”, “a greve como forma primeira e imediata de luta”, greves com agenda e motivações políticas que ataquem e ponham em causa o Governo Provisório e as Forças Armadas¹⁰⁵.

¹⁰¹ “Comunicado sobre as manobras da reacção”, 28 de Maio de 1974, in *Documentos Políticos do Partido Comunista Português. Comunicados do Comité Central*, pp.33 a 35

¹⁰² *Diário de Lisboa*, 19 de Junho de 1974, p.10

¹⁰³ “No Caminho da Democracia e da Paz”, 17 de Junho de 1974, in *Documentos Políticos do Partido Comunista Português. Comunicados do Comité Central*, p.56

¹⁰⁴ Álvaro Cunhal, “Discurso no Comício do PCP no Campo Pequeno”, 22 de Junho de 1974, in Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, pp.215-217.

¹⁰⁵ Álvaro Cunhal, “Discurso no Comício do PCP no Barreiro”, 8 de Junho de 1974, in Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, pp.202-203

Combatendo empenhadamente greves fundamentais como as verificadas nos CTT, Carris, panificação, TAP ou Lisnave, o PCP vai ainda apoiar a Lei da Greve de 27 de Agosto, que analisaremos posteriormente, que causa enorme descontentamento entre os trabalhadores que a combatem e desrespeitam em algumas das citadas lutas. A lei reflecte a falta de controlo do PCP sobre o movimento trabalhador e procura colmar esta lacuna plasmando, por exemplo, que devem ser as comissões sindicais a declarar a greve quando eram sobretudo as comissões de trabalhadores, controladas pela extrema-esquerda, a decidi-las e a liderar os processos de luta laborais.

A posição do PCP relativamente às greves pode, no entanto, ter diferentes leituras. Que o partido é contra as greves à margem da Intersindical, fomentadas pela extrema-esquerda ou por iniciativa de trabalhadores e de comissões de trabalhadores que não controla. É contra porque não controla muitas destas greves que contribuem para o desgaste do bloco governamental, a tensão social, o degradar da situação política, económica e social que serve de argumento e combustível à contra-revolução e a Spínola que vai responsabilizar sempre o PCP pela generalidade das mobilizações sociais, greves, ocupações ou manifestações, enfim, o que o Presidente da República definia como sendo um quadro de “caos económico” e “anarquia”.

A 8 de Junho no Barreiro, Cunhal diz:

“A reacção e o fascismo possuem ainda força apreciável. Procurarão dificultar o processo de democratização. Na crise de fins de Maio, fomentaram a desordem económica, sopraram conflitos sociais, conseguiram paralisar transportes, cortaram abastecimentos e procuraram opor os trabalhadores ao governo e às Forças Armadas e assim abrir caminho à contra-revolução.”¹⁰⁶

Cerca de um mês depois, em comício realizado em Almada, Cunhal alerta mais uma vez para as “manobras da reacção” onde inclui as greves generalizadas¹⁰⁷.

No entanto, a posição do partido terá *nuances* e não deixará de reflectir a situação política, social e económica. Nas reacções oficiais ao golpe militar, o PCP apela à mobilização popular e, especificamente, dos trabalhadores. Os meses de Maio e Junho, coincidindo com o I Governo, em que a pasta do Trabalho cabe a Avelino Gonçalves do PCP, são marcados por uma violenta vaga grevista que o partido denuncia e cri-

¹⁰⁶ Álvaro Cunhal, “Discurso no Comício do PCP no Barreiro”, 8 de Junho de 1974, in Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, pp.202-203

¹⁰⁷ *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1974, p.9

tica, pela multiplicação de comissões de trabalhadores ou comissões de empresa, pela sucessão de assembleias-gerais de trabalhadores, pró-comissões e apresentação de cadernos reivindicativos¹⁰⁸. No entanto, “o problema real do surto grevista de Maio e Junho para o PCP é que este escapava ao seu controle, punha em causa o Governo e engrossava as fileiras dos militantes da extrema-esquerda”¹⁰⁹. De facto, o PCP e a Intersindical não controlavam muitas destas comissões de trabalhadores que conduziam as lutas. Nos processos de negociação dos conflitos laborais “quem tinha influência era a comissão de trabalhadores e não as instâncias que o PCP influenciava (Ministério do Trabalho) e apoiava (JSN/MFA)”¹¹⁰.

Em Julho e Agosto, coincidindo com o II Governo, a vaga de despedimentos, encerramentos, paralisações e descapitalização de fábricas e alguma reacção dos sectores spinolistas e de direita, denota-se alguma mudança no discurso do PCP sobre as lutas sociais, apoiando os trabalhadores em algumas empresas (ITT, Cambournac, Toyota, CIM, Tecnividro, Gracinda Flores), em lutas contra os despedimentos, os encerramentos e paralisações das fábricas, ou seja, o que chamava de “sabotagem económica”, mas sempre através do sindicato e do Ministério do Trabalho¹¹¹. São, sobretudo, lutas defensivas que o PCP apoia, na medida em que se sempre procurara conter os movimentos e acções mais radicalizadas. A nomeação de Vasco Gonçalves, em quem o PCP deposita grande confiança e com quem enceta um processo de crescente aproximação, para a chefia do II Governo reforça a disposição do partido em se opor às mobilizações que punham em causa o Governo.

Em finais de Agosto, em Peniche, reflectindo o aumento da tensão política e a afirmação no horizonte da conspiração e reacção spinolista, o discurso do líder comunista endurece e reforça o apelo à mobilização. Álvaro Cunhal afirma:

“a classe operária, os camponeses, as classes médias, podem estar absolutamente certos que os comunistas em toda a parte onde se encontram – nas fábricas, nos campos, nos portos, em todos os locais de trabalho, da mesma forma que no Governo – defendem e defenderão firmemente os interesses vitais das massas laboriosas (...). (...) é necessário fazer também pagar

¹⁰⁸ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, pp.60-61

¹⁰⁹ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.67

¹¹⁰ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.62

¹¹¹ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, pp.91 e 92

uma boa parte do preço da liberdade àqueles poucos que têm infelizmente ainda nas suas mãos a maior parte das riquezas nacionais.”¹¹²

Embora o PCP critique acções específicas dos movimentos sociais, nomeadamente a vaga grevista de Maio e Junho de 1974, o clima de mobilização e politização geral acaba por se revelar benéfico não só para o partido, como também para o bloco que genericamente formava ao lado de MFA e PS. O movimento social não só partilha alguns objectivos imediatos com este bloco civil e militar colocando-se do seu lado, como contribui decisivamente para a derrota do projecto de Spínola.

O PCP via nas massas populares, por si dirigidas e enquadradas, o motor, em conjunto com o MFA, da revolução. Álvaro Cunhal, *a posteriori*, elogia a sua acção, fazendo um fiel retrato do que acontecera ao longo do processo revolucionário, mas, de alguma forma, contradizendo-se, na medida em que valoriza muito daquilo que entre Abril e Setembro de 1974 criticara e procurara conter. Diz que “O factor determinante das transformações democráticas e revolucionárias levadas a cabo e das decisões progressistas do poder político foi a luta das massas populares (...) a luta de massas antecedeu sempre as decisões do poder”, quando muitas vezes o PCP apelou ao respeito pelas decisões do Governo, à moderação das reivindicações e das formas de luta, à integração e articulação das lutas laborais com JSN, Ministério do Trabalho, Intersindical e sindicatos respectivos. Não obstante considerar que a “iniciativa partiu sempre de baixo”, muitas vezes o PCP procurara dirigir e enquadrar as lutas. Atendendo à importância da luta das massas na conquista de direitos, Cunhal observa ainda:

“A classe operária, as massas populares, os militares revolucionários, avançando à frente dos governos, transformaram a vida nacional e criaram novas realidades, muitas das quais o poder acabou por aceitar e consagrar legalmente, até que finalmente a própria Constituição as consagrou também como parte integrante do novo regime democrático instituído. As conquistas e transformações revolucionárias foram produto da combatividade, heroísmo, persistência, decisão e audácia dos trabalhadores e democratas em lutas grandiosas em que participaram milhões de portugueses. Sem a acção revolucionária das massas, não só não se teriam efectuado as transformações profundas da vida política e económica, como as próprias liberdades e a democracia teriam sido liquidadas num curto prazo.”¹¹³

¹¹² Álvaro Cunhal, “Discurso no Comício do PCP em Peniche”, 30 de Agosto de 1974, in Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, p.222

¹¹³ Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, pp.60 a 64

A questão fundamental da relação do PCP com o movimento popular reside muito no objectivo do partido em controlá-lo e dirigi-lo, de forma a usá-lo como arma para conseguir os objectivos que tinha nesta fase: isolar Spínola e o seu projecto político, garantir o avanço da descolonização e a irreversibilidade da revolução mas sem criar um quadro demasiado desestabilizador. De facto, para além da necessidade de não alienar parte importante da base e dos seus militantes motivados para a revolução, o PCP necessita da pressão popular, nomeadamente, a partir de Agosto, momento de intensificação da campanha anticomunista e o avanço da direita que precedem as acções de 28 de Setembro¹¹⁴.

Aquando da manifestação da “maioria silenciosa” o PCP apela à mobilização dos seus militantes na contenção da aventura spinolista que, juntamente com a acção da extrema-esquerda cujos militantes são quem maioritariamente sai à rua no dia 28 de Setembro, se revelou determinante no malogro da manifestação, nomeadamente através da constituição de barricadas nos acessos a Lisboa. Estes acontecimentos terão amplo destaque no Capítulo III.

5.3. Extrema-esquerda ou Esquerda Radical

À esquerda do PCP surge uma complexa constelação de partidos de extrema-esquerda ou esquerda radical¹¹⁵, muitos deles de pequeníssima dimensão. Não será possível enveredar pela análise particular de cada um destes movimentos, nem entrar em análises teóricas profundas sobre as principais tendências, optando-se por relatar genericamente os traços fundamentais do que se designa habitualmente como extrema-esquerda ou esquerda radical. Tal não significa qualquer desvalorização deste campo político, apenas uma necessidade de síntese, consciente das possíveis falhas que acarreta uma superficial generalização, ainda que, involuntariamente, isso permita

¹¹⁴ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.93

¹¹⁵ Sem desvalorizar os debates teóricos acerca da designação dos partidos à esquerda dos partidos comunistas tradicionais, optar-se-á por designar este campo político por extrema-esquerda ou esquerda radical. Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal 1964-1974*, Tinta-da-China, Lisboa, 2011; Luke Marche e André Freire, *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa – Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?* Aveleda, Quidnovi, 2012

reforçar a ideia de uma explosão de movimentos sociais perspectivada mais globalmente, com uma forte dimensão comportamental, vivencial, psicológica e cívica, do processo revolucionário enquanto momento de modernidade e descoberta em que a sociedade se politiza e faz política. É enquanto parte ou expressão deste movimento de massas que se entendem os partidos políticos, sendo que no caso da extrema-esquerda há que realçar a sua proximidade e o seu contributo central no desenvolvimento deste processo.

É um mundo complexo, heterogéneo e por vezes microcósmico, tal a pluralidade de partidos e correntes existentes. Abarca, entre outros, maoistas, marxistas-leninistas, trotskistas, partidários da luta armada, anarquistas e um mar de várias tradições teóricas¹¹⁶.

Reflectindo a cisão em curso no movimento comunista internacional determinada pelo conflito sino-soviético, Francisco Martins Rodrigues destacou-se pelas críticas que foi dirigindo ao PCP, nomeadamente no que dizia respeito ao revisionismo soviético ou à linha que defendia a tese da revolução democrática nacional, postulando a importância da luta armada e um regresso à pureza dos princípios marxistas-leninistas¹¹⁷. Após ser expulso do PCP, cria em 1963 a Frente de Acção Popular e em 1964 o Comité Marxista-Leninista Português, cisão pró-chinesa do Partido Comunista Português¹¹⁸ que terá como órgão o *Revolução Popular*. Arrancava o processo de multiplicação de grupos m-l e maoistas. A partir do CMLP surge o Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) (PCP (m-l)). O Partido Comunista Português (Reconstruído) (PCP (R)) e UDP serão algumas das expressões partidárias desta herança m-l no PREC. No campo maoista, ainda que as linhas divisórias sejam ténues no universo maoista e marxista-leninista, destaca-se o MRPP com origens na Esquerda Democrática Estudantil (EDE) que opera uma ruptura no universo marxista-leninista ao defender nunca ter existido, verdadeiramente, um partido comunista¹¹⁹, propondo-se, portanto, a assumir a sua fundação. Outra linha que se forja na extrema-esquerda ao longo da

¹¹⁶ Jorge Fontes, “A Extrema-esquerda na Revolução”, in *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. de Raquel Varela, p.162

¹¹⁷ Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira. O maoismo em Portugal 1964-1974*, Tinta-da-China, Lisboa, 2011, pp.37-40

¹¹⁸ Fernando Rosas, “A lenta agonia do salazarismo”, p.542

¹¹⁹ Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira. O maoismo em Portugal 1964-1974*, p.81

década de 60 e início da de 70 é a da luta armada ou populista radical cujas expressões em 1974 e 1975 são a Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR) fundada em 1967 e as Brigadas Revolucionárias (BR) nascidas em 1970 cujos quadros estarão na génese do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP). Finalmente, temos uma linha trotskista minoritária de implantação sobretudo estudantil.

Muitos destes movimentos de extrema-esquerda estabelecem uma relação de grande proximidade com os movimentos sociais, recrutando sobretudo entre a juventude estudantil, mas também operária, asseguram um peso na rua significativo, capaz de radicalizar o processo político¹²⁰. Os movimentos de esquerda radical são a principal instância a dinamizar, apoiar e mobilizar as acções populares, sobretudo nas lutas operárias e nos movimentos de moradores e são quem mais activa e eficazmente reclama na rua o fim imediato da guerra, a descolonização e o direito à independência. Muita da radicalização do processo político entre Abril e Setembro deve-se, então, à acção destes partidos que, apesar do forte grau de espontaneidade que evidenciam os movimentos sociais, são elemento determinante na explosão das suas acções. Mais do que haver uma relação entre movimentos sociais e partidos de extrema-esquerda, entendem-se ambos como parte fundamental do processo revolucionário em curso.

No universo complexo da extrema-esquerda, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado assume-se como a força mais organizada e implantada, apoiando e dirigindo muitas das acções do movimento popular. O MRPP tem grande influência em empresas como os “TLP, a TAP, Cambournac, Timex (em cuja comissão de trabalhadores o MRPP vai ter uma influência grande) (...)”¹²¹. Tem ainda presença, mas já pouco significativa, na Lisnave, Siderurgia Nacional ou Metropolitano de Lisboa. O MRPP, com o grito de ordem “Nem mais um soldado para as colónias”, será particularmente eficaz e mobilizador na reclamação do fim imediato da guerra, impede o embarque de soldados e apela à deserção. É este apelo que levará à prisão de Saldanha Sanches¹²², director do *Luta Popular* cuja publicação é suspensa, que motivará grande indignação, atenção mediática e várias acções exigindo a sua libertação como o comi-

¹²⁰ José Pacheco Pereira, “O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária”, p.104

¹²¹ Miguel Perez, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Agosto de 2008, p.56

¹²² *Diário de Lisboa*, 7 de Junho de 1974, p.24

cio organizado pela Plataforma de Esquerda Revolucionária que contará com representantes do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR), Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), LCI (Liga Comunista Internacionalista), Comissões de Base Socialistas ou do GAPS.

O MRPP desde o início do processo revolucionário que se demarca e critica o novo poder e a nova ordem político-militar, concentrando muitas das suas energias em acções que põem abertamente em causa os governos provisórios. Põe em causa própria ordem política, constitucional e económica, rejeitando liminarmente qualquer tipo de regime liberal, democrático, mais ou menos enquadrado na ordem capitalista mas aberto a teses socialistas que nesta fase está no horizonte de muitos.

A questão fundamental parece ser esta. Nos primeiros cinco meses após o golpe militar, a extrema-esquerda, desvaloriza o alcance do golpe militar e desdenha da nova ordem, muito aquém dos vários socialismos perfilhados pela constelação de movimentos que a compunham. O Movimento de Esquerda Socialista (MES), por exemplo, proíbe os seus militantes de desempenhar cargos governativos¹²³, ainda que fosse um dos menos radicais. Muitos destes partidos mantêm-se numa situação de maior ou menor clandestinidade, recusam o reformismo e desprezam a acção política através do sistema político e encontrarão na rua e nos movimentos sociais o seu espaço de intervenção, estimulando a criação de organizações de base, de comissões de trabalhadores, de moradores e soldados, a prática de greves, ocupações, sequestros de administrações, manifestações ou até, como sucedeu, deserções. Empolam significativamente a explosão social que se forjara mais ou menos espontaneamente às primeiras horas do golpe, contribuem, de braço dado com massas activas, para a radicalização, aceleração e esquerdização do processo revolucionário, criando um quadro onde a acção popular, não raras vezes, se traduz em conquistas e cedências do poder. Através da sua acção empurram os demais partidos, MFA, JSN e Governo para a esquerda. Aproveitando a posição do PCP, não apenas relativamente às greves, mas também a moderação que demonstra enquanto partido de Governo, a esquerda radical ganha vários sectores do movimento operário e popular, onde recruta muitos militantes e apoiantes. De facto, uma nebulosa de partidos que tinham em comum a crítica aos partidos

¹²³ *Diário de Lisboa*, 12 de Julho de 1974, p.5

comunistas tradicionais¹²⁴, encontrava correspondência numa população activa que não apenas respirava uma mesma atmosfera política e ideológica forjada em finais da década de sessenta e inícios da de setenta, como parecia encontrar no comportamento ordeiro do PCP algumas das justificações das críticas da esquerda radical.

Enquanto os partidos governamentais se aproximavam genericamente de um modelo parlamentarista, democrático e liberal, um pouco à imagem dos sistemas de Europa ocidental, residindo a questão no equilíbrio entre capitalismo e socialismo a nível económico, a extrema-esquerda recusava e desvalorizava a conquista de posições no Estado, apostando na via e na agitação revolucionária, batia-se claramente por um sistema de democracia directa, de poder popular, por uma ordem que superava as teses mais socialistas e socializantes dos referidos partidos, pela superação revolucionária do capitalismo. Enfim, perspectivavam e faziam uma revolução. “A revolução está na ordem do dia!”, era a palavra de ordem de muitos destes movimentos.

Apesar de não terem conseguido a instauração de um regime político com as características referidas, é inegável que contribuíram decisivamente, com um peso *quijá* maior do que a sua real representatividade e estruturação, para a radicalização do processo revolucionário, para o avanço do movimento social, para a constituição de órgãos de poder popular e de base. Concorre, assim, para a afirmação de uma alternativa radical, revolucionária e de esquerda à via perfilhada, nestes primeiros meses, pelo arco partidário da coligação governamental e para várias conquistas sociais que governos, primeiro, e Constituição, depois, vieram confirmar.

Ao contrário da extrema-esquerda, PCP e PS tendem a apelar a alguma moderação dos movimentos sociais, enquanto partidos de Governo, assumindo uma postura que se pode considerar de Estado. A concepção destes dois partidos de Governo, ressaltando todas as diferenças, parece assentar numa forma mais ou menos gradual de construção do socialismo, de um socialismo construído a partir do Governo ou do Estado. A contenção de algumas expressões dos movimentos sociais procurava evitar radicalizações que fragilizassem em demasia o novo poder e que pudessem consubstanciar um avanço revolucionário do processo de democratização num sentido de extrema-esquerda, democracia directa ou popular. Temiam e procuravam conter uma radi-

¹²⁴ Miguel Cardina, *O Essencial sobre a Esquerda Radical*, p.7

calização susceptível de alimentar movimentos contra-revolucionários. Já a esquerda radical, auto-excluindo-se e excluía do bloco de poder ou da coligação governamental, pretende esse tal avanço revolucionário muito além do capitalismo liberal e em democracia que PS ou PPD postulavam e que o PCP afirmava respeitar. É, no âmbito desta concepção revolucionária, que a extrema-esquerda olha para as massas, para a acção dos movimentos sociais. É na rua e através da agitação, mobilização e lutas sociais que a extrema-esquerda trilha o seu projecto político e tenta concretizar os seus objectivos como fossem uma descolonização imediata, eliminar os freios que JSN, Governo e MFA impunham à dinâmica social e política, ao combate ao poder patronal e ao próprio sistema capitalista. Num período de definições como o que decorre entre Abril e Setembro, o ataque ao recente *status quo* era inevitavelmente um ataque ao que o programa spinolista plasmava no tocante à descolonização e ao processo político e de democratização. Em muitos aspectos, como a descolonização e a rejeição do spinolismo, a sintonia era quase total com os movimentos sociais.

A conflitualidade entre o PCP e a extrema-esquerda marca fortemente o quadro político-partidário. A hostilidade é mútua e os ataques ferozes. Este antagonismo plasma-se nas posições relativamente às lutas sociais, nomeadamente, na disputa de ambos pelo controlo sobre o movimento operário e popular. A maioria das lutas operárias é conduzida e negociada pelas comissões de trabalhadores ou de empresa, frequentemente controladas pela extrema-esquerda. Paralelamente, a oposição dura do PCP contra greves como as dos CTT, faz com que sectores importantes do movimento operário se aproximem da extrema-esquerda. Como diz Durán Muñoz, a intervenção de organizações políticas e sindicais à esquerda dos comunistas e dos socialistas traduziu-se numa presença forte e activa ao longo da transição portuguesa e foram intensivos os seus esforços de fazer evoluir as lutas operárias para uma substituição revolucionária do sistema de produção capitalista¹²⁵.

Na fase inicial do processo revolucionário, a extrema-esquerda, em processo de crescimento, maturação e estruturação desde o marcelismo, alimenta um clima geral de contestação, reivindicação, mobilização e politização. Os próprios movimentos e

¹²⁵ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.137

organizações de extrema-esquerda desenvolvem inúmeras acções como manifestações e comícios de apoio ou em repúdio às mais variadas situações, envolvem-se em lutas não apenas laborais, nomeadamente, estudantis. Finalmente, impulsionam os cidadãos a desenvolver as suas lutas ou a empreender acções de contestação, como acontecia nas lutas urbanas de moradores, onde vemos militantes da esquerda radical a participar em comissões de moradores ou de bairro ou a apoiar as lutas em curso.

Muita da tensão entre PCP e extrema-esquerda pode ler-se na obra do líder comunista Álvaro Cunhal com o elucidativo título de *O Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, pela primeira vez editada em Novembro de 1970. Entre muitas outras críticas, aponta a apetência desta esquerda para “queimar etapas, a ilusão de atingir no imediato os fins últimos” ou o “culto da espontaneidade” nas acções de massas em detrimento da organização e da direcção. Outra das críticas reside no facto da extrema-esquerda desvalorizar as reivindicações económicas em favor das reivindicações políticas que, em última análise, remetem sempre para a destruição do poder burguês. Cunhal escrevia então: “aí temos qualquer dia, algum drogado pela fúria verbal do radicalismo pequeno-burguês a propor que, nos cadernos reivindicativos apresentados pelos operários aos patrões, se exija por exemplo: o aumento de 10 escudos e... a destruição do poder burguês.”¹²⁶. As críticas feitas em 1970 mantêm-se em 1974, num quadro em que a preocupação do PCP controlar e dirigir o movimento operário e sindical e a sua posição moderada perante várias acções do movimento popular, contrasta em absoluto com a febril actividade e agitação da extrema-esquerda que inflama o movimento operário, à margem dos sindicatos e da Intersindical, as greves, o movimento de moradores ou o movimento estudantil. Em resposta o PCP era apelidado de “revisionista”, “traidor” ou “provocador”¹²⁷.

Era precisamente a subversão que muitas acções do movimento social acarretavam que permitiam à direita e a Spínola falar em caos, em destruição do tecido económico e apelar à ordem e ao músculo. Lembremo-nos da verdadeira obsessão de Spínola em reforçar os poderes presidenciais, normalmente através da declaração de es-

¹²⁶ Álvaro Cunhal, *O Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, Edições Avante, Documentos Políticos do partido Comunista Português, 1974, p.135

¹²⁷ *Diário de Lisboa*, 21 de Setembro de 1974, p.12

tado de sítio, justificando-o com aquilo que considerava ser a subversão das estruturas, a anarquia e o caos económico.

Apesar da dispersão, há esforços unitários no sentido da superação da ordem capitalista, que incluirão o PRP/BR, a LCI e URML. Estas organizações, juntamente com o MRPP (que se desmultiplica em várias organizações e órgãos), o maoísta PCP (m-l), OCMLP (“Grito do Povo”), CARP (m-l), MES, surgido no 1º de Maio, ou LUAR, organização de luta armada que após o 25 de Abril mitiga a sua dimensão prática e começa a elaborar propostas teóricas sobre a construção do socialismo¹²⁸, entre muitas outras organizações já existentes ou criadas depois do 25 de Abril, alimentarão a intensa actividade da esquerda radical neste período. É esta enérgica acção que alimentará inúmeras publicações e acções e empreendimentos culturais e educativos em escolas e universidades, mas também em bairros ou estruturas ocupadas pelos movimentos de moradores, onde não raras vezes criam escolas, creches, centros culturais, grupos teatrais, bibliotecas, farmácias ou postos médicos. Será também próxima a relação com a música popular, organizando regularmente concertos e sessões, muitas vezes por ocasião de lutas operárias ou populares, que contavam com os chamados cantores de intervenção, alguns deles militantes de movimentos esquerda radical. Alguns destes partidos incorporam contributos teóricos que realçavam a importância da esfera cultural e da ideologia e a sua relativa autonomia¹²⁹ e têm nelas expressões da sua acção, num alargamento das frentes de luta. Assim, para além da tomada de poder, há uma actuação que aponta para mudanças comportamentais, de sociabilização, de produção e circulação artística, na sexualidade ou na relação conjugal. O mais curioso será pensar, tendo em conta esta característica, como o início do processo revolucionário se traduziu de imediato numa real e radical mudança na vida de muitos, na sociabilidade, nos hábitos quotidianos e, até, na vida pessoal. O empenhamento e a luta política conduziram por vezes a tomadas de decisão que alteravam a própria vida privada.

Apoiam greves, ocupações e saneamentos, criticam o novo poder e os governos provisórios, manifestam-se contra o colonialismo, reclamam o fim da guerra colonial e constituem-se como um bloco que rejeita com todas as suas forças o projecto spinolis-

¹²⁸ João Paulo Martins e Rui Loureiro, “A extrema-esquerda em Portugal (1960-74) – As organizações armadas em Portugal de 1967 a 1974”, in *Revista História*, nº18, Abril, 1980, p.19

¹²⁹ Miguel Cardina, *O Essencial sobre a Esquerda Radical*, pp.24-27

ta, não se cansando de alertar para o “avanço da reacção”, sobretudo ao longo de Agosto e Setembro, como acontecerá na manifestação em frente da Penitenciária em protesto contra a fuga de agentes da polícia política¹³⁰ ou em posições públicas, como a do MES em que critica a libertação de pessoas ligadas ao regime, a Lei da Greve, a intervenção militar na TAP e afirma que “a mobilização das massas populares pode ser decisiva para combater a ofensiva reaccionária”¹³¹, acontecimentos analisados mais à frente.

Serão, sobretudo, os militantes da extrema-esquerda que no dia marcado para a manifestação da “maioria silenciosa”, 28 de Setembro, saem à rua desrespeitando a proibição de qualquer manifestação para esse dia, desempenhando um importante papel na rua ao cortar o passo à manobra spinolista.

Mais do que identificar que partido ou movimento estimula ou está por trás de determinada acção do movimento social, parece-nos, sobretudo, importante realçar a ideia de que a acção popular, mais ou menos espontânea, e os partidos, nomeadamente os de esquerda radical, fazem parte do mesmo processo de politização da sociedade, de entrada abrupta e ruidosa das massas na política, integrando, então, esse fenómeno em explosão que era o processo revolucionário.

5.4. Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

O MDP/CDE, movimento unitário que concorrera às eleições de 1969 e 1973, era, a par de PS e PCP, um dos partidos e organizações políticas já existentes a 25 de Abril de 1974. Através de Francisco Pereira de Moura, Ministro sem pasta, marcará presença no I Governo Provisório mas estará ausente do executivo seguinte.

Terá uma relação próxima com os movimentos sociais e influência importante no clima de politização geral e no avanço do processo revolucionário, nomeadamente no processo de saneamento, substituição e ocupação das autarquias locais, juntas de freguesia, casas do povo, grémios da Lavoura, dos serviços superiores dos ministérios e dos governos civis. Será ainda uma força muito activa na organização e dinamização de

¹³⁰ *Diário de Lisboa*, 20 de Agosto de 1974, pp. 1 e 20

¹³¹ *Diário de Lisboa*, 5 de Setembro de 1974, p. 10

várias reuniões ou manifestações, constituindo-se como um importante dinamizador na mobilização de vários sectores da sociedade portuguesa, nomeadamente os movimentos femininos ou de juventude. Não surpreenderá que Spínola aponte frequentemente o movimento como um dos principais responsáveis pelo clima de agitação e do que chamava de “sovietização do país”, através da sua actuação nos saneamentos e substituição das autoridades locais e na dinamização de manifestações, da sua influência sobre a Comissão Coordenadora e da sua acção no primeiro executivo, chamando ao MDP/CDE a “ponta de lança do Partido Comunista”¹³².

Ainda que se apresentasse como uma frente unitária, de forma quase unânime vários autores apontam a sua proximidade e alinhamento com as posições e estratégia do PCP, salientando que, não obstante a existência de militantes do PS ou do PPD, eram os quadros ou simpatizantes do PCP quem determinavam a agenda do MDP/CDE. De facto, o MDP/CDE será um foco de tensão entre PCP, por um lado, e PS e PPD, por outro, nomeadamente no que dizia respeito ao processo da substituição das autarquias locais, sendo o movimento acusado de ter substituído os dirigentes do regime deposto por elementos ligados ao PCP, designadamente nos governos civis e câmaras municipais¹³³. A tensão residia ainda na constituição do movimento em partido e na possibilidade de concorrer às eleições para a Constituinte. PS e PPD, ao contrário de PCP, consideram não haver mais razões, após o 25 de Abril, para a manutenção de uma frente unitária. O PS abandonará o MDP/CDE em finais Agosto, seguindo-se o PPD.

Colocando-se do lado da revolução e do MFA, o MDP/CDE contar-se-á entre aqueles que mais veementemente estarão contra a manifestação da “maioria silenciosa”. São muitos os seus militantes empenhados na contenção da referida manifestação, nomeadamente, nos dias que lhe antecedem, quando ao lado de militantes do PCP, rasgam inúmeros cartazes da manifestação de apoio Spínola. No próprio dia 28 de Setembro militantes do MDP/CDE estão presentes nas barricadas destinadas a impedir a chegada a Lisboa de eventuais apoiantes da “maioria silenciosa”, factos a que adiante se fará referência.

¹³² António de Spínola, *País sem Rumo*, p.146

¹³³ Avelino Rodrigues *et alia*, *Portugal depois de Abril*, Interior, Lisboa, 1976, p.53

5.5. Partido Socialista

Fundado na Alemanha a 19 de Abril de 1973, a partir da ASP, com um programa bastante radical e em muitos aspectos próximo do PCP, o PS estabeleceu com este último partido um acordo de acção comum em vésperas do 25 de Abril.

O líder do Partido Socialista, Mário Soares perfilhava para o seu partido um modelo original de via para o socialismo, um “socialismo em democracia” e em liberdade, rejeitando o “radicalismo revolucionário” e o “socialismo autoritário”¹³⁴.

O PS surge, desde logo, como um partido com frágil aparelho organizativo e débil implantação social, sem uma estrutura significativa, disputando o espaço político com o PCP e a extrema-esquerda no campo do socialismo e, depois, após o seu surgimento, com o PPD, num campo mais moderado. Atendendo à sua fraca implantação, ineficiente organização e suas contradições internas (socialismo humanista; socialismo de inspiração marxista; socialismo cristão)¹³⁵, contrasta com um PCP que mobilizava milhares de pessoas e que solidificava posições em sindicatos, autarquias, ministérios, secretarias de Estado, Forças Armadas, etc. Era para o PS fundamental integrar o Governo Provisório de modo a assegurar uma implantação nacional e assim superar a fraca base de militantes.

António Reis, chama-lhe uma espécie de “partido-cadinho”¹³⁶, dada a heterogeneidade social e ideológica existente no partido, situação que se traduz num peso de várias correntes e tendências de esquerda, posteriormente mitigadas e secundarizadas, que contribuem para alguma radicalização das posições do partido e, consequentemente, para a radicalização do próprio processo político e a aproximação e apoio a muitas expressões das mobilizações populares.

Não obstante as referidas debilidades organizativas, o PS, com a agudização do processo revolucionário, constitui-se no grande partido das classes intermédias com fortes apoios nos sectores operários menos radicalizados. A insipiência organizativa

¹³⁴ Entrevista de Mário Soares a *O Século*, 29 de Abril de 1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização*, pp.231-234

¹³⁵ Maria João Avelaz, *Soares. Ditadura e Revolução*, p.321

¹³⁶ António Reis, “O Partido Socialista na Revolução, no Poder e na Oposição”, p.112

inicial e o seu ecletismo ideológico contrastavam com a forte capacidade mobilizadora que cedo revela, realidades por vezes confundidas, nomeadamente pelo PCP. O PS necessitava de ganhar terreno ao PCP, captar franjas da população, sobretudo no mundo operário, nem que para isso fosse necessário recorrer a frases radicais que não estavam em consonância com a sua posição no Governo, nomeadamente o apoio a algumas greves proibidas e punidas pelo Governo Provisório. Soares dizia que o PS não era um partido burguês, mas um partido que pretendia organizar-se na base da classe operária e que ninguém se poderia considerar mais à esquerda do que o Partido Socialista, pelo que, remata Soares, a chamada “esquerda socialista” pode encontrar no partido o seu lugar¹³⁷. A tomada de posições mais avançadas correspondia à existência no seio do partido de sectores mais radicalizados, nomeadamente o de Manuel Serra, como se provará em Dezembro de 1974 por ocasião do I Congresso do PS. Existe ainda uma linha próxima do trotskismo que, mais tarde abandonará o partido, que se destaca na estruturação sindical do PS.

O PS “tinha de recrutar, com rapidez, uma base operária sólida, necessitava de gente à esquerda para não se deixar empurrar – conforme a pressão e a vontade política do PCP – para a área do centro-direita”¹³⁸. Como Álvaro Cunhal o define depois, o PS estaria associado à defesa dos interesses do capital e dos agrários, por oposição a um PCP que na sua óptica era o partido revolucionário da classe operária e do povo trabalhador¹³⁹. O PS vai assim disputar a esquerda, os movimentos sociais e o operariado com o PCP, o que associado às referidas contradições internas, nomeadamente, o radicalismo mais à esquerda dentro do partido, levará a que o PS e muitos militantes seus surgissem publicamente com posições bastante revolucionárias.

Sinal da importância estratégica que o PS dava à aproximação ao movimento social e ao recrutamento nesse campo é o facto de dentro do partido existir o Grupo Autónomo do Partido Socialista que, como é referido por Mário Soares, estava “sintonizado com a Direcção do Partido, no essencial, mas procurava, de uma forma mais enérgica, autónoma e mais directa e com uma certa implementação na juventude e na

¹³⁷ Mário Soares, *Democratização e Descolonização*, pp.27-28

¹³⁸ Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, pp.322, 323.

¹³⁹ Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, p.60.

classe operária, fazer avançar as nossas posições”¹⁴⁰, o que levava frequentemente a que tomasse posições mais radicais e avançadas do que a direcção e principais dirigentes do partido.

O PS procura, no entanto, demarcar-se do PCP, ao afirmar reiteradamente que rejeita a ditadura do proletariado, mas sem pôr de parte o aprofundamento da colaboração com o PCP e uma eventual coligação em futuras eleições, sublinhando, apesar de tudo, não existir qualquer programa comum com os comunistas ou qualquer tipo de frente comum. Não obstante a recusa de uma aliança com o PCP, o PS não só pretende a integração daquele partido no Governo, fazendo depender a própria participação do PS na coligação da inclusão do PCP, como abre às demais forças políticas, da extrema-esquerda aos católicos liberais a participação no processo político¹⁴¹. Apesar de, em algumas situações, o PS aproveitar a posição do PCP contra as greves para marcar pontos junto do operariado, de um modo geral, tem também uma posição bastante cautelosa perante a vaga grevista. Em comunicado, claramente num tom de partido de governo e de forma muito semelhante à do PCP, a Comissão Sindical do Partido Socialista afirma que muitas das greves têm sido precipitadas e que não estavam ainda reunidas as condições para obterem resultados, defendendo que as mesmas devem ser orientadas para questões económicas e controladas pelos sindicatos¹⁴².

Estrategicamente, uma eventual ausência do PCP do Governo fragilizaria, aos olhos de Soares a posição de um PS membro da coligação governamental, na medida em que permitiria ao PCP na oposição, não só, tirar partido de uma situação muito delicada para qualquer Governo, como, eventualmente, fomentar acções que o pusessem em causa¹⁴³. A insistência de Soares para que o Ministério do Trabalho fosse chefiado por um comunista correspondia ainda ao objectivo de colocar o PCP a conter a agitação laboral.

O PS, apesar de também fazer parte do governo, permitia-se uma tomada de posições por vezes mais radicais do que o PCP no que concerne ao movimento social,

¹⁴⁰ Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, p.367

¹⁴¹ Entrevista de Mário Soares a *O Século*, 29 de Abril de 1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização*, p.19

¹⁴² *Diário de Lisboa*, 1 de Junho de 1974, p.8

¹⁴³ Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, p.328

evitando a todo o custo uma possível marginalização numa sociedade muito radicalizada. De facto, sabia-se que os excessos revolucionários do movimento popular seriam sempre imputados ao PCP. De resto, parece-nos que é essa a visão de Spínola, que responsabiliza o PCP e a extrema-esquerda pelo caos vivido, por aquilo que o general dizia ser a “política da terra queimada” então seguida. No entanto, o Partido Socialista e o seu líder, Mário Soares, eram considerados por Spínola como demasiadamente à esquerda e muito próximos do PCP – “Esta atitude, na opinião do historiador António Telo, acabaria por «empurrar» o PS para «um entendimento com as forças à sua esquerda», sem que Spínola percebesse que, dessa forma, «estava a isolar não o PS, mas a ele próprio.»”¹⁴⁴.

Simultaneamente apostado na colaboração com o PCP e demais forças políticas e determinado em demarcar-se deste partido ao reclamar para si um socialismo em democracia e rejeitar uma ditadura do proletariado, o Partido Socialista não se distingue significativamente dos seus parceiros de coligação no que diz respeito aos movimentos sociais. A grande *nuance* residirá nessa ultrapassagem pela esquerda ao PCP sob a forma de posições públicas mais radicais. O intuito era ganhar posição e apoios no mundo operário e na heterogénea massa que compunha o sujeito colectivo que desenvolvia as grandes mobilizações populares. Ainda que apoie determinadas greves, está, no entanto, longe de ter uma posição de instigação e organização de acções populares como acontecia com a extrema-esquerda. Forja uma aproximação e identificação com as massas populares politicamente activas, nomeadamente na luta por direitos laborais, melhoria das condições de vida ou no campo da descolonização, onde PS, PCP e MFA convergiam quase totalmente com os movimentos sociais. Um dos pontos onde se detecta maior convergência entre o PS e os movimentos sociais é, precisamente, no campo da descolonização. As quase diárias manifestações populares reclamando o reconhecimento da independência e dos movimentos de libertação como legítimos representantes das populações, coincidiam com a vontade e com as tomadas de posição públicas do líder socialista, ainda, que, no terreno a sua acção como ministro dos Negócios Estrangeiros estivesse hipotecada pela linha oficial imposta pelo Presidente da República.

¹⁴⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.295

Globalmente, o clima de intensas mobilizações sociais, à imagem do que sucede com PCP e MFA, revelar-se-á favorável ao Partido Socialista. Não só encontra nestas massas politizadas legitimidade, suporte e alguma base social necessária à afirmação e implantação do partido e à viabilização de muitas das suas posições, como as acções dos movimentos sociais ao longo do período de Abril a Setembro de 1974 empurrarão o processo político no sentido do pretendido pelo PS que, nesta fase do processo revolucionário, correspondia, essencialmente, à superação do spinolismo.

5.6. Partido Popular Democrático

Atestando, não apenas, alguma da secundarização inicial da componente partidária da revolução, como particularmente, as suas expressões de centro-direita, Soares considera que “o PPD e o CDS, nessa época, tinham realmente muito pouco peso específico. Eram as movimentações de rua e as pressões sociais sobre os militares o que mais contava. Os partidos não se tinham medido através dos votos. Ninguém sabia ao certo o que valiam se não tivessem força no terreno das lutas sociais...”¹⁴⁵. Dos partidos de Governo, o PPD, “partido representativo dos interesses da grande burguesia e de estratos da média burguesia”¹⁴⁶, criado poucos dias após o 1º de Maio, era aquele que menos relação e presença tinha junto dos movimentos sociais e que mais renitentemente olhava para eles. Não lhe agradaria, certamente, o clima de politização máxima nas ruas, o sentido de revolução de esquerda que o processo político tomava muito pela acção dos movimentos sociais. No entanto, pouco mais podia fazer que apelar à calma, à contenção das acções e criticar, em sintonia com os parceiros do Governo, as acções mais radicais, nomeadamente, a vaga grevista.

Situando-se numa “linha progressista não marxista”¹⁴⁷ ou seja, a social-democracia, e demarcando-se, por esta via, de PS e PCP, o PPD integra as coligações governamentais do I e II Governos Provisórios, ainda que Sá Carneiro e Magalhães Mota tenham abandonado o I Governo em solidariedade com o primeiro-ministro Palma Carlos. Apoia o MFA e a política oficial de descolonização, nomeadamente a declara-

¹⁴⁵ Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, p.362

¹⁴⁶ Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, p.60

¹⁴⁷ Entrevista a Francisco Sá Carneiro, in *Povo Livre*, nº1, 13 de Agosto de 1974

ção de Spínola de 27 de Julho, não obstante ter começado por defender uma solução assente na autodeterminação pela via de um referendo, alertando sempre para que não se enveredasse por soluções precipitadas e demasiado rápidas. Política e economicamente preconizava algo de semelhante ao modelo das sociais-democracias dos países nórdicos e da Alemanha Ocidental, a integração europeia e adesão ao Mercado Comum e uma transição sem revolução social.

Numa tentativa de demarcação, por um lado, dos partidos de inspiração marxista e, por outro, dos pequenos partidos então surgidos de centro e direita, muitos deles criticados por não representarem uma direita democrática, fazendo-se passar por sociais-democratas quando, na verdade, protagonizavam “incursões reaccionárias na democracia”¹⁴⁸, o PPD assume uma forma algo ambígua no que concerne à opção entre capitalismo e marxismo. Isto é ilustrado, por exemplo, por Francisco Balsemão, dizendo que não se podia rotular o partido nem de marxista, nem de capitalista¹⁴⁹, falando num “socialismo não marxista”, defendendo a propriedade privada num quadro de forte participação e controlo do Estado na economia, admitindo, inclusivamente, o recurso a nacionalizações enquanto meio ou instrumento económico e nunca como fim ou objectivo dogmático¹⁵⁰.

O PPD olha com inquietação e desconforto para a vaga de agitação social, considerando-a propícia a um cenário de instabilidade e turbulência que apenas pode servir a radicalização do processo. Daí que se apresse a criticar muitas das acções populares, nomeadamente a onda grevista. Em comunicado publicado na imprensa sobre as greves, o PPD vem defender a constituição de sindicatos fortes e ainda:

“ (...) necessidade de institucionalizar os sistemas de negociação e resolução dos conflitos colectivos de trabalho, frisando que se impõe prever os mecanismos ou fases típicas das negociações colectivas, bem como os mecanismos coadjuvantes (mediação, recomendação, intervenção do Governo e arbitragem voluntária). Defende-se em princípio o direito à greve, uma vez esgotados os meios pacíficos, mas dada a complexidade da situação portuguesa actual, na qual a falta de experiência sindical e patronal são flagrantes, o PPD insiste na regulamentação do exercício deste direito dos trabalhadores e afirma designadamente: «Ao Governo terão de reservar-se os poderes de requisição ou de mobilização para casos de *lock-out* ilícitos» ”¹⁵¹

¹⁴⁸ *Povo Livre*, 3 de Setembro de 1974, p.6

¹⁴⁹ *Povo Livre*, 27 de Agosto de 1974, p.5

¹⁵⁰ *Povo Livre*, 13 de Agosto de 1974, pp.1 e 6

¹⁵¹ *Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1974, p.11

A posição do PPD e do seu líder Sá Carneiro relativamente à agitação e conflitualidade social aproximavam-se da de Spínola ou de Vieira de Almeida. Ainda que todos eles em planos político-ideológicos e estratégicos bem diferentes, em comum tinham a percepção de que se vivia uma situação de insustentável instabilidade e conflitualidade social que caminhava para a ingovernabilidade total e para o colapso económico. Se a generalidade do movimento social, nomeadamente, aqueles que protagonizam e alimentam a vaga grevista, vai criticar energicamente a Lei da Greve e do *Lock-out*, já o PPD vai regozijar-se pela promulgação desta, referindo que devia, no entanto, ter sido precedida por legislação sobre a contratação colectiva e associações sindicais¹⁵². Paralelamente, o PPD apoia a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa, através de órgãos eleitos pelos representantes dos trabalhadores¹⁵³.

Ainda que optando por um discurso bastante moderado e pouco inflamado, o partido desenvolve uma acção de aproximação às massas, realizando por vários pontos do país sessões de esclarecimento onde procura divulgar o seu programa e linhas político-económicas fundamentais. No *Povo Livre* de 13 de Agosto de 1974 são noticiadas as várias sessões de esclarecimento do PPD entre finais de Julho e Agosto: Serpa, Estádio 1º de Maio em Lisboa, Runa, Santarém, Vila Real, Bragança. Até Setembro, o partido organizará vários *meetings* em locais tão variados como Costa da Caparica, Setúbal, Palmela, Alcácer do Sal (inauguração de uma sede), Alcanhões, Coruche, Figueira da Foz, Vale de Cambra ou Santiago do Cacém. De facto, três meses após o 25 de Abril o PPD garantia contar já com cerca de 50 mil militantes e estar já implantado em todos os distritos e mais de metade dos concelhos do país¹⁵⁴. De resto, o partido apelava à participação política activa dos seus associados ou militantes na sua esfera local ou socioprofissional¹⁵⁵.

Nas “Linhas para um Programa”¹⁵⁶, o PPD define-se como partidário de uma democracia política, social e económica, do sufrágio universal, da gratuitidade do ensino, de um serviço nacional de saúde, de um sistema unitário e integral de segurança social, do sindicalismo livre, da co-gestão nas empresas e da participação dos traba-

¹⁵² *Povo Livre*, nº2, 3 de Setembro de 1974, nº4, p.7

¹⁵³ *Povo Livre*, nº2, 3 de Setembro de 1974, nº4, p.5

¹⁵⁴ *Povo Livre*, nº2, 20 de Agosto de 1974

¹⁵⁵ *Povo Livre*, nº3, 27 de Agosto de 1974, p.8

¹⁵⁶ *Povo Livre*, nº5, 10 de Setembro de 1974

lhadores nos lucros da empresa, do direito à greve e rejeita qualquer espécie de ditadura (seja a fascista seja a do proletariado). Diz-se “inspirado nos princípios do socialismo humanista como os partidos social-democratas da Europa Ocidental”, aceita “um socialismo em liberdade, humanista e democrático”; não aceita enquanto dogma ou nas suas versões absolutas “a intangibilidade da propriedade privada” nem a “apropriação absoluta da propriedade dos meios de produção pelo Estado”, defendendo “a necessidade de integrar a propriedade privada na sua função de interesse colectivo e de conjugar a criatividade da livre iniciativa com a subordinação do poder económico ao poder político democraticamente constituído”. Defende a participação do Estado na vida económica e o “estabelecimento de um plano participado desde a base, recorrendo à participação crescente do Estado em empresas de economia mista em que exerça os necessários poderes de orientação e controle, e, sempre que necessário, nacionalizando as actividades económicas cuja importância social e política ultrapasse a económica.”. Reafirma “uma posição de partido de centro-esquerda, voltado para o progresso social e aberto à esquerda não marxista”. Por fim, afirma-se que o partido não é conservador, capitalista, liberal, revolucionário, marxista, “embora tome em consideração as contribuições da análise marxista” e não considere “as experiências marxistas as únicas experiências de socialismo, dignas de estudo e reflexão; merecem-lhe igual atenção as que os países nórdicos e certos países do Terceiro Mundo têm levado a cabo”.

Apesar de certos aspectos do Programa do PPD apontarem para um projecto de sociedade e uma democratização mais à esquerda, com mais liberdade e direitos que o projecto de Spínola, o PPD partilhava com o Presidente da República muitos objectivos, mas acima de tudo, tendo em conta a agitação social entre Abril e Setembro, o desagrado profundo com a dinâmica dos movimentos sociais e a esquerdização de todo o processo político, cada vez mais revolucionário. É nesse sentido que o PPD e, nomeadamente, o seu líder se colocam do lado spinolista nos grandes choques com o MFA, que adiante se analisarão, na Manutenção Militar e no quadro da crise Palma Carlos que Sá Carneiro é acusado de ter idealizado e fomentado. No entanto, no embate decisivo, o PPD, de resto tal como o CDS, intuindo, correctamente, uma correlação de forças em larga medida determinada pela acção dos movimentos sociais, não estará

já do lado do Presidente da República que, à excepção, dos partidos de extrema-direita, se encontrará caminhando sozinho.

Para Spínola torna-se dramático o “deserto organizacional ao centro e à direita”¹⁵⁷, revelando-se fundamental para a sua estratégia fomentar o aparecimento de partidos nesta área política. De facto, procurará junto de Sá Carneiro e de vários deputados da “ala liberal” que estes criem um partido político capaz de equilibrar um espectro partidário, quase por completo inclinado à esquerda, e de lhe conferir o apoio necessário na contenda política. Spínola tentou ainda fomentar a emergência de um partido ainda mais à direita, apostando desta vez em Kaúlza de Arriaga, mas sem sucesso. Melhor sorte terão as diligências feitas junto de Freitas do Amaral no sentido da criação de um partido da “direita democrática”¹⁵⁸

Nas sucessivas tentativas de tomar para si o poder, Spínola privilegiará, primeiro, os sectores moderados, como o PPD ou CDS, e, depois, os sectores radicais de direita, como sucederá a 28 de Setembro. Para Soares, estas opções determinavam o isolamento do Presidente da República e a própria aceleração e radicalização da revolução¹⁵⁹.

5.7. Centro Democrático Social

À direita do PPD surge a 19 de Julho, pela mão de Diogo Freitas do Amaral, o Centro Democrático Social.

Segundo o próprio Freitas do Amaral, foi-lhe pedido por Almeida Bruno, homem forte do spinolismo, chefe da Casa Militar do Presidente da República e membro do Conselho de Estado, que, em nome do que dizia ser a ala moderada do MFA e com o conhecimento de Spínola, criasse um partido da direita democrática ou centro-direita,

¹⁵⁷ José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-constitucional*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p.77

¹⁵⁸ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, pp.295-297

¹⁵⁹ Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, p.360

moderado e liberal que compensasse a força dos partidos de esquerda e a deslocação do próprio PPD para a esquerda¹⁶⁰.

Definindo-se o PPD como um partido social-democrata defensor de uma via para o socialismo não marxista, o CDS apresenta-se como centrista, democrata-cristão, neoliberal, europeu, de inspiração de giscardiana e recusando abertamente o socialismo. Sobre a descolonização, reconhece como única via o reconhecimento do direito à autodeterminação com todas as suas consequências, nomeadamente a independência, não obstante a abertura a soluções diferentes para cada uma das colónias¹⁶¹, rejeitando assim o federalismo spinolista e o reconhecimento simples do direito à independência. Paralelamente, vai acolher alguns dos rostos reformistas e europeístas do marcelismo, como Veiga Simão ou Xavier Pintado, levando o *Expresso* a designar o CDS como o “partido da nova direita marcelista ou da direita moderna e europeia”¹⁶².

Não participando nos governos provisórios, Freitas do Amaral integrará o Conselho de Estado o que permite ao partido, após a sua fundação, ganhar alguma cobertura oficial e legitimidade que compensasse a fraca implantação popular. Entre os partidos presentes no bloco de poder o CDS era aquele que mais à direita se situava, sendo por isso penalizado em termos de apoio popular.

Ainda que situado numa linha tendencialmente próxima de Spínola e que encarassem com preocupação o quadro de mobilizações sociais, a esquerdização do processo político e a crise de autoridade, o CDS não partilha o pessimismo do Presidente da República e a sua visão de caos e anarquia. Na crise Palma Carlos, Freitas do Amaral, enquanto Conselheiro de Estado, vai então votar contra as medidas do primeiro-ministro Adelino Palma Carlos patrocinadas por Spínola.

Não obstante não estabelecer praticamente qualquer relação com as acções dos movimentos sociais, não deixa de procurar e conseguir alguma representatividade e adesão popular. No entanto, ao ser entendido popularmente como um partido de direita, o CDS terá algumas dificuldades no seu arranque, nomeadamente, no contacto com as massas em comícios, como demonstram alguns incidentes ocorridos durante as

¹⁶⁰ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, pp.181-183

¹⁶¹ *Diário de Lisboa*, 24 de Julho de 1974, p.12

¹⁶² *Expresso*, 17 de Agosto de 1974, p.7

sessões decorridas no Algarve em Agosto de 1974¹⁶³. Foi difícil a conquista de apoio popular por parte do CDS, até porque em Setembro uma série de notícias dão o CDS como comprometido com vários partidos de direita e extrema-direita que estavam por trás da manifestação de 28 de Setembro, nomeadamente o Partido Nacionalista Português¹⁶⁴.

Será visto como um eventual aliado por Spínola, mas não se empenhará excessivamente no apoio ao projecto spinolista, acabando nos momentos decisivos por rejeitá-lo, nomeadamente na referida crise Palma Carlos e no 28 de Setembro, onde toma o lado dos vencedores e recusa qualquer participação ou apoio à manifestação.

À direita do CDS surgem vários partidos de reduzidíssima implantação e ressonância, essencialmente alinhados com Spínola e a sua solução federalista para a descolonização. Entre eles destacam-se o Partido Trabalhista Português, o Partido Liberal e o Partido do Progresso. Praticamente inexistentes e inexpressivos no que concerne aos movimentos sociais, na medida em que a população politicamente activa era maioritariamente de esquerda, estes partidos pouca ou nenhuma implantação popular conhecerão, limitando-se a sua actuação à tentativa malograda de arregimentar a “maioria silenciosa” para o dia de 28 de Setembro.

A inexpressividade dos partidos de direita e extrema-direita acabava por ser o reflexo da ausência de herdeiros políticos do Estado Novo. O fim do regime abria não apenas uma ruptura revolucionária, como também no universo da direita. A direita parlamentar pós 25 de Abril não reclamará a herança política do salazarismo. A incapacidade de levar a cabo este toque a reunir, alimentado pela visão voluntarista que haveria uma parte importante da população que não se revia na plêiade de acções radicais e revolucionárias dos movimentos sociais, mais não confirmava a hegemonia política da esquerda e a ausência de um bloco social significativo e numeroso que sustentasse o projecto interno e africano de Spínola, o elemento unificador destas direitas dispersas num processo revolucionário que cabalmente as excluía. De facto, a 28 de Setembro confirmava-se a centralidade dos movimentos sociais, confirmando-se Spí-

¹⁶³ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, pp.226-227

¹⁶⁴ *Diário de Lisboa*, 23 de Setembro de 1974, p.19

nola não apenas como um general sem tropas, mas também um político sem apoio popular.

Optar-se-á, no entanto, por desenvolver a pequena galáxia de movimentos de direita e extrema-direita nos capítulos dedicados à preparação do “28 de Setembro

CAPITULO IV:

A QUESTÃO SOCIAL E ECONÓMICA

“Sinais do tempo: os diques do antigo regime tinham cedido, abruptamente, e os rios da indignação popular extravasavam por todo o lado, incontidos e incontroláveis...”¹.

Contemplada a explosão dos movimentos sociais numa perspectiva mais ampla e problematizadora, passaremos a uma análise mais narrativa e sistematizada deste processo ao longo do período que se estende entre Abril e Setembro. O objectivo central deste ponto será, sobretudo, identificar as suas principais características e acções e transmitir o peso brutal que têm no primeiro ciclo do processo revolucionário, fazendo uma espectroscopia dos movimentos sociais e estabelecendo intersecções com o momento político, militar ou colonial.

Procede-se, então, ao levantamento, identificação e narração das principais acções dos movimentos sociais, no sentido de captar a diversidade e a quantidade destas acções populares, situando-as no tempo. Esta análise permite compreender como, a partir de Maio, se forja o pano de fundo, o magma social, político e ideológico, em que se desenvolveria o processo político até Setembro de 1974, a consubstanciação de uma via revolucionária, a confirmação da hegemonia da esquerda e o forjar de uma via portuguesa para o socialismo.

Começaremos com um breve ponto de situação da economia nacional aquando do golpe militar de 25 de Abril, realçando-se aquilo que se identifica como as mudanças determinantes ou factores explicativos do processo das acções populares pós-Abril. Seguidamente, far-se-á uma análise do movimento popular reivindicativo, de alguns dos seus aspectos mais relevantes e, complementarmente, de algumas lutas ope-

¹ Maria João Avillez, Soares. *Ditadura e Revolução*, p.323

rárias específicas com um peso determinante no processo político ou que, por diferentes razões, se consideram relevantes por serem paradigmáticas ou, pelo contrário, casos particulares em que se detectam características excepcionais.

Por último, analisar-se-á o movimento de moradores, considerado uma das grandes expressões do movimento popular.

Não parecerá nada de particularmente extraordinário ou surpreendente que após o derrube de uma longa e repressiva ditadura que tinha no mundo operário, mas também nas camadas mais pobres da população, uma das suas principais vítimas, se assistisse a uma disseminação de lutas laborais, greves, manifestações, ocupações, assembleias e reivindicações. Aquilo que nos parece extraordinário é, em primeiro lugar, a quantidade e diversidade de focos de luta. Não é apenas aquilo que se costuma designar por mundo operário. A luta não se resume à fábrica. Alastra a tudo: ao comércio, à universidade, às escolas, aos campos, aos serviços, à cultura, à comunicação social, às Forças Armadas, aos serviços administrativos e repartições estatais, etc. É o despertar e a entrada das massas na política. Manifestavam-se finalmente as “ (...) as grandes hesitações e anseios de quem nos bastidores se prepara para entrar em cena (...)”². “Tudo se pôs em causa” e “tudo parecia possível”³ após décadas de “anestesia cívica”⁴.

As lutas englobam desde motoristas de táxi, pescadores, trabalhadores da saúde, trabalhadores da imprensa ou de hotelaria, passando por empregadas domésticas, operários fabris, operários de estaleiros navais, assalariados agrícolas, a trabalhadores do sector farmacêutico, estudantes, escritores ou jogadores de futebol.

Enfim, as acções dos movimentos sociais, desde as lutas laborais e acções do movimento de moradores e saneamentos, passando pela luta estudantil e pelo movimento de ocupações de câmaras municipais e juntas de freguesia e substituição dos corpos dirigentes por comissões administrativas, até aos comunicados e tomadas de posição das mais variadas associações ou movimentos cívicos, passam a constar diariamente nos destaques da imprensa.

² José Saramago, *Levantado do Chão*, Alfragide, Caminho, 2010, p.464

³ Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril*, p.103

⁴ António Reis (Coord.) *Portugal, 20 anos de Democracia*, p.8

Mais do que acções dispersas por todos estes sectores, uma soma de lutas, de greves, de organizações populares ou de comissões de trabalhadores e moradores, o que se pretende realçar é um movimento popular revolucionário ou o carácter revolucionário desta agitação social que se espalha pelas ruas e por todos os sectores da economia e da sociedade e se traduz na luta, na conquista de direitos e liberdades, na confirmação de uma revolução de esquerda, na democratização do país e, em última análise, numa questão de poder. De facto o poder do Estado é diariamente posto em causa e este vê-se frequentemente obrigado a ceder, a legislar, a discursar e actuar em função deste movimento de massas.

1. “A CRISE ECONÓMICA FOI DETERMINANTE NO CURSO DA REVOLUÇÃO (...)”⁵

Como vimos, anteriormente, a degradação da situação da economia nacional e internacional é um elemento a ter conta no processo de crise do marcelismo, no eclo-dir e na evolução do processo revolucionário português.

Vários autores salientam algo que, frequentemente, é desvalorizado: os indicadores económicos conhecem um declínio antes de 25 de Abril de 1974⁶, situação associada, entre outros factores, ao peso das despesas militares, à escalada inflacionária e à recessão da economia mundial. Se a vaga de movimentos sociais, nomeadamente as paralisações laborais e as reivindicações conseguidas, agravarão alguns destes constrangimentos, é claro que lhe preexiste um processo de deterioração da situação económica.

Como vimos nos capítulos anteriores, a presença popular é um traço distintivo não apenas do processo revolucionário, como também do próprio golpe militar. Algumas das lutas que se desenvolvem no quadro da explosão social pós 25 de Abril têm a sua filiação no final da ditadura que, como vimos, é marcado por uma vaga de lutas laborais relacionada, entre outras questões, com o aumento do custo de vida⁷.

⁵ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.34

⁶ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.34

⁷ Maria de Lurdes Lima Santos, Marinús Pires de Lima, Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Afrontamento, Porto, 1977, p.102

Reforçando as continuidades que perpassam a ruptura revolucionária, há constantes estruturais que, forjadas no passado, têm implicações no processo revolucionário português. Falamos da intensificação da industrialização, do crescimento do operariado e do terciário em detrimento dos trabalhadores rurais, da urbanização e afluência aos centros urbanos de população bastante jovem vinda dos meios rurais. Este processo traduz-se na concentração em Lisboa e na margem sul do Tejo de uma população activa jovem que se emprega preferencialmente no sector industrial, contribuindo para o acelerado desenvolvimento dos chamados bairros de lata e “ilhas”, mais recorrentes no Porto, consubstanciando um grave problema habitacional decorrente de um crescimento desordenado, em “mancha de óleo”, dos centros urbanos, que, após o 25 de Abril, terá implicações directas na pujança das acções do movimento de moradores⁸.

Fundamentalmente, é este o quadro que permite que os derradeiros tempos da ditadura sejam marcados por uma importante tensão político-social, bem como, por uma vaga reivindicativa e grevista assinalável. O fim do ano de 1973 e o início de 1974 é atravessado, como vimos, por importante vaga grevista, centrada em aumentos salariais e na luta contra os despedimentos, que abarca quase todos os sectores: electrónica, metalúrgicos, construção civil, cerâmica, vidreiros, alimentares, químicos, têxteis, tintas, estaleiros, etc.⁹. A agitação laboral é já um dado antes do golpe de 25 de Abril, tal como o mau comportamento da economia. Como nos diz Raquel Varela:

“A crise económica foi determinante no curso da revolução: a taxa de desemprego, a descapitalização das empresas, os aumentos salariais e todo o processo de ocupação de fábricas e assembleias de trabalhadores a estes factores associados estavam entre as principais preocupações das lideranças políticas no biénio 1974/1975”¹⁰.

Outro aspecto a realçar e a somar aos problemas herdados do passado e ao contexto de crise internacional é o significativo aumento dos salários, em resultado das lutas sociais, que deixa em grandes dificuldades várias empresas que acabam por

⁸ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.36

⁹ José Pires, *Greves e o 25 de Abril*, Lisboa, Base, 1976, p.44

¹⁰ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, pp.34-35

encerrar levando ao aumento do desemprego que, todavia, antes de 25 de Abril atingia já 200 000 pessoas¹¹.

Naturalmente que aquilo que sobressai do ponto de vista económico-social é a vaga de mobilizações populares reivindicativas, em particular a onda de greves. Complementarmente, a tónica era colocada nas perturbações que este movimento causava à economia nacional. No entanto, a par deste processo de luta popular, outras debilidades económicas se escondiam, ainda que intensificadas por aquele.

Spínola será um dos que mais usará o argumento da destruição da economia, em resultado da multiplicação das lutas laborais, para impor uma via mais musculada ao processo político. Num momento em que o Programa do MFA apontava no sentido de uma política antimonopolista e de uma presença importante do Estado na economia, linha, aliás, partilhada pelo Governo e o próprio PPD, o Presidente da República complementava o seu projecto político com uma estratégia económica assente na iniciativa privada, nomeadamente, na acção e investimento dos grandes grupos económicos, com quem tem relações próximas. Spínola reúne em Junho com cerca de cinquenta empresários ligados à Confederação da Indústria Portuguesa que vinha reclamando maior iniciativa privada e livre concorrência¹². Em Agosto o Movimento Dinamizador Empresa-Sociedade que incluía, entre outros, os empresários António Champalimaud, José Manuel de Mello, Manuel Ricardo Espírito Santo, Teixeira Lobo e Paulo Valada, propõe-se a investir cerca de 120 milhões de contos visando a criação de 100 a 120 mil postos de trabalho, chegando a reunir com o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves que, segundo Champalimaud, garantira a este grupo de empresários mitigar a intervenção do Estado na economia e a excessiva “burocracia”¹³.

No início de Agosto, o *Expresso* apontava como os grandes problemas da economia portuguesa a retracção da procura de bens essenciais que se inverte a partir de Junho e a quebra nas remessas de emigrantes (que chegou a ser de 70% a 90% nas primeiras semanas após o 25 de Abril), situação que, associada à queda do fluxo de tu-

¹¹ Ricardo Noronha, “A Banca ao serviço do Povo’: Lutas sociais e nacionalizações durante a revolução portuguesa”, in Raquel Varela (Coord.), *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*, p.107

¹² *Expresso*, 22 de Junho de 1974, p.1

¹³ *Diário de Lisboa*, 21 de Agosto de 1974, p.1; 22 de Agosto de 1974, p.4

ristas, agravava o desequilíbrio da balança de pagamentos. Inevitavelmente, os aumentos salariais, sobretudo os verificados em Junho na esteira da fixação do salário mínimo, são também referidos como um forte constrangimento, oscilando entre 30% a 70% na indústria e os 60% e os 100% nos serviços. Os aumentos salariais contribuíram para um aumento da procura e dos preços dos bens alimentares, provocando o incremento da inflação e das importações a preços elevados. Paralelamente, as empresas nacionais conheciam sérias dificuldades na exportação dos seus produtos nos mercados externos em contracção, necessitando de apoio financeiro, créditos e subsídios da banca que, todavia, estava a braços com problemas de liquidez, num quadro de quebra dos depósitos particulares, da retirada de fundos depositados e de agravamento do défice da balança comercial. Muitas empresas acabavam por despedir trabalhadores ou decretar falência, abrindo-se um dramático surto de desemprego no Verão de 1974, num quadro ainda marcado pela quebra importante do investimento estrangeiro e um défice crescentemente preocupante da balança de pagamentos¹⁴.

Anselmo Dias, presidente do Sindicato dos Bancários de Lisboa, vai, no entanto, criticar fortemente a banca, afirmando não haver razões para o estrangulamento do crédito às pequenas e médias empresas, que as receitas dos bancos permaneciam “inalteráveis”, acusando a banca de “sabotagem económica” com fins políticos¹⁵.

A 10 de Agosto o Conselho de Ministros aprova um plano de actuação económica que tinha como prioridades o aumento do investimento público, o estímulo do investimento privado, atenuar o desequilíbrio da balança de pagamentos, o desemprego e a inflação¹⁶. Ainda em Agosto, o II Governo Provisório decretará o descongelamento dos salários e, a 27 de Agosto, a nacionalização dos bancos emissores (Banco de Portugal, Banco de Angola e Banco Nacional Ultramarino).

O cenário de crise económica é uma sombra omnipresente ao longo da presidência de Spínola. Sobretudo, sendo este período marcado pela explosão de acções dos movimentos sociais, o espectro de crise económica é um argumento abundantemente esgrimido para criticar as acções reivindicativas e as lutas sociais que, frequentemente, são responsabilizadas pela degradação da economia.

¹⁴ *Expresso*, 3 de Agosto de 1974, p.13

¹⁵ *Expresso*, 10 de Agosto de 1974, p.15

¹⁶ *Expresso*, 17 de Agosto de 1974, pp.13, 15

A delicada situação económica, sempre conectada com a vaga de acções sociais, estará no centro do braço de ferro na Manutenção Militar a 13 de Junho, momento importante no reequilíbrio de forças no processo político, e na crise Palma Carlos. Em ambas as situações, que analisaremos mais adiante, Spínola usa a instabilidade e a gravidade da situação económica como justificação para o reforço dos seus poderes e para que o MFA lhe conferisse uma espécie de “carta-branca”.

Entre as principais acções dos dois primeiros governos em matéria económica conta-se a fixação do salário mínimo - abaixo do reivindicado -, o apoio às pequenas e médias empresas, muito em função daquela, os aumentos do funcionalismo público, incluindo a institucionalização do 13º mês, ou a nacionalização dos bancos emissores. Destaque para as medidas de Vieira de Almeida ainda como delegado da Junta de Salvação Nacional no ministério das Finanças e já como ministro: o controlo da saída de capitais dos bancos, estabelecendo um sistema de controlo bancário com o apoio das comissões de trabalhadores para evitar a transferência ilegal de capitais, o encerramento da Bolsa de Valores, tornar obrigatória aceitação de cheques de pequenas quantias, enfim, medidas destinadas a evitar uma corrida aos bancos e uma especulação aguda. Mais do que reflectirem uma estratégia, estas medidas revelam uma necessidade imediata de impor algum controlo à situação, garantir o mínimo funcionamento do sistema. Numa fase imediatamente posterior, as circunstâncias, nomeadamente a força e constância dos movimentos sociais, não permitem a existência de um plano e de uma actuação estruturada do ponto de vista económico. Muitas vezes, a acção dos governos não era mais que dar respostas imediatas a problemas imediatos, a uma quantidade enorme de situações que, diariamente, se apresentavam para resolução do executivo. Intervir e controlar os conflitos que diariamente se sucediam nas empresas, satisfazer reivindicações laborais e exigências dos trabalhadores ou evitar que várias acções populares redundassem em desordem ou confrontos ou na paralisação do tecido produtivo português, ocupavam muita da acção dos dois primeiros governos.

Paralelamente, o Programa do MFA, ao determinar que reformas de fundo só poderiam ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Constituinte, não deixava espaço a políticas e mudanças de fundo ou a um plano económico de longo alcance, ainda que definisse genericamente uma política económica ao serviço das camadas da

população mais desfavorecidas. Havia a preocupação, por parte dos militares, de não condicionar a política dos governos civis.

A diversidade de sensibilidades e estratégias políticas no interior do governo, traduzida na falta de articulação entre ministérios, inviabilizava também uma acção estruturada. O ministro da Coordenação Económica do primeiro executivo diz não ter havido qualquer coordenação entre o seu ministério e o ministério do Trabalho chefiado pelo comunista Avelino Gonçalves¹⁷. Frequentemente cada ministério seguia a sua própria política, de acordo com a estratégia do partido que o dominava. A fragilidade e inoperacionalidade dos governos levava muitas vezes a que fosse o MFA a resolver uma série de problemas que, em condições normais, competiriam ao Governo, ora por incapacidade deste, ora por pressão popular.

2. AS LUTAS SOCIAIS NA PRIMAVERA-VERÃO DE 1974: UMA REVOLUÇÃO EM MAR- CHA

Passamos, agora, à análise da explosão reivindicativa entre Abril e Setembro de 1974. Neste passo procurar-se-á, primeiro, uma aproximação à sua dimensão quantitativa e, de seguida, sistematizar as características fundamentais de algumas das acções e lutas reivindicativas que iremos destacar no Quadro 1.

Após esta análise qualitativa e quantitativa, segue-se uma narrativa dos cinco meses em questão, procurando mostrar com maior detalhe como as acções populares¹⁸, neste caso com particular atenção às operárias, se constituíram como o pano de fundo das grandes transformações ao longo do período em questão. Finalmente, analisaremos algumas das lutas consideradas emblemáticas ou mais relevantes.

¹⁷ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio, 2009

¹⁸ No levantamento e narrativa das principais acções do movimento operários recorrer-se-á, no campo bibliográfico, sobretudo aos seguintes trabalhos: Maria de Lurdes Lima Santos, Marinús Pires de Lima, Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*; José Pires, *Greves e o 25 de Abril*; José Carlos Valente, "O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a Unicidade"; Fátima Patriarca, "A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social?", in *Portugal e a Transição para a Democracia*, coord. Fernando Rosas ; Ramiro da Costa, Elementos para a história do Movimento Operário em Portugal. 1820-1975, 2º vol., Assírio e Alvim, Lisboa, 1979; Carlos Santos e José Casimiro, *O Movimento Operário: a década de 70. Quando o trabalhador se tornou cidadão*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1997; Orlando Neves, Mil Dias - *Diário de uma revolução. 25 de Abril a 30 de Setembro de 1974*, Lisboa, Mil Dias, 1978

A explosão de acções reivindicativas no mundo do trabalho desencadeada pelo golpe militar de 25 de Abril, mais do que uma enorme quantidade de acções, lutas laborais ou greves, vem configurar, em si mesma, um movimento social revolucionário com um carácter político avançado e que põe em causa o poder patronal e estatal.

Importa frisar que a quantificação das acções populares não é um dos principais objectivos nem um fim desta dissertação. Em primeiro lugar, porque o que se pretende é uma análise do processo revolucionário a partir dos movimentos sociais e não tanto um estudo centrado neles, na medida em que o objectivo passa por aferir o peso da explosão social na definição do processo político. Em segundo lugar, a aposta numa visão quantitativa revelar-se-ia não só exaustiva, mas sobretudo demasiado infrutífera tal a quantidade e diversidade de lutas desencadeadas neste período e os números serem, não raras vezes, contraditórios.

Parece, no entanto, importante fazer uma aproximação quantitativa ao processo reivindicativo, recorrendo, para o efeito, aos dados disponibilizados pelas fontes e por vários autores. Optou-se por assumir como pistas fundamentais os números de Maria de Lurdes Lima Santos, Durán Muñoz e Fátima Patriarca.

Fátima Patriarca conta 149 conflitos apenas para o mês de Maio¹⁹, enquanto Maria de Lurdes Lima Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira contabilizam 158 conflitos entre 25 de Abril e 31 de Maio de 1974²⁰.

Também Orlando Neves apresenta uma contagem semanal dos conflitos, no entanto contabiliza todas as lutas em curso, englobando conflitos novos e conflitos iniciados em semanas ou meses anteriores.

Conciliando números nem sempre coincidentes é, apesar de tudo, possível fazer uma aproximação ao número total de conflitos laborais no período em análise. Assim pegando nos 158²¹ conflitos identificados em Abril e Maio no referido trabalho de

¹⁹ Fátima Patriarca, “A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social?”, in *Portugal e a Transição para a Democracia*, coord. por Fernando Rosas, pp.138-142

²⁰ Maria de Lurdes Lima Santo *et alia*, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, I vol., p.107

²¹ Número que pecará por escasso. Terá havido um número maior de conflitos na medida em que pode excluir lutas de menor repercussão e em empresas de menor dimensão. Paralelamente, ao englobar o que chama de “actividades de transformação *lato sensu*” (extractivas, transformadoras, construção e obras públicas, transportes e comunicações, electricidade, gás, água e serviços de saneamento) e os sectores do comércio, serviços, banca e seguros, exclui a agricultura, a silvicultura e as pescas.

Lima Santos, consensualmente apontado como trabalho referência, e somando-lhes os 160 novos conflitos que Orlando Neves identifica para o mês de Junho²², chegamos à conclusão que entre 25 de Abril e 30 de Junho de 1974 se registaram 318 conflitos. Não obstante todas as possíveis imprecisões, estes valores vão genericamente de encontro aos dados que o gráfico de Durán Muñoz (Gráfico nº 1) demonstra e que a seguir reproduzimos.

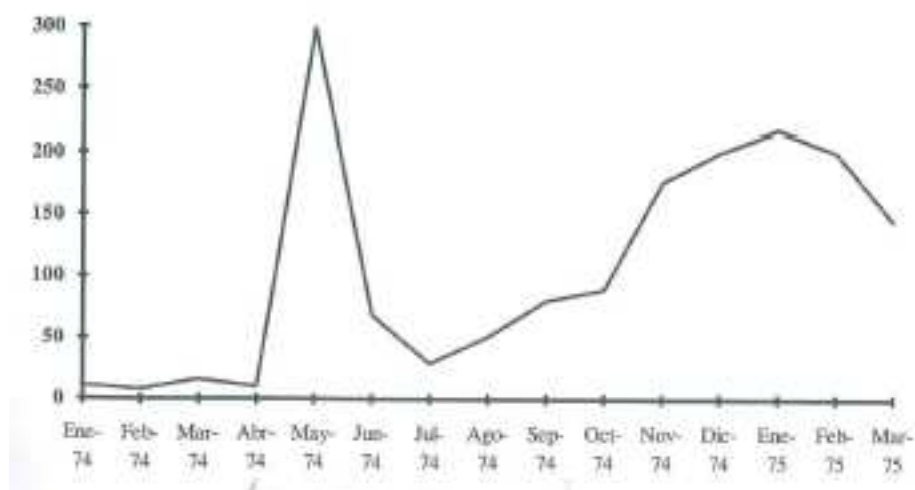


Gráfico nº 1 (Retirado de Durán Muñoz ²³)

Conflitualidade laboral (Portugal, Janeiro de 1974 – Março de 1975)

Fontes: Lima et al. (1977, n. 104) y Patriarca (1978b, n.36)

Se cruzarmos os 318 conflitos com o total de 958 conflitos apurados por Durán Muñoz para o período entre Abril de 1974 e Novembro de 1975, constatamos que, nos primeiros dois meses do processo revolucionário português, registaram-se cerca de um terço dos conflitos laborais. Ainda que carecendo de dados fiáveis, podemos avançar com a estimativa de se terem registado cerca de 500 novos conflitos entre Abril e Setembro. O pico de lutas e de greves de Maio e Junho mostra-nos a dimensão, força e generalização do movimento reivindicativo revolucionário. De facto, toda esta panóplia de dados, ainda que discrepantes e devedores de lógicas diferentes, reforçam a coerência do ponto de vista das lutas sociais do período Abril-Setembro que reúne aproximadamente 50% do total verificado ao longo de todo o processo revolucionário

²² Orlando Neves, Mil Dias - *Diário de uma revolução. 25 de Abril a 30 de Setembro de 1974*, Lisboa, Mil Dias, 1978

²³ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.100

que culmina a Novembro de 1975.

2.1. Características Fundamentais do Movimento Reivindicativo

No sentido de aferir as linhas de força deste movimento, elaborou-se um quadro que reúne 50 dos conflitos que ocorreram entre Abril e Setembro de 1974, mas onde se discriminam as formas de luta, os principais pontos dos cadernos reivindicativos, os acontecimentos tidos como relevantes, o período em que decorreram e o sector (Quadro 1). A opção pelos casos apresentados está determinada por vários factores. O primeiro aspecto ou constrangimento a determinar a escolha dos conflitos foi a informação disponível. Na óbvia impossibilidade de registar todos os conflitos ocorridos entre Abril e Setembro de 1974, optou-se pela apresentação dos 50 casos de acordo com os seguintes critérios:

- Identificação de conflitos laborais que materializassem a natureza global do movimento reivindicativo laboral, quer sectorial, quer geograficamente;
- Síntese de algumas das lutas fundamentais no referido período.

Debruçando-nos sobre a **natureza das reivindicações**, os aumentos salariais e os saneamentos são as duas grandes constantes nos cadernos reivindicativos entre Abril e Setembro. Segundo Fátima Patriarca dos 149 conflitos do mês de Maio, as principais reivindicações eram de índole salarial (48%), seguindo-se as relativas ao horário laboral e aos saneamentos que integravam os cadernos reivindicativos de 48 conflitos. Seguiam-se as reivindicações relacionadas com a gestão e o controlo da empresa ou do produto do trabalho e com direitos e liberdades sindicais, presentes, respectivamente, em 23 e 20 conflitos²⁴.

Já nos 158 conflitos (25 de Abril - 31 de Maio, 1974) contabilizados por Maria de Lurdes Lima Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, a reivindicação do salário mínimo está presente em 45,9% das lutas, de saneamentos em 43,3% e de aumentos salariais em 42%²⁵. A reivindicação de subsídio de férias surge em 35% des-

²⁴ Fátima Patriarca, "A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social?", in *Portugal e a Transição para a Democracia*, coord. por Fernando Rosas, pp.138-142

²⁵ Maria de Lurdes Lima Santos *et alia*, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, I vol., p.43

tes casos²⁶.

Podemos confirmar esta tendência no Quadro 1, constatando-se que as reivindicações de índole salarial constam em 45 dos 50 casos registados, estando ausentes apenas em 5 (Tecnividro, Sandoz-Wander, Gris Impressores, Mensor e Crediverbo). Já os saneamentos estão presentes em 30 conflitos e ausentes em 20 (CUF, Tecnividro, Renault, Grão-Pará, Sogantal, Melka, laboratórios Pfizer, Luso-Belga, Fábrica Nacional de Margarina, Caixa Geral de Depósitos, Mensor, AC Santos, Sicol, panificação, caixeiros, pescadores, mineiros e trabalhadores agrícolas).

Lutas fundamentais tiveram entre as suas motivações o saneamento, o controlo de despedimentos ou a readmissão de trabalhadores despedidos em consequência de lutas anteriores, como no caso da TAP que veremos mais adiante. Estas características mostravam que se estava perante algo superior a lutas por direitos laborais. Era um movimento revolucionário que punha em causa não apenas o patronato, a ordem sindical mas também características elementares de uma economia capitalista e o próprio poder.

A centralidade dos saneamentos nos cadernos reivindicativos mostra como este movimento transcende os muros das fábricas e das empresas. Encarava de frente a questão do poder, tomava como prioritário o desmantelamento das estruturas e o afastamento de personalidades da ditadura. Tratava-se de, através dos saneamentos, destruir a representação da velha ordem nos locais de trabalho, nas empresas e no mundo produtivo, associando-se ao processo global que o procurava fazer no Estado e na sociedade. Podendo as causas dos saneamentos variar entre comprometimento político, prepotência, incompetência ou corrupção, os alvos eram normalmente definidos pelas suas ligações a organizações da ditadura (PIDE, LP, MP, UN/ANP) e por flutuarem entre as administrações das empresas e postos elevados do aparelho de Estado. Estima-se que em Maio cerca de 1000 administradores tenham sido saneados²⁷ e no início de Junho o Governo decide sanear todos os administradores de empresas públicas nomeados antes do 25 de Abril²⁸.

²⁶ Maria de Lurdes Lima Santos et alia, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, I vol., p.107

²⁷ Maria de Lurdes Lima Santos et alia, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, I vol., p.52

²⁸ *Diário de Lisboa*, 7 de Junho de 1974, p.10

Paralelamente, reivindicações ligadas ao direito ao trabalho, aos despedimentos e à gestão das próprias empresas e ataques como os dirigidos à Lei da Greve consubstanciavam um movimento que desrespeita abertamente leis emanadas pelo Governo e que desobedece a deliberações deste e do MFA. Enfim, está-se perante uma questão de poder.

Não só os saneamentos, mas também **formas de luta** como o sequestro de administrações ou a ocupação de instalações põem agudamente em causa o poder patronal. A ocupação de instalações acontece em 29 dos casos registados no Quadro 1 e tem um significado político traduzido na subversão das estruturas do poder dentro da empresa. A sua forte incidência era reveladora do carácter ofensivo deste movimento e das formas avançadas de luta que assumia.

Os trabalhadores, ao apropriarem-se fisicamente da empresa ou da fábrica, privam muitas vezes as administrações de se movimentar nesse mesmo espaço, proibindo a sua entrada nas instalações ou sequestrando-as. Tal acontece na Lisnave, na Efacec-Inel, na Luso-Belga, na Socel²⁹, na Gris Impressores, nos TLP, *Jornal do Comércio* e A.C. Santos, onde as administrações são sequestradas, expulsas ou impedidas de entrar nas instalações. Na Sogantal e na Charminha o processo vai mais longe com os trabalhadores a assumirem a gestão da fábrica e a venda do produto. Na Timex regista-se também a prática de autogestão e a venda da produção (Quadro 1).

²⁹ Comunicado dos trabalhadores da Socel, CT da Socel

Quadro 1 – Características fundamentais do movimento reivindicativo no período de Abril a Setembro de 1974

Entidade Patronal/Grupo Profissional	Formas de Luta	Reivindicações	Incidentes/ Ocorrências/ Acontecimentos	Período	Sector
Timex	Greve total com ocupação de instalações, greve de zelo, proibição de saída de stocks; manifestação	Saneamentos, semana 40h, 13º e 14º mês, subsídio de férias (100%), salário mínimo, a trabalho igual salário igual. Reestruturação e democratização dos serviços; proibição dos despedimentos sem justa causa; abolição de prémios e de trabalho extraordinário	Trabalhadores ocupam a fábrica em autogestão, vendendo a produção para pagar os seus salários.	(Novembro de 1973; Fevereiro de 1974) - Julho 1974	Indústria. Meta-lúrgicas e Metalomecânicas
Messa	Greve total com ocupação	Saneamento, semana 40h, 13º e 14º mês, subsídio de férias (150%), salário mínimo, a trabalho igual salário igual, publicidade de vencimentos, abolição de prémio, interdição dos despedimentos regressivos	Jornal de greve	(Janeiro 1974) - Junho 1974	
Siderurgia Nacional	Ameaça de greve. Manifestação em frente à sede	Saneamentos. Aumentos salariais, Readmissão de trabalhadores, controlo dos despedimentos. Participação nos lucros e na gestão; criação de uma comissão representativa dos trabalhadores.		Maio - Setembro 1974	
Socel	Greve com ocupação de instalações; sequestro da administração	Saneamentos; melhorias salariais	Trabalhadores garantem a laboração da fábrica; impedem a entrada de elementos saneados nas instalações; directores impedidos de abandonar a fábrica	Maio – Setembro 1974	Indústria. Químicas e do Petróleo
CUF (Barreiro)	Greve parcial Concentração em frente ao local onde decorrem negociações	Aumentos salariais e redução leque salarial, salário mínimo, a trabalho igual salário igual, participação nos lucros, mês de férias (subsídio a 100%) 14º mês, semana 40 h, pagamento de doença e serviços médico-sociais.		Maio – Setembro 1974	
Covina	Greve total.	Saneamentos, salário mínimo, semana 40h, subsídio de férias (100%), Reforma 55 anos.		Maio – Julho 1974	Indústria. Extractivas, vidros e cimentos
Tecnividro	Ocupação de instalações	Um mês de férias com subsídio, a 100%, proibição dos despedimentos, readmissão dos trabalhadores despedidos, participação dos trabalhadores na gestão da empresa		Junho – Julho 1974	
Lisnave	Manifestação Paralisação espontânea Greve com ocupação de instalações Sequestro da administração	Saneamentos, salário mínimo, semana 40h, 1 mês de férias e 13º mês com subsídio. Proibição de despedimentos sem justa causa, vencimento completo em caso de doença ou acidente. Contestação à lei da greve.	Intervenção militar para proibição de manifestação pelo Governo Tentativa militar para impedimento da manifestação	(Novembro de 1969; Outubro de 1973) - Setembro 1974	Indústria. Material Eléctrico e de Transportes
ITT - Semicondutores	Greve com ocupação	Saneamentos. Salário mínimo, semana 40 h, mês de férias (subsídio a 100%) Participação nos lucros. Controlo nos despedimentos.		Maio – Julho 1974	
Applied Magnetics	Greve com ocupação de instalações Manifestação	Saneamentos, Questões salariais, indemnização para trabalhadores despedidos; controlo de despedimentos	Fuga do proprietário; trabalhadores impedem despedimentos	Junho – Agosto 1974	
Renault	Greve intermitente. Manifestação de rua.	Aumentos salariais e redução leque salarial, 14º mês, Participação na gestão. Readmissão de trabalhadores.	Ameaça de encerramento	Maio – Julho 1974	
Efacec-Inel	Greve com ocupação de instalações. Concentração em frente à sede	Saneamentos, Salário mínimo, Aumentos salariais, mês de férias (subsídio a 100%); pagamento dos dias de greve; proibição dos despedimentos sem justa causa, 13º e 14º mês, 40 horas semanais	Proibição de entrada de chefias nas instalações; criação de uma comissão de inquérito pelos trabalhadores; Jornal de greve	Maio – Julho 1974	
Standard Eléctrica	Greve total com ocupação de instalações. Concentração frente ao edifício da administração	Saneamentos. Questões salariais, 1 mês de férias com subsídio (100%) subsídio complementar de doença. Readmissão de trabalhadores. Controlo de despedimentos		(Março) – Julho 1974	

Entidade Patronal/Grupo Profissional	Formas de Luta	Reivindicações	Incidentes/ Ocorrências/ Acontecimentos	Período	Sector
Grão-Pará	Greve total.	Salário mínimo, semana 40h, 13º mês, subsídio de férias (100%).		Maio 1974	Indústria. Construção e Obras Públicas
J. Pimenta	Greve parcial	Saneamento, Salário mínimo, aumentos salariais, semana 40h, 13º mês, subsídio de férias (100%).	Trabalhadores recusam despedimentos e ameaça patronal de <i>lock-out</i>	(Janeiro) Setembro de 1974	
Sogantal	Baixa de produção Greve com ocupação de instalações	Questões salariais, 1 mês de férias e 13º mês com subsídio, Nacionalização ou reconversão da empresa	Abandono dos patrões e tentativa de encerramento, gestão e venda de produção pelas operárias, confrontos após tentativa patronal de retirar maquinaria e produção. Trabalhadoras recebidas por Ministro do Trabalho . Intervenção militar	Maio - Setembro de 1974	Indústria. Vestuário, Indústria Têxtil.
Charminha	Greve com ocupação de instalações	Saneamentos, Questões salariais,	Ameaça de encerramento da fábrica. Autogestão. Sessão de canto popular cuja receita reverte para fundo de greve	Julho 1974	
Simões & C.ª Lda.	Greve total com ocupação de instalações	Saneamentos. Salário mínimo, aumento salarial, 13º mês, 1 mês de férias (subsídio 100%), semana 40h	A partir de Julho a laboração semanal é reduzida a 4 dias	Maio - Julho 1974	
Melka Confecções	Greve total com ocupação de instalações	Salário mínimo, 13º mês, mês de férias (subsídio 150%), semana 40h		(Janeiro) - Maio 1974	
Cambournac	Greve	Saneamentos. Melhorias salariais, 40 horas, 26 dias úteis de licença e um mês de subsídio, assistência médica, peritagem à contabilidade da empresa		Maio - Julho 1974	
Laboratórios Pfizer	Greve total	Aumentos salariais, salário mínimo, redução do leque salarial		Maio - Setembro 1974	Indústria. Laboratórios
Sandoz-Wander	Greve total com ocupação de instalações	Saneamentos, participação na gestão		Maio - Julho 1974	
Luso Belga	Greve total com ocupação de instalações e Sequestro de pessoas e bens. Manifestação	Aumentos salariais, salário mínimo.		Maio - Julho 1974	
Gris Impressores	Greve total. Sequestro de pessoas e bens.	Saneamentos. Participação na gestão.		Maio - Junho 1974	Indústria. Gráfica
Portugal e Colónias	Greve	Saneamentos. Aumentos salariais. Pagamento de doença e serviços médicos-sociais. Participação na gestão. Controlo nos despedimentos.		Maio 1974	Produtos Alimentares
Fábrica Nacional de Margarina	Greve total com ocupação de instalações	Salário mínimo. Controlo nos despedimentos (Apenas com autorização da CT).		Maio - Julho 1974	
CTT	Greve total com ocupação, comício, manifestação de rua	Saneamentos, Aumentos salariais, horário de trabalho, subsídio de férias 100%, controlo dos despedimentos, pagamento de horas extraordinárias, reconhecimento dos órgãos representativos	Intervenção militar (ameaça)	Maio - Julho 1974	Serviços. Transportes e Comunicações
TLP (Telefones de Lisboa e Porto)	Ocupação. Expulsão da Administração	Saneamentos; demissão da administração; melhorias salariais; horário laboral; inquérito às actividades, homologação do C.C.T. creches, sindicato	Intervenção militar para proteger retirada da administração	Maio - Setembro 1974	
Metropolitano	Greve total.	Saneamentos. Questões salariais - salário mínimo, aumento salarial, redução leque salarial, semana de 40 h. Participação na gestão	Demissão da administração por ter satisfeito as reivindicações dos trabalhadores, consideradas excessivas pelo Conselho de Ministros	(Janeiro) Maio - Junho de 1974	

Entidade Patronal/Grupo Profissional	Formas de Luta	Reivindicações	Incidentes/ Ocorrências/ Acontecimentos	Período	Sector
Carris	Greve total com ocupação de instalações, não cobrança de bilhetes	Saneamentos, aumentos salariais, 13º mês, subsídio de férias (100%), salário mínimo, pagamento de doença e serviços médico-sociais, reforma 55 anos. Participação na gestão. Readmissão de trabalhadores despedidos		Maio – Junho 1974	Serviços. Transportes e Comunicações (cont.)
TAP	Greve total Concentração em frente ao edifício da administração	Saneamentos, escolha das chefias, participação distribuição de lucros e na gestão, investigação de acontecimentos passados, questões salariais, readmissão de trabalhadores, fim de despedimentos sem justa causa, eleição das chefias, abolição do policiamento interno	Ocupação militar do aeroporto decretada pelo governo/ enquadramento militar e consequente sujeição dos trabalhadores à disciplina e foro militar	(1973) – Setembro de 1974	
Jornal O Século	Greve total com ocupação de instalações. Manifestação de rua.	Saneamentos. Salário mínimo, semana 40 h, Readmissão de trabalhadores, Controlo nos despedimentos. Participação na gestão.		Maio – Julho 1974	Imprensa
Jornal do Comércio	Greve com ocupação de instalações	Saneamentos (demissão director), questões salariais	Intervenção militar com ocupação e selamento das instalações. Greves de solidariedade noutros jornais	Agosto - Setembro 1974	
Caixeiros de Lisboa	Manifestação; greve	Semana americana e, depois, semana inglesa, questões salariais, 30 dias de férias, proibição dos despedimentos sem justa causa, pagamento por inteiro do ordenado em caso de doença		(Março 1971); Maio – Setembro de 1974	Serviços
Caixa Geral de Depósitos	Greve	Aumentos salariais, 13º mês, subsídio de férias, salário mínimo, pagamento horas extraordinárias, readmissão trabalhadores, participação na gestão, sindicalização.		Maio – Julho 1974	Serviços. Banca
Companhia das Águas de Lisboa	Greve com ocupação de instalações. Manifestação de rua.	Saneamentos. Salário mínimo. Participação na gestão e nos lucros. Inquérito ao comportamento da empresa, anterior ao 25 Abril	Nacionalização decretada pelo Governo	Maio – Setembro 1974	Serviços
Trabalhadores da Função Pública	Manifestação, concentração de trabalhadores em frente a S. Bento	Saneamentos, melhorias salariais, direito à greve; revogação do decreto legislativo sobre aumentos salariais	Revogação do pacote legislativo do Ministério da Coordenação Económica após manifestação em S. Bento	Julho – Agosto de 1974	
Mensor – Gabinete de Estudos Económicos	Greve total com ocupação	Inquérito a actividades		Maio – Agosto 1974	
Crediverbo	Greve total com ocupação de instalações	Saneamentos. Participação na gestão. Exigência de estatuto profissional		Maio – Junho 1974	
Círculo dos Leitores	Greve total com ocupação de instalações	Saneamentos. Salário mínimo	Despedimento de trabalhadores sem justa causa após 29 dias de greve	Maio – Julho 1974	
JJ Gonçalves	Greve total com ocupação de instalações	Saneamentos. Salário mínimo, aumento salarial, A trabalho igual salário igual, semana 40h, subsídio de férias (100%). Controlo nos despedimentos. Publicidade dos vencimentos. Reunião nas horas de trabalho		Maio – Junho 1974	Comércio
Supermercado A.C. Santos	Ameaça de greve e greve intermitente; ocupação de instalações e expulsão da Administração	Aumentos salariais, Reunião nas horas de trabalho. Controlo nos despedimentos.	Ocupação de instalações e expulsão da administração contra despedimentos sem justa causa.	Maio – Junho 1974	
Ciba-Geigy Portuguesa	Greve total com ocupação de instalações	Saneamentos. Salário mínimo, 13º e 14º meses. Subsídio de férias (100%). A trabalho igual salário igual. Participação na gestão.		Maio – Junho 1974	
Sicol, Campo Novo e Câmara Lda.	Greve total com ocupação de instalações	Salário mínimo 13º mês, 1 mês de férias (subsídio 100%)		Maio 1974	

Entidade Patronal/Grupo Profissional	Formas de Luta	Reivindicações	Incidentes/ Ocorrências/ Acontecimentos	Período	Sector
Trabalhadores da Panificação	Greve; concentração em frente ao Ministério do Trabalho	Salário mínimo, 42 horas semanais, percentagem sobre as vendas, horário de trabalho,		Maio de 1974	Comércio (cont.)
Pescadores de Peniche	Greve	Melhorias salariais Contra sindicato único		Maio – Setembro de 1974	Pescas
Pescadores de Aveiro	Greve	Melhorias salariais; 40% sobre o peixe arrastado;		Julho – Setembro de 1974	
Pescadores de Matosinhos	Greve	Novo sistema de retribuições: questões salariais e de remuneração, aumento do salário fixo, complemento de 1% sobre a pesca bruta; descanso semanal até às 13 horas de segunda-feira; preço dos combustíveis; contrato colectivo de trabalho		Junho de 1973 - Julho de 1974	
Mineiros da Panasqueira	Greve	Salário mínimo, melhorias salariais; semana de 40 horas; um mês de férias com subsídio; 13º mês; assistência médica gratuita		Maio – Junho 1974	Minas
Trabalhadores rurais da Azambuja	Greve	Salário mínimo; Melhorias salariais; semana de 44 horas		Maio – Setembro de 1974	Agricultura

Fontes: *Diário de Lisboa, O Proletário, Voz do Povo, Luta Popular, Maria de Lurdes Lima dos Santos et alia, O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas,*

Com o 25 de Abril o mundo operário e industrial despertara para a luta reivindicativa, nomeadamente sectores como os da metalurgia, lanifícios, indústria de transportes ou electricidade e em empresas onde há uma tradição de lutas. Todavia, o processo torna-se, rapidamente, generalizado sectorial e regionalmente, propagando-se a outras empresas e a outros sectores, nomeadamente o terciário. Como se pode ver no Quadro 1, no arranque de Maio, coincidindo com as referidas lutas na indústria, vemos caixeiros ou pescadores a organizarem-se, a apresentarem reivindicações e a recorrerem à greve, assim como o arranque das lutas nos CTT e TLP.

Rapidamente, as lutas estendem-se aos serviços, aos transportes, ao mundo rural, às pequenas e médias empresas, aos bancos, ao comércio, à imprensa, ao Estado e função pública, aos empregados de escritórios, aos caixeiros, aos pescadores, aos mineiros ou ainda aos moradores dos bairros urbanos. Assume, assim, contornos nacionais, sai da cintura industrial de Lisboa, atinge, por exemplo, os lanifícios na Covilhã, os mineiros da Panasqueira, trabalhadores rurais, sobretudo, no Ribatejo e no Alentejo, pescadores de Matosinhos, Peniche ou Aveiro, as empresas de confecções no norte do país (Quadro 1) ou minas de sal de Loulé.

No mundo rural há um processo generalizado de organização dos pequenos agricultores e assalariados agrícolas, de luta por acordos colectivos de trabalho, por melhores salários, de tomada das casas do povo e dos grémios visando a sua transformação em sindicatos¹.

Também os pescadores encetam, desde cedo, um processo de auto-organização, de substituição das organizações corporativas, de luta e de greves com origem fortemente espontânea e da base, à margem dos sindicatos e, por regra, contra o PCP². A luta é muitas vezes dirigida contra formas de monopólio no sector, havendo regionalmente empresas que detinham o exclusivo do abastecimento, dos barcos, dos estaleiros, das fábricas de gelo, dos frigoríficos e da rede de venda de peixe³.

¹ Na medida em que os meses de Abril a Setembro significam o arranque do movimento dos trabalhadores rurais cuja continuação e materialização se farão posteriormente, optou-se por não entrar na análise deste processo.

² *O Proletário*, 7 de Julho de 1974, p.2

³ *Voz do Povo*, 13 de Agosto de 1974

As diferentes formas de luta e reivindicações desse movimento geral, que do mundo operário passa ao mundo dos serviços e do mundo laboral passa para a sociedade, confirmam a explosão de um movimento nacional, impondo ao Estado a conquista de direitos e liberdades fundamentais, antes que os mesmos estejam institucionalizados ou legislados. É o caso de reivindicações como o direito à greve, a sindicalização livre, reuniões nos locais de trabalho, a organização operária e a constituição de órgãos como as comissões de trabalhadores.

A radicalidade e o carácter avançado deste movimento podem aferir-se recorrendo, mais uma vez, aos dados de Durán Muñoz. Este autor diz-nos que a acção coerciva das forças de segurança estatais ou das Forças Armadas apenas se efectivou ou se preparou para efectivar em 10 dos 958 conflitos registados em 1974 e 1975. O que é de realçar é o facto de 6 (Consilium, Soares da Costa, Federação dos Municípios do Ribatejo, CTT, TAP, *Jornal do Comércio*) destas 10 situações terem ocorrido entre Abril e Setembro de 1974⁴, atestando a força inicial deste movimento reivindicativo.

O movimento social organiza a sua vontade para além do Estado e do aparelho sindical em órgãos de vontade popular. É um movimento global, as pessoas auto-organizam-se para gerir o poder nos locais de trabalho ou de residência e para lidar com o Estado. Finalmente, é um movimento que não depende nem espera pelo Estado e que vai, frequentemente, contra este, contra sindicatos e o próprio PCP. Controlando este partido o aparelho sindical e, fazendo parte do Governo e dos órgãos estatais, é frequentemente chamado para, de algum modo, conter a mobilização popular. Ao não ser contida pelo Estado e pelas instituições a que este recorre, o movimento popular tem um papel decisivo na passagem para uma revolução, na esquerdização e radicalização do processo político e na derrota do projecto spinolista.

Chegados a Setembro este movimento revolucionário deixava diariamente a sua marca. Juntamente com partidos e militares, ainda que num processo de aproximação instável, com *nuances* e contradições, fazia uma revolução, forjava uma dinâmica que, dia a dia, fragilizava na rua o projecto político de Spínola.

⁴ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.243

Como vimos, o elemento unificador dos cinco meses em análise é este movimento revolucionário acabado de descrever. Parece, no entanto, importante distinguir três momentos do ponto de vista das reivindicações e da sua satisfação, na medida em que, como veremos, espelham a coerência do período em questão:

Os meses de Maio e Junho, sobretudo a primeira semana⁵, conhecem uma explosão de acções reivindicativas. O salário mínimo fora fixado a 27 de Maio, resultado directo da primeira vaga reivindicativa altamente focada em questões salariais. As lutas de Maio despertaram uma intensa campanha anti-greves encabeçada, sobretudo, por PCP, Intersindical e I Governo Provisório.

Em Junho e Julho, após a explosão inicial, há uma acalmia. Fundamentalmente, estes meses são marcados por uma tremenda vaga de despedimentos, as lutas são em menor número e assumem um carácter mais defensivo, residindo, principalmente, na defesa do trabalho e na defesa contra os despedimentos.

Agosto e Setembro conhecem um aumento do número de conflitos. O quadro é marcado pela contestação à Lei da Greve publicada a 27 de Agosto com o apoio empenhado do PCP. Paralelamente, faz-se já sentir a reorganização em curso no universo das direitas que arregimentam forças para o embate de 28 de Setembro.

2.2. De Abril a Setembro: O Dia-a-dia das Lutas

Logo em finais de Abril e, sobretudo, com o início de Maio irrompe um processo de agitação e mobilização social que, rapidamente, assume um carácter revolucionário, pondo em causa a ordem estabelecida nas fábricas, nas empresas, nos serviços, nos campos, nas escolas, nas universidades e nos bairros. Analisadas as principais características deste processo, olharemos agora alguns dos seus principais factos e momentos entre os meses de Abril e Setembro de 1974.

Abril

Muitas acções eclodem no próprio dia 25 de Abril, sendo que algumas delas estavam já marcadas para esse dia, não estando relacionadas com o golpe militar.

⁵ Orlando Neves, Mil Dias - *Diário de uma revolução. 25 de Abril a 30 de Setembro de 1974*, p.233

Logo a 25 e 26 dá-se a paralisação na Mague, após meses de luta por uma melhoria salarial que, após a mediação do delegado da JSN, culmina dia 30 com um aumento de 1500\$00.

A Intersindical aprova a 26 de Abril um “Comunicado aos Trabalhadores” onde constam catorze reivindicações:

“1º de Maio como feriado; total liberdade sindical, com ratificação da convenção nº87 da OITA; Que sejam repostas as liberdades individuais do povo português; Fim da carestia de vida; Aumento imediato de salários e instituição do salário mínimo nacional; redução do horário semanal para 40 horas, em cinco dias; reintegração nos seus locais de trabalho de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua actividade sindical; Liberdade de reunião e associação; Imprensa completamente livre; responsabilidade das redacções na orientação das publicações; Administração de Previdência exclusivamente pelos trabalhadores; Federação em organismos internacionais sindicais; Direito à greve; Extinção total da PIDE/DGS e julgamento político dos seus membros; Liberdade imediata de todos os presos políticos”.⁶

A Intersindical procura definir os grandes objectivos da luta operária, todavia, trata-se de um caderno reivindicativo que na luta diária será rapidamente ultrapassado, embora se constitua como um importante referencial da luta operária.

Nos primeiros dias após o 25 de Abril muitas acções do movimento operário centram-se no saneamento das estruturas sindicais, vários sindicatos vão sendo ocupados e substituídas as suas direcções, num movimento generalizado que se prolonga pelos primeiros meses do processo revolucionário. Em Lisboa são ocupados, por exemplo, o sindicato dos Motoristas e o da Construção Civil, e no Porto o sindicato dos empregados de escritório e o sindicato de panificação.

Dia 30 o Ministério das Corporações é ocupado e passa a designar-se por Ministério do Trabalho, Spínola reúne com vários dirigentes sindicais e apela à ordem. Ainda neste dia arranca a greve na Transul e inicia-se a luta na Rádio Renascença, na sequência de uma curta greve contra a censura interna que levará à demissão de dois administradores resultante da pressão dos trabalhadores e a que no dia 25 de Maio os trabalhadores declarem estar a estação em autogestão.

⁶ José Carlos Valente, “O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a Unidade”, pp.223-224

Maio

O mês de Maio de 1974 marca uma explosão grevista e reivindicativa sem paralelo. Fátima Patriarca, como vimos, contabiliza 149 conflitos para este mês⁷. As apoteóticas comemorações do 1º de Maio dão o sinal para a explosão social que Portugal conhecerá ao longo do seu processo revolucionário e confirmava estar em marcha um processo profundamente definidor da forma como se processaria a transição para a democracia. A propósito destas comemorações, a JSN vai, em comunicado de 30 de Abril, apelar ao “civismo” da população, à “ordem” e “respeito” “pela propriedade alheia”⁸.

Em Maio desperta um país em revolução, em grande parte pela mão da explosão dos movimentos sociais. A primeira quinzena é marcada por lutas laborais fundamentais e de grande ressonância em empresas como a Siderurgia Nacional, Lisnave, CUF, Timex ou Messa.

Arranca a luta dos ferroviários e na imprensa com a recusa dos jornalistas em aceitar qualquer censura, a decisão de eleger os conselhos de redacção e com a ocupação do *Diário de Lisboa*, seguindo-se os trabalhadores do *Diário de Notícias* que ocupam as instalações e impedem a entrada dos administradores. No dia 5 arranca a luta no jornal *O Século* que se prolonga até dia 16, com greves e ocupações de instalações. Rádio Renascença, Rádio Clube Português, *Diário Popular*, *A Capital*, *Jornal de Notícias*, *Comércio do Porto* ou *Primeiro de Janeiro* são alguns dos órgãos de informação em luta no início de Maio⁹.

No dia 2, os professores decidem criar um sindicato, o regresso dos exilados políticos é autorizado, funcionários públicos, engenheiros, médicos e economistas reúnem-se tendo em vista a democratização dos seus sectores e a organização sindical, enquanto metalúrgicos discutem a criação de um fundo de greve e o contrato colecti-

⁷ Fátima Patriarca, “A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social?”, in *Portugal e a Transição para a Democracia*, coord. por Fernando Rosas, p.138

⁸ *O Século*, 30 de Abril de 1974, in *A Revolução das Flores. Do 25 de Abril ao Governo Provisório*, p.121.

⁹ *Expresso*, 4 de Maio de 1974, pp.1 e 4

vo de trabalho e operários do sector têxtil e dos lanifícios debatem a fusão dos dois sectores.

Dia 3 cerca de 3000 trabalhadores dos TLP ocupam as instalações e são evacuados por militares e dia 5 expulsam a administração, exigindo a sua a demissão. Na Cidla, os trabalhadores exigem saneamentos e na Siderurgia Nacional milhares de operários em assembleia apresentam as suas reivindicações.

De facto, a explosão reivindicativa, atingindo quase todos os sectores, mal começara. Porém, em comunicado distribuído a 3 de Maio a Junta de Salvação Nacional, depois do apelo de Spínola aos dirigentes sindicais, apela à contenção da impaciência e ao respeito pelas hierarquias, não admitindo o desrespeito da sua autoridade e poder através de comportamentos não sancionados¹⁰.

A 5 de Maio dez mil trabalhadores dos CTT reúnem-se para eleger a Comissão Pró-Sindicato e a 25 os trabalhadores estão em greve no Terreiro do Paço. A luta reivindicativa contamina quase todos os sectores e regiões do país. Os pescadores estão em greve, arrancando com a organização de sindicatos. Logo no dia 2 Maio pescadores de Matosinhos fazem greve que dura até dia 6, seguindo-se os pescadores da Nazaré a 12 de Maio, Peniche e Sesimbra.

Em Évora os trabalhadores rurais transformam as Casas do Povo em Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e em Alcácer do Sal uma manifestação exige a prisão dos latifundiários. Dia 6 reúnem-se em assembleia-geral os trabalhadores metalúrgicos do Porto e de Matosinhos e cerca de três mil ferroviários destituem a administração e exigem saneamentos.

No dia 6 de Maio, a JSN vem, em comunicado, criticar as reuniões de trabalhadores nas horas de trabalho, os ataques à hierarquia e as expulsões de elementos por razões políticas que trabalhadores por todo o país vinham pondo em prática.

Na Timex é eleita a comissão de trabalhadores a 6 de Maio, no dia 9 ocupadas as instalações e a dia 10 inicia-se a greve que termina a 15 de Maio com a aceitação pela assembleia-geral de trabalhadores da proposta da Junta de Salvação Nacional de demissão dos dirigentes cujo saneamento era exigido. No entanto, a 27 de Maio os

¹⁰ *Expresso*, 4 de Maio de 1974, p.1

trabalhadores da Timex entram em greve de zelo com ocupação de instalações que impõe na prática a semana de 40 horas e a retenção de *stocks* de relógios. A 3 de Junho os trabalhadores assumem o controlo da fábrica. A luta nesta empresa é conduzida pela base que controlava, em larga medida, a comissão de trabalhadores, fazendo sentir-se um menor peso dos partidos comparativamente a outros sectores¹¹. Na Mesa os trabalhadores apresentam o seu caderno reivindicativo dia 9 de Maio e dia 16 entram em greve com ocupação das instalações que se prolongará até 27 de Maio.

Rapidamente, os conflitos laborais alastram da cintura industrial de Lisboa e margem sul do Tejo ao resto do país. A 13 de Maio nas minas da Panasqueira na Beira Alta 1600 trabalhadores estão em greve que termina a 17 sem a satisfação da reivindicação das 40 horas semanais. No dia seguinte é a vez de 500 mineiros da minas da Borralha entrarem em greve. Desenvolvem-se lutas operárias na Metalúrgica Duarte Ferreira no Tramagal, na Cambournac, na Firestone e no sector dos lanifícios, nomeadamente com a greve intermitente na Covilhã a 12 de Maio e em Portalegre. No dia 17, operários têxteis e dos lanifícios concentram-se em frente ao Ministério do Trabalho. No sector dos cimentos registam-se as lutas na Cimentos Tejo e na Secil e, na construção civil, 4 mil de operários da Torralta entram em greve dia 9.

Na Lisnave, a dia 9, os trabalhadores destituem a comissão interna da empresa e no dia seguinte inicia-se uma curta paralisação com o objectivo de sanear a administração. Uma das reivindicações fundamentais desta primeira vaga de lutas laborais centra-se nos contratos colectivos e dia 10 de Maio são homologados todos os contratos colectivos de trabalho pendentes¹². Dia 10 inicia-se uma greve total de quinze dias na J.J. Gonçalves e uma greve parcial na CUF do Barreiro que termina a 18 com a aceitação parcial das reivindicações.

Na sequência do arranque do movimento das ocupações de casas, dia 10 a JSN vai manifestar-se contra as ocupações mas legaliza as já verificadas e, no mesmo dia, a Intersindical reúne-se com a presença de delegados de 54 sindicatos. Em Castelo Branco e Alenquer, as câmaras municipais são ocupadas e as direcções destituídas. Dia 14 regista-se a paralisação na empresa de construção civil J. Pimenta, o início de uma gre-

¹¹ José Carlos Valente, "A explosão social. Abril a Setembro de 1974", in *Revista História*, nº1 Outubro de 1994, p.56

¹² Maria de Lurdes Lima Santos *et alia*, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, p.103

ve de 6 dias na Bayer, a greve total com a duração de uma semana dos trabalhadores do Círculo dos Leitores com ocupação da empresa e a greve de catorze dias na Simões & Cia.

A 15 de Maio, dia em que Spínola toma posse como Presidente da República, simbolicamente, arrancava a greve na Lisnave que conhecerá momentos decisivos no epílogo da primeira aventura spinolista em Setembro. Na Singer os trabalhadores expulsam, com o apoio da JSN, dois dirigentes estrangeiros e estão em greve que se prolongará por 10 dias. Estão também em greve os trabalhadores da Ciba–Geigy Portuguesa, da Fábrica Nacional de Margarina, do Grão Pará, da Salvador Caetano e da Sociedade Estoril. Na mesma situação estão os trabalhadores de algumas empresas que trabalham na ampliação das refinarias da Sacor no Porto, dos transportes públicos, dos lanifícios do Norte, Covilhã, Mira de Aire, Castanheira de Pêra, dos têxteis de Lisboa, dos laboratórios de produtos farmacêuticos e da construção civil.

Na Renault dá-se uma série de conflitos entre 17 e 24 de Maio, nomeadamente uma greve intermitente. No Automóvel Clube de Portugal a luta centra-se em torno dos saneamentos e da reivindicação de 40 horas semanais e 1 mês de férias. A 17 de Maio estão em greve total a ENI e a empresa Luso-Belga e começam os conflitos na Sorefame com uma ameaça de greve. No *Jornal do Comércio*, jornalistas e tipógrafos entraram em greve exigindo e conseguindo a reintegração dos jornalistas suspensos na sequência de uma notícia sobre a estadia de Marcelo Caetano e Américo Tomás na Madeira.¹³

No âmbito de grandes mobilizações populares, da multiplicação de comícios, manifestações, assembleias e sessões de esclarecimento, no dia 19 tem lugar um comício que inclui PRP, URML, LCI, CBS, LUAR.

Apenas dois dias após a nomeação do Governo Provisório, o *Expresso* afirmava que as greves eram “o mais grave dos quebra-cabeças com que se deparará o Governo”. O semanário dá ainda conta da “inquietação” de dirigentes sindicais e do Partido Comunista relativamente a paralisações laborais que se desenvolviam à revelia dos or-

¹³ *Expresso*, 18 de Maio de 1974, p.2

ganismos sindicais que “parecem, nalguns casos, em vias de perder o controle da situação”¹⁴

A semana de 19 a 25 de Maio conhece o maior pico grevista do período Maio-Junho com 97 conflitos¹⁵ e as lutas fazem-se já num quadro de um Governo constituído, o que inflama a situação na medida em que muitas destas acções são entendidas como ataques ao Governo provisório que tomara posse a 16 de Maio. De facto, muitas das lutas laborais em curso nestes primeiros meses após o 25 de Abril são, frequentemente, apontadas como ataques ao Governo ou ao MFA, como acções perturbadoras do processo de democratização do país. É nestes termos que, muitas vezes, PCP e partidos da coligação governamental, Intersindical, Governo, Junta de Salvação Nacional ou mesmo o MFA se referem a muitas acções dos movimentos sociais.

A semana arranca dia 20 com a ocupação da sede da Companhia das Águas Livres pelos trabalhadores, luta que culminará na nacionalização da empresa, e com a luta na ITT. Posteriormente, já decretada a nacionalização da Companhia das Águas de Lisboa, os trabalhadores continuam a luta, nomeadamente, com reivindicações salariais. Em Julho, pouco depois da tomada de posse do II Governo, a Comissão de Trabalhadores da CAL pede uma audiência urgente ao secretário de Estado das Obras Públicas ameaçando cortar o abastecimento de água a Lisboa caso o pedido fosse recusado¹⁶. Soam os primeiros alarmes relativos aos perigos do caos económico, a comissão de apoio à luta dos trabalhadores dos têxteis e lanifícios denuncia os ataques feitos à greve dos trabalhadores.

No dia em que sai o primeiro *Luta Popular* legal, 23 de Maio, os professores vão exigir o saneamento do Ministério da Educação e Cultura. Numa altura em que os trabalhadores da empresa têxtil Lopes da Costa dizem não à greve e o Sindicato dos Profissionais de Escritório de Coimbra adverte sobre os perigos das greves, termina a greve na Lisnave. Prossegue a luta na Rádio Renascença, onde os trabalhadores vão defender a autogestão e elementos do exército ocupam as instalações, após uma denúncia de uma alegada ameaça da extrema-esquerda, e no ensino secundário e universitário e termina a greve dos têxteis com um acordo entre o sindicato, o patronato e o Mi-

¹⁴ *Expresso*, 18 de Maio de 1974, p.2

¹⁵ Orlando Neves, Mil Dias - *Diário de uma revolução. 25 de Abril a 30 de Setembro de 1974*, p.194

¹⁶ Garcia dos Santos, *General Garcia dos Santos, Memórias Políticas. Um pouco do que vivi*, p.40

nistério do Trabalho, sob intensa pressão dos trabalhadores, traduzido no aumento de 1000\$00 escudos para todos os trabalhadores.

A nacionalização da Companhia das Águas de Lisboa é a primeira nacionalização decretada pelo Governo. No entanto integra-se num movimento global pela participação dos trabalhadores na gestão de inúmeras empresas. A participação dos trabalhadores na gestão e direcção das empresas intensifica-se no decorrer das lutas laborais, na medida em que a fuga dos proprietários para o estrangeiro ou as ameaças de encerramento e de despedimentos massivos levam a que os trabalhadores assumam a gestão das empresas, evitando o seu encerramento, e se multipliquem os apelos à sua nacionalização pelo Estado, como sucedeu, por exemplo, na Sogantal. Será frequente assistir-se ao longo de 1974 e 1975 à intervenção do Estado nas empresas com o objectivo de as salvar de um eminente encerramento, bem como a muitas fábricas geridas pelos próprios trabalhadores, forjando-se uma tendência que culminará em futuras nacionalizações¹⁷.

A terminar um mês de Maio explosivo do ponto de vista das lutas e mobilizações sociais é fixado o salário mínimo e são intensos os ataques ao movimento grevista. A fixação do salário mínimo¹⁸, ainda que com valores significativamente abaixo da generalidade das reivindicações laborais, não pode deixar de ser entendida como uma conquista a culminar a vaga reivindicativa de Maio. Nesse sentido apontam também o congelamento dos preços das rendas e das remunerações iguais ou superiores a 7500\$00, o aumento de pensões e abonos de família. Segundo José Carlos Valente, o anúncio da fixação do salário mínimo nacional de 3300\$00 escudos estará entre os factores que contribuem para um decréscimo das lutas laborais em Junho comparativamente a Maio¹⁹.

O fim de Maio conhece dois processos de luta fundamentais pelo impacto que terão no quotidiano da população e no normal funcionamento de um país: panificação e Carris. Podemos dizer que o final de Maio faz jus ao estrondo que provocara a explo-

¹⁷ Carlos Santos; José Casimiro, *O Movimento Operário: a década de 70. Quando o trabalhador se tornou cidadão*, p.47

¹⁸ Decreto-Lei, nº217/74, Diário do Governo, nº123, de 27 de Maio de 1974

¹⁹ José Carlos Valente, "O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a Unicidade", p.228

são social registada imediatamente após o sucesso do golpe de 25 de Abril e que a partir de 1 de Maio se ampliaria. Dia 27 de Maio, Lisboa vai então acordar sem pão e sem autocarros e eléctricos. É uma ilustração certa do momento que se vivia, do alcance das lutas sociais. Os cinco mil trabalhadores da Carris e da panificação entram em greve, em ambos os casos contra a posição dos respectivos sindicatos e sob fortes críticas do PCP, ao mesmo tempo que as portagens da ponte sobre o Tejo não são cobradas, os trabalhadores dos CTT da estação do Terreiro do Paço fazem greve, contrariando a posição da comissão pró-sindicato, e há uma greve de zelo na Timex. As greves da Carris e da Panificação terminam dia 30, bem como a dos pescadores da Nazaré. Chegam também ao fim as demais greves no sector dos lanifícios e dos têxteis. Em várias empresas metalúrgicas terminam as greves na sequência da assinatura do contrato colectivo.

A reacção à vaga grevista intensifica-se em finais de Maio. Em comício no dia 26, Álvaro Cunhal vai criticar o que chama de comportamentos contra-revolucionários e alerta para o perigo de caos causado pelas greves descontroladas. Também Dias Lourenço vai acentuar, noutro comício, as críticas do PCP às greves²⁰. As críticas comunistas centram-se não só na vaga grevista mas também nas acções da extrema-esquerda, como a manifestação de dia 25 de Maio de apoio à libertação do Capitão cubano Peralta. Sintomaticamente, já num quadro marcado pelo anúncio da fixação do salário mínimo, pequenos empresários apoiam os esforços da Intersindical para moderar os aumentos salariais.

No dia das greves da Carris e dos padeiros, Galvão de Melo aparece nos ecrãs da RTP a fazer um discurso catastrófico e Mário Castrim, nas páginas do *Diário de Lisboa*, segue a linha do PCP na denúncia do perigo para o país que causava o movimento grevista. No dia seguinte, em que terminam as greves nos CTT e na Messa, será a vez de o MDP atacar a onda de greves, enquanto o PCP emite um comunicado criticando as manobras do patronato nas greves da Carris e da panificação²¹. No decorrer destas lutas, os trabalhadores são acusados de serem contra-revolucionários. Dia 29, o presidente da República, António de Spínola, em discurso no Porto alerta para a anarquia e

²⁰ *Diário de Lisboa*, 27 de Maio de 1974, p.8

²¹ Maria de Lurdes Lima Santos *et alia*, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, p.106

o caos económico, falando na célebre teoria da “terra queimada”²², voltando, na posse do Conselho de Estado, a 31 de Maio, a criticar o clima de intensa agitação social, a clamar por um poder forte e pelo respeito pelas leis²³. O Governo provisório vem também criticar os responsáveis pela agitação laboral e social e apela ao papel dos sindicatos. Na RTP o tom é idêntico numa mesa redonda que inclui os partidos do Governo e a Intersindical. A reacção de sindicatos da Intersindical, PCP e MDP, bem como dos demais partidos da coligação governamental, do próprio Governo, da Presidência da República e elementos relevantes do bloco de poder político-militar, como Galvão de Melo, membro da JSN, é sintomática da generalização, perturbação e força que a explosão social de Maio consubstancia.

Como já foi referido, o PCP, sobretudo a partir do momento que integra o Governo, vai atacar duramente a vaga grevista, denunciando as greves como acções reaccionárias protagonizadas por aqueles que pretendem um regresso à ditadura, concentrando-se, particularmente, no ataque à extrema-esquerda²⁴ que, através das comissões de trabalhadores e estruturas de base, controlava a maioria das lutas. Também o PS se junta ao PCP ao defender o controlo por parte dos sindicatos das greves.

A luta estudantil continua, com a greve dos alunos do ensino secundário dia 26 e traduz-se a 29 de Maio na abolição dos exames para todos os alunos com média superior a 10 valores, conhecendo a situação do ensino secundário alguma normalização no dia 30.

Após a greve e a luta com grande impacto no Metropolitano de Lisboa, dia 30 de Maio, o Governo vai demitir a administração devido às concessões feitas aos trabalhadores e anula o acordo salarial.

Se, no fim de Abril e inícios de Maio, Spínola parecia emergir como homem forte da nova ordem, aparentemente secundarizando o MFA, preparado para desenvolver o seu projecto político e africano, em fins de Maio e no início de Junho a situação é já diferente. O que mudara? Essencialmente, a explosão dos movimentos sociais e a

²² *Expresso*, 1 de Junho de 1974, p.2

²³ Discurso de António de Spínola na tomada de posse do Conselho de Estado, 31 de Maio de 1974 in: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa11>

²⁴ “Comunicado sobre as manobras da reacção”, 28 de Maio de 1974, in *Comunicados do CC do PCP*, Abril/Dezembro de 1974, Lisboa: Avante!, 1976, pp.31-35

rápida afirmação de um movimento reivindicativo que consubstanciava um movimento de massas revolucionário.

Esta vaga de mobilizações populares que arranca explosivamente em Maio terá implicações determinantes no decorrer do processo político e no reequilíbrio de forças. Este movimento popular tem o condão de desferir um primeiro golpe no projecto e ascensão inicial de Spínola. Em finais de Maio tornava-se clara a impossibilidade de uma transição sem convulsão social, assente numa espécie de presidencialismo militar que não se coibia de estabelecer algumas continuidades com o marcelismo. Se era certa a aparência de moderação do novo poder, personificada num Presidente da República conservador e autoritário, num Primeiro-ministro de sinal liberal conservador, num executivo equilibrado politicamente, cujo programa fora elaborado por Veiga Simão que procurara salvaguardar algumas características das políticas mais reformistas do marcelismo²⁵, e numa JSN também ela de aparente moderação e equilíbrio, era também certo que a explosão dos movimentos sociais empurrava indelevelmente o processo para a esquerda, criava um quadro revolucionário, de sucessão de acções subversoras, de pressão insuportável sobre o bloco de poder político-militar.

Finalmente, a abertura deste quadro vai, como vimos, reforçar a posição do MFA que tendia a não reprimir a maioria das acções populares, apoiando até algumas delas. A aproximação do MFA aos movimentos sociais empurra-o para uma posição mais forte no seio do poder, permite-lhe recuperar após a ultrapassagem inicial de Spínola, ganhar legitimidade, força e proximidade juntos dos movimentos sociais que a partir de Maio são o grande elemento transformador e perturbador do processo e equilíbrios políticos. Por tudo isto, Junho conhecerá iniciativas de Spínola no sentido de repor a hierarquia, reforçar os poderes presidenciais, conter a dinâmica de agitação social, enfim, recuperar algum do poder e ascendente que aparentara ter no início de Maio. De facto, Maio sinalizava a explosão de um movimento revolucionário que punha em causa a ordem estabelecida que Spínola e Junta procuravam garantir.

²⁵ Entrevista feita pelo autor a José Veiga Simão, 9 de Junho e 15 de Julho de 2010

Junho

Após um turbulento mês de Maio marcado por um ritmo febril de greves e lutas laborais, Junho começa, sintomaticamente, com a manifestação no dia 1 da Inter-sindical contra a greve.

A continuação dos diversos ataques à vaga grevista, segundo Maria de Lurdes Lima Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, contribuirá para uma des-cida no movimento reivindicativo²⁶, não obstante, continuar intenso e contabilizar cerca de 170 conflitos ao longo de Junho, alguns deles herdados de Maio como na Timex, TLP, CTT, Siderurgia Nacional ou J. Pimenta²⁷. A primeira semana de Junho é, particularmente, fértil em lutas, com cerca de 60 casos registados, registando-se alguma desaceleração até ao final do mês.

A dinâmica das lutas operárias é marcada, a partir de agora, pela fixação do salário mínimo, conquista das mobilizações operárias ao longo de Maio, e pelo início de uma tremenda vaga de despedimentos que muitos, nomeadamente o ministro da Coordenação Económica, Vasco Vieira de Almeida, relacionam, precisamente, com a fixação do salário mínimo em 3300\$00. O ministro considera o valor demasiado elevado, incomportável para a economia, reflectindo a situação de um país onde a pujança das lutas sociais impunha vitórias sobre o poder ou o Estado, obrigando-o a reagir em função das acções dos movimentos sociais, a legislar e, frequentemente, a ceder sob a sua pressão²⁸, a responder ao que então se chamava de “factos consumados”, ou seja, reconhecer situações já existentes de facto, como aconteceu nas ocupações de casas.

Junho é atravessado por uma intensa vaga de despedimentos e encerramento de empresas e, consequentemente, pelo aumento do desemprego. Segundo os números do Serviço Nacional de Estatística, citados por Orlado Neves, em Junho registaram-se mais 13251 desempregados que no mês anterior, de Julho a Agosto mais 8118 e em Setembro mais 15 813. De Junho ao fim de Outubro de 1974 o número aproximado de

²⁶ Maria de Lurdes Lima Santos *et alia*, O “25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas, I vol., p.107

²⁷ Orlando Neves, *Mil Dias - Diário de uma revolução. 25 de Abril a 30 de Setembro de 1974*, pp.233-235

²⁸ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio, 2009

desempregados rondava os 59 913, enquanto o total de trabalhadores desempregados rondaria os 180 000²⁹.

Esta tendência vai fazer-se sentir, por exemplo, nos metalúrgicos, motoristas de praça, operários de calçado, empregados de escritório, caixeiros, operários têxteis e de vestuário. Alguns destes despedimentos e encerramentos prendem-se, de facto, com a fixação do salário mínimo, fosse pela incapacidade real das empresas em aplicá-lo³⁰, fosse pela sua utilização como argumento para aqueles. A título de exemplo, nas confecções do Porto registam-se despedimentos em mais de mil firmas, nos metalúrgicos da mesma cidade a média de despedimentos é de cinquenta por semana desde o início de Junho, nos têxteis e lanifícios os despedimentos, desde a fixação do salário mínimo, atingiram milhares de trabalhadores. Paralelamente, dezenas de fábricas equacionavam e passavam a trabalhar apenas quatro dias por semana³¹.

Para Marcelo Rebelo de Sousa “O que fora, entre o termo de Abril e a primeira quinzena de Maio, uma agitação imediata ao derrube da ditadura começa a converter-se num fortíssimo medir de pulso ao Governo Provisório, em diversificadas frentes sociais, e em particular na laboral.”³². De facto, a explosão social decorrente dos circunstancialismos do golpe militar e da situação aberta por este, converte-se, a partir da segunda metade Maio e ao longo de Junho, num processo de luta por direitos que se traduz num processo revolucionário e numa intensa pressão sobre o Governo Provisório e demais órgãos de poder.

Será em Junho que as trabalhadoras da Sogantal ocupam a empresa e começam a vender a produção. Dia 17 35 000 trabalhadores dos CTT estão em greve por aumentos salariais e apenas desmobilizam perante a ameaça de Spínola de uma intervenção militar. A imprensa diária faz referência a centenas de conflitos sociais. Para além da agitação laboral, está em curso um movimento de saneamento das autarquias locais e o mês de Junho começa com a eleição da Comissão Administrativa para a Câmara Municipal de Oliveira dos Frades proposta pelo MDP, com a presença e supervi-

²⁹ Orlando Neves, *Mil Dias - Diário de uma revolução. 25 de Abril a 30 de Setembro de 1974*, p. 205

³⁰ José Carlos Valente, “O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a Unicidade”, p.230

³¹ *Diário de Lisboa*, 21 de Junho de 1974, p.7

³² Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, pp.80 e 81

são de elementos do MFA. A nova gerência provisória da Câmara elaborou, de imediato, um caderno de reivindicações que ia desde a extinção do Grémio da Lavoura à restituição dos baldios às populações, passando pela electrificação de várias aldeias, remodelação de unidades hospitalares ou o estabelecimento de redes de abastecimento de água e de esgotos³³. Continuam as lutas na Carris e no metropolitano.

Segundo o *Diário de Lisboa*, continua a greve na fábrica Timex, onde 2 000 trabalhadores continuam em greve de zelo, "tendo imposto 40 horas de trabalho semanal, a não saída de *stocks* de relógios e a formação de piquetes de defesa da greve que se iniciou dia 27 de Maio, dia em que terminava o prazo para a administração dar resposta ao caderno reivindicativo". Na Impormol, os trabalhadores retomaram o trabalho e afirmam a sua colaboração com a JSN já que "nem todas as empresas podem suportar as reivindicações salariais (apresentadas) sem perigo para a economia nacional". O mesmo diário noticia ainda, a continuação da luta dos pescadores, perturbações no Liceu Garcia da Horta³⁴, a mobilização dos trabalhadores rurais do Norte do país, a homologação do contrato colectivo de trabalho dos empregados de escritório de Lisboa, o despedimento de setenta e cinco trabalhadores na Mantex na Maia³⁵.

Em Junho, tal como em Maio, ainda que com menor intensidade, as lutas laborais abarcam todos ou quase todos os sectores. O movimento é intenso e global, diário e estrutural. Muitos casos tiveram pouco impacto mediático ou na opinião pública, outros nem sequer ecoaram para além do local de trabalho, de residência ou instituição estudantil. No entanto, toda a dinâmica política está condicionada por esta vaga de fundo. Todas estas acções revelam que nada entre Abril e Setembro de 1974 se pode perceber sem ter em conta o papel, umas vezes quase invisível, outras mais mediático e público, mas sempre estruturante, dos movimentos sociais em Portugal.

É ainda em Junho que se constituem os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, inicialmente no distrito de Beja, depois por todo o Alentejo. A 21 de Junho é assinado o

³³ *Diário de Notícias*, 1 de Junho de 1974, p.2

³⁴ *Diário de Lisboa*, 1 de Junho de 1974, pp.4, 7, 13 e 17

³⁵ *Diário de Lisboa*, 3 de Junho de 1974, pp. 1, 14 e 15

primeiro acordo de trabalho no Alentejo entre o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e a Associação dos Empresários Agrícolas do Concelho de Beja³⁶.

É no decorrer de um mês de Junho que confirmava a explosão reivindicativa de Maio que se dá aquele que é considerado o primeiro grande choque entre Spínola e uma Comissão Coordenadora do MFA, definitivamente, determinada em afirmar-se como agente político, a ter lugar na Manutenção Militar a 13 de Junho e que mais à frente analisaremos. Estando, no fundamental, determinado pela descolonização e o equilíbrio e disputa de poderes entre a Coordenadora do MFA e Spínola, este primeiro choque faz-se já num incontornável clima de tensão marcado pelas mobilizações sociais, determinando uma primeira e decisiva vitória do MFA sobre Spínola. A chamada “Crise Palma Carlos”, como veremos, será um dos capítulos seguintes e aí o clima de agitação social e de mobilizações populares intensas será ainda mais determinante.

As lutas laborais e a vaga grevista de Maio e Junho, associadas a conquistas como o salário mínimo e a satisfação de várias das reivindicações (aumentos salariais, 13º mês, menos horas de trabalho), despoletam uma reacção do patronato que vai-se traduzindo numa fortíssima onda de despedimentos, encerramento e descapitalização de empresas e abandono do país de muitos empresários e proprietários de empresas. Perante isto, o PCP, ainda que sem incitar à greve, “(...) apela aos trabalhadores para se defenderem da sabotagem económica e sobretudo dos despedimentos. Isto passa-se na ITT, na Cambournac, na Toyota, CIM, Tecnividro na Gracinda Flores e em muitas outras fábricas e empresas”³⁷.

António Champalimaud dizia em finais deste quente Junho: “Os operários são actualmente demasiado livres”³⁸.

³⁶ *Diário de Lisboa*, 21 de Junho de 1974, p.

³⁷ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.91

³⁸ *Diário de Notícias*, 25 de Junho de 1974, citado em Francisco Louçã, *25 de Abril. Dez anos de Lições. Ensaio para uma Revolução*, Lisboa, Cadernos Marxistas, 1984, p.36

Julho

Orlando Neves estima para o mês de Julho cerca de 140 conflitos, sendo que muitos deles haviam conhecido o seu arranque nos meses anteriores³⁹. Julho regista um ligeiro aumento do número de conflitos relativamente ao final do mês anterior num processo de recuperação até Setembro. De facto, continuam as grandes lutas na Lisnave, na TAP, na Timex, na ITT de Cascais (ITT Semicondutores e Standard Eléctrica), na Sogantal, na Charminha, na Cambournac ou na Efacec-Inel, onde os trabalhadores entram em greve com ocupação das instalações no dia 8, proibindo a entrada dos administradores⁴⁰. Para além do forte empenho na luta contra os despedimentos, a luta na Efacec-Inel reflecte uma reflexão sobre possíveis formas de autogestão⁴¹. A 5 de Julho os trabalhadores da Socel entram em greve exigindo saneamentos.

Intensifica-se a luta contra a lei de imprensa, nomeadamente no comício organizado pelo MRPP que conta com a participação da Resistência Popular Anti-Colonial (RAPC), Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas (FEM-L), Comitês Operários, Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), União Popular dos Trabalhadores da Informação (UPTI), revista *Tempo e o Modo*, *Yenan*, jornal do Círculo de Democracia Popular 12 de Dezembro. Também os escritores se mobilizam através das posições da Associação Portuguesa de Escritores contra o decreto-lei que estipula o controlo da informação⁴². A lei de imprensa será também um dos mobiles da luta dos jornalistas⁴³. Os trabalhadores de *A Capital* contestam a sanção aplicada ao jornal pela Comissão *ad hoc* para a Imprensa, Rádio e TV⁴⁴. Na Rádio Renascença, o movimento dos trabalhadores segue o seu curso e alguns noticiaristas são expulsos por “desrespeitarem as normas de censura interna no que se refere a noticiários”⁴⁵.

Prossegue o movimento de substituição dos dirigentes das autarquias com a exoneração dos presidentes da câmara dos concelhos de Alpiarça, Amarante, Cartaxo,

³⁹ Orlando Neves, *Mil Dias - Diário de uma revolução. 25 de Abril a 30 de Setembro de 1974*, pp.235-236

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1974, p.11

⁴¹ *Combate*, 19 a 25 de Julho de 1974, p.2

⁴² *Diário de Lisboa*, 1 de Julho de 1974, pp.1, 2, 7, 8, 9, 10, 19

⁴³ *Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1974, p.18

⁴⁴ *Diário de Lisboa*, 4 de Julho de 1974, p.24

⁴⁵ *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1974, p.9

Chamusca, Constância, Entroncamento, Gavião, Golegã, Gondomar, Mação, Marco de Canaveses, Salvaterra de Magos, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, Sardoal, Valongo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira e Vila Real. Em Coimbra, a população, enquadrada pelo MDP, exige a demissão do presidente e vice-presidente da Câmara⁴⁶. Poucos dias depois é saneada a câmara do Entroncamento e a nova comissão administrativa é organizada pelas Forças Armadas e sancionada pelo Ministério da Administração Interna⁴⁷. Em comunicado os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa exigem o saneamento desta autarquia⁴⁸. A 15 de Julho estão dissolvidas, por portarias do Ministério da Administração Interna, e substituídas por comissões administrativas propostas pelo Movimento Democrático Português os municípios de Alfândega da Fé, Avis, Barrancos, Bragança, Castanheiro de Pêra, Castro Marim, Meda, Miranda do Douro, Ourique, Palmela, Penalva do Castelo, Vale de Cambra e Vila Verde. Poucos dias depois é a vez de tomarem posse as comissões administrativas das Câmaras Municipais dos concelhos de Alcobaça, Alvaiázere e Bombarral⁴⁹.

A mobilização popular não se traduz apenas em conflitos laborais, manifestações ou reivindicações. Há um pulsar global de participação. Num cenário de agravamento da economia, muitos cidadãos vão fazer donativos ao Ministério do Trabalho, nomeadamente os trabalhadores da Tabaqueira (149 923\$30), da Docapesca (3200\$00), sete crianças do Alto da Ramada (1254\$00), funcionários da Jean Barangé Lda, Silves (16 677\$50), trabalhadores da Cortisilves (770\$00), trabalhador da Cortigarbe Lda (140\$00), trabalhadores da Somagor de Lisboa, Porto e Coimbra (9918\$80). Também os trabalhadores da CUF e da UFA ofereceram mil contos ao Ministério do Trabalho⁵⁰.

Para muitos, a par da conquista de vitórias sectoriais, o que estava em causa era a construção de uma nova ordem política, social e económica, ou seja, de um novo país. De facto, as lutas não se cingem a questões meramente laborais. Os trabalhadores do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários denunciam o lançamento de uma política de crédito que consideram nociva, pelo que enviam ao MFA e ao Governo uma

⁴⁶ *Diário de Lisboa*, 1 de Julho de 1974, p.4

⁴⁷ *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1974, p.2

⁴⁸ *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1974, p.4

⁴⁹ *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1974, p.11

⁵⁰ *Diário de Lisboa*, 6 de Julho de 1974, p.9

moção denunciando esta “manobra monopolista da banca portuguesa”⁵¹. Poucos dias depois, os trabalhadores dos serviços de Lisboa do Banco de Portugal aprovam em assembleia uma proposta que vem defender a nacionalização a curto prazo desta instituição bancária. Os trabalhadores da Fábrica de Margarinas impõem que os despedimentos na empresa só poderiam realizar-se com consentimento da comissão de trabalhadores⁵². Sinal de que os movimentos sociais na Primavera e Verão de 1974 significam a entrada de milhares de cidadãos na política, um processo de aprendizagem política e maioridade cívica, é o facto das novas juntas de freguesia do Barreiro serem maioritariamente compostas por operários que se vinham destacando nos conflitos laborais de desde Abril⁵³.

Sucedem-se as manifestações e comícios anticoloniais, fosse em comícios de familiares dos combatentes, fosse em situações como no Comício do Conselho Português da Paz com a presença do escritor russo Konstantin Simonov ou comícios da Comissão Portuguesa para a Paz e Cooperação⁵⁴. Em Aveiro um comício do PCP subordinado à questão colonial teve uma adesão popular sem paralelo desde a campanha de Humberto Delgado.

Também os trabalhadores das agências de viagens continuam em luta e concentram-se em frente do Ministério do Trabalho, enquanto representantes sindicais e patronato tentavam alcançar um acordo. A greve dos pescadores de navios de arrasto costeiro, iniciada em início de Junho, continua perante a recusa patronal em satisfazer as reivindicações salariais e aceitar os termos do contrato colectivo⁵⁵. Relevante é também a luta das empregadas domésticas que conseguem um aumento de 200% após enorme pressão sobre os empresários que afirmam ser um valor de tal modo incomportável pelas suas empresas que serão inevitáveis os despedimentos. As instalações da Gulbenkian são ocupadas na manhã de 5 de Julho por forças militares, enquanto os trabalhadores exigem a suspensão de vários administradores, entre eles Marcelo Matias antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros⁵⁶. A ocupação das instala-

⁵¹ *Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1974, pp.9 e 17

⁵² *Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1974, pp.9 e 12

⁵³ *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1974, p.12

⁵⁴ *Diário de Lisboa*, 1 de Julho de 1974, p.8

⁵⁵ *Diário de Lisboa*, 13 de Julho de 1974, p.13

⁵⁶ *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1974, pp.1, 9 e 24

ções pelos trabalhadores da Gulbenkian manter-se-á por vários dias, solidarizando-se com a luta dos trabalhadores e comparecendo junto deles de várias pessoas ligadas ao meio cultural como José Afonso ou José Mário Branco.

Ao longo de Julho continua a fazer-se sentir a vaga de despedimentos nos mais variados sectores, desde a indústria à agricultura, e a incapacidade de inúmeras firmas cumprirem os compromissos salariais com os trabalhadores. Os trabalhadores do Commissariado de Desemprego, em comunicado distribuído pela comissão de trabalhadores e pelo MDP/CDE, exigem saneamentos e o inquérito à situação no organismo. Os trabalhadores das minas de Sal de Loulé paralisam o trabalho após meses sem receber salários⁵⁷ e na Tecnividro os despedimentos arbitrários levam a que os trabalhadores ocupem as instalações da empresa. Os professores do ensino particular denunciam o espectro de despedimentos, especialmente sobre delegados e activistas sindicais. Regista-se uma vaga de despedimentos no sector da electricidade que, em algumas fábricas, é mitigada pela pressão dos trabalhadores e por tentativas de encontrar uma solução entre Ministério do Trabalho e sindicatos⁵⁸. Na Applied Magnetics este processo de despedimentos, que o PCP define como um exemplo da “sabotagem económica” perpetrada pelo “capital monopolista” e o “imperialismo” no sentido de criar a instabilidade e a tensão social que justificasse uma acção contra-revolucionária, leva ao despedimento de 116 trabalhadores. Todavia, a comissão de trabalhadores não os aceita e os visados continuam a apresentar-se ao serviço e ocupam os seus postos de trabalho. Segundo o Sindicato dos Caixeiros, desde o 25 de Abril até dia 10 de Junho houve cerca de mil despedimentos neste sector, o que terá ficado a dever-se, em algumas situações, ao estabelecimento do salário mínimo⁵⁹. Ao fim de 29 dias de greve, vários trabalhadores do Círculo dos Leitores, designadamente os mais activos no processo de luta, foram despedidos sem justa causa. Depois de as suas reivindicações terem sido aceites pelo patronato com a mediação do Ministério do Trabalho, no espaço de um mês, entre 800 a 1000 trabalhadoras foram despedidas das empresas de serviços de limpeza⁶⁰. Na General Instrument 175 trabalhadores foram despedidos na sequência dos salários estipulados no acordo colectivo de trabalho serem considerados pela ad-

⁵⁷ *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1974, pp.4, 8, 9, 11 e 17

⁵⁸ *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1974, p.22

⁵⁹ *Diário de Lisboa*, 11 de Julho de 1974, pp.1, 19 e 24

⁶⁰ *Diário de Lisboa*, 12 de Julho de 1974, p.11

ministração demasiado elevados, mas mantêm-se nos seus postos de trabalho. Outro sector particularmente fustigado é o dos lanifícios, generalizando-se na zona de Castelo Branco apenas quatro dias de laboração semanal⁶¹. Na fábrica da Renault na Guarda são despedidos sessenta e oito trabalhadores.

Não obstante todos estes conflitos laborais, os dados do Instituto Nacional do Emprego indicavam que no mês de Julho se havia registado menos 50% de despedimentos que no mês de Junho⁶².

É este o quadro em que o ministro da Coordenação Económica, Vieira de Almeida, no dia 5 de Julho, poucos dias antes da sua demissão, vem anunciar as medidas de carácter económico do Governo, destacando-se a actualização dos vencimentos do funcionalismo público, o controlo de preços, o crédito selectivo, o fomento da habitação social, a dinamização agro-pecuária com grandes empreendimentos no Alentejo e nos Açores, o impulso à industrialização com intervenção do Estado em empresas básicas, a revisão do sistema fiscal, desonerando as tributações em rendimentos de trabalho mais baixos, contrabalançado pelo aumento de outros impostos em artigos de luxo. Com o novo esquema legal (que incluía quase 30 diplomas legais), o ministro esperava uma "rápida e ampla arrancada económica"⁶³.

No entanto, a propósito deste pacote legislativo, vamos ter um dos episódios mais reveladores da relação entre os movimentos sociais e o Governo ou o poder político. Esta iniciativa legislativa previa, no tocante aos aumentos salariais dos funcionários públicos, que "os aumentos fossem progressivamente menores quanto mais elevado era o salário"⁶⁴. No entanto, o diploma relativo aos aumentos salariais suscita imediatamente grande contestação entre os trabalhadores, que criticam o facto de alargar significativamente o leque salarial, traduzida, no dia seguinte ao seu anúncio, em greves de zelo em alguns departamentos da Administração Pública e que culmina com uma manifestação com 40 000 funcionários públicos em frente ao Palácio de São Bento exigindo a sua revogação após percorrerem em protesto várias artérias da cida-

⁶¹ *Diário de Lisboa*, 17 de Julho de 1974, pp.2, 18 e 19

⁶² *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1974, p.15

⁶³ *Diário de Lisboa*, 6 de Julho de 1974, pp.1 e 12

⁶⁴ Entrevista realizada pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril de 2009

de⁶⁵. Segundo o *Diário de Lisboa*, que destaca a sua natureza espontânea, tratava-se da manifestação mais numerosa desde o 1º de Maio⁶⁶. Perante semelhante pressão popular e num quadro explosivo de mobilizações sociais pouco mais restou ao ministro da Coordenação Económica que anunciar da varanda da Assembleia da República, através de um megafone, a suspensão do diploma e a sua reexaminação⁶⁷. Não obstante o anúncio de Vasco Vieira de Almeida, centenas de funcionários públicos mantêm-se durante três dias ocupando as escadarias e o interior do Palácio de São Bento. Importa frisar que este caso coincide com a tempestade política da “crise Palma Carlos” que corresponde a uma tentativa de Spínola reforçar internamente os seus poderes e avançar no seu projecto político. Este tinha no clima de profunda agitação social, simultaneamente, um dos seus obstáculos fundamentais, a sua negação e alvo cuja contenção era um passo decisivo, mas também o argumento para medidas de excepção que garantissem o reforço dos poderes presidenciais e governativos. Neste sentido, a crise governativa revelava-se indissociável da vaga reivindicativa em curso desde Abril. É muita desta mobilização que é usada como argumento para a introdução das medidas propostas pelo Primeiro-ministro e a necessidade de um poder forte que contivesse o clima de tensão social. O PCP, em comunicado, estabelece uma relação directa entre as medidas propostas pelo primeiro-ministro Palma Carlos e a agudização dos conflitos sociais que considera serem fomentados por “agentes reaccionários”⁶⁸. O facto dos movimentos sociais serem alvo de críticas da esquerda à direita, diz-nos muito acerca da sua estruturação, das suas raízes, das circunstâncias que lhes permitem avançar.

O inusitado da suspensão de uma lei ser anunciada da varanda de uma das sedes fundamentais de poder perante a pressão de 40 000 pessoas era um retrato agudamente revelador do que significara a explosão social aberta pelo 25 de Abril, da força inédita que os movimentos sociais assumiam perante um poder político fragilizado e fragmentado, com escassa autoridade e legitimidade aos olhos da população. Era o espelho de um país onde diplomas legislativos não resistiam à pressão social, de um país onde militares do MFA diziam aos cidadãos envolvidos na luta dos movimentos de

⁶⁵ *Expresso*, 13 de Julho de 1974, p.2

⁶⁶ *Diário de Lisboa*, 9 de Julho de 1974, pp.1 e 24

⁶⁷ Entrevista realizada pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril de 2009

⁶⁸ *Diário de Lisboa*, 17 de Julho de 1974, p.9

moradores para ocupar⁶⁹ ou a agricultores para ocuparem primeiro porque a lei viria depois⁷⁰. No entanto, a relação entre movimentos sociais e MFA não era absolutamente cristalina. Globalmente, a atitude do MFA foi de tolerância para com a maioria das acções, nomeadamente em casos de ocupações de casas. Outras situações houve em que o MFA conteve as acções populares, dando extensão e aplicando as determinações do Governo ou do Presidente da República, consoante os casos.

A luta dos funcionários públicos mantém-se ao longo do mês de Julho, residindo as reivindicações na diminuição do leque salarial, melhorias salariais, saneamento da Administração Pública, sindicalização livre ou a abolição do Estatuto do Funcionário Público⁷¹.

Num contexto de despedimentos, encerramentos de empresas, são criadas a Direcção-geral de Preços, a Direcção-geral do Comércio Interno e a Direcção-geral de Fiscalização Económica com intuito de controlar os preços⁷².

Sintomaticamente o mês acaba com uma sessão de canto popular de apoio às lutas laborais na Sogantal e na Charminha em que participam José Mário Branco, Fausto, Vitorino ou Mário Viegas⁷³

A realidade social e política do Verão de 1974 era captada de forma particularmente certa por Pierre-Marie Doutriant num artigo intitulado “O Verão cor-de-rosa de Lisboa”:

"Como descrever dum traço a situação social em Portugal? Haverá que falar de Maio avassalador, de fervor revolucionário, de panela de pressão deixando escapar o vapor por todos os lados? É certo que basta andar cinco minutos pelas ruas de Lisboa para depararmos com seguinte cartaz: «Estamos em greve». Mas estas palavras, estas imagens são enganadoras: nenhuma febre (ou bem pouca), nenhuma fúria, nenhuma loucura autodestruidora no andamento dos conflitos (...) Assim é, dois meses depois da revolução de Abril, a vida social em Portugal: luta, exigência, imaginação. E um rosário de penitência que o patronato desfia, dia após dia. Tanto mais que acaba sempre por ceder"⁷⁴.

⁶⁹ *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1974, p.12

⁷⁰ Filme *Torre Bela*, de Thomas Harlan. Conversa entre militar do MFA e elementos envolvidos na ocupação da quinta.

⁷¹ *Diário de Lisboa*, 12 de Julho de 1974, p.17

⁷² *Diário de Lisboa*, 6 de Julho de 1974, p.24

⁷³ *Diário de Lisboa*, 30 de Julho de 1974, p.16

⁷⁴ *Diário de Lisboa*, 19 de Julho de 1974, pp.3 e 10

Agosto

Em Agosto, destacam-se, entre outras, as lutas na TAP, na Sogantal na Indústria Electrónica, nos Laboratórios Pfizer, na Mutual Seguros, na UCAL, na Duarte Ferreira, na J. Pimenta, *Jornal do Comércio*, Soares da Costa, na Mensor, dos pescadores do alto-mar ou dos trabalhadores agrícolas de Alcácer do Sal e de Portalegre⁷⁵. Apesar de os números serem frequentemente contraditórios, a quantidade de conflitos é crescente ao longo do mês e continuará ao longo de Setembro, o que está relacionado coma viva contestação à lei da greve.

Mas muito mais se passa no terreno dos movimentos sociais. Toma posse a comissão administrativa do Bombarral, de Vila do Conde. Os municípios de Abrantes, Bombarral, Mação, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Seixal e Tondela são dissolvidos⁷⁶. Os trabalhadores rurais de Benavente garantem um contrato colectivo e em Alcácer do Sal os proprietários rurais rejeitam pagar os valores estipulados pela Convenção de Beja que é aplicada a quase todo Baixo Alentejo e que, praticamente, a totalidade dos proprietários alentejanos aceitaram⁷⁷.

Continua a luta e a mobilização nos mais variados sectores. Os cobradores dos transportes interurbanos do Sul não cobraram os bilhetes na manhã de dia 12 devido à greve dos trabalhadores de camionagem que reivindicam melhorias salariais, 13º mês e 30 dias de férias com subsídio de 100%⁷⁸. Continua a paralisação do trabalho dos trabalhadores da Mabor. Os trabalhadores da função pública deliberam em assembleia-geral a constituição de grupos que garantam o avanço dos saneamentos⁷⁹. Na Applied Magnetics a situação agrava-se com a fuga do administrador americano que deixa sem salários os cerca de 600 trabalhadores que se manifestam em Lisboa e mantêm a ocupação das instalações apesar de a produção estar parada. Em comunicado do Comité Local de Lisboa, o PCP vai apelar a que todos os trabalhadores façam colectas para apoiar financeiramente os trabalhadores da Applied⁸⁰. A vaga de despedimentos no sector eléctrico levará a uma conferência de imprensa nas instalações da Intersindi-

⁷⁵ Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, p.114

⁷⁶ *Diário de Lisboa*, 9 de Agosto de 1974, p.22

⁷⁷ *Diário de Lisboa*, 8 de Agosto de 1974, p.2

⁷⁸ *Diário de Lisboa*, 12 de Agosto de 1974, p.1

⁷⁹ *Diário de Lisboa*, 5 de Agosto de 1974, p.23

⁸⁰ *Diário de Lisboa*, 10 de Agosto de 1974, p.2

cal com a presença dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul, União dos Sindicatos do Sul e Comissões de trabalhadores das fábricas afectadas por despedimentos. Aí se denuncia que o encerramento da fábrica de Sacavém da Applied Magnetics deixou no desemprego 640 trabalhadores, que a DS Electronics despediu cerca de 60 operárias, ao que se seguiu o encerramento da fábrica que aquelas ocupavam para evitar que as máquinas fossem levadas para o estrangeiro, que a Creator foi encerrada e a maioria dos empregados despedida, que a Consilium despediu colectivamente os 34 trabalhadores, que na Electrónica Signetics de Setúbal a comissão de trabalhadores foi convocada, quando 900 dos 1300 trabalhadores estavam de férias, e informada que o pessoal iria ser reduzido até aos 44 trabalhadores⁸¹. A Intersindical denuncia também as ilegalidades na indústria do papel, onde se generaliza o não cumprimento do salário mínimo e o não pagamento de salários por parte das entidades patronais.

Os estaleiros de construção e reparação naval da empresa Vaquinhos e Gertrudes no Seixal e em Belém são paralisados pela acção dos trabalhadores que, com salários em atraso, ocuparam as instalações⁸². Em face do abandono da administração serão os trabalhadores a custear as despesas de funcionamento diárias da empresa.

A fábrica de confecções Naturana é encerrada durante as férias do pessoal, a maquinaria retirada, tal como alguma da produção já acabada, após um processo de luta em que as trabalhadoras tinham conseguido aumentos salariais. Estas procuram reabrir a fábrica e assumir o controlo da produção, impedem que *stocks* saiam para o estrangeiro e ocupam as instalações da fábrica e vão recuperar as máquinas que a administração tentara levar para o estrangeiro⁸³. Na Corfi os trabalhadores entram em greve com ocupação das instalações a 16 de Agosto na sequência do despedimento de sete operários, seis deles membros da comissão de moradores. Na Azambuja, mais de mil trabalhadores rurais estão em greve total em virtude dos proprietários rejeitarem as reivindicações relativas à fixação e aumento do salário mínimo e às 44 horas semanais de trabalho⁸⁴.

⁸¹ *Diário de Lisboa*, 15 de Agosto de 1974, p.8

⁸² *Diário de Lisboa*, 9 de Agosto de 1974, p.7

⁸³ *Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1974, p.15

⁸⁴ *Diário de Lisboa*, 27 de Agosto de 1974, p.1

No mundo académico avançam os saneamentos na Universidade de Coimbra, bem como na Faculdade de Direito de Lisboa cujo corpo docente incluía inúmeras figuras directamente ligadas ao regime⁸⁵.

À medida que o processo de descolonização avança, sucedem-se os comícios de apoio à independência das colónias, como o realizado em Santarém promovido por PCP, MDP/CDE, PS, PPD e a União dos Sindicatos de Santarém⁸⁶. Uma das manifestações anticoloniais com maior impacto nestes meses é a manifestação de apoio ao MPLA no Rossio realizada a 14 de Agosto. A PSP vai carregar sobre os participantes na manifestação, que fora proibida pelo Governo provisório e o Estado Maior das Forças Armadas, provocando um morto. Será um dos poucos casos em que manifestações populares são reprimidas com violência pela polícia, causando enorme consternação na opinião pública que vê neste episódio da “noite negra do Rossio”⁸⁷ mais uma reacção contra-revolucionária, após o motim e fuga de agentes da ex-PIDE/DGS no dia 12.

O fim deste mês e o início de Setembro serão ainda um momento crítico para o Governo em termos de greves, destacando-se as da TAP, *Jornal do Comércio* ou Lisnave, num “pico de greves que têm um impacto nacional e colocam sérias dificuldades ao Governo, fazendo lembrar a situação do fim de Maio, início de Junho. Ainda não refeito da crise que levou à queda do seu antecessor, o II Governo enfrenta-se de novo com os trabalhadores, tendo como epicentro a lei da greve, que entra em vigor a 27 de Agosto.”⁸⁸. As semelhanças com o fim de Maio e início de Junho prender-se-ão mais com a centralidade e o impacto que as greves e as várias lutas têm no processo político e as dificuldades que criam ao II Governo provisório, do que com o seu número, inferior à explosão de Maio e início de Junho. No entanto, Agosto e, também Setembro, registam um aumento do número de conflitos (ver tabela Durán Muñoz).

Em finais de Agosto intensifica-se uma das lutas fundamentais da Primavera e Verão de 1974, a da Lisnave. A imprensa será também palco de importantes lutas. Inicia-se no *Jornal do Comércio* uma greve total com ocupação do local de trabalho, após

⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 8 de Agosto de 1974, p.10

⁸⁶ *Diário de Lisboa*, 3 de Agosto de 1974, p.8

⁸⁷ *Diário de Lisboa*, 15 de Agosto de 1974, pp.1 e 20

⁸⁸ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.106

decisão tomada no dia 22 pelos trabalhadores do jornal. A greve é o resultado das más condições de trabalho e da recusa da administração em atender os interesses dos trabalhadores que exigem a demissão do director e do administrador do jornal. Em dois outros jornais do grupo Quina, *Comércio do Porto* e *Diário Popular*, os trabalhadores manifestaram o seu apoio à greve no *Jornal do Comércio*, levando a cabo paralisações de trabalho simbólicas⁸⁹. No dia 26 de Julho arranca na TAP um dos mais duros, duradouros e fundamentais processos de luta laboral desde o 25 de Abril de que, tal como a luta na Sogantal, CTT, *Jornal do Comércio* e Lisnave, nos ocuparemos mais detalhadamente.

É nos últimos dias de Agosto que o Conselho de Ministros delibera a nacionalização dos bancos emissores. Paralelamente, o Governo vai reconhecer por lei o Direito de Reunião e regulamentar o exercício efectivo deste, do direito de manifestação, bem como de desfiles e comícios. Ficam proibidas reuniões que "ofendam a honra e a consideração devidas aos órgãos de soberania e às Forças Armadas"⁹⁰. Em Agosto sai a polémica Lei da Greve muito mal recebida no mundo operário ao ponto de ficar conhecida como "lei antigreve". De facto, revela-se muito restritiva e totalmente desfasada do que acontecia de Norte a Sul do país nos últimos quatro meses. Proibia a greve de solidariedade e a greve política, bem como, as ocupações das empresas, e as forças militares e militarizadas, forças policiais, magistrados judiciais, guardas prisionais e bombeiros são proibidos de recorrer à greve⁹¹. Vai impedir a renegociação dos contratos colectivos de trabalho antes do fim do seu termo, expondo os trabalhadores a uma inflação crescente. Numa altura em que a maioria das lutas laborais eram conduzidas pelas comissões de trabalhadores, escapando ao controlo de sindicatos e PCP, a lei estabelece que devem ser as comissões sindicais a decidir a greve ou, na ausência destas, as assembleias de trabalhadores desde que a decisão receba votação favorável de mais de 50% dos trabalhadores e, mais importante, que esteja presente um representante do Ministério do Trabalho. Outro ponto alvo de enormes críticas é o direito da entidade patronal a decretar o *lock-out*.

⁸⁹ *Diário de Lisboa*, 24 de Agosto de 1974, p.2

⁹⁰ *Diário de Lisboa*, 29 de Agosto de 1974, pp.1 e 20

⁹¹ *Diário de Lisboa*, 27 de Agosto de 1974, pp.1, 12 e 13

Parece-nos uma lei indissociável do facto do PCP estar no Governo que a promulga, na medida em que se por um lado confirma a força dos movimentos sociais, por outro, revela a incapacidade do Governo, mas também de todo o bloco de poder político-militar, em controlá-lo, daí a elaboração de uma lei restritiva. A preocupação fundamental parece ser conter este movimento que, sob as mais diversas formas, fugia e antagonizava abertamente as instituições e os valores essenciais do Estado. Para além de, simplesmente, conter alguma da intensidade do processo de mobilizações, está presente a necessidade de devolver às estruturas sindicais algum controlo sobre o movimento operário. Porém, as acções do movimento operário desobedecem abertamente às directrizes legislativas.

Como vários autores e protagonistas do processo revolucionário frequentemente sustentam, a Primavera e Verão de 1974 constituem um período de grandes especificidades em que, muitas vezes, as leis não têm correspondência na sua aplicação, na acção e comportamento da população. Não só muitas vezes as leis vêm confirmar situações de facto ou conquistas asseguradas pelos movimentos sociais, como, quando contrárias a estes, se revelam frágeis. A lei da Greve será desrespeitada consistentemente em inúmeras lutas, como na Lisnave, TAP ou *Jornal do Comércio* e em muitas outras de menor impacto e visibilidade.

Paralelamente, esta lei reflecte uma das tendências que se consideram como estruturantes no processo revolucionário português entre Abril e Setembro: a incapacidade dos órgãos do bloco de poder falarem a uma só voz, das tensões no interior de um governo onde os seus membros têm posições divergentes. Perante um Partido Comunista que a defende, surge um Partido Socialista que a critica⁹².

O mês de Agosto termina com um balanço do Secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, sobre a situação das lutas laborais em Portugal. Considera que o desemprego baixou e que cresceu a oferta de emprego e que as greves têm diminuído, assim como os conflitos de trabalho e que a imprensa confere-lhes uma importância maior do que aquelas teriam na realidade, procurando criar “um clima de caos e insegurança que só interessa à reacção”. No mesmo tom de desdramatização e desvalori-

⁹² “A Regulamentação da Greve e a Posição do PS”, Comunicado da Comissão Política do partido Socialista, 2 de Setembro de 1974, in Comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril e o 1º Governo Constitucional, Fundação Mário Soares

zação da legitimidade e representatividade das lutas sociais, diz, sobre a greve na TAP, que "um grupo minoritário, em relação à totalidade dos trabalhadores, resolveu apresentar um novo caderno reivindicativo, apesar de estarem representados nas negociações que estavam a decorrer no Ministério do Trabalho", que a greve teve impacto porque aconteceu num sector nevrálgico já que sem manutenção não há segurança nos voos. E conclui: "É aquilo que tecnicamente se designa por greve trombose ou seja, a paralisação de certos sectores chave que levam à paralisação da empresa (...) a greve dividiu os trabalhadores da TAP, e não serviu os trabalhadores portugueses nem o processo de democratização". Sobre a luta das trabalhadoras da Sogantal, diz tratar-se "de um facto lamentável. É um acontecimento isolado, mais significativo pelo efeito publicitário que dele se procurou tirar! Foi sugerido à administração da empresa, quer pelo seu advogado, quer pelos Ministérios do Trabalho e Administração Interna que o inventário só se efectuassem dois dias depois no sentido de se falar com os trabalhadores sobre a sua situação"⁹³.

Setembro

Em Setembro continuam as lutas das trabalhadoras da Sogantal e do *Jornal do Comércio* que continua a suscitar o apoio e solidariedade dos demais trabalhadores da imprensa. Alguns jornais, em solidariedade com os grevistas, não se publicam no dia 4 de Setembro por decisão dos seus trabalhadores⁹⁴, no âmbito da greve geral de 24 horas em quase todos os jornais em apoio à greve do *Jornal do Comércio*. O Governo criticará esta acção, sustentando, em comunicado, que "não será tolerada qualquer degradação da situação política"⁹⁵.

Fora das cidades, desenvolvem-se as campanhas de alfabetização que se deparam no interior e Norte do país com fortes resistências, nomeadamente na imprensa regional, padres e demais autoridades eclesiásticas.

Ao chegar Setembro já é perceptível para todos que há esse novo elemento a incluir no jogo político: os cidadãos, o povo, as comissões de trabalhadores e moradores, as organizações de base e de vontade popular, os sindicatos, toda uma população

⁹³ *Diário de Lisboa*, 31 de Agosto de 1974, p.2

⁹⁴ *Diário de Lisboa*, 5 de Setembro de 1974, pp. 1 e 24

⁹⁵ *Diário de Lisboa*, 5 de Setembro de 1974, p. 10

em acção e sobressalto político, enfim, tudo aquilo que constitui os movimentos sociais. Em função de todo este processo os partidos tinham já interiorizado alguma da sua secundarização relativamente ao MFA e à força dos movimentos sociais. Spínola, no final do Verão de 1974, já está longe do general que surge triunfante nas primeiras horas do golpe como o rosto da nova ordem, como o senhor da situação que se preparava para marginalizar e esvaziar o MFA e encetar uma democratização musculada, mitigada e contida sob o signo da ordem, de um poder forte assente na força e legitimidade militar, sem grandes atribulações sociais e subversivas. Era agora um homem que caminhava cada vez mais só, fragilizado ante uma Coordenadora onde residia o cerne do poder e da legitimidade e, sobretudo, ante uma dinâmica social subversora, de esquerda, com força reivindicativa e projectos próximos do socialismo, um movimento social e agenda política que eram a *nêmesis* do projecto político spinolista, enfim tudo aquilo que corporizava uma revolução. De facto, o elemento unificador de todas estas acções populares e, sobretudo, laborais era o facto de ser um movimento de massas revolucionário que vinha afrontando o poder patronal e do Estado e assegurando conquistas estruturantes relativamente à natureza da sociedade. Sintomaticamente, Spínola, no sentido de recuperar o terreno perdido internamente e na frente da descolonização, vai utilizar os meses de mobilizações e lutas sociais como o prenúncio e o sintoma do caos, da anarquia e do perigo comunista que se perfilavam no horizonte do país. A par do alarmismo Spínola cavalga a onda da preparação da manifestação da “maioria silenciosa” para criar em torno do seu projecto uma efectiva base social. Acreditava que, para além dos milhares em luta que desde 25 de Abril inundavam as ruas, campos, fábricas e escolas do país, haveria tantos ou mais portugueses que não se reviam no caminho que vinha sendo trilhado. E Setembro, mês em que recrudesce grandes lutas sociais, é o último momento em que Spínola tenta reforçar o seu projecto político. Já não através do ataque à Coordenadora do MFA e de governos e primeiros-ministros sintonizados com o seu projecto. Tratava-se de arregimentar na manifestação de 28 de Setembro multidões que justificassem a mudança de rumo, o reforço dos poderes de Spínola, e através desse apoio manifestado à sua pessoa, forjar um clima de conflitualidade e confrontos que justificasse a declaração de estado de sítio e o, tão obsessivamente desejado e tentado, reforço dos poderes presidenciais. O comportamento das massas ou das pessoas que compunham esse universo heterogéneo

que se tem vindo a dar o nome de movimentos sociais, confirmou qual a tendência hegemónica na primeira etapa do ciclo revolucionário.

2.3. Principais Lutas

Algumas das lutas aqui identificadas, tal como muitas outras, têm raízes anteriores ao 25 de Abril, nomeadamente nos CTT, na TAP ou na Lisnave, característica importante na opção por lhes dar um destaque particular. Muitas das lutas no marcelismo, como vimos, não são controladas pelo PCP, mas por elementos ligados à esquerda radical, num processo que terá repercussões depois do golpe militar na criação das comissões de trabalhadores que, novamente, serão quem impulsiona a onda de greves⁹⁶.

Detemo-nos sobre alguns conflitos laborais que consideramos mais relevantes na Primavera e Verão de 1974, consistindo o objectivo fundamental medir o impacto dos movimentos sociais no processo político entre Abril e Setembro de 1974.

Assim, olharemos brevemente para as seguintes situações: Sogantal, pela sua duração e forma que a luta adoptou, constituindo-se como um dos casos mais interessantes das lutas sociais, nomeadamente, da força, empenhamento e horizonte que as mobilizações sociais atingem neste período, bem como pelo apoio e solidariedade gerada em seu torno; CTT e três empresas cujas lutas tiveram o seu clímax em Agosto e Setembro, coincidindo, não totalmente por acaso, com a definição do processo em termos políticos: TAP, *Jornal do Comércio* e Lisnave.

Em comum todas estas greves foram feitas contra as posições do Governo e PCP e foram alvo de ameaça ou de real intervenção militar, excepto na Sogantal onde a intervenção se limita a proteger o proprietário estrangeiro barricado na fábrica. À excepção da greve dos CTT, as restantes geraram significativas ondas de apoio e solidariedade.

⁹⁶ Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal. 1820-1975, 2º volume (1930-1975)*, p.231

Todas elas, porém, reflectiam e faziam parte de um movimento popular revolucionário que varria o país e englobava todos os sectores profissionais, materializando toda uma sociedade em ebulição revolucionária.

CTT

À imagem de outros processos reivindicativos, também a luta nos CTT tem raízes anteriores ao 25 de Abril, nomeadamente em várias paralisações dos carteiros e na acção desenvolvida para a criação de um Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, Telégrafos e Telefones⁹⁷.

Pelo impacto que teve na vida das pessoas foi mal recebida entre muitos sectores da população e suscita críticas e ataques do PCP, da Intersindical, da imprensa - na sua coluna no *Diário de Lisboa*, Mário Vieira de Carvalho considera-a um “greve reaccionária”⁹⁸ e Mário Castrim critica-a duramente⁹⁹ -, do Governo e de ministros como Pereira de Moura, enfim, uma forte oposição por parte do poder. A hostilidade do Governo, partidos, imprensa - que a relata com enorme destaque e reproduz a guerra de comunicados de Comissão Pró-Sindicato, Governo e PCP - e opinião pública, bem como, a preparação de uma intervenção militar, precipitaram o fim da greve.

É dos primeiros, poucos e raros casos em que a intenção do Estado e a intervenção militar assumem, ou assumiriam no caso de se consumarem, um carácter repressivo e de imposição da autoridade.

Paralelamente, é também uma excepção relativamente à falta de sintonia e capacidade de actuar de forma mais ou menos estruturada e harmonizada dos componentes do bloco de poder político-militar. No entanto, a greve dos CTT expõe outras brechas no bloco de poder, nomeadamente, entre a coligação governamental: enquanto o PCP critica a greve, classificando-a como um ataque contra o Governo, o PS vai apoiá-la.

⁹⁷ José Pires, *Greves e o 25 de Abril*, p.87

⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 19 de Junho de 1974, p.2

⁹⁹ *Diário de Lisboa*, 19 de Junho de 1974, pp.5 e 13

Fora da coligação de governo, o MRPP defende activamente a greve dos trabalhadores dos CTT, salientando a sua justiça e oportunidade¹⁰⁰, tal como o MES, que todavia, não deixa de fazer algumas críticas à forma como a luta vinha sendo conduzida, LUAR e LCI¹⁰¹.

O início da mobilização tivera lugar no início de Maio, no quadro da primeira grande vaga de explosão social, exigindo-se à JSN o saneamento de elementos da administração. Segue-se a invasão do edifício da Administração em Lisboa.

A 5 de Maio tem lugar um comício com cerca de dez mil participantes no Pavilhão dos Desportos em Lisboa para eleger uma Comissão Pró-Sindicato. As primeiras reivindicações centram-se, como era a regra, sobretudo em saneamentos e em questões salariais, destacando-se a de salário mínimo de 6000\$00 e aumentos salariais por categorias, bem como, 35 horas semanais em cinco dias de trabalho, regulamentação do pagamento das horas extraordinárias, obrigatoriedade de uma folga semanal ou de subsídio de férias a 100%. O caderno reivindicativo é entregue a 27 de Maio. Segue-se o braço de ferro negocial com o Governo que apresenta uma contraproposta considerada absolutamente inaceitável pela Comissão que faz um ultimato ao Governo para que apresentasse uma proposta “honesta” em 24 horas, como se pode ler no seu comunicado¹⁰². Perante a ausência desta, a 17 de Junho cerca de 35 000 trabalhadores entram em greve total, havendo, no entanto, alguns sectores e cerca de 700 trabalhadores que a recusam. Em comunicado oficial o Governo afirma ter pedido mais tempo para analisar a situação, acusando a Comissão Pró-Sindicato de pretender avançar com a greve sem que estivessem esgotadas todas as possibilidades de negociação que o Governo se dizia empenhado em seguir¹⁰³.

A greve termina passado três dias perante a ameaça de intervenção militar ordenada pelo Governo.

É no decorrer da luta nos CTT que tem lugar um episódio com grande impacto, a detenção de dois oficiais, os aspirantes Marvão e Santos, a 25 e 26 de Junho por se terem recusado a cumprir as ordens de intervenção militar aquando da greve, o que

¹⁰⁰ *Luta Popular*, 20 de Junho de 1974, p.7

¹⁰¹ *Diário de Lisboa*, 20 de Junho de 1974, p.1

¹⁰² *Diário de Lisboa*, 17 de Junho de 1974, pp.1 e 20

¹⁰³ *Diário de Lisboa*, 17 de Junho de 1974, p.20

suscitou grande indignação, levando até o MRPP a organizar uma manifestação em repúdio a esta situação, apontada como um dos momentos de comportamento anti-revolucionário das Forças Armadas que punem os dois militares por se terem colocado do lado dos trabalhadores em luta¹⁰⁴. Vasco Lourenço enquadra o episódio num processo de aprendizagem “ao momento” do MFA que era chamado para gerir uma enorme quantidade de conflitos sociais, para os quais, afirma, não estava então minimamente preparado. A tendência dominante no MFA passava sobretudo por não reprimir os movimentos sociais, dar cobertura e até acalentar algumas das suas acções, na medida em que um dos seus princípios fundamentais era uma política em favor das classes mais desfavorecidas. Por outro lado, havia a preocupação de demarcação de tudo aquilo que remetesse para práticas e doutrinas do Estado Novo, como era a repressão sobre as lutas laborais. O tipo de actuação como a verificada na greve dos CTT correspondia a uma necessidade de ter algum controlo sobre as acções mais radicais dos movimentos sociais, nomeadamente, onde era grande a influência e o papel condutor da extrema-esquerda. Por outras palavras, de conter uma esquerdização do processo revolucionário que segundo o MFA era excessiva, de um projecto político à esquerda do que o MFA preconizava e que tinha na extrema-esquerda, principalmente no MRPP, o seu grande protagonista¹⁰⁵. De resto, detecta-se uma preocupação semelhante no PCP, nomeadamente, de tentar controlar o máximo de lutas sociais possível, sobretudo através dos sindicatos e da Intersindical, contendo as suas formas mais radicais e as acções levadas a cabo em empresas onde era forte a implantação e influência da esquerda radical.

O PCP é o grande crítico da greve dos correios, atacando-a violentamente em comunicados, comícios, artigos e declarações públicas, considerando-a uma greve com fins políticos, um ataque ao Governo, uma manipulação dos trabalhadores pela reacção, uma acção destinada a paralisar a economia do país, definindo as reivindicações como irrealistas e demagógicas¹⁰⁶. Questiona a legitimidade da greve e da Comissão Pró-Sindicato cujos membros anteriores ao 25 de Abril tinham sido substituídos, acusando-a de decidir pela greve nas costas dos trabalhadores.

¹⁰⁴ “O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a Unicidade”, p.237

¹⁰⁵ Entrevista realizada pelo autor a Vasco Lourenço, a 17 de Julho de 2009, na Associação 25 de Abril

¹⁰⁶ *Diário de Lisboa*, 19 de Junho de 1974, p.10

A greve dos CTT e a posição das forças partidárias relativamente a ela contam-se entre o tipo de situações que levaram o PCP a perder alguns sectores do mundo operário para a extrema-esquerda que apoiava inequivocamente as lutas nas empresas, bem como, neste caso, para o próprio PS que, não obstante a participação na coligação de governo, afirma o seu apoio à luta.

Álvaro Cunhal em comício no Porto diz que a “greve dos CTT é um exemplo de como uma greve não deve ser declarada nem conduzida. É o exemplo de uma greve não só inútil, como prejudicial aos trabalhadores”¹⁰⁷. Sobre esta greve dizia Palma Carlos:

“foi a primeira vez que o Governo resolveu tomar medidas de força para acabar com a situação. Felizmente, não tivemos de usá-las, mas estava tudo preparado, em colaboração com as Forças Armadas, e creio que o conhecimento desta nossa decisão unânime – unânime – terá significado mesmo do ponto de vista político”¹⁰⁸.

Reside aqui parte da importância desta luta, por ser o primeiro momento em que o Governo se dispõe a usar a força militar para conter uma greve, constituindo-se como uma das excepções em que activamente o poder pretende de facto reprimir uma acção dos movimentos sociais. Paralelamente, há que notar que, não poucas vezes, uma posição mais dura do Governo não tinha correspondência na acção repressiva ou de emprego da força por parte do MFA. No entanto na greve dos CTT o MFA está sintonizado com as deliberações do poder, sendo o caso dos dois oficiais que se recusam um momento simbólico e relevante. Pouco tempo depois já não serão apenas dois oficiais a desobedecer a ordens superiores, como se constatará no comportamento das Forças Armadas na greve e manifestação da Lisnave em Setembro.

TAP

O caso da TAP constitui-se como mais um dos casos em que luta dos trabalhadores tem raízes anteriores ao 25 de Abril. Para além de ser uma luta num sector nerválgico da economia, da sua duração, da oposição firme de Governo e PCP ou das forças políticas concorrentes entre os trabalhadores pelo controlo do processo de luta, a

¹⁰⁷ *Diário de Notícias*, 24 de Junho de 1974, in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, Aster, Lisboa, pp.80-84

¹⁰⁸ Entrevista de Adelino da Palma Carlos ao *Diário de Notícias*, 25 de Junho de 1974, in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, pp.59-63

sua relevância prende-se muito com o facto de conhecer momentos decisivos em Agosto e Setembro, momento delicado do processo de definição política. A luta arranca logo após o golpe militar e no dia 2 de Maio a Comissão Sindical da TAP apresenta à Junta de Salvação Nacional um documento onde plasma as suas reivindicações que apontavam para a destituição do Conselho de Administração, saneamentos, a escolha pelos trabalhadores das chefias, a investigação dos acontecimentos de Julho de 1973 e a readmissão dos trabalhadores despedidos sem justa causa. Paralelamente, este documento perfilhava uma linha tendendo para a autogestão e o controlo dos trabalhadores sobre a empresa. Pouco depois o conselho de administração é destituído e é constituída uma Comissão Administrativa, muito criticada pelos sectores mais radicalizados e que apresentará a demissão a 16 de Julho, e uma Comissão Sindical e a 20 de Maio eleito o Conselho de Trabalhadores.

O PCP, mais uma vez, será um dos grandes críticos da greve, responsabilizando o que chamava de esquerdistas por uma greve que apenas servia à reacção, e justificando a sua inoportunidade com a necessidade de manter as pontes aéreas que iam trazendo de regresso a Portugal os soldados, nomeadamente a ponte aérea Bissau-Lisboa.

Para além do PCP, também PS, MES, PRP e MRPP desenvolvem a sua acção entre os trabalhadores da TAP que, *grosso modo*, se dividiam entre duas linhas consubstanciadas por um sector moderado ligado ao PCP que rejeita a greve e um sector mais radicalizado alinhado com a extrema-esquerda. Este último, apoiado na Divisão de Manutenção de Engenharia, será particularmente duro com a Comissão Administrativa e com a forma como a luta vinha sendo conduzida desde Maio. A tensão entre Comissão Administrativa, Divisão de Manutenção de Engenharia, Conselho de Trabalhadores e Comissão Sindical será determinante na evolução da luta na TAP. A 14 de Agosto, a Comissão Administrativa decide abandonar as negociações do Acordo Colectivo de Trabalho, argumentando que os trabalhadores da Divisão de Manutenção de Engenharia haviam decidido unilateralmente o horário de quarenta horas semanais de trabalho. No dia 19, os trabalhadores da DME concentram-se em frente ao edifício da Administração e apresentam as exigências de saneamentos, revisão salarial, investigação dos referidos acontecimentos de Julho de 1973 e dos responsáveis pelos despedimen-

tos desde então praticados, o fim dos despedimentos sem justa causa ou a participação dos trabalhadores na distribuição dos lucros. À hora prevista do dia 26 de Agosto para a Comissão Administrativa apresentar a sua resposta, os trabalhadores da DME paralisam o trabalho. A gravidade da situação é atestada pela visita que o ministro do Trabalho, Costa Martins, faz ao aeroporto da Portela no sentido de sensibilizar os trabalhadores para não avançar com a greve. Falhada a via do diálogo, segue-se a ocupação militar do aeroporto, decidida em Conselho de Ministros, ao que se segue o anúncio do enquadramento militar, com a consequente sujeição à disciplina e ao foro militar dos trabalhadores da TAP. A greve termina, assim, a 28 de Agosto, dia seguinte à promulgação da Lei da Greve, com o enquadramento militar dos trabalhadores e a ocupação das instalações por tropas do COPCON, lideradas por Jaime Neves, Comandos, Pára-Quedistas e Polícia Militar, numa acção apoiada por Governo, PS e PCP¹⁰⁹.

À excepção da DME, cujos trabalhadores se mantêm em luta até dia 29, os demais sectores da empresa abandonam a greve e o PCP, através da sua célula na TAP, responsabiliza os esquerdistas e aventureiros por uma greve que servia à reacção e apela ao seu fim¹¹⁰. Também Vasco Gonçalves condena a greve desencadeada por um "grupo reduzido de activistas", apontando os graves prejuízos por esta causados à economia nacional¹¹¹.

Perante a ocupação das instalações do aeroporto por forças militares, um plenário de trabalhadores no dia 17 de Setembro ameaça avançar com a paralisação total dia 24 caso aquelas não retirassem e o caderno reivindicativo não fosse satisfeito. O Governo responderá com o reforço da presença militar e, após arrancar a greve, com o despedimento de cerca de duzentos trabalhadores da DME à luz do Regulamento de Disciplina Militar no qual estavam enquadrados os trabalhadores desde o fim de Agosto. Mais uma vez, o PCP posicionar-se-á contra esta paralisação do trabalho, valendo-lhe duras críticas da extrema-esquerda.

A normalização da situação estará directamente relacionada com a aproximação da manifestação da "maioria silenciosa". Segundo Raquel Varela, Governo e o PCP

¹⁰⁹ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.102

¹¹⁰ "Aos trabalhadores da TAP", célula do PCP na TAP, 28 de Agosto de 1974, in P 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas, Porto, 1977, 3º. P.150 – TIRADO DE MIGUEL PEREZ

¹¹¹ *Diário de Lisboa*, 30 de Agosto de 1974, pp.1 e 20

precisam dos trabalhadores da TAP para conter a iniciativa spinolista¹¹². No início de Outubro termina a ocupação militar da Portela e a grande maioria dos trabalhadores, entretanto despedidos, são readmitidos de forma imediata. Assim, se numa fase inicial a posição do poder é de força e intransigência, o aproximar da aventura spinolista de 28 de Setembro determina uma posição de maior tolerância relativamente à luta na TAP, consubstanciada na reintegração dos cerca de quatrocentos trabalhadores despedidos no decorrer do processo.

Jornal do Comércio

A luta dos trabalhadores do *Jornal do Comércio* é, simultaneamente, um dos indicadores de que as lutas laborais não se restringem, como vimos, ao sector industrial e um caso de luta num sector muito sensível e fértil em conflitos que era a comunicação social e, em particular, a imprensa. Numa tendência que percorre não só a quase totalidade dos sectores profissionais, mas o país e a sociedade globalmente, também os trabalhadores da comunicação social se envolvem em processos de luta intensos como os do jornal *República* ou da Rádio Renascença.

É ainda, como muito outros, um caso em que a greve se faz contra a posição do Governo e do PCP, mas com o apoio do sindicato e de forças da esquerda radical, como o MRPP, LUAR ou LCI. Finalmente, é ainda um dos poucos em que se verifica uma intervenção militar de inclinação repressiva.

É uma das situações em que a luta não se restringe à melhoria de condições laborais e que remete para uma concepção mais alargada das lutas sociais, num quadro de politização extrema que leva os actores sociais a porem tudo em causa, a reequacionar o modo de funcionamento do seu local de trabalho mas também da própria sociedade, das relações sociais. Tem já um elevado grau de politização ou de preocupações políticas que vão além das tradicionais reivindicações de índole laboral ou profissional. É, ainda, muito sensível pelo momento em que se desenrola, em finais de Agosto, aproximando-se os dias decisivos do fim de Setembro, coincidindo a definição do processo político com a definição da luta no jornal.

¹¹² Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.103

A greve inicia-se no dia 22 de Agosto com ocupação das instalações perante a ausência de resposta da administração às reivindicações dos trabalhadores que se centravam sobretudo nos saneamentos, nomeadamente do director Carlos Machado que seria preso na sequência da manifestação da “maioria silenciosa”. Machado era o representante do Grupo Borges & Irmão que, para além de deter o *Jornal do Comércio*, controlava ainda jornais como o *Diário Popular*, *O Comércio do Porto* e o *Record* e empresas como a Mabor, Eurofil e Icesa. Os trabalhadores contestavam ainda o que consideravam ser a linha editorial de extrema-direita e o sistema salarial.

No dia 27 de Agosto realiza-se uma manifestação de apoio à greve do *Jornal do Comércio*, após ter terminado na véspera o prazo dado pelos trabalhadores para uma resposta da administração, relativamente à demissão de Carlos Machado, a única reivindicação que não era negociável. No mesmo dia, forças do COPCON, do RAL 1 e da PSP cercaram as instalações do jornal, ocupadas pelos trabalhadores, e no dia seguinte selam-nas com o objectivo de impedir a publicação do jornal de greve¹¹³. Não obstante as forças do COPCON terem desocupado e selado as instalações, os trabalhadores prosseguem a sua greve, ao mesmo tempo que vão negociando com o Ministério do Trabalho e com a administração do Grupo Quina, proprietário do jornal.

O Sindicato dos Jornalistas vai manifestar o seu apoio e solidariedade com a luta dos trabalhadores do periódico e, a 3 de Setembro, uma assembleia convocada por aquele sindicato delibera uma greve nacional de 24 horas dos jornais que apenas é furada pelo *O Século* e o *Diário de Lisboa*. Dias depois, delegados sindicais, membros das comissões representativas dos jornais *Diário de Notícias*, *O Século*, *República*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *Novidades* e representantes dos Sindicatos dos Jornalistas, dos Gráficos e dos Empregados de Administração e Revisores de Imprensa decidem reiterar o seu apoio à luta dos trabalhadores do *Jornal do Comércio*¹¹⁴.

O PCP critica duramente a luta e a greve no *Jornal do Comércio*, onde era grande a influência e a liderança da extrema-esquerda. MRPP e LUAR, por exemplo, manifestam o seu apoio público à greve. Os saneamentos e a greve de solidariedade são

¹¹³ *Diário de Notícias*, 29 de Agosto de 1974, p.20

¹¹⁴ *Diário de Lisboa*, 6 de Agosto de 1974, p.12 e 24

particularmente visados pelo PCP que acusa os trabalhadores de terem enveredado pela greve sem que outras formas de luta tivessem sido ensaiadas.

A luta continuará ao longo do mês de Setembro. Dia 12 os trabalhadores do jornal publicam o jornal a *Greve no Jornal do Comércio*, onde se pode ler duras críticas à posição do PCP. De notar que esta greve não se faz apenas de forma abertamente contrária à Lei da Greve, recentemente promulgada, como o Jornal de Greve ia ainda contra a Lei de Imprensa¹¹⁵, situação que atestava as dificuldades do poder político em impor ou fazer respeitar as suas deliberações legais.

A greve apenas terminará após a referida prisão do director Carlos Machado na sequência do 28 de Setembro, constituindo-se, involuntariamente, este director como a figura central da luta dos trabalhadores do *Jornal do Comércio*, imortalizado na canção do Grupo de Acção Cultural *A Luta do Jornal do Comércio* que dizia:

“Ó Machado vai-te embora
que nós não te queremos cá
Nós estamos vigilantes
O fascismo não passará
22 dias passaram e a greve continua
Nem que o ministro não queira
E o Machado há-de ir para a rua”¹¹⁶.

Sogantal

Na empresa Sogantal no Montijo, de confecções têxteis e de capital francês, composta por mão-de-obra mal remunerada, exclusivamente feminina, que perfazia 48 operárias, desenvolve-se um dos processos de luta mais originais e ilustrativos da situação vivida em Portugal.

Não obstante tratar-se de uma fábrica de pequena ou média dimensão, a luta na Sogantal revela-se como das mais emblemáticas e reveladoras da situação política, económica e social portuguesa na Primavera e Verão de 1974. As protagonistas são trabalhadoras particularmente desprotegidas – uma delas fora suspensa quatro dias após ter abandonado o trabalho durante hora e meia no dia 25 de Abril – e ao longo do processo assumem a produção e consequente venda, bem como a gestão da própria fábrica. É um processo de luta longo que significa para as trabalhadoras um mo-

¹¹⁵ *Diário de Notícias*, 29 de Agosto de 1974, p.20

¹¹⁶ Grupo de Acção Cultural, “A Luta do Jornal do Comércio”, in *GAC – Vozes na Luta*, Valentim de Carvalho,

mento único de politização, consciencialização e aprendizagem. Operárias mal pagas, alvo do paternalismo e rigidez patronal, ao longo destes meses ganham uma consciência política e social inéditas. Ao garantirem a gestão da fábrica, assumem e aprendem tarefas no decorrer do conflito que de outra forma seria quase impossível. Revela, como poucos casos, esse momento de perspectivar uma mudança das relações económicas e sociais e um horizonte de melhoria das condições de vida, de conquista de direitos e liberdades. É um espelho do que era um país em revolução. É também de capacitação cívica que se trata, na medida em que esta luta significou para muitas destas mulheres a consciencialização e uma reflexão sobre a condição feminina. Foi, por tudo isso, mais que uma luta laboral, é um momento de aprendizagem e de participação cívica e política.

A luta arranca a 20 de Maio com a apresentação do caderno reivindicativo, no qual constava um mês de férias pagas, o 13º mês e um aumento salarial de 1200\$ para todas as funcionárias. Em resposta à recusa patronal, as operárias decidem uma baixa de produção e ocupam a fábrica e os escritórios¹¹⁷. A 30 de Maio, já no quadro da fixação do salário mínimo e da vaga de encerramentos que se lhe seguirá, a administração da empresa anuncia a intenção de encerrar a fábrica no dia 30 de Junho e que os salários referentes ao período posterior a 15 de Maio já não seriam pagos. As operárias propõem ao Ministério do Trabalho, entre outras coisas, a nacionalização da empresa e a sua reconversão ou que, no caso de encerramento da fábrica, o Estado assumisse o pagamento dos salários até ser encontrado um investidor ou as trabalhadoras encontrarem novo emprego. A 5 de Junho as operárias comunicam ao proprietário e à imprensa a decisão de começar a vender os fatos de treino produzidos se, até 12 de Junho, não fossem pagos os salários em atraso. A situação precipita-se quando, a 13 de Julho, a Administração e o seu representante português abandonam as instalações, pelo que as trabalhadoras assumem o controlo da fábrica e começam a vender a produção no sentido de assegurar o pagamento dos salários. O caso Sogantal será de grande mediatismo, receberá grande apoio popular e dos partidos de extrema-esquerda, como o MES e o MRPP, reflectindo o empenho popular em aproveitar a abertura revolucionária para conquistar direitos. O apoio popular será decisivo, pois, durante a ma-

¹¹⁷ José Pires, *Greves e o 25 de Abril*, p.121

drugada de 24 de Agosto, será este que impedirá o proprietário francês, acompanhado pelo gerente português e por cerca de 20 elementos, alguns deles armados, de retirar da fábrica os *stocks* e a maquinaria. A GNR e as Forças Armadas acabam por protegê-los das operárias e de pessoas que nada tinham a ver com a fábrica mas que ali estavam para impedir a saída da produção e das máquinas. É esta multidão quem alerta as trabalhadoras, que rapidamente se dirigem à fábrica, do que estava acontecer.

Inicia-se a gestão da fábrica pelas operárias que asseguravam a produção e a venda dos bens, bem como todos os processos inerentes ao funcionamento de uma unidade industrial. A fábrica foi, cerca de um ano, gerida pelas trabalhadoras que se deslocavam por vários pontos do país para vender a produção, contando com a solidariedade de quem a comprava. A onda de solidariedade em torno deste caso será notável, envolvendo outras empresas, como a Charminha, sindicatos, partidos de esquerda, comissões de moradores ou músicos como José Afonso, Fausto ou Vitorino. É um caso paradigmático da força que têm as acções populares, da politização latente na sociedade portuguesa, da fraqueza de autoridade do Estado, de fusão entre aspirações particulares das operárias com os anseios e estado de espírito gerais da população, da solidariedade com a luta das operárias visível em muitos que compravam a produção sem mais nenhuma razão que não o apoio a esta causa. Situações como a da Sogantal, mais do que as formas de luta e a descrição detalhada do processo reivindicativo, são, particularmente, reveladoras da dimensão e impacto da explosão social decorrente do 25 de Abril.

Este processo de luta foi muito acompanhado pela imprensa e registado filmicamente dando origem ao filme *Les Ouvrières de la Sogantal*¹¹⁸, o que é também uma característica do processo revolucionário português onde muitas lutas sociais foram acompanhada e registadas por cineastas portugueses e estrangeiros. No referido filme, as trabalhadoras queixam-se da falta de apoio do sindicato, da oposição da Intersindical, vemos o ministro do Trabalho a afirmar que “não se pode reivindicar, exigir e fazer greve sem mais nem menos, por tudo e por nada”. Uma das operárias entrevistadas no filme afirma que foi a luta na Sogantal que a despertou para a condição feminina, para a luta pelos direitos da mulher quando, até aí, vivia numa situação submissa no seu ca-

¹¹⁸ Nadejda Tilhou, *Les Ouvrières de la Sogantal*, França, 2008

samento, afirmando a outra operária que a relação que esta tinha com o marido era também política. Outra trabalhadora descreve o período em que as trabalhadoras ocuparam a fábrica e asseguraram a laboração da mesma e a venda da produção como a “Máxima expressão da nossa liberdade (...) Estávamos a descobrir tudo, era como se nascêssemos outra vez”.

É ainda um processo de luta que reflecte muitas das principais linhas de força deste período, neste caso por parte de um sector particularmente frágil e desprotegido que era o da mão-de-obra feminina. É ainda um caso em que a aparente escassa preparação política das trabalhadoras contrasta com uma das lutas mais avançadas deste período. As lutas sociais traduzem-se num processo geral de aprendizagem por parte de uma importante camada da população, na captação de conhecimentos e ferramentas no âmbito, não só, da sua actividade laboral, mas também, no plano cívico e político, levando à entrada na acção política de milhares de pessoas.

Como em muitas outras lutas, esta é conduzida contra a oposição do Governo, PCP e sindicatos, contando ainda com uma reacção do dono da fábrica violenta e hostil. Acaba por nos dizer muito acerca do período, de um período de intensa acção política e de luta que torna possíveis acções como a das trabalhadoras da Sogantal. Para muitos, de facto, “tudo parecia possível”.

Lisnave

Para o fim deixamos uma das principais e mais avançadas lutas operárias deste período. Desde logo por se tratar de uma empresa com cerca de oito mil operários num sector chave como era o da construção e reparação naval. É uma luta que, como noutros casos, assume um alcance mais vasto do que uma simples luta operária, constituindo-se como um ataque ao Governo, à Lei da Greve e a alguns elementos da ordem capitalista. Finalmente, o movimento reivindicativo é anterior ao golpe militar, sendo os anos de 1973 e 1974 já de conflito latente¹¹⁹, será alvo de intervenção militar e, fundamentalmente, o auge da luta desenrola-se ao longo do mês de Setembro revelando uma aguda interacção com o momento político e social. Porém, um dos aspectos mais relevantes deste conflito será, no quadro da intervenção militar ordenada pelo

¹¹⁹ Fátima Patriarca, “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave”, p.623

Governo, a reacção dos militares perante a manifestação dos trabalhadores, momento simbólico da relação entre dois dos grandes protagonistas destes meses: movimentos sociais e poder militar.

Para Durán Muñoz a greve da Lisnave é um momento revelador do vazio de poder em Portugal, das fragilidades e contradições do poder estatal e militar. A manifestação dos trabalhadores da Lisnave revela-se mais do que uma mera forma de pressão para satisfazer reivindicações, acabando por ser uma posição de força contra o poder político-militar recém-constituído e não apenas contra o poder patronal¹²⁰.

O momento chave desta luta acaba por ser a referida manifestação de 12 de Setembro, mas importa acompanhar brevemente alguns passos da luta na Lisnave, bem e pormenorizadamente, descrita por Fátima Patriarca. A mobilização operária começa logo no dia 25 de Abril com várias paralisações de trabalho, o golpe é percebido como um momento de mudança e libertação propício para a luta reivindicativa.

O arranque da mobilização dos trabalhadores é devedor da explosão social geral subsequente ao golpe militar e tem uma importante componente política, na medida em que está fortemente ligado aos saneamentos, nomeadamente dos responsáveis pela repressão da greve de 1969, a administração e, em particular, um administrador delegado que teria, segundo os trabalhadores, divulgado o nome dos grevistas à polícia política. É isto que se discute na assembleia de 9 de Maio, cuja iniciativa coube a partidos de esquerda como PCP, PS e PRP e grupos ml. Paralelamente, estava em causa a extinção da Comissão Interna da Empresa e a eleição de uma estrutura representativa dos trabalhadores. Segue-se no dia 11 a paralisação espontânea de trabalhadores, sem preparação ou aviso, de iniciativa da base, dos trabalhadores, com vários operários a percorrer os estaleiros apelando à greve. Só depois desta paralisação espontânea virá a elaboração de um caderno reivindicativo que plasmava, entre outros pontos, um salário mínimo de 7800\$00, semana de 40 horas, um mês de férias com subsídio, vencimento completo em caso de doença ou acidente, 13º e 14º mês e a proibição de despedimentos sem justa causa. De referir que este caderno reivindicativo é

¹²⁰ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, p.232

já elaborado por uma nova estrutura dos trabalhadores que fica conhecida como a Comissão dos 42, integrando trabalhadores das várias tendências políticas que existiam na Lisnave. É esta comissão que no dia 14 entrega à JSN e à administração o caderno reivindicativo, dando um curto prazo de 38 horas para uma resposta.

Com a aproximação do fim do prazo para a resposta da administração, dia 15 começa, de forma marcadamente espontânea e consensual, “no essencial, da iniciativa directa da base”¹²¹, a greve com ocupação das instalações e sequestro da administração e os administradores são impedidos de abandonar os estaleiros.

Na Setenave, em Setúbal, os trabalhadores vão também entrar em greve na medida em que a administração desta empresa tinha feito depender a sua resposta às reivindicações do acordo entre trabalhadores e administração da Lisnave¹²². Pelo meio, os operários exigem negociar directamente com José Manuel de Mello. Após dias de duras negociações, a greve termina no dia 23 de Maio após a aceitação, em assembleia, por cerca de seis mil trabalhadores por voto secreto, da contraproposta da administração. Reflectindo esta luta na Lisnave o momento político, o regresso ao trabalho é antecedido por uma intensa campanha anti-greve protagonizada pelo I Governo provisório, JSN, PCP, Intersindical e imprensa, em que esta forma de luta é definida como um ataque contra o Governo e o novo poder.

O período subsequente às greves de Maio é particularmente relevante na estruturação da forma de participação e organização interna dos trabalhadores na empresa. A Comissão dos 42 vê a sua representatividade questionada e acaba por se desmembrar. Inicia-se o movimento de eleição de delegados dando origem a uma assembleia de delegados que se subdividirá em várias comissões ou grupos de trabalho, como o dedicado ao saneamento. A assembleia de delegados, que se assume como o grande centro de decisão, protagonizará o contacto com as comissões de trabalhadores de empresas como a Efacec-Inel, Applied Magnetics, Messa, Setenave, Timex, CTT ou TAP, apontando para a criação de uma estrutura coordenadora das comissões de trabalhadores¹²³.

¹²¹ Fátima Patriarca, “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave”, p.631

¹²² Fátima Patriarca, “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave”, p.646

¹²³ Fátima Patriarca, “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave”, p.666

Após meses de Junho, Julho e Agosto de alguma acalmia, a luta recrudesce em meados deste último, novamente determinada pelos saneamentos, relativamente aos quais a administração se mostrava intransigente, conhecendo a luta na Lisnave o seu pico de tensão. À exigência do saneamento dos responsáveis pela repressão de 1969 junta-se, a partir de fim de Agosto, a contestação à lei da greve e do *lock-out*. É dado um prazo à administração para proceder aos saneamentos exigidos desde Maio. Ainda a 15 de Agosto a assembleia-geral de trabalhadores aprova uma manifestação de rua antecedida por contactos com o Governo e a administração. A 7 de Setembro, momento em que estava em curso um processo de aumento da tensão política, marcado pela reacção hostil à lei da greve, pelos rumores de uma ofensiva reaccionária em marcha e por uma acção da extrema-direita branca em Moçambique, a manifestação é decretada em assembleia para dia 12.

É da assembleia de delegados que parte a iniciativa de exigir em Agosto os saneamentos, em parte por pressão da comissão de saneamento de maioria m-l. É também a assembleia de delegados que se encarrega da rigorosa preparação da manifestação e de integrar nos objectivos da mesma a contestação à lei da greve. Se em Maio o processo de luta é mais espontâneo, é a base que decide a paralisação do trabalho, em Setembro faz-se sentir uma maior influência dos militantes das várias forças políticas e a iniciativa dos delegados. A assembleia de delegados integra, desde Maio, várias correntes políticas e ideológicas que, a partir de meados de Agosto, começam a ter “uma expressão organizada e a desenvolver uma actividade paralela ou sobreposta à dos representantes eleitos”. Paralelamente, em Setembro, a par da estrutura de delegados, surgem e ganham protagonismo as células partidárias que procuram impor uma determinada via aos trabalhadores e dirigir o movimento¹²⁴.

Por ocasião da preparação da manifestação assiste-se ao momento máximo desta situação. O PCP através da sua célula na empresa, para além de todas as posições públicas sobre o assunto, vai no dia 11, em comunicado distribuído pelos trabalhadores, posicionar-se contra a manifestação de 12 de Setembro, sustentando que esta punha em causa a ordem democrática e o Governo e que era fomentada por grupos

¹²⁴ Fátima Patriarca, “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, p.701

minoritários, num momento em que a reacção se organizava. É um comunicado que cai mal entre os trabalhadores, inclusive entre os trabalhadores militantes ou apoiantes do PCP que acabam por participar na manifestação, consubstanciando um momento em que não só o PCP tenta através da sua célula sobrepor-se a uma decisão dos trabalhadores, mas também de perda irreversível de apoio e de implantação numa das principais empresas do país e de maior importante tradição reivindicativa. Já o PS não só apoia a manifestação, como vai criticar duramente a posição do seu parceiro de Governo, expondo mais uma vez as brechas na coligação governamental¹²⁵. É ainda um caso onde é muito aguda a luta entre PCP e extrema-esquerda no seio dos trabalhadores da empresa, bem como a disputa entre as várias células partidárias então constituídas na Lisnave. A posição do PCP contra a greve prende-se mais com o ataque que esta comportava à lei da greve do que a luta pelo saneamento que o partido apoia.

Na sequência da proibição decretada pelo governo, no dia 11, da manifestação do dia seguinte, forças militares procuram impedi-la. Uma delegação do MFA procura, sem sucesso, desincentivar os trabalhadores, em plenário nos estaleiros, a prosseguir com a manifestação, propondo que esta se fizesse num sábado de modo a não infringir a Lei da greve.

À saída dos estaleiros os trabalhadores deparam-se com forte presença militar de fuzileiros e veículos do COPCON. Deu-se, então, um momento de forte carga simbólica em que os trabalhadores explicam aos soldados destacados para proibir a manifestação as suas razões. Os militares solidarizam-se com os manifestantes, rejeitam intervir e proibir a manifestação, permitindo que esta se desenrole até Lisboa. Aos olhos de muitos era um momento raro em que umas Forças Armadas se colocam do lado dos cidadãos em plena luta social. A partir deste episódio, segundo José Carlos Valente, as Forças Armadas tendem a apresentar uma atitude cada vez mais favorável relativamente às lutas laborais, consubstanciando-se esta aproximação na contenção da manifestação da “maioria silenciosa”¹²⁶.

Segundo Avelino Rodrigues, o diálogo decisivo entre operários e militares ter-se-á processado da seguinte forma: ““Meu major, eu sei perfeitamente quais são as

¹²⁵ Fátima Patriarca, “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, p.702

¹²⁶ José Carlos Valente, *Movimento Operário: A Década de 70. Quando o trabalhador se fez cidadão*, 46

suas ordens; a sua missão é proibir e matar, se for preciso. E a nossa missão é passar e morrer, se for preciso.”¹²⁷. Fátima Patriarca cita um operário que relata que os trabalhadores gritaram “Os soldados são filhos do povo!”, “Os soldados são ou serão operários”, o que levou vários fuzileiros a chorar¹²⁸. Não obstante uma natural mitificação destes diálogos, era sem dúvida um momento simbólico e revelador do momento político no Verão de 1974.

A manifestação com cerca de 5 000 trabalhadores segue então em direcção a Lisboa, percorrendo a pé a ponte sobre o Tejo, num impressionante desfile de operários de capacete e fato de trabalho que percorre vários pontos da cidade de Lisboa, que pára para fazer um minuto de silêncio pelo Chile, até chegar ao Ministério do Trabalho na Praça de Londres. É uma manifestação que impressiona pela rígida organização e disciplina, pela preocupação em evitar quaisquer distúrbios e confrontos com os militares cujo apoio e identificação os manifestantes procuravam captar.

Apesar de toda a ordem com que decorreu, a manifestação é claramente uma prova de força dos trabalhadores. Uma prova de força bastante subversiva, a transgressão das regras é aberta e assumida. Os trabalhadores avançam apesar da proibição, desobedecem à lei, os actos sobrepõem-se às leis, afrontam o Governo e o poder político-militar. “A manifestação não se discute, força-se e impõe-se.”¹²⁹ Como escreveu Fátima Patriarca, “Perante uma conjuntura nacional que lhes é favorável, os grevistas não querem negociar, nem apoderar-se do poder, mas sim *impor*”¹³⁰ contra a vontade e indicações expressas de PCP, Intersindical e Governo.

Os organizadores da manifestação procuram ainda, sem sucesso assinalável, integrar trabalhadores de outras empresas Efacec-Inel, Eni, Setenave, CTT ou TAP, e conferir-lhe um alcance maior remetendo para um questionar do poder patronal e do sistema capitalista. O forte peso de reivindicações eminentemente políticas, como o saneamento, a contestação à Lei da Greve e à vaga de despedimentos, conferia à luta uma dimensão superior, integrando-a no movimento global de cariz revolucionário de

¹²⁷ Avelino Rodrigues, *Portugal depois de Abril*, Lisboa, Interior, 1976, p.59

¹²⁸ Fátima Patriarca, “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, p.722

¹²⁹ Fátima Patriarca, “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, p.719

¹³⁰ Fátima Patriarca, “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave”, p.634

lutas operárias e multiplicação de acções dos movimentos sociais que se constituía como pano de fundo determinante nas transformações políticas entre Abril e Setembro.

O comunicado dos trabalhadores dirigido à população revela a ambição de sintonizar esta luta particular com o movimento nacional generalizado de luta social e, segundo Fátima Patriarca, reflecte a ideia de que:

“a luta pelo saneamento ultrapassa o seu carácter antifascista, para agora ser defendida igualmente em termos anticapitalistas; ela insere-se no movimento reivindicativo e grevista de outras empresas e articula-se com objectivos mais gerais; raciocina-se em termos de relação de forças, ao mesmo tempo que se define uma posição táctica perante o Governo Provisório e o MFA”¹³¹.

O episódio da greve e manifestação da Lisnave terá enorme impacto e será, anos depois, relembrado por José Mário Branco com as seguintes palavras:

“Assim mesmo, como entrevi um dia,
A chorar de alegria, de esperança precoce e intranquila,
O azul dos operários da Lisnave a desfilar,
Gritando ódio apenas ao vazio,
Exército de amor e capacetes.
Assim mesmo, na Praça de Londres, o soldado Ihes falou:
- Olá camaradas, somos trabalhadores,
e eles não conseguiram fazer-nos esquecer;
aqui está a minha arma para vos servir.”¹³²

Ficará registado como um dos momentos mais memoráveis do processo revolucionário, em que as Forças Armadas recusam o papel que Ihes estava reservado de agente repressor e de imposição da autoridade do Estado, solidarizando-se com acções populares que, na realidade, não estavam assim tão distantes do que sectores importantes do MFA perfilavam.

A luta da Lisnave traduz simbolicamente a sintonia de objectivos e a proximidade entre os soldados do MFA e os protagonistas dos movimentos sociais. Sobretudo, confirma a pujança dos movimentos sociais, a capacidade de se fazerem ouvir no espaço público, de se imporem sobre as ordens do poder político-militar, de pressioná-lo, de determinar a agenda política, de avançarem com acções decretadas ilegais por

¹³¹ Fátima Patriarca, “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, p.709

¹³² José Mário Branco, *FMI*.

esse mesmo poder sem que sejam alvo da força estatal, de questionar pilares da organização capitalista.

A sua relevância prende-se ainda com o facto de estar temporalmente próxima do 28 de Setembro, onde, de forma decisiva, se efectiva essa tal proximidade e sintonia de objectivos entre MFA e movimentos sociais, mais uma união instrumental na contenção do spínolismo do que uma aliança estável e concertada. O caminho começava a definir-se e esta sintonia confirmava o isolamento de Spínola e a ausência de um bloco social que sustentasse a sua estratégia. É um momento decisivo na definição da posição do MFA e do COPCON relativamente aos movimentos sociais, a confirmação que a disposição em reprimir era praticamente nula, que movimentos sociais e MFA tinham nesta fase pontos importantes em comum nas suas agendas, sobretudo, quando do outro lado estava a via spinolista.

2.3.1. Um espelho do momento político e social ...

Para além dos aspectos já referidos relativamente às lutas descritas, conflitos como os da Lisnave, TAP ou *Jornal do Comércio* têm uma palavra a dizer no desenvolvimento do processo político e da luta pelo poder. Se a luta nos CTT apresenta como elementos de interesse o facto de se ter feito à revelia de sindicatos e PCP mas com o apoio do PS e de se ter constituído como o primeiro caso de intervenção militar, as lutas da TAP, *Jornal do Comércio* e Lisnave têm grande parte da sua relevância, na lógica deste trabalho, por espelharem de forma aguda o momento político e social. Desde logo pela proximidade das greves relativamente à Lei da Greve, empenhadamente defendida pelo PCP mas fortemente criticada pelo mundo do trabalho, situação que espelha alguma da relação delicada entre o Partido Comunista e as lutas operárias. No fim do Verão de 1974 confirmava-se a tendência dos movimentos sociais reivindicativos, nomeadamente operários, que explodiam fora do controlo e contra a vontade do PCP. Espelha ainda as fragilidades do bloco de poder que vê frequentemente as suas decisões serem ignoradas, contestadas e desobedecidas na rua.

Finalmente, os referidos conflitos de Agosto e Setembro materializavam outras tendências forjadas desde Abril, integrando-se e interagindo cirurgicamente com a luta pelo poder.

Constata-se que a derradeira arrancada de Spínola pelo poder no ano de 1974 corresponde socialmente a um momento de reagudização das lutas sociais. Após a explosão de Maio e Junho, o final de Agosto e Setembro conhecem novo pico reivindicativo, o que nos permite, mais uma vez, detectar uma correspondência ou uma correlação entre a dinâmica popular de luta e mobilização e o fracasso do spínolismo. De facto, a forma como decorrem estes processos de luta como que anuncia o que sucederá a 28 de Setembro, uma gama variada, heterogénea e complexa de acções populares que empurra decisivamente o processo político para a esquerda e para uma via revolucionária e que, tanto ao longo da Primavera e Verão, como a 28 de Setembro, contribui fortemente para a derrota do projecto político de Spínola. Não obstante ter sido decretada a intervenção militar nalgumas das referidas lutas, a posição derradeira do MFA acaba por ser, em algumas destas e outras situações, a de ceder e tolerar as acções populares. Em Setembro consubstanciava-se então o enlace e sintonia anunciados entre o MFA e os movimentos sociais que no dia 28 desse mês teria mais uma e decisiva comprovação.

Também no tocante ao simbólico estas lutas, sobretudo a da Lisnave, são de extrema importância. A cedência e a solidariedade dos soldados perante a manifestação de operários navais são de uma enorme carga simbólica, ecoaram em muitas consciências e imaginários, consubstanciando para muitos um indelével sinal dos tempos. Os referidos diálogos entre operários e militares ganharam destaque em narrativas mais ou menos mitificadoras e apologéticas. Pouco importará a forma como realmente aconteceu ou se aconteceu com as palavras tantas vezes citadas e celebradas, mas importava e muito que, em meados de Setembro, a percepção popular, dos soldados, de vários agentes do bloco de poder político-militar ou dos órgãos de informação fosse a de que havia uma caução à acção popular, à luta e à reivindicação e até a uma via revolucionária, que o MFA e o COPCON estavam dispostos a deixar correr esta vaga popular ou não eram capazes de se lhe opor. O que estas e outras lutas sociais materializam, não apenas do ponto de vista simbólico, das percepções, mental ou psicológico,

mas também do ponto de vista do equilíbrio de poderes, de apoios, de força de uma facção em detrimento de outra, de um projecto político em detrimento de outro e, enfim, de uma via revolucionária de esquerda e uma via de democratização, direitos e liberdades limitadas, será determinante na resolução do braço de ferro de 28 de Setembro e, inevitavelmente, no encerramento do primeiro ciclo do processo revolucionário português de transição para a democracia.

2.4. Movimento de Moradores: “O militar respondeu: ‘Não peça, ocupe’”¹³³

O outro eixo das movimentações sociais decorrente do golpe de 25 de Abril é o movimento de moradores. Não se fará uma análise exaustiva do processo, optando-se por uma abordagem forçosamente genérica e por salientar aquilo que se teve como relevante no sentido de uma leitura equilibrada do que foram os movimentos sociais e o processo político entre Abril e Setembro de 1974.

À imagem da linha seguida na análise geral da explosão social, na reflexão sobre o movimento de moradores estão implícitos conceitos como crise de estado, as percepções populares ou a incapacidade coerciva do Estado de que fala Durán Muñoz ou, ainda, as oportunidades políticas, o desaparecimento das polícias, as relações, alianças e heteroreferências entre as populações mobilizadas e os órgãos de um Estado dividido, ou como diz Cerezales, “organizações de vocação estatal com a sua própria capacidade estratégica”¹³⁴. Estas pistas ajudam a explicar algumas das razões por que acções como as dos movimentos de moradores se desenvolvem no quadro aberto a 25 de Abril. A leitura dos movimentos sociais e, especificamente, de uma das suas expressões, o movimento de moradores, terá parte fulcral da sua compreensão naquilo que são as características do golpe militar, na estrutura política forjada, no comportamento do MFA, partidos, governos e demais agentes político-militares e do bloco de poder.

O destaque conferido a algumas características do movimento de moradores prende-se, precisamente, com o facto de ser considerado uma expressão sintomática e elucidativa do movimento revolucionário em curso e daquilo que se tem vindo a sali-

¹³³ *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1974, p.12. Diálogo entre um ocupante e um militar

¹³⁴ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.86

entar ao longo dos capítulos anteriores: a abertura de um processo de mudança cultural e comportamental, de entrada das massas na política, de acção, organização e politização dos cidadãos empenhados na conquista de direitos e na supressão de necessidades, na participação no que se sente como uma revolução e na construção, se não de um novo sistema político ou de um novo país, pelo menos de novas relações sociais e novas relações de poder. Como escreveu John L. Hammond:

“The military coup which ended fascism in Portugal in 1974 unleashed a major outpouring of political militancy. After decades of repression, people eagerly seized the opportunity to demonstrate and organize, and in the process they won some permanent and major changes. Both the level of mobilization and the extent of structural changes were so great that some called the events of the next year and a half a revolution”¹³⁵

À imagem do que se faz relativamente a outros vectores do processo revolucionário entre Abril e Setembro de 1974, nomeadamente o movimento operário, realça-se que o marcelismo contém já alguns elementos susceptíveis de dar alguma luz sobre a explicação do processo.

O problema habitacional atingia em Portugal contornos altamente preocupantes nas vésperas do 25 de Abril, agravando-se mesmo nos últimos anos que antecedem o golpe militar, destacando-se um parque habitacional insuficiente e altamente degradado. Estima-se que cerca de um quarto da população vivesse nas chamadas “ilhas” (habitações construídas em pátios interiores de edifícios e alugadas pelos proprietários, muito comuns no Porto), em bairros de lata e barracas, casas degradadas sobrelotadas ou em regime de sublocação, enfim, sem as mínimas condições de habitabilidade¹³⁶.

O censo oficial de 1970 revelava que 30% dos portugueses moravam em casas que, pelos parâmetros do INE, eram consideradas precárias¹³⁷. Há, portanto, uma situação de más condições de vida e de descontentamento que fornece a base material para que um processo de mobilização, contestação e luta se desenvolva quando se verificam condições propícias a tal. Não apenas a questão habitacional, mas toda a ques-

¹³⁵ John L. Hammond, “Popular Power and the Portuguese Far Left”, in *European Journal of Political Research*, Amsterdam, 1985, p.207

¹³⁶ Helena Vilaça, *Associativismo e Movimentos Sociais. Modalidades de participação*, p.66

¹³⁷ Diego Palacios Cerezales *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.83

tão urbana vinha sendo alvo de reflexões nos anos precedentes, nomeadamente os transportes, o saneamento ou as infra-estruturas, no quadro de um crescimento urbano desordenado já referido, associado às transformações, sobretudo, da década de 60, e de graves problemas sociais. Ainda que muitas vezes insuficiente e inadequada, a crescente tentativa de intervenção estatal junto das populações mais desfavorecidas e nos bairros de barracas ou degradados funcionará, por vezes, como um estímulo à mobilização dos movimentos urbanos e a organização popular¹³⁸. Como salienta Cerezales, a mobilização popular urbana após o 25 de Abril e a sua organização em comissões de moradores radica no processo de luta dos moradores dos bairros camarários do Porto, em que se constata a existência de um interlocutor oficial que é o Gabinete de Habitação da Câmara Municipal e um passado de luta. Após o golpe, mesmo que não estando definido o interlocutor, a forma de organização em comissões de moradores serviu de modelo para os demais bairros e lutas urbanas¹³⁹. O crescimento de algo semelhante a um Estado Social ou um papel assistencial do Estado aumenta as expectativas populares numa acção do Estado na resolução de alguns dos seus problemas.

Naturalmente, estará ainda associado ao, também já referido, quadro nacional e internacional de transformações culturais e políticas que alimenta os processos reivindicativos, a mobilização política e a contestação ao *status quo*, que tem na população mais jovem importante dinamizador.

Em Setembro de 1973, no bairro da Pasteleira no Porto, um grupo de moradores das “ilhas” organiza-se e mobiliza-se pela primeira vez para um protesto contra os despejos. Em Novembro os moradores do Bairro de São João de Deus conseguem, também pela primeira vez, impedir que os despejos se realizassem. Estas lutas anteriores a 25 de Abril eram fundamentalmente defensivas visando garantir aquilo que se tinha, nomeadamente evitar os despejos. As condições abertas pelo golpe militar de 25 de Abril vão então permitir que este movimento se desenvolva, sobretudo em Lisboa,

¹³⁸ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.105

¹³⁹ Diego Palacios Cerezales *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.88

Porto e Setúbal¹⁴⁰. É neste quadro de fragilidade estatal e explosão de acções populares, que os movimentos de moradores têm a sua grande expressão.

Logo na noite de 28 de Abril de 1974 no Bairro da Boavista, mais de 100 famílias que viviam em barracas ocupam os apartamentos, ainda vazios, do bairro social acabado de construir¹⁴¹. Era o primeiro sinal de que as massas populares envolver-se-iam activamente no processo de mudança que estava prestes a acontecer e da importância que as lutas urbanas viriam a ter¹⁴². Neste bairro de barracas nos arredores de Lisboa centenas de pessoas obtiveram, finalmente, casa, através das ocupações, por que esperavam há mais de quinze anos. Viviam em barracas de madeira e telha, sendo a maioria das famílias compostas por mais de 10 pessoas. Assim, a ocupação de casas desabitadas, devolutas ou ligadas a regimes de atribuição contestados, tornou-se um acontecimento do quotidiano português¹⁴³.

O movimento de ocupações incide sobretudo em casas já construídas ou por construir em bairros camarários ou sociais. Da Boavista o movimento estende-se às instalações desabitadas de outros bairros municipais como o Bairro Camarário de Monsanto. Segue-se a ocupação massiva pelos habitantes do Casalinho da Ajuda de casas no Bairro da Fundação Salazar com 90 moradias prontas e cerca de 200 inacabadas que se passaria a chamar Bairro 2 de Maio em função da data das ocupações¹⁴⁴. Relógio, Furnas, Galinheiras ou Bairro do Valfundão em Marvila são outros dos bairros onde se verificam ocupações de casas entre finais de Abril e inícios de Maio.

A 30 de Abril, no Porto, um grupo de moradores do bairro camarário São João de Deus reuniu-se em assembleia, redigiu o primeiro caderno reivindicativo e elegeu a primeira comissão de moradores. No dia seguinte, marcou presença nas manifestações do 1º de Maio e entregou, dias depois após um plenário na Escola de Belas-Artes, no

¹⁴⁰ Chip Downs, Fernando Nunes da Silva, Helena Gonçalves, Isabel Seabra, *Os moradores à conquista da cidade. Comissões de Moradores e Lutas urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Lisboa, Armazém das Letras, 1978, p.12

¹⁴¹ Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora. O Movimento popular do 25 de Abril*, p.13

¹⁴² Charles Robert Downs, *Community Organization, Political Change and Urban Policy: Portugal 1974-1976*, p.138

¹⁴³ José Carlos Valente, "O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a União", p.245

¹⁴⁴ Comunicado dos moradores do bairro do Casalinho da Ajuda sobre a ocupação das casas da Fundação Salazar, Maio de 74, in Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora. O Movimento popular do 25 de Abril*, p.23

Quartel-General do Norte, aquele que foi o primeiro documento reivindicativo de uma comissão *ad-hoc* de um bairro camarário, onde se pedia a demissão do presidente da Câmara Municipal do Porto que acabaria por ser demitido a 13 de Maio¹⁴⁵. O movimento reivindicativo e a luta por melhor habitação alastram-se a outros bairros portugueses: Bairro de Previdência da Pasteleira, Bairros camarários de S. Vicente de Paulo, de S. Roque ou 'ilha do Acácio'¹⁴⁶.

Era o início do movimento dos moradores e das ocupações de casas que também se generalizavam ao longo da cintura industrial de Lisboa, que surge em larga medida espontaneamente e que, rapidamente, passa a contar com a colaboração de elementos de partidos de extrema-esquerda que tentam controlar e monopolizar o movimento moradores. De facto, a extrema-esquerda assume um peso nas comissões de moradores muito superior ao PCP, menos interessado em controlar e apoiar os movimentos de moradores, perspectivando, neste e noutros campos, mudanças estruturais a partir do Governo e pela lei. Pelo contrário, a extrema-esquerda apostava claramente numa linha de revolução e acção directa do movimento popular, lógica que se revelava próxima da que presidia ao movimento popular urbano. O PCP não deixa de tentar estar presente nas comissões de moradores, mas será o MDP/CDE quem assumir a tarefa de aproximação e ligação aos movimentos urbanos de moradores em grande parte decorrente da liderança assumida no processo de substituição das câmaras municipais e juntas de freguesia. As comissões administrativas criadas forjam a aproximação às populações e às suas necessidades, à luz também de um processo de necessidade de legitimação aos olhos populares. Neste sentido, fomentam a organização popular, nomeadamente em assembleias de moradores para que estes as escolhessem como seus representantes, assumindo em troca algumas das suas reivindicações e apoiando-as nos processos de luta¹⁴⁷.

O movimento de moradores coadunava-se eficazmente com algumas características do pensamento e acção da esquerda radical, permitindo uma acção orientada para a esfera cultural, através da organização de sessões musicais, grupos teatrais e

¹⁴⁵ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p. 111

¹⁴⁶ Helena Vilaça, *Associativismo e Movimentos Sociais. Modalidades de participação*, p.84

¹⁴⁷ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p.92

musicais. Apontava, ainda, para a superação das reivindicações imediatas de habitação e o perspectivar, de facto, uma mudança em moldes socialistas das relações de propriedade e das instituições, de superação revolucionária do capitalismo, arriscando acções ilegais vistas com reservas por um PCP comprometido com o Governo, empenhado numa via mais gradual e apostado, prioritariamente, nos locais de trabalho e comissões de trabalhadores¹⁴⁸. Por exemplo, na zona de Campo de Ourique e do Casal Ventoso as ocupações durante o Verão de 1974 eram organizadas pelos Comités Comunistas Revolucionários (m-l), acontecendo situações de confrontos quando algum outro partido ou movimento pretendia envolver-se no movimento de moradores local, neste caso o MRPP. Paralelamente, muitas ocupações contam com a resposta por vezes dura da PSP que consegue em algumas situações expulsar os ocupantes¹⁴⁹.

Maio arranca com ocupações em vários bairros de Setúbal e em alguns deles os ocupantes são obrigados a desocupar as casas, a maioria delas sem condições de habitabilidade, por militares¹⁵⁰. Dia 5 de Maio, cerca de 20 blocos de habitação eram ocupados em Chelas por um milhar de pessoas. Seguem-se notícias de ocupações de casas no bairro económico Marcelo Caetano, posteriormente denominado Humberto Delgado, de 84 fogos em Madorna e novas ocupações em Chelas. A 10 de Maio, o número de habitações sociais que tinham sido ocupadas era superior a 2000 em todo o país, maioritariamente habitações sociais em construção¹⁵¹, e começaram a formar-se comissões de moradores nos bairros populares das grandes cidades¹⁵². A título de exemplo, em Setúbal a 11 de Maio, juntaram-se mais de 300 habitantes de barracas, perfazendo o total de 230 famílias, que se dirigem à junta de freguesia e apresentam as suas reivindicações. No dia seguinte a comissão nomeada distribuiu tarefas e começou a organizar a solução colectiva dos seus problemas.

Perante a generalização do movimento, a Associação dos Inquilinos Lisbonenses emitia um comunicado reivindicando o congelamento das rendas. Dias antes o seu

¹⁴⁸ John L. Hammond, "Popular Power and the Portuguese Far Left", pp.212-213

¹⁴⁹ Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora. O Movimento popular do 25 de Abril*, p.38

¹⁵⁰ Chip Downs, Fernando Nunes da Silva, Helena Gonçalves, Isabel Seabra, *Os moradores à conquista da cidade. Comissões de Moradores e Lutas urbanas em Setúbal, 1974-1976*, p.221

¹⁵¹ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.110

¹⁵² Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, p. 79

presidente afirmava: “Acho justo e certo que o povo ocupe as casas que estão vagas, dado que é imoral haver pessoas a viver em barracas quando há casas vagas”¹⁵³.

A 8 de Maio tem lugar uma manifestação em frente ao Palácio de Belém de apoio à Junta de Salvação Nacional, protagonizada pelos moradores do Bairro da Boa-vista que tinham ocupado casas no Bairro Social Chelas, pedindo que fosse reconhecida a atribuição espontânea das habitações sociais e a legalização da situação criada. A 13 de Maio é a vez dos moradores dos bairros pobres do Porto se manifestarem e o movimento segue nesta cidade com a ocupação no dia 28 de casas no Bairro de São João de Deus.

A gravidade do problema levou a que a JSN actuasse no dia 11 de Maio, dando, por decreto, o seu aval às casas ocupadas, como se efectivamente estivessem legitimamente atribuídas, advertindo, no entanto, que não toleraria a realização de mais ocupações “abusivas”¹⁵⁴. Apesar de procurar emprestar alguma organização, regras e limites ao processo, acaba por ser um sintomático momento de cedência do novo poder que cauciona situações não só ilegais, como violadoras da propriedade privada. Prenunciava meses de um bloco de poder político-militar incapaz de fazer frente à vaga de acções populares.

A dimensão dos movimentos urbanos e a sucessão de ocupações obrigará os dois primeiros governos provisórios a procurarem encontrar soluções para o problema habitacional, perspectivando uma maior intervenção do Estado no terreno e junto das populações, num processo que passou muitas vezes pela reflexão e debate com profissionais e técnicos ligados à habitação, bem como com cidadãos e o movimento associativo de moradores. O impacto dos movimentos populares urbanos faz-se sentir na forma como a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, liderada por Nuno Portas, encara globalmente a questão habitacional, dando ênfase aos bairros degradados e às populações mais pobres. Importa salientar, porém, que a materialização de algumas destas ideias correspondia a fórmulas já pensadas nos anos anteriores ao 25 de Abril. É este o contexto que levará à criação dia 31 de Julho de 1974 do Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL, onde a ligação à vontade e necessidades populares

¹⁵³ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.266

¹⁵⁴ José Carlos Valente, “O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a União”, p.245,

era uma das pedras de toque, incidindo o seu campo de actuação sobre as populações vivendo em piores condições habitacionais. Seguindo o trabalho de José António Bandeirinha, o SAAL era um programa que tinha como objectivo realojar as populações que viviam em barracas mantendo a sua localização. Para tal assentava na iniciativa das populações e na auto-organização destas, no sentido de garantir a melhoria das condições não só das habitações mas do próprio bairro, perspectivando a autogestão como forma de melhorar o espaço e resgatar as populações à *guetização* e à marginalização. A manutenção das localizações inviabilizava as “operações de especulação fundiária” mediante o realojamento das populações em terrenos menos valiosos.

Outro princípio importante era o de autonomia na gestão do projecto e da obra, criando-se vínculos fortes entre moradores e a obra desde o seu arranque, e a autonomia das populações. No mesmo sentido de reforçar o elo entre moradores e a habitação e o bairro ia a incorporação de recursos próprios, prevendo a autoconstrução. O SAAL assentava ainda no princípio da descentralização, superando assim alguns constrangimentos burocráticos, e no princípio de se tratar de uma iniciativa experimental¹⁵⁵.

O processo é concebido e estruturado ao longo do Verão de 1974, são feitos contactos com Câmaras e populações, feitos estudos e levantamentos, aferidas as necessidades, ouvidos técnicos, engenheiros e arquitectos, constituídas as brigadas. A criação oficial do SAAL data de finais de Julho, mas o início prático dos trabalhos arranca de facto apenas em Setembro, razão por que não nos ocuparemos da sua acção e resultados. Importa, então, registar como o SAAL, ainda que tendo raízes e correspondendo a um processo de reflexão e problematização da questão urbana e habitacional anterior ao 25 de Abril, acaba por incorporar muito do que se tem afluído neste trabalho sobre os movimentos sociais. É um programa que capta alguns dos valores dominantes e das prioridades de um país em revolução e de uma época, remetendo para uma acção posta ao serviço dos mais pobres, mitigadora da dimensão especulativa, segregacionista e exclusivista do capitalismo e da ordem fundiária. Aponta para uma lógica colectiva, de acção social, de iniciativa popular e intervenção pública, de aproximação de um Estado enfraquecido e fragilizado à população mediante a criação de

¹⁵⁵ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, pp.120-123

uma instituição mais descentralizada e desburocratizada próxima das populações¹⁵⁶, bem como, de participação no processo político de transformação e nas mudanças tornadas possíveis pelo golpe militar. Acaba por ser uma resposta institucional, uma reacção do bloco de poder político-militar a um problema concreto e estrutural, é certo, mas também a um processo novo que era a acção e politização populares. Consubstancia a ligação da acção estatal à população, às associações de base, a um movimento cada vez mais organizado e unificado que, crescendo em capacidade reivindicativa, exercia cada vez mais pressão sobre o Estado no sentido de assegurar habitações dignas. Reflecte ainda algumas continuidades, na medida em que o SAAL materializa importantes continuidades estéticas e metodológicas com o pré-25 de Abril, num quadro de reflexões e actividades levadas a cabo durante anos.

De algum modo, os projectos SAAL foram o reflexo da revolução e da mobilização popular na arquitectura ou a materialização urbanística e arquitectónica de um processo revolucionário como o português. À imagem de tantos outros sectores profissionais, também os arquitectos se embrenharam na revolução, se aproximaram e procuraram servir as populações mais pobres, na relação com os movimentos sociais, politizando a sua actividade que, inevitavelmente, saiu transformada de um período de tão densas e bruscas transformações. Finalmente, de forma coerente com o que se passava no país, foi mais um momento de participação popular em esferas que lhe eram estranhas, de reivindicações e conquistas habitacionais, enfim, de melhoria das condições de vida, mas também de pressão, diálogo e interacção com o poder, no âmbito de um programa onde a dimensão ideológica e política era relevante, tal como, alguma sedução pela democracia orgânica e de relação com as organizações populares¹⁵⁷.

O SAAL e as juntas de freguesia foram importantes dinamizadores das comissões de moradores, complementando desta forma a acção directa popular com enquadramento e apoio técnico, administrativo e financeiro. Posteriormente, as comissões de moradores conhecerão no COPCON outro valioso aliado. O próprio MFA revelou-se importante no alento do movimento de moradores, nomeadamente quando se

¹⁵⁶ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.250

¹⁵⁷ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.257

sobrepunha às forças policiais, prontas a desalojar os ocupantes, desautorizando e neutralizando-as e ordenando a sua retirada dos espaços ocupados.

A reivindicação central do movimento dos moradores era, naturalmente, a habitação digna e complementou-se, na Primavera e Verão de 1974, com a ocupação de casas vazias em bairros sociais e com a reivindicação, posteriormente consagrada pelo SAAL, de construção de habitações nos locais, por exemplo, das anteriores barracas. Importante era também a reivindicação de preços justos, traduzida na luta por “preços populares”, estipulados em função dos rendimentos das famílias.

No âmbito infra-estrutural, eram comuns as reivindicações de reparação das casas, a exigência de água corrente, luz, esgotos ou gás, acabando estas acções por serem realizadas pelos próprios moradores e no âmbito do SAAL. Mais tarde contariam com o apoio dos soldados do MFA envolvidos nas Campanhas de Dinamização Cultural. Importante, enquanto sintoma do espírito e da realidade política, mental e social vivida, era o facto de as comissões de moradores terem contado, nestas tarefas, com a colaboração de comissões de trabalhadores das Companhias de Água, Gás e Electricidade que facilitavam a ligação às respectivas redes de distribuição.

A criação de escolas, creches, infantários auto-organizados, farmácias cooperativas, a recolha de lixo e o estabelecimento de serviços de telefones públicos e de transportes colectivos, o prolongamento de percursos de autocarros até às zonas periféricas foram das principais exigências, conquistas e acções bem-sucedidas das comissões de moradores.

Na esfera cultural, as comissões de moradores envolvem-se na organização de festas, campeonatos desportivos, projecções cinematográficas ou concursos artísticos. Tal como acontecia com a luta operária, os movimentos urbanos ou de moradores multiplicam-se ao longo dos meses seguintes, integrando, comungando objectivos, natureza, identidade e ideologia com a vaga de movimentos sociais. A óptica seguida é a de colocar este movimento de moradores no quadro global de explosão social, de politização da sociedade ou de uma sociedade em movimento, que faz política, luta e organiza-se.

As movimentações assumem várias características, para além das habitualmente salientadas pelos estudos sobre os movimentos de moradores, que reflectem então essa dimensão maior de um movimento lato de transformação dos hábitos, comportamentos, leituras de e sobre a sociedade portuguesa.

Por exemplo, moradores do bairro da Quinta das FONSECAS em Lisboa pedem a presença do Secretário de Estado da Saúde para que este veja as condições em que vivem. A falta de água, de higiene e de esgotos está na origem de um comunicado da Comissão Democrática local em que se dizia que o "povo está disposto a lutar para obter as casas a que a classe trabalhadora tem direito". Reivindicam a assistência médica em Santa Maria, que, não obstante se situar mesmo ao lado do bairro, os seus habitantes eram invariavelmente encaminhados para S. José ou para a Estefânia¹⁵⁸. A operação SAAL na Quinta das FONSECAS, coordenada por Raul Hestnes Ferreira, constitui-se como um dos casos mais mencionados nos balanços sobre o SAAL e a própria arquitectura portuguesa contemporânea¹⁵⁹.

No início de Julho tem lugar no Bairro da Liberdade um comício do MRPP onde, entre outros assuntos, se discutiu a ocupação do Centro Paroquial, decidindo-se pela sua ocupação, tornando-o um centro de cultura popular onde se exibiriam filmes revolucionários e onde se constituiria uma creche¹⁶⁰.

Ainda que com características diferentes e obedecendo a outra lógica política e económica, a organização popular, o debate e a revindicação de melhores condições de habitação ou de vida estendem-se para além dos grandes centros urbanos onde os movimentos de moradores revelam maior pujança. Em Montemor-o-Novo, os habitantes do CIBORRO discutem os seus problemas numa sessão de esclarecimento político e de apresentação dos problemas da freguesia às autoridades competentes¹⁶¹.

Outro caso é o movimento dos moradores da aldeia da Maçã. Os motivos de indignação residiam no facto da Casa de Palmela ter colocado uma vedação que cercava a aldeia e ter retirado as terras que até então tinha entregado a rendeiros, através do desalojamento pela GNR. A Casa de Palmela desalojou ainda 7 famílias num total de

¹⁵⁸ *Diário de Lisboa*, 4 de Julho de 1974, p.9

¹⁵⁹ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.234

¹⁶⁰ *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1974, p.9

¹⁶¹ *Diário de Lisboa*, 15 de Julho de 1974, p.19

30 pessoas de uma habitação da sua propriedade. Assim, uma comissão de habitantes da aldeia reuniu-se com o filho primogénito do Duque de Palmela para lhe apresentar as suas queixas e reivindicações. No entanto os resultados foram nulos, o que deu origem a uma manifestação de cerca de 400 pessoas que a GNR tentou evitar. Esta acabou por retirar após um diálogo com os manifestantes. Mais tarde reapareceu com reforços vindos de Sesimbra, tendo-se reiniciado o diálogo. A situação acabou por ser resolvida com o aparecimento de elementos das Forças Armadas do Regimento de Infantaria de Setúbal que ouviram as reivindicações dos habitantes da aldeia, aconselhando que uma comissão se deslocasse no dia seguinte ao quartel para expor os seus problemas¹⁶².

Já no crepúsculo do período em estudo, no início de Setembro, perfilando-se no horizonte a reacção final de Spínola, Mário Bruxelas ao tomar posse como Governador Civil de Lisboa, promete “Poder à iniciativa e espontaneidade das populações”¹⁶³. De alguma maneira, estas afirmações reconheciam a inelutável força dos movimentos sociais no culminar de meses de acções diárias e variadas que vão influenciando cada vez mais o xadrez político e a luta pelo poder. Não surpreenderia que a 28 de Setembro a pujança dos movimentos sociais se traduzisse não apenas na falta de apoio a Spínola, como numa organização popular, onde as comissões de trabalhadores e moradores terão uma presença importante, claramente hostil à “maioria silenciosa”. Nesse dia 28 de Setembro, no quadro de uma crescente participação na vida política do país, as comissões de moradores contam-se entre aqueles que constituem os bloqueios e as operações stop que visavam impedir o acesso a Lisboa dos que pretendiam manifestar o seu apoio ao Presidente da República.

De facto, a progressiva fragilidade e isolamento de Spínola ao longo destes meses, coincidia com o reforço da posição das comissões e do movimento de moradores que encontram no bloco de poder político-militar interlocutores mais receptivos e sensíveis às suas aspirações e acções, num quadro político crescentemente favorável à acção popular.

¹⁶² *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1974, p.12

¹⁶³ *Diário de Lisboa*, 6 de Setembro de 1974, pp.1 e 24

2.5. Movimentos sociais e “a marca genética da democracia portuguesa”

As lutas sociais na Primavera e Verão de 1974 são decisivas na definição do processo político ao empurrarem-no, em definitivo, para a esquerda e para a via revolucionário, à medida que impõe decisões e conquistas de direitos e liberdades aos dois primeiros governos e Junta de Salvação Nacional: conseguem a fixação do salário mínimo ou o direito à greve, independentemente das suas limitações, e a liberdade sindical. Vêem muitas das ocupações de casas serem ratificadas pelo Governo, impõem-lhe que, muitas vezes, legisle em função do que já estava consumado, limitando-se várias leis a ratificar situações de facto, ou que cancele pacotes legislativos já anunciados. Basta recordar que a constituição de sindicatos, o recurso à greve ou a formação de partidos eram já realidades e práticas habituais antes de os governos provisórios as autorizarem ou definirem legislativamente. De facto, a conquista de vários direitos e liberdades, a efectivação da democratização parece, nestes meses, em muitos aspectos mais filha das iniciativas populares do que da acção dos governos provisórios, JSN, Presidente da República ou MFA. Uma das primeiras expressões da reacção popular ao golpe e, em si mesmo sintoma de democratização, será o ataque às estruturas e símbolos do regime recém deposto, nomeadamente o assalto à sede da polícia política ou a libertação dos presos políticos. Nos locais de trabalho, a reivindicação de saneamentos reflecte esta deposição em afastar os representantes da velha ordem e punir os responsáveis por situações de repressão. Rapidamente, a explosão social inicial evolui para um movimento espontâneo e global de acções populares que impõem ao novo poder conquistas fundamentais e que ficarão plasmadas na Constituição.

A Constituição¹⁶⁴ aprovada em 1976 está decisivamente marcada pela vaga de movimentos sociais que varrem Portugal na Primavera e Verão de 1974 e ao longo de 1975, corporizando uma vasta gama de direitos conquistados através das lutas e do processo revolucionário, nomeadamente, o direito ao trabalho, o princípio de salário igual para trabalho igual, descanso semanal, férias pagas; direito ao salário mínimo nacional, direito à “protecção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto”, direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores; a liberdade sindical

¹⁶⁴ Constituição da República Portuguesa. As 5 versões após 25 de Abril (1976, 1982, 1989, 1992, 1997).

e as condições para garantir essa liberdade; direito à segurança social; a responsabilidade do Estado “subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado”; a responsabilidade de protecção dos cidadãos na doença, velhice, desemprego e “em todas as outras situações de falta ou diminuição dos meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”; direito à protecção da saúde, garantido por um serviço de saúde “universal, geral e gratuito”¹⁶⁵.

A explosão social que o país conhece a partir de Maio de 1974 constitui-se como determinante na democratização política e social do país e na conquista de um Estado social. De facto, como resume Fernando Rosas:

“esse movimento popular conquistou as liberdades públicas (de associação, de expressão, de reunião) na rua, por iniciativa própria, muito antes da sua consagração legal pelo Governo Provisório (...) Conquistando no próprio processo de luta social, e logo desde os últimos dias de Abril, o direito à greve e a liberdade sindical; alcançando reivindicações básicas e duradouras no tocante à redistribuição do rendimento: salário mínimo, redução do horário do trabalho, férias pagas, subsídios de doença e alimentação, e saneando das empresas os elementos acusados de «colaboradores do fascismo» ou de «sabotagem económica». Também a democracia social seria um produto directo da iniciativa popular”¹⁶⁶.

Se necessário fosse medir a importância dos movimentos sociais no processo revolucionário português, bem como a importância deste último na génese da democracia em Portugal, a Constituição de 1976 materializa muito do que de mais fundamental se passou neste período, nomeadamente no que diz respeito aos movimentos sociais, legando para a democracia portuguesa uma marca muito avançada em termos de justiça social, direitos e liberdade sociais.

Paralelamente, as características da Constituição saída do processo aberto pelo 25 de Abril de 1974, mais notáveis se tornam se tivermos em conta o antes, ou seja, o que era o Estado Novo do ponto de vista das liberdades ou dos direitos e protecção dos trabalhadores, bem como, da generalidade da população. A explosão social dos primeiros cinco meses do processo revolucionário é o que, em última análise, permite a transformação de uma transição moderada, com a contenção de direitos e liberdades, militarmente tutelada e esvaziada de movimentações e tensão social, num processo revolucionário original, de esquerda, marcado pela iniciativa e pelo papel central

¹⁶⁵ Carlos Santos; José Casimiro, *O Movimento Operário: a década de 70. Quando o trabalhador se tornou cidadão*, Biblioteca-Museu República e Resistência, Lisboa, 1997, p.60

¹⁶⁶ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.140

das massas populares. E é precisamente este processo que permite afirmar, como faz Fernando Rosas, que o processo revolucionário é a marca genética da democracia portuguesa¹⁶⁷.

Do ponto de vista da definição do processo político de Abril a fins de Setembro, a explosão dos movimentos sociais é também muito palpável. Como vimos radicaliza ou empurra para esquerda o processo político, partidos, MFA e até de alguma forma governos, abrindo um processo revolucionário ou conduzindo a transição para a democracia para uma via revolucionária. Reforça a posição do MFA porque é ao MFA que os movimentos sociais recorrem para arbitrar conflitos e legitimar conquistas, que o patronato recorre para conter as acções sociais, e, finalmente, a instância do bloco de poder político-militar a quem os protagonistas dos movimentos sociais verdadeiramente obedecem e reconhecem legitimidade praticamente desde a primeira hora. Complementarmente, bloqueia, fragiliza e acaba por inviabilizar activa e empenhadamente o projecto político de Spínola na medida em que era a sua negação no que dizia respeito a valores e objectivos, privando o spinolismo de um bloco social e político consistente. Acabou ainda por ser esta intensa vaga de mobilizações populares que, involuntária e paradoxalmente, conferiu, por momentos, algum alento ao projecto spinolista. Era nestas massas activas e mobilizadas que Spínola fazia repousar grande parte da justificação do seu programa político, da limitação de direitos e liberdades e do reforço dos poderes presidenciais num sentido de centralização de poderes, de um presidencialismo militar que contivesse aquilo que Spínola via como a anarquia, a política da terra queimada, a comunização do país.

Finalmente, este capítulo revela o que foi esse momento de modernidade em que a “sociedade fez política”¹⁶⁸ de que falou Luís Trindade, a entrada e participação das massas na política, esse momento de aprendizagem política e cívica que tanto se tem vindo a salientar. Um personagem de José Saramago sobre o que significara nos campos do Alentejo o 25 de Abril: “ (...) é como se tivesse vivido sempre com os olhos fechados e agora, enfim, os tivesse aberto (...)”¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.130

¹⁶⁸ Luís Trindade, “Os Excessos de Abril”, p.26

¹⁶⁹ José Saramago, *Levantado do Chão*, p.466

CAPITULO V: A QUESTÃO COLONIAL, A GUERRA E AS FORÇAS ARMADAS

A disputa em torno da descolonização, a par da explosão dos movimentos sociais, revelar-se-á um dos elementos centrais da vida política portuguesa. Isto, por si só, justificaria uma análise isolada do primeiro ciclo do processo revolucionário, no âmbito de um trabalho sobre a acção e importância da vaga de movimentos sociais ao longo deste período. Neste sentido, procurar-se-á surpreender como estes dois vectores fundamentais se relacionaram e, sobretudo, o impacto que a explosão dos movimentos sociais, inevitavelmente, teve na frente da descolonização.

O essencial do processo de descolonização ficará decidido ao longo do período que vai de Abril a Setembro, sobretudo relativamente aos casos da Guiné-Bissau e de Moçambique. Tanto na análise global do período Abril-Setembro, como na análise particular do processo de descolonização, detectamos alguns eixos estruturantes comuns, ou seja, a frente da descolonização cristaliza algumas das constantes fundamentais deste período. Aquilo que se revela determinante no quadro geral também o é, ou tem grandes implicações, no processo de descolonização.

Fundamentalmente, não sendo a descolonização o tema desta dissertação, aquilo que se pretende destacar é o impacto dos movimentos sociais num processo de descolonização que se decide, em larga medida a partir de Lisboa.

1. DIALÉCTICA GERAL-PARTICULAR: QUATRO EIXOS FUNDAMENTAIS

Na frente da descolonização materializam-se, pois, alguns dos eixos fundamentais deste período que têm servido de espinha dorsal deste estudo.

Em primeiro lugar, temos a existência do projecto político interno e de descolonização de Spínola, constatando-se estar a sua agenda política interna, significativamente, subordinada à frente africana e ao processo de descolonização. Neste sentido, é possível estabelecer relações entre certas acções e estratégias no seio do bloco de poder político-militar (alterações introduzidas no programa do MFA, assunção da presidência da República, tentativa de dissolução da CC do MFA, crise Palma Carlos, a insistência na declaração do estado de sítio e reforço dos poderes presidenciais, visitas e discursos em várias unidades militares) e objectivos como a via federalista e referendária, a continuação da presença militar portuguesa em África ou o obscuro 7 de Setembro em Moçambique. É, ainda, uma das expressões das continuidades entre o marcelismo e o processo revolucionário e constitui-se como uma das razões máximas do choque com a Comissão Coordenadora do MFA e respectivo projecto de poder interno e de descolonização.

Outro eixo fundamental nesta dialéctica geral-particular é o facto da descolonização se constituir como um palco onde se reflectem com grande nitidez as implicações da quebra da cadeia hierárquica de comando das FA¹, traduzida na metamorfose destas no MFA e num agente político-militar de onde parte muita da reacção e oposição à facção spinolista. Adriano Moreira define esta situação de rotura da cadeia de comando das Forças Armadas da seguinte forma:

“durante o Estado Novo, em que o Presidente da República era um oficial general do Exército ou da Marinha, as Forças Armadas eram tidas como um apoio central do regime e a fidelidade e solidez das cúpulas davam ao regime a ideia de segurança, mas com a guerra colonial a sede de poder passou das cúpulas para as bases e quando se dá o golpe as Forças Armadas respondiam às bases e não às cúpulas.”²

¹ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.135

² Entrevista a Adriano Moreira, *Público*, 1994, consultado in *O Pulsar da Revolução*

Almeida Santos considera estas transformações a “causa maior” no determinar da forma como decorreu o processo de descolonização, relevando o grande impacto que terão na emergência de vias de negociação paralelas e antagónicas no decorrer do mesmo, e ainda naquilo que chama de “vertiginosa deterioração da disciplina militar, até à total ruptura da cadeia de comando”³.

A quebra da cadeia de comando das FA traduz-se no choque da posição da CC do MFA com a linha spinolista de uma descolonização faseada assente em referendos e, em última análise, na sobreposição da primeira sobre a segunda.

Em solo africano esta transformação das FA resulta na quase total desmobilização, recusa em combater, confraternização e contactos próximos com os movimentos de libertação e na exigência de regresso a Portugal, reforçando uma tendência, com raízes no final da década de 60 e início de 70, também devedora do crescente recrutamento de contingentes africanos e de milicianos com uma cultura política de esquerda e mais sedimentada, que era a proliferação de um património ideológico assente no pacifismo, no anticolonialismo ou no marxismo⁴. Traduz-se, ainda, numa acção da Comissão Coordenadora do MFA em Angola, Moçambique e Guiné, pressionando e ultrapassando os órgãos de poder em Lisboa, no sentido do reconhecimento da independência e dos movimentos de libertação como legítimos representantes das suas populações. Também internamente, a quebra da cadeia hierárquica enquadra a constante pressão da Comissão Coordenadora do MFA sobre os órgãos de poder político. Junta, Presidente da República, Primeiro-ministro, Chefes de Estado-Maior e cúpulas militares não conseguem inverter a posição do exército em África, nem a posição do MFA, de não combater, de não continuar a manter o controlo militar sobre várias regiões, algo de necessário para o projecto federal de Spínola. Finalmente, é um dos factores a contribuir para que o poder em Portugal fosse incapaz de, “com a sua autoridade intacta”⁵, determinar os moldes do processo de descolonização. Esta situação de ruptura entre as deliberações das elites político-militares e a po-

³ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, p.316

⁴ Avelino Rodrigues *et alia*, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, p.298

⁵ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas, (1941-1975)*, p.221

sição activa e comportamento dos militares no terreno, em sintonia com o MFA, para além de reflectir a referida quebra da cadeia hierárquica, revela mais alguns dos fenómenos que têm vindo a presidir a muita da análise até aqui feita. Falamos da crise de Estado, da incapacidade deste em impor univocamente as suas deliberações e ordens, do desfasamento entre o discurso e os postulados do poder estatal e o seu cumprimento, da existência de várias posições divergentes e antagónicas no bloco de poder e no aparelho estatal, governativo e militar, da hegemonia militar em detrimento do bloco político civil, leia-se partidário e, finalmente, da latente tensão entre a CC do MFA e o bloco spinolista.

António Costa Pinto lembra que o processo de democratização é indissociável do processo de descolonização. A simultaneidade dos dois processos contribuiu para o agravamento da situação de crise de Estado, já que a descolonização era o principal foco de conflito entre a facção spinolista e o MFA. Esta disputa terá sido, para Costa Pinto, a razão fundamental para a permanência dos militares na política, através da Comissão Coordenadora do MFA, para a emergência do MFA como força política, para a penetração do MFA nas estruturas estatais que, ao intervir em ocupações, lutas laborais ou manifestações, tende a substituir-se aos mecanismos clássicos legítimos de repressão do Estado, abrindo a porta a mais movimentos e transgressões sociais que agravaram a crise de Estado⁶. Tal como acontecerá internamente, também na frente da descolonização o MFA vai ganhando posições, sobrepondo-se a Spínola e elementos do Governo, acabando por ser ele o principal agente de entre os componentes do bloco de poder político-militar a determinar o ritmo e a feição dos acontecimentos. O processo de descolonização é um campo privilegiado para medir os reflexos da crise de poder e autoridade do Estado, a existência de um poder policêntrico, coexistindo vários órgãos de poder com competências sobrepostas⁷ e que têm posições diferentes relativamente ao processo de descolonização, JSN, Spínola, Conselho de Estado, Governo e CC do MFA. Neste sentido, a incapacidade do poder estatal, a sua subordinação relativamente ao campo castrense, polarizado

⁶ António Costa Pinto, "Authoritarian Legacies, Transitional Justice and State Crisis in Portugal's Democratization", in *Democratization*, pp.175-176

⁷ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.135

em Spínola e MFA e respectivos projectos de descolonização, traduz-se em governos pouco actuantes ou pouco determinantes no processo de descolonização, tal como diz Almeida Santos “Em matéria de descolonização, repito, o Primeiro Governo Provisório foi um Governo sem história”⁸.

O último eixo tido como fundamental neste período é a força do movimento social que, não sendo, a um olhar mais superficial, tão decisiva na frente da descolonização como o foi noutras, constitui-se, porém, como uma quase insuportável fonte activa de pressão no sentido de uma rápida descolonização. Contribui, aqui decisivamente, para a derrota da estratégia de Spínola em termos de poder interno, dinamitando, conseqüentemente, algumas das condições necessárias à execução do projecto africano. De facto, no que concerne aos efeitos internos ou metropolitanos no processo de descolonização, a pressão e a posição activa assumida pelo movimento social revela-se fundamental na imposição interna do MFA sobre Spínola e, na frente africana, na vitória do programa do primeiro sobre o segundo. Por outras palavras, a definição do modelo de descolonização é devedora dos equilíbrios internos no bloco de poder, onde os movimentos sociais se constituem progressivamente como um dos agentes decisivos.

A pressão dos movimentos sociais no sentido de uma rápida descolonização assente no fim imediato dos combates, no reconhecimento do direito à independência e dos movimentos de libertação como legítimos representantes das populações nacionais, no fim dos embarques e no regresso imediato dos soldados, reforça a unanimidade em torno desta linha e dá um importante respaldo à acção e objectivos do MFA.

Almeida Santos, um dos principais intervenientes no processo de democratização e de descolonização, faz um retrato que ilustra algumas das ideias quem se têm vindo a sublinhar. Considera que, em Portugal, a recusa dos soldados em embarcar e combater, bem como, as exigências dos que estavam em África em regressar de imediato eram apoiadas pela população. E acrescenta:

“Mais do que isso: eram apoiados também pelos seus camaradas de armas que, longe dos teatros de guerra, pensavam e agiam como eles, sem o acicate da fuga ao risco de

⁸ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, p.294

morrerem. Há que creditar-lhes isto. Aqui, no Continente, o panorama geral não era substancialmente diverso do que vimos existir no Ultramar. Vivia-se uma hora de demissionismo e anarquia. O Estado viu-se de súbito desapossado de toda a autoridade. Poderes de facto de génese espontaneísta substituíram-se aos poderes instituídos. As greves selvagens, as ocupações ilegais; as manifestações orgíacas da liberdade reconquistada; os plenários até altas horas substitutivos do poder de decisão convencional ou legal; a retracção, por alinhamento ou por medo, das forças militares e de segurança; o renascer, enfim, do cidadão na plenitude de seus direitos e na rejeição dos seus deveres eram o caldo de cultura de todos os excessos e de todas as originalidades (...)”⁹.

Em poucas palavras, o ministro da Coordenação Interterritorial identifica alguns dos constrangimentos fundamentais ao processo de descolonização.

2. A DESCOLONIZAÇÃO NA ÓPTICA INTERNA, AFRICANA E INTERNACIONAL

Na compreensão dos processos de descolonização, não apenas do português, pesam naturalmente três dimensões: a metropolitana, a colonial e a internacional. Dirigindo-se o foco do nosso trabalho pela prioridade conferida à situação político-social interna, nomeadamente, os movimentos sociais e num segundo patamar a presidência e o projecto político e africano de Spínola, será dada especial atenção ao que se passa em Portugal e, particularmente, ao triângulo movimentos sociais, Spínola e MFA. No entanto, não se deixará de contemplar a situação em África e os constrangimentos internacionais.

Internamente, o projecto de descolonização de Spínola está, em traços gerais, constrangido pela incapacidade do general de controlar o poder, de obter o apoio unívoco e claro dos órgãos de poder, dos partidos, do MFA e das forças sociais. Paralelamente, não logra marginalizar e dissolver a CC do MFA e conter agitação social.

Em África há muito que os movimentos de libertação excluíam qualquer via que não uma negociação baseada no direito à independência e a reacção imediata após o 25 de Abril é a intensificação das acções militares. Os militares portugueses, por seu lado, recusam-se a continuar as acções militares e a permanecer em solo africano, exigindo o regresso a Portugal, o fim da guerra e dos embarques e negociando cessar-fogos com os movimentos de libertação.

⁹ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, pp.334-335

Do lado dos movimentos de libertação há intransigência, recusando-se a terminar os combates até ser garantido o direito à independência. Por sua vez, a inflexibilidade inicial de Spínola de conduzir o processo fora daquilo que há alguns anos vinha perspectivando, ou seja, reconhecendo apenas o direito à autodeterminação, mais não fará que a guerra continue após o 25 de Abril. Tal como é referido por Vasco Lourenço, os movimentos de libertação sentem estar numa posição de vantagem, continuam as acções militares perante a recusa dos soldados portugueses em combater e pretendem utilizar esse trunfo à mesa das negociações¹⁰. O projecto spinolista esbarra ainda na ausência nas colónias de comunidades brancas suficientemente fortes para apoiar o seu projecto, na ausência de figuras, líderes e movimentos políticos relevantes na comunidade branca capazes de contrabalançar o peso dos movimentos de libertação¹¹. Neste particular, detecta-se mais uma continuidade ou um legado da ditadura para o processo revolucionário, na medida em que a apatia da comunidade branca, que não reage de forma estruturada aos apelos de Spínola ou outros tendentes a independências brancas, poderá prender-se com o paradigma colonial do Estado Novo que estimulou pouco a sociedade civil e conteve quaisquer tipos de apetências autonomistas¹². Sem o apoio activo e empenhado da comunidade branca, sem poder contar com as Forças Armadas e o seu projecto completamente rechaçado pelos movimentos de libertação, também em território africano são praticamente nulas as condições de viabilidade do programa spinolista.

Internacionalmente, o clima de guerra fria acicata os independentismos e a tendência é favorável aos movimentos de libertação e à sua intransigência relativamente a outra fórmula que não o reconhecimento do direito à independência e, globalmente, ao desenlace rápido do processo de descolonização. Todos os países já a haviam encetado, Portugal era o “último império colonial europeu”¹³.

Portugal praticamente não tem apoios internacionais. Tanto a ONU como a OUA e a maioria dos governos ocidentais e africanos rejeitam qualquer solução ape-

¹⁰ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009 na Associação 25 de Abril

¹¹ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.255

¹² António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, p.88

¹³ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, p.87

nas assente no reconhecimento do direito à autodeterminação ou em qualquer fórmula referendária, colocando a tónica no reconhecimento do direito à independência e deixando transparecer algum desconforto relativamente ao modelo spinolista. Kurt Waldheim e ONU pressionam Portugal no sentido do reconhecimento do direito à independência e, em finais de Junho, aquele reitera a posição da ONU favorável à autodeterminação e ao direito “inquestionável à independência”¹⁴. Significativamente, apenas visitará Portugal após a lei 7/74 ter sido aprovada¹⁵.

De facto, segundo Almeida Santos, logo após o 25 de Abril os movimentos de libertação recorrem à ONU e OUA no sentido de pressionar o novo poder em Portugal e, mesmo antes do golpe militar, a OUA tinha já reconhecido todos os movimentos de libertação, excepto a UNITA, como legítimos representantes das respectivas populações, e a ONU preparava-se para reconhecer a independência da Guiné-Bissau, algo que já mais de 80 países haviam feito. Muitos estados, tal como a China, não tinham ainda retomado relações diplomáticas com Portugal devido à questão colonial. Após Spínola tomar posse como presidente da República, Kurt Waldheim entregou à Missão Permanente de Portugal na ONU uma nota aconselhando a que o governo português “reconhecesse o direito à autodeterminação e independência” das suas colónias e a iniciar “negociações com os movimentos de libertação africanos”. A Comissão de Descolonização (Comité dos 24) da ONU pedira o mesmo e a ONU organizara uma missão para investigar os massacres de Wiriyamu, sendo o comunicado conjunto das Nações Unidas e do Governo português de 4 de Agosto, inequívoco relativamente ao sentido (acelerar negociações e independências) que a ONU quis dar ao processo de descolonização¹⁶.

Os Estados Unidos não pressionam no sentido de uma descolonização rápida mas pouco se envolvem e não se constituem, ao contrário do esperado e tentado por Spínola, num apoio activo ao seu projecto. Num quadro marcado pelo clima de *détente*, por algum desanuiamento das relações internacionais, para

¹⁴ *Expresso*, 29 de Junho de 1974, p.2

¹⁵ *Expresso*, 3 de Agosto de 1974, p.1

¹⁶ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, p.316-318

o qual contribuíram os acordos de não proliferação de armas nucleares e os acordos comerciais da URSS com o Ocidente, pelo espectro do escândalo *Water-gate* e da impugnação de Nixon e pela guerra do Vietname e descontentamento dos aliados europeus dos EUA relativamente a esta intervenção, os EUA não abraçam soluções arriscadas como as de Spínola ou fórmulas de independências brancas, acabando por ter reduzida influência e participação no processo de descolonização. Apesar da posição americana relativamente à descolonização, Spínola foi visto até à sua demissão como um aliado americano mesmo que tal não se tivesse concretizado em qualquer empenhamento efectivo dos EUA, como demonstraram os poucos resultados do encontro de Spínola com o presidente Nixon.¹⁷

O quadro da *détente* e de não intervenção das grandes potências, EUA e URSS, explica ainda, em parte, uma atitude expectante da URSS que, no entanto, tal como a China, era favorável à independência das colónias. A URSS prestará apoio material e financeiro a PAIGC, MPLA e FRELIMO, definidos como aliados africanos, mas não intervém directamente no processo, na medida em que a sua política externa conhecia um processo de alguma aproximação e alinhamentos pontuais com os países capitalistas.

Parece-nos importante, antes de avançar na análise, determo-nos um pouco sobre alguns discursos e ideias acerca da descolonização, alguns deles por reflectirem algumas das tendências e das diferentes soluções em jogo, outros porque contribuem para a definição de várias ideias sobre o processo, espelhando algumas das sensibilidades em disputa em 1974, acabando por ser úteis na desmontagem de algumas ideias, mais ou menos erróneas, que contaminam uma análise fria e rigorosa do tema.

Não será este o espaço para avaliar a qualidade, os erros, a benignidade ou malignidade, ou as intenções da descolonização. A preocupação é compreender e explicar como decorreu, quais os seus constrangimentos, enfim, o contexto em que se processou.

¹⁷ Nuno Simas, *Portugal Classificado. Documentos Secretos Norte-americanos. 1974-1975*, pp.219-223

Uma das teses mais constantes, não tanto no campo historiográfico, mas sobretudo na opinião pública, na imprensa, nos cidadãos comuns e, especialmente, em figuras contemporâneas dos acontecimentos, com maior ou menor contacto directo com eles, ligadas ao meio intelectual, jornalístico ou político, é que a descolonização foi “mal feita”, foi “criminosa”, foi responsável por guerras civis sangrentas e duradouras, pela instabilidade, fome e miséria das antigas colónias portuguesas.

Sem entrar em qualquer tipo de apologia da descolonização ou desculpa-bilização, seja dos seus intervenientes directos, seja do Estado português, MFA, partidos ou governos, os vectores fundamentais desta tese apontam, na nossa opinião, para um contexto complexo fértil em constrangimentos para um desfecho diferente. Não se trata de analisar o processo em função do que aconteceu ou tomar o acontecido por inevitabilidade, simplesmente trazer o processo descolonizador à sua época, à História, ao seu contexto, analisá-lo à luz de algumas constantes do período em que se decide parte importante do futuro do império português.

Parece-nos pouco enriquecedor obliterar as implicações profundas que a quebra da cadeia hierárquica tem na frente colonial no sentido em que priva o, já de si fragilizado e inoperacional, Estado português de força e presença militar num momento em que os movimentos de libertação intensificam as acções militares de modo, precisamente, a conseguirem um peso extra na mesa negocial. No mesmo sentido concorre a crise de Estado ou de autoridade do Estado, traduzida na incapacidade de assegurar que as suas decisões fossem de facto executadas e cumpridas. Estas duas linhas de força convergem no sentido de um exército que se recusa a prosseguir a guerra colonial, que faz acordos de cessar-fogo com os movimentos de libertação, que, informalmente, lhes garante que a independência será reconhecida e que afirma apenas pretender negociar com os movimentos armados e só com eles o direito à independência. Mário Soares, chama, precisamente, a atenção para a questão de um poder dividido, a ausência de um “verdadeiro poder político constituído”, a ausência de estruturas policiais, um poder discutido e disputado na rua, onde partidos e governos desprovi-

dos de autoridade suficiente para actuar, se vêem subalternizados relativamente ao MFA, enfim, um poder que, no essencial, residia ou se concentrava nas mãos de um MFA que, acima de tudo, pretendia descolonizar de forma rápida, reconhecendo o direito à independência¹⁸.

O quadro internacional, como vimos, deixa pouco espaço de manobra ao Estado português, fosse a ONU, fosse a OUA ou a generalidade dos países ocidentais. O quadro interno parece dizer-nos o mesmo, sendo ensurdecadoras as posições e as acções do movimento social exigindo o fim da guerra e dos embarques dos soldados, o regresso destes e o reconhecimento da independência. Recuando ao período final do Estado Novo, constata-se que a guerra fora um dos foles decisivos da agitação estudantil, da contestação e isolamento mortal do regime. Ao novo poder exigia-se a ruptura com o paradigma colonial, sem que houvesse espaço para soluções intermédias, federalismos, referendos ou autonomias progressivas, sucessivamente adiadas pelo regime deposto, e que para os movimentos de libertação eram tidas como um retrocesso no quadro pós-25 de Abril.

O móbil fundamental da conspiração que conduziu ao golpe fora precisamente o conflito africano e são estes conspiradores que, no essencial, detêm o poder após o sucesso do seu golpe, mantendo-se determinados na prossecução dos postulados essenciais do seu vago projecto político e africano. Os partidos do governo, à excepção do PPD, têm uma posição muito semelhante à do MFA, ainda que as responsabilidades governativas impusessem alguma cautela aos seus discursos sobre as vias de descolonização. A alternativa mais consistente à solução do MFA é a de Spínola que, como vem sendo explicitado, não consegue impor-se.

¹⁸ Entrevista de Mário Soares, *Público Magazine*, 24 de Abril de 1994

3. PROJECTO FEDERALISTA DE SPÍNOLA

No capítulo dedicado ao marcelismo procurámos perceber alguns traços do projecto africano de Spínola e alguns dos principais passos dados nesse sentido. Derrubada a ditadura, o general mantém os eixos estratégicos do seu pensamento e projecto político, adaptando-os à nova realidade aberta pelo golpe de 25 de Abril mas mantendo o essencial no que se refere à questão colonial.

De facto, o fundamental do seu projecto depois do 25 de Abril difere pouco do que apresentara em *Portugal e o Futuro* e que vinha defendendo ao longo do marcelismo e que pretendia empreender sem sucesso na Guiné. Spínola preconizava uma solução assente no princípio do direito à autodeterminação que não conduziria obrigatoriamente à independência mas a uma escolha das populações africanas através de um referendo que, como desejava, podia resultar na continuação dos laços entre os países africanos e Portugal mas com um maior grau de descentralização e autonomia, dentro de uma lógica federativa.

Esta mundividência africana de Spínola era fruto de anos de amadurecimento. Segundo o próprio, a pretexto do convite feito por Salazar para o cargo de Governador da Guiné em Maio de 1968, explicara ao então presidente do Conselho a sua solução para o império:

“evolução no sentido de um estatuto que se aproximasse do conceito de «Nação Pluri-estatal», mas, para que a soberania de uma tal Nação se tornasse incontestável, seria indispensável a plena adesão dos «Estados Membros», e esta adesão implicaria uma política global que tornasse estes novos «Estados» verdadeiramente solidários através dos indiscutíveis benefícios que lhes adviriam da Comunidade em que voluntariamente se manteriam integrados”¹⁹.

Em carta escrita a 4 de Abril de 1974 a António Quadros, Spínola escreve, com inquietação, sobre o “drama do desmoronar que se avizinha” e manifesta a certeza num “futuro Estado da Lusitânia” e a esperança num “promissor futuro português” em África²⁰.

¹⁹ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.21

²⁰ Carta de António de Spínola para António Quadros, 4 de Abril de 1974 (Anexo V).

Na madrugada (1 e 30 da manhã) de 26 de Abril, na apresentação da Junta de Salvação Nacional ao país, Spínola fala inequivocamente na firme intenção de “garantir a sobrevivência da Nação Soberana no seu todo pluricontinental”²¹. Após a proclamação da JSN, segue-se pela madrugada de 26 uma acesa discussão em torno do Programa do MFA entre Spínola e os homens do movimento no posto de comando da Pontinha. Primeiro, Spínola tenta que o programa não seja divulgado, sugerindo que deveria ser revisto, o que leva à posição de força do MFA que não prescinde do Programa. Spínola cede na questão essencial do Programa do MFA mas impõe-lhe as decisivas alterações, nomeadamente, no referente à questão colonial²². Logra que o programa fizesse apenas referência a que a “solução das guerras no Ultramar é política, e não militar” e a um vago “lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”²³, em detrimento de referências ao reconhecimento do direito de autodeterminação com todas as suas consequências. Retira do texto fundamental dos primeiros tempos da revolução portuguesa a enunciação de um caminho susceptível de conduzir à independência e impõe a eliminação do “claro reconhecimento do direito à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos”²⁴ que constava da versão inicial do programa.

Spínola projectava uma comunidade de Estados de língua portuguesa ligados por laços políticos, económicos e culturais onde os estados federados gozariam de poderes autónomos. Para tal era essencial que Portugal assegurasse o desenvolvimento material, económico, social e cultural destes estados de modo a que fosse para eles frutuoso manter os laços com a metrópole. Este projecto, segundo Spínola, seria uma etapa num processo de evolução para o que chamava de “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”²⁵ e teria como passo fundamental uma

²¹ *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1974, pp.1, 2 e 7

²² Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, pp.283-284

²³ Programa do MFA, em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>

²⁴ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.46

²⁵ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.249

consulta popular acerca de um futuro com ou sem ligações a Portugal, de um “futuro lusíada”²⁶.

Já em Fevereiro de 1974, com a publicação de *Portugal e o Futuro*, todo este projecto federativo ficara definitivamente exposto, bem como, a determinação de Spínola em aplicá-lo caso surgisse a oportunidade política. Surgida a oportunidade com o golpe militar do MFA e com a ascensão de Spínola a líder da Junta de Salvação Nacional e à Presidência da República, rapidamente, fica claro qual o caminho que pretendia trilhar relativamente aos territórios africanos, nomeadamente no Programa do I Governo Provisório. Aí reconhece-se que a solução das guerras do ultramar é política e não militar e enuncia-se apenas o princípio da autodeterminação, o desenvolvimento cultural, social e económico e um processo de debate e consciencialização das populações no sentido de poderem definir o seu futuro, salvaguardando-se “uma harmónica e permanente convivência entre os vários grupos étnicos, religiosos e culturais”²⁷. Naturalmente que todo este processo implicava, como diz o Programa de Governo, a continuação das operações militares defensivas e a presença das Forças Armadas nas regiões em guerra. Tal como a versão definitiva do programa do MFA, o programa do Governo revelava uma linguagem cautelosa e indiciadora de alguma ambiguidade. Aquilo que parecia claro era a resistência em trazer para o discurso oficial qualquer referência a um eventual reconhecimento do direito à independência. Spínola reforça, em conferência de imprensa no dia 27 de Abril²⁸, a aposta num processo de esclarecimento e consciencialização das populações africanas, necessário a um referendo ou um plebiscito através do qual estas poderiam optar pela manutenção ou fim dos laços com Portugal, excluindo a realização desse plebiscito enquanto as populações não estivessem devidamente consciencializadas. Vai ainda pôr de parte negociações sobre a independência com interlocutores que não considerava representativos da vontade popular e qualquer tipo de

²⁶ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.251

²⁷ Programa do I Governo Provisório, consultado in http://pt.wikisource.org/wiki/Programa_do_I_Governo_Provis%C3%B3rio_de_Portugal

²⁸ *Diário de Lisboa*, 28 de Abril de 1974, pp.1 e 3

independência imediata²⁹ assente numa transferência de poder para os movimentos de libertação.

No discurso da tomada de posse como Presidente da República, Spínola reitera que “o destino do Ultramar português terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua” e aposta, mais uma vez, no “pleno esclarecimento e a perfeita consciencialização dos povos africanos, em ordem a uma opção final conscientemente promovida e escrupulosamente respeitada”³⁰. Já na tomada de posse do I Governo Provisório, Spínola volta a deixar claro o seu projecto para o futuro das colónias portuguesas, reconhecendo que a solução da questão colonial era política e não militar, baseando-se no “reconhecimento do direito de todos os povos à autodeterminação”, voltando a referir-se a uma opção que seria tomada “em plena consciência e sem pressões”, “livre e conscientemente” pelas populações africanas e europeias residentes em África. Voltava, ainda, a excluir “uma solução negociada entre facções de representatividade equívoca ou imperfeita”. Poucos dias depois, o recém-empossado primeiro-ministro, Adelino da Palma Carlos, considera ser a constituição de um Estado Federal uma óptima solução ainda que dependendo das circunstâncias³¹.

Tal como em matéria de política interna, o projecto de descolonização de Spínola consubstancia continuidades várias relativamente ao marcelismo. O programa do I Governo, marcado pela preocupação em salvaguardar algumas das iniciativas do marcelismo, como afirma Veiga Simão³², na frente africana vem retomar o essencial do que Spínola vinha defendendo nos anos recentes. Se internamente o que se queria era uma transição tranquila, sem revolução, uma democratização progressiva, suave, tutelada por Spínola, a nível africano fala-se também de uma forma progressiva de descolonização, já em moldes diferentes da de Marcelo Caetano. Quer uma quer outra, bastante dissonantes do que o MFA e os partidos de esquerda pretendiam e o movimento social aceitaria.

²⁹ *O Século*, 28 de Abril, 1974, p.1

³⁰ *Diário de Notícias*, 16 de Maio de 1974, p.7

³¹ *Diário de Notícias*, 18 de Maio, p.7

³² Entrevista feita pelo autor a José Veiga Simão, 9 e 14 de Julho de 2010

Agravava-se a tensão entre o general e o MFA, com raízes no fim do marcelismo e acicatada com a nomeação de Spínola para líder da JSN e para a presidência da República, bem como, com o seu comportamento às primeiras horas do golpe, assumindo-se como senhor da situação e líder da nova ordem³³. Iniciava-se a luta essencial dos meses que precedem o 28 de Setembro em torno da definição do processo de descolonização, tendo em Spínola e na Comissão Coordenadora do MFA os principais contendores. Externamente, teve o condão de inquietar a comunidade internacional e, sobretudo, os movimentos de libertação que, após anos de guerra, não aceitariam nada menos que o reconhecimento do direito à independência³⁴. As sucessivas tomadas de posição de Spínola contribuíam para que aqueles continuassem e intensificassem as acções militares³⁵, recusando qualquer tipo de cessar-fogo sem garantias do reconhecimento do direito à independência, perante militares portugueses que recusavam combater, sintonizados com a posição do MFA. Embora o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, tivesse conseguido um acordo informal de cessar-fogo com Aristides Pereira a 17 de Maio, rapidamente os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné endurecem a sua posição e a situação militar conhece uma deterioração³⁶, exigindo como condição para o cessar-fogo a garantia do Governo português de que seria reconhecido o direito à independência. Tal, ter-se-á ficado a dever, segundo Soares, a um conhecimento do que se passava no interior do MFA que estava disposto a ir bastante mais longe do que a posição oficial portuguesa, manifestada por Spínola e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. Perante esta posição dos movimentos de libertação, Soares afirma que, por indicação do presidente da República, não pôde garantir nada mais além do cessar-fogo³⁷.

³³ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.229-331

³⁴ *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, p.4; 7 de Maio de 1974, p.6

³⁵ *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, p.9; 7 de Maio de 1974, pp.6 e 7

³⁶ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.46

³⁷ Entrevista de Mário Soares, in *Público Magazine*, 24 de Abril de 1994

4. BLOQUEIOS DO PROJECTO SPINOLISTA

Internamente, o primeiro mês após o 25 de Abril é marcado pelas sucessivas tomadas de posição de Spínola sobre a descolonização, que, nesta fase, têm ainda o apoio de Costa Gomes que, em visita por Angola e Moçambique, se mostrava em sintonia com algumas das posições de Spínola. No seu périplo africano, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas vai referir-se apenas ao reconhecimento do direito à autodeterminação³⁸, afirma a vontade de encetar o diálogo com os movimentos de libertação caso estes abandonassem as acções militares “terroristas”³⁹, incita-os a depor as armas e iniciar negociações⁴⁰, defende numa consulta popular acerca da manutenção ou fim da ligação a Portugal e recusa uma independência total declarada pelos movimentos de libertação⁴¹. Acentuava ainda que, caso a luta armada continuasse e os movimentos de libertação não aceitassem o cessar-fogo imediato, o exército português continuaria os combates⁴².

4.1. O MFA e a sua Comissão Coordenadora

O MFA constitui-se como o primeiro grande obstáculo aos objectivos do general ao preconizar uma descolonização imediata, assente na negociação e transferência de poderes para os movimentos de libertação e no reconhecimento do direito à independência.

As dificuldades de Spínola parecem, no entanto, ser superiores ao mero jogo político de equilíbrio de forças, na medida em que a situação aberta pelo golpe de 25 de Abril era indissociável do fim da guerra e de uma descolonização rápida conducente à independência dos territórios em questão. Isto era verdade tanto para o próprio MFA, como para a generalidade da população e os partidos

³⁸ *Diário de Notícias*, 12 de Maio de 1974, pp.1 e 2

³⁹ *Diário de Notícias*, 6 de Maio de 1974, pp.1 e 3

⁴⁰ *Diário de Notícias*, 11 de Maio de 1974, pp.1 e 7

⁴¹ *Diário de Notícias*, 7 de Maio de 1974, pp.1 e 2

⁴² Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.355

de esquerda. Melo Antunes considerava indissociável do derrube da ditadura a descolonização⁴³, personificando o sentimento e pulsar do MFA que tivera na guerra colonial o móbil para derrubar o regime. Esta percepção, este compromisso informal assumido com o país de democratizar e descolonizar nunca pode deixar de ser pesado na análise do processo de descolonização e na forma como o MFA se organiza no sentido de reagir às ofensivas de Spínola, de impor o seu projecto político e de descolonização e de se constituir como força política determinante na esfera do poder, não obstante as várias sensibilidades que perpassavam o Movimento. O fim da guerra, a descolonização e a independência das colónias acabavam por ser das poucas questões verdadeiramente amadurecidas e definidas por um MFA que, de facto, pouco mais tinha como definido, sobretudo no campo político e governativo, e que, ao resgatar o poder, vê-se sem um programa político efectivo⁴⁴. O objectivo de acabar com a guerra e de descolonizar era algo de intrínseco ao Movimento das Forças Armadas.

Já antes a questão colonial separara Spínola de muitos dos principais oficiais do MFA que, por exemplo, estavam longe de subscrever o federalismo de *Portugal e o Futuro*. Spínola conseguira alterar o programa do MFA no referente à descolonização depois de tentar que o movimento avançasse desprovido de carga política de modo a melhor poder controlá-lo. O próprio golpe de 16 de Março era visto, por parte importante do MFA, como uma tentativa dos spinolistas de ultrapassar o movimento e de controlá-lo, fazendo avançar o golpe sem que houvesse um programa político definido⁴⁵.

As reservas relativamente a Spínola aumentaram quando, ao contrário do esperado e decidido na reunião de 5 de Março de 1974, este assume a liderança da Junta de Salvação Nacional, cuja composição é também entendida como uma ultrapassagem ao MFA, e a Presidência da República. Spínola apresenta-se como líder da nova situação, sugere aos oficiais do MFA que chegara a hora de “voltar aos quartéis” e que deixassem a política e o poder para si, que ele se encarrega-

⁴³ Maria Manuela Cruzeiro, Melo Antunes. *O Sonhador Pragmático*, p.45

⁴⁴ Entrevista a Adriano Moreira, *Público* 1994; Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009 na Associação 25 de Abril

⁴⁵ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009 na Associação 25 de Abril

ria do resto⁴⁶. Perante a colocação de homens da confiança de Spínola nos comandos das regiões militares e de algumas das principais unidades, o regresso a Portugal de oficiais spinolistas⁴⁷ ou a composição da Junta, os homens do MFA sentem-se ultrapassados⁴⁸ e procuram desde logo reagir. Vasco Lourenço reconhece que a entrada em força de Spínola se deveu à incapacidade do MFA preparar eficazmente o “dia seguinte” e à inexistência de uma liderança forte e claramente definida no seio do movimento⁴⁹.

É precisamente esta ofensiva inicial de Spínola, apontada para o controlo da situação interna e do processo de descolonização, que anima o MFA a reagir, a recuperar o controlo sobre as unidades militares, a manter a estrutura da conspiração e recuperar a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, assumindo claramente a disputa pelo poder interno e a disposição em zelar a todo o custo para que o essencial do seu programa fosse cumprido. O ataque spinolista e o correspondente contra-ataque do MFA conduzem, rapidamente, a uma situação de hierarquia paralela, com o MFA a procurar controlar o poder, ainda que nele não estivesse ainda oficialmente representado.

Há um choque entre o preconizado pelo chefe de Estado, com o apoio do primeiro-ministro Palma Carlos, e aquilo que defendia a Comissão Coordenadora do MFA. Embora, não tendo esta uma existência institucional e não sendo um órgão formal de poder, acaba por ser de facto quem mais poder, legitimidade e capacidade operacional possui. Privado do controlo operacional sobre as forças militares pelo MFA, Spínola vê parte essencial do seu modelo federalista ruir à nascença.

Perante isto, Spínola fala em “subversão geral das Forças Armadas”, na acção das “cúpulas marxistas do MFA”, na “degradação das Forças Armadas” e na “traição dos elementos marxistas das Forças Armadas Portuguesas”⁵⁰. Melo Antunes, por exemplo, coloca, naturalmente, a questão noutros termos e parece

⁴⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.229-331

⁴⁷ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.310

⁴⁸ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, vol. II, p.193

⁴⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, pp.231-232

⁵⁰ António de Spínola, *País sem Rumor*, pp.293-300

captar ou retratar mais certeira a realidade política, social e militar de então:

“A exigência de ser rápido numa solução concreta vinha não só da população em geral como em particular daqueles com os quais teríamos que contar se quiséssemos fazer as coisas como se estivéssemos em democracia política: ter umas FA que garantissem uma determinada política externa. Não se trata de dizer – como já se disse – que o Exército abandonou ou entrou em desordem nas antigas colónias, mas sim de ver que era impossível que eles lá continuassem a combater”⁵¹

É este o contexto em que se detecta a existência de vias paralelas de negociação - expressão na frente da descolonização da aludida situação de crise de Estado, de poderes sobrepostos e concorrentes - de múltiplas posições sobre a descolonização no seio de um bloco de poder político-militar dividido cujos componentes agem de acordo com a sua agenda e objectivos à revelia dos demais.

O MFA, à margem de Spínola, tem contactos próprios com os líderes dos movimentos de libertação, diz-lhes directamente que é nula a disposição em continuar os combates, desenvolve em cada uma das colónias uma acção contrária ao definido superiormente por Spínola. Diz, claramente, aos movimentos de libertação que, apesar da posição oficial do Estado português, o MFA está disposto a reconhecer o direito à autodeterminação e independência, garante serem eles os únicos interlocutores à mesa das negociações, ao contrário do que pretendia Spínola que procurava estimular o aparecimento e desenvolvimento de forças políticas em Angola e Moçambique que, de algum modo, apoiassem o seu projecto⁵².

A esta actuação do MFA, corresponde uma acção de Spínola que passa por contactos internacionais com líderes nacionais como Senghor, Mobutu ou Nixon, por contactos em Angola e Moçambique com a comunidade branca ou movimentos africanos susceptíveis de se afirmarem como apoios locais ao seu projecto e de disputarem com os movimentos de libertação o espaço político e, como desejava, a exclusividade à mesa das negociações com Portugal. Nomeações como as de Silvino Silvério Marques e Soares de Melo como governadores, respectivamente, de Angola e Moçambique, encontros com magnatas como Jor-

⁵¹ Entrevista de Ernesto Melo Antunes, *Público Magazine*, 9 de Janeiro de 1994

⁵² Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

ge Jardim e António Champalimaud e envio de homens de sua confiança a Angola e Moçambique são algumas das expressões desta actuação de Spínola. Já no quadro de negociações com os movimentos de libertação, as vias de negociação paralelas traduzem-se, por exemplo, na composição das delegações destacadas para as negociações. Mário Soares parte para Dakar, após a tomada de posse do I Governo a 16 de Maio, para as negociações com Aristides Pereira e o PAIGC, acompanhado por Almeida Bruno e Manuel Monge, indicados por Spínola. Sintomaticamente, Mário Soares, através da Internacional Socialista solicitara o apoio de Senghor na preparação deste encontro, e Spínola estava também em negociações com o líder do Senegal tendo, também, em vista a descolonização da Guiné⁵³. A integração de Otelo Saraiva de Carvalho na comitiva encarregue das negociações com a FRELIMO, em Lusaka em Junho, prende-se também com o objectivo de Spínola fazer acompanhar Soares de alguém da sua confiança que “vigiasse” as diligências do ministro. No entanto, nesta situação, constata-se que o ministro dos Negócios Estrangeiros se manterá fiel às directrizes do Presidente da República e que será Otelo a personificar uma via de negociação paralela, falando em nome do MFA, ao ultrapassar Mário Soares e fazer tábua rasa do postulado oficialmente por Spínola, e defender, perante a delegação da FRELIMO, a inevitabilidade da transferência imediata de poderes para este movimento.

Também no caso de Angola, Soares afirmará que desconhecia que Spínola, por um lado, e Melo Antunes, por outro, tinham contactos paralelos com líderes africanos e ocidentais, movimentos de libertação e outros movimentos políticos africanos.⁵⁴

Na viagem de Mário Soares e Palma Carlos a Bruxelas a 28 de Junho nas comemorações dos 25 anos da NATO, este último defendeu junto do primeiro-ministro e MNE britânicos posições ultraconservadoras na questão colonial, quando Soares, dias antes, se comprometera em Londres junto dos ingleses a avançar no capítulo da descolonização⁵⁵. Já Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, diz que não contribuiu para a Lei 7/74 que reconhece o di-

⁵³ Entrevista a Mário Soares, in *Público Magazine*, 24 de Abril de 1994

⁵⁴ Entrevista a Mário Soares, in *Público Magazine*, 24 de Abril de 1994

⁵⁵ Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, p.331

reito à independência, que foi surpreendido por esta e que, como tal, pediu a demissão a Spínola, não obstante afirmar que a referida legislação ia ao encontro dos seus princípios⁵⁶.

A complexidade é tal que, frequentemente, se estabelece uma contradição entre o que determinado elemento do bloco de poder político-militar defende e aquilo que oficialmente se vê obrigado a defender. O próprio Almeida Santos, ainda antes de ser nomeado ministro da Coordenação Interterritorial, defendera já claramente o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência e na sua mensagem aos “Portugueses do Ultramar” difundida a 17 de Maio na RTP diz que, entre as opções para o futuro das colónias portuguesas, está naturalmente a sua independência, o que lhe valeu uma chamada de atenção por parte de Spínola⁵⁷. Tal como Soares, teria uma posição mais sintonizada com a via do MFA de reconhecimento do direito à independência, mas, devido às obrigações ministeriais, vê-se, de alguma forma, forçado a seguir a linha oficial do Estado português, definida por Spínola.

Finalmente, o sinal máximo da competição de vias antagónicas de descolonização, é a nomeação de Melo Antunes para ministro sem pasta do II Governo enquanto deliberação da CC do MFA em colocar alguém da sua máxima confiança a liderar o processo de descolonização, claramente à revelia e desautorizando o Presidente da República e, em menor medida, ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Coordenação Interterritorial.

Na frente da descolonização a forma como se multiplicam as vias de negociação e as posições expressas pelos elementos do bloco de poder político-militar acaba por materializar muito do que se vem identificado como vectores fundamentais: a deliquescência de um poder político dividido em vários centros de poder e estes com divisões no seu interior, o choque Spínola vs CC do MFA, a rotura da cadeia de comando da instituição militar, sobrepondo-se de diversas formas o MFA a Spínola e às suas deliberações, confluindo tudo isto na rarefacção de apoios internos ao projecto spinolista para os territórios africanos.

⁵⁶ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, pp.263-264

⁵⁷ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, pp.237-238

De facto, como resume Almeida Santos, “o processo de descolonização viria a reflectir, inevitavelmente, a confusão que se estabeleceu em todos os sectores da vida política, civil e militar”⁵⁸.

4.2. Partidos

Os bloqueios ao projecto de descolonização de Spínola vão além da ausência de apoio institucional, militar e social, passando, também, pela oposição manifestada pela maioria dos principais partidos e forças políticas.

A posição do Partido Socialista era conhecida mesmo antes do golpe militar e consistia, essencialmente, no fim da guerra colonial e em negociações directas com os movimentos de libertação no sentido do reconhecimento do direito à autodeterminação e independência, mas defendendo uma via mais gradual e longa que o MFA⁵⁹. No comunicado do PS após a primeira reunião do seu Conselho Directivo depois do 25 de Abril e que serve de preâmbulo à Declaração de Princípios pode ler-se que o partido defendia “O fim das guerras coloniais, com imediato cessar-fogo e abertura de negociações com o Estado da Guiné-Bissau e outros movimentos de libertação de Angola e Moçambique, na base do reconhecimento do direito dos respectivos povos à autodeterminação e à independência” e mais à frente, já no referente à Declaração de Princípios redigida ainda na clandestinidade, diz-nos que “O Partido Socialista definindo-se como radicalmente anticolonialista, defende o direito à autodeterminação e à independência dos povos sob dominação colonial”⁶⁰. A particularidade neste caso residirá no facto de Mário Soares acumular o cargo de líder do partido com a pasta dos Negócios Estrangeiros, tornando-o figura central do processo de descolonização. Apesar da posição de Soares ser conhecida, bem como a do seu partido, o cargo que ocupava no Governo obrigava-o a ter um discurso mais cauteloso e, no campo das negociações e na maioria dos contactos internacionais, assumir uma postura

⁵⁸ António de Almeida Santos, “A Revolução e a questão colonial. Que Descolonização?” in Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976), coord. por Fernando Rosas, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea, 1999, p.108

⁵⁹ Entrevista de Mário Soares, *Público Magazine*, 24 de Abril de 1994

⁶⁰ Declaração de Princípios do Partido Socialista, in Henrique Barrilero Ruas, *A Revolução das Flores. Do 25 de Abril ao Governo Provisório*, pp.247-250

de Estado e a seguir as determinações de Spínola que significavam a posição oficial do Estado português. É perceptível alguma desarmonia entre o Presidente da República e o ministro dos Negócios Estrangeiros que, em diversas situações, revela posições diferentes das do seu chefe de Estado. A 2 de Maio de 1974, Soares, segundo o *Diário de Notícias*, defende em encontro com o primeiro-ministro inglês Harold Wilson em Londres, a independência imediata das colónias, distanciando-se do plano federalista de Spínola, salvaguardando, todavia, que acreditava ser possível a conciliação das duas posições e que o Presidente da República iniciaria as negociações sobre a descolonização com os movimentos de libertação, manifestando a sua esperança em que o general se tornasse um “De Gaulle português”⁶¹.

Também o PCP rejeitava absolutamente a via spinolista para África, não escondendo que a sua posição passava pelo fim da guerra e pelo reconhecimento do direito à autodeterminação e independência. Desde cedo que Álvaro Cunhal diz que o partido apoia a independência das colónias⁶² e que na questão colonial reside o principal foco de divergência com a Junta de Salvação Nacional⁶³. Mais tarde, a posição do PCP continua a passar claramente por uma solução assente no reconhecimento do direito à autodeterminação e independência, distanciando-se do federalismo de Spínola e das soluções de independência incondicional preconizadas pela extrema-esquerda⁶⁴. O PCP não vai, por norma, apoiar nem organizar manifestações e acções anticoloniais como as do MRPP, criticando-as até, mas, por exemplo, em Maio, num momento em que decorria a primeira ronda negocial entre as delegações portuguesa e do PAIGC em Londres, apela a uma “participação ‘responsável das massas’, para que as negociações incluam a independência das colónias e reafirma que esta deve ser feita com os ‘legítimos representantes’, a FRELIMO, o PAIGC e o MPLA”⁶⁵.

⁶¹ *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974, p.2

⁶² Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.80

⁶³ *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1974, p.4

⁶⁴ “No caminho da democracia e da paz”, 17 de Junho de 1974, in *Comunicados do CC do PCP, Abril/Dezembro de 1974*, pp.45-59

⁶⁵ “Activar a solução política da guerra”, in *Avante!*, Série VII, 31 de Maio de 1974, p.2. Citado por Raquel Varela in *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.78

Em várias intervenções, comunicados ou comícios, como o realizado em finais de Junho no Campo Pequeno, Cunhal reafirma a defesa do reconhecimento do direito à independência⁶⁶. Posição semelhante tinha o MDP, também elemento da coligação governamental. Em conferência de imprensa, o MDP afirma publicamente discordar de Spínola, nomeadamente, da diferenciação entre direito à autodeterminação e direito à independência e de uma eventual ligação política entre Portugal e as suas futuras ex-colónias, defendendo o início de negociações com os movimentos de libertação⁶⁷. O PPD, aproximando-se das posições spinolistas, mas nunca de forma declarada⁶⁸, distanciava-se um pouco dos seus colegas de governo, na medida em que não avança além do reconhecimento do direito à autodeterminação. No entanto, após a aprovação da Lei 7/74 vai, à imagem da maioria dos partidos, regozijar-se com o reconhecimento do direito à independência.

Fora da coligação governamental, a activa extrema-esquerda era a mais radical no ataque ao projecto de Spínola, destacando-se o MRPP que, desde o marcelismo, se constituía em importante foco de contestação ao regime e à guerra colonial. Após o 25 de Abril, este partido não terá quaisquer complacências com o novo poder e com a via oficial para a descolonização, assumindo uma actuação firme cujo exemplo maior terá sido, para além das várias manifestações, comícios, reuniões, comunicados e publicações, quando impediu o embarque de soldados para África no dia 3 de Maio⁶⁹. Importa, no entanto, ter em atenção que o que preconizava a extrema-esquerda era uma descolonização imediata e independências incondicionais⁷⁰, enquanto o PCP, tal como em larga medida o PS, defendem uma descolonização mediada pelo Governo e através de negociações com os movimentos de libertação.

⁶⁶ *Diário de Notícias*, 29 de Junho de 1974, p.9

⁶⁷ *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1974, pp. 1 e 2

⁶⁸ Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, p.74

⁶⁹ *Diário de Notícias*, 4 de Maio de 1974, p.8

⁷⁰ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.82

4.3. Movimento Social

Fora do arco partidário e do bloco de poder político-militar, afirmando-se como elemento maior em termos de perturbação da actividade política, de novidade, de profundidade e de tendência subversora e telúrica que atravessa a Primavera e o Verão de 1974, está o movimento social que, no tocante à descolonização, nada mais aceitaria que “tudo”, sendo “imediato” a palavra que melhor definiria os seus anseios: imediato fim da guerra, imediato fim dos embarques de soldados para África, imediato regresso destes, imediato início das negociações, imediato reconhecimento do direito à independência e imediato arranque da descolonização. Profundamente radicalizado e condicionador das decisões políticas, este movimento social de cariz revolucionário e socializante aproxima-se em muito das teses do MFA para o problema colonial, constituindo-se como um importante foco de pressão, no sentido de uma descolonização imediata. Almeida Santos aponta o apoio do movimento social às posições do MFA, nomeadamente a recusa dos soldados em continuar os combates e permanecer em África, bem como as exigências do regresso a Portugal, como um factor fundamental na definição da descolonização que associa, então, ao quadro reivindicativo, à vaga grevista e à miríade de acções dos movimentos sociais na Primavera e Verão de 1974. Salaria como “a mentalidade e os comportamentos civis penetraram na caserna e subverteram, também aqui, a hierarquia e disciplina militar”⁷¹, para ilustrar, como a explosão social condicionou o bloco de poder político-militar e a feição da solução do problema colonial.

Spínola vê-se, assim, privado de mais um eixo fundamental dos apoios que necessitava para levar avante o seu programa africano. Para além de MFA e partidos à esquerda do PPD, a generalidade da população ou da população politicamente mais activa, ou seja aquilo que se tem como movimento social, não só não o apoiava no seu plano de descolonização, como se lhe opunha frontal e activamente nas ruas, nas universidades e escolas, nos sindicatos, contagiando par-

⁷¹ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, pp.334-335

te do universo militar e condicionando parte importante do bloco de poder político-militar. A falta de apoio popular a Spínola revela-se particularmente significativa no quadro aberto pelo golpe de imediata explosão social e de aquisição praticamente automática por parte do movimento social de uma inédita legitimidade, capacidade de acção e reivindicação, de pressão e de se fazer ouvir junto dos órgãos de poder. Esta dinâmica social revela-se, então, substancialmente favorável à solução defendida pelo MFA, contribuindo decisivamente para a derrota da via spinolista cujo canto do cisne será, precisamente, a tentativa de criar algum tipo de bloco social em torno ao seu projecto político interno e, consequentemente, a uma via federalista de descolonização, materializada na falhada manifestação da “maioria silenciosa”.

É fundamental ter em conta que o quadro em que se discute a descolonização é devedor dos anos finais da ditadura, marcados por um profundo e generalizado cansaço da guerra, uma desmobilização maciça em torno desta “causa nacional”, uma desidentificação irreversível com o regime, o Império e a sua defesa militar. É neste caldo que a oposição ao marcelismo se estrutura e actua, definindo a descolonização, o anticolonialismo e o fim da guerra como prioridades da sua acção e projectos. Muita desta oposição ao regime constitui-se como parte fundamental da elite política, o que associado ao facto do MFA se afirmar como elemento determinante do bloco de poder saído do golpe militar, permite que este novo poder tenha numa rápida descolonização uma prioridade praticamente inegociável.

Muitos destes sinais parecem não ser captados por Spínola que, na tentativa de conseguir apoios, pouco mais encontrará do que alguns dos seus fiéis de sempre e sectores da sociedade portuguesa que, renovando o seu discurso e adaptando-se às novas circunstâncias políticas, mais não eram, no essencial, do que defensores de uma modernização nos moldes do *status quo* colonial vigente até às vésperas de 25 de Abril ou, pelo menos, entendidos como tal num quadro de polarização de campos, extremar de posições e radicalização de comportamentos.

Indissociável do sobressalto ideológico provocado pelo golpe de 25 de Abril de 1974, pelas implicações deste na crise e autoridade do Estado, na cristalização de uma hegemonia ideológica de esquerda forjada no marcelismo, inflamada pelas palavras de ordem e inebriada por aquilo que, cada vez mais, se assemelhava a uma revolução, importantes sectores da sociedade portuguesa, sobretudo os mais politizados e esquerdizados, tendiam a identificar-se com os valores e bandeiras de um país em revolução, abraçando muito do que parecia ser o contrário da ditadura, tudo o que, de algum modo, consubstanciasse a destruição do seu legado. A guerra colonial e o colonialismo eram claramente dois dos mais fortes e duradouros legados do Estado Novo aos portugueses.

Mantendo uma relação estreita com os movimentos sociais, a extrema-esquerda destaca-se nas posições e acções mais incisivas contra a guerra, o colonialismo e o embarque de soldados para África, tal como nas reivindicações para uma independência imediata baseada no reconhecimento dos movimentos de libertação como interlocutores nas negociações e representantes dos seus povos. Entre Abril e Setembro sucedem-se as manifestações contra a guerra organizadas sobretudo pela esquerda radical. No dia 5 de Maio realiza-se uma manifestação anticolonial que vai da Estrela ao Rossio e “no dia 25 de Maio, uma manifestação anticolonialista é dispersada pela GNR e pela PSP”⁷². A 6 de Junho realiza-se uma manifestação de apoio aos movimentos de libertação em Cabo Ruivo, organizada pela comissão anti-colonial do MES⁷³.

A 10 de Junho, no mesmo dia em que se realiza em Lisboa uma manifestação de apoio às Forças Armadas e que acaba por se transformar numa tentativa de apoio ao projecto federalista de Spínola⁷⁴, tem também lugar uma manifestação de apoio a Saldanha Sanches, militante do MRPP preso por “incitamento à deserção” com armas dos soldados portugueses, marcada por um cunho fortemente anticolonial e pela exigência de uma rápida descolonização e do reconhecimento do direito à independência, iniciando-se com um comício no Rossio

⁷² Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.76

⁷³ *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1974, p.8

⁷⁴ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.78

e terminando na escadaria da Assembleia da República⁷⁵. Várias situações, como a libertação do director do *Luta Popular*, são aproveitadas para exigir o fim da guerra, não só pelo MRPP, mas também por outras organizações de esquerda e extrema-esquerda e anticoloniais, como PRP-BR, LUAR, Liga Comunista Internacional ou o Grupo Autónomo do Partido Socialista, e pelo movimento estudantil, como, por exemplo, na reunião geral de alunos da Faculdade de Direito de Lisboa convocada pelo grupo “Ousar lutar, ousar Vencer”⁷⁶. Exemplo destas acções é o funeral de José Maria Martins Soares, director do *Tempo e o Modo*, ocasião de importante acção anticolonial, contando com a presença de várias organizações como a Resistência Popular Anticolonial, o Movimento Popular Anticolonial, a Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas ou a União Popular dos Trabalhadores de Informação, e para o qual Saldanha Sanches foi autorizado a gozar 24 horas de liberdade⁷⁷.

São frequentes as manifestações e comícios de apoio aos movimentos de libertação, como a manifestação de apoio à FRELIMO a 7 de Junho que vai do Areeiro ao Rossio⁷⁸ e a que tem lugar a 25 de Junho no seu décimo segundo aniversário⁷⁹. Também o MPLA é alvo de manifestações de apoio e, em meados de Agosto, a PSP proíbe um comício de apoio a este movimento, gerando-se confrontos entre população e polícia que respondeu às pedras que lhe eram arremessadas abrindo fogo, causando vários feridos e um morto⁸⁰ cujo funeral será acompanhado por vários incidentes e se traduz em mais uma manifestação anticolonial. A repressão de que os manifestantes são alvo é um dos momentos mais marcantes, não só da luta anticolonial, mas também do próprio movimento social, na medida em que se tratara das poucas situações, desde o 25 de Abril, em que a polícia reprimiu violentamente acções populares. A acção da Polícia de Segurança Pública será objecto de inúmeras e duras críticas quer por parte de órgãos de comunicação social como o *Diário de Lisboa*⁸¹, quer por parte dos parti-

⁷⁵ *Diário de Lisboa*, 11 de Junho de 1974, p.12

⁷⁶ *Diário de Lisboa*, 13 de Junho de 1974, p.8

⁷⁷ *Diário de Lisboa*, 15 de Junho de 1974, p.9

⁷⁸ *Diário de Lisboa*, 8 de Junho de 1974, p.24

⁷⁹ *Diário de Lisboa*, 26 de Junho de 1974, pp.1 e 10

⁸⁰ *Diário de Notícias*, 15 de Agosto de 1974, pp.1 e 9

⁸¹ *Diário de Lisboa*, 15 de Agosto de 1974, pp.1 e 9

dos da coligação governamental da direita à esquerda, nomeadamente o PPD⁸² e o PCP⁸³. Em comunicado conjunto, Governo e o Estado Maior das Forças Armadas justificam a proibição da manifestação com a circunstância do MPLA ter rejeitado “as ofertas de paz pelo que não serão autorizadas em Portugal manifestações de apoio àquele movimento enquanto mantiver a sua atitude belicista”.⁸⁴

Em sucessivos comícios o PCP apela ao fim imediato da guerra⁸⁵, tal como o MDP num comício no Porto com cerca de 10 mil pessoas e com a presença de militantes do PCP, em que Rui Luís Gomes, reitor da Universidade do Porto, apelou ao reconhecimento da independência das colónias⁸⁶. Sob a forma de comunicados do Comité Central, o PCP vai reiterando que a solução do problema colonial deve ter por base o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência⁸⁷.

Também associações católicas se mostram favoráveis ao reconhecimento do direito à independência, não obstante um tom essencialmente conservador, como relata o *Diário de Lisboa* a propósito da Assembleia Livre dos Cristãos⁸⁸. As várias manifestações de apoio ao capitão Peralta (militar cubano preso por tropas portuguesas) são outro momento privilegiado de luta anticolonial.

4.4. Dimensão africana

A estratégia de Spínola, em terreno africano, passa, em grande parte, pela tentativa de encontrar ou criar apoios ao seu projecto de descolonização, nomeadamente partidos ou movimentos políticos criados ou já existentes antes do 25 de Abril. Entre eles destacam-se, em Moçambique, movimentos como o GUMO, COREMO, FICO, Movimento Federalista Português, Convergência Democrática de

⁸² *Povo Livre*, nº2, 20 de Agosto de 1974, p.1

⁸³ Comunicado sobre os incidentes no Rossio, 15 de Agosto de 1974, in *Documentos Políticos do Partido Comunista Português – Comunicados do Comité Central*.

⁸⁴ *Diário de Notícias*, 16 de Agosto de 1974, pp.1 e 2

⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 14 de Junho de 1974, pp.1 e 20

⁸⁶ *Diário de Lisboa*, 17 de Junho de 1974, p.9

⁸⁷ *Diário de Lisboa*, 20 de Junho de 1974, p.4

⁸⁸ *Diário de Lisboa*, 15 de Junho de 1974, p.4

Moçambique ou PRUMO⁸⁹ e, em Angola, Partido Cristão Democrático de Angola ou Frente de Resistência Angolana.

De facto, no âmbito da estratégia de estimular o aparecimento de movimentos políticos africanos susceptíveis de contrabalançar a força e hegemonia dos movimentos de libertação e de servirem de apoio às suas teses federalistas e referendárias, Spínola enviou a Angola, em finais de Abril, homens da sua confiança no sentido de avaliarem e estimularem possíveis apoios, nomeadamente, entre as estruturas do Estado Novo como núcleos da Liga dos Combatentes. Nesta viagem, os enviados de Spínola contam com o apoio de importantes agentes económicos em Angola, de comandos do Exército português e do próprio governador-geral, Silvino Silvério Marques. É na sequência desta acção que surge a Frente de Resistência Angolana (FRA), movimento de direita ligado a Spínola mas actuando com alguma independência⁹⁰, englobando negros e brancos e elementos armados, cuja actuação é contida pelo MFA local.

Em Moçambique, Spínola aposta também na criação de movimentos que pudessem respaldar as suas soluções federalistas e contrabalançar o peso da FRELIMO e, eventualmente, disputar com ela a exclusividade em futuras negociações. Entre os apoios que procura estabelecer em terreno moçambicano destaca-se o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) que, segundo Luís Nuno Rodrigues, no dia 25 de Abril afirma não pôr de parte a manutenção de algum tipo de ligação com Portugal⁹¹. Por estes dias, o Grupo para a União de Moçambique (GUMO), dos raros partidos anteriores ao 25 de Abril, declara o seu total apoio a Spínola⁹² e mostrar-se-á favorável à manutenção de laços com Portugal e muito hostil relativamente à FRELIMO. O GUMO contaria com o apoio do Malawi e de importantes grupos económicos portugueses⁹³. Outro partido que

⁸⁹ “Political Groups in Mozambique”, telegrama do Consulado dos EUA em Lourenço Marques para o Departamento de Estado, 10 de Junho de 1974.

⁹⁰ Entrevista a José Pais, in Manuel Amaro Bernardo, *Memórias da Revolução. 1974-1975*, Lisboa, Prefácio, 2004 pp.32-33

⁹¹ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.367

⁹² *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1974, pp.5 e 7

⁹³ *Expresso*, 4 de Maio de 1974, p.5

se solidariza com Spínola é a União Nacional Africana de Moçambique Independente, vinda da clandestinidade⁹⁴.

A FICO (Frente Independente da Continuidade Ocidental/Ficar Convivendo) surge poucos dias após o 25 de Abril, composta por vários ex-combatentes portugueses, e defende a manutenção da ligação de Moçambique a Portugal⁹⁵. Dias depois, organiza uma grande manifestação na qual se mostra contrária à independência⁹⁶. Não obstante na sua génese estarem, essencialmente, elementos da população branca, o discurso do movimento tende a evoluir para uma tónica multirracial⁹⁷. A FICO é uma das partes envolvidas na luta pelo controlo dos meios de informação em Moçambique, perfilando-se, com o apoio de António Champalimaud, entre, tal como Jorge Jardim, os candidatos à compra do jornal *Diário*⁹⁸.

Num sentido semelhante a esta gama de soluções de manutenção de ligações entre Portugal e as suas colónias, está o ramo moçambicano do Movimento Federalista Português, apoiado em homens de negócios instalados em Moçambique e na minoria branca, que perspectiva algo como uma união de estados portugueses autónomos⁹⁹.

O *Diário de Lisboa* faz eco de uma notícia avançada pelo *Rand Daily Mail* sobre uma eventual união das direitas em Moçambique através da fusão do FICO e da extensão em Moçambique do Movimento Federalista Português¹⁰⁰. Também o *Expresso*, noticia que a COREMO, defensora de uma solução baseada num referendo, terá estabelecido uma frente anti-FRELIMO com a Convergência Democrática de Moçambique, movimento branco defensor da autodeterminação após um período de preparação, e a FRECOMO, ligada a Jorge Jardim e a poderosos grupos económicos em Moçambique. A grande impulsionadora deste projec-

⁹⁴ *Diário de Notícias*, 14 de Maio de 1974, p.2

⁹⁵ *Diário de Notícias*, 5 de Maio de 1974, p.2

⁹⁶ *Diário de Notícias*, 6 de Maio de 1974, p.2

⁹⁷ "Political Groups in Mozambique", telegrama do Consulado dos EUA em Lourenço Marques para o Departamento de Estado, 10 de Junho de 1974.

⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 4 de Julho, p.12

⁹⁹ "Political Groups in Mozambique", telegrama do Consulado dos EUA em Lourenço Marques para o Departamento de Estado, 10 de Junho de 1974.

¹⁰⁰ *Diário de Lisboa*, 8 de Junho, p.1

to seria Joana Simeão que garantira, previamente, apoio financeiro de empresas da Suazilândia¹⁰¹. O *Diário de Lisboa* acrescenta a esta coligação a UNIPOMO e afirma que a Convergência Democrática de Moçambique se prepara para adquirir o *Notícias da Beira*¹⁰².

O espectro de soluções de independências brancas ou de manutenção de laços com Portugal ensombra as primeiras semanas que se seguem ao 25 de Abril em Angola e Moçambique. Neste último há um aumento da tensão social, com a sucessão de greves em vários sectores da economia moçambicana, nomeadamente, entre trabalhadores ferroviários e portuários, em Cabora-Bassa e no sector da informação¹⁰³. São recorrentes as notícias que davam conta da actualização de Jorge Jardim ou de interferências de países vizinhos como a Rodésia que, em colaboração com o Exército português, terá bombardeado a região de Tete¹⁰⁴, de tensões em torno do controlo dos meios de comunicação social, nomeadamente as acusações dos Democratas de Moçambique à direcção do Rádio Clube de Moçambique¹⁰⁵ de manipulação da informação. A tensão ao longo do mês de Maio traduzia-se, ainda, em ataques a comboios e autocarros¹⁰⁶ e, sobretudo, em graves confrontos entre brancos e negros na cidade da Beira, onde estava Costa Gomes no âmbito da sua visita a Moçambique, na sequência de uma manifestação da população branca contra a FRELIMO¹⁰⁷. Dias depois há notícias de greves, paralisações na indústria e no comércio, agitação, tensão e manifestações em Gôndola e Vila Pery¹⁰⁸. A primeira ronda negocial com a FRELIMO, iniciada a 5 de Junho, é precedida por greves, agitação, intensificação dos ataques e da tensão social e política.

A FRELIMO mantém-se absolutamente firme em colocar o reconhecimento da independência como condição *sine qua non* para qualquer acordo com o

¹⁰¹ *Expresso*, 13 de Julho de 1974, p.5

¹⁰² *Diário de Lisboa*, 10 de Julho de 1974, p.11

¹⁰³ *Diário de Notícias*, 9 de Maio de 1974, p.8; Idem, 15 de Maio, p.7

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, 7 de Maio de 1974, p.6

¹⁰⁵ *Diário de Notícias*, 5 de Maio de 1974, p.3

¹⁰⁶ *Diário de Notícias*, 9 de Maio de 1974, p.5; Idem, 10 de Maio de 1974, p.9

¹⁰⁷ *Diário de Notícias*, 13 de Maio de 1974, pp.1 e 7

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*, 17 de Maio de 1974, p.11

Governo português, intensifica a sua actividade militar, procurando, assim, garantir uma posição para quando se iniciarem as negociações com Portugal¹⁰⁹.

Outra importante força em Moçambique era o industrial Jorge Jardim, influente figura da economia, sociedade, comunicação social e política moçambicana, com relações próximas com os países vizinhos, defensor de uma solução assente numa independência branca e que desenhara em 1973 o Programa de Lusaka com o apoio de Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia.

Após alguma tensão racial no início do mês, em finais de Junho são noticiadas várias acções em Moçambique de Jorge Jardim e do movimento pró-federalista FICO¹¹⁰. O quadro é marcado por algumas lutas sociais, como a do porto da Beira, e traduzia-se em acontecimentos como a bomba colocada na viatura de um elemento dos Democratas de Moçambique, Pereira Leite, e nas denúncias da libertação de elementos da antiga polícia política ou de apelos à população branca, interessada em manter-se em Moçambique, a pegar em armas¹¹¹.

O fim do mês de Junho é fértil em notícias que denotam a preocupação e o receio de uma acção de extrema-direita ou neocolonial, nomeadamente de agentes da antiga DGS e antigos militares¹¹². Após o ataque a tiro a partir de automóveis a uma cantina universitária em Moçambique, em comunicado o MFA afirma estar disposto a recorrer a todos os meios para impor a lei e conter a onda de violência¹¹³. Em telegrama dirigido a Spínola, o Movimento Democrático de Moçambique manifesta o seu receio de um golpe de extrema-direita¹¹⁴.

É neste clima que Spínola dá dois importantes passos. A, já referida, nomeação de Veiga Simão para representante de Portugal na ONU e o encontro de Spínola com Leopold Senghor, presidente do Senegal, que, apesar de pouco ter transparecido para o exterior, serviu para concertar com o presidente senegalês uma acção relativamente à Guiné-Bissau que se preparava para solicitar oficial-

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, 24 de Maio de 1974, p.8

¹¹⁰ *Diário de Lisboa*, 20 de Junho de 1974, p.11

¹¹¹ *Diário de Lisboa*, 24 de Junho de 1974, pp.1 e 11

¹¹² *Diário de Lisboa*, 27 de Junho de 1974, p.2

¹¹³ *Diário de Lisboa*, 29 de Junho de 1974, p.1

¹¹⁴ *Diário de Lisboa*, 1 de Julho de 1974, p.1

mente a sua adesão à ONU. Paralelamente, tudo isto coincide com outra importante, mas frustrada, acção de Spínola que acaba por precipitar a queda do Governo de Palma Carlos. É o fim de um importante apoio à acção interna de Spínola, assistindo-se à sua substituição por um Executivo, dominado pelo MFA, que se revelará bastante nocivo aos intentos spinolistas.

Em Angola a situação é já diferente, centrando-se a questão na luta tripartida entre MPLA, UNITA, que pontua o seu discurso com sinais de aproximação e amizade com o Governo português¹¹⁵, e FNLA, apesar de, em finais de Junho, terem sido já criados mais de trinta movimentos políticos em Angola¹¹⁶. O MFA parece apostado em dar uma maior importância a um MPLA fragilizado, nesta fase, por grandes divisões internas mas que se constituía, para muitos, como o interlocutor mais credível e organizado¹¹⁷ e era olhado com “simpatia por certos sectores do MFA”¹¹⁸, enquanto a estratégia de Spínola ao longo do processo parece apoiar-se, progressivamente, na FNLA e no Zaire de Mobutu que procura, através de diligências várias, levar os EUA a apoiar Holden Roberto, reforçando a posição deste enquanto interlocutor nas negociações com Portugal¹¹⁹. O lado spinolista acusa o MFA de, internamente, ser dominado pelo PCP e, no que diz respeito ao caso angolano, de apoiar o MPLA, privilegiando este movimento e criando as condições para lhe entregar o poder. Já o PS parecia preconizar uma solução envolvendo os três movimentos de libertação.

Por sua vez, no que dizia respeito à descolonização da Guiné, Spínola, apesar da curta margem de manobra, faz ainda algumas diligências, sem sucesso, no sentido de estimular a criação de movimentos que pudessem disputar a exclusividade e o poder do PAIGC, conferencia com várias figuras sobre a Guiné e envia para este país Carlos Fabião, acreditando que este aplicaria no terreno alguns dos pressupostos da sua política e reporia alguma ordem nas estruturas locais do MFA que, segundo Spínola, estavam dominadas pela completa anarquia.

¹¹⁵ *Diário de Lisboa*, 1 de Julho de 1974, p.24

¹¹⁶ *Diário de Lisboa*, 28 de Junho de 1974, pp.1 e 11

¹¹⁷ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida a 16 de Abril e 25 de Maio de 2009

¹¹⁸ Entrevista de Ernesto Melo Antunes, *Público Magazine*, 9 de Janeiro de 1994

¹¹⁹ “Memorandum of Conversation” sobre encontro entre as delegações dos EUA e do Zaire, 12 de Agosto de 1974, in *Foreign Relations of the United States*, vol. XXVIII

No entanto, Spínola, rapidamente, constata que Fabião não dará consequência ao que pretendia e que actua de acordo com os objectivos e directrizes do MFA¹²⁰.

O plano federalista de Spínola, ao assentar, do ponto de vista negocial, na aceitação pelos movimentos de libertação de um cessar-fogo, iniciando-se apenas negociações quando garantida esta condição, esbarra, na frente africana, na posição irredutível dos movimentos de libertação que recusavam a proposta portuguesa inicial. Após anos de uma guerra conferidora aos movimentos de libertação da legitimidade de se constituírem como representantes dos seus países, o simples aceitar de um cessar-fogo era considerado um retrocesso em termos de luta e o exercício do direito à autodeterminação era algo de ultrapassado e, por si só, inaceitável. O direito à independência ou a fórmula directa para lá chegar parecia ser o mínimo exigível.

Assim a reacção dos movimentos de libertação à posição oficial portuguesa, nos dias imediatamente posteriores ao golpe de 25 de Abril, é de desilusão, desconfiança e crispação, tudo isto traduzido no intensificar das acções militares. Agostinho Neto é muito claro ao recusar, em comunicado, qualquer tipo de federação e reiterar a continuação da luta armada e as suas desconfianças, para não dizer hostilidade, relativamente a Spínola que apelida de “nazi”, “fascista” e “salazarista”, clarificando que, com os dados apresentados, antevia improvável um acordo com o novo poder em Portugal¹²¹. Poucos dias depois, o MPLA reafirma a rejeição de qualquer via federalista, a continuação das acções militares e que apenas a independência será aceitável¹²². Apesar destas posições, Spínola envia o assessor diplomático da Junta a Genebra para se encontrar com o líder do MPLA mas o encontro tem poucos resultados práticos¹²³. As posições de FNLA e UNITA, não eram, nesta fase, substancialmente diferentes da do MPLA.

O PAIGC, ainda em finais de Abril, deixava claro que apenas aceitava negociar os modos de independência total, rejeitando qualquer tipo de discussão

¹²⁰ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.274

¹²¹ *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1974, p.7

¹²² *Diário de Notícias*, 11 de Maio de 1974, p.2

¹²³ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.259

de uma solução federal, enquanto vários governos africanos pedem a independência dos territórios portugueses e a imprensa sul-africana faz ecoar algum receio com as possíveis consequências do golpe, mas alguma esperança na acção de Spínola¹²⁴. A meio de Maio, o PAIGC põe como condições para o início de negociações o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à independência, bem como, o reconhecimento destes direitos aos povos dos demais territórios portugueses em África, nomeadamente, Cabo Verde¹²⁵. A situação na Guiné era significativamente diferente da de Angola e Moçambique na medida em que já proclamara a sua independência, cingindo-se o essencial da questão ao reconhecimento ou não de uma situação “de facto” pelas autoridades portuguesas.

Também a FRELIMO apressa-se a expressar a recusa de qualquer tese federalista, mostrando-se pouco entusiasmada com os recentes acontecimentos em Portugal e alimentando reservas e desconfianças relativamente a Spínola, garantindo intensificar a luta armada, ao mesmo tempo que sugere que a Junta reconheça o direito à autodeterminação e independência¹²⁶. Tal como em Angola, a tónica era colocada no reconhecimento por Portugal da independência e da FRELIMO como o representante exclusivo dos moçambicanos à mesa das negociações¹²⁷.

No início de Junho era já bastante visível o crescente endurecimento das acções militares, nomeadamente, da UNITA e do MPLA em Angola ao longo do mês de Maio¹²⁸. Semanas depois, o MPLA refuta que tenha abandonado a acção armada, reitera que esta continuará até à independência total e informa que a luta armada em Angola se tem vindo a intensificar. No mesmo sentido vão as declarações de Agostinho Neto reproduzidas pela imprensa portuguesa¹²⁹.

¹²⁴ *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1974, p.4

¹²⁵ *Diário de Notícias*, 13 de Maio de 1974, pp.1 e 2

¹²⁶ *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1974, p.4

¹²⁷ *Diário de Lisboa*, 6 de Maio de 1974, p.1

¹²⁸ Comunicado do Comando-chefe das Forças Armadas de Angola, in *Diário de Lisboa*, 6 de Junho de 1974, p.22

¹²⁹ *Diário de Lisboa*, 22 de Junho de 1974, p.24

É portanto num quadro desfavorável que Spínola desenvolve o seu projecto de garantir um cessar-fogo prévio às negociações e ganhar tempo para o processo conducente ao exercício da autodeterminação.

5. DO ARRANQUE DAS NEGOCIAÇÕES À CRISE PALMA CARLOS

A acção de Spínola, no sentido de impor o seu projecto africano, vai conhecendo sucessivas derrotas que ditam mudanças na sua estratégia. Se numa primeira fase, o Presidente da República parece mais apostado em conseguir em Lisboa o controlo sobre a descolonização, a derrota que representam a crise Palma Carlos e, sobretudo, a Lei 7/74 determinam que Spínola se empenhe numa acção mais centrada no terreno africano. É nesta linha que se entende a aposta em pequenos grupos recém-constituídos favoráveis à manutenção da ligação com Portugal e na comunidade branca. Internacionalmente recorre ou procurar garantir o apoio de Nixon ou Mobutu. A acção desencadeada pela população branca a 7 de Setembro em Lourenço Marques, que analisaremos posteriormente, e uma acção semelhante preparada para Angola seriam os golpes de mão preparados para inverter o equilíbrio de forças, complementados pela manifestação da “maioria silenciosa” a 28 de Setembro

Na sequência de diligências várias, destacando-se as de Leopold Senghor, Mário Soares encontra-se a 16 de Maio no Senegal com a delegação guineense, sendo acompanhado por Almeida Bruno, que Spínola enviara com uma missão de vigilância sobre o ministro dos Negócios Estrangeiros. Do encontro saiu a marcação de negociações oficiais para 25 de Maio em Londres que redundaram num impasse, na medida em que para o PAIGC a condição essencial para o avanço de negociações e de um acordo de cessar-fogo era o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. São, sobretudo, as instruções de Spínola que constroem o ministro, conhecendo o relacionamento de ambos um momento de alguma tensão em finais de Maio, encarando Soares, perante a rigidez de Spínola, a hipótese de abandonar o Governo¹³⁰. Depois de nova ronda a 30 de Maio, em que Soares é acompanhado por Manuel Monge, também em Londres e também pouco profícua em resultados, ficou agendada nova ronda negocial para 8 de Junho na capital britânica.

¹³⁰ Maria João Avelaz, *Soares. Ditadura e Revolução*, p.300

O arranque de negociações com o PAIGC abre a porta a conversações com os movimentos de libertação das demais colónias. A 5 de Junho iniciam-se, em Lusaka, as negociações com a FRELIMO com Portugal representado por Soares e Otelo. Mais uma vez a questão fundamental prendia-se com o reconhecimento do direito à independência de Moçambique mas Soares apenas tinha autorização para negociar o cessar-fogo. Só garantido este poderia negociar formas de reconhecimento da independência e da FRELIMO como único interlocutor. Após um abraço entre o ministro português e o líder da FRELIMO Samora Machel, gesto simbólico com o qual Soares pretendia quebrar o clima de distância, frieza e desconfiança, Otelo, surpreendendo Mário Soares, afirma, em nome do MFA, que os soldados portugueses já não estão mais dispostos a combater e que Portugal devia proceder à transferência de poderes para a FRELIMO¹³¹. Trata-se de um episódio revelador das várias tendências que atravessavam o bloco de poder político-militar, da incapacidade do chefe de Estado fazer cumprir as suas deliberações. Finalmente, mostra um MFA cada vez mais activo e abertamente empenhado em fazer valer o seu plano de descolonização.

O discurso de Spínola a 11 de Junho, na tomada de posse dos governadores-gerais de Angola e Moçambique, volta a suscitar reacções negativas dos movimentos de libertação perante a ênfase na reafirmação da solução federal, referendária, de reconhecimento apenas da autodeterminação e de um processo lento até essa mesma autodeterminação¹³². A reacção negativa estende-se à comunidade internacional, sobretudo a OUA, reunida em Mogadíscio, que reafirma que Portugal deve reconhecer inequivocamente a independência da Guiné e o direito de Angola e Moçambique à independência¹³³. Paralelamente, a FRELIMO intensifica a acção militar em Moçambique, Portugal consegue um acordo de cessar-fogo com a UNITA que aceita o conceito de autodeterminação e, em Argel, tem lugar mais uma ronda negocial com o PAIGC que é interrompida devi-

¹³¹ Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, p.309

¹³² *Diário de Notícias*, 13 de Junho de 1974, p.10

¹³³ *Diário de Lisboa*, 12 de Junho de 1974, p.1

do ao endurecimento da posição deste e à tensão em torno da autodeterminação ou independência¹³⁴.

O mês de Junho reflecte um certo impasse a que chegara a questão colonial ante o desencontro entre a autodeterminação de Spínola e a independência dos movimentos de libertação. Neste sentido, Spínola procura recuperar a iniciativa à medida que se agravava a tensão entre general e CC do MFA. Sinais disso mesmo são as reuniões da Manutenção Militar, que analisaremos no capítulo seguinte, ou o mal-estar entre o MFA de Angola e o Governador-geral Silvino Silvério Marques.

Spínola inicia um processo que terá na demissão do primeiro-ministro Palma Carlos e na Lei 7/74 duas derrotas fulcrais e o seu termo na sequência do 28 de Setembro, mas, até finais de Setembro, vai, por diversas vias, procurar impor o seu projecto que consegue, apesar de mais fragilizado, sobreviver à lei que reconhece o direito à independência das colónias portuguesas, apontando Spínola, sobretudo, para o caso angolano. O general vai, assim, empreender passos importantes, destacando-se o encontro com Nixon, a 19 de Junho na base das Lages nos Açores, tentando captar o apoio norte-americano para o seu projecto, a nomeação a 28 de Junho de Veiga Simão para embaixador de Portugal na ONU¹³⁵, o encontro com Senghor no aeroporto de Lisboa a 8 de Julho, a propósito da situação da descolonização da Guiné cujo pedido oficial de admissão à ONU estava eminente e, internamente, com o episódio da crise Palma Carlos e as visitas às unidades militares ao longo de Julho e Agosto.

Numa fase seguinte, as iniciativas de Spínola são já mais complexas, aprovada que estava a Lei 7/74, destacando-se o encontro com Mobutu na Ilha do Sal e o encontro em Lisboa com “forças vivas” angolanas, num quadro marcado pelo 7 de Setembro em Moçambique, analisado mais à frente, uma eventual tentativa semelhante em Angola, uma onda de violência nestas duas regiões, e, internamente, pelas visitas às unidades militares.

¹³⁴ *Diário de Lisboa*, 13 de Junho de 1974, pp.1, 10, 11

¹³⁵ *Diário de Lisboa*, 4 de Julho de 1974, pp.1 e 7

Até à queda do I Governo, Spínola dispunha do respaldo do primeiro-ministro Palma Carlos que apoia os eixos fundamentais do programa spinolista para África. Da mesma forma que se reforçava a sintonia entre as ideias do MFA e as acções e reivindicações do movimento social relativamente à questão colonial, Palma Carlos coloca as aspirações do movimento social relativas a África no mesmo saco da vaga de luta social e reivindicativa que se intensificava internamente, criticando o excesso de greves, o excesso de partidos e o clima de revolução que se vinha forjando em Portugal. Particularmente interessante e fazendo a derradeira associação entre a explosão social reivindicativa dos movimentos populares e a questão colonial, é a referência a uma maioria silenciosa dispersa que começava a organizar-se do ponto de vista político e que não se revia, nem no clima de profunda agitação, nem na solução para a questão colonial preconizada por este movimento social¹³⁶.

A explosão dos movimentos sociais afirmava-se, cada vez mais, como bloqueio decisivo ao projecto interno de Spínola e ao seu programa de descolonização. A falência do primeiro era, inevitavelmente, a falência do segundo. Incapaz de se impor sobre o MFA e de conter um radicalizado movimento social, Spínola não consegue criar as condições para uma transição tranquila, sem revolução e “sem excessos”. Por outras palavras, não consegue nunca ser o senhor da situação interna, controlar o poder e repor a hierarquia na instituição militar, tudo os passos necessários para o seu projecto federalista.

6. UM JULHO QUENTE: DO II GOVERNO À LEI 7/74

A demissão de Palma Carlos e a constituição de um II Governo Provisório já fortemente marcado pela presença e influência do MFA, liderado por um primeiro-ministro hostil a Spínola, deixam o presidente da República numa posição de maior vulnerabilidade. A composição do II Governo era já, segundo Melo Antunes, “resultado da relação de forças que se ia estabelecendo”¹³⁷, ou seja, de uma crescente prevalência do MFA sobre Spínola que não só vê cair um executi-

¹³⁶ *Diário de Lisboa*, 25 de Junho de 1974, pp.1, 12, 13 e 25

¹³⁷ Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, p.103

vo de sinal moderado e liderado por alguém da sua linha política, como vê constituir-se outro de sinal mais à esquerda, já fortemente sintonizado com o MFA, preconizando muitas das suas linhas, quer internamente, quer no referente à descolonização. Era claro que se tratava de um governo senão antispinolista, pelo menos, activamente contrário às teses políticas e descolonizadoras de Spínola. A actuação do II Governo e a forma como Spínola com ele lidou e como, posteriormente, se referiu à sua actuação desfazem dúvidas relativamente ao choque entre Presidente da República e este Executivo.

Os discursos na tomada de posse do II Governo, a 18 de Julho, de Spínola e Vasco Gonçalves são profundamente elucidativos da situação política, das tensões principais e do equilíbrio ou reequilíbrio das forças naquele momento.

O discurso do Presidente da República, marcado pela inquietação com a desordem, os excessos e a anarquia e por apelos constantes à ordem e à disciplina, tem bastantes pontos de encontro com a, já referida, entrevista de Palma Carlos ao *Diário de Lisboa*¹³⁸, e, tal como esta, faz referência a uma “maioria silenciosa”. O discurso reflecte muito do que era a concepção política de Spínola sobre a forma como deveria decorrer o processo de democratização do país e sobre a vaga reivindicativa e de luta social aberta pelo golpe. Num tom alarmista e dramatizador, afirma que as metas fixadas no programa do MFA não serão ultrapassadas pelo Governo, deixando uma mensagem política, porventura, relativa à solução para a questão colonial, cuja referência no dito programa Spínola conseguira deixar suficientemente ambígua. Segue-se uma descrição da situação política, económica e social em tons dramáticos. Perante uma situação que considerava pré-catastrófica, Spínola anuncia que “Ou a maioria silenciosa deste País acorda e toma a defesa da sua liberdade ou o 25 de Abril terá perdido perante o Mundo, a História e nós mesmos o sentido da gesta histórica de um povo que se encontrou a si próprio”. Perante uma dinâmica social revolucionária, subversora de elementos fundamentais da lei e da ordem e, sobretudo, fragilizadora e hostil ao projecto interno e africano de Spínola, o Presidente da República apela a um Estado forte, ao “respeito pela lei” e à “disciplina cívica”. No fundo, este e outros

¹³⁸ *Diário de Lisboa*, 25 de Junho de 1974, pp.1, 12, 13 e 25

discursos de Spínola mais não eram do que a face retórica de uma acção particularmente preocupada e ocupada em reforçar os poderes presidenciais, sendo a declaração de estado de sítio o mecanismo mais amplamente aludido. Para além de nos dizer muito sobre o pensamento e projecto político de Spínola, este discurso, ainda que sem fazer qualquer alusão directa a esta questão, dá-nos um sinal de como o desfecho do problema colonial está fortemente condicionado pelo equilíbrio de forças interno, como o projecto de descolonização de Spínola está, em forte medida, condicionado e fragilizado por uma dinâmica social que é profundamente hostil, não só ao seu programa africano, mas também ao seu projecto de poder interno. Não espantará que, no plano interno, o fulcro da estratégia spinolista apontasse para o afastamento da CC do MFA do processo político e para o reforço dos seus poderes presidenciais, a suspensão temporária das liberdades e direitos¹³⁹, forjando-se algo como uma “democracia musculada” ou um “presidencialismo militar” capazes de, contendo a agitação social e acção da Coordenadora, assegurar internamente as condições para o sucesso do projecto africano de Spínola.

Vasco Gonçalves, no discurso de tomada de posse como primeiro-ministro, anuncia que o “Conselho de Estado aprovou uma lei constitucional que, completando e esclarecendo o pensamento que presidiu ao Programa do MFA (...) reconhece o direito dos povos à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo o direito à independência”¹⁴⁰. Era um primeiro sinal da vontade do novo Executivo em acelerar a descolonização. Maria Inácia Rezola afirma que o novo contexto marca a inversão da correlação de forças a favor da Coordenadora do MFA, deixando Spínola numa posição de crescente isolamento¹⁴¹. A Comissão Coordenadora, em virtude da entrada de vários dos seus elementos para o elenco governamental, é reestruturada e surge bastante activa e coesa, surgindo no mesmo dia da tomada de posse do II Governo a célebre 5ª Divisão do MFA, importante agente revolucionário que, juntamente com o COP-

¹³⁹ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.195

¹⁴⁰ Discurso de Vasco Gonçalves, 18 de Julho de 1974, in Orlando Neves (Org.) *Textos Históricos da Revolução*

¹⁴¹ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.109

CON¹⁴², é mais um sintoma do ascendente do MFA. A criação do COPCON¹⁴³ ocorre em plena “crise Palma Carlos” e é mais um elemento a somar ao reequilíbrio de forças em favor da Comissão Coordenadora que se consubstanciava no início deste quente mês de Julho. Paralelamente, o COPCON, sob a responsabilidade oficial e dependência directa do Chefe de Estado-maior das Forças Armadas, Costa Gomes, que delega o comando em Otelo Saraiva de Carvalho, permite ao MFA reforçar o controlo sobre as principais unidades. Fundamentalmente, determinava que Spínola perdesse definitivamente as Forças Armadas, reforçando a referida aposta em conspirações com forças civis e militares em África. O COPCON vem, ainda, aproximar o MFA dos movimentos sociais, reforçando, desta forma, a sua posição num dos campos fundamentais em termos de equilíbrio de forças nos primeiros cinco meses do processo revolucionário.

Em Julho, o MFA, distante do movimento que não tinha um plano para o dia seguinte, é já um agente político, a sua Comissão Coordenadora um órgão de poder não institucional e tem uma agenda política e objectivos mais clarificados. Fora-lhe conferido, em parte pelas vicissitudes da agitação social, uma legitimidade e um poder inéditos e não está disposto a aceitar que Spínola construa o seu projecto interno e africano.

Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, afirma que o I Governo pouco se ocupou da descolonização já que tal competência cabia ao MFA e ao Presidente da República¹⁴⁴. A entrada de vários elementos do Movimento para o II Governo é a confirmação definitiva do objectivo do MFA controlar e determinar o processo de descolonização, em especial a nomeação de Melo Antunes para ministro sem pasta, uma decisão da Coordenadora destinada a garantir a presença de alguém do MFA no seio da coligação governamental a ocupar-se da descolonização. O próprio Melo Antunes o refere:

“Fui justamente ministro sem pasta porque, como o essencial do poder político estava no MFA, e como a tarefa da descolonização transcendia as tarefas habituais de um mi-

¹⁴² Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.110

¹⁴³ Decreto-Lei 310/74 de 8 de Julho

¹⁴⁴ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, pp.263-263

nistro dos Estrangeiros, foi entendido que alguém do MFA deveria ocupar-se prioritariamente da questão da descolonização”¹⁴⁵.

No novo equilíbrio de forças, a CC do MFA impunha-se sobre os demais componentes do bloco de poder político-militar. Diz-nos ainda Melo Antunes:

“A Comissão Coordenadora do MFA estava localizada entre o general Spínola, Presidente da Republica, e o Governo. Uma parte essencial do poder político era dessa Comissão, à qual, apesar de ministro, eu também pertencia. E daí que as acções mais importantes que se desenvolveram no sentido em que a descolonização tivesse uma determinada orientação tenham vindo do MFA e da sua Comissão Coordenadora. (...). Seguramente já contra o que estava na cabeça do general Spínola e provavelmente com algumas reticencias do ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, pelo menos no caso de Angola e Moçambique.”

E conclui limpidamente:

“o que estava em causa era Portugal reconhecer ou não reconhecer, de maneira clara e inequívoca, o direito de Moçambique e das antigas colónias à autodeterminação e, com todas as suas consequências, à independência. Se esse era o objectivo político da Revolução, não podíamos tergiversar em questões que eu considerava acessórias. Ora, em relação a esse objectivo fundamental havia um conflito claro com Spínola e com o sector que o apoiava, duas concepções opostas.”¹⁴⁶

Por esta altura, em Angola, agravam-se as tensões entre o MFA e o Governador-geral, Silvino Silvério Marques, que levarão à sua substituição por Rosa Coutinho, nomeado a 24 de Julho, perfilando-se mais uma vitória para o MFA, no quadro de uma onda de violência nos *muçeques* de Luanda na sequência da morte de um taxista branco¹⁴⁷ e ainda em Moçambique, mas em menor escala, surgindo diariamente na imprensa referências a uma série de confrontos, explosões em linhas férreas, greves e à actuação de Jorge Jardim. O antigo proprietário do *Notícias da Beira* é acusado de financiar movimentos políticos defensores de independências brancas e da manutenção de laços entre Moçambique e Portugal, de fomentar manifestações e distúrbios da população branca e da extrema-direita, nomeadamente, aquando das visitas de Costa Gomes e Almeida Santos a Moçambique¹⁴⁸, de armar milícias de mercenários brancos¹⁴⁹, de colaboração e

¹⁴⁵ Entrevista de Ernesto Melo Antunes, *Público Magazine*, 9 de Janeiro de 1994

¹⁴⁶ Entrevista de Ernesto Melo Antunes, *Público Magazine*, 9 de Janeiro de 1994

¹⁴⁷ *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1974, pp.1 e 7

¹⁴⁸ *Expresso*, 8 de Junho de 1974, p.8

¹⁴⁹ *Expresso*, 20 de Julho de 1974, p.7

captação do apoio da Rodésia, África do Sul e Malawi às suas iniciativas¹⁵⁰. Em inícios de Agosto, circulam na imprensa rodesiana anúncios convocando mercenários brancos que tivessem pertencido ao chamado “Comando 5” que, durante a década de 60, operara no antigo Congo Belga. Esta iniciativa de contratar e agrupar uma milícia de mercenários é atribuída a Jardim¹⁵¹.

A vaga de violência e terrorismo protagonizada pela comunidade branca em Angola e pela extrema-direita está, segundo Rezola, associada à demissão de Palma Carlos¹⁵². Provoca ao longo de vários dias dezenas de mortes e centenas de feridos na zona de Luanda e acelera a substituição do Governador-geral de Angola, spinolista sempre encarado com reservas pelo MFA, que, ao contrário do afirmado pela generalidade da imprensa, responsabiliza o MPLA e a FNLA pela vaga de violência¹⁵³.

Também em Moçambique avolumam-se as contrariedades para Spínola ante a intensificação da acção militar da FRELIMO após a ronda negocial em Lusaka, enquanto as tropas portuguesas revelavam cada vez mais a sua recusa em continuar com as acções militares, no quadro generalizado de violência e tensão e rumores de acções contra-revolucionárias. Paralelamente, o MFA local pressionava cada vez mais no sentido do fim das acções militares e do reconhecimento da independência e da FRELIMO como representante da população moçambicana¹⁵⁴. Culminando uma acção forte de pressão política por parte do MFA dá-se a demissão do Governo de Moçambique¹⁵⁵ e a demissão do Governador-geral de Moçambique¹⁵⁶. Os distúrbios ocorridos em Moçambique a meio de Julho são também imputados a Jorge Jardim.

Se o processo de descolonização conheceu algum impasse ao longo do mês de Junho, Julho marca uma aceleração do mesmo, tanto interna, como externamente. A 16 de Julho, dia em que são conhecidos novos episódios da vaga

¹⁵⁰ *Expresso*, 10 de Agosto de 1974, pp.6 e 7

¹⁵¹ *Diário de Lisboa*, 5 de Agosto de 1974, p.19

¹⁵² Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.113

¹⁵³ *Diário de Notícias*, 23 de Julho de 1974, pp.1 e 7

¹⁵⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.426

¹⁵⁵ *Diário de Notícias*, 26 de Julho de 1974, pp.1 e 5

¹⁵⁶ *Diário de Notícias*, 27 de Julho de 1974, pp. 1 e 7

de violência em Angola¹⁵⁷, o PAIGC vai, finalmente, apresentar o pedido oficial de admissão da Guiné-Bissau às Nações Unidas. Pouco depois, o Brasil anuncia que iria reconhecer a independência da Guiné e apoiar a sua adesão à ONU¹⁵⁸.

7. LEI 7/74 E O ARRANQUE DA DESCOLONIZAÇÃO

Antes da publicação da Lei 7/74, reconhecendo o direito à independência das colónias, é publicada em *Diário de Governo*, após a tomada de posse do II Governo, uma lei, efemeramente designada de Lei 6/74, que previa o reconhecimento da independência dos territórios ultramarinos¹⁵⁹. No entanto, por não ter sido assinada pelo Presidente da República e por ter sido publicada à revelia deste, acabou por ser revogada.

Nas vésperas da promulgação da Lei 7/74, um enorme comício de apoio ao Governo e ao MFA reúne cerca de 100 mil pessoas e tem na descolonização um dos temas fundamentais¹⁶⁰.

Finalmente, a 27 de Julho, após Kurt Waldheim, o secretário-geral da ONU, ter adiado a sua visita a Portugal precisamente pelo impasse no reconhecimento do direito à independência dos territórios ultramarinos¹⁶¹, é publicada a histórica Lei 7/74 já com a assinatura de Spínola que, não obstante ter sofrido mais um importante revés no seu projecto africano, pensava ainda poder controlar os moldes em que se processariam as descolonizações de Angola e Moçambique.

O impacto desta lei, não só do ponto de vista da direcção do processo de descolonização no sentido do preconizado pelo MFA, mas também enquanto culminar de meses de braço de ferro entre o movimento e Spínola, é enorme. Vasco Lourenço diz que, após a sua comunicação ao país, encontra um Spínola derrotado: “a sensação que eu tenho é que tinha à minha frente um velho que tinha acabado de levar uma tarefa e que vinha ainda a cambalear, depauperado”,

¹⁵⁷ *Diário de Notícias*, 16 de Julho de 1974, pp. 1 e 8

¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, 19 de Julho de 1974, p.6

¹⁵⁹ *Diário de Notícias*, 25 de Julho de 1974, pp.1 e 7

¹⁶⁰ *Diário de Notícias*, 26 de Julho de 1974, pp.1, 7 e 11

¹⁶¹ *Diário de Notícias*, 24 de Julho de 1974, pp.1 e 5

mas que, “indo buscar forças a algum sítio”, afirma peremptoriamente: “Agora, Angola é comigo! Angola é comigo!”, ao que Vasco Lourenço responde que o MFA não permitirá que a resolução do caso angolano se afaste daquilo que o seu plano preconizava e que o presidente da República apenas teria a confiança do Movimento enquanto não se afastasse do que defendia o MFA¹⁶².

Resolvido este impasse estruturante, Waldheim visita, finalmente Portugal a 2 de Agosto¹⁶³.

O reconhecimento do direito dos povos africanos à autodeterminação e independência vem culminar um período marcado por uma vaga considerada como reaccionária em Angola e Moçambique, que pode ser entendida como uma reacção da população branca e de facções africanas favoráveis a uma via federalista ou de independências brancas, identificadas com algumas linhas do pensamento de Spínola. No entanto, rapidamente, ganha sentido a expressão de perder uma batalha não significar perder a guerra, na medida em que Spínola, dando continuidade a acções anteriores à Lei 7/74, tenta recuperar a iniciativa.

Tanto em Angola como em Moçambique, forja-se uma dinâmica claramente contrária a uma descolonização rápida assente no direito à independência e tendo como interlocutores à mesa das negociações os movimentos de libertação, que, sendo difícil medir o grau de influência directa de Spínola sobre ela ou até que ponto há uma concertação entre as acções em Lisboa e em África, se revela, todavia, muito sintonizada com as linhas gerais do plano de descolonização do general. Ou seja, é evidente de que lado se coloca toda esta dinâmica que se traduz em ondas de violência perpetradas, principalmente, pela população branca, pequenos atentados, confrontos, nascimento de partidos africanos favoráveis a vias federalistas, referendárias ou de independências brancas, reclamando um lugar à mesa de negociação, questionando a representatividade dos movimentos de libertação. De facto, a Lei 7/74, sendo uma derrota para Spínola, não é ainda uma derrota fatal já que lhe deixa ainda alguma margem para tentar aplicar a sua descolonização.

¹⁶² Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009 na Associação 25 de Abril

¹⁶³ *Diário de Notícias*, 2 de Agosto de 1974, pp. 1 e 5

A lei é recebida com satisfação por MFA, partidos, populações africanas, movimentos de libertação e comunidade internacional, bem como com grande júbilo popular, como demonstram várias manifestações realizadas no dia 29 de Julho, em particular em Lisboa e no Porto, mas também noutros pontos do país¹⁶⁴. A publicação da histórica lei acelera o processo de descolonização e - após a declaração conjunta de Portugal e a ONU sobre a descolonização em que se reforça que Portugal reconhece o direito à autodeterminação e independência dos territórios ultramarinos e que reconheceria oficialmente a independência da Guiné, preparando a transferência de poderes¹⁶⁵ - o PAIGC vai aceitar reunir-se para mais uma ronda negocial que tem lugar em Argel e que se salda por um acordo a 26 de Agosto. Portugal compromete-se a reconhecer oficialmente a Guiné-Bissau a 10 de Setembro e fica estabelecido o direito de Cabo Verde à autodeterminação e independência, desligando o futuro do arquipélago do da Guiné.

Solucionada, não sem alguma amargura, a questão da Guiné, Spínola tenta ainda ter uma palavra a dizer no futuro de Angola, ainda que numa posição de crescente fragilidade. Desde logo, no terreno, Rosa Coutinho seguia a linha do MFA e entra em choque com o Presidente da República que ia acusando o Governador-geral e o MFA de terem uma política favorável ao MPLA. No início de Agosto, a Junta de Salvação Nacional anuncia o seu plano para Angola¹⁶⁶ que deveria processar-se de acordo com a Lei 7/74, passando por um acordo de cessar-fogo com os movimentos de libertação, a constituição de um Governo provisório coligando, não apenas os três movimentos de libertação, mas também, outros movimentos políticos, inclusivamente provenientes ou ligados à comunidade branca. Seguir-se-ia, no prazo de dois anos, eleições para uma Assembleia Constituinte. Só então, se decidiria os moldes do futuro de Angola e as ligações que iria ou não estabelecer com Portugal¹⁶⁷, possibilidade deixada em aberto pela Lei 7/74. Era, mais uma vez, Spínola a tentar viabilizar o seu projecto de uma desco-

¹⁶⁴ *Diário de Notícias*, 29 de Julho de 1974, pp. 1, 7, 8, 9

¹⁶⁵ Comunicado Portugal-ONU, 4 de Agosto de 1974, in Centro de Documentação 25 de Abril, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon04>

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, 10 de Agosto de 1974, pp.1 e 9

¹⁶⁷ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.459

lonização demorada e inclusivo de forças políticas que não os movimentos de libertação.

Em Angola, a partir de dia 5 de Agosto, regressa a tensão e recrudesce a violência¹⁶⁸, com confrontos, manifestações da população branca, o recolher obrigatório é decretado, há notícias de mortes e dezenas de feridos¹⁶⁹, num processo que parece radicar numa reacção da população contra a Lei 7/74 após uma primeira onda de violência em Julho. Esta vaga de violência, que atinge também Moçambique, perdurará com altos e baixos ao longo do mês de Agosto, mantendo-se a tendência de um mês de Julho bastante sangrento que terá causado cerca de 50 mortes¹⁷⁰, enquanto os combates entre forças portuguesas e os movimentos de libertação continuam até inícios de Setembro¹⁷¹.

Jogando internamente com a criação da Comissão Nacional de Descolonização que, ao ser presidida pelo chefe de Estado, permitir-lhe-ia recuperar algum controlo sobre o processo de descolonização, Spínola vai encontrar-se com o presidente do Zaire, Mobutu, a 15 de Setembro, em quem via um aliado na resolução do caso angolano. Simultaneamente, a diplomacia zairense tentava que os EUA apoiassem Holden Roberto e a FNLA de modo a contrabalançar a força do MPLA e os apoios internacionais de que beneficiava, nomeadamente da URSS, sustentando que Holden Roberto era favorável aos interesses dos EUA e do Zaire que o apoiava financeira e militarmente¹⁷². A 19 de Setembro, em memorando do Director da CIA destinado a Kissinger, é dado um parecer positivo à iniciativa diplomática zairense, comprometendo-se os Estados Unidos a apoiar material e financeiramente a FNLA e Holden Roberto¹⁷³.

Entre estes dois momentos, tem lugar o referido encontro de Spínola com Mobutu na ilha do Sal. Spínola tentava assim contrabalançar a força do MPLA no processo de descolonização de Angola, já que Mobutu beneficiava do apoio de

¹⁶⁸ *Diário de Notícias*, 6 de Agosto de 1974, pp. 1 e 8

¹⁶⁹ *Diário de Notícias*, 8 de Agosto de 1974, pp. 1 e 5

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, 19 de Agosto de 1974, p.8

¹⁷¹ *Diário de Notícias*, 3 de Setembro de 1974, p.5

¹⁷² "Memorandum of Conversation" sobre encontro entre as delegações dos EUA e do Zaire, 12 de Agosto de 1974, in *Foreign Relations of the United States*, vol. XXVIII, pp.229-233

¹⁷³ "Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger)", in *Foreign Relations of the United States*, vol. XXVIII, p.233

Estados Unidos e China e tinha uma relação próxima com a FNLA, que Spínola pretendia captar para o seu plano de descolonização. Paralelamente, o MPLA vivia um momento difícil, minado por graves divergências internas e disputas pelo poder, apostando Spínola e Mobutu na facção de Daniel Chipenda, perante as remotas possibilidades de Agostinho Neto vir a aceitar a via spinolista. O objectivo era então isolar politicamente o MPLA, pressionando-o a aceitar negociações com Portugal, numa altura em que a UNITA já aceitara o cessar-fogo. O plano passaria, ainda, por um Governo de coligação entre os três movimentos¹⁷⁴.

Em telegrama da embaixada norte-americana em Conakry para o Secretário de Estado norte-americano, é feita referência a uma emissão da rádio Voz do Povo da Guiné-Conakry em que se avançava que, no referido encontro, Mobutu teria solicitado a Spínola que apoiasse Holden Roberto em Angola, exceptuando na província de Cabinda que deveria ser entregue à Frente de Libertação de Cabinda. O objectivo de Mobutu seria a criação de uma federação englobando Cabinda, Zaire e Angola presidida por si ou por Holden Roberto. Spínola terá concordado com o plano, pedindo em troca o apoio de Mobutu no seu programa de descolonização, nomeadamente, na recuperação do controlo em Moçambique e na Guiné, e no seu projecto político interno de restabelecimento da ordem. Solicitou ainda que as companhias portuguesas e multinacionais a operar sob a cobertura portuguesa fossem autorizadas a disporem livremente durante 20 anos de todos os recursos de Angola, Cabinda e Zaire¹⁷⁵.

Procurando forçar uma solução da descolonização de Angola através do Zaire e da FNLA e captar o apoio dos EUA, Spínola vai a 21 de Setembro chamar Rosa Coutinho a Lisboa com o intuito de o substituir. A Lisboa chegam também, a convite de Spínola, as chamadas forças vivas angolanas, ou seja, movimentos políticos susceptíveis de apoiar o seu projecto e compensar o peso dos movimentos de libertação, nomeadamente do MPLA, e que pudessem transforma-se em movimentos políticos representativos dos colonos portugueses¹⁷⁶. O encontro com

¹⁷⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.465

¹⁷⁵ "President Mobutu accused of agreeing to help Spínola restore portuguese colonialism", telegrama da Embaixada dos Estados Unidos em Conakry para o Departamento de Estado

¹⁷⁶ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.59

estes movimentos tem lugar a 27 de Setembro e visa reforçar o plano de descolonização spinolista e incluir estas forças na decisão do futuro de Angola. Perante os factos apresentados, vários protagonistas do processo e vários autores defendem a existência de um plano global de Spínola no campo da descolonização que tinha como etapas o reforço dos seus poderes internamente, na sequência da manifestação da maioria silenciosa, e um eventual golpe em Angola, semelhante ao 7 de Setembro em Moçambique, que o MFA conseguiu anular. O facto de o golpe em Moçambique ter saído mais cedo do que o previsto e de forma demasiado desorganizada, bem como, o insucesso de semelhante acção em Angola, reduzem o plano de Spínola ao sucedido a 28 de Setembro e às suas iniciativas junto de FNLA, Zaire, Estados Unidos e movimentos políticos angolanos chamados de “fantoques” no sentido de viabilizar o seu plano de descolonização de Angola.

Em Moçambique faz-se notar o reequilíbrio de forças favorável ao MFA na sequência da mudança governamental em Lisboa e da publicação da Lei 7/74. Em finais de Julho, Melo Antunes, ministro sem pasta do novo Governo e elemento-chave no processo de descolonização, encontra-se com uma delegação da FRELIMO em Dar-es-Salaam, sem o conhecimento de Spínola que considera este sinal das vias paralelas de negociação como mais um episódio da “alta traição a Portugal” que o MFA levava a cabo. Tal como no sucedido em Angola com o MPLA, Spínola acusa o MFA de privilegiar a FRELIMO, reforçando a posição do movimento quando ela era bastante frágil¹⁷⁷. Melo Antunes vai, claramente contra os objectivos de Spínola, reconhecer que a FRELIMO era o legítimo representante dos moçambicanos e faz ver aos seus interlocutores a disposição de Portugal em descolonizar e avançar no sentido do reconhecimento da independência. Após este encontro, com a delegação portuguesa composta por Mário Soares, Almeida Santos e Melo Antunes, arrancavam a 15 de Agosto as negociações oficiais com a FRELIMO também em Dar-es-Salaam. Nos dias que intercalam os dois encontros reacende-se a violência e a tensão, nomeadamente em Nampula e António Enes, com distúrbios vários, motins, saques, confrontos entre brancos e

¹⁷⁷ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.300-301

negros, desrespeito de acordos informais de cessar-fogo¹⁷⁸. O resultado da ronda negocial iniciada a 15 de Agosto salda-se na confirmação da imposição da via de descolonização do MFA, desempenhando Melo Antunes um papel determinante nesta evolução, valendo-se da sua posição de ministro de Estado e de ser o elemento destacado pelo MFA para negociar a descolonização, para materializar no terreno da descolonização o ascendente do MFA sobre Spínola. Do encontro na Tanzânia sai um documento que previa a nomeação de um Governo Provisório maioritariamente composto por elementos da FRELIMO e presidido por um alto-comissário português. Após um ano de legislatura proceder-se-ia à concessão da independência e à transferência de poderes. Spínola fará vários reparos a esta proposta e impõe novos pontos¹⁷⁹, mas o fulcral da sua oposição era a prevista nomeação de Melo Antunes¹⁸⁰ para alto-comissário, acabando por ser Vítor Crespo o nome escolhido em face da intransigência de Spínola.

A promulgação Lei 7/74 animara a reacção das forças moçambicanas contrárias à feição que a descolonização de Moçambique assumia, ressurgindo duas notícias que circulavam ao longo de Junho e Julho: uma frente anti-FRELIMO e a constituição de exércitos de mercenários financiados por Jorge Jardim. O *Diário de Lisboa* fala na aproximação de dissidentes da FRELIMO a Jardim, na actuação na Beira de figuras ligadas ao Estado Novo e de clero local e estrangeiro estar a fomentar uma frente comum de oposição à FRELIMO, englobando Joana Simeão, Miguel Marupa e Urias Simango, os movimentos FRECOMO, COREMO e MONIPAMO (Movimento Nacional para a Independência Pacífica de Moçambique), e dissidentes da FRELIMO, tendo-se realizado uma reunião no consulado do Malawi na Beira para organizar o referido projecto. Este seria acompanhado pela constituição de um exército de combatentes negros liderados por oficiais brancos, operacionalizada por um coronel inglês que chefiara mercenários negros no Congo e financeiramente apoiada por Jorge Jardim¹⁸¹.

¹⁷⁸ *Diário de Notícias*, 12 de Agosto de 1974, p.8

¹⁷⁹ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, pp.446-447

¹⁸⁰ *Diário de Notícias*, 19 de Agosto de 1974, pp.1 e 8. e 20 de Agosto de 1974, p.1

¹⁸¹ *Diário de Lisboa*, 10 de Agosto de 1974, p.6

A 5 de Setembro arranca em Lusaka a derradeira ronda negocial, com Portugal a fazer-se representar por Mário Soares, Almeida Santos, Melo Antunes, Casanova Ferreira e Vítor Crespo, que termina a 7 de Setembro com a assinatura do acordo entre as duas delegações. O “Acordo de Lusaka” é aprovado no mesmo dia por Spínola com bastante ressentimento e, nas suas palavras, sob o peso das “condicionantes”¹⁸².

O acordo é aceite por um resignado Spínola, quanto a Moçambique, mas ainda esperançoso relativamente a Angola. Todavia, em Moçambique suscita, de imediato, uma forte reacção contrária da população branca que desembocará no levantamento de 7 de Setembro. Tudo começa com um grupo de moçambicanos que, celebrando o acordo de Lusaka, terá percorrido Lourenço Marques com a bandeira da FRELIMO hasteada e com a bandeira portuguesa arrastada pelo chão, o que suscita a reacção de muitos elementos da comunidade portuguesa branca. Importa frisar que o incidente está directamente ligado ao acordo de Lusaka. De facto, eclode no dia da sua assinatura, mas vem na sequência de uma vaga de tensão que percorre Angola e Moçambique, com intervalos e picos, ao longo de Junho, Julho e, no âmbito da reacção à Lei 7/74, Agosto, de um processo de luta em torno do controlo dos meios de comunicação moçambicanos, bem como, dos mais variados rumores de uma acção de Jorge Jardim, apostado em recuperar o seu Programa de Lusaka. Surgem notícias da colaboração e conspiração de Jardim com elementos da comunidade portuguesa, nomeadamente elementos de extrema-direita e industriais, financeiros e comerciantes de Lourenço Marques e da Beira¹⁸³, com antigos combatentes, milícias armadas ou grupos paramilitares¹⁸⁴ e países vizinhos, no sentido de conter a independência de Moçambique e, eventualmente, promover uma independência branca. Ainda que sem certezas, Almeida Santos refere que Jardim teria acompanhado a sublevação por telefone a partir da África do Sul e que poderá, mesmo, ter sido o seu inspirador¹⁸⁵. De resto, Jorge Jardim era procurado desde Junho pela justiça por-

¹⁸² António de Spínola, *País sem Rumo*, p.306

¹⁸³ *Diário de Lisboa*, 15 de Agosto de 1974, p.2

¹⁸⁴ *Expresso*, 20 de Julho de 1974, p.20

¹⁸⁵ António de Almeida Santos, “A Revolução e a questão colonial. Que Descolonização?”, p.114

tuguesa por suposto recrutamento de mercenários e por tentativa de golpe de Estado¹⁸⁶.

A reacção da comunidade branca ao episódio das bandeiras leva a que o Movimento Moçambique Livre ocupe as instalações do Rádio Clube de Moçambique, do aeroporto e dos CTT. Há ainda a explosão de um paiol, o assalto às instalações do *Jornal Notícias* e a contaminação da rebelião à cidade da Beira e a outras cidades e a libertação de elementos da antiga DGS da cadeia de Machava¹⁸⁷. Os revoltosos, aos microfones do Rádio Clube, num tom fortemente nacionalista, afirmam o seu descontentamento com o acordo de Lusaka, apelam ao levantamento contra este, reivindicam a realização de um referendo sobre o futuro de Moçambique, que o Governo inclua elementos de todas as raças e que a população de Moçambique se manifestasse contra o acordo.

Esta revolta da comunidade portuguesa “de cujo alto sentido patriótico nenhum português ousa duvidar”¹⁸⁸, nas palavras de Spínola, assume a sua identificação, apoio e solidariedade com o presidente da República e o seu plano de descolonização. Vai também enviar a Lisboa um delegado do Movimento para se encontrar com Spínola que aparenta aguardar alguma indicação do general¹⁸⁹. Enquanto em Lisboa se multiplicam as posições oficiais recriminando violentamente o sucedido, nomeadamente de Vasco Gonçalves ou Almeida Santos¹⁹⁰, entre muitos outros, Spínola não faz qualquer tipo de condenação ou crítica ao sucedido. No dia 10, Spínola envia a Lourenço Marques dois representantes seus para dialogarem com o Movimento Moçambique Livre¹⁹¹ que interpreta este sinal como uma manifestação de apoio à sua causa, mas, ao contrário do esperado, os enviados de Spínola manifestam a falta de apoio do Presidente da República à continuação da rebelião.

¹⁸⁶ *Diário de Lisboa*, 17 de Agosto de 1974, p.8

¹⁸⁷ *Diário de Notícias*, 9 de Setembro de 1974, pp. 1 e 5

¹⁸⁸ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.307

¹⁸⁹ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, pp. 453-454

¹⁹⁰ *Diário de Notícias*, 9 de Setembro de 1974, pp. 1 e 6

¹⁹¹ *Diário de Notícias*, 10 de Setembro de 1974, pp.1 e 8

Muitos, como Vasco Lourenço¹⁹², consideram que o 7 de Setembro foi uma acção mal preparada e precipitada, estando Jorge Jardim a planear uma acção semelhante para dias depois e com ramificações em Angola. Spínola estaria a par dos planos da revolta branca, tendo sido contactado pelos seus impulsionadores e por António Champalimaud que teria conseguido o apoio sul-africano para intervir militarmente em Moçambique¹⁹³. Spínola nunca se compromete, ficando na expectativa, já que nunca parece criticar ou desincentivar as acções.

Perante a ausência de um apoio activo de Spínola que, a 11 de Setembro, ratifica definitivamente o acordo de Lusaka, e de uma insurreição activa e generalizada da comunidade branca, o movimento fracassa. Antes da ratificação do acordo, Vítor Crespo toma posse como alto-comissário para Moçambique. Apesar de conseguir vetar Melo Antunes, a nomeação de Vítor Crespo cristalizava mais um sintoma do fracasso do plano de Spínola para Moçambique. A revolta de 7 de Setembro, pela sua inocuidade, precipitação e falta de apoios sólidos, ainda que encarada com alguma esperança céptica por Spínola, enquanto eventual alavanca para conter a independência imediata e a transferência de poderes para a FRELIMO, acabou por ser o estertor final de uma solução que não a do MFA e próxima da spinolista para Moçambique, como eram as independências brancas.

Segundo Costa Pinto, o movimento de 7 de Setembro contou com o apoio de elementos da população branca associados à FICO, africanos anti-FRELIMO como Cumane, Simeão e Simango, tendo os últimos declarado que a revolta teve o apoio de Spínola. Paralelamente, algumas unidades militares de Lourenço Marques não terão actuado por aparente ausência de ordem de Spínola¹⁹⁴. A ausência de uma condenação por Spínola da acção dos revoltosos brancos e o facto de os principais cabecilhas do levantamento terem sido vistos no Hotel do Buçaco onde estava Spínola, leva a que se ponha a hipótese de Spínola ter sido conivente ou apoiar a acção do 7 de Setembro¹⁹⁵.

¹⁹² Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009 na Associação 25 de Abril

¹⁹³ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, p.455

¹⁹⁴ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, p.74

¹⁹⁵ António de Almeida Santos, "A Revolução e a questão colonial. Que Descolonização?", p.114

Os factos sucedidos em Angola e Moçambique ao longo, sobretudo, de Agosto e Setembro e a acção de Spínola interna e externamente, têm objectivos comuns no referente à solução para a descolonização ou aos moldes em que esta se deve concretizar. Apesar desta coincidência objectiva, carecemos de factos, também eles totalmente objectivos, que comprovem uma ligação directa ou uma concertação entre ambos, não obstante os protagonistas da tentativa de golpe de 7 de Setembro em Moçambique dizerem-se fiéis a Spínola, de este não se colocar contra o movimento, de Vasco Lourenço estabelecer uma relação entre este episódio e o 28 de Setembro, englobando ambos na estratégia de Spínola de impor o seu projecto político interno e africano, ou Medeiros Ferreira dizer que o 28 de Setembro está subordinado à questão africana, em particular angolana¹⁹⁶.

Parece, de facto, haver alguma concertação entre as referidas acções de Spínola e os factos sucedidos em Angola e Moçambique. No limite, os últimos são devedores dos primeiros e à acção interna de Spínola em Agosto e Setembro corresponde um quadro de acontecimentos em Angola e Moçambique que visam complementar a sua estratégia, sendo que há episódios, estratégias, discursos e acções directamente coordenados com Spínola e outros autónomos, apontando, porém, na mesma direcção.

Socorrendo-nos de testemunhos, há uma coincidência de depoimentos que apontam para a existência de uma acção coordenada tendo como vértices golpes em Angola e Moçambique e o 28 de Setembro em Lisboa. Rosa Coutinho, acredita que o 7 de Setembro foi uma precipitação que hipotecou o plano de Jorge Jardim fazer o levantamento a 16 de Setembro em Moçambique e a 21 em Angola. Afirma que após o 7 de Setembro multiplicaram-se os apelos a uma acção semelhante em Angola, tendo Rosa Coutinho impedido que se ouvisse em Angola a emissão do Rádio Clube de Moçambique apelando a um levantamento no território, onde, paralelamente, haveria forças militares ligadas a Jardim preparadas para actuar num movimento militar branco. Diz mesmo que “o 7 de Setembro foi uma espécie de 16 de Março, em relação ao 25 de Abril...”. Engloba nesta estratégia global, a chamada a Lisboa das forças vivas de Angola a 27 de

¹⁹⁶ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.42

Setembro por Spínola e o encontro deste com Mobutu a 15, consumando-se o plano estruturado por Jardim com cumplicidade de Spínola na intenção de “tomar o poder em Angola, com as tropas, e apresentar, a Lisboa, um ultimato. Nessa altura, os militares passariam a obedecer apenas ao Presidente da República e a Comissão Coordenadora teria de ser afastada. Essa era a intenção do General Spínola, desde o primeiro dia...”¹⁹⁷.

José Pais, militar presente no início da conspiração que dá origem ao MFA mas que, entretanto, se afasta ou é afastado do movimento ainda antes do 25 de Abril, considera possível a existência de golpes preparados em Moçambique para 16 de Setembro e para Angola entre 21 e 24 do mesmo mês, e que o levantamento de 7 de Setembro poderá ter sido uma precipitação que prejudicou o sucesso deste plano em três frentes¹⁹⁸. Já Rodrigues Varela tem uma opinião semelhante à de Rosa Coutinho sobre o 7 de Setembro: “estava relacionado com o General Spínola e com o que ocorria em Lisboa e em Angola e que não foi por diante. Só que aquele movimento insurreccional rebentou antes da data prevista. Terá sido um género de 16 de Março, em relação ao 25 de Abril...”, sendo o objectivo, na sua opinião, uma independência branca.

Finalmente, o Capitão Miliciano Gonçalo Fevereiro diz o objectivo ter sido “forçar uma independência unilateral” e criar um governo que incluísse dissidentes da FRELIMO, o padre Gwengere (elemento anti-FRELIMO muito activo) ou Joana Simeão, entre outros. Acrescenta a existência de promessas sul-africanas de fornecimento de armas e considera que o 7 de Setembro fez abortar um movimento melhor organizado e com mais capacidades de sucesso¹⁹⁹.

A maior parte destes testemunhos baseiam-se na leitura que estes protagonistas fizeram dos acontecimentos, na forma como os interpretam *a posteriori*, nas relações que estabelecem entre o sucedido no triângulo Portugal-Angola-

¹⁹⁷ Entrevista a Rosa Coutinho, in Manuel Amaro Bernardo, *Memórias da Revolução. 1974-1975*, pp.110-112

¹⁹⁸ Entrevista a José Pais, in Manuel Amaro Bernardo, *Memórias da Revolução. 1974-1975*, p.36

¹⁹⁹ Entrevista a Gonçalo Fevereiro, in Manuel Amaro Bernardo, *Memórias da Revolução. 1974-1975*, p.168

Moçambique, na medida em que alguns deles dizem não ter provas concretas do que afirmam.

Se nos anos finais do marcelismo a grande questão é o nó górdio colonial, depois do 25 de Abril passa a ser a sua resolução o elemento central da vida política portuguesa até Setembro. Como defendem vários autores (Costa Pinto²⁰⁰, Medeiros Ferreira²⁰¹) e intervenientes no processo (Vasco Lourenço²⁰², Rosa Coutinho²⁰³) são os avanços de Spínola no sentido de impor o seu projecto federalista a determinar que o MFA, através da sua Comissão Coordenadora, se assumia, em definitivo, como agente político determinante.

Um pouco à imagem do que afirma Raquel Varela²⁰⁴, um golpe militar protagonizado por um movimento que tem como elemento fundamental da sua essência, definição enquanto agente político-militar, reflexão, estruturação e acção acabar com a guerra, proceder quanto antes à descolonização e reconhecer a independência dos territórios portugueses em África, cria abruptamente condições para o início de um processo revolucionário, em grande parte, determinado e traduzido na explosão do movimento social. Esta estrondosa libertação do movimento popular tem o condão de favorecer uma das facções em contenda em detrimento da outra, contribuindo, desta forma, para a aceleração e imposição de uma via de descolonização nos moldes do pretendido pelo MFA.

Todo este processo político parece-nos incapaz de ser lido tendo em conta apenas partidos, militares e instituições, ou não fosse profundamente marcado pela dinâmica social revolucionária que se gera às primeiras horas do golpe militar.

A derradeira tentativa de Spínola se impor na conjuntura aqui privilegiada, o 28 de Setembro, corresponde já a um momento de colapso eminente do seu projecto político interno e ao sinal definitivo da afirmação do seu oposto. É muito significativo de que lado se colocam os movimentos sociais, não apenas,

²⁰⁰ António Costa Pinto, "Authoritarian Legacies, Transitional Justice and State Crisis in Portugal's Democratization".

²⁰¹ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.46

²⁰² Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009 na Associação 25 de Abril

²⁰³ Entrevista de Rosa Coutinho à *Vida Mundial*, Abril, 1999

²⁰⁴ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.76

ao longo dos cinco meses anteriores e nos dias da crise aberta pela manifestação da “maioria silenciosa”, mas também, como veremos mais adiante, durante o próprio dia 28 de Setembro na contenção da manifestação. Esta fora pensada por Spínola como uma acção susceptível de reforçar internamente a sua posição de modo a poder encaminhar a descolonização no sentido que pretendia, captando o apoio de uma “maioria silenciosa” capaz de lhe conferir um bloco social de apoio de que carecia e que servisse de contraponto a um movimento social de esquerda.

Todavia, na prossecução dos seus objectivos, Spínola depara-se com uma agitação social que lhe é adversa e que não consegue conter, com um MFA que não logra aniquilar e uma hierarquia militar que se vê incapaz de repor. Sem garantir estas condições prévias, o Presidente da República falha na viabilização de um projecto de algo entre uma democracia musculada de liberdades e direitos limitados e um presidencialismo militar, e, por consequência, de uma via federalista ou, pelo menos, faseada e limitadora do processo de descolonização.

CAPITULO VI: A QUESTÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Partindo de dois vectores já abundantemente aludidos - a inexorável explosão dos movimentos sociais e uma situação de fragilidade, divisão e inoperacionalidade do novo poder, ou seja de crise de Estado - este capítulo terá como grandes eixos o projecto e acção política do Presidente da República, António de Spínola, e a problematização dos momentos políticos decisivos no equilíbrio de forças. Feita a narrativa de ambas as linhas de força, o ponto de chegada será então plasmar as razões da incapacidade de Spínola se impor na nova arquitectura de poderes, tendo em conta não apenas as vicissitudes internas do processo político, mas também e sobretudo, as implicações que têm nesta esfera as acções dos movimentos sociais.

Após os capítulos que evidenciaram os traços fundamentais do período aberto pelo golpe militar de 25 de Abril e encerrado pelo episódio de 28 de Setembro, o presente capítulo culmina, de algum modo, este percurso, fazendo uma leitura cronológica dos marcos políticos ou momentos de maior choque entre Spínola e a Coordenação do MFA.

Como se tem vindo a frisar, aquilo que se tem como o elemento ou fenómeno definidor do arranque de processo revolucionário de democratização é a mobilização popular generalizada. Ainda que se considere este movimento popular como um elemento favorável ao MFA, legitimando-o entre os demais intervenientes e contribuindo para o seu reforço no bloco de poder político-militar, importa deixar claro alguns aspectos. Em primeiro lugar, esta mobilização popular é muito mais do que um mero apoio do MFA na sua afirmação política. Ainda que esteja do seu lado no braço de ferro com Spínola e que se apoie no MFA em alguns momentos, ultrapassa-o largamente e entra, muitas vezes, em choque com o movimento militar. Não se pode, portanto, falar numa aliança clara, mas em momentos de aproximação que coexistem com mo-

mentos de afastamento. A profusão de acções populares marcadamente políticas, radicais e apontando, em maior ou menor grau, para um processo global de transformação da sociedade, de modelo político, social e económico, é, então, o grande pano de fundo das transformações políticas e o elemento indiciador de maior aceleração do processo revolucionário.

Se esta entrada das massas na política se desenha logo no dia 25 de Abril, o 1º de Maio será o momento simbólico e definitivo de que o povo estava na rua. Que a democratização do país se faria contando com massas mobilizadas e profundamente politizadas e activas nas ruas, desencadeando as mais variadas tipologias de acções. Fundamentalmente, que a esfera política, institucional e estatal se via condicionada e acossada por uma tremenda pressão dos movimentos sociais, das massas que subitamente entravam na política. Este despertar cívico, político e reivindicativo, ao ter como uma das suas expressões manifestações, muitas vezes espontâneas, de apoio ao MFA, tem, ainda, o condão de, antes e depois de definidos os órgãos de poder, fazer com que o MFA emerja como rosto principal do novo poder, como o agente detentor da maior dose de legitimidade e como eventual interlocutor da população, nesse enlace que trará proveitos para ambos. Este enlace primordial é já não apenas um sintoma, mas também uma causa da crise de autoridade, operacionalidade e de alguma legitimidade de que o poder político ou os órgãos de poder padecerão.

Como vimos em capítulos anteriores, o historiador espanhol Rafael Durán Muñoz defende a existência de uma “crise de Estado” que, pela incapacidade deste em recorrer aos instrumentos necessários à repressão ou contenção das mobilizações sociais, determina a radicalização, continuação e multiplicação das acções populares¹. Este quadro será tido em conta na explicação do falhanço do projecto spinolista assente num eixo de continuidade e de transição suave, sem convulsão social, numa linha de presidencialismo militar e de democracia musculada. Os movimentos sociais contribuíam para que o encerramento do primeiro ciclo do processo revolucionário se salde na imposição das vias defendidas pelo bloco oposto, ou seja, a ruptura total e clara com o legado ditatorial, a restituição máxima das liberdades e direitos, a abertura de um pro-

¹ Rafael Durán Muñoz, *Contención e Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, pp.61-68

cesso de democratização ou transição de cariz revolucionário, a independência total e imediata das colónias e fim rápido e urgente do conflito colonial. Esta perspectiva acentua então o que se tem vindo a realçar: como as acções do movimento popular impelem o bloco de poder político-militar a legislar num determinado sentido, a proibir ou permitir uma miríade de situações ao sabor da agenda reivindicativa popular.

Ainda que se opte por definir como os dois campos em confronto o bloco de Spínola e o bloco estruturado em torno da Comissão Coordenadora do MFA, há lugar a algumas *nuances* e observações. De facto, existe um terceiro campo autónomo, uma corrente revolucionária radical multiforme, representado pela esquerda radical que não só rejeita inequivocamente o spinolismo, como critica duramente e ultrapassa os governos provisórios e o próprio MFA. Embora esteja longe de se diluir no campo do MFA, esta corrente revolucionária e radical, em última análise, tende a aproximar-se dos objectivos que aquele preconiza: a rápida descolonização, o fim da guerra e a aniquilação do projecto de Spínola, contribuindo decisivamente para a confirmação de todos eles. Com o decorrer do processo revolucionário, este campo evoluirá e definir-se-á, percorrendo também o interior do próprio MFA. No entanto, esboçando um quadro geral dos primeiros cinco meses após o 25 de Abril a grande linha de separação das águas parece fazer-se, sobretudo, entre Spínola e a Coordenadora do MFA.

Importa, ainda, lembrar que poder existe em Portugal neste quadro de explosão social, mobilizações populares ou politização das massas e de progressiva subalternização da facção política civil relativamente à esfera militar. De que fragilidades e constrangimentos padece este bloco de poder político-militar que assume o poder estatal e institucional. Antes de tudo é um poder que em si consubstancia alguma da chamada “subalternidade civil e hegemonia militar”². Porém, a agudização do processo revolucionário tende a cristalizar e organizar campos político-ideológicos conflituantes e a dividir o MFA em várias facções, em que se faz sentir o peso dos partidos, mesmo que a autonomia militar nunca desapareça completamente. É certo tratar-se de um fenómeno que se evidencia, sobretudo, em fases posteriores do processo revolucionário.

² Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, pp.185-192

rio, mas não se considera os partidos meros apêndices e condenados a uma posição de completa subalternização relativamente ao MFA.

A afirmação do MFA enquanto centro decisivo do poder é em si mesma já um sintoma de divisão no bloco de poder político militar, dando forma institucional e ao nível do poder do Estado à dupla hierarquia resultante da quebra da cadeia de comando das Forças Armadas. Paralelamente, no seio dos vários órgãos de poder, faz-se sentir a existência de várias sensibilidades políticas, frequentemente em tensão. É uma divisão traduzida, ainda e sobretudo, na existência de vários órgãos de poder com atribuições frequentemente sobrepostas e contraditórias.

Temos uma Junta de Salvação Nacional constituída logo no dia do golpe militar, um Presidente da República que é também o líder da Junta. Posteriormente, são constituídos o Governo Provisório e o Conselho de Estado. Uma particularidade da nova ordem de poderes é o facto das Forças Armadas não estarem sob a tutela do Ministério da Defesa ou do Governo, agindo como uma espécie de “electão livre” que labora nos interstícios desta arquitectura político-institucional com uma agenda própria que é partilhada em alguns pontos por partidos de esquerda e movimentos sociais, que penetra cada um dos seus órgãos de formas diferentes e que, em última análise, acaba por ser a instância decisiva e mais respeitada.

A partir destes dois eixos (explosão dos movimentos sociais e crise de Estado) procurar-se-á definir o projecto político de Spínola, algo entre uma “democracia musculada”, um “marcelismo sem Marcelo”³, um presidencialismo militar, uma “solução bonapartista-presidencial”⁴ ou, nas palavras de Kenneth Maxwell, citado por Raquel Varela, “um projecto neocolonial de tipo federalista para as colónias portuguesas”⁵. Todas estas descrições apontam em traços gerais numa mesma direcção: Spínola preparava-se para encetar uma transição controlada, concebida, inicialmente, com a presença de um governo militar, com alguns traços de continuidade com o marcelismo tanto no tocante à política interna, como relativamente ao problema colonial, assente na limitação de direitos e liberdades, numa democratização limitada, num poder forte,

³ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.145

⁴ Valério Arcary, “A Revolução Solitária”, in *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. por Raquel Varela, p.15

⁵ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.73

materializado na constante tentativa de reforçar os poderes presidenciais e de criar condições para a declaração de estado de sítio, garante da ordem e limitador de quaisquer “excessos” sociais. Em linhas mais simples, a negação daquilo que movimentos sociais preconizavam e em rota de colisão com o que a Coordenadora do MFA, não obstante todas as indefinições, tinha como projecto político.

1. A TENTATIVA DE ULTRAPASSAGEM INICIAL: OS PRIMEIROS DIAS

As primeiras horas e os primeiros dias subsequentes ao golpe militar ficam marcados pela profusão de acções e reacções populares de júbilo, de adesão ao golpe, ao MFA e à nova ordem. Outro traço fundamental deste período quase embrionário da democratização portuguesa reside nas movimentações no seio do bloco de poder político-militar relacionadas com a tentativa de assegurar posições e controlo da nova estrutura de poderes. Assiste-se, em particular, a um recuo inicial e a uma momentânea incapacidade do MFA em reagir às investidas de Spínola que, tal como fizera antes do 25 de Abril, procura senão liquidar o Movimento, pelo menos controlá-lo. No horizonte estava, como antes, a frente africana e, como tal, urgia reconstituir a estrutura e hierarquia militar, de modo a controlar o poder. De forma coerente com o seu pensamento político, concepção da sociedade, acção e discurso durante e depois do 25 de Abril, Spínola tem como objectivo a formação de um governo militar.

No fim da tarde de dia 25, já com milhares de pessoas nas ruas, Spínola, após ter recebido autorização do MFA nesse sentido, dirige-se ao Quartel do Carmo para receber o poder de Marcelo Caetano. Ao receber directamente o poder do Presidente do Conselho deposto, para que o “poder não caísse na rua” como Caetano dizia temer que acontecesse caso a passagem de testemunho fosse feita a capitães e não a um general, Spínola emerge como o rosto da nova ordem e, em certa medida e por breves momentos, do próprio Movimento do qual não fazia, de facto, parte. Spínola procura tomar conta da situação, assumindo-se como o natural detentor do poder e sugerindo aos oficiais do MFA que o seu dever estava cumprido, que agora era com ele, que a partir daquele momento ele próprio assumiria as responsabilidades políticas. Spínola faz chegar oficiais da sua confiança que se apressam a fazer nomeações para

posições estratégicas. Os homens do MFA sentem-se ultrapassados⁶ perante o que consideram ser um autêntico assalto ao poder.

O Programa do MFA previa o “exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil”⁷ e a sua formação foi tão rápida como motivo imediato de tensão entre Spínola e o MFA. Desde logo porque ficara definido que seria Costa Gomes a presidi-la. Depois porque a sua composição desagradava ao MFA que considerava, ainda, excessivo o peso da hierarquia. A JSN ficava ainda incumbida, após a constituição do Governo Provisório, da “salvaguarda dos objectivos” expostos no Programa do MFA. Todavia, a criação da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, evolução ou recuperação da Comissão Coordenadora do Movimento, era a forma dos capitães assegurarem esse objectivo, desenhando-se num ponto fulcral da nova arquitectura de poderes uma sobreposição e choque entre dois órgãos: um de consagração institucional e outro revolucionário ou de consagração revolucionária, onde residia a sua legitimidade. A disputa em torno do “verdadeiro espírito” do Programa do MFA, potenciada pela própria ambiguidade do texto, será uma das constantes nos primeiros cinco meses do processo revolucionário, servindo, frequentemente, de motivo para as acções de Spínola visando tanto o reforço dos seus poderes, que de resto não estava minimamente previsto no Programa do MFA, como a fragilização ou até extinção da Comissão Coordenadora.

A reactivação da Comissão Coordenadora materializa a reacção do MFA às investidas de Spínola e a entrada em cena de um órgão de poder paralelo. A extinção da Coordenadora torna-se um passo fundamental na estratégia de Spínola. É neste quadro que surge a circular de Costa Gomes decretando a integração de todos os oficiais, sargentos e praças no MFA o que equivalia à diluição deste na estrutura formal das Forças Armadas. Por outras palavras, a diluição da hierarquia revolucionária na hierarquia tradicional, corporizando as diligências de Spínola em repor a hierarquia tradicional, liquidar a Coordenadora do MFA, conter a movimentação social e impor um poder forte.

⁶ Otelio Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, vol. II, p.193

⁷ Programa do Movimento das Forças Armadas, in Orlando Neves (Org.), *Textos Históricos da Revolução* p.45

A constituição do Conselho de Estado conta-se como mais uma tentativa de Spínola neutralizar ou liquidar a CC do MFA ao integrá-la no Conselho de Estado. Todavia, como diz Maria Inácia Rezola, “ se o objectivo de Spínola era reduzir a sua capacidade de acção, a criação do Conselho de Estado acaba por ter o efeito contrário, legitimando institucionalmente a Coordenadora”⁸.

Duas situações concorrem para a evolução da posição inicial do MFA, expectante, passiva e algo relutante em assumir as rédeas do poder, para uma postura activa, de luta e controlo do poder. Em primeiro lugar a mobilização popular e a multiplicação de acções que obrigam o MFA a aparecer, a gerir situações e conflitos que, à partida, estariam sob a responsabilidade da JSN ou do Governo, legitimando-o, responsabilizando-o, politizando-o, identificando-o com os movimentos sociais, empurrando-o para a prática política, para uma actuação não só de mediador de conflitos e reivindicações, mas quase de gestão governativa. Simultaneamente, as próprias características e o funcionamento do poder, nomeadamente a existência de vários órgãos de poder, a existência de divisões e facções antagónicas no seio de cada um deles e um quadro global de inoperacionalidade do Estado, contribuem também para este protagonismo crescente do MFA.

A segunda situação a contribuir para a emergência do MFA enquanto agente político é a arrancada inicial de Spínola no sentido de controlar o poder e neutralizar o MFA.

2. “MARCELISMO SEM MARCELO”⁹

Em determinados momentos do marcelismo parece haver um vislumbre de evolução interna do regime, gradual, controlada e que excluísse a via revolucionária, ainda que, eventualmente, mediante um golpe palaciano ou militar. Eram várias as hipóteses que circulavam. Spínola é apontado tanto à chefia do Governo, como do Estado. Neste último caso, Marcelo Caetano manter-se-ia como Presidente do Conselho. Outra hipótese era ser Veiga Simão a substituir Caetano, assumindo Spínola a Presi-

⁸ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, pp.84-85

⁹ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.145

dência da República¹⁰. Outra hipótese era, ainda, a chefia do Estado passar para Caetano, enquanto Veiga Simão ou Spínola ficariam encarregues da Presidência do Conselho.

Este projecto é equacionado por um vago e heterogéneo bloco que vai desde o marcelismo mais reformista, a facções dentro das Forças Armadas, próximas de Spínola e até de Costa Gomes, passando pela “ala liberal”, por homens como Freitas do Amaral, contando até, eventualmente, com alguma colaboração ou “expectativa benévola” da ASP/PS. No entanto, a ambiguidade e as hesitações de Caetano obstaculizam qualquer evolução. A rápida organização do movimento conspirativo dos capitães acelerava completamente a situação, inviabilizando qualquer transição moderada. O movimento social explosivo a que o golpe abre a porta encaminha a situação para um processo revolucionário, politicamente situado e dominado pela esquerda em detrimento de todo este sector “moderado”, “centrista”, “liberal”, “europeísta” que, apesar de tudo, tentará ainda inverter a situação mas já de forma inorgânica e desarticulada, na medida em que se fragmenta a seguir ao 25 de Abril. De algum modo, o I Governo provisório e o respectivo programa, num quadro de teórico presidencialismo spinolista, pode ser visto como a derradeira hipótese de reagrupar e dinamizar algo próximo ou semelhante a este projecto político que perspectivava uma evolução a partir do marcelismo.

As possíveis linhas de continuidade relativamente ao marcelismo insinuam-se de várias formas. O próprio Spínola é o primeiro a fazê-lo, mostrando como o seu projecto, forjado no marcelismo, sobrevivera ao golpe militar. Simplisticamente, podemos dizer que um dos seus objectivos, o de chegar à Presidência da República, se concretiza com o 25 de Abril. O projecto político de Spínola após o golpe militar tem muito em comum com o que ensaiara nos últimos anos do governo de Marcelo Caetano: chegar a uma posição de poder, desenvolver um programa federalista para a África portuguesa, cujas bases tentara lançar na Guiné, e, no estertor final da ditadura, controlar e subordinar a si o Movimento das Forças Armadas. O derrube da ditadura, o arranque de um processo revolucionário através da participação das massas na acção política ou o consenso em torno de uma descolonização desligada de vias federalistas ou neocolóni-

¹⁰ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.260

zantes, não fazem com que Spínola altere significativamente a sua visão política, o seu projecto de poder interno e a aposta numa via federalista. Mantém-se fiel aos seus princípios, valores e até preconceitos, à sua visão do mundo, da política e da História. Tudo isto consubstanciava um pensamento, acção e discurso que, quase instantaneamente, se provaria desfasado do que era o comportamento e pensamento político da maioria da população ou, pelo menos, dos sectores politizados, mobilizados e activos capazes de condicionar o processo político. Um discurso com demasiadas ressonâncias com o regime acabado de derrubar não se tornava apetecível à maioria da população de um país em revolução. Falar em limitação de liberdades e direitos, em poder forte, em respeito pela autoridade, em contenção de reivindicações e aspirações, ou num “futuro português” para África, na manutenção de laços com as colónias, numa “comunidade Lusíada” ou em novos “Brasis”, revelava-se profundamente inconciliável com um país e uma sociedade que, não obstante todos os bloqueios inerentes à ditadura, vinha conhecendo um processo de politização, de crescente tensão política e social, de contestação ao Estado Novo e à guerra colonial.

Na apresentação da JSN ao país, no início da madrugada de 26, Spínola garante a prossecução da “sobrevivência da Nação Soberana no seu todo pluricontinental”¹¹, aproveitando a ambiguidade que a este respeito impusera ao programa do MFA e ultrapassando claramente o projecto do Movimento de uma descolonização imediata. Veiga Simão considera haver importantes continuidades entre o federalismo de Spínola e alguns traços da “autonomia progressiva” de Marcelo Caetano que em 1962 defendera teses consideradas federalistas, tendo com o tempo evoluído para posições mais rígidas relativamente à descolonização¹².

Outro sinal da referida linha de continuidade foi o programa do I Governo. Desde logo porque Spínola recorre à colaboração de Veiga Simão¹³, que convidara para primeiro-ministro mas que, segundo o próprio, recusara¹⁴. Para Luís Nuno Rodrigues, foi a pressão da esquerda a inviabilizar a hipótese¹⁵. Para além da elaboração do programa de Governo, Veiga Simão ficava ainda encarregue de aconselhar sobre a com-

¹¹ *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1974, pp.1, 2 e 7

¹² Entrevista feita pelo autor a José Veiga Simão, 9 de Junho e 15 de Julho de 2010

¹³ António de Spínola, *País em Rumo*, p.136

¹⁴ Entrevista feita pelo autor a José Veiga Simão, 9 de Junho e 15 de Julho de 2010

¹⁵ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.416

posição do executivo, colaborando nesse sentido com Firmino Miguel¹⁶. A preocupação de Spínola era evitar que sucedesse com o programa do Governo algo semelhante ao sucedido com o Programa do MFA, ou seja, que se visse obrigado a trabalhar ou alterar um programa feito por outrem. Veiga Simão recorreu, por sua vez, a outras figuras como Amaro da Costa, Alberto Ralha, Vítor Crespo, Miller Guerra, Manuel Rocha, António Alçada Batista, Ruben Leitão ou Firmino Miguel, e afirma ter tido a preocupação em conciliar o Programa do Governo com o do MFA, à qual juntava outro objectivo fundamental: a continuidade relativamente a muitas políticas do marcelismo, sobretudo no campo da educação. Nas palavras de Veiga Simão “a continuidade máxima”¹⁷. No entanto, acaba por ser um programa de Governo que consubstancia pouco mais que a aplicação dos princípios do Programa do MFA e algumas linhas de actuação relevantes (como a nacionalização dos bancos emissores, a criação de um salário mínimo, a construção de um Serviço Nacional de Saúde). Na prática teria uma função eminentemente técnica e de gestão corrente.

O programa do I Governo Provisório é um assunto envolto em grande polémica e contradições. Desde logo pela querela entre Veiga Simão e Freitas do Amaral, reclamando ambos a autoria do programa. Tudo indica que o principal responsável foi o antigo ministro de Caetano que, tendo consultado várias figuras, pediu a ajuda de Amaro da Costa que, por sua vez, terá recorrido ao contributo do líder do futuro CDS. Mário Soares eleva ainda mais a polémica, ao dizer que nem ele nem os demais ministros socialistas alguma vez tomaram conhecimento do programa de Governo, afirmando que duvida realmente que este tenha existido¹⁸. Freitas do Amaral aponta no mesmo sentido, considerando que os partidos da coligação não terão tido conhecimento do programa e que este não foi aprovado pelo próprio Governo mas por decreto-lei da Junta de Salvação Nacional¹⁹.

¹⁶ Entrevista feita pelo autor a José Veiga Simão, 9 de Junho e 15 de Julho de 2010

¹⁷ Entrevista feita pelo autor a José Veiga Simão, 9 de Junho e 15 de Julho de 2010

¹⁸ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução*, p.333

¹⁹ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, p.167

3. O I GOVERNO PROVISÓRIO: “O PRIMEIRO GOVERNO NÃO FEZ NADA, TODA A GENTE O SABE.”²⁰

A existência curta do I Governo, “conjunto de compromissos incrível”, um Governo de “frágeis equilíbrios e fortes contradições”²¹, será marcada por uma preliminar disputa em torno do modo como se desenvolveria a democratização do país. Fazia-se sentir algum peso dos sectores moderados com a presença de Sá Carneiro e Magalhães Mota do PPD, a presença do MFA e a forte influência de Spínola sobre o primeiro-ministro Palma Carlos, velho liberal republicano e maçónico de sinal moderado. Também na nomeação do Primeiro-ministro se detectam sinais da inicial ultrapassagem de Spínola ao MFA que pretendia outros nomes para liderar o executivo: Pereira de Moura, Miller Guerra ou Raul Rego²². É um Governo que se vê fragilizado pela quantidade de compromissos, tendências, divisões e facções internas e que pouco mais faz que reagir aos estímulos, resolver problemas imediatos, garantir o mínimo de funcionamento da máquina estatal, profundamente acossado por um clima social de intensa mobilização e até indisciplina. Não existe linha de rumo definida numa governação ao sabor das necessidades que procurava dar respostas imediatas a problemas imediatos.

A influência de Spínola sobre o Governo fazia-se quase exclusivamente através e sobre o primeiro-ministro. Como escreveu Álvaro Cunhal, Spínola “dava ordens ao primeiro-ministro como se este fosse um seu soldado. Tinha uma linha telefónica directa para o primeiro-ministro e, em pleno Conselho de Ministros, chegavam ordens do Presidente da JSN”²³. Já a influência e penetração do MFA era superior e directa, através das ligações do Movimento com PCP, PS e PPD²⁴.

O I Governo é, na sua génese, um executivo limitado. O Programa do MFA deixara claro que não poderia empreender reformas de fundo e estreitava o seu campo de actuação ao determinar a sua natureza provisória e ao definir as suas linhas funda-

²⁰ Carlos Galvão de Melo, *MFA. Movimento Revolucionário*, p.15

²¹ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio de 2009

²² Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.76

²³ Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*, p.133

²⁴ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio de 2009

mentais de actuação. Muito relevante era o facto do Programa do MFA determinar a independência das Forças Armadas face ao Governo civil, respondendo directamente ao Presidente da República.

Num quadro de grande agitação social e de intensa vaga grevista, inicialmente, Spínola pretendia um governo militar de curta duração, em que fosse mitigada a força da ala esquerda do MFA, que assumisse a condução do país até às eleições e referendasse a política ultramarina. No entanto, esta hipótese não estava prevista no Programa do MFA. Falhada esta solução, Spínola tenta um governo técnico e suprapartidário, sem os representantes e líderes de partidos políticos²⁵. Porém, a dinâmica política gerada, nomeadamente os regressos triunfais de Soares e Cunhal, as afirmações destes no sentido de que os partidos tinham de estar representados no governo, o 1º de Maio e o movimento social determinam que o governo integre representantes e os líderes dos principais partidos então surgidos.

A função primordial do I Governo será iniciar o processo de descolonização, garantir o funcionamento imediato das instituições, assegurar a ordem, evitar a completa desarticulação da economia e solucionar as situações levantadas pelos movimentos sociais. O Primeiro-ministro Palma Carlos dizia andar o Governo a “apagar incêndios por toda a parte”²⁶ e acrescentava “O meu Governo durou cinquenta e cinco dias (...) e, digamos, ao fim de um mês, as coisas já corriam mal, sem linha de rumo”²⁷.

A descrição do ministro da Coordenação Económica, Vieira de Almeida, é esclarecedora. Afirma claramente que sabia que o primeiro Governo era para liquidar e que a questão central não era o que iria ser Portugal, porque o I Governo Provisório não tinha atribuições para isso, mas antes resolver os problemas imediatos e urgentes:

“que medidas se tomava naquela altura para impedir que tudo se esboroasse (...) eu acho que aquilo que se tentou no I Governo unicamente, no quadro em que ele foi feito, era tentar (falhou completamente nessa missão) pôr alguma ordem inicial no princípio da construção de qualquer coisa (...) se me perguntar o que foi a acção do Governo eu sou incapaz de dizer uma linha geral. [Havia] instruções que eram dadas e que eram pura e simplesmente desobedecidas. É indescritível. Eu não sou capaz de dizer qual foi a linha de força do Governo, posso dizer que a cada segundo apareciam os problemas mais diferentes e era preciso resolvê-los naquela altura.

²⁵ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, pp.289-290

²⁶ Henrique Barrilaro Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo de Palma Carlos*, pp.60 e 61

²⁷ Helena Sanches Osório, *Um rosto, uma só fé. Conversas com Adelino Palma Carlos*, Amadora, Referendo, 1988. p.93

E resolver naquela altura podia significar telefonar para o MFA (...) Era uma situação que só vivida. Eu hoje não sou capaz de reproduzir a atmosfera. Só dizer que era inacreditável.”²⁸

O retrato de Vieira de Almeida reflecte, ainda, outros traços estruturantes como o peso informal do MFA, a urgência de dar resposta a problemas diários e constantes colocados pelas acções dos movimentos sociais e a inoperância e divisões entre e dentro dos vários órgãos que compunham o bloco de poder político-militar. A experiência de Cunhal como ministro sem pasta ia no mesmo sentido: “o poder político que se estabeleceu foi desde a primeira hora muito complexo, dividido, fraccionado, com a tendência para a multiplicidade dos órgãos de decisão. A sua composição foi sempre instável. A sua política irregular e contraditória.”²⁹. Thomas Bruneau procura explicar as referidas fragilidades dos primeiros governos provisórios com o facto de não haver ainda um sistema que substituísse o deposto, na medida em que os partidos tinham acabado de ser criados ou vinham da clandestinidade e, como tal, eram inevitavelmente ainda frágeis. Paralelamente, o MFA não possuía a estrutura necessária para assumir a construção do novo regime e não se sente capaz de assumir sozinho o poder, abrindo o espaço para a afirmação de Spínola³⁰.

Todavia, subjazendo a tudo isto, encontra-se a acção política da população portuguesa, a explosão de um movimento social capaz de marcar a agenda política, determinar equilíbrios de força no seio do bloco de poder político-militar, impor decisões aos governos e, finalmente, determinar a prevalência da facção estruturada em torno da Coordenadora do MFA em detrimento da facção spinolista.

É, portanto, num quadro de um governo em larga medida inoperante, sem autoridade e sem capacidade de impor muitas das decisões, que se chega ao primeiro grande choque entre Spínola e a Comissão Coordenadora do MFA na reunião de Manutenção Militar que antecede a crise Palma Carlos. Até lá, Spínola empenha-se na extinção da Coordenadora, afirmando a Vasco Gonçalves, enquanto oficial mais graduado do MFA, que, com a entrada em funções do Governo Provisório, não havia mais jus-

²⁸ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio de 2009

²⁹ Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, p.61

³⁰ Thomas Bruneau, *Politics and Nationhood – Post-Revolutionary Portugal*, p.43

tificação para a existência daquela, pelo que a JSN havia deliberado integrar os seus membros no Conselho de Estado³¹.

4. UM PAÍS EM “EXPLOSÃO DEMOCRÁTICA” OU UM PAÍS À BEIRA DO CAOS?

No bloco de poder político-militar vamos então assistir a uma sucessão de golpes desferidos entre os autores do golpe de 25 de Abril e o Presidente da República. Spínola tenta, como vimos, o que se pode considerar um ensaio de tomada de poder, ultrapassando o MFA ao conseguir para si a chefia da Junta e do Estado. Vai, ainda, procurar impor-se sobre o MFA na nova arquitectura de poderes com acções como a da Manutenção Militar, da crise Palma Carlos e, *maxime*, com a manifestação da “maioria silenciosa” de 28 de Setembro. Pelo meio, procurou sempre a extinção da Comissão Coordenadora. O MFA, pelo seu lado, não só reage, como avança no terreno político institucional. A sua entrada em força para o II Governo e a nomeação de Vasco Gonçalves para o liderar marcam um definitivo desequilíbrio da balança a seu favor, ajudado pela fragilidade para que Spínola se ia deixando resvalar na sequência de sucessivas derrotas que tendem a empurrar o processo para a esquerda. A criação do COPCON e a natureza que assume constituem mais um ponto a favor do MFA que, ao longo do Verão, vai limitando o espaço de Spínola. Sobre o estio, bem quente por sinal, de 1974 paira sempre o espectro de uma eventual demissão de Spínola, umas vezes verbalizada, outras vezes apenas equacionada.

Alguns dos eixos fundamentais do pensamento de Spínola são já evidentes no já referido discurso de tomada de posse como Presidente da República. Começa por criticar o que chama de “excessos lesivos do clima de tranquilidade cívica” e o “desrespeito pela ordem social”, alertando para o facto de democracia não significar anarquia. O tom é patriótico e de valorização do papel das Forças Armadas enquanto guia dos portugueses na democratização, notando-se já um apelo à ordem e à contenção dos excessos populares, tónica que será central na retórica spinolista ao longo dos meses percorridos até Setembro. “Tranquilidade cívica”, “estabilidade social”, “ordem cívica”, “evoluir politicamente sem convulsão social” são algumas das expressões utili-

³¹ António de Spínola, *País em Rumo*, p.141

zadas num discurso sob o signo da união, da serenidade, da capacidade de trabalho do povo português, da ordem e da calma³².

Poucas semanas decorridas desde o 25 de Abril, o discurso do poder era já indelevelmente marcado pelas acções dos movimentos sociais e pelo impacto que foram as celebrações populares do 1º de Maio. O Governo toma posse num quadro de ocupações, demissões, saneamentos e reestruturações de inúmeros sindicatos, uma vaga brutal de manifestações e lutas laborais, nomeadamente, nos TLP, nos CTT, na TAP, na Messa, na CUF, na Timex, na Lisnave e em sectores como os caixeiros, metalúrgicos, pescadores, motoristas, imprensa e Comunicação Social.

A Junta de Salvação Nacional vai manifestar-se contra este clima de politização e luta reivindicativa. A 3 de Maio, em comunicado, a JSN afirma:

“Não pode consentir, nem consentirá, que a sua autoridade - garante da defesa dos sãos princípios democráticos - seja afectada por procedimentos não previamente sancionados pelo Poder que assumiu e exerce. Enquanto não for constituído o Governo Provisório, compete aos Departamentos oficiais vigentes continuar a dirigir a vida da Nação e a regular as actividades públicas e privadas, sendo considerados actos de insubordinação e crimes contra o Movimento das Forças Armadas [...] todas as interferências de pessoas, grupos e instituições na condução de assuntos públicos e privados que só ao poder constituído compete”.³³

A 6 de Maio outro comunicado da JSN critica as reuniões de trabalhadores nas horas de trabalho, os ataques à hierarquia e a expulsões de elementos por razões políticas que trabalhadores por todo o país vinham pondo em prática³⁴. Aí podia ler-se:

“Tendo chegado ao conhecimento da JSN que está a ser afectado o normal funcionamento de vários serviços públicos pela realização de reuniões dentro de horários de trabalho, nas quais, sem respeito pela legalidade, têm sido expulsas pessoas que actualmente ocupam postos de chefia, o que causa evidentes prejuízos aos interesses nacionais e à ordem pública, informa esta Junta que não sanciona quaisquer faltas de respeito pelas hierarquias constituídas, às quais, se houver motivo, serão instaurados processos disciplinares para apuramento de responsabilidades”.³⁵

Torna-se rapidamente perceptível que o ambiente político, económico e social e o próprio processo político e militar se encaminham no sentido contrário ao pretendido por Spínola. A leitura que o Chefe de Estado faz era a de um país cuja situação

³² *Diário de Notícias*, 16 de Maio de 1974, p.7

³³ *Expresso*, 4 de Maio de 1974, p.1

³⁴ Maria de Lurdes Lima Santos *et alia*, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, p.103

³⁵ *Diário de Notícias*, 6 de Maio de 1974, citado por César Oliveira, *Os Anos Decisivos. Portugal 1982-1985. Um Testemunho*, p.166

“deteriorava-se de dia para dia e o poder caminhava a passos largos para a rua” em resultado das paralisações laborais, das greves, das reivindicações salariais, dos saneamentos, da movimentação estudantil, que define como uma “espiral de autêntica loucura”, da demissão das autarquias locais e sua substituição por comissões administrativas. Enfim, era a “derrocada”, a “sovietização do país”³⁶. A rápida antecipação ao MFA nas primeiras horas do golpe não fora suficiente, Spínola via-se Presidente de uma República que, por aqueles dias, pouco tinha em comum com o seu Chefe de Estado, que actuava e lutava no sentido da construção de algo diametralmente oposto ao preconizado pelo Presidente da República. Não era aquele o país que Spínola desejava, nem tampouco aquele o caminho. Spínola vai então reagir, procurar contrariar o ambiente de hegemonia da esquerda e de revolução, iniciando o trilho que culminará no 28 de Setembro.

Analisemos então parte da acção política de Spínola, recorrendo aos seus célebres e cáusticos discursos, proferidos com grande verve e dramatismo, sobretudo, em várias unidades militares e algumas capitais de distrito ao longo da Primavera e Verão de 1974. As visitas de Spínola incluíam as Regiões Militares propriamente ditas e as principais cidades da região, onde discursava nas câmaras municipais e praças nobres. Se havia o intuito claro de captar o apoio das Forças Armadas, havia também a preocupação em captar as populações, conferindo um carácter muito político a visitas que aparentavam ser essencialmente militares³⁷.

A 29 de Maio no Porto, onde é recebido apoteoticamente³⁸, profere um dos mais célebres discursos que consubstancia a epítome da litania spinolista: a teoria da terra queimada. É um discurso onde mais uma vez Spínola carrega o tom patriótico, um discurso de “um Português verdadeiramente amante da sua Pátria, um Português como vós”, alertado com a ausência de “paz nos campos, nas fábricas, nas ruas e nos espíritos” e que apela à “disciplina cívica e respeito mútuo”. Nota-se a preocupação em capitalizar o medo em gestação em vários sectores da sociedade perante a explosão das acções dos movimentos sociais, bem como a tentativa de ir ganhando apoios

³⁶ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.145 e 146

³⁷ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.264

³⁸ *Expresso*, 1 de Junho de 1974, pp.1 e 2

nestes sectores. O tom é já profundamente alarmista perante a ruína que diz próxima, perante a acção de “forças contra-revolucionárias” que:

“visam unicamente a destruição, a anarquia, o caos económico, o desemprego, na concretização prática da conhecida teoria da ‘terra queimada’, para sobre a ruína económica e moral da Nação e utilizando como argamassa a nossa carne e o nosso sangue, construir algo de alheio ao país que todos sonhamos.”.

Pouco mais de um mês depois do 25 de Abril estava dado o mote, definida a posição do país conservador, particularmente daquilo que era o spínolismo, relativamente à vaga reivindicativa, à luta por direitos, à entrada das massas na política, às acções generalizadas e, frequentemente, subversoras e ilegais dos movimentos sociais. A opção era clara: “a liberdade democrática ou o anarquismo”³⁹. A visita e o discurso são precedidos em poucos dias pela intervenção do general Galvão de Melo na RTP que divulga uma “Carta de um Português” à JSN, alegadamente datada de 22 de Maio. Denotando-se um semelhante desagrado com a situação revolucionária em curso, indigna-se com o “clima de anarquia”, a “democracia carnavalesca”, as paralisações sucessivas na indústria, reivindicações tidas por demagógicas⁴⁰. No entanto, dias depois, na véspera da reunião de 13 de Junho na Manutenção Militar, desmente, no Brasil, qualquer infiltração marxista no Governo⁴¹.

Discursando por ocasião da tomada de posse do Conselho de Estado, Spínola volta a empregar o tom nacionalista e de apelo ao respeito pela ordem, a preocupação com o “enfraquecimento da autoridade”, com a “desordem cívica”, pedindo ao Conselho de Estado que se assuma, neste quadro, com um “poder moderador”⁴². Em Tomar, a 3 de Junho, reforça os avisos acerca dos problemas económicos em gestação e continua a alertar para os perigos no caminho da democratização, reclamando para si o “verdadeiro” espírito do MFA ao cumprir o “indeclinável dever de vos acautelar contra todos aqueles que, directa ou indirectamente, estão empenhados em minar o ideário democrático que presidiu ao Movimento das Forças Armadas” e em conduzir o país

³⁹ Discurso do Presidente da República no Porto in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, p.48

⁴⁰ Alocução do General Galvão de Melo na RTP, in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, p.46

⁴¹ *Diário de Lisboa*, 12 de Junho de 1974, p.7

⁴² Discurso do Presidente da República na posse dos membros do Conselho de Estado, in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, pp.49-51

para uma nova ditadura e para o “caos”. Era, segundo Spínola, chegado o tempo dos portugueses distinguirem entre as forças empenhadas numa real democratização feita sob o signo da ordem e aquelas que mais não desejariam que a tomada de poder⁴³. A propósito do périplo de Spínola pelo país e dos seus inflamados discursos, pode-se ler as palavras ácidas do *República*: “Portuguesas, portugueses, o vosso gaulismo (sic), de luvas e pingalim, aureolado de (recentes, mas valiosos) pergaminhos antifascistas, arrancou, na semana passada, a fazer política superpartidária por essa província afora!”⁴⁴

A ordem, o trabalho e a disciplina dominam o discurso em Évora, envoltos num nacionalismo assente na concepção de um “Portugal africano”. Volta a assumir a responsabilidade de alertar “o bom povo português” e “um Portugal despolitizado”, reforçando a identificação entre si e o Movimento das Forças Armadas, para “as correntes extremistas que desejam construir sobre a terra queimada do nosso Portugal, com a argamassa da nossa carne e do nosso sangue, outro país que não é o nosso.”⁴⁵. No mesmo, dia, discursando na Academia Militar, Spínola exorta à coesão da disciplina militar⁴⁶. Em Junho, nas Caldas da Rainha, no Regimento de Infantaria 5, poucos dias antes do plenário do MFA na Manutenção Militar, Spínola mantém o tom patriótico, enaltece os soldados que combateram em África e define o 25 de Abril como “a concretização prática da fusão da Pátria com as Forças Armadas, através dos seus soldados”. Significativamente, aproximando-se embates decisivos, Spínola volta a falar na teoria “terra queimada”, acusando directamente “homens com responsabilidades na vida pública” de conduzir “Portugal à ruína e construir sobre os escombros, com a argamassa da nossa carne e do nosso sangue, outro país. Esses não são portugueses – esses são traidores do Povo”. Concretizando o pensamento exposto em anteriores intervenções, designadamente a identificação que forja entre si e o Movimento das Forças Armadas e, complementarmente, a responsabilidade da instituição militar no futu-

⁴³ Discurso do Presidente da República em Tomar, in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, pp.51 e 52

⁴⁴ Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, p.52

⁴⁵ Discurso do Presidente da República em Évora, in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, pp.53 e 53

⁴⁶ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.85

ro do país, conclui que compete às Forças Armadas alertar para os perigos, salvar a liberdade e garantir a ordem, separando “o trigo do joio; chegou a hora de saber mondar as searas de onde sai o pão da riqueza, cortando a erva daninha que está apostada em minar a terra para que o trigo não cresça.”⁴⁷.

Ainda que Spínola afirme sempre que está do lado da ordem, do respeito pela lei, da autoridade, contra os excessos e radicalismo, os seus discursos, enveredando por uma crescente combatividade e dramatismo, acabam por polarizar o campo político, por alimentar a tensão latente desde o início do processo. Vasco Lourenço responsabiliza directamente Spínola pela radicalização política e agravamento das tensões⁴⁸. As intervenções de Spínola são importante arma política contra a Coordenadora do MFA e os partidos de esquerda e extrema-esquerda, caminhando-se de discurso em discurso pelos momentos de tensão no seio do bloco de poder político-militar. O maniqueísmo é amiúde primário, dividindo as águas limpidamente entre “patriotas autênticos” e “traidores à Pátria”. O papel que reserva para as Forças Armadas, “o alfobre do patriotismo, alfobre de homens, alfobre dos melhores da nossa história”, numa hora que diz ser “mista de traição e de patriotismo” espelha o seu projecto político sustentado num presidencialismo militar, um regime político musculado onde competiria às Forças Armadas garantir a ordem, a autoridade, a disciplina e o respeito pela lei, aquilo que António Reis designa de “revolução democrático-presidencialista” assente em “tácticas golpistas” e em “laivos de nacionalismo militar”⁴⁹. Por outras palavras: conter aquilo que o processo revolucionário comportava de mais inovador, subversor, transformador e, simultaneamente, assustador e que mais contribuiu para a conquista de direitos e liberdades fundamentais, mas, na mesma medida, para a instabilidade e perturbações económicas, que era a entrada das massas na política, a luta reivindicativa, a politização extrema e generalizada, enfim, a explosão das acções dos movimentos sociais.

⁴⁷ Discurso do Presidente da República no Regimento de Infantaria 5, in Henrique Barrilero Ruas (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo Provisório de Palma Carlos*, pp.54-57

⁴⁸ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

⁴⁹ António Reis, “O Partido Socialista na Revolução, no poder e na oposição”, p.117

5. MANUTENÇÃO MILITAR

Os embates na Manutenção Militar de 8 e, sobretudo, 13 de Junho fazem-se sob o espectro de intensas lutas sociais. No início do mês a Comissão Sindical e do Trabalho do PS pedia moderação nas lutas operárias, nomeadamente, nas ocasiões em que a luta se traduz no recurso à greve⁵⁰. Fazem-se sentir os estilhaços de lutas como as do Metropolitano, Carris, J. Pimenta. Continua a greve na Timex e arranca a luta dos trabalhadores do *Diário de Notícias*⁵¹ e das trabalhadoras da Sogantal⁵². Saldanha Sanchez é preso, cerca de duzentos trabalhadores da MABOR entram em greve⁵³.

Spínola continua com os seus apelos à ordem e à moderação. Os discursos proferidos em Évora, Tomar ou Caldas da Rainha, no dia 11, preparam o caminho até ao embate decisivo de 13 de Junho. Duas importantes manifestações têm lugar no início de Junho. No dia 1 a manifestação organizada pela Intersindical contra as greves, fortemente impulsionada pelo PCP que ataca ferozmente greves como as dos CTT, Carris ou da panificação⁵⁴. Já no dia 10, entre as duas reuniões, as comemorações do dia de Portugal são aproveitadas como uma manifestação pública de apoio ao general Spínola e ao projecto federalista, alvo de fortes críticas vindas da esquerda devido às suas conotações reaccionárias. Paralelamente, em Lusaka arrancam as negociações com a FRELIMO. O plenário convocado pelo Presidente da República para a Manutenção Militar deve ser entendido num quadro em que se tomam decisões importantes na frente da descolonização e de continuação das acções dos movimentos sociais. Olhando para as duas frentes, Spínola tem de agir, ganhar o *momentum*. De facto, dia 11 de Junho, Silvino Silvério Marques e Soares de Melo tomam posse como governadores de Angola e Moçambique, respectivamente, e, no dia 13, reiniciam-se as conversações com o PAIGC em Argel⁵⁵.

Na esteira de acções como a referida circular de 24 de Maio, a integração da Coordenadora do MFA no Conselho de Estado e exortações várias à dissolução daquele

⁵⁰ *Diário de Lisboa*, 1 de Junho de 1974, p.1

⁵¹ *Diário de Lisboa*, 6 de Junho de 1974. p.13

⁵² *Diário de Lisboa*, 7 de Junho de 1974. p.17

⁵³ *Diário de Lisboa*, 7 de Junho de 1974, p.24

⁵⁴ *Avante!*, 31 de Maio de 1974, p.4, citado em Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.68

⁵⁵ *Diário de Lisboa*, 13 de Junho de 1974, pp.1e 20

órgão, Spínola empreende nova tentativa de reforçar o seu poder e dissolver a Comissão Coordenadora do MFA. Este acto tem lugar na Manutenção Militar e data de 8 de Junho, prelúdio do grande embate a ter lugar a 13 de Junho, considerado por Vasco Lourenço como o terceiro grande confronto entre Spínola e a Comissão Coordenadora, a “terceira tentativa dos spinolistas imporem o projecto de poder pessoal do seu chefe”, após a tentativa de Spínola de “rasgar” o Programa do MFA às primeiras horas do golpe e o episódio da reunião de 5 de Março de 1974, em que a facção spinolista do MFA tenta impor Spínola como líder e deixar cair o Programa do MFA⁵⁶.

Spínola convoca uma assembleia de oficiais do MFA para 8 de Junho. No decorrer desta tenta promover os oficiais do MFA a general, o que é por estes, peremptoriamente, recusado. Paralelamente, terão estado presentes vários militares que não faziam parte da estrutura conspirativa do MFA e que não haviam participado nas reuniões do Movimento. Vasco Gonçalves terá imposto a retirada destes elementos da reunião. Chega-se, então, ao ponto fundamental: a discussão acerca de quem devia mandar. Se a Coordenadora, se Spínola. O pretexto será o processo de descolonização, ficando em aberto a questão em quem recaía verdadeiramente o poder, mas ficando, inequivocamente, expressa a posição do MFA em pôr fim à guerra colonial e avançar no sentido do cessar-fogo e da descolonização⁵⁷. Segundo Maria Inácia Rezola, a discussão e as divergências em torno da descolonização de Moçambique, designadamente a posição da FRELIMO enquanto único interlocutor, terão sido utilizadas por Spínola como sintomas da incapacidade das Forças Armadas, do MFA e da Comissão Coordenadora em falar a uma só voz, de falta de unidade e coesão⁵⁸. Expostas as fragilidades e divergências no interior do MFA, Spínola via justificada a extinção da Coordenadora. Para Spínola as semanas anteriores consubstanciavam um aumento do “poder da rua”, uma campanha dirigida pela Comissão Coordenadora do MFA contra o primeiro-ministro, o agravamento das tensões entre as facções do Governo provisório, ao ponto

⁵⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.271

⁵⁷ Avelino Rodrigues *et alia*, *Portugal depois de Abril*, p.32-33

⁵⁸ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.88

de Palma Carlos estar em disposição de abandonar o executivo, e a deterioração da situação militar⁵⁹.

Após o pouco conclusivo desfecho da reunião de 8 de Junho, Spínola convoca novo plenário para a Manutenção Militar a realizar dia 13 com a presença da JSN e representantes de todas as unidades do país, “com o objectivo de esclarecer a grande massa dos oficiais ‘operacionais’ sobre a perspectiva de ruína económica e informá-los da disposição do Primeiro-Ministro em se demitir no caso de não lhe serem garantidas condições que lhe permitissem controlar a conjuntura”⁶⁰. Para Medeiros Ferreira é “o primeiro grande confronto notório entre Spínola e a Comissão Coordenadora e, em termos históricos, o acto de nascimento do MFA como agente político determinante no processo revolucionário”⁶¹. Aquilo que está em causa é a disputa do poder, por outras palavras, definir quem conduziria os processos de democratização e descolonização.

O quadro de mobilizações populares e participação das massas na política é decisivo nos moldes em que se desenvolve o confronto. É este o pano de fundo que faz soar os alarmes da destruição das estruturas económicas, do colapso da economia, da “bolchevização” do país. A isto soma-se a completa ineficácia do Governo provisório. O MFA tomava medidas e não informava o Governo, os vários partidos tomavam medidas e desenvolviam acções por conta própria, de acordo com os seus objectivos específicos, de forma não coordenada com o executivo e sem informar o Primeiro-ministro. Para muitos tornava-se insustentável a inoperacionalidade do Governo, a sua falta de autoridade e eficácia e ainda a sua subordinação relativamente ao MFA. Para alguns a situação era simples: ou mandava o Governo e o Presidente da República ou mandava o MFA. Spínola vê chegada a altura de tomar ou reforçar internamente o poder e impor a sua via para a descolonização⁶², pressionando o esclarecimento da posição do MFA.

Naquilo que, muitas vezes, é apontado como a antecâmara da crise Palma Carlos, Spínola recorre ao ministro sem pasta, Francisco Sá Carneiro, para traçar um qua-

⁵⁹ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.148-150

⁶⁰ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.154

⁶¹ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.40

⁶² Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio de 2009

dro de caos político e de alerta para a necessidade de se tomar medidas de emergência, como a entrada em “estado de sítio”⁶³, e do MFA dar condições ao Governo para actuar. Pede ainda ao ministro da Coordenação Económica, Vasco Vieira de Almeida, para expor sobre a situação económica. Não estando, de todo, próximo de Spínola, Vieira de Almeida afirma ter dito “exactamente o que pensava, que o país caminhava para uma situação de ruptura”, “que a revolução só podia triunfar se não destruísse o tecido económico já que tal poderia provocar o avanço da direita ou mesmo da extrema-direita” numa visão, profundamente, crítica mas ditada, unicamente, pelo “ponto de vista económico”⁶⁴. Importa esclarecer que, não obstante apontarem num sentido semelhante, há profundas diferenças naquilo que determina a posição de Vieira de Almeida e de Spínola e Sá Carneiro. Se para o primeiro, aquilo que estava em causa era o que considerava ser “a destruição do tecido económico” e uma excessiva radicalização do processo, e não tanto uma revolução de esquerda, uma via para o socialismo ou uma descolonização imediata, para Spínola as motivações eram, essencialmente, outras. Aproveitando a posição do ministro da Coordenação Económica, distanciava-se dele nos objectivos que passavam pela contenção de uma revolução de esquerda, pela imposição de um poder forte, personalizado em si, e por uma transição moderada e uma democratização limitada, esvaziada de importantes liberdades e direitos, posteriormente consagrados e conquistados pelos movimentos sociais. Sá Carneiro, ainda que dubiamente, estava mais próximo da via spinolista, totalmente nas razões e, parcialmente, nos objectivos. A intervenção do ministro da Coordenação Económica suscitou duras críticas de Vasco Gonçalves. Mas a posição do MFA relativamente ao quadro negro não terá sido unívoca, na medida em que, por exemplo, Vítor Alves concordou com o retrato de Vieira de Almeida⁶⁵.

Depois de uma interrupção, Spínola toma a palavra e recorre ao diagnóstico dos dois ministros para alertar para “o crescente agravamento do clima de indisciplina cívica” e atacar duramente o comportamento do MFA. E conclui dramaticamente:

⁶³ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.155

⁶⁴ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio de 2009

⁶⁵ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio de 2009; No entanto Vasco Lourenço diz que Vítor Alves não estava presente na reunião por se ter deslocado ao Brasil na companhia de Galvão de Melo, cf. Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, p.272

“ou o MFA reconhecia o poder que havia conferido à Junta de Salvação Nacional na noite do 25 de Abril e colaborava com a construção da nova sociedade democrática que nos comprometêramos a edificar ou, caso contrário, tomaria a seu cargo o desempenho de tal missão, assumindo as correspondentes responsabilidades”⁶⁶.

Na realidade parece que aquilo que está em causa é no fundo um “tira-teimas”: ante a conflitualidade e a tensão social e a quase completa inoperância do Governo, o Presidente da República exige uma definição, instigando o MFA a definir-se, a deixar o campo aberto para Presidência da República, Junta e Governo Provisório exercerem a função e os poderes para os quais haviam sido mandatados. Estava desferido o golpe na Comissão Coordenadora do MFA. Segundo Vasco Lourenço, Spínola “apresentando a situação à beira do caos” e fundamentando-se no quadro que considerava ser de “enorme perturbação social”, “excessiva liberdade” e “caos económico”, propunha a limitação das liberdades, muscular a democratização e declarar o estado de sítio⁶⁷. O quadro social é o pano de fundo e a justificação; a secundarização ou o recuo da CC no bloco de poder o meio; o controlo do poder interno e do processo de descolonização os objectivos. Neste episódio condensavam-se algumas das características definidoras da primeira fase do processo revolucionário português.

Spínola exigia que o MFA lhe passasse carta-branca, lhe conferisse um voto de confiança, ao mesmo tempo que reclamava o reforço dos poderes presidenciais no sentido de assumir o pleno controlo do processo político interno, conter as acções dos movimentos sociais e conduzir o processo de descolonização. Já num ambiente muito crispado, Vasco Lourenço intervém dizendo que Spínola fora escolhido para presidente da JSN por ter assumido o compromisso com o Programa do MFA e porque o Movimento tinha confiança no general e que essa confiança seria mantida enquanto esse compromisso fosse respeitado. Spínola interpreta ou aproveita o aparente voto de confiança do MFA na sua pessoa, exposto por Vasco Lourenço, como sinal de que o MFA aceitara o seu ultimato, de que saíra reforçado da reunião, abandonando a sala em triunfo, interrompendo a intervenção de Vasco Lourenço, num clima fortemente emocional, sob vastos aplausos da facção spinolista, que representaria cerca de 20% dos presentes na sala, e que acompanha a saída do seu líder. Já sem Spínola na sala,

⁶⁶ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.155-156

⁶⁷ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, p.271

Vasco Lourenço tenta esclarecer o equívoco dizendo que não obstante Spínola ter o apoio do MFA, continuando a ser Presidente da República e Presidente da JSN, este se verificaria apenas e só enquanto se mantivesse fiel ao compromisso de cumprir escrupulosamente o Programa do MFA.

A Comissão Coordenadora exige uma audiência com Spínola no dia seguinte a fim esclarecer a sua posição. Todavia, antes de o poder fazer, Spínola discorre novamente os argumentos da véspera. Até que é desfeito o eventual equívoco: o apoio da Coordenadora a Spínola apenas se verificaria enquanto este se mantivesse fiel ao Programa do MFA. Não havia qualquer cedência da Coordenadora cujo poder é reafirmado perante um Presidente da República, em última análise, sempre subordinado à vontade deste órgão informal que Spínola, mais uma vez, afirma ser imperioso extinguir sob pena do país entrar em ruptura, aproveitando para reclamar a entrada em estado de sítio e o consequente reforço dos seus poderes. Vasco Lourenço diz que a reunião na Manutenção Militar de 13 de Junho foi a primeira vez que Spínola propôs a declaração de estado de sítio como caminho para uma democracia musculada, um presidencialismo militar com forte limitação das liberdades⁶⁸.

A Comissão Coordenadora vencera o primeiro *round*. Mas outros se seguiriam.

O mês de Junho é marcado pela intensificação das lutas sociais, nomeadamente nos CTT, na Companhia das Águas de Lisboa ou na Timex, e um aumento significativo do desemprego e dos despedimentos. Continuam as lutas estudantis e as acções do movimento dos moradores⁶⁹. Paralelamente, é um momento decisivo na definição do processo de descolonização. Na frente africana, já analisada, referência para reafirmação da via federalista por ocasião da tomada de posse dos governadores-gerais de Angola e Moçambique⁷⁰, para o encontro de Spínola com o presidente americano Richard Nixon nos Açores, a 19 de Junho, com Senghor no aeroporto de Lisboa, a 8 de Julho, a propósito da situação da descolonização da Guiné e com Mobutu.

Um País “praticamente ingovernável”, a “indisciplina cívica”, o “clima anárquico”, a “grave crise social”, a par de umas “Forças Armadas, accionadas pelas cúpulas

⁶⁸ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

⁶⁹ *Diário de Lisboa*, 21 de Junho de 1974, p.11

⁷⁰ *Diário de Notícias*, 13 de Junho de 1974, p.10

revolucionárias do MFA” que “haviã-m-se transformado, repentinamente, em vanguarda de uma revolução de massas”⁷¹, eram as justificações apresentadas pelo general para impor as condições sustentadoras do seu projecto político e africano. Depois de Spínola ter levantado objecções a que no Programa do MFA constasse a criação de partidos políticos, era a vez de Palma Carlos considerar que havia “partidos políticos a mais”. Fundamentalmente, dizia haver muitos portugueses que não se reviam em nenhum dos existentes e que “muita gente da maioria silenciosa (...) começa agora a aglutinar-se e a querer criar uma força que apareça também como válida nas eleições”⁷². Os discursos de Palma Carlos apontavam no sentido da necessidade absoluta de impor a ordem, um regime forte, esvaziar as movimentações sociais, sob pena do colapso económico e da anarquia. Sintomaticamente, na passagem anterior, Palma Carlos opõe ao que considera um excesso de partidos, a existência de uma maioria silenciosa que não se reveria na situação política, partidária, social e económica vigente após o 25 de Abril. É, ainda, notório o mal-estar com que o Primeiro-ministro se refere ao “problema social”, às “explosões de entusiasmo popular”.

Paralelamente, a utilização da expressão que, para a memória do período revolucionário, ficará directamente ligada à manobra spinolista do 28 de Setembro, diz-nos também muito sobre o que se passava na Primavera e Verão de 1974. Num país em revolução, com uma população subitamente politizada e activa, empenhada na construção de uma via de esquerda, o apelo recorrente a uma maioria silenciosa reflectia exactamente essa necessidade de Spínola encontrar no universo social franjas da população que não se identificavam com a revolução de esquerda e a via para o socialismo em construção. Numa análise simplista, por exclusão de partes, a par dos portugueses que se envolviam em acções mais ou menos alinhadas com o património ideológico, comportamental e doutrinário da esquerda, haveria uma grande quantidade de pessoas que as rejeitavam, que não estavam envolvidas nas sucessivas acções e lutas sociais, que defendiam uma transição suave, um poder forte, limitações de liberdades e uma via para a descolonização apontando para um processo, essencialmente, lento, mais ou menos próximo do federalismo spinolista.

⁷¹ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.139-140

⁷² *Diário de Lisboa*, 25 de Junho de 1974, pp.1, 12 e 13

6. A CRISE PALMA CARLOS: NOVA DERROTA DE SPÍNOLA

Chegados ao início do mês de Julho a situação está, definitivamente, marcada pela contenda entre Spínola e a Coordenadora que tem na chamada crise Palma Carlos novo capítulo. O pretexto terá sido a intenção do Primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos se demitir, justificando ser impossível governar num clima de conflitualidade social, de inoperância do executivo, de um MFA cada vez mais activo e determinante na tomada de decisões estratégicas. Spínola ensaia o que se pode considerar um verdadeiro golpe de estado constitucional que, a ter sucesso, confirmaria os intuitos spinolistas de um presidencialismo-militar *gaullista*, uma “democracia quanto baste” como Vasco Lourenço define⁷³. Segundo Vasco Vieira de Almeida, Spínola via o poder fugir-lhe das mãos, sobretudo no que dizia respeito à descolonização, e vivia inquieto pelo terror que o Partido Comunista lhe inspirava⁷⁴. Para Vasco Lourenço era a constante e recorrente “obsessão” com o reforço dos poderes presidenciais e com a declaração de estado de sítio que dava sinais⁷⁵.

Spínola, argumentando sempre que a ideia partira do Primeiro-ministro, pretendia alterar a Lei 3/74. Palma Carlos vai então apresentar ao Conselho de Estado as suas propostas de alteração da referida lei que se traduzia no reforço dos poderes do Primeiro-ministro e do executivo, na antecipação das eleições para a Presidência da República e a elaboração de uma Constituição provisória, sujeita a referendo, que substituiria o Programa do MFA. No mesmo acto eleitoral seria referendada a Constituição política provisória e eleito o Presidente da República. Era brutal o alcance destas medidas caso bem sucedidas, impulsionando Spínola para uma posição de enorme hegemonia no processo político interno e na descolonização.

Todavia, o Conselho de Estado, reunido a 8 de Julho, chumbará todas as propostas, excepto aquela referente ao alargamento dos poderes do Primeiro-ministro que, ironicamente, beneficiará já não Palma Carlos, mas Vasco Gonçalves. O *Diário de Lisboa* avança que prevalecera o respeito pelo Programa do MFA ao ter sido rejeitada

⁷³ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

⁷⁴ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio de 2009

⁷⁵ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

a antecipação da eleição do Presidente da República e o adiamento da Assembleia Constituinte. Citando Vítor Alves, o diário lisboeta diz não estar em causa a constituição de um novo Governo, antes a sua remodelação⁷⁶. É na sequência desta crise que Spínola, pela primeira vez, ameaça seriamente com a demissão, gesto que se repetirá, segundo Vasco Lourenço mais quatro vezes até à sua definitiva concretização a 30 de Setembro. Mas no dia seguinte, é Palma Carlos quem apresenta a sua demissão a Spínola, por considerar ser impossível governar nas condições vigentes, sem o reequilíbrio de forças em favor das posições de Governo e Presidente da República em detrimento da Coordenadora do MFA. É acompanhado no pedido por Firmino Miguel, Vasco Vieira de Almeida, Magalhães Mota e Francisco Sá Carneiro, apontado por Vasco Lourenço como o verdadeiro estratega daquilo que ficou para a História como “Golpe Palma Carlos”⁷⁷. Vieira de Almeida diz que Sá Carneiro estaria interessado numa reposição de forças, um poder forte que contivesse a dinâmica social e a instabilidade económica e permitisse uma acção minimamente coesa e eficaz do Governo. Vieira de Almeida demite-se em solidariedade com Palma Carlos, estando desligado de Spínola tanto nos objectivos como na acção, mas considerando ser impossível governar nas condições em que trabalhava o Governo, confessando estar ele próprio profundamente limitado e ineficaz⁷⁸.

Spínola terá sido o principal responsável pelos acontecimentos da “crise Palma Carlos”, ainda que o papel de Sá Carneiro, pouco esclarecido, não seja despreciando. Vários autores apontam que o projecto é concebido pelo do líder do PPD⁷⁹, e não pelo primeiro-ministro que, num quadro de profunda instabilidade, tensão e agitação social e de uma paralisante inoperacionalidade governativa, embarca no projecto, acreditando, porventura, que um poder forte e personalizado que contivesse as mobilizações populares era o adequado à democratização do país. Se a ambos agradava um tipo de poder forte, Palma Carlos revelava-se, aparentemente, mais próximo de um projecto democrático do que Spínola.

⁷⁶ *Diário de Lisboa*, 9 de Julho de 1974, pp.1 e 13

⁷⁷ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

⁷⁸ Entrevista feita pelo autor a Vasco Vieira de Almeida, 16 de Abril e 25 de Maio de 2009

⁷⁹ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.332; Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

Não obstante as medidas propostas por Palma Carlos terem sido a razão da queda do Governo, outros focos de tensão estariam também presentes no desgaste do executivo. Em particular, as posições de PS e PCP relativamente à descolonização, contrárias à via preconizada por Primeiro-ministro e Presidente da República e a posição relativamente à vaga grevista e à mobilização dos trabalhadores, que, na óptica da linha derrotada, deveria ser alvo de uma contenção mais efectiva por parte do Governo. A política económica e a nomeação de Veiga Simão para a ONU teriam sido outros pontos de discórdia⁸⁰.

Frequentemente é esquecido ou desvalorizado, mas parece-nos muito sintomático das circunstâncias vividas, que a crise Palma Carlos coincida cronologicamente com a promulgação e posterior violenta contestação das medidas do ministro da Coordenação Económica, Vasco Vieira de Almeida, relativas, entre outras questões, aos aumentos do funcionalismo público. Aquilo que estava em questão era, nas palavras de Vieira de Almeida, o “critério de justiça social, efectuando aumentos proporcionalmente maiores nas classes de vencimentos mais baixos”⁸¹. No entanto, o diploma será alvo de inúmeras críticas. O PCP ataca o critério adoptado nos aumentos dos vencimentos do funcionalismo público, considerando inaceitável que “os aumentos das categorias superiores seja, em valor absoluto, mais do dobro dos modestos aumentos das categorias mais mal pagas”⁸². Sintomático, porque ilustra a centralidade dos movimentos sociais, na medida em que aquilo que se tem como uma crise eminentemente político-institucional, uma disputa no seio do bloco de poder, faz-se acompanhar por uma das mais significativas lutas sociais. Depois, porque a pressão popular é de tal modo insuportável que o ministro se vê obrigado a anunciar da varanda do Palácio de São Bento a anulação dos aumentos para reformulação, após dias de mobilização e de uma manifestação que é considerada como a maior desde o 1º de Maio.

A crise Palma Carlos coincide ainda com a criação do COPCON pelo decreto-lei 310/74 de 8 de Julho, órgão que confirma a perda do apoio militar esboçada a 13 de Julho. Sob a dependência directa de Costa Gomes, a quem Spínola atribui a paternidade da ideia, a chefia do COPCON acaba por ser entregue por Spínola a Otelo Saraiva de

⁸⁰ *Diário de Lisboa*, 11 de Julho de 1974, pp.1 e 18

⁸¹ *Diário de Lisboa*, 6 de Julho de 1974, pp.1 e 12

⁸² *Diário de Lisboa*, 9 de Julho de 1974, p.2

Carvalho, nomeado adjunto de Costa Gomes no COPCON. O Presidente da República encararia a criação do COPCON como a possibilidade de um retorno à hierarquia e de subtrair ao MFA o controlo sobre as unidades militares. No entanto, como diz Medeiros Ferreira: “Otelo fará do COPCON um instrumento político-militar de ligação entre o MFA e as aspirações populares, desposando pouco a pouco ideologias radicais dentro de uma linha de poder popular cada vez mais vanguardista”⁸³. Otelo afirma que a criação deste órgão militar decorrerá da seguinte constatação:

“que a população começava a recorrer às Forças Armadas ignorando a existência das forças militarizadas e que as Forças Armadas tinham de resolver um conjunto de problemas dos mais diversos e que fugiam à sua alçada rotineira. Começámos inclusivamente a chamar ao CCCO [Comando de Coordenação e Controlo Operacional, antecessor do COPCON] o 115, porque acudia a tudo. Portanto, o COPCON surgiu como uma resultante do impacto do 25 de Abril junto da população”⁸⁴.

Na prática, o COPCON permite um maior controlo do MFA sobre as várias unidades, reforçando significativamente a sua posição no braço-de-ferro com Spínola.

Na cerimónia pública de tomada de posse, Otelo Saraiva de Carvalho é graduado brigadeiro e troca duras palavras com Jaime Silvério Marques. Se Spínola afirma que o regresso à hierarquia era a base da disciplina, Otelo diz que o “Comando Operacional do Continente será uma força militar para a defesa intransigente do cumprimento do Programa do MFA” e, sobretudo, que “fomos nós, entre os 25 e os 40 anos, que tomámos sobre nós o peso imenso da responsabilidade de derrubar um Governo que todos nós deplorávamos mas que os nossos generais, apesar de toda a sua juventude provável de espírito, não tiveram coragem de derrubar”⁸⁵. Mais uma vez Otelo encarregava-se de desfazer equívocos e afastar ambivalências. O corte na cadeia de comando era irreversível, a hierarquia estava invertida e o COPCON posicionar-se-ia do lado desses jovens oficiais em detrimento dos generais.

Pouco depois da demissão do I Governo provisório, Spínola visita no dia 11 de Julho a Base Naval do Alfeite e, perante tropas especiais que se haviam distinguido na guerra colonial, alerta para a acção da “facção marxista do MFA, já então comandada

⁸³ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.41

⁸⁴ Otelo Saraiva de Carvalho, *Cinco meses que Mudaram Portugal*, pp.7-8

⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 13 de Julho de 1974

pelo Partido Comunista”⁸⁶. O *Diário de Lisboa* define a intervenção de Spínola como “porventura o mais significativo discurso após o 25 de Abril”⁸⁷, voltando a acentuar o tom patriótico e a pôr a tónica na descolonização. Perante uma segunda grande derrota, Spínola sente esfumar-se cada vez mais o controlo do poder interno, intuição que a continuação dos movimentos sociais, a composição e respectivas consequências do II Governo e a criação e inclinação política e estratégica do COPCON mais não fazem que confirmar, sinalizando a definitiva entrada do MFA no coração do poder político. A tentativa inicial de ultrapassar o MFA nas primeiras horas e dias após o 25 de Abril, o episódio da Manutenção Militar, a “crise Palma Carlos” e, posteriormente, o 28 de Setembro constituem-se como pequenos “onzes de Março” *avant la lettre*, momentos em que Spínola procura impor-se mas que acabam por se traduzir em derrotas pontuais e momentos de viragem à esquerda do processo político.

Os partidos reagem à crise governamental. O PS congratula-se com o desfecho já que o sucesso das medidas apresentadas ao Conselho de Estado saldar-se-ia na hegemonia de uma das linhas dentro do Governo. O MRPP considera a crise como previsível e inevitável, resultado do “ascenso revolucionário das massas”⁸⁸. O PCP manifesta o seu apoio à decisão do Conselho de Estado, salientando o respeito deste pelo Programa do MFA, à nomeação de Vasco Gonçalves e à entrada de oficiais do MFA para o Governo⁸⁹. O “golpe” Palma Carlos foi denunciado pelo PCP como “uma alteração radical do Programa das Forças Armadas (aprovado como Programa de Governo), a liquidação da indispensável colegialidade do governo de coligação e um retrocesso rápido e grave no processo de democratização”⁹⁰. Perante isto, o PCP desenvolveu vários contactos políticos, nomeadamente, com elementos do Conselho de Estado no sentido de rejeitar as propostas de Palma Carlos. Carlos Brito recorda que membros do PCP terão falado com todos os elementos civis do Conselho de Estado, à excepção de Freitas do Amaral⁹¹. O PPD opta por destacar que a “situação social do País se tem de-

⁸⁶ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.169

⁸⁷ *Diário de Lisboa*, 11 de Julho de 1974, p.1

⁸⁸ *Diário de Lisboa*, 10 de Julho de 1974, p.17

⁸⁹ *Diário de Lisboa*, 15 de Julho de 1974, p.2

⁹⁰ “Comunicados do Comité Central” do PCP, (Abril/Dezembro de 1974), Resolução Política da reunião de 4 de Maio de 1974, p.75, Edições Avante!, in Carlos Brito, Álvaro Cunhal. *Sete Fôlegos do Combatente*, p.102

⁹¹ Carlos Brito, Álvaro Cunhal. *Sete Fôlegos do Combatente*, p.102

gradado por modo preocupante” e que têm vindo a ser “tomadas decisões à margem dos poderes constituídos, consumando-se num plano de facto por simples imposição de força. Há o risco de o poder de facto, generalizado, se sobrepor ao poder de direito”⁹². Desta forma, o PPD acaba por, implicitamente, subscrever as razões que tinham levado Spínola e Palma Carlos a tentar inverter a relação de forças. O PPD diz que apenas integrará o novo Governo caso sejam atendidas algumas condições entendidas como fundamentais. Em comunicado difundido no dia da tomada de posse do II Governo, o PPD volta a denunciar o que considerava ser a ineficácia governativa do anterior executivo, a “coincidência entre poder de facto e poder de direito”, alertando para o que considerava ser a existência de estruturas paralelas e partidárias em vários ministérios, e criticando os partidos da coligação governamental, sem os nomear mas sendo evidente tratar-se de PCP e PS. Por fim, o partido nega todas as acusações de ter estado na origem e na preparação da crise política⁹³.

Maria Inácia Rezola situa na assinatura do Acordo de Lusaka em Setembro o arranque definitivo da reacção da extrema-direita, após alguns tímidos passos na sequência da crise Palma Carlos. No entanto, no dia seguinte à demissão do Primeiro-ministro, a 10 de Julho, teve lugar uma reunião de várias forças da extrema-direita para analisar a referida crise. Movimento Federalista Português, Partido Trabalhista Democrático Português, Partido Liberal e Movimento Popular Português reúnem-se e divulgam um comunicado manifestando o seu descontentamento por se sentirem discriminados pelo novo poder⁹⁴.

7. “NOVO GOVERNO PROVISÓRIO – VITÓRIA DO MFA”⁹⁵

O II Governo surge num quadro em que continua acesa a tensão social. Continuam as grandes lutas operárias. Perdura aguda a vaga de despedimentos, desde a agricultura à indústria, afectando especialmente sectores como os da electricidade, têxteis ou construção civil, estimando-se que neste o número de despedimentos só na

⁹² *Diário de Lisboa*, 11 de Julho de 1974, p.18

⁹³ *Diário de Lisboa*, 18 de Julho de 1974, p.24

⁹⁴ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.122

⁹⁵ *Expresso*, 20 de Julho de 1974, p.17

margem sul do Tejo atingiria os 30 mil⁹⁶. A Lei da Imprensa continua a ser alvo de enorme combate.

De uma forma geral, o país reage positiva e esperançadamente à constituição de um II Governo com forte presença do MFA. No Palácio de Cristal um comício de trabalhadores metalúrgicos saúda o MFA e critica duramente Palma Carlos⁹⁷. O PS, pela voz do seu líder, diz que o novo Governo é a garantia do real avanço da descolonização. Congratulado mostra-se também o PCP que destaca a sua importância para o fim da guerra colonial, ao mesmo tempo que salienta a coincidência entre a crise política e a “agudização dos conflitos sociais”, a contestação ao Governo, “greves artificialmente decretadas, ocupações e paralisações de serviços” e uma “psicose de crise e caos económico”, responsabilizando “agentes reaccionários” e a “reação apoiada em grupos pseudo-revolucionários”, englobando tudo numa “ofensiva conservadora e reaccionária” que visava impedir o processo de democratização, eliminar o MFA e abrir caminho a um “regime antidemocrático”⁹⁸.

Na frente africana a demissão de Palma Carlos suscita uma vaga de terrorismo branco em Angola e Moçambique. Silvino Silvério Marques é afastado do cargo de Governador de Angola a 19 de Julho. Em solidariedade, o governador de Moçambique, Soares de Melo, pede a demissão em 24 de Julho. Spínola, fragilizado pelo desenlace da crise Palma Carlos, perdia mais duas peças importantes do seu xadrez, desta feita no tabuleiro colonial⁹⁹.

A composição do II Governo, ao marcar a entrada em força do MFA em vários ministérios e de Vasco Gonçalves para Primeiro-ministro, vem coroar a evolução de um processo político em que o MFA vinha, progressivamente, impondo-se nos meandros do bloco de poder político-militar em detrimento da facção spinolista e respectivos apoios. O *Expresso*, taxativamente, apresentava como título “Novo Governo Provisório – Vitória do MFA”¹⁰⁰. A imprensa estrangeira avança que o objectivo de Spínola, ao propor o reforço dos poderes do Primeiro-ministro, seria forçar a demissão dos mi-

⁹⁶ *Diário de Lisboa*, 17 de Agosto de 1974, p.2

⁹⁷ *Diário de Lisboa*, 15 de Julho de 1974, p.12

⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 18 de Julho de 1974, p.9

⁹⁹ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, pp.113

¹⁰⁰ *Expresso*, 20 de Julho de 1974, p.17

nistros comunistas, restando agora ao Presidente da República tentar a constituição de um governo militar¹⁰¹.

A escolha dos nomes para integrar o II Governo Provisório e, particularmente, do seu líder envolveu mais um duro braço de ferro entre Spínola e a Coordenadora do MFA. Mas, já diferentemente do que sucedera a propósito da constituição do anterior executivo, a ascendência agora estava mais do lado do MFA. Spínola convida para Primeiro-ministro o General Fontes Pereira de Melo e os Brigadeiros Neves Cardoso e Almeida Freire. Os dois primeiros declinam o convite enquanto o convite a Almeida Freire “fora ultrapassado por razões circunstanciais”¹⁰². O Tenente-Coronel Firmino Miguel, que havia abandonado o Governo em solidariedade com Palma Carlos, é apresentado por diversos órgãos de comunicação social como o novo Primeiro-ministro¹⁰³. No entanto, Firmino Miguel acaba por recuar, de acordo com Spínola, na sequência da ameaça de paralisação da Banca caso aceitasse formar Governo¹⁰⁴.

Spínola tenta ainda que Costa Gomes acumule a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas com o cargo de Primeiro-ministro¹⁰⁵, mas este recusa e apoia o nome de Vasco Gonçalves, lançado pela Comissão Coordenadora do MFA. Esta terá rejeitado sucessivamente os vários nomes apresentados pelo Presidente da República, nomeadamente o de Firmino Miguel, tendo avançado com o de Melo Antunes. Spínola considera-o um “perigoso comunista” e acaba por aceder ao nome de Vasco Gonçalves avançado pelo MFA. No entanto, como sustenta Maria Inácia Rezola, as opiniões divergem acerca da paternidade da ideia. Costa Gomes ou Vítor Alves tendem a considerar que o convite partiu de Spínola. Ricardo Durão diz ter sido ele quem sugeriu o nome a Spínola com o objectivo de responsabilizar a Comissão Coordenadora. O próprio Vasco Gonçalves diz ter sido sondado previamente pela Coordenadora para desempenhar o cargo, mas que o convite surgiu de Spínola. Já Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e o próprio Spínola, apontam no sentido da ideia ter saído da Coordenadora

¹⁰¹ *Diário de Lisboa*, 11 de Julho de 1974, p.18

¹⁰² António de Spínola, *País Sem Rumo*, p.175

¹⁰³ *Diário de Lisboa*, 12 de Julho de 1974, p.1; *Expresso*, 13 de Julho de 1974, pp.2 a 4

¹⁰⁴ António de Spínola, *País Sem Rumo*, p.175

¹⁰⁵ António de Spínola, *País Sem Rumo*, p.175

¹⁰⁶. No testemunho dado por Vasco Lourenço, este diz-nos que o MFA, após Spínola sugerir Firmino Miguel, lança o nome de Melo Antunes e, recusado este, o de Vasco Gonçalves que Spínola se vê “obrigado” a aceitar¹⁰⁷.

Não obstante o convite a Vasco Gonçalves ter sido feito por Spínola ou da sua possível intenção de usar esta nomeação como forma de responsabilizar e desacreditar o MFA e de, em Julho de 1974, a imagem de Vasco Gonçalves pouco ter a ver com a imagem posteriormente construída, era claro que o nome apontado para liderar o segundo Governo Provisório consubstanciava mais uma vitória do MFA.

Como ministro sem pasta o II Governo conta com Álvaro Cunhal (PCP), Magalhães Mota (PPD) e dois destacados elementos do MFA: Melo Antunes e Vítor Alves. Na Defesa mantém-se Firmino Miguel e entram para o Executivo os militares Costa Brás (Administração Interna), Costa Martins (Trabalho), Sanches Osório (Comunicação Social), e José Augusto Fernandes (Equipamento Social e Ambiente). O peso dos militares era assim amplamente maior do que no I Governo, passando de apenas um ministro militar, para oito ministros no II Governo. Mas mais importante era o reforço da Coordenadora do MFA no seio do Governo. Quatro elementos da Coordenadora integravam agora o Governo: Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vítor Alves e Costa Martins¹⁰⁸. De facto, o MFA mostrava que não abdicaria de uma posição cimeira na arquitectura de poderes e nos órgãos de soberania, resgatando-se de uma posição de poder informal. O *Diário de Lisboa*, a propósito de uma conferência de imprensa de Melo Antunes, Ministro sem Pasta do novo Governo, afirmava isso mesmo:

“O Movimento das Força Armadas, através da Comissão Coordenadora do seu programa, aceitou durante cerca de dois meses apoiar, um pouco na sombra, a Junta de Salvação Nacional e o Primeiro Governo Provisório; aberta a crise, tirou desse acontecimento a única lição que se impunha – partilhar realmente das responsabilidades imediatas do poder político.”¹⁰⁹

Paralelamente, a fragilidade revelada ainda pelos partidos políticos potencia a entrada de elementos do MFA para várias pastas. De facto, Spínola rejeitara vários nomes para ministros por serem de esquerda. As crescentes tensões entre os partidos

¹⁰⁶ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, pp.100 e 101

¹⁰⁷ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

¹⁰⁸ *Diário de Lisboa*, 18 de Julho de 1974, p.10

¹⁰⁹ *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1974, pp.19 e 20

que formavam a primeira coligação governamental e o papel de mediador do MFA acabam por contribuir para esta “tomada” de pastas governamentais pelo MFA.

Uma das críticas feitas ao novo Governo era, precisamente, o peso excessivo do MFA na sua composição. Sá Carneiro, ausente do novo executivo, afirma estar-se perante um Governo militar e não tanto um Governo Civil como previa o Programa do MFA¹¹⁰. Relembrando os intuitos iniciais de Spínola de constituir um Governo militar, o II Governo tem um inequívoco e determinante peso castrense. No entanto, o equilíbrio de forças era bem diferente do vivido em inícios de Maio. Agora era claramente o MFA quem hegemonizava o processo político e militar. Paralelamente, as alterações à Lei 3/74 tinham determinado o reforço dos poderes do Primeiro-ministro que recebe atribuições, outrora na posse do Presidente da República, como presidir ao Conselho de Ministros, dirigir a actividade do Governo e escolher os seus elementos¹¹¹.

Uma das figuras cimeiras do MFA, Melo Antunes, interpreta a sua entrada no novo governo como uma tentativa de Spínola de retirá-lo de uma acção no seio da Coordenadora e de envolver no Governo figuras de esquerda devido à enorme agitação social no país¹¹².

Na tomada de posse do II Governo a 18 de Julho, Spínola fala na “maioria silenciosa”¹¹³. Segundo o *Expresso*, trata-se do discurso mais duro proferido por Spínola que acusa a esquerda pelas perturbações sociais, alerta para o perigo de uma ditadura de esquerda e reclama a necessidade de um Estado forte capaz de combater a anarquia, a agitação e a instabilidade¹¹⁴. Após os elogios a Vasco Gonçalves e à inclusão de membros do MFA no elenco governativo, Spínola volta ao tom dramático que vinha pautando as suas alocações. Taxativamente dizia que “o Estado ou é forte ou não é Estado”, que não havia lugar para “convulsões internas”, que o Programa do MFA deveria obrigatoriamente ser respeitado pelo Governo cuja política estava por ele limitada, inviabilizando qualquer “tentativa reformista de fundo e qualquer esforço de trans-

¹¹⁰ *Expresso*, 20 de Julho de 1974, pp.3 e 4

¹¹¹ Maria Inácia Rezola, Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.108

¹¹² Entrevista de Ernesto Melo Antunes, *Público Magazine*, 9 de Janeiro de 1994

¹¹³ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.109

¹¹⁴ *Expresso*, 20 de Julho de 1974, p.2

formação radical das estruturas sociais”. O tom é duro e reflecte aquilo que a entrada das massas da política e a vaga de mobilizações populares significavam no que dizia respeito tanto à concepção da política e da sociedade de Spínola, como ao que significava para o seu projecto político:

“Ao constatar a perfeita orquestração dos excessos que se repetem por toda a parte; ao constatar ser impossível atribuir a reacções espontâneas a inversão de toda a ética a pretexto da liberdade, inversão que se assiste quotidianamente nas ruas, nas empresas, nas escolas e até em sectores da função pública de alta responsabilidade social; ao analisar, enfim, todo este quadro de flagrante anomia, ressaltam à evidência as linhas de força que estão na origem da situação a que se urge pôr cobro”.

Perante a “ameaça” de que “à sombra da liberdade se instalem ditaduras”, Spínola diz que é hora de agir e perceber que não se pode “atribuir apenas às forças da reacção as origens dos desmandos”. E conclui:

“Não se fez uma revolução para que o poder apenas passasse de um extremo a outro à custa do povo português. (...) Ou a maioria silenciosa deste País acorda e toma a defesa da sua liberdade, ou o 25 de Abril terá perdido perante o Mundo, a História e nós mesmos o sentido da gesta histórica de um povo que se encontrou a si mesmo. E com esse desengano se esfumarão as nossas esperanças na Democracia”¹¹⁵.

São palavras violentas, de denúncia, de quem perdia margem de manobra no bloco de poder político-militar, com alvos bem definidos no movimento social, partidos de esquerda e, sem nomear, na Coordenadora do MFA. Palavras de alguém que, não obstante estar a perder força, ainda não desistira de influenciar a democratização, de impor os seus ritmos e objectivos internos e africanos.

O arranque do II Governo e toda a agenda política e mediática estão fortemente marcados pela descolonização. Otelo, líder do recém-criado COPCON que diz ser a “cúpula dum MFA politicamente reforçado e consolidado na nova coligação governamental”, afirma que era irreversível a independência das colónias, garantindo transmitir o estado de espírito e o pensamento dos seus camaradas do MFA¹¹⁶. O equilíbrio de forças favorável ao MFA, à sua via de descolonização e democratização confirma-se no dia 24 de Julho quando Portugal reconhece, finalmente, o direito das colónias africanas à autodeterminação e independência. A lei 7/74 revela, já inequivocamente, o equilíbrio de forças no Verão de 1974. A promulgação da lei suscita grandes manifesta-

¹¹⁵ *Diário de Lisboa*, 18 de Julho de 1974, p.12

¹¹⁶ *Diário de Lisboa*, de Julho, p.2

ções de júbilo popular a que se juntam activamente os partidos da coligação governamental e a Intersindical.

Pouco depois da histórica intervenção anunciando a Lei 7/74, Spínola, como vimos, recebeu três elementos do MFA em representação de cada um dos três ramos das Forças Armadas. O que se passa neste encontro é relevante para os meses que aí vinham. Segundo o testemunho de um dos presentes, Vasco Lourenço, os oficiais do MFA encontram um homem derrotado, profundamente abatido, “depauperado”, a quem felicitam pela intervenção feita e manifestam o apoio em nome do MFA enquanto se mantiver fiel ao seu programa. Spínola responde fleumaticamente dizendo que seria ele a conduzir a descolonização de Angola¹¹⁷. Os dados estavam lançados...

Apesar da Lei 7/74 representar objectivamente uma derrota de Spínola e um forte revés no seu projecto de descolonização assente em referendos e em moldes federalistas, o Presidente da República consegue que a lei determine que a responsabilidade dos acordos sobre a autodeterminação e independência das colónias coubesse ao Presidente da República¹¹⁸. Apesar da cedência no tangente ao reconhecimento do direito à independência, Spínola assegurava que lhe competiria fechar os acordos decisivos. Esta característica da lei e a ameaça que fizera aos elementos da Coordenadora do MFA, mostram um Spínola disposto a lutar pelos seus objectivos africanos, ainda que fragilizado na frente interna. Esta disposição vai marcar muito do ritmo do processo político ao longo de Agosto e Setembro, com Spínola a aspirar, ainda, determinar sobretudo a descolonização de Angola. Se a Guiné havia já declarado unilateralmente a independência e em Moçambique as negociações estavam já bastante adiantadas, a complexidade do xadrez angolano alimentava as esperanças de Spínola que internacionalmente vai também movimentar-se. Como vimos, muitos autores e intervenientes do processo afirmam que grande parte da estratégia de Spínola nesta fase está subordinada à descolonização, sobretudo de Angola¹¹⁹.

¹¹⁷ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

¹¹⁸ Lei 7/74 de 27 de Julho in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º144, 27 de Julho de 1974

¹¹⁹ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.122

8. DE AGOSTO A SETEMBRO: A QUARTA OFENSIVA SPINOLISTA PELO PODER

O Verão de 1974, em particular a partir do fim do mês de Julho, marca, em definitivo, aquilo que se considera a derradeira arrancada de Spínola pelo controlo do poder, num quadro onde a descolonização assume uma importância cimeira. Um dos eixos fundamentais desta acção de Spínola volta a ser as visitas presidenciais às unidades militares.

Spínola vai então visitar e discursar em Santarém a 25 de Julho, no Regimento de Pára-Quedistas de Tancos, a 2 de Agosto, no Batalhão de Comandos da Amadora nº11, no Alto do Duque, principal unidade do COPCON a 5 de Agosto ou na EPI de Mafra a 14 de Agosto. Estas visitas retomam, nos objectivos e no conteúdo da mensagem, as que fizera ao longo do mês de Junho e Julho. Spínola procurava reforçar a sua posição de no seio das Forças Armadas, captando unidades e militares para o seu campo, ao mesmo tempo que desenvolvia uma estratégia de ataque à Coordenadora do MFA. A estratégia é completada com a própria criação de novas unidades militares fiéis a si, destacando-se a criação, sob o comando de Jaime Neves, em Julho, do Batalhão de Comandos¹²⁰, e com o Documento Engrácia Nunes/Hugo dos Santos.

Vasco Lourenço acompanha Spínola em muitas destas visitas com o objectivo assumido de controlar e estar a par das suas movimentações no sentido de captar ou reforçar o apoio de comandantes e oficiais. Se Spínola tentava captar o apoio de unidades militares e respectivos comandantes oficiais para uma eventual acção mais ou menos palaciana, a Coordenadora do MFA fazia uma “contra-propaganda” junto dos oficiais, fazendo ver que o MFA dominava a situação e que seria profundamente indesejável algum tipo de “quartelada” ou “golpada”¹²¹.

A actuação de Spínola deve ser lida, não tanto em função da preparação ou do objectivo de desencadear um golpe militar, mas de captar apoios estratégicos numa instituição militar profundamente dominada pelo MFA. Estes apoios militares, a par de uma franja popular que lhe servisse de bloco e apoio, revelavam-se condições essenci-

¹²⁰ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.117

¹²¹ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

ais para o reforço dos poderes presidenciais e subsequente implementação do projecto político spinolista.

A situação política em Agosto é tensa, mostrando-se a ruptura entre Spínola e o MFA cada vez mais irreversível e continuando as acções dos movimentos sociais num quadro de aumento dramático dos despedimentos e de degradação da situação económica que suscita alertas de um futuro sombrio para a economia portuguesa. O motim e fuga dos elementos da polícia política dia 12 de Agosto, notícias preocupantes de terrorismo branco em África, de organização de forças mercenárias em Moçambique ligadas a Jorge Jardim, ao Estado Novo e à África do Sul¹²², de um aumento da violência em várias regiões de Moçambique¹²³, de acções terroristas perpetradas por extremistas brancos em Luanda responsáveis por assaltos, incêndios, tiroteios e dezenas de mortes e feridos¹²⁴, enfim, de uma reacção organizada e generalizada da extrema-direita em África contra a Lei 7/74 e o avanço decisivo imprimido ao processo de descolonização, e o despertar da extrema-direita internamente com um comício em Cascais¹²⁵, adensam o clima de uma conspiração reaccionária.

Um artigo do *L'Express*, citado pelo *Diário de Lisboa*, sobre a situação em Portugal destacava as perspectivas de um decréscimo de 40% da oferta de emprego, os receios dos banqueiros relativamente a Vasco Gonçalves, o receio de Álvaro Cunhal de um surto de terrorismo branco em África, tensões entre PS e PCP, sobretudo no que remetia para a descolonização, e um MFA surpreendido com o apoio popular que tinha vindo a receber¹²⁶.

O episódio do motim dos agentes da PIDE suscitou uma curiosa resposta popular. Espontaneamente e, alegadamente, desligada de qualquer partido político, milhares de pessoas concentraram-se em frente da penitenciária em protesto indignado, manifestando-se contra a reacção e a guerra colonial exigindo a demissão de Galvão de Melo¹²⁷. A benevolência com que são tratados os amotinados, contrastante com a

¹²² *Diário de Lisboa*, 10 de Agosto de 1974, p.6

¹²³ *Diário de Lisboa*, 13 de Agosto de 1974, p.12

¹²⁴ *Diário de Lisboa*, 9 de Agosto de 1974, pp.1 e 7

¹²⁵ *Expresso*, 24 de Agosto de 1974, pp.4 e 5

¹²⁶ *Diário de Lisboa*, 12 de Agosto de 1974, p.7

¹²⁷ *Diário de Lisboa*, 13 de Agosto de 1974, p.18

dureza com que as autoridades lidam com estas multidões diante da Penitenciária, é alvo de grande indignação popular e partidária.

O clima é denso como demonstra o episódio da repressão policial sobre a manifestação no Rossio de apoio ao MPLA a 14 de Agosto. A violência da intervenção policial é comparada com a tolerância e inacção relativamente ao motim dias antes dos expulções políticos¹²⁸. Muitos, como o PCP, interpretavam, ainda, o motim dos ex-pides como um perigoso sinal de uma ofensiva reaccionária¹²⁹. O PS afirmava que o mais importante dado a registar não era o motim por si só, mas “a oportunidade política de ele se ter verificado”¹³⁰. Motivado pela fuga dos ex-agentes da PIDE e pela proibição da manifestação de apoio ao MPLA, é organizado um comício pela extrema-esquerda “contra o avanço da reacção” que conta com representantes do PCP (m-l), OCMLP (“Grito do Povo”), URML, CCRML, CARP (m-l) e MES¹³¹. Dia 12, no Porto, um comício do MRPP contra a prisão de Saldanha Sanches, a Lei de Imprensa e a suspensão do *Luta Popular* foi violentamente impedida de se realizar por um grupo de jovens que queimaram ainda várias bandeiras deste partido¹³².

O momento político é, ainda, marcado pela discussão acesa em torno da lei da greve e da lei da imprensa, novo foco de tensão entre Spínola e o MFA que acusava o primeiro de tentar impor nova censura à comunicação social¹³³. Paralelamente, um grupo de empresários, que incluía António Champalimaud, José Manuel de Mello, Manuel Ricardo Espírito Santo, Teixeira Lopo e Paulo Valada, denominado Movimento Dinamizador Empresa-Sociedade (MDES), propõe assegurar um plano de investimentos na ordem dos 100 milhões de contos susceptível de criar entre cem mil a cento e vinte mil postos de emprego¹³⁴. Esta e outras iniciativas são frequentemente entendidas como parte do projecto spinolista que teria o apoio dos grandes capitalistas da economia portuguesa, muitos deles, sobretudo Champalimaud, acusados de patrocinar a extrema-direita branca em Angola e Moçambique e de apoiarem a manifestação da “maioria silenciosa” cuja preparação conheceria em breve os primeiros passos.

¹²⁸ *Diário de Lisboa*, 15 de Agosto de 1974, pp.1 e 20

¹²⁹ *Diário de Lisboa*, 13 de Agosto de 1974, 18

¹³⁰ *Diário de Lisboa*, 14 de Agosto de 1974, p.5

¹³¹ *Diário de Lisboa*, 20 de Agosto de 1974, pp.1 e 20

¹³² *Diário de Lisboa*, 13 de Agosto de 1974, p.2

¹³³ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.294

¹³⁴ *Diário de Lisboa*, 21 de Agosto de 1974, p.1

Na TAP, J. Pimenta, *Jornal do Comércio*, Lisnave, Sogantal e em muitas outras empresas continuam a decorrer várias lutas dos trabalhadores.

Em notícia de 22 de Agosto, na sequência de várias reuniões do MFA, o *Diário de Lisboa* questiona a razão de uma tão intensa actividade, de sucessivas reuniões, falando-se num plenário do movimento marcado para esse dia, o que é desmentido por Otelo¹³⁵. No dia seguinte, 23, têm lugar várias reuniões, nomeadamente da Junta, convocada por Spínola que, oficialmente, terá tratado de problemas relacionados com a descolonização, e do Conselho de Estado. No seguimento de notícias sobre vários plenários do MFA, em comunicado, o Estado-Maior viu-se forçado a explicar que se tratavam de reuniões de rotina e que as referidas notícias apenas pretendiam criar um clima de instabilidade e confusão. Nessa mesma manhã, na Cova da Moura, realizara-se uma reunião com a presença de Otelo, Firmino Miguel, dos chefes de Estado-maior dos três ramos das Forças Armadas e de membros da Comissão Coordenadora do MFA que a 5ª Divisão descreveu como sendo, também, de rotina¹³⁶. Finalmente, em reunião estiveram também o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, Otelo, membros da Comissão Coordenadora e demais militares do Governo Provisório¹³⁷.

Estas movimentações e reuniões sucessivas, adensando o espectro de nova crise política, estarão relacionadas com as movimentações de Spínola no sentido de recuperar o *momentum*, de controlar o processo político e de descolonização. Destacam-se, neste mês de Agosto, a intenção de Spínola apresentar, novamente, ao Conselho de Estado medidas tendentes ao reforço dos seus poderes e à limitação de liberdades e o documento Engrácia Nunes/Hugo dos Santos.

Em princípios de Agosto Spínola ameaça com a demissão¹³⁸. Em longa conversa com Costa Gomes revela a sua indisponibilidade em continuar exercendo o cargo de Presidente da República com um ascendente tão forte da Comissão Coordenadora que, definitivamente, ditava os ritmos da democratização interna e da descolonização. Spínola acusa ainda a Coordenadora de estar dominada pelo Partido Comunista e de se

¹³⁵ *Diário de Lisboa*, 22 de Agosto de 1974, p.1

¹³⁶ *Diário de Lisboa*, 23 de Agosto de 1974, pp.1 e 12

¹³⁷ *Diário de Lisboa*, 24 de Agosto de 1974, pp.1 e 22

¹³⁸ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.186

preparar para entregar o “ultramar” ao “imperialismo soviético”¹³⁹. Porém não parece válida a convergência automática que Spínola e intervenientes de direita, maniqueistamente, estabelecem entre Coordenadora do MFA e Partido Comunista Português. Parece haver, no entanto, claramente uma convergência de objectivos internos – abertura plena sem restrição de liberdades, rejeição do projecto político de Spínola e ruptura total com o passado e o legado ditatorial – e externos – descolonização imediata completa, com reconhecimento dos movimentos de libertação como legítimos representantes dos seus povos e reconhecimento do direito à autodeterminação e independência.

Na ameaça de demissão de Spínola inscreve-se mais uma tentativa de, através do dramatismo e do aproveitamento do quadro de grande agitação política e social, pressionar na tentativa de ver os seus poderes reforçados. Costa Gomes, procurando tranquilizar Spínola e dissuadi-lo de se demitir, garante-lhe ter sob controlo o Primeiro-ministro e manter excelentes relações com a Coordenadora, pelo que a situação estava controlada, não havendo, por isso, necessidade de medidas extremas como a demissão do Presidente da República¹⁴⁰.

É esta a situação quando Spínola parte, em meados de Agosto, para férias no Buçaco para reflectir sobre a decisão a tomar no que considerava ser um “clima generalizado de anarquia caracterizado pela ausência de lei, pela agressão sistemática ao princípio da autoridade e pela inoperância das instituições, num quadro de total e deliberada inversão dos valores éticos em que uma sociedade radica.”¹⁴¹. De referir que a estadia de Spínola no Buçaco é interrompida para presidir ao dia da Infância na Escola Prática de Infância em Mafra, onde discursa e reúne com os oficiais da EPI¹⁴². O discurso de Spínola em Mafra cristalizava muito do seu estado de espírito em meados de Agosto que não era mais que a actualização da constante litania do caos, anarquia, desrespeito pelo Programa do MFA, a acção do MFA ditada pelos interesses do “imperialismo soviético” e da política de “factos consumados”. Na reunião tida na EPI, Spínola diz ter ouvido dos oficiais as mesmas preocupações que as suas e sentido que “a fac-

¹³⁹ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.186

¹⁴⁰ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.186

¹⁴¹ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.187

¹⁴² *Diário de Lisboa*, 14 de Agosto de 1974, pp.1 e 10

ção do Movimento das Forças Armadas representativa da vontade maioritária do Exército também não aceitava o descalabro para onde o País caminhava”¹⁴³.

No dia seguinte, 15 de Agosto, em reunião do Conselho de Estado destinada à apreciação de vários projectos do Governo sobre a política económico-financeira, Spínola detectou mais uma vez a “ascendência revolucionária da Comissão Coordenadora dominada pelo vanguardismo de esquerda do Tenente-Coronel Franco Charais e do Capitão Vasco Lourenço”¹⁴⁴.

Spínola preparava a sua nova ofensiva. Ofensiva que, neste momento particular, estava muito ligada à derrota que a Lei 7/74 representava e, consequentemente, à tentativa de recuperar terreno nos tabuleiros angolano e moçambicano, dando a Guiné como perdida, mas procurando ainda determinar o futuro daqueles. Spínola diz que é neste contexto que decide conduzir pessoalmente a descolonização de Angola após ter reunido com a delegação encarregada de negociar o cessar-fogo com a FRELIMO e ter tomado conhecimento das condições indignas em que as negociações tinham decorrido, que considerava constituírem “o primeiro facto comprovativo da existência, no seio do próprio Movimento, de uma conjura para a entrega sem condições dos territórios ultramarinos aos movimentos separatistas de raiz comunista”¹⁴⁵. Porém, a reacção à Lei 7/74 e aquilo que afirmou aos elementos da Coordenadora do MFA, indicam claramente que essa decisão era anterior.

Perante a crescente preponderância da Coordenadora, a continuação da vaga de mobilizações populares, o avanço da linha de descolonização do MFA e dos partidos de esquerda, Spínola afirma estar a preparar uma proposta ao Conselho de Estado plasmando um “regime transitório de excepção”¹⁴⁶. Era o retomar do que Vasco Lourenço chama de “psicose da declaração do estado de sítio”¹⁴⁷.

Spínola propunha, no referido documento, nada mais que a “suspensão transitória da liberdade”, um “regime de emergência” assente na “suspensão parcial dos direitos cujo abuso se revele perturbador do desenvolvimento harmonioso do programa

¹⁴³ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.187, 188 e 190

¹⁴⁴ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.190

¹⁴⁵ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.191

¹⁴⁶ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.192

¹⁴⁷ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

de Governo contido no Decreto-Lei 203/74, de 15 de Maio”. É um documento duro o que Spínola pretendia apresentar ao Conselho de Estado numa “hora grave da vida nacional” em que era imperioso “restaurar a Liberdade e a Democracia em Portugal”, responsabilizando o MFA pelas “desvirtuações interpretativas” do seu Programa¹⁴⁸. Dizia falar em nome da “maioria dos portugueses” ao referir-se a um sentimento generalizado de “incerteza no futuro”, “insegurança física e moral”, de “angústia perante a anarquia”. E, à medida que desfere críticas duras a um MFA que “se estava autodestruindo”, mantém a tónica recorrente num “clima generalizado de anarquia”, de “assalto aos meios de Informação e às autarquias locais”, em que é “posta em causa qualquer forma de autoridade”, em que “brigadas de agitação de certos partidos promovem a confusão anárquica”. Ao contrário do que havia tentado com as propostas de Palma Carlos ao Conselho de Estado, neste documento, que tinha o mesmo destinatário que o anterior, Spínola assegura que as eleições para a Assembleia Constituinte, o referendo para a aprovação da futura Constituição e a eleição do Presidente da República se farão nos “prazos previstos”. No sentido da restauração do “clima de ordem pública” que ele e a “esmagadora maioria dos portugueses aspiram”, Spínola afirma:

“a salvaguarda das liberdades futuras impõe, por isso, a suspensão transitória da liberdade sem peias que cada um tem vindo a utilizar em seu exclusivo proveito. O País viverá assim, a partir de hoje, em regime de emergência, até que se encontre restabelecida a disciplina cívica e perfeitamente definido o quadro das novas leis. (...) O regime de emergência implicará, no entanto, a suspensão parcial dos direitos cujo abuso se revele perturbador do desenvolvimento harmonioso do programa de Governo contido no Decreto-lei n.º 203/74, de 15 de Maio, que adoptaremos. Terão de ser alvo de severas limitações, desde já, os direitos cujo exercício abusivo esteve na origem do caos actual, designadamente os direitos à liberdade de reunião e de associação, à liberdade de expressão, à greve e ao *lock-out*.”. No entanto, havia um espaço de tolerância profundamente ambíguo, na medida em que seriam permitidas críticas à acção do Governo mas “dentro dos limites impostos pelo respeito mútuo e pela ordem social”¹⁴⁹.

Este autêntico programa político e golpe constitucional previa, ainda, outro objectivo de Spínola, um Governo predominantemente militar mas reformulado no sentido de maior isenção partidária. Previa também que a comissão *ad hoc* para a Imprensa, Rádio e Televisão retomaria as suas funções que, paralelamente, seriam alargadas porque a disciplina assim o exigia.

¹⁴⁸ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.195

¹⁴⁹ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.195 a 197

É um texto na linha dos discursos de Spínola aqui analisados e que terá no discurso de renúncia à presidência da República o seu ponto alto de dramatismo e de prenúncio de um país à beira do colapso. Sobretudo, temos a visão e concepção do mundo, da história, da política e da sociedade de um homem que convive mal com a democracia ou, pelo menos, algumas das suas características essenciais, como a discussão pública, o debate político, a contestação, a participação das massas na política, o pluralismo ou o multipartidarismo. É um angustiado Spínola que vê esfumar-se a possibilidade de concretizar um poder forte, personalizado, militarmente tutelado, de liberdades limitadas e capaz de sustentar uma vaga social tremenda de participação activa das massas na política. É uma mundividência e uma percepção da realidade de um homem em contra-ciclo. Em contra-ciclo com o tempo e em contra-ciclo com a dinâmica política, social e internacional.

Dias depois da redacção deste documento, Spínola recebe no Buçaco Costa Gomes em “missão de apaziguamento” que, após ter lido a Comunicação ao País que Spínola redigira contendo as propostas a apresentar ao Conselho de Estado e, no caso de este as rejeitar, o texto de renúncia à Presidência da República, dissuadiu-o de avançar com a demissão, garantindo estar em curso um processo de regresso à hierarquia no interior das Forças Armadas, traduzido no reforço da autoridade da Junta, pelo que não era necessário tomar as referidas medidas¹⁵⁰.

No dia imediatamente a seguir à visita de Costa Gomes, Spínola recebe o chefe do seu Gabinete Civil, Tenente-Coronel Dias de Lima, que o informa da redacção de um documento por parte de vários oficiais, que recebera a concordância e o visto de Costa Gomes que, por sua vez, afirma ter sido informado por Hugo dos Santos de que a Comissão Coordenadora aprovara o documento apesar de propor a limitação da sua influência, vindo depois a constatar que a informação era falsa¹⁵¹. Este documento, sincronizado com as linhas que os discursos de Spínola vinham vincando, sublinhando o desrespeito do Programa do MFA e a ilegitimidade da Comissão Coordenadora, apontava, essencialmente, para a extinção desta, integrando-a no Exército, e o restabelecimento da hierarquia militar. O documento que ficaria para a história como “Engrácia

¹⁵⁰ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.197 e 198

¹⁵¹ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, p.247

Nunes/Hugo dos Santos” constitui-se como um ataque fortíssimo à Coordenadora e terminava com o compromisso de apoio à JSN e fora redigido no Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Jaime Silvério Marques, com a colaboração dos oficiais Abel Cabral Couto, Ramalho Eanes, Carlos Simas, Aurélio Trindade, António Ferreira, Manuel Engrácia Nunes e Hugo dos Santos¹⁵².

As garantias anteriormente dadas por Costa Gomes sobre o retorno à hierarquia de comando no seio das Forças Armadas e este documento, segundo Spínola, terão feito recuar nas medidas a apresentar ao Conselho de Estado e na ameaça de demissão. O documento circulara por várias unidades a partir de 15 de Agosto e recebera numerosas assinaturas o que terá animado Spínola. Paralelamente, concorrendo também para este recuo, no dia 20 de Agosto, em mais um dos seus sucessivos plenários e reuniões, o MFA reitera a sua confiança no general Spínola enquanto Presidente da JSN, Chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas, enquanto a Comissão Coordenadora abandona São Bento e passa a funcionar na Cova da Moura, onde, segundo o *Diário de Lisboa*, ficava mais próxima de Costa Gomes e da Junta¹⁵³. No dia seguinte (21), num momento crítico da descolonização, Spínola recebe no Buçaco quatro elementos da FICO, e, adensando as suspeitas de uma crise política, Vasco Gonçalves reúne com representantes dos três partidos de governo, PCP, PS e PPD, e depois recebe Costa Gomes, o ministro sem pasta Melo Antunes, os conselheiros de Estado Vasco Lourenço, Vítor Crespo e Carlos Contreiras e o comandante-adjunto do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho¹⁵⁴.

O MFA vê-se obrigado a reagir a este ataque frontal, organizando vários plenários destinados a esclarecer a situação, desfazendo-se assim parte da dúvida levantada pelo *Diário de Lisboa* relativamente à razão da sucessão de tantos plenários do MFA¹⁵⁵. Melo Antunes dá uma entrevista justificada pela “onda de boatos alarmistas” que vinha circulando nos últimos dias sobre o MFA, reforçando o total empenho do MFA na defesa do seu Programa a *outrance*¹⁵⁶.

¹⁵² António de Spínola, *País sem Rumo*, p.199

¹⁵³ *Diário de Lisboa*, 22 de Agosto de 1974, p.1

¹⁵⁴ *Diário de Lisboa*, 22 de Agosto de 1974, pp.1 e 20

¹⁵⁵ *Diário de Lisboa*, 22 de Agosto de 1974, p.1

¹⁵⁶ *Diário de Lisboa*, 23 de Agosto de 1974, p.2

Significativamente, Costa Gomes em circular (de dia 22 de Agosto) para todas as unidades, de algum modo, desfaz a imagem deixada com documento Engrácia Nunes/Hugo dos Santos e deixa claro o lado em que se coloca, criticando, duramente, o que diz ser “a campanha de insinuações e boatos” dos “sectores reaccionários”¹⁵⁷.

Tudo indica estar-se na eminência de nova crise política. Spínola, num momento decisivo do processo de descolonização, aproveitava a continuidade da tensão social, as dificuldades sentidas na governação pelo II Governo e o Documento Engrácia Nunes/Hugo dos Santos para tomar nova posição de força. Ainda que não haja provas que sustentem que Spínola fora o responsável por trás do referido documento, aparentemente, o Presidente da República aproveita a sua circulação para, agitando mais uma vez com a ameaça da sua demissão, forçar o reforço dos seus poderes, garantir a entrada num estado excepcional de emergência e fragilizar a Comissão Coordenadora. As sucessivas reuniões não apenas do MFA, mas também entre vários elementos importantes do bloco de poder político-militar, sugerem que por estes dias de Agosto se procurou uma solução que evitasse a demissão de Spínola e uma nova crise política num momento tão delicado, sobretudo na frente da descolonização. Costa Gomes terá sido peça chave na momentânea pacificação das facções em braço-de-ferro, adiando-se cerca de um mês o choque decisivo.

De facto, as aludidas reuniões do MFA, que vinham inquietando os espíritos e adensando o clima de crise política eminente, são desdramatizadas dia 23 por Costa Gomes que garante serem de rotina e que as notícias que têm vindo a circular mais não pretendem que “criar instabilidade e confusão” e provocar condições para um “desvio aos objectivos proclamados pelo Movimento das Forças Armadas no seu programa”¹⁵⁸. Costa Gomes apresenta-se então totalmente sintonizado com o MFA e a Comissão Coordenadora num processo de inexorável e anunciada ruptura com Spínola. O jornal *Expresso*, que nos seus editoriais vinha anunciando o espectro de uma crise política, de uma luta entre a “linha socialista” e a “linha democrático-centrista” e desferindo algumas críticas ao MFA¹⁵⁹, afirma, sintomaticamente, que a decisão do pro-

¹⁵⁷ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.119

¹⁵⁸ *Diário de Lisboa*, 23 de Agosto de 1974, p.1

¹⁵⁹ *Expresso*, 24 de Agosto de 1974, p.10

cesso político num momento de crise passava muito por Costa Gomes. A 31 de Agosto, considera que a crise política estava ultrapassada e destaca o papel do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, salientando, ainda, que a Comissão Coordenadora estivera muito próximo de ser ultrapassada por, o que considera ser, uma segunda linha dentro do MFA, surgida ainda antes da crise Palma Carlos consubstanciada nos círculos afectos a Spínola¹⁶⁰.

De facto, Costa Gomes coloca-se do lado da Comissão Coordenadora no quadro da polémica do Documento Hugo dos Santos/Engrácia Nunes, fragilizando mais ainda a posição de Spínola que o critica duramente, acusando-o de traição no desenlace da crise aberta por este documento contra a Comissão Coordenadora.

O encerramento do mês de Agosto, do ponto de vista político, salda-se na assinatura em Argel do acordo com o PAIGC estipulando o regresso das tropas portuguesas da Guiné-Bissau para 31 de Outubro e o reconhecimento *de jure* da República da Guiné-Bissau como Estado soberano pelo Estado português para 10 de Setembro¹⁶¹ e na decisão do Conselho de Ministros de nacionalizar os bancos emissores. De salientar, ainda, a polémica decisão do Governo de decretar o enquadramento militar da greve da TAP¹⁶². Spínola vai interromper novamente as suas férias no Buçaco para se deslocar a Lisboa para reunir com a JSN, Conselho de Estado e Conselho de Ministros a propósito do acordo com o PAIGC. A nível partidário o Partido Socialista, em comunicado, informa da sua decisão em deixar de apoiar o Movimento Democrático Português na sequência da decisão deste em participar nas eleições para a Assembleia Constituinte¹⁶³.

Frequentemente secundarizado relativamente aos outros momentos de grande tensão político-militar, como o plenário de 13 de Junho na Manutenção militar ou a crise Palma Carlos, a segunda metade do mês de Agosto é um momento tenso e determinante na luta entre a Comissão Coordenadora e Spínola que, numa posição de maior fragilidade que nas anteriores situações de confronto, ensaia mais uma tentativa de ultrapassar o MFA, primeiro com as propostas que dizia vir a apresentar ao Conse-

¹⁶⁰ *Expresso*, 31 de Agosto de 1974, pp.10 e 17

¹⁶¹ *Diário de Lisboa*, 27 de Agosto de 1974, pp.1 e 18

¹⁶² *Diário de Lisboa*, 28 de Agosto de 1974, pp.1 e 24

¹⁶³ *Diário de Lisboa*, 29 de Agosto de 1974, pp.4 e 10

lho de Estado e, caso este as recusasse, com mais uma ameaça de demissão e, depois, capitalizando o celeuma levantado pelo documento Engrácia Nunes/Hugo dos Santos. Apesar de pouco transpirar para o exterior, Spínola mostrava que a cedência, a que fora forçado pelo MFA e pelas contingências internas e externas, no capítulo da descolonização com a Lei 7/74 não significava qualquer arrefecimento nos intuitos de reforçar o seu poder, imprimir contenção ao processo de democratização, destruir a Coordenadora, repor a hierarquia e retardar o processo de descolonização.

De facto, o mês de Agosto parece consubstanciar mais uma ofensiva spinolista pelo poder. A primeira decorreria nos dias imediatos ao golpe militar após ter sido nomeado para assumir a presidência da República e da Junta de Salvação Nacional. A segunda e terceira teriam lugar nos choques na Manutenção Militar a 13 de Junho e na crise Palma Carlos em Julho, respectivamente. A quarta tem então lugar em Agosto. Ultrapassado o espectro de crise política em finais de Agosto, com Setembro iniciava-se a derradeira cavalcada de Spínola pelo poder e pelo controlo da descolonização que teria a sua concretização definitiva a 28 de Setembro em Lisboa, 7 de Setembro em Moçambique e algures entre as duas datas em Angola.

A quinta e derradeira ofensiva no ano de 1974 estava, então, reservada para Setembro, onde, sintomaticamente, a par da dimensão política e militar, se detectará uma componente popular ou social com o apelo à “maioria silenciosa”, um indefinido magma social conservador que justificaria nos corredores do poder político-militar uma viragem política no processo alinhada com o pensamento que Spínola vinha construindo ainda antes do 25 de Abril e que depois procura materializar.

CAPITULO VII: A DERROTA DO 28 DE SETEMBRO. UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA

1. A CRISE DO 28 DE SETEMBRO

1.1. Do espectro da crise ao aumento da tensão política

As movimentações que dão origem à crise do 28 de Setembro estão determinadas pelo quadro social, político e colonial forjado ao longo do Verão. Sem alongar muito, na medida em que esta sucessão de acontecimentos foi já privilegiada em capítulos anteriores, não podemos deixar de fazer referência a alguns aspectos, designadamente ao quadro de lutas sociais.

O fim de Agosto conhece um recrudescer das lutas operárias que, após um surto febril em Maio e Junho, voltam a determinar um momento muito crítico para o Governo. Num contexto geral e transversal de lutas sociais e operárias, as lutas no *Jornal do Comércio*, TAP e Lisnave determinam, profundamente, o momento político. São autênticos desafios ao poder instituído, na medida em que afrontam declaradamente a restritiva e recém-promulgada Lei da Greve. A necessidade do Governo, à imagem do que fizera na greve dos CTT, recorrer à força ou presença militar para conter as mobilizações operárias era reveladora da delicadeza da situação.

Spínola surge em finais de Agosto e inícios de Setembro mais fragilizado. Se a realidade política interna e africana o indiciava, a situação social confirmava-o em definitivo.

Na frente africana, a situação está determinada pela moeda de duas faces que fora a promulgação da Lei 7/74. Se por um lado reflectia uma derrota para Spínola e um avanço decisivo no processo de descolonização, por outro, vai contribuir para o aumento da tensão política ao determinar que o general ponha em curso as *démar-*

ches necessárias para controlar, pelo menos, a descolonização de Angola, questão que estará no topo da agenda e no epicentro da estratégia e acção spinolista.

Se, internamente, a Lei 7/74 vai suscitar enorme apoio popular, em África assiste-se a uma reacção da extrema-direita traduzida em nova vaga de violência e terrorismo branco. Com a questão colonial na ordem do dia, a referida lei reservava para o Presidente da República a competência para concluir os acordos¹. Ainda na frente da descolonização, a tensão é alimentada pela ocupação do Rádio Clube de Moçambique, a 7 de Setembro, pela reacção ao acordo de Lusaka, por rumores sobre a actividade de mercenários financiados por Jorge Jardim que, por sua vez, estaria, também, no terreno procurando implementar a sua estratégia de uma independência unilateral branca ou mista², e por surtos de terrorismo branco. A demissão de Palma Carlos havia também gerado uma onda de violência em África, frequentemente associada à morte de uma taxista branca em Luanda³. O fechar do mês de Agosto traz consigo o acordo com o PAIGC, assinado dia 26 em Argel, com o reconhecimento por Portugal da independência da Guiné-Bissau e a formalização do cessar-fogo.

Em vários quadrantes, sobretudo nos partidos de esquerda, fala-se, recorrentemente, numa manobra reaccionária em curso alimentada pelo motim e fuga dos agentes da ex-polícia política dia 12 de Agosto, pela repressão policial da manifestação de apoio ao MPLA no Rossio dia 14, pela reorganização das direitas, por movimentações da alta finança, como o projecto do Movimento Dinamizador Empresa-Sociedade (MDES), que é acusada de financiar a extrema-direita em África, e pelas visitas presidenciais às unidades militares. Sob o signo do “antimarxismo”, do combate à “atmosfera revolucionária”, do reforço da ordem, do apelo à extrema-direita e ao “capital” e sob o espectro dos referidos incidentes no Rossio, a 24 de Agosto Partido Liberal, Partido Trabalhista Português e Partido do Progresso organizam um comício em Cascais em que se esboça uma estratégia de colaboração, acção comum e eventual fusão⁴.

¹Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.116

² Entrevista feita pelo autor a Francisco de Bragança van Uden, 14 de Fevereiro de 2013

³ *Diário de Lisboa*, 12 de Julho de 1974, p.18

⁴ *Expresso*, 24 de Agosto de 1974, p.3

Nos discursos por ocasião das visitas às unidades militares, Spínola, de algum modo, prepara o terreno para o apelo à “maioria silenciosa”, começa a definir o conceito, dá os primeiros passos na sua conceptualização, após se ter referido a ela na tomada de posse do II Governo Provisório. De facto, opondo ao que sentia como a comunicação do país e o caos, fala no “bom povo português” e em “patriotas autênticos” que resistiam estoicamente ao avanço comunista naquilo que Spínola dizia ser o “Portugal despolitizado”⁵.

O espectro de uma crise política e a demissão do Presidente da República pairam ao longo do mês de Agosto que conhece várias manobras de parte a parte. Logo no início de Agosto, Spínola ameaçara com a demissão⁶. Em meados do mês Spínola vai a banhos para o Buçaco para reflectir sobre a decisão a tomar, acabando por recuar na intenção de apresentar a demissão. Ao longo da segunda quinzena de Agosto sucedem-se plenários do MFA e reuniões com a presença de representantes dos órgãos de Estado e da CC do MFA. A partir da segunda quinzena, começa também a circular o documento Hugo dos Santos/Engrácia Nunes que se inscrevia na tentativa de Spínola recuperar algum do terreno que vinha perdendo e na decisão de se manter na Presidência da República. O fim de Agosto regista, ainda, mais um duro discurso de Spínola, desta vez na EPI de Mafra, após o qual regressa ao Buçaco onde recebe elementos do partido angolano FICO no dia 21.

Brevemente, é este o quadro que precede a arrancada de Spínola pelo poder e os preparativos para a manifestação da maioria silenciosa.

1.2. A reorganização das direitas

Importa agora observar esse campo heterogéneo que integrava as direitas que estarão do lado de Spínola na preparação dos acontecimentos de fim de Setembro.

Parece-nos, desde logo, um campo indefinido que incorpora várias tendências que, para além de um conservadorismo político e de uma via progressiva ou de contenção da descolonização, rejeitam o quadro político e social em gestação. Muitos dos

⁵ *Expresso*, 20 de Julho de 1974, p.2

⁶ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.186

que apoiam o federalismo spinolista, apoiam-no tacitamente na medida em que perfilhariam soluções, essencialmente, integracionistas. De facto, mais do que uma identificação com o projecto, valores ou doutrina que Spínola preconizava, estas direitas parecem ver no general a hipótese de conter a revolução em curso, a vaga de acções populares, a via de esquerda cada vez mais dominante, a hegemonização do processo político pelas esquerdas partidárias e militares e a descolonização rápida assente no reconhecimento do direito à independência.

Inevitavelmente abalados pelo refluxo das direitas após o golpe militar, desde o início de Maio que vemos surgir vários partidos ou movimentos que vão desde sectores de extrema-direita ligados às linhas mais duras do regime deposto até forças de uma direita moderada e democrática, passando por herdeiros do reformismo marcelista ou monárquicos. Ainda que os principais apoiantes da manifestação da “maioria silenciosa” tenham sido o Partido Liberal, o Partido do Progresso e o Partido da Democracia Cristã, outras forças políticas houve que, com menor expressão, estiveram também entre os seus apoiantes.

Segundo António Reis, o fracasso da abertura marcelista no sentido de reforma e evolução democrática do regime inviabilizou a afirmação sólida de um espaço político centrista liberal dotado de uma estratégia autónoma em sintonia com os sectores moderados das Forças Armadas, deixando Spínola refém ou contando apenas com a extrema-direita⁷.

São vários os passos dados por Spínola no sentido de criar forças políticas de centro-direita onde o vazio era quase total. Entre finais de Abril e inícios de Maio desenvolve várias iniciativas. Tenta que antigos deputados da Acção Nacional Popular criem um partido político que poderia constituir-se como um apoio ao seu projecto político e africano no braço de ferro com o MFA e partidos de esquerda. Pouco depois, três dias antes da fundação do PPD, a 6 de Maio, vai reunir-se com Sá Carneiro, com quem tinha relações desde a falhada candidatura presidencial do general em 1972, Magalhães Mota e Balsemão e faz-lhes sentir a necessidade da criação de um novo partido político que equilibrasse a composição do governo provisório a formar. Luís Nuno Rodrigues afirma, citando o chefe de gabinete de Spínola, José Blanco, que esta-

⁷ António Reis, “A Viragem”, in *Revista História* (Nova Série), nº1, Outubro de 1994, p.30

va em curso a formação de um partido do centro susceptível de conferir a Spínola um apoio civil. Paralelamente, esperava-se que Veiga Simão criasse um partido de direita moderada que não fosse o partido mais à direita do leque partidário⁸.

Ainda antes da formação do I Governo Provisório, Spínola, notando um desequilíbrio da balança política para a esquerda, reuniu com Kaúlza de Arriaga no sentido de este formar um partido de direita⁹. Kaúlza recusou o apelo, mas terá ainda comunicado a Freitas do Amaral a diligência de Spínola, incentivando-o, por sua vez, a tomar um lugar de destaque no tal partido de direita. No início de Junho, o futuro líder do CDS recebe o chefe da casa militar do Presidente da República, Almeida Bruno, que o incentiva a criar um partido de direita democrática, em face do “desvio” à esquerda assumido pelo PPD, a fraca expressão e o reaccionarismo dos partidos de direita e o crescimento e protagonismo de PCP e PS. Ainda que Freitas do Amaral reconheça esta abordagem como um estímulo para a criação do CDS, Spínola diz que não teve qualquer interferência na criação deste partido¹⁰.

Se o centro-direita ou a direita democrática, como algumas vezes este campo político era designado, se demarca de Spínola, nomeadamente PPD e CDS, neste último detectando-se uma linha de continuidade na rejeição do presidencialismo spinolista consubstanciada na recusa de Freitas do Amaral em aprovar as alterações sugeridas por Palma Carlos ao Conselho de Estado no início de Julho, já a “direita clássica, colonialista, integracionista” via na colaboração com Spínola uma “aliança tácita”. A afinidade era relativa, tendo, sobretudo, em conta as posições federalistas do general expostas em *Portugal e o Futuro*, no entanto, segundo Medeiros Ferreira¹¹, acaba por ser a questão colonial ou a forma como a descolonização estava a ser conduzida o principal ponto de aproximação, não esquecendo a ascensão da esquerda militar, social, partidária e politicamente, e a construção de uma via revolucionária.

A adesão destas direitas a Spínola acaba por ser mais circunstancial e instrumental do que resultado de uma particular afinidade ideológica e programática, não obstante os pontos em comum. Um dos muitos rumores sobre o 28 de Setembro era

⁸ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.296

⁹ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.135

¹⁰ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.135

¹¹ Entrevista a José Medeiros Ferreira, in Revista *História* (Nova Série), nº1, Outubro de 1994, pp.18 a 25

que, após o sucesso da manifestação da “maioria silenciosa”, o passo seguinte da extrema-direita seria a substituição de Spínola por Kaúlza de Arriaga¹².

Recorrendo ao relatório sobre o 28 de Setembro¹³, vemos que, logo a 3 de Maio, é criado o Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP) e a 5 o Partido Cristão Social Democrata (PCSD), fundado, entre outros, por Frei Bento Domingues, que se une pouco tempo depois com o Partido Democrático Popular Cristão (PDPC), onde pontificava Nuno Calvet de Magalhães. O PTDP será uma dos principais apoiantes da manifestação da “maioria silenciosa” e tem fortes ligações com grupos colonialistas em África.

Em finais de Abril e início de Maio¹⁴ é criado o Movimento Federalista Português/Partido do Progresso, composto por elementos da direita salazarista contestatários de Marcelo Caetano, antigos membros da ANP, monárquicos, partidários de várias organizações de direita e extrema-direita, antigos combatentes e militares afectos a Spínola. A 27 de Abril, uma delegação do MFP/PP é recebida na Cova da Moura pelo Presidente da República. Conta com sectores da direita radical crítica de Marcelo Caetano, como os “nacionalistas revolucionários” da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, portadores de uma concepção de um Portugal pluricontinental, ligados à Cooperativa Livreira Cidadela criada em Coimbra e também com sede no Porto¹⁵. Após o 25 de Abril, uma facção deste grupo, liderada por Valle de Figueiredo, aderirá ao federalismo de Spínola e fundará o MFP/PP e, posteriormente, integrará o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP). Já a linha integrista juntar-se-á ao Movimento de Acção Portuguesa (MAP) e ao Comité Nacional de Acção Revolucionária (CNAR) do Porto. Estes últimos integrarão também o MFP/PP e, mais tarde, o Exército de Libertação de Portugal (ELP).

Entre os seus fundadores contavam-se José de Magalhães Valle de Figueiredo, Fernando Pacheco de Amorim, Luís Oliveira Dias, José Miguel Júdice ou Joaquim Mi-

¹² Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, p.323

¹³ *28 de Setembro*, Trabalho elaborado pela Comissão Ad Hoc encarregada de investigar os Acontecimentos do 28 de Setembro, Movimento das Forças Armadas, Lisboa, 1975, p.48

¹⁴ Enquanto Sánchez Cervelló (*A Transição Portuguesa...*, p.198) data de 6 de Maio a fundação, Avelino Rodrigues, (*Portugal depois de Abril*, p.73) afirma que esta aconteceu na noite de 25 para 26 de Abril

¹⁵ Riccardo Marchi, “A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)”, in *Análise Social*, vol. XLIII (3º), 2008, pp.571-573

guel Seabra Ferreira, director do *Tribuna Popular*, importante órgão na promoção da manifestação da “maioria silenciosa”. O Movimento manteve contactos em África com forças de direita criadas em África após o 25 de Abril, como a Associação Cívica Pró-Angola, Liga dos Naturais da Guiné, Liga Popular dos Guinéus, Movimento Federalista de Moçambique, Movimento Federalista de Timor ou União Democrática de Cabo Verde. Terá até estimulado a criação de alguns destes e outros movimentos em África hostis aos movimentos de libertação¹⁶. Teria ainda relações com organizações fascistas estrangeiras e uma boa implantação na imprensa regional¹⁷.

A defesa de uma via federalista terá sido o elemento unificador deste partido que, em meados de Junho, no entanto, deixará cair o nome de Movimento Federalista Português, demasiado focado na frente da descolonização, para se passar a designar apenas por Partido do Progresso, privilegiando a luta político-partidária interna. Paralelamente, importantes facções e membros do partido eram, sobretudo, integracionistas, revelando o nome do partido a intenção de se integrar no léxico pós 25 de Abril.

A partir de uma cisão no PCSD é fundado o Partido da Democracia Cristã a 10 de Maio, defendendo, para as colónias portuguesas, “uma solução luso-africana federativa conducente a um Estado pluricontinental” e que se contará entre os principais apoiantes da manifestação de 28 de Setembro¹⁸. Em Maio surge, ainda, a Associação Livre de Agricultores (ALA) constituída por proprietários rurais que, mesmo que pouco relevante, terá o seu papel neste processo, como veremos, ao convocar uma manifestação para 29 de Setembro. A 23 é constituído formalmente o Partido Popular Monárquico que defende a autodeterminação por via eleitoral, o não reconhecimento dos movimentos de libertação como únicos interlocutores, com quem, aliás apenas se deveria negociar, após aceitarem um referendo para a autodeterminação¹⁹.

A 28 de Maio surge o Partido Liberal, a partir de uma cisão na Convergência Monárquica, integrando a sua facção mais radical, que critica a via das negociações seguida pelo I Governo e o Programa do MFA. A sua existência foi pouco relevante até

¹⁶ Avelino Rodrigues, *Portugal depois de Abril*, p.73

¹⁷ 28 de Setembro, p.48

¹⁸ 28 de Setembro, p.48

¹⁹ Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro, Maria Natércia Coimbra, *O Pulsar da Revolução (Cronologia 1973-1976)*, Coimbra, Afrontamento, 1997.

Agosto. Fará o seu primeiro comício a 15 de Agosto no Teatro São Luís, tem no jornal o *Tempo Novo* o seu órgão de informação e teria ligações com movimentos africanos que se opunham à descolonização²⁰. Entre os seus elementos mais destacados contam-se o tenente-coronel António Luís Marques de Figueiredo e José Harry de Almeida Araújo que acabaria por ser o secretário-geral. Declaradamente anticomunista, o PL conta com forte apoios financeiros, nomeadamente na indústria. Segundo o relatório sobre o 28 de Setembro, o Partido Liberal foi o grande coordenador e o centro da preparação da manifestação da “maioria silenciosa” na sua vertente civil, nomeadamente na impressão, distribuição e colagem dos cartazes²¹.

Ainda em Maio, surge o Movimento Popular Português (MPP), apoiante da manifestação da “maioria silenciosa” e que apontava para a criação de uma frente unida de direita para dar combate eleitoral à esquerda, pretendo criar a Frente Democrática Nacional (FDN) que substituiria as anteriores tentativas de unificação das direitas: a Frente Democrática Unida (FDU) e a Frente Social Democrata (FSD). Em carta enviada ao primeiro-ministro Palma Carlos fala na “grande massa silenciosa”, no combate ao marxismo e entre as suas linhas orientadoras estava uma concepção integrista de um Portugal do Minho a Timor. Com relações próximas com o PNP, apoios nos sectores católicos no interior e norte do país, tinha ainda apoios na imprensa, nomeadamente na revista *Resistência*²².

De reduzida expressão, referência ainda para o Movimento de Acção Portuguesa, representativo de uma linha integracionista e anticomunista que recrutava militantes, sobretudo, entre antigos legionários. Incorpora, como vimos, a linha integrista da Cooperativa Cidadela e entre os seus fundadores estão Florentino Goulart Nogueira e Rodrigo Emílio Alarcão Ribeiro de Melo. O MAP é o resultado de uma cisão na direita resultante da questão colonial. Aqueles que perfilhavam ou aceitavam as teses federalistas juntaram-se à tendência que está na génese do Movimento Federalista, enquanto as linhas integristas formarão o Movimento Nacionalista Português e do MAP²³.

²⁰ Avelino Rodrigues, *Portugal depois de Abril*, p.76

²¹ 28 de Setembro, p.33

²² 28 de Setembro, pp.30-32

²³ 28 de Setembro, pp.27-30

O Partido Nacionalista Português (PNP), um dos mais radicais, era tido como o mais representativo da direita “legionário-fascista”. Acabou por ser desmantelado dias antes do 28 de Setembro, tendo vindo o Partido do Progresso desmentir qualquer ligação com o PNP²⁴.

A 10 de Junho tem lugar uma grande assembleia do PTDP que elege Spínola como presidente honorário do partido, no mesmo dia em que se realizam manifestações em Lisboa e no Porto, que são denunciadas como de extrema-direita, apelando ao federalismo. É de notar que ambos os acontecimentos são precedidos pelo arranque das negociações com a FRELIMO em Lusaka a 6 de Junho, novo discurso alarmista de Spínola, desta vez em Évora, e por críticas de Galvão de Melo ao quadro aberto pelo 25 de Abril²⁵. Paralelamente, são dias marcados pelo braço-de-ferro da Manutenção Militar. Na segunda semana de Junho Jorge Jardim abandona a Embaixada do Malawi, em Lisboa, onde esteve refugiado e, passando largas temporadas em Espanha e na África do Sul, é associado a acções contra a FRELIMO e a independência em Moçambique.

A 15 de Junho o Movimento Popular Português (MPP) publica o seu primeiro manifesto e mostra-se muito crítico relativamente à descolonização. Ainda em Junho o MFP e o PL constituem a Fundação para a Difusão de Conhecimentos Políticos, Sociais e Económicos (DICOPSE), mais uma iniciativa da extrema-direita. Entre os seus objectivos está a publicação do *Bandarra* e a realização de actividades de apoio a organizações de direita.

Na sequência de crise Palma Carlos, a 10 de Julho, MFP, PTDP, PL e MPP reúnem para debater a situação e, em comunicado, revelam sentir-se discriminados pelo novo poder e consideram que “a grande maioria do País tem sido silenciada”, e são recebidos por Spínola a quem apelam para o cumprimento do Programa do MFA. Pouco depois, a 15 de Julho, dá-se a criação do Partido Social-democrata Português (PSDP)

²⁴ 28 de Setembro, pp.29-30

²⁵ Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro, Maria Natércia Coimbra, *O Pulsar da Revolução (Cronologia 1973-1976)*.

que conta entre os fundadores com Palma Carlos²⁶ que, no entanto, abandonará o partido em Agosto. Este partido terá vida curta, desaparecendo em Agosto.

Contribuindo para os rumores de uma reorganização das direitas que terão o seu ponto alto ao longo de Agosto e Setembro, surge a 24 de Julho no Porto o Partido Nacionalista Português (PNP), que integra vários membros da ANP e LP, e é publicado o nº0 do *Tribuna Popular*, órgão do Partido do Progresso/Movimento Federalista Português.

A 16 de Agosto sai o primeiro número do *Tempo Novo*, dirigido por Hipólito Raposo, ligado ao Partido Liberal e que será suspenso dias antes da manifestação por decisão da comissão *ad hoc* para a imprensa na sequência de uma carta aberta a Otelo Saraiva de Carvalho e de críticas ao processo de descolonização²⁷. A 22 de Agosto surge o Movimento Dinamizador Economia-Sociedade (MDE/S) associação de grandes industriais como Champalimaud, Mário Vinhas, J.M. Mello ou Miguel Quina²⁸, apontado como parte ou elemento apoiante na reorganização das direitas.

Em finais de Agosto é constituída a Frente Democrática Unida (FDU), agrupando o Partido do Progresso, Partido Trabalhista Democrático Português e o Partido Liberal²⁹, que tem como porta-voz o semanário *Bandarra*. Pouco depois, surge a Aliança dos Portugueses para o Progresso Social englobando os partidos de direita não englobadas na FDU: Partido Democrata Cristão, o Partido Cristão Social, Partido Social Democrático Independente e elementos do Partido Social Democrata Português. Não obstante as reservas relativamente ao discurso de Spínola, o objectivo era o de constituir uma frente de direita para apoiar o Presidente da República, avançando o *Expresso* com o nome de Venâncio Deslandes para a liderança³⁰.

A imprensa constituir-se-á como um dos principais apoios dos organizadores da manifestação. Para além dos casos mais conhecidos – *Bandarra*, *Economia e Finanças*, *Tribuna Popular* ou *Tempo Novo* -, há uma importante acção desenvolvida pela imprensa regional, tanto na sua promoção, como no ataque a MFA, Governo, partidos de

²⁶ *Diário de Lisboa*, 15 de Julho de 1974, p.2

²⁷ *Diário de Lisboa*, 17 de Setembro de 1974, p.20

²⁸ *Diário de Lisboa*, 21 de Agosto de 1974, p.1

²⁹ Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro, Maria Natércia Coimbra, *O Pulsar da Revolução (Cronologia 1973-1976)*.

³⁰ *Expresso*, 14 de Setembro de 1974, p.1

esquerda e movimentos sociais, designadamente fora dos meios urbanos mais politizados onde se encontraria a população que se pretendia que representasse a “maioria silenciosa”. Destaque para *A Resistência* (Lisboa), *O Clarim* (Braga), *João Semana* (Ovar), *O Valenciano* (Valência do Minho), o *Mensageiro Paroquial* (Seia), o *Jornal do Sul* (Beja), o *Jornal da Bairrada*, o *Vilaverdense* ou o *Jornal de Famalicão*³¹.

1.3. A marcha dos acontecimentos

Segundo o relatório sobre o 28 de Setembro do Estado-Maior General das Forças Armadas, a manifestação da “maioria silenciosa” tem raízes em acontecimentos situáveis em fins de Julho, momento que marca o arranque de “uma ofensiva orquestrada pela extrema-direita”³². Antes disso, como vimos, a 10 de Julho, Spínola recebe uma delegação representativa do Movimento Federalista Português, do Partido Trabalhista Democrático Português, do Partido Liberal e do Movimento Popular Português, que entrega ao Presidente da República um documento queixando-se da discriminação de que se sentiam alvo e com a referência à “grande maioria do País” que “tem sido silenciada”³³.

Subsistem algumas incertezas relativamente à génese ou à origem da ideia da manifestação da “maioria silenciosa”. Spínola afirma que foi informado por Galvão de Melo, em meados de Setembro, de que estava a ser preparada uma grande manifestação de apoio ao Presidente da República, ideia que não o entusiasmou. Posteriormente, voltou a falar sobre a manifestação com Galvão de Melo até que a imprensa começou a referir-se ao assunto. Uma semana antes da data fixada, recebeu então Fernando Cavaleiro e a comissão organizadora, e, pela mesma altura, o Presidente da Liga dos Combatentes, o general Almeida Viana, que convida Spínola para assistir à tourada de beneficência organizada pela Liga³⁴. Francisco van Uden, no entanto, afirma que foi Spínola, inspirado em De Gaulle, quem procurou aqueles que viriam a ser os organizadores da manifestação – nesta fase o próprio van Uden e Fernando Cavaleiro -, informando-os da necessidade de uma manifestação pública de apoio popular para comba-

³¹ 28 de Setembro, p.23

³² 28 de Setembro, p.21

³³ 28 de Setembro, p.34

³⁴ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.211-212

ter a “infiltração comunista no MFA”³⁵. Seja qual for a versão, inclinando-nos para que é de Spínola a paternidade da ideia, deste encontro surgiu a comissão organizadora da manifestação que arranca com os preparativos.

Dia 9 de Setembro reúnem-se para preparar a manifestação da “maioria silenciosa”, elementos do PP, PDC e PL, tendo sido escolhidos para a comissão organizadora José Filipe Rebelo Pinto, António Sousa Macedo, Manuel Sá Coutinho, Francisco de Bragança van Uden, António da Costa Félix e Manuel João Ramos de Magalhães, que viria a ser presidida por Fernando José Pereira Marques Cavaleiro, na sequência de contactos entre o Tenente-coronel Figueiredo e o general Kaúlza de Arriaga. Segundo o relatório dos acontecimentos³⁶, Fernando Cavaleiro, em reunião dia 13 com a Comissão Organizadora, terá imposto como condição para a presidir, dar conhecimento da manifestação a Spínola e Costa Gomes, com quem tinha relações de amizade. Enquanto o segundo levantou várias objecções, Spínola terá manifestado a sua concordância.

Há uma coincidência cronológica de factos ocorridos no tabuleiro africano com o arranque da preparação da manifestação. Dia 7 de Setembro é assinado o acordo de Lusaka e rebenta em Lourenço Marques uma acção da comunidade branca contra este. Dia 9 acontece a referida reunião da qual sairá a comissão coordenadora da manifestação. Dia 10 temos a cerimónia oficial da independência da Guiné-Bissau em que o Presidente da República lança críticas a algumas formas que o processo de descolonização tem assumido e apela à maioria silenciosa. A 14 de Setembro, Spínola encontra-se com Mobutu para discutir o futuro de Angola. Spínola, após se ter já referido à “maioria silenciosa” em várias ocasiões, nomeadamente na tomada de posse do II Governo a 18 de Julho³⁷, a 10 de Setembro, a propósito do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, volta a apelar à “maioria silenciosa” que tem de “despertar e de se defender activamente dos totalitarismos extremistas”.

O clima político em inícios de Setembro é de falso desanuviamento³⁸, após ter sido, aparentemente, ultrapassada a crise de meados de Agosto, esforçando-se os órgãos de poder por transmitir uma imagem de normalidade e união, de que a fase mais

³⁵ Entrevista feita pelo autor a Francisco van Uden a 14 de Fevereiro de 2013

³⁶ *28 de Setembro*, pp.37-38

³⁷ *Diário de Lisboa*, 18 de Julho de 1974, p.12

³⁸ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.200

aguda de uma crise política fora já ultrapassada³⁹. No entanto, são muitas as manobras da direita tendentes à manifestação e o aumento da temperatura política iniludível.

De facto, no editorial do Boletim da Comissão Coordenadora do MFA de 9 de Setembro podia ler-se: “verificam-se por outro lado graves sintomas de que as forças conservadoras, e sobretudo os meios mais reaccionários, como os dos fascistas desalojados do poder pelo 25 de Abril, não se conformam com a nova ordem democrática e começam a levantar a cabeça”. E conclui que o MFA “não pode ficar indiferente perante as manobras e acções contra-revolucionárias”⁴⁰

No dia 10 de Setembro, nas instalações da SINASE, o tenente-coronel Figueiredo, Almeida Araújo e António Ávila reúnem-se com os membros da Comissão Organizadora da manifestação, distribuindo tarefas. A 13 de Setembro, o Partido Liberal distribui uma carta-circular apelando à participação na manifestação de apoio ao Presidente da República que seria denominada de “maioria silenciosa” e a realizar em data a anunciar. Tornam-se frequentes as acções e as tomadas públicas de posição dos partidos de direita e o Partido Liberal, em comunicado, refere-se à crise económica que considera resultado directo do 25 de Abril e da agitação social⁴¹. A 19, o partido emitirá um comunicado público sobre a manifestação e empenha-se na organização da manifestação com funcionários seus destacados para diversas zonas do país. Será no Porto que o Partido Liberal constituirá o eixo da organização da manifestação⁴².

No Quartel do Carmo, numa cerimónia de transmissão do Comando da GNR no dia 13 Setembro, para além dos elogios deixados a esta corporação, Spínola volta a falar na necessidade de “ordem”, “disciplina” e “autoridade”⁴³.

Ao mesmo tempo, a 14 de Setembro, era publicado o nº 0 do *Bandarra*. Segundo o relatório, o jornal era propriedade da Editorial Restauração, da qual eram accionistas Pedro Soares Martinez, Filipe de Bragança e o Conde de Caria. O director era Miguel Freitas da Costa, ex-jornalista dos jornais *Agora* e *Diário da Manhã* e Manuel Múrias, ex-chefe de redacção do Telejornal da RTP antes do 25 de Abril, seu colabora-

³⁹ *Expresso*, 31 de Agosto de 1974, p.10

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, 19 de Setembro de 1974, p.1

⁴¹ *Diário de Lisboa*, 18 de Setembro de 1974, pp.9 e 17

⁴² *28 de Setembro*, pp.38-39; 44

⁴³ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.202

dor importante. Paralelamente, este periódico beneficiara de empréstimos do Banco Espírito Santo e Comercial⁴⁴. O *Bandarra* vai distinguir-se pelos ataques ao processo descolonizador e por posições a favor da manifestação da “maioria silenciosa”.

No dia 15 de Setembro a ALA decide convocar uma manifestação junto ao Palácio de Belém para dia 29 no sentido de entregar ao Presidente da República e ao Governo uma carta com as suas reivindicações. O objectivo real seria, porém, fazer coincidir esta acção com as movimentações da “maioria silenciosa”. No mesmo dia são nacionalizados os bancos emissores⁴⁵. Também o Partido Trabalhista Democrático Português se pronuncia, denunciando que os órgãos de imprensa não divulgam propositamente as suas posições⁴⁶.

No dia 18 as instalações do PNP no Porto são ocupadas pela PSP, militantes presos e o partido extinto por ordem do Governo Provisório que declara o partido interessado em derrubar as instituições democráticas⁴⁷. Depois de, a 28 de Agosto, catorze membros do Movimento Popular Português terem sido detidos por colar cartazes, durante a madrugada de dia 19 de Setembro em Lisboa são novamente afixados cartazes da manifestação. Militantes do PCP e do MDP rasgam parte dos cartazes afixados e provocam confrontos com elementos da organização da manifestação. O *Diário de Lisboa* denuncia a manifestação “reaccionária”, dizendo que escondia objectivos mais vastos que iam contra o Programa do MFA. Refere ainda que populares denunciaram esta acção à polícia e que os cartazes eram da mesma natureza dos anúncios enviados para todos os jornais diários mas que, por iniciativa dos trabalhadores da imprensa, foram recusados e, como tal, não publicados⁴⁸. Também no Norte do país são lançados panfletos da manifestação com a sigla do Partido Nacionalista Português.

Segundo o relatório citado, o financiamento da manifestação terá sido organizado por Kaúlza de Arriaga e o Tenente-coronel Fernando Cavaleiro que garantiram o apoio financeiro do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. As verbas são, essencialmente, aplicadas na propaganda, nomeadamente em cartazes, aluguer de cinquenta

⁴⁴ 28 de Setembro, p.21

⁴⁵ *Diário de Lisboa*, 12 de Setembro de 1974, pp. 1 e 2

⁴⁶ *Diário de Lisboa*, 18 de Setembro de 1974, p.12

⁴⁷ *Diário de Lisboa*, 18 de Setembro de 1974, p.24

⁴⁸ *Diário de Lisboa*, 19 de Setembro de 1974, p.20

avionetas para distribuição de panfletos, fretes de táxis aéreos, aluguer de cerca de mil camionetas no Norte do país destinadas ao transporte gratuito de pessoas para Lisboa. Esta última operação foi financiada através de uma transferência bancária do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa para uma conta colectiva onde um dos titulares, Silvino Castro Moreira, era membro do Secretariado Regional do Norte do Partido Liberal. Paralelamente, o Presidente do Conselho de Administração do BESCL está envolvido em operações com elementos do Partido do Progresso⁴⁹.

Ao mesmo tempo, crescia a contestação e o ataque feroz à manifestação. O *Diário de Lisboa* de 19 de Setembro ecoava o aumento da tensão e o receio de uma ofensiva reaccionária ao noticiar uma depuração dos comandos militares de Moçambique devido à sua acção no 7 de Setembro e por estarem ligados a elementos por trás desta acção, particularmente hostis à FRELIMO, nomeadamente ex-agentes da polícia política libertados no dia da ocupação do Rádio Clube de Moçambique e membros do Movimento Moçambique Livre⁵⁰. Dias depois, adensando o alarmismo, mesmo que sem aparente relação directa com a manifestação, são encontradas por membros da Associação dos ex-presos Políticos Antifascistas algumas armas e munições no Lar Militar da Cruz Vermelha que albergava familiares de ex-agentes da PIDE vindos de Moçambique na sequência dos acontecimentos de 7 de Setembro⁵¹. Mais uma vez, é referida a vigilância popular na denúncia de nova “manobra da reacção”.

Paralelamente, Cunhal dizia em comício na Amadora no dia 21: “Se a reacção aguça os dentes e se prepara para morder, é necessário partir-lhos antes que mor-da”⁵². Dias antes, a Comissão Política do PS ataca a actividade dos grupos de direita que acusa de serem “agrupamentos fascistas” e apela à “vigilância popular”⁵³.

Também o MDP se pronuncia em comunicado sobre a manifestação e denuncia o apoio de párocos na zona de Viana do Castelo à manifestação e a preparação de trans-

⁴⁹ 28 de Setembro, pp.40-43

⁵⁰ *Diário de Lisboa*, 19 de Setembro de 1974, pp.1 e 20

⁵¹ *Diário de Lisboa*, 21 de Setembro de 1974, pp.1 e 12

⁵² *Diário de Lisboa*, 21 de Setembro de 1974, p.4

⁵³ *Diário de Lisboa*, 17 de Setembro de 1974, pp.1 e 20

portes gratuitos para Lisboa⁵⁴. O CDS, em comunicado, apressava-se a desmentir quaisquer ligações com o recém-extinto PNP⁵⁵.

Dia 20 Rosa Coutinho é chamado de urgência a Lisboa por Spínola que assumira directa e definitivamente a descolonização de Angola e todas as negociações⁵⁶.

A tensão crescia também na TAP por estes dias, onde, já com as instalações do aeroporto de Lisboa ocupadas por forças militares, em plenário de dia 17, os trabalhadores decidem avançar com a paralisação total às 0 horas de dia 24. Governo, sindicatos e PCP reagem muito negativamente a esta luta. Ao mesmo tempo continuava a greve no *Jornal do Comércio* que recebe o apoio e solidariedade de muitos outros periódicos.

Álvaro Cunhal, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, denuncia a “ofensiva reaccionária e anticomunista” em curso, considerando a iniciativa do MDE/S investir 120 milhões de contos na economia como mais “uma peça no plano político mais vasto tendente à instauração de um governo das direitas”. Dá ainda como sintoma dessa ofensiva os acontecimentos de 7 de Setembro em Lourenço Marques⁵⁷.

Dia 23 o Governador Civil de Lisboa autoriza a manifestação. Dia 24 acorda com a paralisação da Divisão de Manutenção e Engenharia da TAP, não obstante os trabalhadores estarem submetidos ao foro militar, o que lhes proibia qualquer paralisação do trabalho. No mesmo dia os trabalhadores da TAP manifestam-se junto do Ministério do Trabalho percorrendo várias artérias da Lisboa⁵⁸. O conflito agrava-se com o despedimento de cerca de 300 trabalhadores da DME que motivará nova manifestação, desta vez em São Bento, no dia 25, com a presença de cerca de 5 mil trabalhadores, que recebe o apoio de trabalhadores de empresas como Effacec Inel, CTT, Sogantal, Cergal e de sindicatos como o do Sindicato dos Electricistas do Centro ou do Sindicato Nacional dos Técnicos das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa que se demarca, veementemente, das críticas aos trabalhadores da TAP veiculadas em comunicado

⁵⁴ *Diário de Lisboa*, 21 de Setembro de 1974, p.4

⁵⁵ *Diário de Lisboa*, 19 de Setembro de 1974, p.8

⁵⁶ *Diário de Lisboa*, 23 de Setembro de 1974, p.5

⁵⁷ *Diário de Lisboa*, 24 de Setembro de 1974, pp.1, 10 e 11.

⁵⁸ *Diário de Lisboa*, 24 de Setembro de 1974, p.24

conjunto de vários sindicatos⁵⁹. O MES, em comunicado da sua Comissão Executiva da Comissão Política Nacional de dia 26, integra os despedimentos na TAP na “recente ofensiva das forças reaccionárias ao serviço do capitalismo” que passava pela manifestação da “maioria silenciosa”, a libertação de Casal Ribeiro, Moreira Baptista ou Silva Cunha e pela resistência aos saneamentos na Lisnave, *Jornal do Comércio* e TAP⁶⁰.

A organização da manifestação e o espírito por trás dela revelavam-se em contra-mão com a dinâmica dos movimentos sociais. Vários trabalhadores, fosse através dos sindicatos, fosse através das comissões de trabalhadores ou mais ou menos inorganicamente, colocam-se contra a manifestação. É o que fazem os trabalhadores das telecomunicações, da Rádio Renascença, do cinema, da Publifirma que se demarcam da impressão dos cartazes da “maioria silenciosa” cuja responsabilidade atribuem ao director Hipólito Raposo⁶¹, ou da informação que boicotam a publicação de anúncios da manifestação⁶². Para além dos casos mais emblemáticos, trabalhadores de várias empresas estão em luta como na Pfizer, na Friantarticus, na Duarte Ferreira em Vieira de Leiria, na Rádio Renascença, na RTP, nos TLP, na J. Pimenta e várias empresas de construção civil. Metalúrgicos, empregados de hotelaria, trabalhadores industriais do Alentejo, motoristas são outros dos grupos profissionais com processos de luta em Setembro.

A data da manifestação apenas é fixada quatro dias antes, a 24. Circulam notícias sobre manifestações reaccionárias, nomeadamente, na Guarda e reuniões entre antigos elementos da Legião Portuguesa e da ANP, do PNP e do clero local, insuflando o clima de repúdio pela manifestação. Paralelamente, a imprensa regional no Norte do país publicava artigos de apoio à manifestação e de apelo à ordem⁶³.

Sindicatos como o dos ferroviários ou dos motoristas denunciam o fretamento de autocarros e comboios e assumem uma posição de vigilância. Também o PCP, através da Comissão Política do Comité Central, alerta para a manifestação de “reaccionários e fascistas encapotados” que visa destruir o processo de democratização. Regozi-

⁵⁹ *Diário de Lisboa*, 26 de Setembro de 1974, pp.1 e 12

⁶⁰ *Diário de Lisboa*, 26 de Setembro de 1974, p.12

⁶¹ *Diário de Lisboa*, 24 de Setembro de 1974, pp.19 e 20

⁶² *Diário de Lisboa*, 25 de Setembro de 1974, p.1

⁶³ *Diário de Lisboa*, 25 de Setembro de 1974, pp.8 e 10

ja-se com a proibição do PNP, denuncia o apoio da “alta finança” à manifestação e, por fim, apela à vigilância popular e à unidade e acção de todos os partidos. A Comissão Central do MDP, por seu lado, denuncia o que chama de “minoría tenebrosa” composta por ex-pides, ex- legionários, partidos fascistas e grandes capitalistas⁶⁴.

Na tarde de 26 tem lugar o Concurso Hípico Internacional de Lisboa em que Spínola comparece na companhia de Costa Gomes. O Presidente da República foi entusiasticamente ovacionado, enquanto o Chefe de Estado Maior foi ignorado. Spínola recebeu ainda um cartaz da “maioría silenciosa” entre os aplausos dos presentes. Nesta ocasião Galvão de Melo, trajado de cavaleiro, declara o seu apoio à manifestação⁶⁵.

Dia 26 o *Diário de Lisboa* escrevia o seguinte sobre a manifestação da “maioría silenciosa”:

“A ‘silenciosa’, minoría tenebrosa que pelos processos sobejamente divulgados se propõe fazer uma manifestação de ‘apoio’ ao general Spínola e ao Movimento das Forças Armadas, continuava em silêncio até à hora de fecharmos esta edição, pois não respondera à convocatória feita pelo governador civil, através da Rádio, para que os membros da comissão organizadora se apresentassem no Governo Civil a fim de serem notificados de assunto do seu interesse. Provavelmente os promotores da ‘manifestação burla’, como a maioria esmagadora do povo português a classificou, serão ainda hoje convocados para lhes ser comunicada a decisão do Governo, enquanto as forças democráticas se mantêm vigilantes para esmagar à nascença qualquer provocação reaccionária que porventura passasse através das malhas da lei. Sabe-se por outro lado, que elementos reaccionários têm tentado adquirir o maior número possível de bilhetes para a corrida de touros que esta noite se realiza no Campo Pequeno, a favor da Liga dos Combatentes, e à qual deve assistir o General Spínola.”⁶⁶

Na noite de 26, Spínola e Vasco Gonçalves assistem à tourada organizada pela Liga dos Combatentes. Segundo o relato de Sanches Osório, ministro da Comunicação Social, no dia da tourada, Spínola pediu-lhe para informar o Conselho de Ministros de que iria estar presente no referido evento tauromáquico e que o Governo deveria fazer um comunicado autorizando a manifestação sob pena de Spínola perder a confiança no Primeiro-ministro e no Governo⁶⁷.

Durante a corrida de touros no Campo Pequeno, o Presidente da República é fortemente aplaudido e o Primeiro-ministro vaiado e insultado no intervalo, de forma bem mais ostensiva do que o sucedido com Costa Gomes nessa tarde no concurso hí-

⁶⁴ *Diário de Lisboa*, 25 de Setembro de 1974, p.18

⁶⁵ 28 de Setembro, p.48

⁶⁶ *Diário de Lisboa*, 26 de Setembro de 1974, p.24

⁶⁷ Revista *História* (Nova Série), nº1, Outubro de 1994, p.27

pico. Tudo indica que tinham sido distribuídos vários bilhetes entre apoiantes de Spínola, nomeadamente por Sousa Machado, com a colaboração dos banqueiros Espírito Santo e Jorge de Brito, através do Partido Liberal⁶⁸. No intervalo, o cavaleiro João José Zoio mostrou um cartaz da manifestação e esta foi amplamente publicitada pelo sistema sonoro da praça de touros. Paralelamente, “todas as faenas foram saudades com gritos de ‘Portugal, Portugal, Ultramar, Ultramar’. “Viva Spínola”, “Viva o Ultramar”, “Viva a GNR”, “Abaixo o MFA” foram algumas das palavras de ordem mais ouvidas⁶⁹.

Vários factos há ainda a registar nesta corrida de touros que o Partido do Progresso via como uma espécie de comício preparativo da manifestação. Em primeiro lugar, a conversa tida entre Spínola e Vasco Gonçalves, reveladora da definição dos campos em disputa. Já com a presença dos membros da JSN, excepto Costa Gomes, os promotores da tourada propuseram ao Presidente da República um minuto de silêncio pelos militares mortos na guerra colonial. Spínola, concordando, perguntou a opinião ao Primeiro-ministro que lhe respondeu que apenas concordaria caso o minuto de silêncio fosse também dedicado aos combatentes africanos dos movimentos de libertação, acabando a ideia por ser abandonada⁷⁰. Pormenor secundário e marginal mas altamente revelador da polarização de campos no bloco de poder político-militar.

Em segundo lugar, os confrontos que se registam após a tourada. Terminada a tourada e já no exterior da Praça de Touros do Campo Pequeno, apoiantes de Spínola e apoiantes de Vasco Gonçalves e da CC do MFA, elementos da esquerda e da esquerda radical e, genericamente, pessoas que se opunham à manobra em curso, envolveram-se em confrontos numa autêntica “batalha campal”. O *Diário de Lisboa* falava na primeira grande ofensiva de rua das “forças negras do fascismo e da contra-revolução” e salientam a protecção que receberam das forças da GNR.

Nessa mesma noite a comissão organizadora da manifestação emitiu um comunicado em que aludia aos confrontos havidos à saída da corrida, entre os partidá-

⁶⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.208

⁶⁹ *Diário de Lisboa*, 26 de Setembro de 1974, pp.1 e 24

⁷⁰ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.499

rios do general Spínola e os seus opositores, e concluía: ‘Estão definidos os dois campos. Realizou-se ontem o primeiro acto da nossa grande manifestação’⁷¹.

Segundo Sánchez Cervelló⁷² e Boaventura de Sousa Santos⁷³, na noite de 26 para 27, através de uma rede telefónica clandestina, é convocada uma reunião na qual comparecem, entre outros, Gilberto Santos Castro, o coronel Cavaleiro, van Uden, Sá Machado, Ávila e Carlos Vieira da Rocha. Perante os apelos aos cortes de estradas e levantamento de barricadas, nesta reunião equacionou-se a destruição destas últimas, através do lançamento de um monomotor de granadas. Terá sido ainda pensado accionar o plano de uniformizar cerca de 300 ex-militares, que se encontravam numa casa de Carlos Champalimaud, no quartel da GNR no Braço de Prata para, de seguida, saírem para destruir as barricadas. Os confrontos inevitáveis com os militantes de esquerda responsáveis pelas barricadas poderiam, também, funcionar como pretexto para a declaração de estado de sítio que Spínola procura justificar ao longo destes dias.

Segundo o relatório sobre o 28 de Setembro, na noite da tourada, após o ministro Sancho Osório informar o MFA de que Spínola lhe havia dito que pretendia a realização da manifestação e caso o Governo a quisesse proibir não poderia usar o nome de Spínola, dois membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA deslocam-se a Belém, na noite de 26 para 27, reúnem-se com Spínola e expõem-lhe que a manifestação é apenas o pretexto para a tomada de uma posição de força do Presidente da República através da declaração de estado de sítio. Acrescentam ainda que, segundo fonte segura, o objectivo, após o sucesso da manifestação, seria substituir Spínola por Kaulza⁷⁴.

Entra-se na febril sucessão de encontros e reuniões ao longo do dia 27 e 28.

De manhã, o Presidente da República recebe as chamadas “forças vivas de Angola”⁷⁵, argumento muito notado por quem, como Medeiros Ferreira, vê no 28 de Setembro a tentativa de Spínola controlar a descolonização de Angola, levando-a para

⁷¹ 28 de Setembro, Trabalho elaborado pela Comissão Ad Hoc encarregada de investigar os Acontecimentos do 28 de Setembro, Movimento das Forças Armadas, Lisboa, 1975, p.49

⁷² Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.208

⁷³ Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro, Maria Natércia Coimbra, *O Pulsar da Revolução (Cronologia 1973-1976)*.

⁷⁴ 28 de Setembro, p.51

⁷⁵ *Diário de Lisboa*, 27 de Setembro de 1974, p.7

um caminho diferente dos de Moçambique e Guiné-Bissau. Vasco Lourenço vai mais longe, não separando o caso de Angola dos de Moçambique e da Guiné. Diz, claramente, que Spínola, ainda que sem uma acção directa, está por trás ou acompanha com proximidade os acontecimentos de 7 de Setembro em Lourenço Marques, no entanto a precipitação leva a que a acção saia antes do tempo hipotecando uma iniciativa mais eficazmente estruturada. O plano, segundo Vasco Lourenço, passaria por acções em Moçambique e Angola que culminariam com o 28 de Setembro em Lisboa. Acrescenta, ainda, que o 7 de Setembro leva a que, pela primeira vez, a Comissão Coordenadora do Programa do MFA assumia publicamente a sua existência oficial⁷⁶ ao condenar em comunicado o sucedido⁷⁷. Paralelamente, é a acção do MFA em Angola que faz abortar uma acção semelhante neste país. Sánchez Cervelló afirma que o encontro com os movimentos angolanos tinha como objectivo que estes formassem um novo governo que seria presidido por Santos Castro e Altino Magalhães, uma vez demitido Rosa Coutinho. Haveria ainda vários grupos de civis, com ligações nas Forças Armadas, preparados para tomar o poder “à rodesiana”. Destaque para o Partido Democrata-Cristão de Angola (PDCA), ligado a grupos económicos e baseado na população branca e na elite colonial negra, liderado por António Joaquim Ferronha que estará envolvido nos acontecimentos de 28 de Setembro⁷⁸. Para adensar as suspeitas de uma acção conjugada em Lisboa, Moçambique e Angola, contribui o facto de Spínola, a 21 de Setembro, ter chamado Rosa Coutinho a Lisboa com o intuito de o substituir. Como vimos na capítulo dedicado à descolonização, este destacado elemento do MFA diz crer que estavam preparados movimentos militares brancos para Moçambique e Angola para dia 16 e 21 respectivamente⁷⁹.

Spínola encontra-se também com Fernando Cavaleiro, presidente da comissão organizadora, que lhe comunica recear pelo sucesso da manifestação e que, perante os ataques de que aquela está a ser alvo, equaciona cancelá-la. Spínola responde que, embora não estivesse inicialmente de acordo com a sua realização, cancelá-la seria

⁷⁶ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

⁷⁷ *Expresso*, 14 de Setembro de 1974, p.2

⁷⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, pp.208; 270-271

⁷⁹ Entrevista a Rosa Coutinho, in Manuel Amaro Bernardo, *Memórias da Revolução. 1974-1975*, pp.110-112

uma quebra de autoridade. Depois conversa “casualmente” com Galvão de Melo que defendeu intransigentemente a manifestação⁸⁰.

No dia 27, o COPCON, com o conhecimento de Costa Gomes, monta uma operação visando a prisão de antigos membros da Legião Portuguesa, de pessoas ligadas ao Estado Novo e dos envolvidos na preparação da manifestação.

Galvão de Melo, entretanto, através do Ministério da Comunicação Social, distribui na imprensa um comunicado em que expressa o seu apoio à manifestação, que teria elaborado com o acordo de Spínola⁸¹. O comunicado ainda é lido e transmitido algumas vezes pela Emissora Nacional e a ordem de Galvão de Melo era a de que deveria ser lida em todos os noticiários, mas Vasco Lourenço proíbe, com sucesso, que o referido comunicado volte a ser lido⁸², sobrepondo-se a sua ordem à de um membro da Junta de Salvação Nacional.

Finalmente, dia 27 de manhã, tem ainda lugar um acontecimento relevante no âmbito de um dos assuntos mais quentes da ordem do dia: os cerca de 300 trabalhadores despedidos na TAP são readmitidos⁸³.

Raquel Varela faz a seguinte leitura dos acontecimentos, integrando a luta na TAP no ambiente inerente à iminência da manifestação:

“A greve na TAP vai normalizar-se, não porque os trabalhadores tenham desistido da luta, mas porque um golpe de direita está em marcha e o PCP, bem como o resto dos membros do Governo que se opunham ao sector spinolista, precisam de todos os trabalhadores que possam mobilizar contra a manifestação da maioria silenciosa”⁸⁴.

1.3.1. As horas decisivas.... “horas de extraordinária tensão e emoção”⁸⁵

Antes de reentrar na narrativa dos acontecimentos, impõe-se uma observação. Na tentativa de apurar a sucessão de reuniões e movimentações a partir da noite de 26 até ao dia 29 há uma dificuldade em determinar a ordem e os momentos em que muitos factos ocorreram. Encontra-se amiudadamente uma desconexão entre os tes-

⁸⁰ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.216

⁸¹ *28 de Setembro*, pp.52-53

⁸² Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

⁸³ *Diário de Lisboa*, 27 de Setembro de 1974, p.24

⁸⁴ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.103

⁸⁵ *28 de Setembro*.

temunhos directos, os relatos da imprensa e o trabalho bibliográfico feito posteriormente. Desde logo, as armadilhas da memória inibem muitos intervenientes directos destes acontecimentos de os situar no tempo e de recordar acontecimentos narrados por outros intervenientes. Paralelamente, a sucessão vertiginosa de encontros e reuniões formais ou informais, oficiais ou oficiosas, dificulta ainda mais a tarefa. Neste sentido, privilegiou-se os documentos oficiais, como o relatório sobre o 28 de Setembro elaborado sob chancela do Estado-Maior General das Forças Armadas, e os jornais. Quando se segue a cronologia de um determinado autor procurou-se sempre o confronto com outras fontes directas e bibliográficas no sentido de minimizar quanto possível o espaço de incerteza.

Na manhã do dia 27 tem lugar uma reunião em Belém do Conselho de Ministros na qual Spínola terá tentado, pela primeira vez nesta sucessão de acontecimentos, a declaração do estado de sítio. Durante esta reunião o primeiro-ministro terá pedido aos representantes dos partidos presentes no Governo para transmitirem a indicação aos seus militantes de se demarcarem da manifestação. O Governo decide ainda marcar nova reunião de Conselho de Ministros com a presença do Presidente da República para a tarde de 27⁸⁶.

Na tarde de 27 teve ainda lugar na residência oficial do Primeiro-ministro uma reunião presidida por Costa Gomes, com a presença dos ministros militares do MFA, da Comissão Coordenadora, do comandante-adjunto do COPCON e de membros da 2ª Divisão do EMGFA (informações)⁸⁷. Nesta reunião os oficiais da Coordenadora discutem o plano de resposta do MFA em caso de confronto, entram em contacto com as principais unidades militares, medem o pulso às unidades e procuram confirmar o seu apoio. A contagem de espingardas inicial revelava-se favorável ao MFA. Paralelamente, é nesta reunião que elementos da 2ª Divisão apresentam uma lista das detenções a fazer e saem para as efectuar⁸⁸ em face do precipitar da situação na direcção de uma possível situação de golpe armado ou de confrontos sérios em Lisboa e de uma ainda esperada afluência de um número elevado de pessoas para participar na manifestação

⁸⁶ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, pp.501-503

⁸⁷ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.502

⁸⁸ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.308

de legitimação ao Presidente da República. Os receios aumentavam à medida que as reuniões se sucediam e a tensão subia.

Spínola, por seu lado, convoca uma reunião da Junta de Salvação Nacional, onde, após uma breve análise da situação, propõe a demissão de Vasco Gonçalves que é aceite por todos, excepto por Costa Gomes que pede a realização de uma reunião conjunta da JSN e da Comissão Coordenadora para debater a questão. O Presidente da República convoca esta reunião para dia 28 e para o próprio dia 27 nova reunião do Conselho de Ministros sob a sua presidência⁸⁹.

Nesta reunião do Conselho de Ministros presidida por Spínola no fim da tarde de 27, realizada no Palácio de Belém, os ânimos exaltam-se e atingem-se picos de tensão. Antes da descrição dos acontecimentos, importa fazer notar que ao mesmo tempo que em Belém reunia o Conselho de Ministros, em São Bento reunia, como referimos, a Comissão Coordenadora do MFA. Sobretudo, os elementos da CC do MFA mantinham-se em contacto com Melo Antunes, Vítor Alves, Costa Martins ou Costa Brás que, entretanto, haviam ido para Belém para a reunião do Conselho de Ministros e lhes iam dando informações sobre os momentos de conflito e a situação em Belém⁹⁰.

Na reunião de Conselho de Ministros Spínola, perante a resposta do MFA à preparação da manifestação, pergunta a Vasco Gonçalves se este estaria disposto a tomar as medidas necessárias para o restabelecimento da ordem, condição essencial para que o Presidente da República mantivesse a confiança no Primeiro-ministro⁹¹. Caso contrário, sugere que Vasco Gonçalves se demita⁹². De seguida, Spínola faz mais uma análise catastrófica da situação do país e acusa directamente o PCP de estar a desenvolver uma “acção de incitamento à luta de massas” e a pôr em perigo a democratização do país com a complacência do Governo. A larga maioria dos ministros presentes não secunda a posição do Presidente da República e passa ao ataque. Apenas Firmino Miguel, Almeida Santos e Sanches Osório concordam com a análise que o Presidente da República acabara de fazer. Vasco Gonçalves defende a actuação do Governo e garante o apoio deste à manifestação, assegurando que tudo decorreria em ordem.

⁸⁹ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.216-217

⁹⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.308

⁹¹ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.217

⁹² Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.505

Já Álvaro Cunhal afirma ter provas de que a manifestação não era mais que uma acção reaccionária. Spínola conclui da reunião “a total inviabilidade daquele Governo poder resolver a situação do país, cada vez mais comprometida pela acção conjunta das forças políticas chamadas ‘progressistas’ e do sector marxista das Forças Armadas”⁹³. O ocaso desta turbulenta reunião coincide com o início das prisões decididas pelo COP-CON nessa tarde em São Bento e com o arranque da constituição de barricadas nos acessos a Lisboa.

Terminada a reunião de Conselho de Ministros, Spínola convoca a JSN para uma reunião e pede a Vasco Gonçalves para permanecer em Belém já com informações sobre a constituição de barricadas. Também os ministros da Comunicação Social e da Defesa, Sanches Osório e Firmino Miguel, são solicitados a permanecer. Com a presença dos referidos elementos e de Costa Gomes, esta reunião arranca por volta das 23 horas. Sanches Osório expõe, na presença do Primeiro-ministro, que o Governo, apesar de ter emitido um comunicado autorizando a manifestação, na prática, estava a boicotá-la ao pedir aos representantes dos partidos para apelarem ao boicote dos seus militantes⁹⁴.

Adensava-se o polarizar irreversível de posições. Choveram insultos sobre Vasco Gonçalves que Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo, com algum vernáculo, proferiram, acusando o Primeiro-ministro de ser um traidor e de estar comprometido com o Partido Comunista e gritando-lhe que se demitisse. Spínola comunica a Vasco Gonçalves a existência de barricadas a serem montadas por todo o país nas linhas de acesso a Lisboa, motivo que o levou a chamar Costa Gomes. De facto, os sindicatos e alguns grupos políticos tinham convocado ao longo do dia, através da rádio, os seus membros para se “defenderem de qualquer manobra reaccionária”⁹⁵.

Durante a reunião, o Presidente da República incumba o Ministro da Defesa de controlar as emissões de rádio e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de assegurar a livre circulação nas estradas e desmontar as barricadas populares, substituindo-as, se necessário, por forças militares. Segundo aquilo que narra Otelo, Spínola ficou alarmado com as convocações para as barricadas feitas pelo Rádio Clube Por-

⁹³ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.219

⁹⁴ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.222

⁹⁵ *28 de Setembro*, p.53

tuguês, razão por que mandou encerrar as emissões desta estação e da Rádio Renascença e ordenou que a Emissora Nacional apenas difundisse comunicados emanados da Presidência da República⁹⁶.

É este o contexto em que Spínola aconselha Costa Gomes, na qualidade de Comandante do COPCON, a assumir directamente as operações e a dirigi-las a partir de Belém para onde se encaminhava Otelo Saraiva de Carvalho⁹⁷. Esta iniciativa inscrevia-se já na tentativa de Spínola ganhar terreno. Nesse sentido, volta a falar numa situação insustentável, de poder a cair na rua, a queurgia pôr cobro, no que é secundado por Sanches Osório. De facto, noutra sala do Palácio de Belém, o Ministro da Comunicação Social fala na inoperância e falta de autoridade do Governo e, por ordem do Presidente da República, é destacado para redigir um comunicado⁹⁸ que colocava a tónica na insustentabilidade da situação, sugerindo-se a necessidade da declaração de estado de sítio⁹⁹, para ser de imediato difundido. Neste documento, Sanches Osório acusava ainda o Primeiro-ministro de ter incitado os partidos a erguerem as barricadas, abrindo uma acesa discussão entre ambos, na qual intervêm Jaime Silvério Marques e Diogo Neto que voltam a acusar Vasco Gonçalves de ser o responsável pela “alteração da ordem pública” e exigem-lhe que se demita¹⁰⁰.

Costa Gomes e Vasco Gonçalves vão rejeitar o teor do documento, pelo tom e por poder causar confrontações e agravar a situação num sentido favorável a Spínola, e o Primeiro-ministro acaba por redigir novo comunicado. Depois da aprovação de Spínola e de emendas de Sanches Osório, este leu o comunicado aos microfones da Emissora Nacional às 3 horas da madrugada de 28, do qual passara a constar que o Governo apelava à ordem e à tranquilidade e a que as barricadas populares, entretanto constituídas, fossem levantadas, permitindo a normal circulação e a passagem dos participantes na manifestação que, garantia o Governo, tinha condições para decorrer pa-

⁹⁶ *Diário de Lisboa*, 11 de Outubro de 1974, pp.1 e 4

⁹⁷ António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.222-223

⁹⁸ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.223

⁹⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves. Um General na Revolução*, pp.102-104

¹⁰⁰ *28 de Setembro*, p.54

cificamente, manifestando, finalmente a sua disposição em tomar as medidas necessárias para restabelecer a ordem¹⁰¹.

Por esta altura, encontravam-se em Belém, segundo Spínola, o Ministro da Defesa Firmino Miguel, Costa Gomes, Otelo Saraiva de Carvalho, os membros da Junta, excepto Pinheiro de Azevedo, o general Fontes Pereira de Melo, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, o Tenente-Coronel Xavier de Brito, na qualidade de delegado do Comandante-Geral da GNR, o Tenente-Coronel Engrácia Antunes e Jaime Silvério Marques¹⁰². Apesar de não ser referido, Vasco Gonçalves encontrava-se também em Belém. Nas reuniões que sucedem durante o dia e noite de 27 e já madrugada de 28 estão também presentes os comandantes da GNR e da PSP¹⁰³.

Apelando ele próprio ou através de homens da sua confiança ao longo do dia 27 à demissão de Vasco Gonçalves, Spínola actuava nos bastidores do poder no sentido do reforço dos poderes presidenciais que teria na manifestação do dia seguinte a sua legitimação derradeira. Toma iniciativas complementares como o referido controlo e ocupação das emissoras de rádio e as indicações para as barricadas serem levantadas. Poucas horas antes de dia 28 as instalações da Emissora Nacional são ocupadas pela PSP e as emissões suspensas. Também os jornais são informados pelo Ministro da Comunicação Social de que não poderiam ser publicados dia 28¹⁰⁴.

Ao longo do dia 27 as barricadas são erguidas e membros da 5ª Divisão do MFA reúnem-se com os dirigentes do CDS, Amaro da Costa e Freitas do Amaral, que se demarcam da manifestação da “maioria silenciosa” e de todas as movimentações em curso a elas associadas¹⁰⁵.

O fim do dia 27 e o dealbar de dia 28 trazem consigo o clímax da tensão e o espectro de uma irreversível situação de confronto e, eventualmente, de guerra civil, como se lê no relatório sobre os acontecimentos¹⁰⁶, ainda que muito do que nele é redigido se deva relativizar, na medida em que reflecte as tensões e fracturas abertas no

¹⁰¹ “Comunicado lido ao País na E.N. pelo Major Sanches Osório, em 28 de Setembro de 1974”, in António de Spínola, *País sem Rumo*, p.421

¹⁰² António de Spínola, *País sem Rumo*, p.224

¹⁰³ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.311

¹⁰⁴ *28 de Setembro*, p.57

¹⁰⁵ Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro, Maria Natércia Coimbra, *O Pulsar da Revolução (Cronologia 1973-1976)*.

¹⁰⁶ *28 de Setembro*, p.54

28 de Setembro e pelo próprio 11 de Março de 1975. Spínola, paralelamente ao que se preparava nas ruas, nos corredores do poder, nas unidades militares e na imprensa, actua num ponto nevrálgico do poder militar: o COPCON. Otelo Saraiva de Carvalho é chamado a Belém onde, ao que tudo indica, terá ficado retido várias horas. Otelo encontra em Belém um clima de enorme tensão e Spínola em estado de grande exaltação¹⁰⁷ que acusa Otelo e o COPCON de contribuírem para o clima de desordem ao terem permitido a constituição das barricadas. Finalmente, retira o comando do COPCON a Otelo depositando-o, como vimos, no seu comandante oficial, Costa Gomes, facto de que Vasco Lourenço afirma a CC do MFA nunca ter chegado a ter conhecimento¹⁰⁸. Complementarmente, o posto de comando do COPCON passa também para Belém.

A ausência de comunicações para o exterior do Palácio, as movimentações da facção spinolista e a permanência de Otelo e do próprio Vasco Gonçalves em Belém, sem razões aparentes, lançavam o alarmismo entre a Coordenadora do MFA que vai começar a contar espingardas e a pôr o “25 de Abril sobre rodas”¹⁰⁹.

Sem que, oficialmente, tivesse sido dada ordem de prisão, quer o comandante-adjunto do COPCON, quer o Primeiro-ministro sentiam que estavam retidos e que não podiam abandonar Belém. Quando Otelo afirma ter pretendido abandonar o Palácio, Firmino Miguel aconselhou-o a não fazê-lo. Segundo Spínola, que afirmava ter sabido destes acontecimentos mais tarde, o Ministro da Defesa terá dito a Otelo que a sua saída poderia ser mal interpretada por “contrariar decisões do Presidente da República e do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas” e que Otelo e Vasco Gonçalves, chamados por “motivos de serviço”, apenas permaneceram em Belém enquanto foi necessário, tendo depois, respectivamente, seguido para o Posto de Comando do COPCON e para São Bento¹¹⁰. Já Otelo afirma que Firmino Miguel lhe terá dito claramente que estava detido¹¹¹. Costa Gomes diz que ao longo do dia 27 ele próprio, Ote-

¹⁰⁷ Otelo Saraiva de Carvalho, *Cinco Meses que Mudaram Portugal*, p.24

¹⁰⁸ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.314

¹⁰⁹ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

¹¹⁰ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.225

¹¹¹ Otelo Saraiva de Carvalho, *Cinco Meses que Mudaram Portugal*, p.24

lo, Vasco Gonçalves e alguns ministros iam confirmando a percepção de que estavam retidos de modo a Spínola poder accionar as suas forças mais livremente¹¹².

Tudo indica que a retenção destes elementos preponderantes do MFA é mais um passo de Spínola no sentido de se impor sobre o Movimento, de criar condições para a realização da manifestação que, associado ao clima de tensão, desconfiança e alarmismo, justificaria a declaração de estado de sítio. De facto, ao mesmo tempo, Spínola procurava garantir o apoio de unidades militares, nomeadamente o esquadrão do Regimento de Cavalaria 7 que recebe ordens de Silvério Marques para reforçar a defesa do Palácio de Belém. Esta acção, segundo o relatório sobre o 28 de Setembro, ficara decidida ao saber-se em Belém que o Regimento de Artilharia Ligeira Número um (RAL 1) tinha ocupado com obuses a RTP. As indicações de Silvério Marques correspondem a uma transgressão do circuito normal da hierarquia militar, na medida em que as ordens deveriam ter sido dadas pelo Comandante da Região Militar de Lisboa¹¹³. Luís Nuno Rodrigues sustenta que as informações em questão davam conta que forças do RAL1 se preparavam para avançar sobre o Palácio de Belém¹¹⁴. Paralelamente, Diogo Neto dá ordens ao regimento de caçadores pára-quedistas de Tancos para rumar a Lisboa com a missão de também reforçarem a defesa do Palácio de Belém¹¹⁵.

A verdade é que estas informações alarmavam a Comissão Coordenadora reunida em São Bento, onde, por exemplo, Melo Antunes e Vítor Alves chegavam pessimistas de Belém, transmitindo que Spínola não deixava sair ninguém do Palácio e que controlava já várias unidades¹¹⁶.

Chegara o momento crítico. Em vários pontos concentravam-se elementos dos sindicatos, do PCP, MDP, do PS, do MRPP e de vários partidos da esquerda radical, constituindo barricadas e fazendo o controlo de quem pretendia entrar em Lisboa. Unidades militares recebiam ordens para se movimentar ou estar alerta e aguardar in-

¹¹² Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O último Marechal*, pp.253-254

¹¹³ *28 de Setembro*, Trabalho elaborado pela Comissão Ad Hoc encarregada de investigar os Acontecimentos do 28 de Setembro, Movimento das Forças Armadas, Lisboa, 1975, p.57

¹¹⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.509

¹¹⁵ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.509

¹¹⁶ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

dicações. Nos corredores de Belém o ambiente era de cortar à faca entre os vários membros dos órgãos de poder.

Ainda em São Bento, a Coordenadora reage. Vasco Lourenço, aproveitando a rede conspirativa do golpe militar, telefona para os capitães de várias unidades. Diz-lhes para, se for necessário, porem o 25 de Abril sobre rodas, prenderem os comandantes e assumir o controlo das unidades. Ao fim de vários telefonemas, confirma-se a ascendência do MFA: quase todas as unidades estavam com a Comissão Coordenadora e não com Spínola.

Vasco Lourenço realça a importância decisiva da mudança operada com o 25 de Abril: eram os oficiais intermédios quem tinha a ascendência sobre as unidades e as forças militares, a hierarquia fora transformada e na madrugada de 28 tal facto revelava-se um trunfo vencedor para a Comissão Coordenadora. Sintomaticamente, o alferes que comandava os carros de combate de Cavalaria 7, uma das unidades que Spínola garantia estar do seu lado e que fora destacada para fazer a defesa do Palácio de Belém, transmite a Vasco Lourenço que se coloca às suas ordens e que, embora destacado para o defender, caso a CC do MFA o pretenda, rapidamente viraria os carros para o Palácio¹¹⁷. Outro exemplo é o contado por Sousa e Castro que, quando questionado pelo seu comandante de que lado deveria a unidade ficar, afirmou que ficaria do lado do MFA e não de Spínola, no que foi seguido pelos oficiais mais graduados¹¹⁸. O controlo da Comissão Coordenadora e do COPCON sobre as unidades militares era quase total.

Vasco Lourenço vai ainda dirigir-se ao Posto de Comando do COPCON onde continua a apurar que unidades estavam com o Movimento e a tendência mantém-se. Durante a permanência no Posto de Comando surgem notícias que duas companhias de pára-quedistas de Tancos, accionadas por Diogo Neto, estão a caminho para atacar o COPCON. No entanto, a Comissão Coordenadora do MFA dá ordem para estas companhias se dirigirem para Monsanto onde acabam por permanecer¹¹⁹.

¹¹⁷ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

¹¹⁸ Rodrigo Sousa e Castro, *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, p.141

¹¹⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.312

Por esta altura, Vasco Lourenço estabelece contacto telefónico, a partir do posto de comando do COPCON, com Otelo, retido em Belém. Sabendo estar a ser ouvido, diz que os soldados estão muito apreensivos com a sua detenção, que querem avançar para Belém e que está com dificuldades em dissuadi-los. Diz então a Otelo para abandonar o palácio e se apresentar em meia hora no COPCON, caso contrário avançaria sobre Belém para resgatá-lo. De seguida, Otelo conversa com Spínola e faz ver ao Presidente da República os perigos que a sua permanência em Belém acarretava e a instabilidade que criava nas unidades militares¹²⁰. Spínola acaba então por ceder, receando um levantamento de várias unidades militares, autorizando que Otelo se dirija para o COPCON na companhia de Firmino Miguel. Dias depois, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, Otelo confirmava ter estado preso em Belém¹²¹. Pouco antes do comandante adjunto do COPCON abandonar Belém, Spínola havia já autorizado Vasco Gonçalves a fazer o mesmo, por volta das 4h30 da madrugada de 28¹²².

Tudo indica que, por esta altura da madrugada de 28 de Setembro, Spínola encontrava-se já numa posição de menor ascendência. A reacção da Comissão Coordenadora do MFA na contagem das unidades que tinha consigo e a falta de adesão às propostas do Presidente da República de demissão do Primeiro-ministro e de declaração de estado de sítio pareciam indicá-lo. Ainda que o golpe militar não estivesse, necessariamente, no plano de Spínola, a sua estratégia de justificar a declaração de estado de sítio com a manifestação da “maioria silenciosa” poderia ser ou era complementada por força militar. O Presidente da República necessitava de ter do seu lado as unidades militares no sentido de ganhar o braço de ferro com a CC do MFA e, eventualmente, recorrer a elas num extremar da situação.

Luís Nuno Rodrigues sustenta que Spínola recuou para evitar a guerra civil ou pelo menos o confronto entre as duas facções¹²³, ao se clarificar que não dispunha dos apoios que por momentos julgara possuir. Não é de pôr totalmente de parte a possibilidade de uma guerra civil ter estalado ou, pelo menos, o choque entre forças civis e militares de ambos os lados, caso algumas ordens dadas sobre determinadas unidades

¹²⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.313

¹²¹ *Diário de Lisboa*, 11 de Outubro de 1974, pp.1 e 4

¹²² Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.510

¹²³ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.510

militares tivessem tido seguimento. Tanto aquele autor, como o relatório sobre o 28 de Setembro, falam numa hipótese real de guerra civil durante a madrugada. O que estava em causa com as movimentações de 28 de Setembro era, sobretudo, a manifestação legitimadora do que Spínola reclamava. As movimentações militares parecem constituir-se como um complemento ao objectivo principal, enquanto forma de facilitar a realização da manifestação, reforçar a posição do Presidente da República no braço de ferro com a CC do MFA, garantir a declaração de estado de sítio e uma preparação para uma situação eventual de confrontos. Tudo indica não se estar perante um plano global orquestrado visando a mobilização popular e uma acção militar ou de um golpe propriamente ditos.

Todavia há momentos de extrema gravidade causadores de grande preocupação e susceptíveis de precipitar confrontos num quadro em que ambos os lados jogavam as suas peças durante a noite de 27 e a madrugada de 28, para além dos referidos episódios com Cavalaria 7 e a companhia de pára-quedistas de Tancos.

Durante a tarde de 27, o MFA decidira reforçar a segurança à Penitenciária, onde estavam detidos os elementos da ex-polícia política, e deslocar forças do COPCON para a RTP, Emissora Nacional, Rádio Clube Português e antenas de Monsanto. Como vimos, Spínola manda encerrar as emissões normais das estações de rádio de madrugada e dá ordem para a substituição das forças militares por forças da GNR e PSP, acção executada por Firmino Miguel¹²⁴, situação que, a par da detenção de Otelo em Belém, causava grande desconfiança entre as forças militares¹²⁵.

Importante força com que Spínola conta ao longo destas movimentações é a GNR que faz a guarda do Palácio de Belém. Paralelamente, a GNR, tal como a PSP, dependiam do ministério da Defesa, chefiado pelo spinolista Firmino Miguel que é incumbido pelo presidente da República de proceder à ocupação das emissoras de rádio pelas forças de segurança. Firmino Miguel informou ainda Casanova Ferreira, comandante da PSP em Lisboa, que iria ocorrer um golpe de Estado e ordenou-lhe a ocupação das emissoras de rádio. Casanova Ferreira avisou o comandante-geral da PSP e distribuiu as forças da PSP pelos locais indicados. Por volta das duas horas de dia 28, co-

¹²⁴ *28 de Setembro*, p.56

¹²⁵ *Diário de Lisboa*, 11 de Outubro de 1974, p. 4

mo vimos, a PSP ocupava as instalações e suspendia as emissões da Emissora Nacional e da Rádio Renascença¹²⁶.

O Tenente-Coronel Engrácia Nunes, por seu lado, a partir de Belém tenta que algumas Regiões Militares e Unidades Militares passem a obedecer ao Chefe do Estado Maior do Exército, Jaime Silvério Marques, o que causa alguma confusão entre os comandantes, que estavam vinculados ao COPCON, suspeitando de que algo anormal se passava¹²⁷.

São várias as manobras em curso nas fileiras spinolistas. Jaime Silvério Marques manda viaturas da Brigada de Trânsito da GNR, cujo comandante Tenente-coronel Vasco Pinto Simas era da confiança de Spínola, estacionar nas paradas de alguns aquartelamentos a fim de informarem sobre quaisquer movimentos suspeitos. A brigada que estaciona no Regimento de Cavalaria 7 tem o seu rádio sintonizado para Belém, para o Tenente-coronel Xavier de Brito, e funciona como posto central das informações que, eventualmente, chegariam sobre a movimentação de forças militares¹²⁸. O mesmo Xavier de Brito, Comandante do Regimento de Cavalaria da GNR de Braço de Prata, manda um destacamento da sua unidade para Monsanto, acompanhado por um técnico que soubesse impedir o funcionamento das antenas e destruí-las se fosse necessário.

Por volta das 3 da manhã, Ramalho Eanes surge nos estúdios da RTP no Lumiar, dizendo não estar ali na qualidade de director de programas (cargo que de facto desempenhava), mas de representante do Presidente da República, colocando a RTP sob tutela militar. Qualquer actividade teria de ter a sua autorização ou ordem. Paralelamente, o Capitão Andrade e Sousa, Comandante da força da GNR que ocupa as antenas da RTP, define o circuito hierárquico que se devia seguir para as pôr em funcionamento: Ramalho Eanes deveria pôr-se em contacto com o ministro Sanches Osório, que daria ordens para o Comando Geral da GNR que as transmitiria ao capitão Andrade e Sousa que permitiria a sua execução depois de novo contacto com Eanes¹²⁹.

¹²⁶ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.506

¹²⁷ 28 de Setembro, p.58

¹²⁸ 28 de Setembro, p.58

¹²⁹ 28 de Setembro, pp.58-59

À medida que chegava a manhã a situação parecia pender para o lado da Coordenadora do MFA. Paralelamente, as barricadas populares mantinham-se activas, contando com a presença de militares do COPCON. Spínola relata que Costa Gomes o informara que a situação estava normalizada na medida em que, após sobrevoar as vias de acesso a Lisboa, não encontrara “quaisquer vestígios das barricadas”, aconselhando-o a suspender a manifestação, tal como fizera antes Fernando Cavaleiro¹³⁰.

No fim da madrugada de 28, é lido aos microfones da Emissora Nacional um comunicado da Comissão Coordenadora do Programa do MFA em que é perceptível que o Movimento controla já a situação. Como dizia Vasco Lourenço, era hora de “explorar o sucesso”.

Em reunião na manhã de 28 – sugerida por Otelo - da Comissão Coordenadora do Programa em São Bento com o Primeiro-ministro e os ministros militares, exceptuando Firmino Miguel e Sanches Osório, é elaborado um documento a apresentar ao Presidente da República como plataforma de entendimento. No fundo não eram mais que três condições que Spínola teria de aceitar para se manter na presidência da República. Em primeiro lugar, a demissão imediata de Diogo Neto, Galvão de Melo e Jaime Silvério Marques da Junta. Em segundo, a demissão imediata do Ministro da Comunicação Social Sanches Osório cuja pasta passaria para o Primeiro-ministro. E por fim, mas porventura a mais relevante, a “confinação da actividade do General Spínola à sua esfera de Presidente da República, não interferindo nas acções da competência do Governo Provisório e do Chefe do Estado-Maior General das Força Armadas”¹³¹.

No entanto, Spínola na mesma manhã convoca Freitas do Amaral e informa-o da “intenção de recorrer a medidas de excepção” e pede que redija uma proposta a apresentar na reunião do Conselho de Estado marcada para essa manhã. Vai ainda pedir a Costa Gomes que aconselhe Vasco Gonçalves a pedir a demissão, ao que aquele responde que o Primeiro-ministro não tomaria nunca essa decisão, o que leva Spínola a convocar ambos para uma reunião conjunta¹³². Vasco Gonçalves desloca-se a Belém cerca do meio-dia e é recebido por Spínola numa curta audiência que dura cinco minutos. Neste encontro Spínola, quando Vasco Gonçalves lhe fala nas propostas que lhe

¹³⁰ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.226

¹³¹ *28 de Setembro*, p.61

¹³² António de Spínola, *País sem Rumo*, pp.227-228

iriam ser apresentadas, adverte o Primeiro-ministro para que nem pensasse propô-las¹³³.

Cerca das 13 horas, a Presidência da República emite um comunicado em que declara ser inconveniente a realização da manifestação. Poucos minutos volvidos, em comunicado da sua 5ª Divisão, o MFA vem proibir a manifestação marcada para as 15 horas¹³⁴. Nas estações de rádio, cujas emissões haviam sido entretanto retomadas, forças do COPCON substituem as da GNR e PSP¹³⁵ na RTP e nas emissoras de rádio por ordem do comandante-adjunto do COPCON que ordena ainda a ocupação por militares das barricadas populares.

No fim da tarde¹³⁶ de 28 Spínola reúne novamente com o Primeiro-ministro, desta vez com a presença de Costa Gomes. O Presidente da República repete a análise catastrófica da situação que fizera na reunião do Conselho de Ministros na véspera e, salientando a incompatibilidade entre ele e o Primeiro-ministro, pede a Vasco Gonçalves que se demita¹³⁷. Este recusa e responde com a plataforma de entendimento redigida nessa manhã em São Bento. Spínola rejeita as condições impostas e ameaça demitir-se e entregar o poder a Costa Gomes, esperando uma resposta no dia seguinte. Costa Gomes votara-se ao silêncio. Posteriormente, Costa Gomes afirma não se recordar de que Spínola alguma vez tenha proposto, durante os dias tumultuosos do fim de Setembro, a demissão de Vasco Gonçalves¹³⁸.

Durante a reunião, o relatório sobre o 28 de Setembro refere que os presentes tiveram conhecimento de dois factos. O primeiro, transmitido pelo Brigadeiro Passos

¹³³ 28 de Setembro, p.62

¹³⁴ 28 de Setembro, p.62

¹³⁵ Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro, Maria Natércia Coimbra, *O Pulsar da Revolução (Cronologia 1973-1976)*.

¹³⁶ Como em muitas outras reuniões e acontecimentos nos dias 27, 28 e 29 os testemunhos não são coincidentes nas datas e nas horas. Por exemplo, no Relatório do 28 de Setembro lê-se que esta reunião decorreu no fim da tarde de 28, enquanto Luís Nuno Rodrigues sustenta que teve lugar na manhã do mesmo dia e contou com a presença da JSN e da Comissão Coordenadora do MFA, algo que só acontece no dia 29. De facto, o relatório sobre o 28 de Setembro diz que a CC se deslocou a Belém na manhã de 28 mas acabou por não ser recebida por Spínola. Diz ainda que a JSN estava de facto reunida mas nunca com a presença da CC ou do Primeiro-ministro. Opta-se por seguir a informação do Relatório por ser uma fonte directa e um documento oficial, ainda que, reconhece-se, não desprovido de incorrecções. Paralelamente, a cronologia de *O Pulsar da Revolução* de Boaventura de Sousa Santos vai de encontro à sucessão de acontecimentos descrita no citado relatório.

¹³⁷ 28 de Setembro, p.62

¹³⁸ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O último Marechal*, p.258

Esmeriz, Comandante da Região Militar do Porto, que decorrera no Porto uma manifestação ordeira com um número de pessoas semelhante à manifestação do 1º de Maio, do qual saíra uma comissão que o procurara para lhe afirmar a unidade do Povo com o MFA. O segundo era que um dos capitães que ocupara o Rádio Clube Português em 25 de Abril responsabilizara-se pela reabertura da estação, diante da qual milhares de pessoas ordeiramente se concentraram¹³⁹.

À hora prevista para a realização da manifestação, milhares de pessoas concentraram-se perto do Palácio de Belém, numa acção organizada pelo MRPP para conter eventuais manifestantes da “maioria silenciosa”, que termina em frente ao Palácio de São Bento. Alguns destes manifestantes concertar-se-ão em frente do Rádio Clube Português.¹⁴⁰

Na noite de 28, Costa Gomes recebe em sua casa os ministros militares, a Comissão Coordenadora e Otelo Saraiva de Carvalho. Fica estabelecido que, na manhã seguinte, a Coordenadora exporia à Junta e ao Presidente da República as referidas condições. Durante a madrugada de 29, Spínola tira mais uma carta da manga. Pensou em solicitar formalmente a intervenção da NATO em Portugal. Para tal objectivo precisava de ter o apoio dos EUA e garantir a declaração de estado de sítio. No entanto, a evolução dos acontecimentos até à resignação da Presidência da República e a recusa do embaixador do Brasil em Lisboa em funcionar como intermediário junto da NATO e dos EUA terão feito abortar o plano¹⁴¹. A presença de uma força da NATO em Lisboa contribui para a interpretação de que Spínola procurou a intervenção da NATO.

Na manhã de 29, Junta de Salvação Nacional e Comissão Coordenadora do MFA reúnem. O arranque da reunião, segundo Spínola, ficou marcado por duras críticas de Franco Charais à actuação de Jaime Silvério Marques, enquanto Chefe do Estado-Maior do Exército, nomeadamente, por não ter tomado as medidas necessárias relativamente aos saneamentos e reestruturação revolucionária no Exército. Charais acaba ainda por reclamar a demissão imediata de Diogo Neto, Galvão de Melo e do próprio Silvério Marques¹⁴². Segundo Vasco Lourenço, no início da reunião, após críticas mútuas, Spí-

¹³⁹ 28 de Setembro, p.63

¹⁴⁰ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 19874, p.14

¹⁴¹ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, pp.513-518

¹⁴² António de Spínola, *País sem Rumor*, p.229

nola afirma que nunca quis o confronto até porque tinha maior capacidade militar que a CC do MFA, nomeadamente Cavalaria 7, ao que Vasco Lourenço terá respondido que o “25 de Abril esteve e está sobre rodas, pronto a avançar, se assim o entendermos” e que essa unidade não tinha estado, de facto, com o Presidente da República, mas com a CC do MFA¹⁴³.

Será este o momento em que Franco Charais apresenta um documento, assinado pelos sete membros da Comissão Coordenadora, exigindo a demissão dos referidos três membros da Junta de Salvação Nacional e exige a “institucionalização imediata do Movimento das Forças Armadas”¹⁴⁴. Spínola recusa a proposta, reage muito negativamente à institucionalização do Movimento, afirma não reconhecer legitimidade à CC para falar em nome do MFA e, segundo o relatório do 28 de Setembro, teria proposto anteriormente a dissolução da JSN o que “significava a detenção integral do poder constitucional pelo Presidente da República”¹⁴⁵. Momentos antes da apresentação do documento plasmando as exigências da Coordenadora, Spínola pedira, de facto, a extinção daquele órgão.

A reunião é interrompida de forma imprevista pela entrada abrupta de Firmino Miguel e Pedro Cardoso na sala. O ainda Ministro da Defesa anuncia com dramatismo estar a viver-se uma situação de caos nas ruas¹⁴⁶. Diz que postos da GNR na margem sul do Tejo tinham sido atacados por civis. Era a oportunidade derradeira para Spínola reclamar a declaração de estado de sítio. Após este episódio, o Presidente da República dá início à reunião do Conselho de Estado, órgão que poderia decretar o estado de sítio e do qual fazia parte a Comissão Coordenadora do Programa do MFA. Já sem a presença de Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo, à reunião assistem ainda o general Freire Damião, Comandante-Geral da GNR, o general Fontes Pereira de Melo, vice-chefe do Estado-Maior do Exército, o brigadeiro Neves Cardoso, Comandante-geral da PSP e o brigadeiro Pedro Cardoso, Chefe da Divisão de Informações do Estado-maior General das Forças Armadas¹⁴⁷.

¹⁴³ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.319

¹⁴⁴ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.319

¹⁴⁵ *28 de Setembro*, p.63

¹⁴⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço*, p.320

¹⁴⁷ António de Spínola, *País sem Rumor*, p.230

O objectivo de Spínola é claramente conseguir que o Conselho de Estado aprove medidas de excepção que permitissem a declaração do estado de sítio. O Presidente da República, no sentido de reforçar a sua posição, pede a Pedro Cardoso que faça uma análise da situação, porém nada de novo ou relevante brota desta intervenção que justificasse qualquer tipo de medidas de excepção. É então a vez de Spínola tomar a palavra justificando as referidas medidas de excepção com a grave crise de autoridade vivida e com os factos acabados de relatar por Firmino Miguel.

Costa Gomes abandona então Belém para, com Franco Charais, observar *in loco* a situação, e regressa dizendo que não existem quaisquer motivos para alarme, já que se tratara de um pequeno incidente rapidamente sanado na zona da Moita¹⁴⁸. Spínola falhava mais uma vez a declaração de estado de sítio. Ante a recusa do Conselho de Estado em fazer tal declaração, o Presidente da República avança ainda com a hipótese de, legalmente, poder ser ele a fazê-la mas sem concretizar a ameaça.

No início da tarde de 29, é retomada a reunião da Junta de Salvação Nacional com a Comissão Coordenadora que impusera a sua continuação. A CC do MFA apresenta então a Spínola as propostas da “plataforma conciliatória” decididas na reunião deste órgão na manhã de dia 28 em São Bento¹⁴⁹, centrando-se agora na demissão de Sanches Osório e na não ingerência de Spínola em esferas que não as do Presidente da República. Franco Charais volta a ser dos mais activos e apresenta a Spínola um documento prevendo a reestruturação das Forças Armadas e do aparelho de Estado que Spínola considera decalcado do “sistema soviético”. Perante as resistências do Presidente da República, Charais diz-lhe que as estruturas do 25 de Abril estavam de pé e que, caso necessário, entrariam em acção para impor aquelas soluções e avançar com a revolução. Para Spínola confirmava-se em definitivo o desrespeito pelo Programa do MFA, a “sovietização do país” e a transformação do 25 de Abril numa “revolução de inspiração comunista mercê da traição da ala marxista do Movimento”¹⁵⁰.

A reunião salda-se pela confirmação da demissão dos três generais referidos e pela incumbência atribuída a Spínola e Costa Gomes de estudarem a institucionaliza-

¹⁴⁸ 28 de Setembro, p.65

¹⁴⁹ 28 de Setembro, p.65

¹⁵⁰ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.233-235

ção do Movimento das Forças Armadas¹⁵¹. Para Spínola a reunião era a derradeira confirmação de que o seu poder era agora mais que residual e mera aparência, nada mais lhe restando que a renúncia.

No entanto, outros momentos há em que se pressente o desânimo de Spínola ou a noção de que não dispunha da força necessária à concretização dos seus objectivos. Francisco van Uden, elemento importante na organização da manifestação, lembra que, após ter sido alvo de um mandato de captura do COPCON, se reúne com Spínola em Belém no início da tarde de 27 de Setembro. Neste encontro manifesta ao Presidente da República a preocupação perante a reacção contra a manifestação. Spínola aparenta já ser alguém resignado com a falta de força e capacidade de se impor sobre a facção que lhe era hostil dentro do MFA. A propósito do mandato de captura de van Uden, Spínola telefona a Costa Gomes mas nem tenta que o mandato seja retirado, na medida em que, segundo o membro da Comissão Organizadora da manifestação, nem comunica a Costa Gomes ter van Uden na sua presença. A interpretação que faz é que Spínola, naquele momento, já não tem qualquer poder e que estaria já a preparar o discurso de renúncia¹⁵².

Ao fim do dia 29, Spínola comunica ao Primeiro-ministro, na presença de Costa Gomes, a sua intenção de se demitir do cargo de Presidente da República. Ambos lamentam e afirmam que, caso Spínola não volte atrás com a sua decisão, não se oporiam à renúncia. Em reunião do Conselho de Estado, transmitida pela rádio e pela televisão, na manhã de dia 30 de Setembro, António de Spínola profere um catastrófico discurso, de graves implicações políticas, em que anuncia ao país a renúncia à Presidência da República.

Horas depois, a JSN nomeava Costa Gomes para Presidente da República.

¹⁵¹ 28 de Setembro, p.65

¹⁵² Entrevista feita pelo autor a Francisco de Bragança van Uden, 14 de Fevereiro de 2013

1.4. “... uma revolução dentro da revolução”¹⁵³

O que parece estar em curso a 28 de Setembro não é necessariamente um golpe militar, nomeadamente do ponto de vista da sua preparação, uma acção conjugada no terreno de unidades militares prontas a actuar, sobretudo, quando comparado com o 25 de Abril ou o 11 de Março¹⁵⁴. É isto que afirma, por exemplo, Vasco Lourenço.

Ainda que a possibilidade de um golpe militar ou de uma intervenção de unidades militares nunca esteja realmente posta de parte, parece-nos que o objectivo de Spínola, à luz do seu comportamento e discursos catastróficos nos meses precedentes, era, sobretudo, aproveitar a manifestação de apoio à sua pessoa como argumento para o reforço dos poderes presidenciais e declaração de estado de sítio. À imagem do que o general De Gaulle fizera uns anos antes, o apelo popular e a grande manifestação das massas seriam a prova de que os portugueses pretendiam outro rumo e de que deveria ser o Presidente da República a liderar o processo político, recorrendo à limitação de liberdades. Eventualmente, a declaração de estado de sítio estaria ainda pensada como consequência de possíveis confrontos na rua ou situações graves de tensão.

No entanto, este objectivo é acompanhado ou não invalidaria que Spínola, nas suas visitas presidenciais, tivesse procurado captar o apoio de várias unidades militares que poderiam actuar no dia 28 de Setembro caso a situação a isso obrigasse ou se houvesse condições para tal. Ao ter a consciência de que não tinha a força ou os apoios militares suficientes para desencadear o golpe, Spínola poderá ter recuado. Não excluindo a possibilidade de um golpe de força, podendo este estar no horizonte no processo de 28 de Setembro, parece ser subsidiário ou um complemento da manifestação justificadora do reforço dos poderes presidenciais, essa sim o grande objectivo ou a acção prioritária. Uma acção militar não faria parte do plano de acção principal, podendo ocorrer caso as circunstâncias o justificassem ou permitissem, havendo, de facto, uma acção concertada no sentido de a accionar mediante as referidas condições.

¹⁵³ Fernando Rosas, “A Revolução dentro da Revolução” in Revista *História* (Nova Série), nº1, Outubro de 1994, p.4

¹⁵⁴ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

Particularmente relevante, na óptica de uma análise focada muito especialmente nas acções populares, é o facto de, após várias tentativas desenvolvidas nos corredores do poder, a 28 de Setembro as movimentações palacianas surgirem a par de uma acção maior que era a mobilização popular legitimadora do plano spinolista e credora da sua intervenção e do reforço dos seus poderes presidenciais. Ao fim de cinco meses de escalada das acções dos movimentos sociais, Spínola encerra a sua presidência apelando, precisamente, à mobilização popular como derradeira forma de se alcandorar para o controlo da situação política.

Como se podia ler no editorial do *Expresso* de 30 de Setembro:

“constata-se que, para solucionar a questão sem tiros, o poder militar necessitou da ajuda das forças populares. Se estas não tivessem actuado prontamente na noite de sexta para sábado, que teria sucedido? A capacidade de resposta dos elementos civis foi tão rápida e incisiva que a sua intervenção na cena política terá finalmente de passar a ser considerada com a importância que demonstram ter”¹⁵⁵.

No entanto, esta análise do semanário peca por considerar que a acção popular complementou a acção militar. Na verdade, ela revelou-se absolutamente central na contenção da manobra spinolista. Para além da vaga de hostilidade popular e partidária relativamente à “maioria silenciosa”, as barricadas e a saída à rua de milhares de pessoas, nomeadamente, no próprio dia marcado para a manifestação, determinaram fortemente a sua derrota.

De facto, a leitura dos acontecimentos do 28 de Setembro não pode deixar de reservar aos movimentos sociais um lugar determinante. Se, ao longo do mês de Setembro, a contestação à manifestação se faz pela mão de partidos de esquerda e da Coordenadora do MFA, a reacção popular a ela mostra-se também decisiva. Vimos como sindicatos e comissões de trabalhadores mostram a sua oposição ao que consideram ser mais uma manobra da reacção, não apenas através de comunicados e posições públicas, mas também activamente, nomeadamente na imprensa. Paralelamente, há vários relatos que dão conta da tão apregoada “vigilância popular” na denúncia de algumas manobras ou até na detecção de armas. Como vimos, todo o quadro em que se processa a preparação da manifestação da “maioria silenciosa” está determinada pela reacção popular hostil, por exemplo, à fuga dos elementos da extinta polícia polí-

¹⁵⁵ *Expresso*, 28/30 de Setembro de 1974, p.10

tica, à repressão de que foram alvo muitos dos que participaram na manifestação de apoio ao MPLA no Rossio, ao 7 de Setembro em Moçambique ou à Lei da Greve, e de regozijo pela promulgação da Lei 7/74 ou o acordo com o PAIGC. Estas posições populares, inevitavelmente, reforçavam a legitimidade de um dos lados à medida que o embate decisivo se avizinhava.

Este período está ainda decisivamente marcado por greves como as da TAP, Lisnave e *Jornal do Comércio*, entre outras, fortemente apoiadas por trabalhadores de várias empresas e sectores profissionais, por comissões de moradores e trabalhadores, por sindicatos, etc. A resposta patronal durante estas lutas, nomeadamente o despedimento de trabalhadores, era então encarada como mais um elemento na onda reaccionária em gestação. Para além da mera coincidência temporal, estas lutas têm um alcance maior que uma normal luta laboral. Perspectivavam uma mudança nas relações de trabalho e da própria sociedade e um avanço no processo revolucionário, constituíam-se como ataques frontais não apenas ao poder ou ao Governo, mas à própria lógica capitalista ou algumas das suas linhas de funcionamento. Apontavam para o socialismo, num momento em que a direita ou as direitas se preparavam para conter o processo revolucionário de esquerda, para conter a democratização, direitos e liberdades.

Sintomaticamente, a luta no *Jornal do Comércio* apenas terminará quando conseguida a tão longa e duramente reivindicada demissão do director Carlos Machado, preso na sequência dos acontecimentos do 28 de Setembro. A luta neste periódico vivia ainda a liberdade de imprensa, a orientação de direita do jornal e a concentração monopolista¹⁵⁶. A greve e a manifestação – ilegalizada pelo Governo - da Lisnave é outro dos processos determinantes na conjuntura de Setembro. Era um dos casos em que a acção dos trabalhadores punha directamente em causa o Governo e as suas deliberações e elementos da ordem capitalista. A forma como desrespeitavam sucessivamente as directrizes do poder político-militar e a inacção a que conseguem votar os militares destacados para a contenção da manifestação, revelavam a força deste tipo de acções populares. Afirma-se como uma acção de características subversivas que desobedece à lei. A reacção militar, era também elucidativa de que Forças Armadas havia

¹⁵⁶ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.104

em Portugal no Verão de 1974, qual o lado da barricada para que se inclinavam. Mostravam-se e mostrar-se-iam umas Forças Armadas que, apesar das reservas, mais rapidamente se colocariam do lado popular, do lado da revolução, do que do lado de um general na sua aventura presidencialista de reforço dos seus poderes e contenção das aspirações populares e revolucionárias. Dias depois do 28 de Setembro, o administrador-delegado Engenheiro Perestrelo, cujo saneamento estava no centro da luta da Lisnave, a 7 de Outubro, apresenta a demissão¹⁵⁷.

Noutro espectro dos movimentos sociais, a acção do movimento de moradores acelera a radicalização do processo político e a sua dinâmica crescentemente revolucionária. Também ele desobedecia à lei e às ordens emanadas do bloco de poder político-militar. As próprias comissões de moradores contar-se-ão entre aqueles que erguerão as barricadas a 27 de Setembro para impedir a chegada dos manifestantes a Lisboa. Apesar dos dados que confirmam o papel de sindicatos e partidos de esquerda, o relatório sobre o 28 de Setembro diz que as barricadas foram de total iniciativa popular, percepção que não nos parece completamente correcta. O COPCON tinha estudado dois dias antes a possibilidade de uma operação de auto-stop para controlar as pessoas que afluíam a Lisboa para a manifestação, operação que acabou por não ter autorização superior e por não se concretizar¹⁵⁸. Já no início da manhã de 28, forças militares iam substituindo os populares que haviam erguido as barricadas e procedido a revistas aos automóveis que afluíam a Lisboa¹⁵⁹. Piquetes da CDE procediam a revistas nas estações de comboio de Lisboa.

Há um importante papel dos partidos na organização da resposta popular ao 28 de Setembro. O PCP distribui milhares de comunicados, identifica as matrículas dos automóveis a reter, apela à população para erguer as barricadas, boicota os transportes que trariam os manifestantes para Lisboa. Apela fortemente à organização e mobilização popular contra a manifestação e esmiúça como os seus militantes devem actuar e que medidas devem tomar¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.109

¹⁵⁸ *28 de Setembro*, , p.60

¹⁵⁹ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.5

¹⁶⁰ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.110

Apesar do papel decisivo de partidos, especialmente PCP, MDP e MRPP, ou de sindicatos, há alguma dose de espontaneidade nas barricadas, sobretudo quando o movimento é iniciado e estruturado, havendo muitas pessoas que, não tendo relação próxima com partidos políticos, aderem revolucionariamente¹⁶¹. Paralelamente, a iniciativa partidária necessitou, para o sucesso das suas acções, do apoio e mobilização popular verificados e beneficiava, neste momento, da tendência dominante dos últimos cinco meses no que dizia respeito a um intenso movimento social.

Otelo Saraiva de Carvalho considera, no que diz respeito à constituição das barricadas, que “o povo tomou a iniciativa, em vez de lá estarmos nós. Éramos nós, forças militares, que lá devíamos estar e está lá o nosso bom povo a tomar atitudes”. Relata que as forças policiais não conseguiram desmobilizar as barreiras, pelo que decidiu retomar a ideia da operação stop, enviando militares para as barricadas. Acrescenta que as barricadas populares fugiram “completamente ao controlo das forças da ordem”¹⁶².

O peso dos movimentos sociais faz-se sentir de forma concreta e física na constituição das barricadas, onde partidos de esquerda e esquerda radical, comissões de moradores e trabalhadores, organizações sindicais têm forte presença, bem como elementos de empresas como a Lisnave e a Setenave¹⁶³. Paralelamente, durante o dia 27 vários sindicatos lançaram um apelo pela rádio convocando os seus associados para as respectivas sedes para as defenderem. Já no dia 28, Franco Charais chamou ao COPCON dirigentes sindicais e questionou-os sobre a hipótese de paralisar o país, caso fosse necessário, compromisso que estes assumiram com o MFA¹⁶⁴. No dia 27, os Grupos de Vigilância Anti-Fascista distribuem panfletos na rua apelando à população para impedir a manifestação¹⁶⁵.

De facto, as acções populares têm um papel determinante na fragilização da preparação e no fracasso da manifestação da “maioria silenciosa”. Era o culminar de cinco meses de intensa mobilização popular em que estes movimentos mostram ter objectivos definidos e a disposição e condições para os impor sobre o novo poder.

¹⁶¹ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

¹⁶² *Diário de Lisboa*, 11 de Outubro de 1974, pp.1 e 4

¹⁶³ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O último Marechal*, p.255

¹⁶⁴ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.316

¹⁶⁵ Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro, Maria Natércia Coimbra, *O Pulsar da Revolução (Cronologia 1973-1976)*.

Quando a escolha se colocou entre o avanço de uma linha de esquerda e de revolução ou uma contenção desta e, eventualmente, um regresso a uma espécie de “marcelismo sem Marcelo”, a posição e a acção dos movimentos sociais serão inequívocas. Não obstante as fragilidades desta politização, a fácil manipulação de que eram e foram alvo por parte das forças políticas, um natural clima de sugestão revolucionária ou um empolamento das implicações da manifestação da “maioria silenciosa”, os movimentos sociais, por mais difusos e heterogéneos que se revelassem, mostravam ter uma linha de rumo, um horizonte político que não perdem oportunidade de impor, mais uma vez, a 28 de Setembro. A iniciativa e a determinação populares, de algum modo, ultrapassam as hesitações e tergiversações de MFA e II Governo que, na verdade, autorizara a manifestação. A reacção popular à manifestação contribui para que o MFA endureça, progressivamente, a sua atitude perante a preparação da manifestação até ao ponto de um confronto aberto e declarado com Spínola. A presença popular na rua a 28 de Setembro impõe activamente a derrota da acção político-militar spinolista.

Parecia então confirmar-se uma das grandes linhas de força dos primeiros cinco meses do processo revolucionário.

2. A DEMISSÃO DE SPÍNOLA E O III GOVERNO

2.1. A renúncia de Spínola

Em dramática sessão do Conselho de Estado pouco depois das 11 horas da manhã de 30 de Setembro, transmitida em directo pela televisão e pela rádio, António de Spínola faz o seu célebre e catastrófico discurso de renúncia, considerado por muitos altamente criminoso¹⁶⁶ e de graves implicações no posterior decorrer do processo revolucionário.

Era de novo Spínola falando na “crescente deterioração do clima social, económico e político”, mas desta vez, ao que tudo indicava, definitivamente derrotado, concretizando a ameaça tantas vezes repetida. Demarcando-se do regime deposto em Abril e salientando o compromisso sempre assumido com um Programa do MFA que tinha como vítima de grave “desvirtuação”, releva o “clima de inversão de uma moral

¹⁶⁶ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

cívica” que punha em causa a “prática da Democracia e a Liberdade”. Entre os exemplos maiores da deturpação do Programa do MFA, Spínola colocava a forma como decorreria o processo de descolonização. O quadro que pinta é negro:

“Forjam-se reivindicações, postas nas mãos dos trabalhadores por burgueses frustrados do velho regime, subitamente titulados também de trabalhadores. A paz, o progresso e o bem-estar da Nação são comprometidos pela crise económica para que caminhamos aceleradamente, pelo desemprego, pela inflação incontrolada, pela quebra do comércio, pela retracção dos investimentos e pela ineficácia do poder central. Isto porque quanto se vem fazendo à sobra do Programa do Movimento das Forças Armadas, pouco menos é do que o assalto aos meios de produção; é a revindicação com base em decisões tomadas a níveis sem competência nem legitimidade para o fazer; enfim, é a inversão das estruturas, à margem da sanção democrática do Povo.”

É um discurso de alguém altamente perturbado e afectado pelo clima de mobilizações populares, de vaga reivindicativa e de acções que punham abertamente em causa o poder do Estado, que diz:

“anulam-se as leis do velho regime antes que novas leis regulem a vida política, social e económica do País e mesmo algumas das leis já publicadas são impunemente escarnecidas. Neste clima de generalizada anarquia, em que cada um dita a sua própria lei, a crise e o caos são inevitáveis, em flagrante contradição com os propósitos do Movimento”.

Afirma ser impossível “a construção da Democracia sobre este assalto sistemático aos alicerces das estruturas e instituições por grupos políticos cuja essência ideológica ofende o mais elementar conceito de liberdade, em flagrante desvirtuação do espírito do ‘25 de Abril’” e que “sob a bandeira de uma falsa liberdade, se estão preparando novas formas de escravidão.”¹⁶⁷

No fundo, no seu último discurso, o primeiro Presidente da República pós 25 de Abril, não acrescentava nada de significativamente novo ao que vinha dizendo desde há cinco meses. Excepto que, após inconcretizadas ameaças, renunciava ao seu cargo. Ainda que o seu projecto político repousasse em limitações de direitos e liberdades, e de ele próprio não ser um campeão da democracia, havendo quem, como Costa Gomes¹⁶⁸, o qualificasse como um autocrata, Spínola faz por reforçar a sua identificação com a liberdade e os valores democráticos. É um discurso que terá importantes ressonâncias externamente, causando alarmismo e desconfiança relativamente ao processo

¹⁶⁷ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, pp.1 e 8

¹⁶⁸ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O último Marechal*, p.259

revolucionário português, com implicações na retracção de apoios financeiros e investimentos estrangeiros¹⁶⁹.

De manhã Spínola renunciava. Cerca de duas horas depois, Costa Gomes era nomeado Presidente da República. Por volta das 19 arrancava em Lisboa, em frente ao Palácio de São Bento, uma gigantesca manifestação de apoio ao MFA, ao novo Presidente da República, ao Governo Provisório e ao Primeiro-ministro. Convocada pelo PCP e recebendo a adesão imediata de PS, LUAR, MES, MDP e Intersindical, a primeira página do *Diário de Lisboa* salientava as dezenas de milhar de pessoas presentes, apontando para um número entre 50 a 60 mil, num desfile que se alongava por 4 quilómetros¹⁷⁰.

2.2. O III Governo Provisório, Costa Gomes e o novo equilíbrio de poderes

A conclusão imediata do 28 de Setembro é a vitória da Coordenadora do MFA, apoiada, sobretudo, pelos partidos de esquerda e alicerçada numa dinâmica social que, nesta conjuntura particular, se lhe revela favorável, sobre Spínola e o país conservador que perspectivavam um mínimo de manutenção de laços com as colónias ou fórmulas de “independências brancas”. O reforço da CC do MFA como principal centro de poder traduzia-se no início da sua institucionalização que analisaremos no capítulo seguinte.

Salda-se então, num salto em frente, numa primeira viragem à esquerda, na definitiva abertura de um processo revolucionário fortemente determinado e marcado pela acção dos movimentos sociais.

O primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em comunicação transmitida pela rádio e pela televisão no dia 30 sobre os recentes acontecimentos, ciente que se havia aberto um processo revolucionário cujas consequências estavam ainda por descobrir, diz que a crise está ultrapassada, que se esteve perante o “primeiro ataque em forma de reac-

¹⁶⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O último Marechal*, p.259

¹⁷⁰ *Diário de Lisboa*, 1 de Outubro de 1974, pp.1 e 20

ção ao Movimento de 25 de Abril”, que a guerra civil fora evitada, a democratização e a unidade entre povo e Forças Armadas reforçadas¹⁷¹.

Costa Gomes é nomeado Presidente da República pela Junta de Salvação Nacional na tarde de dia 30. No seu discurso de tomada de posse, elogia Spínola a quem o unia “meio século da mais fecunda amizade” e cuja resignação procurara evitar. De seguida procura demonstrar que o Programa do MFA não sofrera quaisquer atropelos no que respeita à descolonização, que o curso da democratização, apesar de alguns desvios, é merecedor de elogios. Termina deixando “uma palavra de tranquilidade”, assegurando que as Forças Armadas e forças militarizadas se estavam integrando no espírito do MFA. De seguida empossou o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, momento marcado por calorosos elogios e promessas de frutuosa colaboração¹⁷².

No encontro com os jornalistas, após a sua recondução no cargo, o Primeiro-ministro esforça-se por desmentir o quadro de caos e anarquia traçado por Spínola na sua renúncia, por transparecer uma imagem de um país em ordem. Garante o cumprimento intransigente do Programa do MFA e a realização de eleições¹⁷³.

Costa Gomes lança-se na tarefa de nomear o III Governo Provisório. Por indicação da Comissão Coordenadora, Vasco Gonçalves mantém-se como Primeiro-ministro¹⁷⁴. A sua composição não é significativamente alterada mas acentua-se a prevalência do MFA e a viragem à esquerda, nomeadamente, com as demissões de Firmo Miguel na Defesa e Sanches Osório na Comunicação Social. Ambas as pastas ficam sob a tutela do Primeiro-ministro.

Vasco Lourenço descrevia da seguinte forma o novo Executivo e alguma da sua acção:

“O Terceiro Governo Provisório vai reflectir, na sua composição, esse mesmo salto [“forte guinada à esquerda”]. Portanto, é um Governo claramente mais à esquerda que o Segundo Governo Provisório, e que vai ter uma actuação que está precisamente de acordo com esse salto qualitativo. Começam a dar-se passos importantes no sentido de um maior controlo da economia, no sentido de uma maior intervenção do Estado nessa área.”¹⁷⁵

¹⁷¹ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, pp.1 e 3

¹⁷² *Diário de Lisboa*, 1 de Outubro de 1974, pp.1 e 10

¹⁷³ *Diário de Lisboa*, 1 de Outubro de 1974, p.11

¹⁷⁴ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O último Marechal*, p.262

¹⁷⁵ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.327

É um governo de transição, de preparação das eleições para a Assembleia Constituinte, no entanto tem uma intervenção importante na economia. Nomeadamente com o Plano de Acção Económico-Social decidido numa reunião do governo de 18 de Outubro. Parte fulcral da sua actuação centrou-se na preparação das eleições legislando, nesse sentido, sobre o direito de associação, as actividades dos partidos políticos, a lei eleitoral, o recenseamento eleitoral ou a fiscalização das votações¹⁷⁶.

Mais relevante parecia ser, como lembra Maria Inácia Rezola¹⁷⁷, o facto do novo Executivo vir a governar no quadro inédito do afastamento de Spínola e refluxo das direitas, de uma posição de maior força e legitimidade do MFA e do próprio Primeiro-ministro que aparentava ter agora maior margem de acção. A derrota do que, consensualmente, vinha sendo apontado como uma tentativa de golpe da direita, uma manobra contra-revolucionária, reforçava o consenso no avanço da revolução, na democratização das Forças Armadas e do aparelho de Estado, de uma via de esquerda que tendia a ser cristalizada no MFA.

Para a Secretaria de Estado em Washington o desenlace dos acontecimentos confirmava que o verdadeiro poder se encontrava nas mãos da esquerda do MFA e do Primeiro-ministro. Marcando uma derrota quase fatal para as direitas determinava ainda uma nova viragem à esquerda do Governo e uma vitória clara do MFA. Salienta ainda que Costa Gomes parecia apoiar Spínola até inícios de Setembro mas a preparação da manifestação determinou que o apoio do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas recaísse em Vasco Gonçalves¹⁷⁸.

Há múltiplas interpretações sobre a verdadeira agenda de Costa Gomes no 28 de Setembro, tal como relativamente ao seu comportamento algo expectante no 25 de Abril. Não é este o espaço para dissecar a estratégia e o projecto político do general que substituíra Spínola em Belém. No entanto, importa lembrar que Costa Gomes é fortemente criticado pelo seu antecessor que o acusa de traição¹⁷⁹. Sobretudo, o que parece relevante é compreender o comportamento e acção de Costa Gomes à luz da

¹⁷⁶ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.211

¹⁷⁷ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.133

¹⁷⁸ "Situation in Portugal", telegrama da Secretaria de Estado para a Missão dos EUA nas Nações Unidas, 30 de Setembro de 1974

¹⁷⁹ António de Spínola, *País sem Rumo*, p.235

evolução do processo político. Durante meses e em momentos críticos ou de crise eminente, Costa Gomes emerge como figura conciliadora ou apaziguadora entre Spínola e a CC do MFA. Progressivamente, ao longo da Primavera e Verão, vai assumindo posições mais avançadas e aproximando-se do MFA em detrimento de Spínola, com quem, definitivamente, já não está a 28 de Setembro. Vasco Lourenço diz não acreditar num projecto político concreto de Costa Gomes. Dividindo as águas entre um projecto de Spínola e um projecto do MFA, considera que Costa Gomes optou ou se integrava preferencialmente no segundo na medida em que era o que apontava para a democratização¹⁸⁰.

Costa Gomes rejeita as acusações de ter traído Spínola e sustenta que não tinha objectivos de poder, considerando que foi “empurrado para Presidente da República sem nunca o ter pretendido” num momento grave em que urgia a nomeação rápida do Chefe de Estado¹⁸¹. Acabou por ser nomeado, com o apoio da Comissão Coordenadora, em reunião da Junta de Salvação Nacional em que apenas estavam presentes o próprio Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo, já que Rosa Coutinho se encontrava em Angola e Diogo Neto, Galvão de Melo, Silvério Marques e Spínola já não a integravam.

Na tomada de posse, Costa Gomes procura desconstruir a visão apocalíptica deixada por Spínola aquando da sua renúncia. Dias depois, o tom é semelhante no célebre discurso na Assembleia na Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 17 de Outubro – o primeiro de um Chefe de Estado português –, momento marcante na abertura de Portugal ao exterior, no seu reposicionamento e legitimação internacional¹⁸².

Também a recomposição da Junta de Salvação Nacional, até então foco fundamental do poder de Spínola e eixo determinante da sua acção e projecto político, indiciava o reequilíbrio de forças e o aprofundamento da via revolucionária e de esquerda. Com Rosa Coutinho a presidir à Junta Governativa de Angola, para além de Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo que se mantêm, a Junta vai integrar Carlos Fabião, Fisher Lopes

¹⁸⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, p.324

¹⁸¹ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O último Marechal*, p.259-261

¹⁸² *Diário de Lisboa*, 18 de Outubro de 1974, p.10

Pires, Mendes Dias, Pinho Freire e Silvano Pereira, interinamente, em substituição de Rosa Coutinho¹⁸³.

No campo da descolonização, cada vez mais definidos os *timings*, é Costa Gomes¹⁸⁴ e, sobretudo, Melo Antunes quem assume a liderança do processo. Paralelamente, a renúncia de Spínola caiu bem entre os movimentos de libertação, com o MPLA a cancelar a reabertura de actividades militares. Agostinho Neto, por seu lado, acusa o Presidente deposto de apoiar acções da população branca¹⁸⁵.

Após o 28 de Setembro, clarificava-se aos poucos o que seria o essencial do debate e da luta política nos meses seguintes. A grande dúvida parecia situar-se no grau de viragem à esquerda que se forjava, porque o caminho do socialismo parecia claro, qual a profundidade da revolução em curso. Dúvidas já não pareciam haver no que dizia respeito a quem controlava o processo político em Portugal. O principal centro de poder era claramente o MFA.

2.3. Rescaldo do 28 de Setembro e Interpretações

Muitas foram as interpretações sobre as movimentações tendentes à organização da manifestação da “maioria silenciosa” no dia 28 de Setembro. Desde uma simples manifestação de apoio ao Presidente da República até a uma acção e um golpe militar de direita com conexões em Angola e Moçambique. Paralelamente, discute-se o grau de envolvimento e de responsabilidade de Spínola nestes acontecimentos. Também aqui se vai de um extremo ao outro: de que o Presidente da República foi o principal responsável e pai dos acontecimentos ou que apenas teve conhecimento das movimentações quando estas estavam já em curso. Acrescenta-se ainda a hipótese de todas estas acções transcenderem Spínola, tendo origem na extrema-direita que teria como objectivo final substituir Spínola por Kaúlza de Arriaga.

Apoiando-nos nas fontes, testemunhos e bibliografia, aquilo que conseguimos aferir como certo é o envolvimento directo de Spínola no projecto da “maioria silenci-

¹⁸³ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.134

¹⁸⁴ *Diário de Lisboa*, 2 de Outubro de 1974, p.1

¹⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 2 de Outubro de 1974, p.1

osa”, considerando ser sua a paternidade da ideia da manifestação, num âmbito da sua estratégia de reforço dos seus poderes e contenção do MFA. Assumindo a manifestação da “maioria silenciosa” o centro do seu plano, no sentido de justificar o reforço dos poderes presidenciais, outras movimentações há que indiciam um alcance maior desta iniciativa. Assim, não é de excluir que estivesse em aberto ou fosse possível uma acção militar ou, pelo menos, situações de confrontos armados. Mesmo que não fazendo parte do plano inicial, as hostes spinolistas admitiriam e preparavam-se para que algo semelhante pudesse acontecer. Para tal concorre o facto de Spínola e os oficiais da sua confiança tentarem colocar várias unidades militares sob o comando do Presidente da República, a ocupação de estações de rádio e da RTP ou a retenção ou detenção em Belém de Vasco Gonçalves ou Otelo.

Aqui é preciso juntar algumas advertências. Em primeiro lugar, a desconexão entre quem apoia Spínola neste projecto, podendo haver agendas diversas, planos contraditórios ou invectivas particulares que não seriam do conhecimento de todos os intervenientes e não teriam sido articuladas com as demais acções. Em segundo lugar, a pouca organização e estruturação com que Spínola pautou muitas das suas tentativas de assalto ao poder, invariavelmente, quase todas votadas ao fracasso. Paralelamente, como noutras situações do processo revolucionário, há uma importante componente de imprevisibilidade tanto nos acontecimentos, como no comportamento dos actores. Efectivamente para além da grande manifestação de apoio a Spínola, tudo o resto parecia estar em aberto, nomeadamente confrontações ou um golpe militar¹⁸⁶. De facto, nos sectores spinolistas haveria linhas que admitiam o escalar da situação tendendo para uma acção armada. Finalmente, é notória uma certa desorganização, uma desarticulação entre acções e protagonistas, agravada pelas várias sensibilidades das direitas que apoiavam Spínola.

Para Raquel Varela, por trás do 28 de Setembro estava:

“um amplo sector social que incluía grupos económicos ligados às colónias que queria uma solução federalista pró-ocidental, sectores do campesinato do Norte de Portugal influenciados pela Igreja e grandes agrários do Sul do País. (...) O golpe era a tentativa de um sector da burguesia de pôr fim à revolução através de uma solução de força mas revela-se precipitada por ter reunido escassa base social. No quadro das lutas sociais de Agosto, da radicalização dos operários contra o Governo e o MFA, com o aumento dos despedimentos (e formas de sabota-

¹⁸⁶ Entrevista feita pelo autor a Francisco van Uden a 14 de Fevereiro de 2013

gem económica), e já depois da lei que reconhecia a independência das colónias, esse sector ‘spinolista’ avança para um golpe de estado que tem contra si uma extraordinária mobilização popular, em que o PCP teve um papel determinante, junto com o MFA”¹⁸⁷.

A banca e importantes industriais parecem apoiar várias acções ligadas à preparação da manifestação da “maioria silenciosa” ou, pelo menos, ter conexões com algumas das suas figuras. O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa apoia financeiramente o jornal *Bandarra*, nomeadamente através de empréstimos. Avelino Rodrigues conta que o mesmo banco financiou as camionetas que transportariam os manifestantes do Norte para Lisboa¹⁸⁸. No início de Outubro, a Confederação da Indústria Portuguesa envia um telegrama ao Primeiro-ministro manifestando o seu apoio ao Governo Provisório e ao MFA e repudiando os recentes acontecimentos da “maioria silenciosa”.

Como vimos referindo, o 28 de Setembro é, sobretudo, uma tentativa de Spínola reforçar os seus poderes, através da declaração de estado de sítio, na sequência de uma manifestação popular apelando ao Presidente da República para assumir definitivamente o controlo do processo político, resgatando o país à via de esquerda e revolucionária que CC do MFA, partidos e movimentos sociais vinham imprimindo. Mais do que uma manobra concertada com a alta finança e grandes industriais, parece-nos que estes sectores não só tinham relações privilegiadas com Spínola e várias figuras impulsionadoras da “maioria silenciosa”, como perfilhavam alguns dos objectivos e leituras do Presidente da República, pelo que viam com bons olhos a contenção do processo revolucionário e de uma vaga tremenda de reivindicações, lutas, greves e conquistas operárias forjadas nos cinco meses decorridos desde Abril.

Na frente africana, a acção perspectivada com a manifestação agrega em seu redor aqueles que se opunham à via de descolonização que se afirmava, preconizada pela CC do MFA, PS, PCP e esquerda radical e movimentos sociais, desde integristas puros a defensores de independências brancas ou de soluções federalistas.

No relatório sobre o 28 de Setembro pode ler-se que o 28 de Setembro é uma tentativa reaccionária de parar e, consequentemente, matar a revolução:

¹⁸⁷ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, pp.109-110

¹⁸⁸ Avelino Rodrigues, *Portugal depois de Abril*, p.86

“Deste modo se explica, em primeiro lugar, que a reacção interna se já constituída por um leque grande de indivíduos, que vêm deteriorar-se o condicionalismo que os favorecia – e que vão da burguesia latifundiária e tradicionalista aos frustrados do colonialismo, dos empresários monopolistas e da alta finança aos elementos do velho aparelho do Estado fascista (legionários, agentes da ex-PIDE, filiados da ex-ANP, etc.)”¹⁸⁹.

Acrescenta ainda ter-se tratado de um ataque frontal à nova ordem aberta pelo 25 de Abril que pretendia o derrube do Governo provisório e a neutralização do MFA¹⁹⁰.

Para sectores do MFA, inúmeros órgãos de imprensa, partidos de esquerda e esquerda radical, era unânime ter-se assistido a uma acção contra-revolucionária ou uma manobra reaccionária. Para PCP e MDP/CDE não parecia haver dúvidas que, por trás da manifestação da “maioria silenciosa”, se escondia uma acção da direita para conter o processo revolucionário e de democratização e impor um regresso a algo como uma ditadura de direita. O MRPP denuncia uma “intentona fascista” apoiada pelo “capital monopolista e imperialista”. O PS falava também numa acção das forças reaccionárias, enquanto o PPD, não duvidando do carácter reaccionário da manifestação, excluía, porém, a existência de um golpe ou uma conspiração alargada das direitas para conter o processo revolucionário e impor um regresso a uma ditadura¹⁹¹.

Para Spínola, o 28 de Setembro tem ramificações no estrangeiro e a sua primeira motivação na sua decisão de “conduzir pessoalmente a descolonização de Angola”.

Um dos argumentos mais constantes na sustentação de uma acção maior que uma simples manifestação de apoio ao Presidente da República consiste na possível existência de uma rede de tráfico de armas e na distribuição destas pelos manifestantes. Na auto-estrada do Norte ou na Calçada de Carriche, por exemplo, há notícias sobre a apreensão de várias armas, nomeadamente caçadeiras¹⁹². O relatório sobre o 28 de Setembro do Estado-Maior General das Forças Armadas denuncia uma rede de tráfico de armas, ligada ao Partido do Progresso, desmantelada pelo MFA, que previa a angariação de uma centena de armas automáticas e 500 mil munições. Paralelamente, apresenta uma listagem das armas apreendidas nas barragens à entrada de Lisboa às

¹⁸⁹ 28 de Setembro, p.9

¹⁹⁰ 28 de Setembro, p.69

¹⁹¹ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, pp.7 e 14

¹⁹² *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.5

peessoas que se deslocavam para tomar parte na manifestação. Entre o armamento apreendido contavam-se: 699 espingardas caçadeiras; 44 espingardas de pressão de ar; 118 pistolas e revólveres; 23 pistolas de alarme; 332 armas brancas; 549 matracas e congéneres e 9885 munições¹⁹³.

Não crendo necessariamente na justificação dada pelos visados de que as armas se destinavam a caçadas, não parece estar-se perante uma acção armada planeada, com a participação de militares e civis armados. Vasco Lourenço afirma que a existência de uma rede de tráfico de armas e de armamento distribuído pela população para o 28 de Setembro se tratou sobretudo de “contra-propaganda, contra-marketing” na medida em que nunca se confirmou cabalmente que se preparava o armamento dos manifestantes, tendo apenas sido encontradas armas ligeiras, “nunca se encontrou nada do que se dizia existir em termos de armamento. As tais armas destinadas à maioria silenciosa nunca apareceram”¹⁹⁴. Algumas destas notícias revelam-se algo duvidosas, podendo inserir-se na campanha de aproveitamento do falhanço do 28 de Setembro, criando um quadro mais negro do que realmente era. Vasco Lourenço sustenta ainda que se tentou criar a imagem de que Spínola preparava uma acção violenta com armas, visão fomentada nos últimos dias de Setembro, sobretudo pelo PCP e o MDP, com o intuito de capitalizar a situação em favor do avanço da revolução e reforço das esquerdas, bem como, de permitir a prisão de vários elementos que de outra forma não se conseguiria¹⁹⁵. No entanto, rejeitamos completamente a tese forjada à direita da “inventona do 28 de Setembro”¹⁹⁶ que, inocentando Spínola de tudo a não ser de uma simples manifestação em seu apoio, nada mais vê a 28 de Setembro que uma construção da esquerda destinada a reforçar o avanço da revolução. Se dúvidas subsistem no alcance e objectivos destes acontecimentos, elas não subsistem quando se fala numa acção de Spínola para reforçar os seus poderes e conter o curso revolucionário. Sendo este objectivo claro, podendo ser complementado com iniciativas militares e palacianas, de facto tanto o MFA, como partidos, passando pela própria imprensa, criam um clima em que a tónica é posta numa acção reaccionária destinada a conter a revolução. Este consenso, naturalmente que acaba por contribuir para empurrar o

¹⁹³ *28 de Setembro*, pp.45-46

¹⁹⁴ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

¹⁹⁵ António Maria Pereira, *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Bertrand, 1976, p.189

¹⁹⁶ António Maria Pereira, *A Burla do 28 de Setembro*, p.97

processo revolucionário para a esquerda. Parecem tratar-se, no entanto, de situações naturais e reactivas aos acontecimentos e não de um plano estruturado para efectuar prisões e imprimir um avanço revolucionário.

Nos dias imediatos a 28 de Setembro, multiplicam-se as notícias e depoimentos sobre armamento apreendido, nomeadamente, nas sedes dos partidos de direita, redes de tráfico de armas, acções preparadas que a vigilância popular desmontou. Uma dessas notícias dá conta que na sede do Movimento de Acção Portuguesa foram encontradas várias armas e uma espingarda com mira telescópica destinada a assassinar Vasco Gonçalves¹⁹⁷. Outras falavam na existência de listas para execuções sumárias caso o golpe de direita tivesse sucesso, de verdadeiras milícias armadas camufladas sob os vários partidos de direita que apoiavam a manifestação, denunciando a acção do Partido Liberal no recrutamento de ex-milicianos para as suas actividades¹⁹⁸. Nas instalações do Partido do Progresso, o *Diário de Lisboa* noticia ter sido encontrado um verdadeiro “arsenal bélico” e que se preparava um “banho de sangue”, tendo as forças do COPCON, supostamente, encontrado metralhadoras, 5 mil granadas de mãos, *cocktails molotov*, matracas, barras de ferros¹⁹⁹.

Na noite de 27 para 28 de Setembro arrancara a operação de prisões que havia sido esquematizada duas semanas antes para prender elementos da extinta Legião Portuguesa, mas que, em virtude dos recentes acontecimentos, previa também a detenção dos envolvidos na preparação da manifestação²⁰⁰, por sinal muitos deles antigos legionários. É de admitir que nesta noite tenha havido detenções de pessoas que nada tinham a ver com a manifestação da “maioria silenciosa”, como nomes ligados ao regime deposto ou notoriamente de direita.

Na operação montada pelo COPCON foram detidas várias figuras por estarem alegadamente envolvidas nas movimentações da “maioria silenciosa” como Kaúlza de Arriaga, Silva Cunha, Moreira Baptista, Franco Nogueira, Elmano Alves, Conde Caria, Casal Ribeiro, Manuel Múrias, Barbieri Cardoso ou Florentino Goulart Nogueira. Já a 29 foram efectuadas buscas no Hotel Sheraton em Lisboa, apontado como um dos pontos

¹⁹⁷ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.6

¹⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 3 de Outubro de 1974, p.5

¹⁹⁹ *Diário de Lisboa*, 3 de Outubro de 1974, p.17

²⁰⁰ *28 de Setembro*, p.52

nevrálgicos da preparação da manifestação e onde estavam instalados vários elementos ligados a esta, como José Harry de Almeida Araújo²⁰¹. Também, Francisco Hipólito Raposo, autor do cartaz da “maioria silenciosa”, é preso. Também em Angola há prisões relacionadas com os acontecimentos da “maioria silenciosa”, nomeadamente, de elementos dos partidos que no dia 27 tinham sido recebidos por Spínola em Belém, nomeadamente um dirigente do Partido Cristão-Democrático de Angola²⁰². O jornal *Bandarra* vê as suas instalações invadidas nos primeiros dias de Outubro por elementos ligados aos sindicatos da imprensa, pondo fim à sua existência²⁰³.

2.4. Explorar o sucesso. O avanço da revolução

Como vimos, independentemente das interpretações e aproveitamentos que ambos os lados fizeram dos acontecimentos de 27, 28, 29 e 30 de Setembro, os primeiros dias de Outubro são marcados pelo rescaldo da “maioria silenciosa” e por um consenso ditado pela esquerda militar e político-partidária, bem como pelo universo difuso que eram os movimentos sociais, neste caso a população mais politicamente activa, de se ter contido a primeira grande ameaça ao processo revolucionário e à via que aqueles perspectivavam.

No entanto, denota-se alguma cautela entre o Governo Provisório, MFA e alguns partidos em atacar duramente Spínola e identificá-lo liminarmente com o 28 de Setembro, enquanto tentativa de golpe. Os partidos, através de vários comunicados, não rejeitam as responsabilidades de Spínola, mas a hostilização não é ainda completa²⁰⁴, centrando-se o essencial das críticas na manifestação da “maioria silenciosa”, nos seus promotores, preparação e objectivos e não tanto em Spínola²⁰⁵.

De facto, nos comunicados emitidos por PCP, CDE, PS, PPD e MES, nos dias 28 e 29, anteriores à renúncia de Spínola, publicados pela imprensa nenhum deles nomeia sequer o Presidente da República. À excepção do PPD, todos falam numa conspiração reaccionária, no papel dos cidadãos no dismantelamento da manifestação, salientan-

²⁰¹ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.16

²⁰² *Diário de Lisboa*, 3 de Outubro de 1974, p.5

²⁰³ *Diário de Lisboa*, 3 de Outubro de 1974, p.17

²⁰⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.529

²⁰⁵ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.7

do, em especial, os seus próprios militantes, na necessidade de vigilância, de avanço da revolução, de saneamentos²⁰⁶. Também o MFA, em comunicado televisionado e radio-difundido no dia 29, não refere Spínola quando fala nas recentes “manobras de inspiração reaccionária”.

O PCP acaba por ser a força política que mais fortemente critica o Presidente da República que acabara de resignar e o identifica abertamente com a conspiração reaccionária²⁰⁷. Após a renúncia do Presidente da República, em comunicado da Comissão Política do Comité Central, o PCP considera a demissão de Spínola “conclusão lógica” e um “facto positivo”, enquanto o PS não apresenta qualquer apreciação qualitativa ou juízo de valor acerca da renúncia²⁰⁸. Já o PPD, em comunicado sobre os recentes acontecimentos, elogia António de Spínola²⁰⁹. Pela voz do seu líder, Freitas do Amaral, perante vários jornalistas estrangeiros, o CDS, após elogiar Spínola, considerava que a sua renúncia não representava qualquer perigo para a democracia em Portugal, demarcando-se completamente da manifestação da “maioria silenciosa”²¹⁰.

Dentro do MFA ouvem-se vozes críticas relativamente a Spínola, destacando-se, neste particular, Otelio Saraiva de Carvalho. No entanto, o próprio Otelio Saraiva de Carvalho, numa das várias entrevistas que dá no início de Outubro, é também cauteloso ao falar do ex-Presidente da República, negando que alguma vez tenha posto a hipótese de mobilizar as forças militares contra Spínola para lhe retirar o poder²¹¹.

Rapidamente, as forças civis e militares de esquerda mostram que é o momento de explorar o sucesso, de capitalizar o malogro do 28 de Setembro para reforçar as suas posições. A 1 de Outubro tem lugar a referida manifestação de apoio ao MFA, Presidente da República, Governo Provisório e Primeiro-ministro. Segundo Avelino Rodrigues, estão já patentes algumas divisões, nomeadamente, entre as forças partidárias presentes da coligação governamental. O PPD não estará presente na manifestação de 1 de Outubro²¹². Dias depois, o tom é semelhante no comício por ocasião do 4º

²⁰⁶ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.7

²⁰⁷ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.524

²⁰⁸ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.8

²⁰⁹ *Diário de Lisboa*, 2 de Outubro de 1974, p.7

²¹⁰ *Diário de Lisboa*, 7 de Outubro de 1974, p.17

²¹¹ *Diário de Lisboa*, 11 de Outubro de 1974, p.4

²¹² Avelino Rodrigues, *Portugal depois de Abril*, p.95

aniversário da Intersindical com a presença do Primeiro-ministro²¹³. O clima de união entre povo, MFA e Governo Provisório tem ainda materialização na jornada de trabalho no domingo 6 de Outubro, momento que assinalava a “vitória do Povo português contra a intentona reaccionária”²¹⁴. Ao apelo de Vasco Gonçalves corresponderá uma forte adesão popular num dia de trabalho em apoio ao MFA e ao Governo Provisório e contra a reacção e em repúdio ao 28 de Setembro.

Arrancava uma nova fase do ciclo revolucionário. António de Spínola tivera a sua primeira grande derrota. Mas não definitiva. Mais ou menos na sombra, continuava a actuar e reaparece na cena política portuguesa com estrondo nos episódios do 11 de Março. Costa Gomes afirmava-se como peça chave do equilíbrio político-militar decorrente do 28 de Setembro e Vasco Gonçalves reforçava o seu protagonismo, aglutinando à sua volta um dos vários blocos político-militares em disputa pelo controlo do processo político.

As esquerdas partidárias saíam reforçadas, capitalizando o falhanço da “maioria silenciosa”, e o processo revolucionário português conhecia uma aceleração e uma importante viragem à esquerda, contida que fora a primeira tentativa de monta de travar a revolução, a via para o socialismo e a vaga de movimentações sociais. Os partidos de extrema-direita envolvidos na preparação da manifestação conhecem um importante refluxo, sendo que alguns deles são proibidos, como o PNP.

O Movimento das Forças Armadas reforçara a sua posição. Tornara-se na principal força do bloco de poder político-militar, o centro principal de poder. Ao mesmo tempo que encetava o seu processo de institucionalização, o MFA vai conhecer as primeiras grandes divergências no seu interior. Não que alguma vez tivesse sido um bloco homogéneo ou coerente, já que no seu bojo, desde sempre, se confrontavam várias linhas. Uma delas, a spinolista, fora contida, mas várias tendências políticas afirmavam-se e preparavam-se para novos braços de ferro, numa lógica de crescente ligação às forças partidárias, nomeadamente PCP, PS e esquerda radical ou extrema-esquerda.

De facto, a necessidade de reestruturação devia-se em parte às divergências e desarticulações internas.

²¹³ *Diário de Lisboa*, 2 de Outubro de 1974, p.24

²¹⁴ *Diário de Lisboa*, 3 de Outubro de 1974, p.1

Finalmente, após cinco meses de explosiva mobilização dos movimentos sociais e de uma acção popular tida como decisiva na derrota da conspiração spinolista, a força dos movimentos sociais era reconhecida oficialmente como elemento determinante do processo e da luta política, institucional e partidária.

CONCLUSÃO

ENCERRAMENTO DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Chegados ao capítulo final deste trabalho, as primeiras conclusões remetem para os desenvolvimentos concretos posteriores e relacionados com o 28 de Setembro, indo, *grosso modo*, até ao final do ano de 1974 e início do de 1975. A convocação destes acontecimentos, para além de ter como objectivo avaliar o legado dos primeiros cinco meses de revolução no processo ulterior, procura trazer alguma luz ou contribuir para explicação de alguns dos vectores centrais do período Abril – Setembro que se têm vindo a evidenciar ao longo da dissertação. De facto, os referidos desenvolvimentos contribuem para acentuar a especificidade deste período inicial cujas características não são redutíveis à luz dos critérios dos períodos seguintes. Comportamentos, evoluções e posições que MFA, governos ou intervenientes civis e militares têm na primeira fase não podem ser lidos a partir de análises construídas em função do que acontece no fim de 1974 ou em 1975. Isto aplica-se, por exemplo, às leituras sobre o que era o MFA no início da revolução decorrentes daquilo que se transformou depois, nomeadamente, a clarificação das suas várias facções e a relação com os partidos. O mesmo valerá para os movimentos sociais, inicialmente muito mais espontâneos e independentes relativamente a MFA e partidos do que depois se verificará. Ou ainda para a relação do PCP com a vaga reivindicativa. O objectivo não será, então, fazer uma análise histórica dos acontecimentos posteriores, mas evidenciar as originalidades e as diferenças entre a primeira fase do processo revolucionário e os ciclos seguintes.

Numa segunda parte, as conclusões são de carácter geral, incidindo, naturalmente, nos dois grandes eixos da tese: os movimentos sociais e o projecto político de António de Spínola. Neste último bloco de conclusões procurar-se-á, ainda, deixar claro como aquilo que se detectou como grandes constantes ou tendências ao longo dos primeiros cinco meses do processo revolucionário têm a sua confirmação – ou a confirmação da sua centralidade - nos acontecimentos do fim de Setembro.

1. QUADRO GERAL

Como vimos, a *debacle* spinolista de finais de Setembro abre, definitivamente, a janela a um processo revolucionário, derrotada que fora a tentativa de o conter e de travar o arranque da democratização. A transformação do golpe militar em revolução fizera-se, em grande parte, como resultado da explosão social que o país conhece às primeiras horas do golpe, tal como a derrota da aventura presidencialista de Spínola tivera nos movimentos sociais importante, não único naturalmente, bloqueio. A via revolucionária, de esquerda e socialista ganhara força e impusera-se.

Os movimentos sociais continuarão a desempenhar um papel activo no avanço revolucionário, mas cada vez mais ligados a partidos e ao próprio MFA. Sintomas da nova realidade eram, por exemplo, a aproximação e estímulo do PCP – que com o 28 de Setembro abandona em definitivo a sua posição de contenção inicial¹ - ou do MFA a várias acções populares. Os movimentos sociais funcionam agora como força que ninguém pode negligenciar e que todos procuram capitalizar em seu favor, no sentido da imposição do respectivo projecto de sociedade. Resolvida, no essencial, a questão colonial, definido o caminho da democratização e da revolução, o debate e a luta política iam centrar-se cada vez mais no tipo de regime a construir.

Entre os temas que marcarão a agenda no fim de 1974 e início de 1975 contam-se a institucionalização do MFA, a preparação das eleições e o posicionamento do Movimento relativamente a elas, a batalha em torno de unidade ou da unicidade sindical, as dificuldades económicas e o plano económico e a criação de uma comissão coordenadora das comissões de trabalhadores. Tudo isto, tendo como pano de fundo um debate em crescente estruturação, traduzido na fragmentação em campos concorrentes do MFA, sobre o modelo de sociedade ou o tipo e profundidade de socialismo a construir em Portugal.

Consensualmente, o quadro aberto pela crise de 28 de Setembro consubstancia um reforço da Comissão Coordenadora do MFA e do próprio Movimento como principal foco de poder. Na nova ordem de poderes o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Costa Gomes, ascende à Presidência da República. Segundo Medeiros Ferreira, esta “acumulação das funções de Presidente da República com as de CEMGFA

¹ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.145

imprime a este último cargo uma autoridade jamais igualada, e cria um enlace difícil de destrinçar entre os dois órgãos, com resultados assinaláveis na orientação e na coordenação dos três ramos”².

Significava ainda, com cinco meses de atraso, a chegada à Presidência da República do primeiro nome escolhido pelo MFA.

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MFA E A DEFINIÇÃO DE LINHAS

Afastado Spínola, substituído por Costa Gomes em Belém, recomposta a JSN, afastados os elementos spinolistas e mantendo-se o III Governo Provisório sintonizado e dominado pela Comissão Coordenadora, o reforço do papel desta no bloco de poder político-militar e no processo político conhecerá momento de importante confirmação com o que se designa como a institucionalização do MFA ou, como diz Luís Nuno Rodrigues, a “transformação das suas estruturas em órgãos oficiais e legítimos de governo do país”³.

O primeiro passo fora dado com a constituição do Conselho Superior do MFA, também designado por Conselho dos Vinte. Este órgão irá integrar os sete membros da Comissão Coordenadora – que se mantém idêntica à excepção da substituição de Vítor Crespo por Miguel Judas interinamente –, os sete elementos da JSN, os cinco ministros militares – Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vítor Alves, Costa Martins e Vítor Crespo – e, finalmente, o comandante-adjunto do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho. Reunia “num mesmo organismo todos os oficiais com funções político-militares”, facilitando a coordenação entre eles. Com atribuições claramente políticas, este Conselho dos Vinte representava algo como um órgão de cúpula que coordenava e articulava a acção dos vários elementos do MFA presentes nos vários órgãos de poder⁴. Pouco depois, mais uma etapa na institucionalização do MFA, obedecendo a uma tendência de democratização das Forças Armadas e de prevalência do MFA no seio desta, é criada a Assembleia de Delgados do MFA. De atribuições essencialmente consultivas, tem uma

² José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.182

³ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.532

⁴ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, pp.137-138

lógica basista, de contacto e auscultação das bases⁵, funcionando como mais um impulso à via revolucionária e ao reforço do MFA enquanto agente revolucionário.

Para Luís Nuno Rodrigues, citando António Reis, a “constituição da Assembleia de Delegados do MFA, com representantes dos três ramos das Forças Armadas, e a ‘estruturação de conselhos por ramos, armas e serviços’ vieram acentuar ainda mais o progressivo reforço da institucionalização do MFA enquanto centro da vida política nacional”⁶. Se, por um lado, se reforça o papel do MFA como centro do poder e se acelera no sentido da sua institucionalização, por outro, começam a vir ao de cima várias fracturas dentro do Movimento que, na primeira fase do ciclo revolucionário, estavam como que adormecidas e não totalmente maturadas, na medida em que a união se fazia em nome da contenção do projecto e da facção spinolista e do avanço da revolução e abertura democrática, incluindo os movimentos sociais e partidos de esquerda.

Como muitos autores afirmam, desenham-se três grandes linhas no interior do Movimento das Forças Armadas, sobretudo após o 11 de Março de 1975. Sánchez Cervelló fala na linha moderada, na gongalvista e na populista. A primeira tem em Melo Antunes a sua figura tutelar e Cervelló chama-lhe de “socialistas radicais” que, após as eleições de Abril de 1975, se aproxima do PS e que aglutinará, com o avançar do tempo, oficiais conservadores em virtude de preconizar uma contenção do PCP. A segunda, estruturada em volta do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, defende a revolução, apoiada no PCP no campo civil e, militarmente, na 5ª Divisão, na Armada ou nos Serviços de Informação. A terceira tem em Otelo a grande figura e preconiza um “socialismo revolucionário não burocrático (...) profundamente basista e assemblear”, apoiado no campo civil no PRP e UDP, por exemplo⁷. Cervelló aponta ainda a tendência para os sectores mais moderados do MFA ficarem em minoria perante uma Comissão Coordenadora e um Conselho dos Vinte mais identificados com o PCP⁸.

No entanto, importa reter que, não obstante a validade desta taxionomia, o processo é fluído. Como lembra Fernando Rosas, a linha socialista preconizada por Me-

⁵ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.140

⁶ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, p.532, cita António Reis “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, p.33 in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, volume VI, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp.13-62

⁷ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, pp.216-217

⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.218

lo Antunes conhece um progressivo afastamento relativamente ao PCP com quem chega a ter, a dado momento, apesar de algumas reservas, relações próximas. A ruptura definitiva traduzir-se-á na referida aproximação ao PS⁹.

António Reis faz uma leitura semelhante. Considera que o falhanço do 28 de Setembro significou a derrota do projecto spinolista de “revolução democrático-presidencialista” e a emergência de um projecto nacional-militar que divide em três correntes: a primeira “inspirada no modelo das democracias populares e mais remotamente no seu arquétipo soviético com os necessários retoques de nacional-militarismo”; a segunda “inspirada no modelo basista dos conselhos operários, fortemente influenciada também, e mais do que a primeira, pela experiência colonialista dos seus mentores, igualmente sublimada na tentativa de transposição dos esquemas de organização social dos movimentos de libertação para o nosso espaço geopolítico”. E, finalmente, uma linha “inspirada no terceiro-mundismo militarizado anti-imperialista, centrada no louvável objectivo de um socialismo de independência nacional, suficientemente realista, porém, para prever a combinação transitória com o modelo democrático-ocidental na sua fase de adaptação ao nosso espaço geopolítico”¹⁰.

Já a Secretaria de Estado dos EUA fazia uma leitura ligeiramente diferente da situação. Se, nos primeiros dias após a falhada manifestação da “maioria silenciosa”, tudo indicava que se operava uma definitiva viragem à esquerda, em meados de Outubro os sectores moderados pareciam ter contido, pelo menos temporariamente, o domínio da esquerda. Dizia haver três grandes focos de poder: um sector minoritário da esquerda militar, materializados no “triumvirato” de Vasco Gonçalves, Vítor Alves e Melo Antunes, um sector de militares moderados representantes da maioria e o Partido Comunista.

De facto, em finais de 1974 e início de 1975 ainda não é totalmente rígida a divisão do MFA nas grandes linhas referidas. Maria Inácia Rezola, ainda que concordando com este tipo de análises, não deixa de assinalar que o padrão detectado é ainda o da busca de consensos¹¹. Vasco Lourenço diz que até ao 11 de Março as divisões eram

⁹ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.145

¹⁰ António Reis, “O Partido Socialista na Revolução, no Poder e na Oposição”, pp.118-119

¹¹ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.145

ainda, sobretudo, latentes e havia coesão no interior do MFA, à excepção do grupo spinolista que considera marginal¹².

No aprofundamento destas divergências e da dificuldade em manter a coesão, Sánchez Cervelló destaca o papel que tem o surgimento de novos centros de poder, como a 5ª Divisão, e a actividade governamental onde se debatem concepções de sociedade diferentes.

Finalmente, embora derrotada em Setembro, no seio do MFA brotava ainda a via spinolista que se mantinha em alerta e em relativa conspiração. Spínola pensava em voltar ao poder, acreditando que seria chamado, mais uma vez à imagem de De Gaulle.

Se o combate ao spinolismo congregara “todo o MFA”, o desenvolvimento do processo político encarregou-se de expor as divisões. A lei sindical e, sobretudo, a actividade governamental ou o plano económico-social começavam a definir tendências. Mas evidencia-se, também, uma permeabilidade do MFA aos partidos, situação que aprofunda as cisões em gestação. O congresso do PS em Dezembro, por exemplo, ao expor o choque entre duas tendências, traduz-se em divisões também no interior do MFA, na medida em que cada uma das facções procurava captar “os seus capitães de Abril”¹³.

Mas será especialmente o plano económico a abrir fracturas, entrando em choque duas concepções que, segundo Vasco Lourenço, se viriam a plasmar posteriormente no Grupo dos 9 e nos “gonçalvistas”. Neste processo, entra a 5ª Divisão que assume posições ideológicas e critica duramente a situação económica e põe em causa o plano através do Boletim do MFA de 29 de Outubro. Ainda que exteriormente pouco visível, este episódio terá aberto um importante conflito no seio da Comissão Coordenadora. O plano perspectivava um modelo de economia mista, assente na participação de 51% do Estado nos principais sectores industriais e nas instituições financeiras, o que era considerada insuficiente por alguns sectores do MFA, nomeadamente aquele que se estruturava em torno de Vasco Gonçalves, que preconizava soluções mais radi-

¹² Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, p.357

¹³ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, p.331

cais e avançadas como a nacionalização dos principais sectores produtivos e financeiros¹⁴.

A propósito da 5ª Divisão do MFA, importa referir que em Outubro arrancam as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica que correspondem ao projecto de levar ao mundo rural a revolução e as suas ideias, captar as populações rurais para a revolução em marcha, de algum modo imbuído do espírito de criar um novo povo, um novo país, sintonizados com o MFA e a revolução. Revelavam a necessidade de integrar a população no projecto revolucionário, reflectindo a primazia assumida pelos movimentos sociais nos meses anteriores.

3. QUESTÃO SOCIAL E ECONÓMICA

Do ponto de vista social, laboral e das lutas sociais, o ciclo aberto com a derrota do 28 de Setembro vai ficar marcado pelo aprofundamento de algumas tendências perceptíveis nos cinco meses anteriores e por transformações e evoluções que importa, brevemente, realçar.

Em primeiro lugar, denota-se um agravamento da situação económica. Depois, tendo como pano de fundo o combate entre unidade e unicidade sindical, a tentativa do PCP controlar efectivamente o movimento operário, integrando-o numa única estrutura sindical e aprofundando a sua ligação aos mecanismos estatais e ao controlo partidário. Paralelamente, se nos primeiros cinco meses a vaga reivindicativa se fazia não só à revelia, mas mesmo contra sindicatos e PCP, sendo conduzida sobretudo pelas comissões de trabalhadores e partidos de extrema-esquerda, o fim de 1974 e o início de 1975 conhecem um processo de estruturação de uma comissão coordenadora das comissões de trabalhadores. Plasmavam-se duas das grandes linhas de força relativamente ao movimento operário: uma linha burocratizada do PCP e uma linha assente nas bases e no assembleísmo da extrema-esquerda.

Ambas reflectiam, porém, a certeza de que os movimentos sociais eram um elemento cada vez mais determinante no equilíbrio de forças no campo partidário e do poder político-militar. Denota ainda o crescente controlo que as estruturas partidárias ou para-partidárias vão estabelecendo sobre os movimentos sociais que, no ciclo posterior a Abril-Setembro, revelam menor autonomia e espontaneidade.

¹⁴ António Reis (Coord.), Portugal 20 anos de Democracia, p.27

Se no primeiro grande pico reivindicativo, de Maio e Junho de 1974, o processo é conduzido, essencialmente, pelas comissões de trabalhadores, já entre Janeiro e Março de 1975 o movimento reivindicativo é conduzido ou enquadrado com ligações próximas com as forças partidárias¹⁵.

O segundo período corresponde ainda a um reposicionamento do PCP em face das lutas laborais. Se, inicialmente, procurou conter e se colocou contra muitas acções reivindicativas, a partir da manifestação de Janeiro de 1975 pela unicidade sindical, o PCP “irá alimentar e apoiar inúmeros conflitos nas empresas, tendentes a um vasto movimento de ‘saneamento’ de empresários e gestores e à execução do plano de nacionalizações previsto para a fase da ‘revolução democrática e nacional’”¹⁶

A situação económica, combinando a crise internacional com o processo revolucionário, agrava-se ao longo do Verão e Outono de 1974. Raquel Varela aponta a continuação dos despedimentos em inúmeras empresas, a queda das taxas de lucro, a diminuição do número de emigrantes, traduzido na quebra nas remessas e aumento do desemprego que em Novembro atinge perto de cem mil pessoas, o regresso dos soldados e a vinda dos retornados, a generalização das “lutas laborais por melhorias salariais, 13º mês, manutenção da laboração”. Em 1975 vai registar-se uma queda de 4% do PIB e entre Janeiro e Dezembro de 1974, o desemprego havia duplicado¹⁷.

Raquel Varela refere ainda que:

“Todos os estudos indicam um aprofundamento da crise no final de 1974, início de 1975: alta taxa de inflação, perda de poder de compra (na verdade, em 1974, com os aumentos salariais depois de iniciada a revolução, os trabalhadores apenas conseguiram repor o que tinham perdido em 1973), cento e setenta e sete mil desempregados só no Continente em Dezembro de 1974, quase duplicação do saldo negativo da balança comercial entre 1973 e 1974, perda de catorze milhões de contos de divisas.”¹⁸.

As respostas governamentais à crise económica traduzem um crescente papel interventor do Estado na economia, nomeadamente através de decretos que previam a intervenção do Estado em empresas. O Governo procurará dar respostas à crise económica e ao descontentamento dos trabalhadores com decretos como o da requisição civil ou o de intervenção do Estado em empresas com dificuldades, o Decreto-Lei, n.º 660/74 de Novembro de 1974, a que se associam:

¹⁵ Maria de Lurdes Lima Santos *et alia* I vol., p.58

¹⁶ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, p.88

¹⁷ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, pp.129-132; 146

¹⁸ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.134

“ (...) várias medidas defendidas neste período pelo PCP. Atribuição de subsídios a empresas em dificuldades, proibição dos despedimentos sem justa causa, atribuição do subsídio de desemprego, cumprimento dos contratos colectivos de trabalho e do salário mínimo ‘salvo situações em que seja impossível’. Revelam-se, no entanto, aspirinas para tratar uma pneumonia. A ocupação de fábricas generaliza-se, as comissões de trabalhadores começam a procurar organizar-se nacionalmente, repetem-se os casos de proibição de entrada de patrões e administradores dentro das fábricas e empresas e dão-se alguns sequestros de patrões”¹⁹.

Algumas destas medidas eram recorrentes nos cadernos reivindicativos entre Abril e Setembro de 1974.

A necessidade de dar respostas à crise e definir uma política económica estruturada leva à elaboração do já referido plano económico, o Programa de Política Económica e Social (PPES). Ainda que elaborado por uma equipa, será Melo Antunes o seu grande mentor, consubstanciando o programa a ruptura daquele com os sectores mais radicais e próximos do PCP no seio do MFA²⁰. Apesar de aprovado, nunca chegou a ser aplicado em virtude do 11 de Março.

Fundamentalmente, será, como vimos, mais um palco para o aprofundamento das divisões no MFA. Segundo Melo Antunes, citado por Inácia Rezola, o plano consubstanciava o consenso possível entre as várias facções do MFA e das várias linhas político e ideológicas presentes no Governo, apontando para uma rejeição do modelo de economia capitalista mas também das democracias populares, perfilando-se uma via original (de socialismo) para um novo modelo de sociedade²¹.

Também aqui se nota o peso das movimentações sociais. Em primeiro lugar, porque são acções que através da conquista de direitos afectam, como vimos, as taxas de lucro das empresas, e que por si só causam instabilidade laboral e produtiva. Em segundo lugar, porque a multiplicação de acções contestatárias e de lutas sociais absorve grande parte da energia e do trabalho dos Executivos que se vêem obrigados a resolver problemas quotidianamente, a “um apagar constante de incêndios”²², hipotecando uma acção estruturada e ponderada, fruto de um mínimo de reflexão e trabalho teórico, visando a concepção de um modelo ou de um plano económico.

¹⁹ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.133

²⁰ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.171

²¹ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, pp.177-178

²² Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, p.328

3.1. Unidade vs Unicidade Sindical

Em finais de 1974 e, sobretudo, início de 1975, o debate em torno da lei sindical ou da unidade ou da unicidade será uma das questões nevrálgicas e mais definidoras de campos. Genericamente, segundo Cervelló, colocava de um lado o PCP, com o apoio da Comissão Coordenadora e da generalidade do MFA, a que se associam MDP/CDE, MES e, naturalmente, Intersindical, e do outro o PS com o apoio dos chamados “moderados do MFA”, Melo Antunes, Vítor Alves e Costa Brás, a que se vêm juntar partidos de direita – PPD e CDS - e alguns grupos de extrema-esquerda, destacando-se o MRPP. O PS será o grande opositor à constituição de uma central sindical única, defendendo o que dizia ser a liberdade ou o pluralismo sindical, a existência de mais do que uma central sindical.

O combate da lei sindical converge em momentos simbólicos. A 14 de Janeiro de 1975, a Intersindical, com o apoio de PCP, MDP/CDE, MES e FSP, convoca uma enorme manifestação em favor da unicidade, cuja massiva adesão popular era apontada pelos seus arautos como a prova de que o povo apoiava a lei sindical. O PS combaterá activamente a lei e atacará duramente PCP e Intersindical em vários comícios, como o realizado num repleto Pavilhão dos Desportos, dias depois, a 16 de Janeiro.

O combate à unicidade sindical não deixa de abrir golpes do MFA, na medida em que o PS sustentava que a unicidade ia contra o Programa do MFA, ao mesmo tempo que o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves e a Comissão Coordenadora se pronunciavam a favor da lei sindical. O MFA era também posto em causa neste combate. De facto, o PS reagirá negativamente à decisão do movimento, iniciando, segundo António Reis, “a sua demarcação da cúpula dirigente daquele e uma concomitante aproximação ao sector spinolista”²³. Paralelamente, o debate sobre a lei sindical proporcionou uma certa aproximação entre spinolistas e moderados do MFA.

O choque em torno desta lei rapidamente assume contornos de uma discussão sobre o modelo de sociedade, perfilando-se o socialismo pluralista e democrático brandido pelo PS e um socialismo burocratizado, assente na ligação do movimento operário ao partido e às instituições do Estado.

²³ António Reis (Coord.), Portugal 20 anos de Democracia, p.28

Cervelló diz que é a questão da unidade sindical, ao abrir fracturas no MFA e criar “dificuldades para continuar a manter a chefia político-militar”, que levou a “CCP a consolidar o MFA estruturando-o como uma organização política dentro da instituição militar. O projecto inicial previa a fixação do MFA como órgão de soberania incluído na constituição”²⁴. Não obstante as divergências internas do MFA sobre a unicidade sindical, parece-nos que o que ressalta da posição do MFA é, apesar de tudo, coesão²⁵ e algum consenso, materializadas na sua aprovação por unanimidade pelo Conselho dos Vinte.

Finalmente, é um momento importante na afirmação do PCP que, segundo Raquel Varela, desde o 28 de Setembro “não mobilizava os trabalhadores como o fez para a luta pela unicidade”, num confronto com o PS que considerava ser uma “disputa por influência na classe operária”²⁶. Revelava ainda duas coisas: a importância assumida pelos movimentos sociais, neste caso o operário, e a necessidade de controlar um movimento que durante cinco meses escapara em muito ao controlo de partidos e sindicatos, sobretudo no rescaldo de um momento de crise onde a resposta popular, aqui já mais tutelada pelos partidos, foi determinante no seu desfecho.

3.2. Comissões de Trabalhadores

O processo de criação da Comissão Interempresas constitui-se, à entrada de 1975, como um dos momentos em que mais perceptível foi o lastro ou a herança das lutas sociais da Primavera e Verão de 1974. Cristaliza a disputa pelo controlo do movimento operário entre PCP e as forças políticas à sua esquerda e, em certa medida, mais uma vez, duas concepções diferentes de socialismo e de modelo de sociedade. O pano de fundo é, como vimos, de agudização da situação económica e da vaga de despedimentos, de crescente intervenção estatal na economia e nas empresas que conhecem grandes dificuldades em consequência de meses de lutas operárias que, crescentemente radicais, se revelam também cada vez mais defensivas, centrando-se na luta contra os despedimentos e a intervenção estatal²⁷.

²⁴ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.219

²⁵ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço, Do interior da Revolução*, p.332

²⁶ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, pp.142;144

²⁷ Miguel Pérez, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, pp.129-133

O embrião da organização das comissões de trabalhadores remonta à articulação e laços de solidariedade forjados no quadro de lutas como as da TAP, da Lisnave ou, sobretudo, da Sogantal²⁸. Os processos de lutas operárias durante os primeiros cinco meses do processo revolucionário tinham sido conduzidos em especial pelas comissões de trabalhadores e o 28 de Setembro intensificará não só a força das comissões de trabalhadores, mas também formas de luta radicais como a ocupação de fábricas²⁹.

No lastro da multiplicação das comissões de trabalhadores e dos contactos e articulação entre elas surge, em Janeiro de 1975, a comissão Interempresas, agrupando cerca de 30 comissões de trabalhadores, dominada pela linha m-l e apoiada por várias forças de extrema-esquerda, destacando-se o MRRP e o PRP³⁰.

Dia 7 de Fevereiro de 1975 realiza-se uma grande manifestação decidida pela Interempresas e convocada pelo MES, PRP/BR, UDP, LUAR, LCI, PCP (m-l) e Base-FUT contra o desemprego e a NATO cujas tropas se encontravam em manobras militares em Lisboa, situação que levava à proibição de quaisquer manifestações entre 7 e 12 de Fevereiro. Contra a posição de PCP, PS e MFA e proibida pelo Governo, a manifestação reúne cerca de 80 mil pessoas³¹.

Durante a manifestação dá-se um episódio de importante carga simbólica, com características semelhantes ao sucedido na manifestação dos operários da Lisnave a 12 de Setembro de 1974. As forças militares do COPCON destacadas para barrar os manifestantes, após diálogo com estes, abrem-lhes caminho e terão até aderido às palavras de ordem contra a NATO. Este episódio motiva a seguinte reflexão de Raquel Varela:

“Este é um dos momentos em que fica perceptível que a análise de que na revolução havia dois caminhos – o do socialismo democrático, liderado pelo PS, e o da vanguarda revolucionária, dirigido pelo PCP – simplifica uma realidade muito mais complexa e reduz a revolução à direcção das organizações que dirigiam o Estado. A manifestação mostra, da mesma forma que tinha sido claro na militarização da TAP, que há um campo de divisão no seio das forças armadas que o ‘o Povo não está com o MFA’ ou, para sermos precisos, que uma parte dos trabalhadores – entre eles o seu sector mais combativo – em determinados momentos, não estava com o MFA. E que sectores dos soldados, da base das forças armadas, estavam também com estes trabalhadores.”³²

²⁸ Jorge Fontes, “A Extrema-esquerda na Revolução”, pp.169-170

²⁹ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.115

³⁰ Miguel Pérez, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, p.134

³¹ Jorge Fontes, “A Extrema-esquerda na Revolução”, p.170

³² Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.148

Ainda que, por princípio, as comissões de trabalhadores não se opusessem à unicidade sindical nem tivessem sequer uma posição unívoca sobre o assunto³³, na realidade acabavam por representar um contra-peso à Intersindical e a implantação bem sucedida de uma coordenadora das comissões de trabalhadores “colocava em causa a unicidade dirigida pelo PCP e, sobretudo, aparecia como uma organização autónoma de trabalhadores, combativa no meio de uma revolução”³⁴.

Confirma-se uma tendência bastante visível entre Abril e Setembro: um movimento operário em processo de radicalização, com formas de luta mais avançadas, que avança à margem do controlo do PCP e das estruturas sindicais, apoiado ou dinamizado, sobretudo, pela extrema-esquerda. Plasma o choque entre o modelo de revolução do PCP, muito burocratizado, assente na máquina do Estado, num sindicalismo burocratizado, ligado ao partido e ao Estado, e a via da extrema-esquerda mais basista e assembleísta. De facto, o PCP procura “canalizar as lutas contra os despedimentos (...) para a construção da Intersindical” e “obter resultados nas fábricas através da tutela permanente do Ministério do Trabalho e do MFA sobre as lutas dos trabalhadores, estabelecendo uma relação umbilical entre o Estado e o mundo do trabalho. (...) Mas as comissões de trabalhadores, por sua vez, ganham crescente força”³⁵.

Porém, a Interempresas, fragilizada por várias correntes e divisões político-ideológicas, acabará por não ter o sucesso e um alcance assinalável após a manifestação de 7 de Fevereiro de 1975³⁶, não se constituindo como uma alternativa no seio do movimento operário ao modelo do PCP que vai ganhando ao longo de 1975 influência nas comissões de trabalhadores³⁷.

4. OS PARTIDOS NO PÓS 28 DE SETEMBRO

Maria Inácia Rezola aponta como um dos traços distintivos dos últimos três meses de 1974 e o início de 1975 o reforço da subalternidade civil ao poder militar e do protagonismo do MFA, a quem os partidos procuram “colar-se”³⁸. Mesmo que váli-

³³ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.144

³⁴ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.147

³⁵ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, pp.145-147

³⁶ Miguel Pérez, *Contra a Exploração Capitalista*, p.139

³⁷ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.144

³⁸ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, pp.141-143

da, parece importante complementá-la com a interpretação de António Reis. A partir do 28 de Setembro, o debate e combate político centram-se, sobretudo, no modelo de sociedade e respectiva forma institucional, em detrimento da descolonização, por exemplo. Esta nova situação levará a que o MFA se torne permeável à influência dos partidos, pelo que, como afirma António Reis: o “28 de Setembro marca, por isso, e por mais paradoxal que isso possa parecer, o fim do exclusivo militar na liderança da Revolução do 25 de Abril.”³⁹.

Essencialmente, é um momento de maturação e reajustamento do campo partidário. Desde logo a extrema-direita praticamente desaparece do panorama partidário. No sentido inverso, a esquerda cresce e estrutura-se. Quase todos os partidos vão reunir em congresso e definir o seu posicionamento e estratégia política nos últimos meses de 1974 e no princípio de 1975, iniciando-se um período de intensa actividade partidária com as eleições para a Assembleia Constituinte no horizonte.

O PCP realiza a 20 de Outubro o seu VII Congresso e, tendo em vista o combate eleitoral, introduz alterações ao seu programa e deixa cair a expressão “ditadura do proletariado”. A actividade do PCP está, particularmente, focada no movimento operário. Abandona a posição de contenção que assumira até Setembro - nomeadamente a oposição às decisões das comissões de trabalhadores, as posições contra a greve, a aprovação do salário mínimo e da lei da greve⁴⁰ - e procura compensar o afastamento que esta estratégia causara relativamente ao movimento de trabalhadores. A luta pela unidade sindical inscreve-se também neste objectivo de assumir o controlo sobre o movimento operário que lhe vinha escapando.

O PS tem as eleições no seu horizonte, procura compensar algumas fragilidades internas, com a sua afirmação e recolha de apoios internacionais. Intensifica o seu combate ao PCP, destacando-se o ataque ao MDP/CDE e a dura luta travada em torno da lei sindical, uma verdadeira “disputa por influência na classe operária”⁴¹. Neste sentido, reforça a imagem de partido realmente socialista e marxista através do que Cervelló chama de “linguagem esquerdista”⁴² e radicaliza à esquerda algumas das suas posições. Entre 13 e 15 de Dezembro o PS realiza o seu congresso, onde se debatem

³⁹ António Reis, “A Viragem”, in *Revista História*, p.32

⁴⁰ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.141

⁴¹ Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, p.144

⁴² Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.214

duas linhas: a ala de esquerda de Manuel Serra e a facção mais moderada de Mário Soares.

Também o PPD reúne a 23 e 24 de Novembro e prepara-se para a batalha eleitoral. Tenta disputar, infrutiferamente, com o PS a presença na Internacional Socialista e disputar-lhe algumas franjas políticas e sociais, intensifica a sua implantação a nível nacional, contando com o combate de PCP e extrema-esquerda. Um pouco à imagem do CDS, procura colocar-se mais à esquerda do que eventualmente as suas bases sociais de apoio desejariam, num esforço de posicionamento político na nova ordem polarizada à esquerda e de demarcação quer do regime deposto, quer das direitas que apoiaram Spínola na aventura do 28 de Setembro⁴³.

De facto, o CDS, através de uma carta de Freitas do Amaral dirigida a Vasco Gonçalves no dia em que Spínola renunciou à presidência da República, afirma a sua fidelidade absoluta ao Programa do MFA, o apoio ao Governo Provisório e a sua disponibilidade para integrar o governo. Mais recente que todos os partidos do Governo e também o mais à direita, o CDS conhecerá um arranque difícil, com comícios seus, como o da Juventude Centrista em Novembro de 1974, atacados e boicotados pela extrema-esquerda. É ainda vítima de assaltos às suas sedes em Lisboa e no Porto. O seu I Congresso realizar-se-á no Porto a 25 de Janeiro de 1975 num quadro de grande turbulência e ânimos exaltados, sendo o local cercado por milhares de militantes de extrema-esquerda e ocorrendo vários confrontos que justificaram intervenção policial e militar. O congresso acabou por ser suspenso e retomado em Fevereiro, mas o episódio não deixou de criar grande consternação interna e externa, reforçando os receios de uma radicalização do processo revolucionário.

São ainda meses de crescimento da extrema-esquerda, nomeadamente do MRPP que ganha influência e vai agrupar o descontentamento da classe operária mais radical. Saldanha Sanches fora libertado a 2 de Outubro, sintoma do reajustamento político e ideológico pós setembrista. Distingue-se pelo seu combate radical ao PCP mas também não deixa para outros o combate ao CDS, por exemplo. O MES reúne o seu I Congresso a 21 e 22 Dezembro de 1974, onde se dá a disputa entre uma linha moderada que defendia um posicionamento entre PS e PCP e uma ala mais radical que defendia uma ultrapassagem à esquerda destes partidos. Também em Dezembro de

⁴³ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.211-213

1974 surge a UDP constituída como frente eleitoral englobando a CARP-mI, os CCR m-I e a URML⁴⁴.

A intensificação da actividade, definição e estruturação dos partidos decorre ao mesmo tempo que o Governo prepara as eleições para a Constituinte, trabalhando intensivamente na lei dos partidos, na lei eleitoral e no recenseamento dos eleitores. A preparação do acto eleitoral constituirá mais um momento de importantes combates, nomeadamente em torno de uma eventual participação do MFA na Constituinte e nas eleições, da sua futura integração nos órgãos de soberania, do seu papel na definição dos eixos fundamentais do texto constitucional ou, ainda, da situação do MDP/CDE.

A questão eleitoral, o programa político-económico e a unicidade sindical, num quadro de agravamento da situação económica e de continuação e radicalização das acções dos movimentos populares cada vez mais sintonizados com as forças partidárias, abrem fracturas estruturantes e definidoras no bloco de poder político-militar. No MFA forjavam-se as referidas três grandes tendências, no Governo crescia a desconfiança entre os seus membros, entre os partidos as lutas tornavam-se cada vez mais abertas. Os consensos que haviam presidido à primeira etapa do ciclo revolucionário, o equilíbrio de poderes e a definição dos blocos em luta, clarificados na rejeição do spínolismo, mitigavam-se. O processo revolucionário conhecia agora uma nova dinâmica fruto dos reajustamentos decorrentes do 28 de Setembro e das novas prioridades governativas.

Na sombra, derrotado a 28 de Setembro, o spínolismo espreitava a sua hora, não baixara os braços, aproveitando as rupturas no bloco de poder político-militar e no campo partidário, perspectivando uma reentrada na cena política, fosse por via legítima fosse por via golpista. Escolherá a última em Março de 1975.

5. AS OFENSIVAS SPINOLISTAS PELO PODER

Nos capítulos anteriores identificaram-se e analisaram-se os principais momentos em que António de Spínola e o grupo spinolista no MFA avançaram no sentido de se impor e controlar o processo político e de descolonização. Para não recuar demasiadamente, podemos estabelecer que, desde o seu regresso da Guiné, a agenda de Spí-

⁴⁴ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.215

nola está orientada para a chegada aos órgãos de poder e umbilicalmente ligada à afirmação do seu projecto africano.

No marcelismo Spínola alimentara o seu projecto de poder, oscilando entre a via do regime e uma via golpista. Olha para posições nos órgãos de poder, nomeadamente uma eventual candidatura presidencial. No fim de 1973, regressado da Guiné, o regime, preocupado com a sua sombra, tenta colocar o general num cargo político de relevo. Ainda que cada vez mais crítico relativamente ao Governo, ao regime e, sobretudo, à política africana, Spínola não deixa de apostar numa via de reforma e de ascensão a um cargo de relevo através do regime. Mas, ao mesmo tempo que trilha esta via mais “legalista”, não deixa de medir o pulso e de se aproximar das iniciativas conspirativas. Para Cervelló Spínola alimentava o seu próprio projecto conspirativo⁴⁵ e para Maria Inácia Rezola estava inclinado para um golpe palaciano⁴⁶.

Após contactos com conspiração de Kaúlza de Arriaga, mais clara parece ser a sua aproximação à via golpista preconizada pelo MFA, onde contava com importantes apoios. O padrão do seu relacionamento com o MFA nesta fase passava pela tentativa de dominar e instrumentalizar o Movimento, esvaziando-o de conteúdo político. Daí a importância dada e as disputas em torno do Programa do MFA que Spínola procura eliminar impondo as teses de *Portugal e o Futuro* como programa político do Movimento. Assim, a 16 de Março, a tentativa de golpe verificada parece integrar-se no objectivo de Spínola ou dos spinolistas em avançar sem que o MFA tivesse ainda o seu programa político definido. Ainda que o general o negue veementemente, o golpe das Caldas parece constituir o primeiro momento em que a facção spinolista das Forças Armadas procura tomar o poder pela força, ultrapassando o resto do MFA. O fim de Março e início de Abril é então marcado pela interferência de Spínola na forma final do programa do MFA, impondo-lhe sucessivas alterações.

Uma interpretação possível sobre os acontecimentos que conduzem ao 28 de Setembro, tendo como pano de fundo um projecto de poder de Spínola e uma acção nesse sentido anterior a Abril de 1974, é a de Vasco Lourenço que os faz filiar na conspiração que conduziu ao golpe militar. Sustenta que a facção spinolista tenta impor-se na reunião de 5 de Março de 1974 em Cascais no sentido de avançar sem programa

⁴⁵ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa*, p.172

⁴⁶ Maria Inácia Rezola, *As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime*. p.353

político e nomear Spínola como chefe do Movimento. Falhados ambos os objectivos, o 16 de Março consistiria em nova tentativa do sector spinolista se impor sobre os demais. Seguir-se-iam os já relatados acontecimentos de 25 e 26 de Abril no quartel-general da Pontinha⁴⁷. Posteriormente, Vasco Lourenço aponta como novos momentos de Spínola controlar o processo político e impor-se sobre o MFA, a crise Palma Carlos e o documento Engrácia Nunes/Hugo dos Santos, com o choque entre Spínola e o MFA na Manutenção Militar em Junho pelo meio.

Nas primeiras horas após o golpe militar, são várias as acções de Spínola no sentido de se afirmar como senhor da nova ordem. Em primeiro lugar, ao contrário do definido pelo MFA, Spínola consegue para si a chefia da Junta de Salvação Nacional e a Presidência da República. Consegue ainda que a composição da JSN se lhe revele favorável e hostil à Comissão Coordenadora. Como vimos anteriormente com maior pormenor⁴⁸, a investida inicial de Spínola pelo poder passa, ainda, pelo aceso debate em torno no Programa do MFA.

Na frente civil, Spínola tenta criar um bloco partidário sustentador do seu projecto, estabelecendo contactos vários no sentido da criação de um partido de direita. Mas o que Spínola encontra após o 25 de Abril é quase um deserto à direita. O PPD, apesar dos momentos de aproximação ao general, mostrava ter, constrangido pelas circunstâncias, um programa e um discurso mais à esquerda que Spínola. O próprio CDS demarcar-se-á de Spínola, nomeadamente, através da acção do seu líder Freitas do Amaral no Conselho de Estado que, por duas vezes, não apoiou as aventuras spinolistas de declaração de estado de sítio.

Após o posicionamento de Spínola e dos spinolistas nos primeiros dias, a agenda política está determinada pelo choque em torno da via de descolonização. Cresce a quase obsessão de Spínola de garantir o reforço dos poderes presidenciais através da declaração de estado de sítio. Complementarmente, a acção de Spínola contempla inúmeros contactos internacionais, frequentemente, subordinados à questão colonial. Internamente, tenta captar apoios numa instituição militar profunda e estruturalmente transformada pelo golpe militar, procurando repor a hierarquia. Paralelamente, um dos traços fundamentais da estratégia spinolista era ameaçar com a de-

⁴⁷ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

⁴⁸ Ver Capítulo II: Um golpe de Estado dos oficiais intermédios

missão do cargo de Presidente da República caso as suas exigências não fossem aceites.

Quase todas estas incitativas spinolistas pelo poder têm como pano de fundo a inquietação, o desconforto e a perda de força de Spínola decorrentes do clima de profunda agitação social. Paralelamente, é esta que serve de justificação para o exterior, para uma construção argumentativa baseada no caos social, na comunização do país e no desrespeito pelo Programa do MFA.

Valério Arcary fala numa “solução bonapartista-presidencialista”⁴⁹. Fernando Rosas em algo próximo de um “marcelismo sem Marcelo”⁵⁰. António Reis numa “via federal-presidencialista”⁵¹ e em revolução democrático-presidencialista sob controlo político-económico da grande burguesia⁵². Outros ainda em *De Guallismo*. Todas estas definições parecem indicar globalmente a existência de um projecto de poder e uma acção concertada nesse sentido do Presidente da República António de Spínola entre Abril e Setembro de 1974. Repor a hierarquia militar, afastar ou aniquilar o MFA e a sua Comissão Coordenadora, conter a vaga de movimentos sociais, limitar direitos e liberdades, impor um poder forte, presidencialista, garantido por umas Forças Armadas unidas, coesas e disciplinadas. Tudo isto para garantir uma transição moderada e controlada, uma democratização lenta e controlada, à qual seriam retiradas aquelas que acabaram por ser algumas das características fundamentais da Primavera e Verão de 1974: a acção transformadora, radical e revolucionária dos movimentos sociais, a afirmação do MFA, através da acção da sua CC, em agente político-militar em processo de radicalização e esquerdização que se reforça como epicentro de poder do bloco de poder político-militar.

Depois de abandonar a Presidência da República com estrondo, Spínola reserva-se a para novas tentativas. Para uns, Spínola esperaria ser chamado novamente para a Presidência da República ou para outro papel relevante no processo político. Havia, também, quem apontasse o contra-ataque para o período eleitoral. Para outros, na sombra, afastado dos grandes palcos do poder, procurava reagrupar apoios militares e preparava novo golpe ou tentativa de assaltar o poder. De facto, para Inácia Re-

⁴⁹ Valério Arcary, “A Revolução Solitária”, p.15

⁵⁰ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.145

⁵¹ António Reis, “A Viragem”, in *Revista História*, p.32

⁵² António Reis, “O Partido Socialista na Revolução, no Poder e na Oposição”, pp.117

zola, Spínola finalmente percebera que ser-lhe-ia impossível travar o processo revolucionário com “golpes de gabinete”⁵³.

Ao mesmo tempo que se vão pressentindo divisões dentro do MFA, homens da sua confiança permanecem em postos-chaves do Movimento e do aparelho militar, onde desenvolvem a sua acção, nomeadamente, nas unidades militares, em assembleias do MFA e junto de oficiais conservadores. Ao mesmo tempo, Spínola apontava para uma eventual candidatura presidencial⁵⁴ e ganhavam força os rumores de um provável golpe de direita, suspeita reforçada pela actuação do ELP no norte do país e em Espanha. Tudo se precipitará nos acontecimentos de 11 de Março de 1975.

A 12 de Outubro de 1974 Miller Guerra definia como as três ofensivas reaccionárias a crise Palma Carlos, o 7 de Setembro em Lourenço Marques e o 28 de Setembro, filiando o fracasso da última na despolitização, falta de experiência e cultura política e democrática das direitas, por contraponto aos partidos de esquerda e às forças civis. Premonitoriamente, avisava que a quarta ofensiva reaccionária podia estar para breve⁵⁵.

6. CONFIRMAÇÃO DAS GRANDES TENDÊNCIAS

Os acontecimentos do 28 de Setembro, a forma como muitas situações se desenrolam e o culminar de todo o processo vêm confirmar algumas das tendências fundamentais que se têm vindo a salientar.

Recordemos que no auge da crise de 28 de Setembro, ambos os lados contam espingardas, procuram aquilatar com que unidades militares contam. O resultado desta contagem era a confirmação de que a estrutura e os contactos conspirativos se mantinham, que a quebra da cadeia hierárquica de comando era irreversível. Em certa medida, no 28 de Setembro Spínola parece não se aperceber ou acredita ser capaz de contrariar uma realidade muito clara: se, anteriormente, em casos de golpes militares bastava o general afirmar o seu apoio que o comandante da unidade, a região militar e a unidade o seguiam, “o 25 de Abril demonstrou que não era assim. São os comandan-

⁵³ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, p.252

⁵⁴ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O último Marechal*, p.259

⁵⁵ *Expresso*, 12 de Outubro de 1974, p.10

tes intermédios, os capitães, que definem onde é que a unidade está, onde é que as forças estão. Eles [Spínola e os spinolistas] não perceberam isso.”⁵⁶

As sucessivas reuniões em Belém da JSN, de Conselho de Ministros, com vários elementos da estrutura militar e de diferentes órgãos de Estado, revelavam outro vector fundamental: a sobreposição e diversidade de órgãos de poder, de competências sobrepostas, cruzadas ou dúbias, a falta de articulação entre os vários órgãos e personalidades do bloco de poder político-militar e, sobretudo, a incapacidade deste actuar univocamente, forjando-se, no seio de cada um dos órgãos de poder e entre eles, facções que se digladiam pelo controlo do processo político.

De facto, como se lia num artigo do *Expresso* oportunamente intitulado “Quem exerce o poder político em Portugal?”, no fim de Agosto não era claro quem o exercia, indefinição que poderia abrir uma crise de disputa por meios militares desse poder⁵⁷. O artigo relembra que no universo heterogéneo que era o MFA vinham emergindo duas linhas: a socialista e a democrática centrista e que a influência do Movimento se tinha vindo a apagar desde a tomada de posse do I Governo Provisório e a institucionalização dos novos órgãos constitucionais, recuperando terreno, sobretudo, com a crise Palma Carlos. Paralelamente, a situação reflectia o peso de uma linha conservadora no seio da JSN que, no entanto, se via secundarizada pela Comissão Coordenadora do MFA. Sobre o Presidente da República, relativizava o seu verdadeiro poder na medida em que tinha de “repartir poderes com uma complexa estrutura orgânica, que múltiplas vezes, o ultrapassa”, situação que explica então a inquietação e a sede de Spínola em clarificar a situação, reclamando o reforços dos poderes presidenciais, bem como, o seu empenho em dissolver a CC do MFA.

O Programa do MFA constituía-se, desde a sua concepção, como um elemento fracturante e fomentador de discórdia, nomeadamente entre Spínola e parte do MFA. Paralelamente, ao inibir reformas de fundo contava-se como um constrangimento à actividade governativa e a sua ambiguidade relativamente a alguns pontos, como o da descolonização, conduzia a interpretações várias e a uma tentativa de hegemonizar ou reclamar a interpretação mais fiel do programa. Ao longo dos meses analisados o desrespeito pelo Programa do MFA foi um dos argumentos mais aludidos por Spínola para

⁵⁶ Entrevista feita pelo autor a Vasco Lourenço a 17 de Julho de 2009

⁵⁷ *Expresso*, 24 de Agosto de 1974, p.17

se assenhorar do processo político. No sentido contrário, a Coordenadora do MFA impunha a garantia de respeito pelo seu programa a Spínola como garante da sua confiança no Presidente da República. A 28 de Setembro a desvirtuação do programa foi então uma das principais justificações para a manifestação da “maioria silenciosa” e o reforço dos poderes presidenciais.

A 28 de Setembro está ainda presente, apesar das clarificações dos casos guineense e moçambicano, aquilo que, para muitos autores, vinha sendo o principal separador de águas a seguir ao 25 de Abril: a descolonização. Entre as provas maiores da deturpação que Spínola considerava estar a ser objecto o Programa do MFA estava a forma como decorrera o processo descolonizador. Mais relevante ainda era o facto de o 28 de Setembro, para além do reforço do poder internamente, estar orientado para a dimensão africana. No horizonte de Spínola em finais de Setembro parece estar a derradeira hipótese de conter a descolonização imediata em curso preconizada pelo MFA e, eventualmente, impor um processo mais lento que passaria, sobretudo, por vias federalistas.

Finalmente, conclui-se que aquilo que o processo revolucionário português conhece a 28 de Setembro é a confirmação de uma linha de força estruturante que era o choque entre as duas principais facções no seio do bloco de poder político-militar: MFA, ou mais precisamente a sua Comissão Coordenadora, e Spínola apoiado numa linha minoritária do MFA. Num quadro de gestação, estruturação e implantação dos partidos a grande linha divisória é esta e é em função dela que as forças políticas fazem os seus alinhamentos. Mais tarde aprofundam-se as divisões e clarificam-se projectos de sociedade exclusivos, mas até Setembro os partidos do governo, mais ou menos activamente, alinham-se com o bloco encabeçado pela CC do MFA, numa unanimidade provisória estruturada para conter a afirmação do projecto da linha spinolista. A excepção será a extrema-esquerda que, como vimos, se, por um lado, estava activamente contra Spínola, por outro, não está ou demarca-se de MFA e dos governos provisórios.

Também os movimentos sociais, em toda a sua heterogeneidade e contradições, mesmo que autónomos relativamente ao referido bloco anti-spinolista, colocam-se, neste momento, do lado da revolução e da abertura democrática, contribuindo na

rua activamente para a derrota da “maioria silenciosa” e da primeira grande aventura spinolista pelo poder.

7. O IMPACTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Chegamos, finalmente, ao que a nossa interpretação considera o principal vector do período balizado pelo 25 de Abril e o 28 de Setembro: a explosão dos movimentos sociais.

Após os anos finais da ditadura de grande tensão político-social e de crescimento da vaga reivindicativa, as acções populares estão presentes desde as primeiras horas do golpe. Enquanto linha de força que percorre toda a sociedade ao longo destes meses, portadora de uma enorme carga de novidade e transformação, mudando hábitos, comportamentos, quotidianos e mentalidades, é um raro momento de participação das massas na política e de luta social.

Um breve momento de enorme sobressalto ideológico, de experiência colectiva, cívica e democrática e de intensa mobilização social. De debate político, de ponderação de modelos de sociedade, de perspectiva de mudança das relações sociais, de transformação dos locais de trabalho, estudo, residência ou até dos quartéis. Um processo de mobilização social, de extrema politização e de organização popular que condiciona o processo político. Mesmo que, aparentemente, desconectadas do combate político ou de políticas estatais, este magma social é como que uma onda ou uma corrente omnipresente que, inevitavelmente, condiciona o comportamento das elites políticas e militares.

Mas acaba por ser mais que isso. Afirma-se diariamente como um movimento que imprime mudanças ao processo político. Impõe e revoga leis. Impõe avanços revolucionários que não estavam contemplados na agenda do novo poder. São inúmeros os momentos palpáveis em que é determinante e mensurável a acção dos movimentos sociais.

Recuando ao início do processo revolucionário, como vimos, é em grande parte devido à iniciativa popular que se deve a extinção da polícia política que não estava prevista no Programa do MFA. Ainda no dia 25 de Abril, o comportamento popular revela-se decisivo para o próprio desfecho e sucesso da operação militar, como que se forjando de imediato um elo entre movimento popular e os autores do golpe. Também

a libertação de todos os presos políticos não pode ser descontextualizada da pressão popular, ainda que em parte dirigida partidariamente, à porta das instituições prisionais.

O movimento de moradores é também um exemplo de acções populares à margem da lei preconizadoras de um avanço revolucionário na medida em que punha em causa as relações de propriedade ou a propriedade privada, obriga a JSN e governos a debruçarem-se sobre o problema urbano e habitacional que não estaria entre as prioridades de um poder provisório e revolucionário que acabará por lhe dar uma resposta legislativa e institucionalizada. Mais significativo, enquanto momento de cedência do poder aos movimentos sociais, a JSN vai legalizar muitas destas ocupações. E ainda que avise que elas não se devem repetir, tal não acontecerá.

Alargando a grelha, as acções do movimento operário, a vaga reivindicativa e grevista constituem um estímulo ao avanço do processo revolucionário. Por um lado, põem em causa, não só algumas características, mas o próprio sistema capitalista, e as relações de poder laborais através de acções muitas delas ilegais. Por outro lado, a luta operária salda-se em vitórias fundamentais como a conquista do salário mínimo ou o direito à greve, contribuindo para a mudança estrutural do país. É nesse sentido que Fernando Rosas fala no processo revolucionário como marca genética da democracia portuguesa⁵⁸.

Globalmente, do ponto de vista da definição do processo político, da sobreposição de uma determinada via sobre outra, os movimentos sociais revelam-se também nevrálgicos.

A multiplicação das acções populares cujos actores frequentemente apenas reconhecem autoridade aos militares do MFA, ignorando deliberações ou proibições de governo, Junta ou Presidência da República, empurram o MFA para um lugar central do bloco de poder. Responsabilizam-no e legitimam-no, obrigam os seus militares a interferirem em esferas inesperadas e para as quais não estariam preparados, como greves e ocupações, pondo-os em contacto directo com a população, envolvidos em processos negociais e de busca de consenso com os intervenientes populares. Esta situação contribui ainda para a politização do MFA, para a sua radicalização e esquerdiza-

⁵⁸ Fernando Rosas, *Portugal Século XX*, p.154

ção, aproximando-o dos movimentos sociais. A criação e a acção do COPCON serão uma consequência e uma resposta a esta inédita realidade.

As mobilizações populares revelam-se também um importante impulso ao avanço de uma descolonização imediata e célere. A *vox populi* era de fim dos embarques, do fim da guerra e do reconhecimento imediato de independências e movimentos de libertação. A pressão popular ajuda a reforçar a legitimidade do MFA e da sua via de descolonização, quer através de manifestações, quer através de acções de impacto mais concreto como o impedimento de embarque de soldados para África. Deixava assim estreita margem de manobra aos governos encarregues das negociações.

Também para os partidos, as movimentações populares foram um importante estímulo. Os milhares que receberam Álvaro Cunhal e Mário Soares nos seus regressos a Portugal e a adesão popular que se gera em torno de comícios e acções dos partidos permitem que estes se solidifiquem na ordem aberta pelo 25 de Abril. A inclusão do PCP no I Executivo e a entrega que lhe é feita da pasta do Trabalho não são estranhas à explosão reivindicativa do início de Maio.

Ao aproximarmo-nos dos embates decisivos do fim de Setembro, a dinâmica social confirmara-se como um dos elementos determinantes na evolução do processo político e na definição dos equilíbrios de forças.

As várias vezes referidas lutas da Lisnave, TAP ou *Jornal do Comércio*, coincidem, em momentos chave do seu desenvolvimento, com a aproximação do 28 de Setembro. Como vimos, representavam muitas vezes um ataque à ordem estabelecida, ao Governo e às leis por este promulgadas. Perspectivam ou aspiravam claramente a uma mudança nas relações laborais e sociais mas também a outro modelo de sociedade e, inevitavelmente, têm o seu papel no reforço de uma via revolucionária e socialista, na mesma medida em que se mostram hostis e bloqueadoras da via política spínolista. Se nas greves da TAP ou do *Jornal do Comércio* a atitude do MFA é hostil e de contenção, o comportamento dos militares na manifestação da Lisnave a 12 de Setembro é indiciadora de que instituição militar havia em Portugal. Sobretudo, qual a inclinação política do MFA, demonstrando mais uma vez a disposição em não reprimir as acções populares, neste caso com a particularidade de se solidarizarem com elas. Dificilmente estas Forças Armadas poderiam dar suporte ao presidencialismo spínolista tentado a 28 de Setembro. De um ponto de vista mais simbólico, é relevante esta ma-

nifestação e atitude do MFA – lida como um momento de união entre operários e militares - coincidirem com o processo de preparação do 28 de Setembro, de estruturação das direitas e de preparação de uma acção contrária ao MFA e aos movimentos sociais, bem como ao que, mesmo que desarticulada e difusamente, ambos perspectivavam para o futuro do país.

Muitas das lutas, para além das reivindicações específicas, do carácter profissional ou corporativo, têm um alcance maior, integram-se no movimento global de luta de direitos, de combate contra algumas características do capitalismo, de uma evolução da transição para a democracia num sentido de esquerda, socialista e revolucionário.

A estratégia de Spínola de reforçar os seus poderes, de se impor sobre o MFA como força dominante na nova ordem, passara sempre pelos corredores do poder, pelos gabinetes, quartéis e ruas, nas suas célebres visitas. Fora assim nos primeiros dias após o 25 de Abril. Repetira-se na Manutenção Militar e em Julho na crise Palma Carlos. Em finais de Agosto, as movimentações são também no coração do poder político-militar. Em todos estes casos, exceptuando a primeira investida, os anseios de Spínola não se concretizam. Fundamentalmente por duas razões. Nos corredores do poder, pela acção e respostas que, sobretudo, a CC do MFA e os seus aliados civis e militares vão dando às aventuras spinolistas. Na rua, no exterior dos órgãos institucionais, dos gabinetes e dos quartéis, pela explosão das acções dos movimentos sociais que consubstanciava um processo revolucionário.

Neste quadro, qual a atitude de Spínola? Apela aos sectores da população e forças sociais que julgava rejeitarem a via de esquerda que a maioria das acções populares preconizava. De algum modo, pressente que as massas ou os movimentos sociais se haviam tornado no fiel da balança, em elemento decisivo na definição de equilíbrios. O seu apoio poderia determinar que facção se importaria sobre a outra.

O apelo à “maioria silenciosa”, a uma gigante manifestação popular de apoio ao Presidente da República pedindo o reforço dos seus poderes, não era mais que a constatação dessa nova realidade trazida pelo golpe militar de 25 de Abril: pouco ou nada se decidiria sem contar com este novo elemento. Na verdade, não era nada de inédito no processo revolucionário de democratização português, uma acção de massas, neste

caso uma manifestação, impor um determinado comportamento ou decisão aos órgãos de poder.

Spínola vai assim reconhecer a importância desta pressão popular e procura criar um bloco social e político que lhe permita impor-se sobre os demais agentes do bloco de poder político-militar. Recorre às mesmas armas ou meios que tinham vindo a ser responsáveis pela mitigação do seu poder e das hipóteses de sucesso do seu projecto político. No entanto, o que vê acontecer é a falta de comparência da “maioria silenciosa”. É certo que a rápida acção do movimento popular, de MFA e partidos de esquerda e extrema-esquerda na desmontagem da manifestação foi determinante. Mas determinante também terá sido o facto de a maioria dos portugueses ou as franjas mais activas da população não se reverem no projecto spinolista. Poucos saem em apoio ao Presidente da República e o que realmente ressalta são as acções populares hostis à manifestação da “maioria silenciosa”. Activamente, num momento nevrálgico do combate político, o movimento popular corta o passo ao projecto spinolista e legitima um salto em frente no processo revolucionário.

No fundo, vem demonstrar duas situações que têm vindo a ser salientadas ao longo do trabalho. Em primeiro lugar, a importância e a centralidade dos movimentos sociais na definição do processo político, nomeadamente, ao dotá-lo ou contribuir para que este assuma contornos revolucionários. Em segundo lugar, a definição de um bloco, ainda que difuso, dividido, repleto de contradições e que, depois do 28 de Setembro, se estilhaçará em múltiplos projectos políticos e de poder, mas que no primeiro ciclo do processo revolucionário, em traços gerais, tem em comum a contenção do projecto político e africano spinolista e a preconização de uma rápida e completa democratização e descolonização e a ruptura com o regime deposto. É em torno desta vaga agenda que movimentos sociais e MFA pautam o seu comportamento ao longo dos primeiros cinco meses após o 25 de Abril, que estabelecem laços e têm no projecto político e africano de Spínola o seu *nêmesis* e inimigo fundamental. PCP e PS acabam, também, por se incluir neste primeiro bloco social, político e militar da revolução portuguesa.

Ressalve-se que não se trata de um bloco homogéneo, articulado e consciente, constituindo uma aproximação momentânea e conjuntural, directamente resultante das características do golpe militar e das dinâmicas a partir de então desencadeadas,

que tem nos referidos objectivos a sua razão principal. De facto, independentemente de todas as divergências e divisões entre estes componentes do mesmo bloco, a opção comum passará pela derrota do spinolismo. Mesmo o PPD, que em vários momentos parece esperançoso ou parece apostar numa solução via Spínola, acaba por deixar cair o general, porventura mais por isolamento do que por um apoio inequívoco àquilo que movimentos sociais e MFA difusamente concebiam em termos de projecto político e de descolonização. O 28 de Setembro pode então ser lido, também, como a tentativa de Spínola constituir um bloco político-social num quadro de intensa mobilização política e social das massas.

Apesar desta arrumação em grandes linhas e da derrota do 28 de Setembro marcar a emergência de um bloco civil e militar vencedor, não se está perante uma aliança acabada entre MFA e movimento popular. Ainda que se revele claramente autónomo, o movimento popular contou com um apoio, em momentos concretos, do MFA que foi determinante para a sua continuação, estruturação e radicalização. A relação é instável e desigual ao longo do tempo, mesmo que frutuosa para ambos. Apesar da regra no comportamento militar ser a de não reprimir as acções populares, momentos de tolerância e até de apoio coexistem, como vimos, com acções repressivas. De facto, as acções do movimento social ultrapassarão, frequentemente, o MFA, havendo situações de choque claro. O apoio militar ao movimento revolucionário de massas é então incompleto, intermitente e contraditório, não se podendo falar numa aliança constante e assumida entre movimento popular e o movimento militar. A força militar é, nesta fase, sempre exterior ao movimento social, não obstante a existência no MFA de linhas defensoras de uma maior aproximação, sintonia e aliança com o movimento popular e até da sua constituição em movimento de massas armado.

A aliança na contenção do spinolismo terá sido o momento mais consistente desta aproximação entre movimentos sociais e MFA.

Há algo de sintomático na diferença de comportamento do MFA em 25 de Abril e em 28 de Setembro que atesta a ascensão em apenas cinco meses dos movimentos sociais a elemento determinante do processo político e da luta pelo poder: se os comunicados do MFA às primeiras horas do golpe apelavam à população que ficasse em casa, que não viesse para a rua, por alturas do 28 de Setembro a colaboração entre MFA e forças populares é já bastante clara. De facto, numa tendência lógica iniciada

em 25 de Abril, a população não só vem para a rua, como monta barricadas para parar a “maioria silenciosa” às quais se juntarão depois forças militares, pedindo o MFA para que a população retire e abandone os piquetes de vigilância. Mas o sinal é de sintonia entre população e MFA que, em vários comunicados, salienta e agradece todas as acções desenvolvidas por aquela na contenção do que define, claramente, como uma manobra reaccionária⁵⁹. Ou seja, ainda que forças militares substituam a população nas barricadas, o MFA deixava claro que valorizava a resposta popular na contenção da manifestação e na defesa do processo revolucionário e de democratização. A acção popular na rua fora determinante na derrota da aventura spinolista de Setembro.

Mas desde Abril e Maio que a mobilização popular se vinha constituindo como um movimento revolucionário. Como vimos no capítulo III e IV foi mais do que uma soma de reivindicações ou lutas. Foi um movimento de carácter global que do mundo operário e industrial se estende aos demais sectores. Assume uma dimensão nacional. Do universo laboral espalha-se pelo espaço urbano com as acções do movimento de moradores. Engloba as cidades, os campos e as zonas costeiras. Estende-se ao mundo estudantil, ao desporto ou à cultura. É um movimento revolucionário que, ao longo, de cinco meses consubstancia o grande pano de fundo das transformações políticas e se assume como principal acelerador de uma revolução, que se auto-organiza em órgãos de vontade popular, que não espera pelo Estado, que dialoga mas que se impõe sobre ele. Reivindica e impõe de facto muito do que reivindicara antes de qualquer consagração institucional ou legislativa. Põe em causa o poder patronal nas empresas e o próprio poder estatal, assumindo claramente a questão do poder. Desmonta a representação da velha ordem e os aparatos repressivos nos locais de trabalho e na sociedade. Impõe uma gama de conquistas que representavam os fundamentos de um Estado Social e de direitos que iam além do mundo laboral e se revelavam estruturantes quanto às características fundamentais do sistema político e económico, enfim, da sociedade. Foi um movimento popular revolucionário que em poucos meses determinara a rápida transformação do país.

⁵⁹ *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.6

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – ARQUIVOS

1. **Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD, MNE)**

- Recortes de imprensa
- Documentação do Ministério da Coordenação Interterritorial

2. ***National Archives* em Washington (NWA)**

Electronic Telegrams Central Foreign Policy Files – Department of State

(<http://aad.archives.gov/aad/series-description.jsp>.)

- Relatórios sobre situação política, partidária, económica e social.
- Relatórios sobre situação africana.
- Discursos (Vasco Gonçalves, António de Spínola, Vasco Vieira de Almeida).
Reacções internacionais ao 25 de Abril de 1974, ao 28 de Setembro e à situação política em Portugal.

3. **Universidade Popular do Porto – Centro de Documentação - Movimento operário e popular do Porto (UPP)**

- Memórias do Trabalho – testemunhos do Porto laboral no séc. XX
- Arquivos sindicais

4. **Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML)**

- Imprensa

5. **Arquivo Histórico – Militar (AHM).**

- Comissão Coordenadora do MFA
- 5ª Divisão do MFA
- Actas da Comissão de descolonização
- Actas de reuniões e assembleias do MFA da Guiné.

- *Documento “Engrácia Nunes/Hugo dos Santos”, Agosto 1974*
- *Relatório sobre o 28 de Setembro* - Trabalho elaborado pela Comissão *Ad Hoc* encarregada de investigar os Acontecimentos do 28 de Setembro, Movimento das Forças Armadas, Lisboa, 1975.
- *O “Movimento”, As Forças Armadas e a Nação, 1974*
- *Relatório da acção em consequência dos acontecimentos registados no RI5 em 16 de Março de 1975, 19 de Março de 1974*
- *Relatório da reunião realizada entre a Comissão Coordenadora do Programa do MFA e o Secretariado do MFA na Guiné nos dias 6 e 7 de Junho de 1974* – Trabalho elaborado pelo Secretariado do MFA na Guiné, 1974
- *Fita do tempo dos acontecimentos de 16 de Março no RI5*
- *Relatório de Situação: Incidentes de 16 de Março de 1974*
- *A Revolução Portuguesa na Guiné*, elaborado pelo coronel Alexandre de Sousa Pinto
- Discurso de Spínola na tomada de posse dos Governadores de Angola e Moçambique (11 de Junho 1974)

6. **Arquivo da Fundação Mário Soares, Lisboa (FMS)**

- Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas
- Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado – MRPP:
 - Imprensa: Luta Popular 1971-1974
 - Comunicados - Comité Central
 - Comunicado do Comité Lenine sobre a situação política actual, “Morte ao Fascismo! O Povo Vencerá!”, 28 de Setembro de 1974
 - Comunicado do Comité Lenine, “Ao povo português! /Correu sangue operário nas oficinas da TAP/ Vinguemos os camaradas caídos/ Morte aos carrascos do povo!”, 16 de Julho de 1973
 - Comunicado do Comité Lenine, “Kissinger, fora de Portugal!”, 17 de Dezembro de 1973
 - Comunicado do Comité Lenine, “Para a classe operária poder viver, o capitalismo tem de morrer! / Viva o 1º. de Maio!/ Viva a Bandeira Vermelha!”, 15 de Abril de 1974

- Comunicado do Comité Lenine, “Ao povo português! / Declaração sobre a situação política actual”, 25 de Abril de 1974
- Comunicado do Comité Lenine, “A todos os Comités do Movimento/ A todos os camaradas”, 25 de Abril de 1974
- Comunicados Centrais
 - “A Liberdade da Junta do Governo Provisório é a Liberdade de Matar o Povo!”, 15 de Agosto de 1974
 - “Julgamento Popular e Execução dos assassinos da PIDE e dos Principais Responsáveis Fascistas”, 7 de Setembro de 1974.
 - “Viva a Justa Greve Nacional dos Trabalhadores da Imprensa Diária! Viva a Justa Greve dos Trabalhadores do Jornal do Comércio”, 4 de Setembro de 1974.
 - “Desbarataremos as manobras da Intersindical”, s.d.,
 - “Todos ao comício no Pavilhão dos Desportos/ A situação política actual e as tarefas da classe operária e do povo”, s.d.
 - “MRPP. Programa da revolução democrática popular”, s.d.
- Campanhas Nacionais
 - Comunicado “A Situação Actual e as Necessidades Históricas do Partido do Proletariado/ Todos ao Comício no Pavilhão dos Desportos. 4ª feira, 18 de Setembro às 21 horas”, 15 de Setembro de 1974.
 - Comunicado sobre eleições legislativas de 1973, “Começou a farsa eleitoral! Boicotemos activamente as eleições fascistas-revisionistas!/ O Povo vota na rua!”, 1973.
- Organizações Regionais
 - Zona Engels. Comunicado “A Liberdade da Junta e do Governo Provisório é a Liberdade para os Fascistas e a Ditadura para o Povo!”, 10 de Setembro de 1974.
 - Zona Engels. Comunicado “Viva o 18 de SET! 4 Anos Luta pela Fundação do Partido / Ao Proletariado das Beiras”, Setembro de 1974.
 - Zona Engels. Comunicado do Comité Directivo, “Morte ao Fascismo / O Povo Vencerá! Ao Proletariado e ao Povo das Beiras”, Setembro de 1974.
 - Zona Estaline. Comunicado “Morte ao fascismo! Liberdade para o povo!” de 28 de Setembro de 1974.
 - Zona Estaline. “Ninguém entrega as armas!”, comunicado da Zona Estaline aos camponeses da Golegã, 11 de Agosto de 1974.

- Zona Estaline. Comunicado do Comité Directivo, “Viva a Justa Greve Nacional dos Trabalhadores da Imprensa Diária / Por uma Imprensa Popular!”, 4 de Setembro de 74.
- Zona Estaline. Comunicado “Viva a Justa Greve dos Proletários da TAP / TAP, a Luta Continua!”, 24 de Setembro de 1974.
- Zona Mao Tse Tung. Comunicado, “Imperialistas Fora de Portugal! / Viva a Justa Luta das Operárias da Soganta!”, 25 de Agosto de 1974.
- Zona Mao Tse Tung. Comunicado do Comité Directivo “Todos ao Comício do MRPP 6ª feira 27 SET., 21H, Incrível Almadense. A Situação Actual e a Necessidade Histórica do Partido do Proletariado”, 23 de Setembro de 1974.
- Zona Mao Tse Tung. Comunicado da Zona Mao Tse Tung, “Viva a Justa Greve da Timex”, Setembro de 1974.
- FEM-L (Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas)
 - Comité Central. Comunicado do Comité Estrela Vermelha-Ribeiro Santos (órgão central da FEM-L), “Nada poderá deter as massas em revolta!”, 13 de Fevereiro de 1974.
 - Comité Central. Comunicado do Comité Estrela Vermelha-Ribeiro Santos, “Desmascaremos as manobras de cúpula dos revisionistas! / Declaração sobre a instituição da UNEF”, 6 de Junho de 1974
 - Comité Central. Comunicado do Comité Estrela Vermelha-Ribeiro Santos, “Ergamos nas escolas um poderoso movimento democrático contra o fascismo e o social-fascismo”, 18 de Outubro de 1974.
 - Comité Central. Brochura do Aparelho Técnico Central FEM-L intitulado “Maio/1974 – Viva a I Conferência Nacional do MRPP! – Alocução de abertura. II. Comunicado final”, Maio de 1974.
 - Com. Reg. Locais – Comunicado da FEM-L “Com a UEC nas Escolas a Reacção já lá está!”, s.d..
 - Com. Reg. Locais – Comunicado da Organização de Lisboa da FEM-L: “Nixon-Spínola nos Açores, encontro de vassalagem! Imperialistas fora de Portugal!”, 18 de Junho de 1974.
- Organizações Sindicais e de Trabalhadores
 - Organizações Sindicais. Comunicado de 5 de Novembro de 1973 dos operários e operárias da Standard Eléctrica e da indústria electrónica, “Alarguemos a luta a toda a indústria electrónica! / Em frente por novas vitórias!”.
 - Organizações Sindicais. Comunicado de um Grupo de operários simpatizantes do MRPP, de 20 de Maio de 1975, “A todos os camaradas operários e operárias, ao proletariado de Lisboa”.

- Organizações Sindicais. Comunicado de 11 de Abril de 1974 dos operários e operárias da Grundig, “Em frente pela luta pelo pão! / Às promessas dos imperialistas oponhamos a nossa luta!”.
- Organizações Sindicais. Comunicado de 24 de Junho de 1974 dos camaradas operários e operárias da TIMEX, “Em frente na luta pelo pão!”.
- Organizações Sindicais. Comunicado dos trabalhadores da TAP, s.d., “À luta camaradas”.
- Organizações Sindicais. Comunicado dos trabalhadores da TAP, s.d., “Contra a exploração capitalista a luta continua / Queremos levar até ao fim a luta pelo Caderno Reivindicativo”.
- Organizações Sindicais. Comunicado dos trabalhadores da TIMEX, s.d.
- Organizações de Soldados, “Imediata Separação e Completa Independência para os Povos das Colónias”, s.d.
- Uniões Camponesas. Comunicado de camponeses do MRPP, “Lutemos pela mobilização de todas as forças à fundação do Partido / A Terra a quem a trabalha!”, s.d.
- Uniões Camponesas. Comunicado do Comité de Apoio à União Camponesa. 20 de Setembro de 1974.
- Organizações de Pescadores – Comunicado de grupo de simpatizantes do MRPP organizados em Comité de Apoio à Luta dos Pescadores de Matosinhos, “Os Pescadores de Matosinhos em luta pelo pão!”, 18 de Junho de 1974.
- Organizações de Pescadores – “Apoia os pescadores da Nazaré”, s.d.
- Organizações de Pescadores – Jornal intitulado “O Pescador da Torreira. Jornal de pescadores”, Agosto de 1974.

o Organizações Unitárias

- MPAC/CLACS (Movimento Popular Anti-Colonial/Comités de Luta Anti-Colonial) – Comunicado do Comité de Luta Anti-Colonial, 24 de Setembro, “Todos contra a incorporação Compulsiva de Jovens Estudantes no Exército Colonial-Fascista”, de 14 de Janeiro de 1974.
- MPAC/CLACS – “Intervenção de um Camarada Simpatizante do MPAC num Comício Organizado por Simpatizantes do MRRPP realizado em Braga dia 18”, Junho de 1974.
- MPAC/CLACS – Comunicado, “Contra o Colonialismo e a Guerra! Pela Paz!”, s.d.
- MPAC/CLACS – Jornal *O Anti-Colonialista* do MPAC, Abril - Janeiro de 1974,
- MPAC/CLACS - Boletim intitulado “Guerra do Povo à Guerra Colonial Imperialista”, Maio de 1974.

- RPA-C (Resistência Popular Anti-Colonial) – jornal “Resistência” 1971-1974
- FREP (Federação Revolucionária dos Estudantes Portugueses). “Relatório do Comité Pró-FREP sobre a proclamação de FREP”, 1974.
- FREP. Comunicado dos Comités Ribeiro Santos, 22 de Julho de 1974, “Os estudantes ao lado do povo e sob a direcção da classe operária! Todos ao Comício do MRPP!”.
- FREP. Jornal *12 de Outubro – Jornal Central dos Comités Ribeiro Santos*, nº1, Janeiro de 1974.

7. Arquivo Histórico do Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra (CD25A)

- Sindicalismo
 - Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, *O Caso Timex. Crise do sistema capitalista internacional? Consequência do processo político português?*, Lisboa, 1976
- Fundo de Comunicados e Panfletos
- Partidos
- Imprensa
- Organizações Populares de Base/Comissões de Moradores
- Organizações Populares de Base/Comissões de Trabalhadores
- Organizações Populares de Base/Comissões de Soldados
- Forças Armadas
- Guerra Colonial
- Movimento Estudantil
- Movimentos de Libertação
- Figuras Célebres (Mário Soares, Otelo, Melo Antunes, Rosa Coutinho, Samora Machel, Sanches Osório, Vasco Lourenço, etc.)
- SAAL
- 28 de Setembro
- 1º de Maio – Greves Gerais
- Autarquias Locais

- Cooperativismo
- Presos Políticos e Prisões – Depois do 25 de Abril 74
- Recortes de Imprensa
- Ministério do Trabalho

8. Arquivo do Museu República e Resistência (BMRP)

9. Arquivo da Fundação António Quadros (FAQ)

- Correspondência trocada entre António de Spínola e António Quadros

II. DOCUMENTOS OFICIAIS

- *Diário do Governo* (1974)
- Lei nº 7/74 de 27 de Julho
- Programa do MFA
- Programa do I Governo Provisório
- *O 25 de Abril na Imprensa. Março-Maio 1974*, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1994
- *Constituição da República Portuguesa. As 5 versões após 25 de Abril* (1976,1982,1989,1992, 1997). Porto, Porto Editora, 2001.

III. IMPRENSA

1. Jornais e revistas (1970-1974)

- *Bandarra (O)*
- *Capital (A)*
- *Diário de Lisboa*
- *Diário de Notícias*
- *Diário Popular*
- *Expresso*
- *Jornal (O)*

- *Jornal Novo*
- *Jornal do Comércio*
- *Jornal de Economia e Finanças*
- *Luta (A)*
- *República*
- *Século (O)*
- *Tempo (O)*
- *Tempo Novo (O)*
- *Tribuna Popular*
- *Vida Mundial*

2. Outros Jornais e Revistas

- *Público – Público Magazine*
- *Público - Pública*
- *Público - Ípsilon*
- *Visão – Visão História*
- *Expresso - Revista*

3. Imprensa partidária (1974-1976)

- *Avante (PCP)*
- *Democracia 74 (CDS)*
- *Guarda Vermelha (FEM-L)*
- *Luta Popular (MRPP)*
- *Portugal Socialista (PS)*
- *Povo Livre (PPD)*
- *Tribuna Popular*
- *Resistência (Resistência Popular Anti-Colonial)*
- *Revolução (PRP-BR)*
- *Voz do Povo*
- *O Anti-Colonialista (O) (MPAC/CLACS)*

IV. REVISTAS

- *Análise Social*
- *Democratization*
- *História*
- *Historical Journal (The)*
- *Revista Crítica de Ciências Sociais*
- *Revista de História das Ideias*
- *Tempo e o Modo (O)*
- *Temps Modernes (Les)*
- *Vértice*

V. OUTRAS PUBLICAÇÕES

- *Movimento. Boletim Informativo das Forças Armadas*
- *Pescador da Torreira. Jornal de pescadores (O)*
- *Metalúrgico (O)*
- *Jornal 12 de Outubro – Jornal Central dos Comités Ribeiro Santos* (FREP (Federação Revolucionária dos Estudantes Portugueses)).
- Comunicado dos trabalhadores da Socel, CT da Socel
- Documentos Partidários
 - Partido Comunista Português
 - *Documentos do Comité Central do Partido Comunista Português*, Edições Avante, Lisboa, 1976.
 - *Documentos Políticos do Partido Comunista Português - Série Especial. VII Congresso* (Extraordinário) do PCP em 20-10-1974, Edições Avante, Lisboa, 1974
 - *Documentos Políticos do Partido Comunista Português*. Programa e Estatutos do PCP, Edições Avante, Lisboa, 1974
 - *Cadernos do PCP. A derrota da conspiração reaccionária*. Setembro de 1974, Avante, 1974.
 - *Cadernos do PCP. A palavra do PCP*, Avante, 1975
 - *Documentos Políticos do Partido Comunista Português*, Comunicados do Comité Central, Edições Avante, Lisboa, 1975, vol I
 - Partido Socialista

- Comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril e o 1º Governo Constitucional, Fundação Mário Soares
- *Comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril e o 1º Governo Constitucional*, Fundação Mário Soares
- Partido Popular Democrático
 - “Linhas para um Programa”, in Povo Livre, nº5, 10 de Setembro de 1974.

VI. ENTREVISTAS REALIZADAS PELO AUTOR

- Entrevista com Vasco Vieira de Almeida, Lisboa, 16 de Abril de 2009
- Entrevista com Vasco Vieira de Almeida, Lisboa, 25 de Maio de 2009
- Entrevista com Coronel Vasco Lourenço, Lisboa, 17 de Julho de 2009
- Entrevista com José Veiga Simão, Lisboa, 9 de Junho de 2010
- Entrevista com José Veiga Simão, Lisboa, 15 de Julho de 2010
- Entrevista com Francisco van Uden, Lisboa, 14 de Fevereiro de 2013

VII. MATERIAL AUDIOVISUAL

- O Pulsar da Revolução (Cronologia 1973-1976) – Centro de Documentação 25 de Abril
- *Cantos de Luta. Grupo de Acção Cultural. “Vozes na Luta”, “Vozes na Luta”* – Cooperativa de Acção Cultural, Lisboa, 1976.
- Thomas Harlan, *Torrebela*, 1975
- Nadejda Tilhou, *Les Ouvrières de la Sogantal*, França, 2008
- Sérgio Trefaut, *Outro País: Memórias, Sonhos, Ilusões... Portugal 1974/1975*
- José Mário Branco, FMI, 1979

VIII. BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (Coord.), *A Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

ALMEIDA, Dinis de, *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães (Subsídios para Uma Melhor Compreensão)*, Lisboa, Ed. Socaís, 1977.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de, *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, Edições Colibri, 2009.

AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand, 1995.

ANDERSON, Perry, *As Origens da Pós-Modernidade*, Lisboa, Edições 70, 2005.

ANDRADE, Nuno, *Para Além do Portão. A GNR na Revolução de Abril*, Lisboa, Guerra e Paz, 2008.

ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcelo Caetano*, 1º e 2º vol., Lisboa, Dom Quixote, 1985.

ARAÚJO, António, *A Oposição Católica no Marcelismo: o caso da Capela do Rato*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, orientada por Manuel Braga da Cruz, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, 2011

ARCARY, Valério, "A Revolução Solitária, in *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. por Raquel Varela, 2012

ARRIAGA, Káulza de, *Guerra e Política. Em nome da verdade. Os anos decisivos*, Lisboa, Edições Referendo, 1987.

AVILLEZ, Maria João, *Francisco Sá Carneiro: Solidão e Poder*, Lisboa, Cognition, 1982.

AVILLEZ, Maria João, *Entre Palavras: 1974-1984*, Lisboa, Difel, 1984.

AVILLEZ, Maria João, *Soares, Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, 1996.

AVILLEZ, Maria João, *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Público, 1996.

AVILLEZ, Maria João, *Conversas com Álvaro Cunhal e outras lembranças*, Lisboa, Temas e Debates, 2004.

BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

BAPTISTA, António Alçada, *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes Editores, 1973.

BARRETO, José, “Empresas industriais geridas pelos trabalhadores”, in *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol.XIII, nº51, pp.681-717.

BENJAMIN, Walter, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água, 1992.

BERMEO, Nancy Gina, *The Revolution within the Revolution. Worker's Control in Rural Portugal*, New Jersey, Princeton University Press, 1986.

BERMEO, Nancy, *A Teoria da Democracia e as Realidades da Europa do Sul*, Lisboa, Difel, 1999.

BERNARDO, Manuel A., *Marcello e Spínola: a ruptura: as Forças Armadas e a imprensa na queda do Estado Novo, 1973-1974*, Lisboa, Estampa, 1996.

BERNARDO, Manuel A., *Equívocos e realidades: Portugal 1974-1975*, Lisboa, Nova Arrancada, 1999.

BERNARDO, Manuel Amaro, *Memórias da Revolução, (1974-1975)*, Lisboa, Prefácio, 2004.

BRITO, José Maria Brandão de (Coord.), *Do Marcelismo ao fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999.

BRITO, Carlos, *Álvaro Cunhal. Sete Fôlegos do Combatente. Memórias*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2010.

BRITO, José Maria Brandão de (Coord.), *O País em Revolução*, Venda Nova, Círculo dos Leitores, 2001.

BRUNEAU, Thomas, *Politics and Nationhood – Post-Revolutionary Portugal*, New York, Praeger, 1984.

CAETANO, Marcello, *Pelo Futuro de Portugal*, Verbo, 1969

CAETANO, Marcello, *Mandato Indeclinável*, Lisboa, Verbo, 1970

CAETANO, Marcello, *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971

CAETANO, Marcello, *Progresso em Paz*, Lisboa, Verbo, 1972

CAETANO, Marcello, *As Grandes Opções*, Lisboa, Verbo, 1973

CAETANO, Marcello, *Só temos um caminho: defender o Ultramar!*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973

CAETANO, Marcello, *Vencer a hora sombria*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1974

CAETANO, Marcello, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974.

- CAETANO, Marcello, *A verdade sobre o 25 de Abril*, Portugal, 1976.
- CANNADINE, David, *The Rise and Fall of Class in Britain*, New York, Columbia University Press, 1999.
- CARDINA, Miguel, *O Essencial sobre a Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus, 2010.
- CARDINA, Miguel, *Margem de Certa Maneira. O maoismo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-china, 2011.
- CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, *Cinco Meses que mudaram Portugal*, Lisboa, Portugália Editora, 1975.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, *Alvorada em Abril*, Lisboa, Alfa, 1991.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, "A Revolução, o Poder Político e as FA" in *Portugal e a Transição para a Democracia*, coord. por Fernando Rosas, Lisboa, Edições Colibri, 1999.
- CASTRO, Rodrigo Sousa e, *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, Lisboa, Guerra e Paz, 2009.
- CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.
- CATROGA, Fernando, *Caminhos do Fim da História*, Coimbra, Quarteto, 2003.
- CEREZALES, Diego Palacios, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.
- COELHO, Mário Baptista (Coord.), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional. 1974-1987*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989.
- CORREIA, Ramiro, *M.F.A. e luta de classes: subsídios para a compreensão do processo histórico português*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.
- COSTA, Ramiro da, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal. 1930-1975*, Vol. II, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979.
- COSTA, José Filipe, *O Cinema ao Poder! A Revolução do 25 de Abril e as políticas do cinema entre 1974-76: os grupos, instituições, experimentalismos e projectos*, Lisboa, Hogin, 2002.

- COUCEIRO, Gonçalo, *Artes e Revolução. 1974-1979*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, *Costa Gomes. O Último Marechal. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, *Vasco Gonçalves. Um General na Revolução*, Lisboa, Notícias, 2002.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2005.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, *Vasco Lourenço, Do Interior da Revolução. Entrevista de Maria Manuel Cruzeiro*, Lisboa/Coimbra, Editora Âncora e Centro de Documentação 25 de Abril, 2009.
- CUNHA, Silva, *O Ultramar, a Nação e o "25 de Abril"*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977.
- CUNHAL, Álvaro, *O Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, Lisboa, Edições Avante, 1974
- CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 1975.
- CUNHAL, Álvaro, *A crise político-militar: discursos políticos*, Lisboa, Edições Avante, 1976.
- CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, Lisboa, Edições Avante, 1976.
- CUNHAL, Álvaro, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*, Lisboa, Edições Avante, 1999.
- DIONÍSIO, Maria Eduarda, *Títulos, Acções e Obrigações. Sobre a Cultura em Portugal. 1974-1994*, Lisboa, Edições Salamandra, 1993.
- DIONÍSIO, Maria Eduarda, "As Práticas Culturais", in *20 Anos de Democracia*, coord. António Reis, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.
- DOWNS, Chip; SILVA, Fernando Nunes da; GONÇALVES, Helena; SEABRA, Isabel, *Os moradores à conquista da cidade. Comissões de Moradores e Lutas urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Lisboa, Armazém das Letras, 1978.
- DOWNS, Charles Robert, *Community Organization, Political Change and Urban Policy: Portugal 1974-1976*, Dissertação de Doutoramento, Berkeley, University of California, 1980.
- DOWNS, Charles Robert, *Revolution at the Grassroots, Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Albany, State University of New York Press, 1989
- EISINGER, Peter, "The conditions of protest behaviour in American cities", in *American Political Science Review*, 67, pp-11-28.

ELEY, Geoff, *Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000*, Oxford, Oxford University Press, 2002.

FERNANDES, Filipe S.; SANTOS, Hermínio, *Excomungados de Abril. Os Empresários na Revolução*, Lisboa, Dom Quixote, 2005.

FERNANDES, Tiago, *Nem ditadura, nem revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006.

FERREIRA, Hugo Gil; MARSHALL, Michael W., *Portugal's Revolution: ten years on*, Cambridge University Press, 1986.

FERREIRA, José Medeiros, "O 25 de Abril de 1974: Uma revolução imperfeita" in *Revista de História das Ideias*, vol. 7, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985, p. 391-426.

FERREIRA, José Medeiros, "Os militares e o regime democrático - o MFA: uma intervenção militar singular" in *Seminário 25 de Abril 10 anos depois*. Lisboa, Associação 25 de Abril, 1985, p. 49-53.

FERREIRA, José Medeiros, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-constitucional*, Lisboa, Edições Alfa, 1990.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe* in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

FERREIRA, José Medeiros, "A mudança de regime e as reacções Internacionais" in Maria Carrilho, *Democracia e Defesa: sociedade, política e forças armadas em Portugal*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994, p 69-86.

FERREIRA, José Medeiros, "Vinte e Cinco de Abril" in *Dicionário do Estado Novo*, vol. II, coord. por Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 1014-1016.

FERREIRA, José Medeiros, "Os militares e a evolução política" in *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, coord. por Fernando Rosas, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea, 1999.

FERREIRA, José Medeiros, "Os militares e a evolução política interna e externa (1974-1982)" in *Revolução e Democracia*, vol. 2, *O País em Revolução*, coord. de J.M. Brandão de Brito. Lisboa, Ed. Notícias, 2001, p.11-61.

FERREIRA, Vítor Matias, *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política: A intervenção do SAAL*, Porto, Afrontamento, 1975.

FERREIRA, Vítor Matias, *A cidade e o campo – uma leitura comparada do movimento social, 1974 – 1975*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.º 17/18/19/20, Fevereiro de 1986.

FONTES, Jorge, “A Extrema-esquerda na Revolução” in *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. por Raquel Varela, 2012.

FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony, *As consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

GOHN, Maria da Glória, *Movimentos sociais e luta pela moradia*, São Paulo, Edições Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória, *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo, Edições Loyola, 1997.

GOMES, Adelino; CASTANHEIRA, José Pedro, *Os Dias Loucos do PREC*, Lisboa, Expresso-Público, 2006.

GRAHAM, Lawrence S., *Contemporary Portugal: the revolution and its Antecedents*, Austin, University of Texas Press, 1979.

GUERRA, João Paulo, *Memórias das Guerras Coloniais*, Porto, Afrontamento, 1994.

GUNTHER, Richard; DIAMANDOUROS P. N.; PUHL, Hans-Jurgen, *The politics of democratic consolidation: southern Europe in comparative perspective*, Baltimore, 1995.

HABERMAS, Jürgen, *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa, Dom Quixote, 1990.

HAMMOND, John L., “Popular Power and the Portuguese Far Left”, in *European Journal of Political Research* 13, 1985, pp. 207-225.

HAMMOND, John L., “Building Popular Power. Workers’ and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution”, New York, Monthly Review Press, 1988.

HUNTINGTON, Samuel P., *The Third Wave: Democratizations in the Late Twentieth Century*, Norman University of Oklahoma Press, 1991.

JUDT, Tony, *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 2006.

KLIMKE, Martin; SCHARLOTH, Joachim, *1968 in Europe – A History of Protest and Activism, 1956-1977*, New York, Palgrave Macmillan, 2008.

LEITÃO, Luís; DIAS, António; MANUEL, Jorge; DIANOUX, Laurent, ‘Mouvements urbains et commissions de moradores au Portugal (1974–1976)’, *Les Temps Modernes*, Paris, 34, 388 (1978), pp. 652–84.

LEITE, Vasco Pinto, *O sonho desfeito. Quanto vale a vida de um homem?*, Lisboa, Tribuna, 2003.

LIMA, Albano, *Movimento Sindical e unidade no processo revolucionário português*, Lisboa, Edições Avante, 1975.

LIMA, Albano, *Sindicatos e Acção Social*, Lisboa, Edições Avante, 1976.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred, *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1978.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred, *Problems of Democratic Transition and Consolidation. Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore-London, John Hopkins University Press, 1996.

LOUÇÃ, Francisco, *25 de Abril, Dez anos de Lições, Ensaio para uma Revolução*, Lisboa, Cadernos Marxistas, 1984.

LOURENÇO, Eduardo, *O labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Dom Quixote, 1978.

LOURENÇO, Eduardo, “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, in *Portugal: O Sistema Político-institucional – (1974-1987)*, coord. por Mário Baptista Coelho.

LOURENÇO, Gabriela, “Capas Negras”, in *Visão História. A Queda de Salazar e a Primavera Marcelista*, nº2, Julho 2008, pp.90-91.

LUCENA, Manuel de, “Fascismo, colonialismo e revolução: uma leitura de Eduardo Lourenço”, in *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol. XXIII, nº 49, 1977, pp.211-237.

LUCENA, Manuel de, *O Regime Salazarista e a sua Evolução*, Conferências de Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 1994.

MACQUEEN, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1997.

MACQUEEN, Norrie, “As Guerras Coloniais”, in *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. por Fernando Rosas e Pedro Oliveira, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

MADEIRA, Maria João (Org.), *25 de Abril no cinema: antologia de textos*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, 1999.

MADEIRA, João, “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, in *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. por Fernando Rosas e Pedro Oliveira, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

MARAVALL, José María, *Regimes, Politics and Markets. Democratization and Economic Change in Southern and Eastern Europe*, New York, Oxford University Press, 1997.

MARCH, Luke; FREIRE, André, *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa – Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?* Aveleda, Quidnoni, 2012.

MARCHI, Riccardo, “A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)”, in *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol. XLIII (3º), 2008, pp.571-573.

MARQUES, José Carlos, *O 25 de Abril minuto a minuto*, Santo Tirso, Presselivre, Imprensa Livre, 2010.

MARTELO, David, “Guerra e Sociedade – Resistências”, in *A Guerra Colonial*, coord. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

MARTINS, João Paulo; LOUREIRO, Rui, “A extrema-esquerda em Portugal (1960-74) – As organizações armadas em Portugal de 1967 a 1974”, in *Revista História*, nº18, Abril, 1980, p.19

MARTINS, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um Estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005

MATEUS, Rui, *Contos Proibidos. Memórias de um PS Desconhecido*, Lisboa, Dom Quixote, 1996.

MAXWELL, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

McADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer, *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

MELLO, Fernando Ribeiro de, *Dossier 2ª República. Leis Constitucionais, Legislação Ordinária, Discursos Oficiais, Acordos, Proclamações, Decisões*, 1º vol., 25/4/74 – 25/4/75, Lisboa, Edições Afrodite, 1976.

MELLO, Fernando Ribeiro de, *Dossier 2ª República. Leis Constitucionais, Legislação Ordinária, Discursos Oficiais, Notas Oficiais, Comunicados, Proclamações, Decisões, Documentos*, 2º vol., 25/4/75 – 25/11/75, Lisboa, Edições Afrodite, 1977.

MELO, Carlos Galvão de, *MFA. Movimento Revolucionário*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1975

MORAIS, João; VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

MUÑOZ, Rafael Durán, “A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada”, in *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol. XXXII, nº 141, 1997, pp.369-401.

MUÑOZ, Rafael Durán, *Acciones colectivas y transiciones a la Democracia. Espanha y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, 1997.

MUÑOZ, Rafael Durán, *Contención y Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.

NEVES, José (Coord.), *Como se faz um Povo*, Lisboa, Tinta da China, 2010.

NEVES, Orlando (Org.), *Textos Históricos da Revolução*, Lisboa, Diabril, 1975, 3 volumes.

NEVES, Orlando, *Mil Dias - Diário de uma revolução. 25 de Abril a 30 de Setembro de 1974*, Lisboa, Mil Dias, 1978.

NORONHA, Ricardo, *A Nacionalização da Banca no contexto do processo revolucionário português (1974-1975)*, Tese de Doutoramento em História Económica e Social, orientada por Fernando Rosas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011

NORONHA, Ricardo, “A Banca ao serviço do Povo’: Lutas sociais e nacionalizações durante a revolução portuguesa”, in *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. por Raquel Varela, 2012

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno, “Decent housing for the people: urban movements and emancipation in Portugal”, *South European Society and Politics*, 9 (2004), pp. 46–76.

OLIVEIRA, César, *M.F.A. e revolução socialista*, Amadora, Diabril, 1975.

OLIVEIRA, César, *Os Anos Decisivos. Portugal 1962-1985. Um testemunho*, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

OLIVEIRA; Luísa Tiago, *Estudantes e Povo na Revolução: O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta, 2004,

OLIVEIRA, Pedro Aires, “A Política Externa”, in *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. por Fernando Rosas e Pedro Oliveira, Editorial Notícias, 2004.

OSÓRIO, Helena Sanches, *Um só rosto, uma só fé. Conversas com Adelino da Palma Carlos*, Amadora, Referendo, 1988.

OSÓRIO, José Eduardo Sanches, *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, Intervenção, 1975.

O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe C.; WHITEHEAD, Lawrence, *Transitions from Authoritarian Rule. Southern Europe*, Baltimore – London, John Hopkins University Press, 1986.

PATRIARCA, Maria de Fátima, “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave”, In *Análise Social*, Lisboa, ICS, Vol. XIII (51), 1977.

PATRIARCA, Maria de Fátima, “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”. In *Análise Social*. Lisboa, ICS, Vol. XIV (56), 1978.

PATRIARCA, Maria de Fátima, “A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social?” in *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, coord. por Fernando Rosas, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

PATRIARCA, Maria de Fátima, “A Caixa de Pandora” in *A Transição Falhada. O Marce-lismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. por Fernando Rosas e Pedro Oliveira, Editorial Notícias, 2004.

PEIXE, Bruno; NEVES, José (Coord.), *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*, Lisboa, Tinta da China, 2010.

PEREIRA, António Maria, *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Bertrand, 1976.

PEREIRA, Carlos Santos, *Spínola, a Guiné e a Ruptura com Marcello*, tese de mestrado em História Contemporânea, Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2001.

PEREIRA, José C. Silva; OLIVEIRA, José Grosso de; PIMENTEL, Duarte, “Fábrica Simões: Autogestão ou delegação de poderes? – Estudo de empresa intervencionada”, in *Aná-lise Social*, Lisboa, ICS, vol.XIII, nº50, 1977, pp. 355-418.

PEREIRA, José Pacheco, “O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária”, in *Portugal: O Sistema Político e Constitucional – 1974-1987*, coord. Mário Baptista Co-elho, 1989

PÉREZ, Miguel, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, *Dissertação de Mestrado em História do Século XIX e XX*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Agosto de 2008.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Afrontamento, 2006.

PINHO, Jaime, *Fartas de viver na lama. 25 de Abril. O Castelo Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

PINTO, António Costa, “Settling Accounts with the past in a troubled transition to de-mocracy: the portuguese case” in *The Politics of Memory: Transitional Justice in De-mocratizing Societies*, ed. By Alexandra Barahona de Brito e Paloma Aguilar. Oxford University Press, 2001, p. 105-144.

PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra co-lonial e a descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

PINTO, António Costa (Coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2004.

PINTO, António Costa, “Authoritarian Legacies, Transitional Justice and State Crisis in Portugal’s Democratization”, in *Democratization*, London, vol.13, Nº2, April 2006, pp.173-204.

PINTO, Jaime Nogueira, *Portugal – Os anos do fim. O fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril*, Viseu, Difel, 1995.

RAMOS, Rui, SOUSA; Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010

RAMOS-PINTO, Pedro, "Social Capital as a Capacity for Collective Action", in *Assessing Social Capital: Concept, Policy and Practice*, Edit. Rosalind Edwards, Jane Franklin and Janet Holland, Cambridge Scholar Press, 2006, p. 53-69.

RAMOS-PINTO, Pedro, *Urban Protest and Grassroots Organisations in Lisbon, 1974-1976*, dissertação de Doutoramento, Cambridge, University of Cambridge, 2007

RAMOS-PINTO, Pedro, "Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal, 1974-1976", in *The Historical Journal*, 51, 4, Cambridge University Press, 2008, pp.1025-1046.

PINTO RIBEIRO, António, "Artes sem Revolução", in *O País em Revolução*, (dir. J. M. Brandão de Brito), Venda Nova, Círculo dos Leitores, 2001.

PIRES, José, *Greves e o 25 de Abril*, Lisboa, Base, 1976.

QUADROS, António, *Portugal, entre ontem e amanhã. Da cisão à revolução. Dos absolutismos à democracia*, Braga, Sociedade Expansão Cultural, 1976.

RAMA, M. Manuela de S.; PLANTIER, Carlos, *Melo Antunes. Tempo de Ser Firme*, Lisboa, Liber, 1976.

RAIMUNDO, Orlando, *A última dama do Estado Novo e outras histórias do marcelismo*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

REIS, António, "O Partido Socialista na Revolução, no Poder e na Oposição", in *Portugal: O Sistema Político-institucional – (1974-1987)*, coord. por Mário Baptista Coelho.

REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, volume 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

REIS, António, "A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime" in *Portugal Contemporâneo*, (dir. António Reis), vol. 5. Lisboa, Publicações Alfa, 1993, p.45-60.

REIS, António, "A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização" in *Portugal Contemporâneo*, (dir. António Reis), vol. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1993, p. 13-62.

REIS, António, "A viragem" in *História*, ano XVI (nova série), n.º 1, Outubro de 1994, p. 28-32.

REIS, António, (Coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

REIS, António, "O Poder Central" in *Portugal- 20 Anos de Democracia*, (dir. António Reis) Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 74-89.

REIS, António, “O processo de democratização” in *Portugal- 20 Anos de Democracia*, (dir. António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 19-39.

REIS, António, “A dialéctica entre as componentes militar e civil no processo revolucionário do 25 de Abril”, pp.561-573, in *Revista de História das Ideias*, vol.17, Coimbra, Instituto de História das Ideias da Faculdade de Letras, 1995.

REIS, António, “O Partido Socialista e a Defesa da Democracia Representativa Pluralista” in *Portugal e a Transição para a Democracia (197-1976). I Curso Livre de História Contemporânea. Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 49-61.

REIS, António, (Coord.), *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea, 2003.

REZOLA, Maria Inácia, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, tese de doutoramento em História Contemporânea, orientada por António Reis, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003.

REZOLA, Maria Inácia, “As Forças Armadas, os Capitães e a crise final do regime”, in *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. por Fernando Rosas e Pedro Oliveira, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

REZOLA, Maria Inácia, *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes. Uma Biografia Política*, Lisboa, Âncora Editora, 2012.

RIBEIRO, General Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*, Mem Martins, Inquérito, 2002.

ROBINSON, P. F., *Workers’ Councils in Portugal. 1974-1975*, Centre of Sociology & Social Research, 1989.

RODRIGUES, Avelino; BOR*GA, Cesário; CARDOSO, Mário, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Moraes, 1974.

RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário, *Portugal depois de Abril*, Lisboa, Interior, 1976.

RODRIGUES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira de, *Carlucci vs. Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008

RODRIGUES, Francisco Martins, *O Futuro era Agora: o Movimento Popular do 25 de Abril*, Lisboa, Dinossauro, 1994.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade*, Póvoa de Santo Adrião, Esfera dos Livros, 2008.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Spínola. Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

RODRIGUES, Maria, *Pelo Direito à Cidade. O Movimento dos Moradores no Porto (1974/76)*, Porto, Campo das Letras, 1999.

ROSAS, Fernando, “A Revolução dentro da Revolução”, in *Revista História (Nova Série)*, nº1, Outubro de 1994

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)* in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. VII, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando, “Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)” in Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII da História de Portugal (dir. José Mattoso), Círculo dos Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando, “A Lenta Agonia do Salazarismo” in Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII da História de Portugal (dir. José Mattoso), Círculo dos Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando, “O Marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo”, in *Do Marcelismo ao fim do Império*, J. M. Brandão de Brito (coord.), Editorial Notícias, Lisboa, 1999

ROSAS, Fernando (Coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia, Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea, 1999.

ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.

ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco (Org.), *Ensaio Geral: Passado e Futuro do 25 de Abril*, Lisboa, Dom Quixote, 2004

ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro (Coord), *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

ROSAS, Fernando, “Marcelismo: ser ou não ser” in *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. por Fernando Rosas e Pedro Oliveira, Editorial Notícias, 2004.

ROSAS, Fernando, *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos confrontos armados no século XX*, Lisboa, Tinta-da-china, 2007

RUAS, Henrique Barrilaro, (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. Do 25 de Abril ao Governo Provisório*, Lisboa, Aster, s.d.

RUAS, Henrique Barrilaro, (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores. O Governo de Palma Carlos*, Lisboa, Aster, s.d.

SÁ, Tiago Moreira de, *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

SÁ, Victor de, *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical. 1836-1986*, Lisboa, Caminho, 1991.

SABINO, Amadeu et alia, *As Lutas dos Moradores e a Constituição de 1976*, Coimbra, Centelha, 1977.

SABINO, Amadeu Lopes, *Portugal é demasiado pequeno (1974-1976)*, Coimbra, Centelha, 1976

SANTOS, António de Almeida, *Quase Memórias*, Volume I, Braga, Círculo de Leitores, 2006.

SANTOS, António de Almeida, “A Revolução e a questão colonial. Que Descolonização?” in *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, coord. por Fernando Rosas, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; COIMBRA, Maria Natércia, *O Pulsar da Revolução: Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Coimbra, Afrontamento, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.), *A Fita do Tempo da Revolução – A noite que mudou Portugal*, Porto, Edições Afrontamento e Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra, 2004.

SANTOS, Carlos; CASIMIRO, José, *Movimento Operário: a Década de 70. Quando o Trabalhador se tornou Cidadão*, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 1997.

SANTOS, Garcia dos, *General Garcia dos Santos. Memórias Políticas. Um pouco do que vivi*, Lisboa, Bertrand, 2011.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos; LIMA, Marinús Pires de, “As lutas sociais nas empresas e a revolução de 25 de Abril: da reivindicação económica ao movimento político – 1ª fase”, in *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol.XI, nº42-43, 1975, pp. 266-335.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos; LIMA, Marinús Pires de, FERREIRA, Vítor Matias, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Porto, Edições Afrontamento, 1977. 3 volumes.

SARAMAGO, José, *Levantado do Chão*, Alfragide, Caminho, 2010.

SCHMITTER, Philippe C., *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano: Confidências no Exílio*, Lisboa, Verbo, 1984.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Correspondência com Marcello Caetano. 1974-1980*, Venda Nova, Bertrand, 1994.

SILVEIRA, Joel da “As guerras coloniais e a queda do Império”, in *Portugal Contemporâneo*, António Reis (dir. António Reis), III volume, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

SIMAS, Nuno, *Portugal Classificado. Documentos secretos norte-americanos. 1974-1975*, Lisboa, Aletheia, 2008.

SKINNER, Quentin (Dir.), *As ciências humanas e os seus grandes pensadores*, Lisboa, D. Quixote, 1992.

SKINNER, Quentin, *Visões da política sobre os métodos históricos*, Viseu, Difel, 2002.

SOARES, Mário, *Democratização e Descolonização. Dez meses no Governo Provisório*, Lisboa, Dom Quixote, 1975.

SOARES, Mário, *Um Político Assume-se. Ensaio Autobiográfico, Político e Ideológico*, Lisboa, Círculo dos Leitores – Temas e Debates, 2011.

SOUSA, Marcelo Rebelo de, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, Venda Nova, Bertrand, 2000.

SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro. Análise da Conjuntura Nacional*, Lisboa, Arcádia, 1974.

SPÍNOLA, António de, *País sem rumo: contribuição para a história de uma revolução*, Lisboa, SCIRE, 1978.

STOCK, Maria José, *Elites, Facções e Conflito Intra-Partidário. O PPD/PSD e o Processo Político Português de 1974 a 1985*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia (Sociologia Política), Universidade de Évora, 1989.

STOER, Stephen R., *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980. Uma Década de Transição*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.

TARROW, Sidney, “Mass mobilization and regime change: pacts, reform, and Popular Power in Italy (1918–1922) and Spain (1975–1978)”, in Richard Gunther, P. N. Diamandouros, and Hans-Jürgen Puhle, eds., *The politics of democratic consolidation: southern Europe in comparative perspective* (Baltimore, MD, 1995), p. 205.

TILLY, Charles; TARROW Sidney; McADAM, Doug, “Toward a integrated perspective of social movements and revolution”, in *Comparative Politics, Rationality, Culture and Structure*, Edit. Mark Irving Lichbach, Alan S. Zuckerman, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

SANTIAGO, Maria José Tíscar, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A Questão das Atas*, Lisboa, Edições Colibri, 2012

TORNADA, Joana de Matos, *Nas Vésperas da Democracia em Portugal. O Golpe das Caldas de 16 de Março de 1974*, Coimbra, Almedina, 2009.

TOURAINÉ, Alain, *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

TOURAINÉ, Alain, *Iguais e Diferentes: Poderemos viver juntos?*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.

TRINDADE, Luís, “Os Excessos de Abril”, in *História*, nº65, Abril de 2004.

TRINDADE, Luís, *O Estranho Caso do nacionalismo Português. O Salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, ICS, 2008.

VALENTE, José Carlos, “A explosão social. Abril a Setembro de 1974”, in *Revista História*, n.º1, Outubro de 1994

VALENTE, José Carlos, “O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): Entre o Corporativismo e a Unicidade”, in *Revolução e Democracia. O País em Revolução*, coord. por J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2001.

VALENTE, Vasco Pulido, *Marcello Caetano. As desventuras da razão*, Lisboa, Gótica, 2002.

VARELA, Raquel, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand Editora, 2011.

VARELA, Raquel (Coord.), *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand Editora, 2012.

VAZA, Pinheiro, *579 dias de Revolução: Retrato de uma Época*, Porto, Campo das Letras, 1999

VILAÇA, Helena, *Associativismo e Movimentos Sociais*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

Vinte e cinco anos do 25 de Abril. Da Revolução ao 25 de Novembro – as mudanças, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999.

WHITE, Hayden, *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore, Maryland, John Hopkins University Press, 1990.

WHITE, Hayden, *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*, São Paulo, EDUSP, 2001.

WILSON, Edward O., *Consilience among the Great Branches of Learning*, New York, Alfred A. Knopf Inc., 1998.

WILSON, Edward O., *Consilience: The Unity of Knowledge*, New York, Knopf, 1998.

WISE, Audrey, *Eyewitness in revolutionary Portugal*, Nottingham, Spokesman Books, 1975.

ANEXOS

ANEXO I
I Governo Provisório
(15/05/74 - 10/07/74)

Primeiro-Ministro

Adelino da Palma Carlos (ind.)

Ministro da Coordenação Económica

Vasco Vieira de Almeida (ind.)

Ministros sem pasta

Álvaro Cunhal (PCP)

Francisco Pereira de Moura (CDE)

Francisco Sá Carneiro (PPD)

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Mário Lopes Soares (PS)

Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

Manuel Rocha (ind.)

Ministro da Defesa Nacional

Mário Firmino Miguel (militar)

Ministro da Educação e Cultura

Eduardo Correia (ind.)

Ministro da Coordenação Interterritorial

António de Almeida Santos (ind.)

Ministro do Trabalho

Avelino Pacheco Gonçalves (PCP)

Ministro da Administração Interna

Joaquim Magalhães Mota (PPD)

Ministro dos Assuntos Sociais

Mário Murteira (ind.)

Ministro da Justiça

Francisco Salgado Zenha (PS)

Ministro da Comunicação Social

Raul Rego (PS)

ANEXO II
II Governo Provisório
(17/07/74 - 30/09/74)

Primeiro-Ministro

Vasco Gonçalves (militar)

Ministro da Economia

Emílio Rui Vilar (PS)

Ministros sem Pasta

Álvaro Cunhal (PCP)

Joaquim Magalhães Mota (PPD)

Ernesto Melo Antunes (militar)

Vítor Alves (militar)

Ministro das Finanças

José Silva Lopes (ind.)

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Mário Lopes Soares (PS)

Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

José Augusto Fernandes (militar)

Ministro da Defesa Nacional

Mário Firmino Miguel (militar)

Ministro da Educação e Cultura

Vitorino Magalhães Godinho (ind.)

Ministro da Coordenação Interterritorial

António de Almeida Santos (ind.)

Ministro do Trabalho

José da Costa Martins (militar)

Ministro da Administração Interna

Manuel da Costa Brás (militar)

Ministro dos Assuntos Sociais

Maria de Lourdes Pintassilgo (ind.)

Ministro da Justiça

Francisco Salgado Zenha (PS)

Ministro da Comunicação Social

José Sanches Osório (militar)

ANEXO III

III Governo Provisório

(30/09/74 - 26/03/75)

Primeiro-Ministro

Vasco Gonçalves (militar) *

Ministro das Finanças

José Silva Lopes (ind.)

Ministros sem pasta

Álvaro Cunhal (PCP)

Joaquim Magalhães Mota (PPD)

Ernesto Melo Antunes (militar)

Vítor Alves (militar)

Ministro da Defesa Nacional

Silvano Ribeiro (militar) **

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Mário Lopes Soares (PS)

Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

José Augusto Fernandes (militar)

Ministro da Educação e Cultura

Vitorino Magalhães Godinho (ind.) ***

Rodrigues de Carvalho (militar) ****

Ministro da Coordenação Interterritorial

António de Almeida Santos (ind.)

Ministro do Trabalho

José da Costa Martins (militar)

Ministro da Administração Interna

Manuel da Costa Brás (militar)

Ministro dos Assuntos Sociais

Maria de Lourdes Pintasilgo (ind.)

Ministro da Justiça

Francisco Salgado Zenha (PS)

Ministro da Comunicação Social

Jorge Correia Jesuino (militar) **

Ministro da Economia

Emílio Rui Vilar (PS)

Obs.:

* Acumula com pastas da Defesa Nacional e Comunicação Social; delega estas funções no ministro sem pasta Vítor Alves de 3/10/74 a 24/2/75.

** A partir de 24/2/75

*** Até 29/11/74

**** Desde 4/12/74

ANEXO IV

Lei nº 7/74, de 27 de Julho

- Pub. DG 174/74 - Série I - 1º Suplemento



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 6, Lisboa-1.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano	850\$	Semestre 450\$
A 1.ª série		840\$	» 180\$
A 2.ª série		340\$	» 180\$
A 3.ª série		380\$	» 170\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual, 300\$			
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300\$			
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio			

O preço dos anúncios é de 15\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Estado:

Lei n.º 7/74:

Esclarece o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas.

Presidência do Conselho de Ministros:

Despacho:

Delega no Secretário de Estado da Saúde, Dr. Carlos Cruz de Oliveira, a competência para a resolução dos assuntos que corram pela Comissão Permanente da Reabilitação.

CONSELHO DE ESTADO

Lei n.º 7/74 de 27 de Julho

Tendo o Movimento das Forças Armadas, através da Junta de Salvação Nacional e dos seus representantes no Conselho de Estado, considerado conveniente esclarecer o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, cujo texto faz parte integrante da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio;

Visto o disposto no n.º 1, 1.º, do artigo 13.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, o Conselho de Estado decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

ARTIGO 1.º

O princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no n.º 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento

das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.

ARTIGO 2.º

O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.

ARTIGO 3.º

Compete ao Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos artigos antecedentes.

Visto e aprovado em Conselho de Estado.

Promulgado em 26 de Julho de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho

Nos termos do n.º 2.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 474/73, de 25 de Setembro, delegeo no Secretário de Estado da Saúde, Dr. Carlos Cruz de Oliveira, a competência para a resolução dos assuntos que corram pela Comissão Permanente da Reabilitação.

Presidência do Conselho de Ministros, 24 de Julho de 1974. — O Primeiro-Ministro, *Vasco dos Santos Gonçalves*.

ANEXO V

Carta de António de Spínola para António Quadros (excerto)

Carta de António de Spínola para António Quadros (excerto)

Cód. PT/FAQ/AQ/001/0320/000002

Data: 04-04-1974

António de Spínola

[Rua Rafael de Andrade, 28, 1.º Lisboa]

Chegou o momento de me debruçar sobre a clara e confortante carta de V. Exa., de cujas ideias integralmente partilho. Nela senti também afinidades de vivência passada a reflectir atitudes paralelas. Também eu, por formação militar e atitude intelectual, rompendo uma tradição emergente do facto de meu Pai ter sido, durante largo tempo, chefe de gabinete do Professor Salazar, rejeitei sempre filiações e partidarismos onde não sentia cabal realização da componente participativa de uma mística verdadeiramente nacional. Resistia, assim, a instantes pressões para aceitar vários cargos políticos.

E o refúgio na devoção à mística militar foi a alternativa que o tempo e a consciência transformaram em ética de profundas raízes. [...] Transposto esse lapso de história vivida por caminhos diferentes, de novo nos encontramos na encruzilhada da hora presente; e também eu sinto o drama do desmoronar que se advinha, drama tanto mais pungente quanto fundadas razões me fortalecem a certeza de ainda termos na nossa mão a chave de um promissor futuro português, onde a cultura lusíada não poderá deixar de desempenhar papel essencial como facto aglutinador – cimento indestrutível da grande obra a edificar.

[...]

Julgo que, tirando partido da supremacia resultante da língua vincular ser a portuguesa e do recurso a bolsas de estudo a expensas do futuro Estado da Lusitânia, se conseguirá uma penetração lusíada nas culturas africanas na fase reaccionária que atravessamos.

[...]

[António de Spínola]